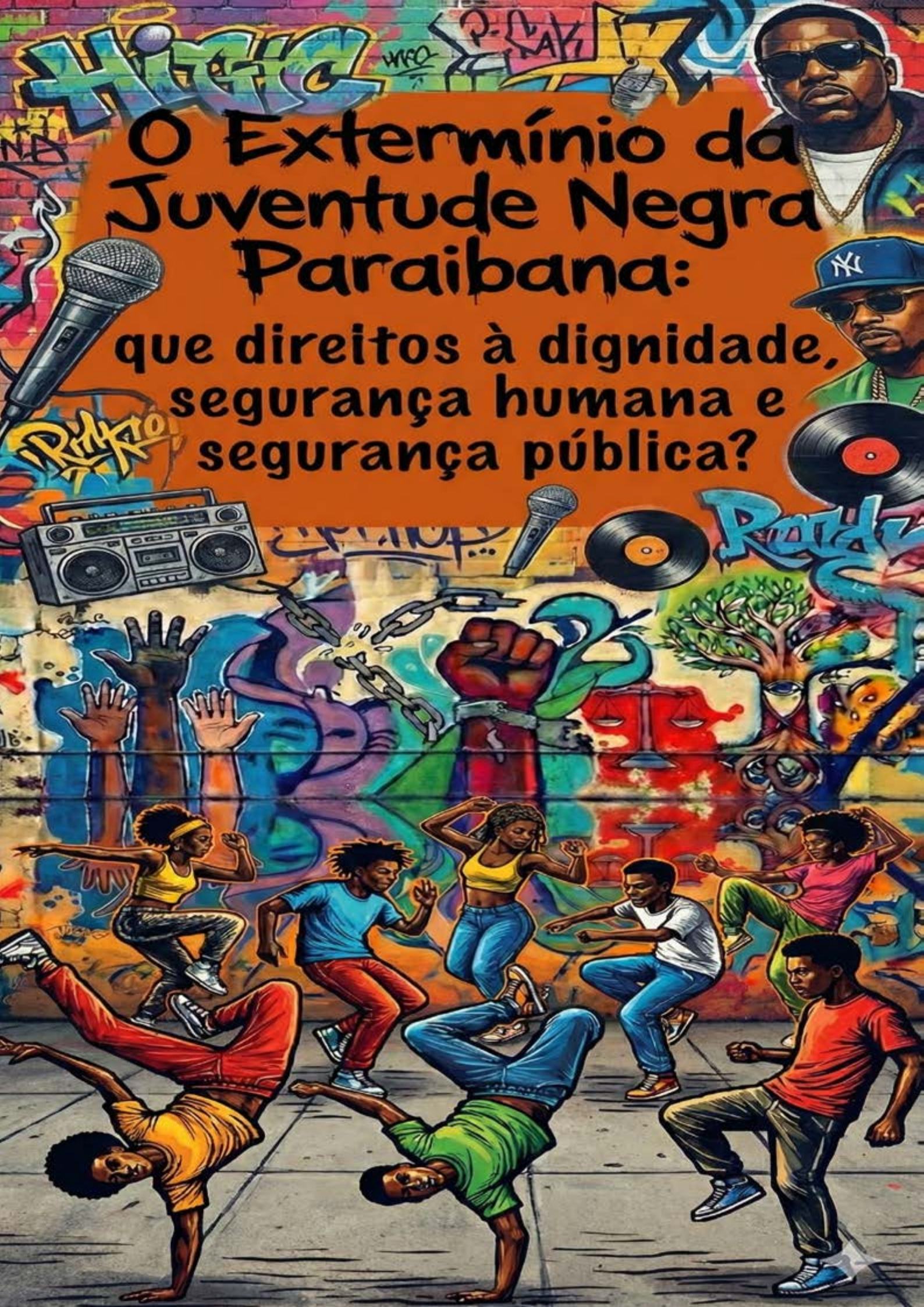


O Extermínio da Juventude Negra Paraibana:

que direitos à dignidade, segurança humana e segurança pública?



ORGANIZADORES

Luziana Ramalho Ribeiro

Tatiana de Paula Soares

Taís Eduarda Marciel dos Santos Ferreira

Nayra dos Santos Fidelis

Jefferson Luiz Fontes

Matheus Augusto Batista Ribeiro

Tacyana Pereira Medeiros

Mickaelle Kemmily Gomes do Nascimento

Realização



Apoio institucional



Todos os direitos de reprodução desta obra estão reservados aos autores. É proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por qualquer meio ou processo, seja ele eletrônico, mecânico, fotográfico ou outro, sem a prévia autorização por escrito dos autores.

A violação dos direitos autorais constitui crime, conforme estabelecido na legislação vigente, sujeitando o infrator às sanções legais cabíveis.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E96

O extermínio da juventude negra paraibana: que direitos à dignidade, segurança humana e segurança pública? / Organização de Luziana Ramalho Ribeiro. – João Pessoa: [s. n.], 2026.

358 p. : 29 MB. : il. ; PDF.

ISBN 978-65-990800-6-7

1. Violência social. 2. Jovens negros. 3. Negro - Paraíba. I. Ribeiro, Luziana Ramalho. II. Título.

CDU: 316.482.5-053.6 (=411.16) (813.2)

Bibliotecária Milena Monteiro – CRB 15/890

Esta obra foi realizada a partir do trabalho de pesquisadores do Grupo de Estudos em Violência e Segurança Pública (GEVISP-DGP-CNPQ), parte deles estão no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), há uma pesquisadora Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, além de educandas do Curso de Graduação em Serviço Social- CCHLA UFPB. Este material é resultante da pesquisa intitulada: MAPEAMENTO DAS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS POR ADOLESCENTES E JOVENS NEGROS E PERIFÉRICOS NO ESTADO DA PARAÍBA ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2025. Esta foi construída a partir de demanda espontânea da INSTITUIÇÃO SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES DO NORDESTE-SPM NE, através da parceria com a CÁRITAS ALEMÃ. Agradecemos de modo muito particular à parceria e sensibilidade do pesquisador Coronel PM-PB, Vinícius César de Moura Santana, que faz parte do Núcleo de Análises e Estatísticas Criminais – NACE PB (desde a sua fundação), assim também destacamos a nossa frutífera e respeitosa parceria com a Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do Estado da Paraíba.

Dedicatória

Para todas as vidas que são taxonomizadas abaixo do engodo moderno e liberal da dignidade da vida humana, e **são tornadas *corpus mortuum opus***, não enlutáveis; às suas famílias que sangram com os corpos dos seus afetos que são transformados em estatísticas; aos brasileiros que não querem enxergar a guerra generalizada que vivemos; e, a todos nós que *vemos com o coração* e olhos também, nos comovemos e fazemos da nossa existência um ato de resistência ao assujeitamento e ação para denunciar a tecnificação da morte em massa.

APRESENTAÇÃO

“Passei pelo roer a terra e pelo comer o chão, e passei por ter orgia nisso, e por sentir com horror moral que a terra roída por mim também sentia prazer. Minha orgia na verdade vinha de meu puritanismo: o prazer me ofendia, e da ofensa eu fazia prazer maior” (A Paixão segundo G. H. Lispector).

“E, o poeta vê uma criança, suja esquelética, andrajosa, comendo um pedaço de torrão de terra que dera existência à rosa. São milhões a rosa berra, milhões a morrer de fome e, tu na tua vaidade querendo usar o meu nome. Geme o vento, morre a rosa e, um passarinho que ouvira quietinho toda a disputa tira do galho uma reta e ainda faz um cocozinho na cabeça do poeta” (Vinicius de Moraes).

Nesta obra, fruto de uma ação colaborativa entre sociedade civil organizada, pesquisadores de Universidades Federais e, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Defesa Social do Estado da Paraíba, apresentamos o resultado de uma pesquisa realizada que abrangeu a séria histórica de dez anos (2015 a 2025) a partir da qual, mapeamos as violências sofridas por jovens no referido estado, dando destaque, quando possível à questão de cor-raça, etnia e gênero, pois nem sempre os registros estatísticos até então produzidos pelo Núcleo de Análises e Estatísticas Criminais - NACE Pb, destacavam a variável cor/raça/etnia ou gênero considerando também a condição de pessoa trans.

Para além do levantamento estatístico (Minayo, 1996), realizamos também a técnica de pesquisa com Grupo Focal (Minayo, *op. cit.*) e, desta forma com 20 jovens (considerados com idade entre 15 a 29 anos, conforme a classificação do Ministério da Saúde no Brasil, que inclusive é base para contabilização dos níveis de violência sofrida ou praticada por eles) discutimos questões relativas às seguintes variáveis: **violência institucional: escolar, vias públicas, cultural, religiosa, familiar e interacional entre gerações; abordagens policiais; guerra de territórios por facções; cooptação pelo mundo do crime; saúde mental, depressão, ansiedade e suicídio; direito à cidade; acesso às políticas públicas de proteção e garantia de direitos destinadas à juventude.** Este experimento, foi vivenciado na sede da Pastoral do Migrantes Nordeste - Bayeux- PB, no dia 20 de novembro de 2025 por considerarmos que nas condições de interabilidade entre meios de comunicação e o uso universal deles, os discursos e vivências dos jovens locais podem nos dar uma visão geral dos desafios da juventude no território paraibano.

De outro modo, ainda realizamos a técnica de Observação Participante (Minayo, 1996) ao acompanharmos o III Encontro de Juventudes, intitulado JUVENTUDES E DEMOCRACIA: PLANEJANDO HOJE AS TRANSFORMAÇÕES DO AMANHÃ, que ocorreu entre os dias 05, 06 e 07 de Dezembro

em João Pessoa- PB e foi uma realização do SPMNE e da Rede Estadual Raízes das Juventudes (complexo delideranças juvenis e instituições da sociedade civil organizada). Neste espaço e momento, foi possível ratificar dados estatísticos já coletados e tratados e, acrescer interpretações na análise dos dados qualitativos, quando da construção com o grupo focal, uma vez que no referido evento tivemos contato com jovens das quatro mesorregiões do estado da paraíba, a saber: Mata Paraibana; Agreste Paraibano; Borborema Paraibana e, Sertão Paraibano.

Todas essas regiões foram subdivididas neste trabalho e, analisadas de modo pormenorizado, como microrregiões, abarcando cada município que as compõem e, destacando os índices de violência contra as juventudes. Para uma melhor visualização do território dispomos do mapa que se segue:

Gráfico 1 – Microrregiões do Estado da Paraíba



Fonte: <https://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-paraiba-mesorregioes>

Como escolhemos nas duas epígrafes que abrem este texto, partimos do eixo epistemológico da crítica ao racionalismo (Nietzsche, 2005) e, aos engôdos modernos quanto ao primado evolucionista da ordem, progresso, liberdade, fraternidade e igualdade.

Ao nos debruçar-nos sobre o áureo século 21, temos assistido a um forte recrudescimento de discursos e práticas que não apenas desclassificam o dito outro (perigoso, inútil, descartável, não enlutável, *cf.* Butler, 2017; 2021), mas que efetivamente tem operado como razão de estado (biopolítica e biopoder, *cf.* Foucault, 2008) e, tem cada vez mais favorecido o desvelamento da sanha

conservadora da média consensual vigente nacional e internacional quanto ao corolário do massacre das vidas consideradas como *feras* (Sémelin, 2009) portanto passíveis *per se* de eliminação.

Os dois trechos, um da escritora Clarice Lispector e outro do poeta Vinícius de Moraes, nos instigam a reflexionarmos acerca da suposta ordem civilizatória do autocontrole e do controle social, dos assim construídos rituais racionais de civilização do animal humano, pelas vias do remodelamento do “animal humano selvagem, egoísta e cruel” num “animal humano afável, justo e solidário”, a realidade de terra arrasada, pelas ações do animal laboral (Duarte, 2010) nos mostra que estamos mais aptos à destruição do planeta, das espécies, da nossa espécime-humana, do que ao progressivo e ordenado estabelecimento do bem comum.

As duas epígrafes trazem poeticamente, mas não sem o paradoxo da angústia existencial, o afresco da recorrente e, infeliz ação humana que retroalimenta a técnica de mortificação em massa.

Assim, a questão da violência (Girard, 1990; Muchembled, 2008) é uma temática que atravessa a existência e existencialidade dos animais, dentre eles, os animais humanos (Butler, 2017; 2007; 2021).

Com destaque, é sempre com assombro que somos defrontados com a sofisticação do uso e da escalada da violência pela criatura dita racional (*homo sapiens*), vide as guerras e todo o aparato bélico-científico que tem sido motor da tecnologia que tanto alardeia o dito progresso humano (Ribeiro, 2012; 2024; 2025).

Construir/desenvolver para fins últimos de destruição, tem sido o paradoxo do engodo da razão. A destruição se dá não apenas contra o dito inimigo exterior, estranho, mas, com frequência, a violência como ferramenta que opera a destruição é direcionada pela espécie humana em direção ao seu semelhante, ao denominado e selecionado *inimigo interno* (Sémelin, 2009).

Como dito antes, nessa pesquisa nos detivemos em mostrar ***a violência sofrida pelas juventudes, em especial, negras e periféricas*** (Moretin, 2019), no Estado da Paraíba entre os anos de 2015 à 2025 por entendermos que esta série histórica poderá nos favorecer com uma visão geral de uma década, a partir da qual, em termos conjunturais, poderemos avaliar a eficiência e alcance dos programas de *prevenção e enfrentamento à violência no nosso estado*.

Desta feita, nos propomos a nos debruçar sobre as diferentes variáveis das violências, destacando os indicadores, **juventudes, periferia e negritude** e, a partir do recorte construído pelo Mapa da Violência, instrumento formal e legal que a partir de 2002 mapeia e divulga no Brasil os índices de violência,

O foco global é sempre violência letal relacionada com a juventude, mas com abordagens temáticas diferenciadas: mulher, América Latina, acidentes de trânsito, infância e adolescência, armas de fogo, novas tendências etc. Desde 2012, início da articulação dos Mapas com a Flacso, já foram divulgados sete Mapas com temáticas diferenciadas.

Os agrupados sob o subtítulo genérico os jovens do Brasil, abordaram as especificidades e a evolução da mortalidade violenta de nossa juventude, principal vítima desse drama brasileiro. Nesses trabalhos, a categoria de mortalidade violenta incluía não só os homicídios, mas também diversas outras violências letais, como suicídios e mortes em acidentes de transporte. Outros mapas centraram suas baterias em temas mais específicos e delimitados. Dois deles trabalhando o panorama da violência

nos municípios brasileiros. Mas também há uma edição que tentou pesquisar os fatores determinantes das quedas sistemáticas da violência no Estado de São Paulo e, outro ainda trabalhou uma perspectiva mais ampla, tomando como arcabouço a violência na América Latina e no mundo. Também se tentou elaborar, em mais um estudo, uma anatomia dos homicídios no Brasil [Grifos nossos] (Flacso-Brasil, 2025).

Adotamos aqui o critério juventude e o tomamos como conceito sociológico para nortear o foco no segmento que privilegiamos como nosso público-alvo de pesquisa.

Segundo Waiselfisz (2015, p. 45) na “Tabela 4.1. Número de homicídios de crianças e adolescentes (0 a 19 anos de idade) por UF e Região. Brasil. 2003/2013 UF/REGIÃO 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013, na Paraíba”, as mortes são respectivamente em números iguais a: “81 112 136 161 157 173 242 282 306 330 321 296”, portanto e, infelizmente, em franca escalada, com uma pequena variação em 2013.

No último censo “TABELA 4.1 Número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por UF (2013 a 2023). 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023, na Paraíba” os números são correspondentes a: “893 869 828 699 709 652 441 527 554 512 498” (FBSP, 2025, p. 32). Restando perceber variações mínimas de baixa escalada, infelizmente há uma tendência de alta mortalidade. Ainda segundo dados do Atlas da Violência:

No contexto brasileiro, ao longo dos onze anos de análise (2013-2023), os 312.713 homicídios de jovens resultaram em uma perda de 14.788.282 anos potenciais de vida, de acordo com o **APVP**. Os acidentes, como a segunda causa mais frequente de mortes entre os jovens, foram responsáveis por 7.285.862 **anos potenciais de vida perdidos**, enquanto os suicídios totalizaram 1.828.196 anos potenciais de vida perdidos. Isso significa que os homicídios retiraram aproximadamente o dobro de APVPs em relação aos acidentes e cerca de 8,1 vezes mais APVPs do que os suicídios. No caso de homicídios entre jovens, a idade de vinte anos foi a que registrou o maior número de APVPs, totalizando 1.302.246 anos perdidos, indicando que os jovens no início da juventude suportam o maior fardo da violência [Grifos nossos] (FBSP, 2025, p. 30).

Considerando os dados gerais, antes apresentados e a conjuntura da amostra relativa à Paraíba, entendemos que foi fundamental realizar de modo amíúde um mapeamento dos dados produzidos pela Secretaria de Segurança e da Defesa Social da Paraíba-SESDS que desde 2011 criou o Núcleo de Análise Criminal e Estatística- NACE que monitora os Crimes violentos Letais Intencionais- CVLI e, Crimes Violentos Patrimoniais- CPV, produzindo de modo perene um banco de dados sobre violência e criminalidade em nosso território.

Ao pensar na especificidade do território e nas singularidades dos fenômenos das violências, nos interessou problematizar a partir de qual paradigma nosso estado tem operado as estratégias em política de segurança (Dias, 2010) pois há no Brasil um entendimento epistemológico e uma forte tendência metodológica de implementação de Políticas, Programas e Ações em Segurança Pública com cunho de Epidemiologia da violência (Foucault, 1993) e não exatamente de preven-

ção ou controle, nos moldes de perenidade e continuidade, mas de respostas reativas e focais a situações limítrofes.

Nesse ínterim, das classificações, adentramos num campo fundamental para estudiosos da problemática da violência e da segurança pública, a saber, a engrenagem teórico-metodológico e, arquetípica da *eugenia* (Marques, 1994).

A eugenia é uma prática que podemos mapear na história do *homo sapiens* desde o desenvolvimento da fase da agricultura, com as consequentes ações da invenção da propriedade privada, do excedente de produção e da diferenciação entre ter e não ter e o *quantum de posse cada um tem que estará irremediavelmente atrelado ao estabelecimento do valor/posição social de cada membro do grupo*.

Assim, de modo não conceitual, mas extremamente prático-operativo e, útil ao desenvolvimento e estabelecimento dos sistemas de classificação e controle social, a *eugenia* (como estratégia de diferenciação por valorização de um-uns em detrimentos de outro-os) tem regulado as relações sociais e, tardiamente, será denominada especificamente no século 19 primeiramente por Mendel e, após por Dawin, ambos naturalistas devotados aos estudos que naquele contexto diziam respeito à dita “natureza em si”, a saber, no recorte mecanicista algo deiferente, apartado e inferior ao humano. E, num segundo momento, ainda no século 19, relacionada, à sociedade, pois importado por Francis Galton, o conceito de Eugenia é modelado e passa a ser uma ferramenta para uso de análise da realidade social (Barboza; Rodrigues; Ribeiro, 2021).

Florescem nesse cenário os processos classificatórios e a chamada *Ciência criminológica*, que habilmente e perversamente dá fôlego a toda uma engrenagem de construção da normalidade pela via da rotulação da anormalidade, criar o anormal é, a base que sustentará a ‘boa sociedade’, a sociedade dita normal, assim (Foucault, 1993, p. 163):

(...) a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. **Diferenciar** os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto- que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. **Medir**, em termos quantitativos e **hierarquizar** em termos de valor de capacidades, o nível, a <natureza> dos indivíduos. **Fazer funcionar**, através dessa medida <valorizadora>, a fronteira externa do anormal (...) A **Penalidade perpétua** que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares **compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui**, em uma palavra, ela normaliza [Grifos nossos].

Como estamos discutindo, a razão dita moderna, quando do uso das ferramentas da eugenia, que são as engrenagens sobremaneira a partir das quais a Política de Segurança pública executada nos acena para um quadro de aporia, pois dizemos combater a violência com mais violência, essa viol|ência combativa é *per se institucional e fundante da sociabilidade violenta das práticas de estado em relação a determinados corpos; corpos estes previamente fabricados-classificados pela violência fundacional da normalidade do estado e, por último posta em prática como forma de controle social vertical (de cima para baixo) pelos dispositivos de segurança pública das práticas de*

estado, especialmente nas suas vertentes de Polícias militares e, mais contemporaneamente Guardas Cívicas metropolitanas.

Num *looping infinito* (acrobacia sem término) a violência é tomada como motivo da ação de controle, o controle é exercido com base em ações de violência contra sujeitos específicos e, estes são por sua vez reiteradamente recriados, como bodes expiatórios, vidas para passíveis de matança...

A sociedade em geral teme a violência potencial dos pobres, os pobres temem a violência entre si; esses mesmos, temem a violência dos que vêm de cima, por exemplo, a corrupção e a seletividade penal.

As práticas de estado que são *eminentemente violentadoras de direitos*, a saber, raramente, nas três esferas de exercício do poder executivo; ou, no sistema de justiça e justiça criminal, assim como nas práticas dos nossos legisladores, as políticas públicas nesse país têm sido executadas de modo a não ser entendidas como ineficazes e classistas, e, particularmente a política de segurança pública é vista, entendida e esperada pelo consenso social como um *caso de polícia de vigilância e punição de crime e criminosos pobres*.

Por fim, desde o processo de invasão e colonização, do território hoje denominado Brasil, temos aplicado em larga escala artefatos de eugenia e, os dispositivos de segurança, nas suas diferentes modalidades, que geralmente só mudam como campo semântico, mas mantém de modo literal operacional a violência fundacional como mola propulsora de um corolário de elites que operam práticas de estado excludentes e de extermínio de populações que já nascem sobranças, para verificar tal realidade basta acompanharmos o instrumento Mapa da Violência já citado nesse documento.

Os objetivos que nortearam esta pesquisa foram:

1. Geral

- Realizar um levantamento da série histórica de dez anos (2015 a 2025) junto ao NACE-SESDS-PB

2. Específicos:

- Analisar dados de violência letal no estado MVLI (Mortes violentas letais intencionais), que inclui mortes por operações policiais;
- Cruzar dados como violência racial; violência de gênero (LGBTQIA+) como violência sexual, violência doméstica; violência policial;
- Destacar o perfil demográfico da juventude imbrincada nos atos de violência;
- Propor sugestões nas diferentes políticas públicas para enfrentamento (prevenção/enfrentamento) as violências.

A pesquisa teve caráter exploratório e foi um estudo de campo, bibliográfico, documental, de levantamento, grupo focal e observação participante (Minayo, 1996).

Os resultados compõem este livro e abarcam os eixos das seguintes **Políticas Públicas: 1. Educação e Profissionalização; 2. Cultura e Desportos; 3. Saúde Física e Mental; 4. Habitabilidade e circulação urbana (direito à cidade); 5. Segurança humana, pública e direito à vida.**

Ao final da nossa pesquisa podemos dizer que ao compararmos os dados nacionais com os construídos localmente, vemos se repetirem como marcadores sociais *sine qua non* raça-etnia; idade; gênero; local de origem; condição de vida (segmentos mais pauperizados), variáveis que nos apontam para um paradigma de Segurança Pública ancorado numa perspectiva epidemiológica (pois eugenista e racista) quanto a seletividade de nichos-focos e corpos tidos como danosos-perigosos à chamada ordem social. Assim, a segurança pública ainda é operada no Brasil como engrenagem eminentemente de controle social vertical e policial de territórios e populações eleitas como pestilentas. E, desse modo, sua operacionalização reflete um exercício de governamentalidade biopolítico, que tem por ancoramento um regime de verdade difuso socialmente, mas retoalimentado pelo chamado consenso social, o preconceito não é uma questão de ignorar fatos históricos, contextuais e étnicos, mas uma ação volitiva de afirmar a si, negando-exterminando a existência do outro.

Infelizmente, os direitos e garantias construídos formamamente na Constituição de 1988, ao priorizar o conjunto das políticas públicas, em especial àquelas destinada às gerações em formação, ainda são um corolário de devir em nossa realidade.

Como pesquisadores não temos a obrigação e, nem podemos agir na criação ou, reformulação de políticas públicas, mas é como pesquisadores, parte da sociedade e, pessoas afetadas pelas violências e, com comoção pela violência perene institucional e social em geral, destinada a maior parte da sociedade brasileira (homens adolescentes e jovens, pretos, pardos, pobres e periféricos) que a partir dos dados construídos e interpretados/discutidos à luz da teoria propomos ao leitor comum e, aos gestores de políticas públicas, em especial, que tenham a sensibilidade de sentirem *comoção e realinharem suas régua racionais à estratégias de entendimento, acolhimento e garantia efetiva da nossa humanidade a partir da fatalidade de que só existimos com, para e, pelo o outro.*

Os autores,
João Pessoa, fevereiro de 2025.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Bruno Rafael Silva Nogueira; RODRIGUES, José Wellhington Cavalcante; RIBEIRO, Luziana Ramalho. Eugenizando a família, gerindo a pobreza: um não-dito sobre pais que assassinam filhos gays. In:- RIBEIRO, Luziana Ramalho (et. al.) *Eugenia e direitos humanos*. João Pessoa: Ideia, 2021.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

_____. *Vida Precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

_____. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. São Paulo: UNESP, 2021.

FBSP. CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. Atlas da Violência 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes> Acesso em: 16 de Junho de 2025.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: uma história nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. *O nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FLACSOS MAPA DA VIOLÊNCIA: série de Estudos. 2025. Disponível em: <https://flacso.org.br/project/mapa-da-violencia/#:~:text=Trata%2Dse%20de%20pesquisas%20com,de%20um%20a%20cada%20ano>. Acessado em: 16 de junho de 2025.

DIAS, Lúcia Lemos. Segurança Pública numa visão ampliada. In:- *Direitos Humanos em uma época de insegurança*. SANTORO, Emilio (Org.). Porto Alegre: Tomo, 2010.

DUARTE, André. *Vidas em risco: crítica do presente em |Heidegger, Arendt e |Foucault*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010.

GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: Médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: UNICAMP, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MORETIN, Antônio Miguel. *As juventudes: conceitos sob as perspectivas sociológicas*. 2019. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/9%20Edicao/ARTIGO~ANTONIO.pdf>. Acessado em: 18 de junho de 2025.

MUCHEMBLED, Robert. *Uma história da violência: do final da Idade Média aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. *Para além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

RIBEIRO, Luziana Ramalho. "O que não tem governo" estudo sobre linchamento. João Pessoa: Mídia Gráfica Editora, 2012.

RIBEIRO, Luziana Ramalho; Picornell-Lucas, Antonia (Orgs). *Estilhaços da violência perene*. João Pessoa: Ideia, 2024.

RIBEIRO, Luziana Ramalho. *Eugenia, violências e segurança pública: engrenagens de fazer morrer?* João Pessoa: Ideia, 2025.

SÉMELIN, Jacques. *Purificar e Destruir: os usos políticos dos massacres e dos genocídios*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *MAPA DA VIOLÊNCIA 2015 Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil*. 2015, Disponível em: https://flacso.org.br/files/2017/04/mapaViolencia2015_adolescentes-1.pdf. Acessado em: 20 de junho de 2025.

Sumário

1. MATA PARAIBANA _____ 18

1.1 O Território _____	21
1.2 MVI na Zona da Mata Paraibana _____	23
1.3 O perfil das vítimas _____	35
1.4 Instrumentos utilizados a partir do CID-10 _____	50
1.5 MVI por identidade de gênero _____	66
1.6 MVI por período e horário de maior letalidade _____	103
1.7 MVI por raça/cor _____	109
1.8 Grupo focal sob a perspectiva de Direitos Humanos, Segurança Humana e Segurança Pública _____	114
1.9 Grupo focal sob a perspectiva de saúde física e mental _____	120
1.10 Considerações espiralares em “começo, meio e começo”: Zona da Mata Paraibana _____	123

2. AGRESTE PARAIBANO _____ 133

2.1 O território _____	133
2.1.1 Regiões Metropolitanas _____	137
2.2 Mortes Violentas Intencionais (MVI) no Agreste Paraibano _____	139
2.3 Meios utilizados a partir do Código Internacional De Doenças (CID) _____	145
2.4 Óbitos por intervenção legal (CID-35) _____	153
2.5 O perfil das vítimas _____	159
2.5.1 O perfil das MVI masculinas _____	159

2.5.2 O perfil das MVI femininas	181
2.6 Comparativo de óbitos entre homens e mulheres por microrregião	193
2.7 Sobre o período e horário de maior letalidade	198
2.7.1 Do período	198
2.8 Do local	203
2.9 MVI por raça/cor geral	207
2.10 O Brasil, as cidades e a violência letal contra adolescentes e jovens no Agreste Paraibano	212

3. BORBOREMA PARAIBANA 230

3.1 Dados geográficos e sociodemográficos	230
3.2 Mortes Violentas Intencionais (MVI) na mesorregião da Borborema Paraibana	234
3.3 Instrumentos utilizados a partir do Código Internacional De Doenças (CID)	237
3.4 O perfil das vítimas: gênero feminino e masculino	242
3.4.1 Óbitos de homens	242
3.4.2 Óbitos de mulheres	252
3.5 Comparativo de óbitos entre homens e mulheres por microrregião	258
3.6 Óbitos por raça/cor geral	261
3.7 Discussão teórica e diagnóstico da necropolítica dirigida aos jovens no território da Borborema	264
3.8 Sugestões e diretrizes para políticas públicas de enfrentamento ao extermínio da juventude na paraíba	268

4. SERTÃO PARAIBANO _____ 275

4.1 Mortes por cada município das microrregiões (2015 – 2025) _____ 283

4.1.1 Panorama dos óbitos totais nas microrregiões do Sertão Paraibano (2015 a 2025) _____ 284

4.2 Instrumentos utilizados nos homicídios: Qualificação e Tipificação dos tipos de Homicídio conforme os códigos do CID (Classificação Internacional de Doenças) _____ 289

4.3 Gráfico: comparação das microrregiões por cid: maior e menor incidência _____ 290

4.4 Gráficos: distribuição dos instrumentos por municípios e microrregiões (2015 -2025) _____ 291

4.5 Perfil: número de óbitos relacionados ao gênero feminino e ao gênero masculino _____ 295

4.6 Número de Óbitos por Gênero feminino e masculino por Microrregião _____ 335

4.7 Óbitos por raça/cor _____ 338

4.8 Entre o controle e o descarte: adolescentes e jovens do sertão paraibano como alvo da política de morte _____ 343

4.9 Grupo focal: o que os jovens têm a dizer sobre a segurança pública e educação? uma análise a partir das falas da juventude de Bayeux _____ 346

SOBRE OS AUTORES _____ 355

1. MATA

PARAIBANA

O presente capítulo tem por objetivo mapear os homicídios violentos contra adolescentes e jovens na mesorregião da Mata Paraibana entre os anos de 2015 e 2025. Trata-se, essencialmente, de um mapeamento focado em tratamento e análise de dados de pessoas jovens, negras, periféricas, sob a faixa etária de 12 a 29 anos de idade. O debate se dará pela perspectiva teórico social crítica em direitos humanos, em especial, a partir das políticas públicas que envolvem segurança humana, segurança pública, direito à vida, saúde física e mental.

Quanto ao conteúdo abordado, iniciaremos com um mapeamento geográfico e territorial da área em questão, a fim de obtermos informações sobre sua população e os municípios que a compõem, conforme o respectivo número de habitantes. Além disso, analisaremos os crimes cometidos em cada microrregião, considerando aspectos étnico-culturais, podendo ser subdivididos por turno (manhã, tarde ou noite) e tipos de instrumentos utilizados nos homicídios.

O desfecho desse mapeamento, sob considerações finais, no sentido de serem reflexões fluidas e contíguas, ancorara-se na perspectiva da teoria social crítica contracolonial (Santos, 2023). Os questionamentos e provocações buscam contrapor o modelo vigente de atuação necropolítica em nome da organização desenvolvimentista civilizatória reproduzido pelo sistema neocolonial, mantido pelo estado republicano neoliberal.

Exposto esse contexto preambular e prosseguindo em termos de caracterização geográfica, o litoral paraibano possui aproximadamente 133 quilômetros de extensão. Ele se estende desde a foz do rio Goiana, ao sul, na divisa com o estado de Pernambuco, até o estuário do rio Guaju, ao norte, na fronteira com o estado do Rio Grande do Norte. Os municípios de Lucena, Rio Tinto, Marcação, Mamanguape, Baía da Traição e Mataraca compõem o Litoral Setentrional. Já o Litoral Sul engloba os municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Conde, Alhandra e Pitimbu.

Os dados levantados acerca do panorama populacional da Mata Paraibana fazem referência de 2015 até o primeiro semestre de 2025.

Sobre o panorama habitacional geral, a população da Mata Paraibana é constituída por um total de 1.553.518 habitantes. De acordo com o Quadro 1, esta Mesorregião está subdivida em duas regiões metropolitanas e conta com 30 municípios.

Acerca da análise populacional, como etapa de procedimento metodológico para o tratamento dos dados, as categorias “microrregião” (4) e “município” (30) foram utilizadas para o agrupamento dos dados como base territorial para a Mesorregião da Mata Paraibana.

Quadro 1 - Número de habitantes por Município, Região Metropolitana e Microrregião

Nº	MUNICÍPIO	Nº DE HABITANTES	REGIÃO METROPOLITANA	MICRORREGIÃO
1	Alhandra	21.730	João Pessoa	Litoral Sul
2	Baía da Traição	9.224	Vale do Mamanguape	Litoral Norte
3	Bayeux	82.742	João Pessoa	João Pessoa
4	Caaporã	21.193	João Pessoa	Litoral Sul
5	Cabedelo	66.519	João Pessoa	João Pessoa
6	Capim	6.970	Vale do Mamanguape	Litoral Norte
7	Conde	27.605	João Pessoa	João Pessoa
8	Cruz do Espírito Santo	17.095	João Pessoa	Sapé
9	Cuité de Mamanguape	6.251	Vale do Mamanguape	Litoral Norte
10	Curral de Cima	5.254	Vale do Mamanguape	Litoral Norte
11	Itapororoca	18.382	Vale do Mamanguape	Litoral Norte
12	Jacaraú	14.477	Vale do Mamanguape	Litoral Norte
13	João Pessoa	833.932	João Pessoa	João Pessoa
14	Juripiranga	10.012	-	Sapé
15	Lucena	12.560	João Pessoa	João Pessoa
16	Mamanguape	44.599	Vale do Mamanguape	Litoral Norte
17	Marcação	8.999	Vale do Mamanguape	Litoral Norte
18	Mari	21.512	-	Sapé
19	Mataraca	8.244	Vale do Mamanguape	Litoral Norte
20	Pedras de Fogo	29.662	João Pessoa	Litoral Sul
21	Pedro Régis	5.766	Vale do Mamanguape	Litoral Norte
22	Pilar	12.311	-	Sapé
23	Pitimbu	16.751	João Pessoa	Litoral Sul
24	Riachão do Poço	4.738	-	Sapé
25	Rio Tinto	24.581	Vale do Mamanguape	Litoral Norte
26	Santa Rita	149.910	João Pessoa	João Pessoa
27	São José dos Ramos	5.891	-	Sapé
28	São Miguel de Taipu	7.066	-	Sapé
29	Sapé	51.306	-	Sapé
30	Sobrado	8.236	-	Sapé

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2022.

Nota. Nº. de Municípios: 30. Nº. de Regiões Metropolitanas: 2. Nº. de Microrregiões: 4 (Litoral Sul, Litoral Norte, João Pessoa, Sapé).

O Quadro 2, abaixo, retrata o quantitativo populacional de cada uma das quatro microrregiões da Mata Paraibana.

Quadro 2. Número de habitantes por Microrregião

Nº	MICRORREGIÃO	HABITANTES
1	João Pessoa	1.173.268
2	Sapé	138.167
3	Litoral Norte	152.747
4	Litoral Sul	89.336

Fonte: IBGE (2022).

A seguir, o Quadro 3 apresenta o número populacional da Mata Paraibana subdividido entre as duas regiões metropolitanas.

Quadro 3. Número de habitantes por Região Metropolitana

Nº	REGIÃO METROPOLITANA	HABITANTES
1	João Pessoa	1.304.280
2	Vale do Mamanguape	128.166

Fonte: IBGE (2022).

Conforme o IBGE (2022), a Região Metropolitana de João Pessoa representa 83,95% da população da Mesorregião da Mata Paraibana, considerando os doze municípios nela incluídos: João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Pedras de Fogo, Conde, Rio Tinto, Alhandra, Caaporã (21.193 hab.), Cruz do Espírito Santo, Pitimbu e Lucena.

A Região Metropolitana do Vale do Mamanguape totaliza 8,25% da população desta Mesorregião, sendo dez municípios, a saber: Mamanguape, Itapororoca, Jacaraú, Baía da Traição, Marcação, Mataraca, Capim, Cuité de Mamanguape, Pedro Régis e Curral de Cima (IBGE, *op. cit.*).

Ressaltamos que a soma dessas duas regiões metropolitanas (1.432.446) não atinge o total da Mesorregião da Mata Paraibana (1.553.518). Isso ocorre porque há um terceiro grupo de municípios na Mesorregião, liderado por Sapé, que não pertence a nenhuma dessas duas Regiões Metropolitanas oficiais. A região de Sapé e entorno (não metropolitanos) é composta por 121.072 habitantes (IBGE, 2022). Essa região é composta por Sapé, Mari, Pilar, Juripiranga, Sobrado, São Miguel de Taipu, São José dos Ramos e Riachão do Poço.

Sublinhamos ainda que o município de Rio Tinto (24.581 hab.) está dentro da região do Vale do Mamanguape por critérios geográficos/funcionais, embora legalmente pertença à Região Metropolitana de João Pessoa (IBGE, *op. cit.*).

1.1 O Território

Sob um cenário geográfico, o estado da Paraíba é composto por 4 mesorregiões. Entre elas está a Zona Litoral-Mata, correspondente à Mesorregião Mata Paraibana, definida pelo IBGE (*op. cit.*) e formada pelas seguintes Microrregiões Geográficas: Litoral Norte, Sapé, João Pessoa e Litoral Sul. Essa mesorregião reúne 30 dos 223 municípios paraibanos, representando 13,45% do total. Com uma área de 5.242 km² (equivalente a 9,3% do território estadual), possuía, no ano de 2000, uma população de 1.196.594 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 228,3 hab/km². O grande centro urbano da capital do Estado é um dos principais fatores que explicam essa elevada concentração populacional. Para fins de especificidade, iremos focar, em especial nas microrregiões de João Pessoa, aos municípios de João Pessoa e Conde.

A organização territorial brasileira segue um conjunto de critérios estabelecidos pelo IBGE (*op. cit.*), que busca articular elementos naturais, socioeconômicos e históricos para compreender a dinâmica regional. Segundo o IBGE (*op. cit.*), as mesorregiões e microrregiões foram concebidas como unidades espaciais capazes de expressar formas de organização do território e padrões de integração entre municípios, considerando fatores como infraestrutura, urbanização, fluxo populacional e atividades econômicas predominantes. Assim, regiões mais densamente povoadas e urbanizadas como é o caso da Mata Paraibana tendem a apresentar fortes interações funcionais, concentrando serviços, equipamentos públicos e atividades econômicas que influenciam os municípios do entorno.

Na relação com o território, a política dentro do contexto geográfico, define a ocupação, o acesso e o desenvolvimento do espaço, impactando a sua organização e o uso pelas pessoas (Neves e Juará, 2025, p. 2-3).

Importante destacar que o conceito de território transcende a noção geográfica tradicional, vai além de um espaço físico, é um espaço simbólico, um lugar carregado de história, memória, cultura e ancestralidade. Para as comunidades quilombolas, o território é um elemento central de resistência e sobrevivência, onde os modos de vida, tradições e lutas pela dignidade estão lado a lado (Neves e Juará, 2025, p. 1).

De acordo com o autor e a autora (2025) em seu diálogo com os saberes ancestrais, o território transcende o físico e o político. Para as comunidades quilombolas, como por exemplo, o Quilombo do Ipiranga no município do Conde, localizado na microrregião do Litoral Sul, o território é uma extensão da própria vida, enraizada em valores de pertencimento, ancestralidade e práticas sustentáveis. Segundo Santos (2023), o território não é apenas o lugar onde se vive, mas onde se constrói e se preserva a memória coletiva, onde os saberes tradicionais ganham corpo e onde a cultura se manifesta como resistência. Nessa direção, o território precisa ser, acima de tudo, um espaço de luta e ressignificação, carregado de histórias e significados que desafiam a homogeneização imposta por sistemas coloniais (Neves e Juará, *op. cit.*, p. 2). Milton Santos (2002, p. 9) acentua que o território é um palco de vida, estando intrinsecamente ligado à experiência humana, à identidade e ao pertencimento. Essa perspectiva diz respeito a nossas identidades e relações sociais, sendo um espaço de produção e troca tanto material quanto espiritual.

Considerando a política pública que envolve esse estudo, mais especificamente, direitos humanos em perspectiva territorial, Rita Segato (2012) inverte a máxima dos direitos humanos “diferentes, porém iguais”, que reforça o propósito de universalização da cidadania por meio da ampliação da égide estatal. Nesse sentido, coadunamos com a autora (*op. cit.*) que propõe ao tratar direitos humanos, a inversão “desiguais, porém distintos”. Consoante a essa perspectiva, direitos humanos traz a ideia de comunidade desimpedida, ou seja, a possibilidade de diferença não constituída como um problema, e sim, como um novo ponto de partida. Note-se que ao trabalhar a violência de gênero com mulheres indígenas brasileiras, nesse caso, em territórios indígenas prevalentes nas microrregiões do Litoral Sul e Norte, as mulheres

de povos afropindorâmicos trazem a importância de políticas públicas, em que o Estado aja de acordo com as realidades locais, ou seja, com suas participações e considerando a materialidade da organização político-econômica de cada território, cada grupo étnico (Castro e Soares, 2024, p. 200).

Falar de território é pensar na tríade: política, cultura e economia, e no caso do Mapeamento desse estudo, trata-se da vida humana por uma realidade fatídica de insegurança pública e infelizmente, exclusão e extermínio social.

Para se ter uma visão panorâmica territorial em termos geográficos, considerando o contexto político, cultural e econômico, enfatizamos a expressiva concentração populacional na Mesorregião Mata Paraibana, sobretudo no aglomerado urbano de João Pessoa, está alinhada ao que aponta a literatura sobre hierarquia urbana e polarização regional, em que capitais estaduais funcionam como polos de atração populacional e econômica. Esses centros urbanos concentram empregos, serviços e infraestrutura, promovendo fluxos migratórios internos e contribuindo para a maior densidade demográfica dessas áreas.

Dessa forma, ao direcionarmos a análise para os municípios de João Pessoa (microrregião de João Pessoa) e Sapé (microrregião de Sapé), estamos considerando a lógica espacial descrita pelos estudos regionais: ambos integram uma mesma rede urbana e participam de dinâmicas socioeconômicas interdependentes, o que reforça a pertinência de estudá-los de maneira articulada.

Em termos habitacionais, sobre o nível populacional desta Mesorregião, a microrregião mais populosa é a de João Pessoa, seguida pelo Litoral Norte, Sapé e Litoral Sul, respectivamente.

A Tabela 1, abaixo, informa o número de habitantes que vivem na Mata Paraibana, a partir das microrregiões e seus respectivos municípios.

Tabela 1. População por Município e Microrregião

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO E POPULAÇÃO	TOTAL DA MICRORREGIÃO
João Pessoa	João Pessoa (833.932), Santa Rita (149.910), Bayeux (82.742), Cabedelo (66.519), Conde (27.605), Lucena (12.560)	1.173.268
Sapé	Sapé (51.306), Mari (21.512), Cruz do Espírito Santo (17.095), Pilar (12.311), Juripiranga (10.012), Sobrado (8.236), São Miguel de Taipu (7.066), São José dos Ramos (5.891), Riachão do Poço (4.738)	138.167
Litoral Norte	Mamanguape (44.599), Rio Tinto (24.581), Itaporoca (18.382), Jacaraú (14.477), Marcação (8.999), Baía da Traição (9.224), Mataraca (8.244), Capim (6.970), Cuité de Mamanguape (6.251), Pedro Régis (5.766), Curral de Cima (5.254)	152.747
Litoral Sul	Pedras de Fogo (29.662), Alhandra (21.730), Caaporã (21.193), Pitimbu (16.751)	89.336
Total Geral	Mesorregião da Mata Paraibana	1.553.518

Fonte: IBGE (2022)

Nota. Nº. de Municípios: 30. Nº. de Microrregiões: 4.

João Pessoa, enquanto microrregião, é composta por 6 municípios, sendo o de João Pessoa o que tem o maior número de habitantes. Os municípios de Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Conde e Lucena seguem a hierarquia populacional descendente.

A microrregião do Litoral Norte é constituída por 11 municípios, a saber: Mamanguape, Rio Tinto, Itapororoca, Jacaraú, Marcação, Baía da Traição, Mataraca, Capim, Cuité de Mamanguape, Pedro Régis e Curral de Cima. Destes, conforme a ordem citada, Mamanguape é o mais populoso e Curral de Cima o que possui o menor número de habitantes.

Sapé é a microrregião que compõe 9 municípios, sendo eles em nível populacional descendente: Sapé, Mari, Cruz do Espírito Santo, Pilar, Juripiranga, Sobrado, São Miguel de Taipu, São José dos Ramos e Riachão do Poço.

Enquanto microrregião menos populosa da Mata Paraibana, o Litoral Sul está subdividido em 4 municípios, sendo em ordem populacional descendente: Pedras de Fogo, Alhandra, Caaporã e Pitimbu.

Adiante, apresentamos, na próxima seção, dados que expõem em números e em perspectiva temporal, entre o interstício de 2015 a 2025, óbitos de jovens, negros, na faixa etária compreendida entre 12 a 19 anos, em conformidade às microrregiões e municípios da Mata Paraibana. Esses dados foram obtidos pelo pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana, a partir do Núcleo de Análise Criminal e Estatística da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social do estado da Paraíba (NACE/SEDS/PB, 2025)¹, em que o período de 2025 foi analisado somente até a data de obtenção do material bruto entregue para as análises subsequentes. O tratamento dos dados foi estruturado em índices que refletem idade, raça/cor, gênero, qualificação do tipo de homicídio, conforme a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) e óbitos em confronto policial.

Portanto, os elementos que serão explorados a seguir eles se distribuem em três categorias, onde a primeira traz um apanhado das Mortes Violentas Intencional (MVI) em cada uma das microrregiões; em seguida, temos os dados referentes aos instrumentos utilizados, de forma que, eles serão trazidos a partir da classificação conforme o CID-10, considerando que os dados utilizados aqui foram retirados de registros da política pública referente à área da saúde; e por fim, trazemos um perfil das mortes, explorando os aspectos referente ao gênero e a raça/cor.

1.2 MVI na Zona da Mata Paraibana

As MVI (mortes violentas intencionais) constituem uma categoria analítica amplamente utilizada nos estudos de segurança pública e violência no Brasil. Conforme definido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025), essa categoria abrange homicídios dolosos, feminicídios, lesões corporais seguidas de morte e latrocínios, unificados pelo elemento comum do resultado letal decorrente de uma ação intencional.

Conforme o IBGE (2022), em referência à Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é definida como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si pró-

¹ Ao mencionarmos a referência do NACE/SEDS/PB (2025) ao longo deste relatório, destacamos que os dados de 2025 dizem respeito até o dia 9 de setembro de 2025, mais precisamente, às 12h, ocasião em que o GEVISP/PPGDH/UFPB teve acesso aos índices reportados por este Núcleo.

prio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Quanto à sua natureza, a violência pode ser física, sexual, psicológica ou envolvendo privação ou negligência.

A violência como produto da sociedade moderna e o aspecto disciplinador como controle social (Foucault, 2008) é mantido, segundo Sémelin (2009, p. 19), pela “invenção de novas ortopedias dos disciplinadores, para garantir a docilidade dos homens, corpo e alma”. O cientista político (2009) inferiu que práticas políticas de purificação e destruição do corpo social organizadas pelo estado estariam associadas à ascensão de movimentos nacionalistas durante os séculos XIX e XX. No que tange aos modos de gerir política e economia, Sémelin (2009, *loc. cit.*) afirmou que a partir de aspectos culturais de violência que delineiam fronteiras, “nenhuma sociedade está imune a tais processos assim que começa a se desintegrar”, qualquer um de nós é capaz de transformar o/a semelhante em algoz.

Nessa direção, Girard (1990) sinalizou que a violência é pseudo-estruturalista, é instintual, é uma tendência, a partir do desejo de sobrevivência. O ódio que movimenta a violência é a mola propulsora da potência como instinto de atender necessidades próprias, considerando que “a partir dessa transmutação da angústia latente em medo concentrado em uma figura hostil, desenvolve-se o ódio contra esse Outro maligno” (Sémelin, 2009, *loc. cit.*). O sentimento de ódio não surge como definidor de relações nomeadas como naturais, e sim, por “uma paixão construída, produzida ao mesmo tempo por uma ação voluntária (...) e por circunstâncias que favorecem sua propagação” (Sémelin, *op. cit.*, p. 25) e que desencadeia o “desejo de destruir o que é designado como a causa do medo” (Sémelin, 2009, *loc. cit.*).

De acordo com Girard (*op. cit.*), a violência possui um aspecto duplo: é sagrada e criminosa. A violência inicia-se através do desejo. Para políticas públicas, como apontou Ribeiro (2025), quando exercida pelas práticas do estado moderno, a violência também é apreendida como sagrada. Aludindo a antropofagia mimetizada, em nome do bem comum, do sagrado, da purificação, a morte de corpos negros, pobres e periféricos torna-se a tecnologia para a salvação da sociedade, justificando-se como combate à criminalidade.

No Brasil, a pessoa negra constitui o segmento mais crítico das populações marginalizadas, em que a pobreza cresce inversamente proporcional à concentração de renda de uma minoria, desinteressada em instituir políticas que realmente apontem para a superação dos conflitos e violências raciais que envolvem as relações capital/trabalho (Xavier e Silva, 2025, p. 21).

Esse cenário coaduna ao entendimento de que, para fins estatísticos e criminológicos, é necessário reunir em um único indicador diferentes tipificações penais que compartilham a intencionalidade e a letalidade do agente (FBSP, 2025). Assim, o conceito de MVI permite compreender tendências gerais da violência letal e compará-las entre regiões, estados e recortes populacionais específicos.

A análise das MVI no Brasil evidencia um panorama complexo, no qual reduções quantitativas gerais não necessariamente refletem diminuições homogêneas no território. De acordo com o 19º Anuário de Segurança Pública (FBSP, *op. cit.*), o país registrou, em 2024, 44.127 mortes violentas intencionais, representando uma taxa nacional de 20,8 por 100 mil habitantes, a menor desde 2012.

Embora esse dado possa sinalizar avanços em políticas de prevenção, destacamos que tendências nacionais podem mascarar desigualdades regionais significativas, especialmente quan-

do se considera o papel de dinâmicas socioeconômicas, presença estatal e disputas criminais no território (Zaluar, 2007).

O Nordeste brasileiro, por sua vez, apresenta uma realidade que destoa do cenário nacional. Ainda segundo o FBSP (*op. cit.*), a região nordestina registrou uma taxa de 33,8 MVI por 100 mil habitantes, quase 60% superior à média brasileira. Tal discrepância revela processos próprios de organização criminal e fragilidades estruturais que dificultam o controle territorial e o fortalecimento das instituições de segurança.

Ademais, cinco dos dez estados com maiores taxas de MVI pertencem à região da Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Maranhão; evidenciando uma concentração regional da violência letal. Estudos recentes apontam que a expansão de facções criminosas para o Norte e Nordeste tem potencializado disputas territoriais, reorganização de mercados ilícitos e aumento de confrontos armados (FBSP, *op. cit.*), o que contribui para o agravamento dos indicadores.

Nesse contexto, o ano de 2024 evidenciou que as dez cidades mais violentas do Brasil situavam-se no Nordeste (FBSP, *op. cit.*), reforçando o caráter regionalizado da violência letal. A Paraíba, inserida nesse cenário, apresentou uma taxa de 25,6 MVI por 100 mil habitantes, valor intermediário em comparação aos demais estados nordestinos, mas ainda superior à média nacional. Tal quadro demonstra a persistência de desafios locais relacionados à desigualdade social, vulnerabilidades territoriais, violência de gênero e o direcionamento de mortes, sobretudo, à população jovem negra periférica somados à insuficiência de políticas públicas integradas, aspectos amplamente discutidos na literatura sobre violência estrutural e urbana (FBSP, 2025).

Diante desse cenário ampliado, torna-se relevante analisar como essas dinâmicas se manifestam em recortes específicos, particularmente no que se refere às mortes violentas de adolescentes e jovens. Trata-se de um grupo historicamente mais exposto a contextos de vulnerabilidade social e vitimização, conforme demonstram pesquisas que apontam a juventude, em especial, jovens negros, pobres e residentes de periferias urbanas, como principal alvo da letalidade violenta no Brasil (Waiselfisz, 2015).

Exposto esse contexto social, justificamos que a população foco desse estudo dedica-se a examinar as MVI envolvendo jovens de 12 a 29 anos na região da Mata Paraibana, entre 2015 e 2025, buscando identificar padrões territoriais e variações no período analisado.

A partir dos dados informados pelo pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), foram formulados Tabelas e Gráficos acerca do quantitativo de Óbitos dessa população alvo, residente no estado da Paraíba, particularmente, na faixa territorial da Mata Paraibana, com o propósito de informar, analisar dados e, posteriormente, como anteriormente descrito, aprofundar a crítica social em segurança humana, pública e direito à vida, saúde física e mental, em especial, pela aplicabilidade metodológica de grupo focal (Minayo, 2014; Gatti, 2005).

A Tabela 2, a seguir, descreve o número de óbitos desta população por município referente à Mata Paraibana, a partir do período de 2015 a setembro de 2025, o que possibilita a visualização do quantitativo anual considerando este interstício.

Tabela 2. Quantitativo de Óbitos de jovens negros (pardos e pretos) na faixa etária de 12 a 29 anos, por município, entre 2015 e 2025

MUNICÍPIO	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	TOTAL
Alhandra	7	9	6	13	3	2	3	2	11	9	6	71
Baía da Traição	2	1	1	1	1	1	3	2	0	1	0	13
Bayeux	18	12	14	21	13	21	17	14	21	24	16	191
Caaporã	5	4	15	10	7	4	5	9	12	5	9	85
Cabedelo	5	8	9	8	4	3	7	7	27	4	7	125
Capim	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	0	12
Conde	12	11	8	10	9	7	10	5	5	7	5	89
Cruz do Espírito Santo	5	3	2	3	3	3	15	10	11	15	3	73
Cuité de Mamanguape	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	4
Curral de Cima	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	4
Itapororoca	0	4	3	2	2	1	4	0	1	0	0	17
Jacaraú	0	0	0	1	1	3	7	7	1	6	3	29
João Pessoa	292	218	209	167	102	131	122	107	109	141	101	1.699
Juripiranga	0	2	2	1	1	5	3	4	5	2	2	27
Lucena	3	6	5	5	2	3	4	0	0	4	1	33
Maman-guape	12	9	5	5	6	10	6	4	10	15	9	91
Marcação	0	1	2	0	1	1	1	5	5	0	0	16
Mari	2	5	4	5	2	2	5	0	0	0	2	27
Mataraca	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	2	6
Pedras de Fogo	1	2	10	14	2	6	12	7	17	12	11	94
Pedro Régis	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	2	5
Pilar	0	0	1	0	2	2	0	1	0	0	0	6
Pitimbu	9	7	3	12	2	8	15	6	2	12	2	78

Riachão do Poço	0	1	1	0	0	0	0	0	1	2	0	5
Rio Tinto	1	2	3	3	2	4	2	1	1	3	1	23
Santa Rita	46	56	49	56	34	35	29	29	25	30	30	419
São José dos Ramos	2	0	1	1	1	0	4	1	1	1	0	12
São Miguel de Taipu	1	1	0	1	4	3	3	3	1	1	1	19
Sapé	10	6	13	9	4	6	3	2	6	3	1	63
Sobrado	0	0	0	1	1	2	1	1	0	0	0	6

Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de Municípios: 30. 15 a 25 referem-se ao período anual. 15: 2015. 16: 2016. 17: 2017. 18: 2018. 19: 2019. 20: 2020. 21: 2021. 22: 2022. 23: 2023. 24: 2024. 25: 2025. Municípios por Microrregiões: 4.

É relevante mencionar que, conforme a Tabela 2, em alguns municípios e períodos anuais específicos, os registros de mortes apresentam o valor zero, o que pode espelhar a ausência de registros oficiais ou subnotificação de casos para o período em questão analisado.

Nas análises, de modo geral, considerando o recorte temporal, verificou-se possíveis irregularidades no registro de ocorrências de óbitos, o que pode estar associado a fatores externos como: alterações na dinâmica populacional, contextos socioestruturais de cunho econômico e períodos pandêmicos de saúde pública, além de confrontos policiais.

De acordo com dados do FBSP (2025), em especial, pelo “Boletim Temático Violência”, (Brasil, 2025, p. 4), reluzindo a situação mais recente de 2023 acerca das taxas de homicídios por 100 mil habitantes, os nove estados da região nordestina mostraram taxas superiores à média nacional (21,2). O estado da Bahia está no ranking com a maior taxa (43,9), quase o dobro da brasileira, seguida pelo estado pernambucano (38,0). O estado do Piauí (22,0) apresentou o menor índice regional, já o estado da Paraíba está em sexto lugar, com a taxa de 26,5%.

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) (2019) do IBGE (2022), apontou que 20,6% das pessoas com 18 anos ou mais de idade haviam sofrido violência física, psicológica ou sexual, as pessoas pretas foram as mais atingidas, com seguidas das pardas, 19,3%. Entre as pessoas brancas, 16,6% relataram ter sofrido algum tipo de violência. As mulheres foram mais vítimas de violência (19,4%) do que os homens (17,0%), principalmente as mulheres pretas, grupo de cor ou raça e sexo com maior proporção de vítimas (21,3%).

A taxa de homicídio (número de mortes por 100 mil habitantes) é um indicador amplamente utilizado para medir a incidência de violência física, em sua forma mais extrema, nos países, regiões e grupos populacionais.

Segundo os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, houve 49,9 mil homicídios no Brasil, em 2020, correspondendo a uma taxa de 23,6 mortes

por 100 mil habitantes. O total de homicídios foi 9,6% maior do que o observado em 2019 (45,5 mil), mas ainda situado em patamar inferior ao observado em anos anteriores. O valor mais elevado da série iniciada em 2012 foi identificado em 2017 com 65,6 mil homicídios e taxa de 31,8 mortes por 100 mil habitantes (IBGE, 2022, p. 11).

Quanto ao contexto de mortalidade na Mata Paraibana, a Tabela 3, adiante, expõe o quantitativo de óbitos ocorridos entre 2015 a 2025 de pessoas jovens negras, entre 12 a 29 anos, de acordo com a microrregião e respectivos municípios.

Tabela 3. Número de Óbitos de jovens negros (pardos e pretos) na faixa etária de 12 a 29 anos, por microrregião, entre 2015 e 2025

Microrregião	Município e Número de Óbitos (2015-2025)	Total de Óbitos da Microrregião
João Pessoa	João Pessoa (1.699), Santa Rita (419), Bayeux (191), Cabedelo (125), Conde (89), Lucena (33)	2.556
Sapé	Sapé (63), Mari (27), Cruz do Espírito Santo (73), Pilar (6), Juripiranga (27), Sobrado (6), São Miguel de Taipu (19), São José dos Ramos (12), Riachão do Poço (5)	238
Litoral Norte	Mamanguape (91), Rio Tinto (23), Itapororoca (17), Jacaraú (29), Marcação (16), Baía da Traição (13), Mataraca (6), Capim (12), Cuité de Mamanguape (4), Pedro Régis (5), Curral de Cima (4)	220
Litoral Sul	Pedras de Fogo (94), Alhandra (71), Caaporã (85), Pitimbu (78)	328
Total Geral	Mesorregião da Mata Paraibana	3.342

Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. N°. de Municípios: 30. N°. de Microrregiões: 4.

De acordo com os dados do Censo (IBGE, 2022) retratados na Tabela 4, a seguir, e os dados informados pelo pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), nos municípios referentes a microrregião do Litoral Norte, ocorreram 18 óbitos de jovens negros, entre 12 a 29 anos, em 2015, e, 24 mortes para esta população alvo e faixa etária, em 2022, o que indicou um aumento de 33,33% comparando os anos de 2015 e 2022. Com relação ao aumento populacional de 2015 a 2022, houve uma elevação de 1,88% nesta microrregião. Inferimos, portanto, que o número de óbitos de jovens negros, com idades entre 12 e 29 anos, foi mais alto percentualmente em comparação ao aumento populacional geral, nos anos de 2015 e 2022, correspondentes para esta análise.

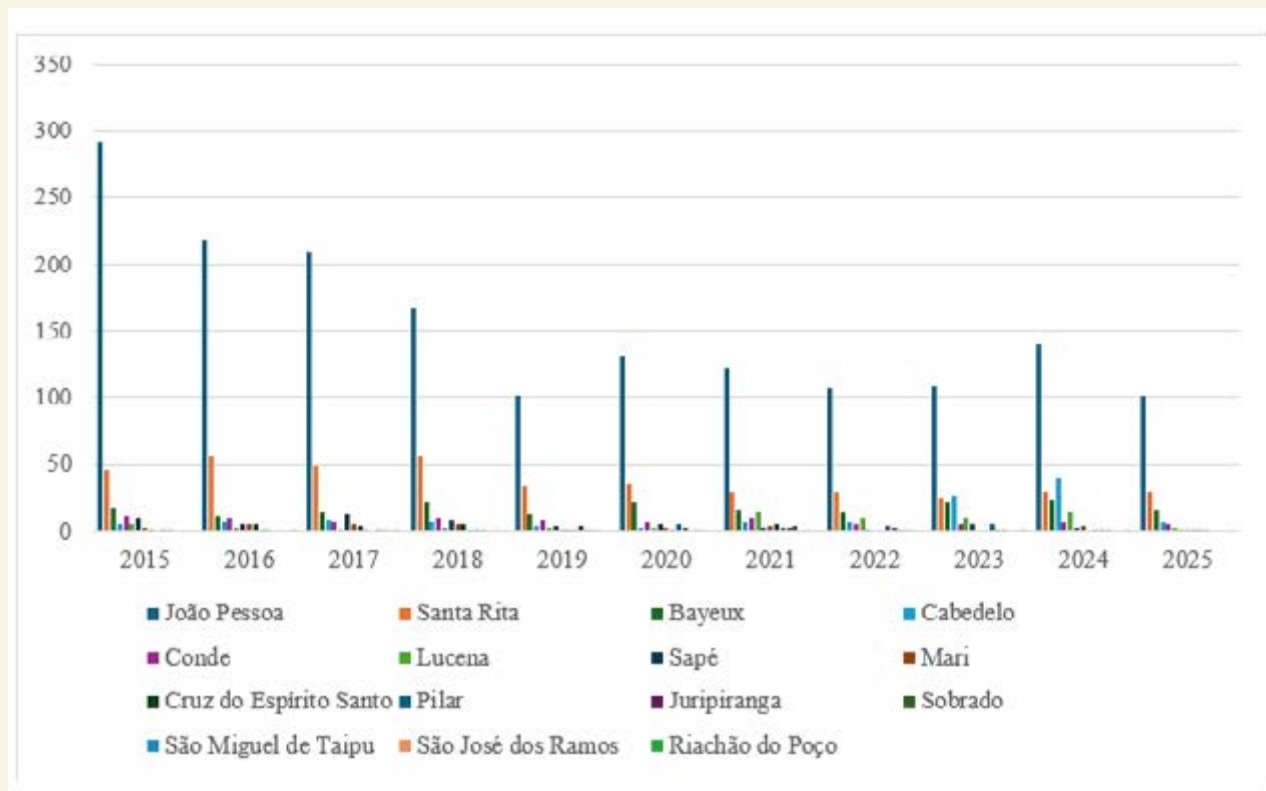
Conforme números divulgados pelo NACE/SEDS/PB (2025), ocorreram 17 mortes nesta microrregião.

A Tabela 3 retratou em quantidade, que o genocídio do negro brasileiro, em particular, na Mata Paraibana, evolui do modelo de escravização à eliminação da vida por múltiplas formas. Segundo Arnaldo Xavier e Nilza Silva (2025, p. 84), a sociologia verificacionista, movida por “uma consciência cheia de remorsos, tem sido incapaz de interpretar ou recompor, no olhar do homem

negro, a violência sobre a mulher negra, da mais profunda expressão de ancestralidade às vísceras do cotidiano”. Em um parâmetro interracial e transgeracional, avós, mães solas, irmãos, mulher, filhas e filhos, penetradas pela mulher branca e pelo homem branco; a impune normalidade deste ato de extermínio.

A seguir, como exemplo da Mata Paraibana, o Gráfico 1 aponta o comparativo de óbitos de jovens negros entre 12 e 29 anos, a partir das MVI no período compreendido entre 2015 e 2025, em especial, de 15 municípios das microrregiões de João Pessoa e Sapé.

Gráfico 1 - Comparativo das Mortes Violentas Intencionais (MVI), de jovens negros, entre 2015 e 2025, das microrregiões de João Pessoa e Sapé



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. N°. de Municípios: 15. Microrregiões: 2 (João Pessoa e Sapé).

Já o Quadro 4, adiante, ilustra os óbitos de jovens negros entre 12 e 29 anos, em perspectiva anual, partindo de 2015 até 2025, dos 15 municípios que compõem estas duas microrregiões (João Pessoa e Sapé).

Quadro 4. Número de Óbitos de jovens negros (pardos e pretos) na faixa etária de 12 a 29 anos, por município, em particular, das microrregiões de João Pessoa e Sapé, sob período anual entre 2015 a 2025

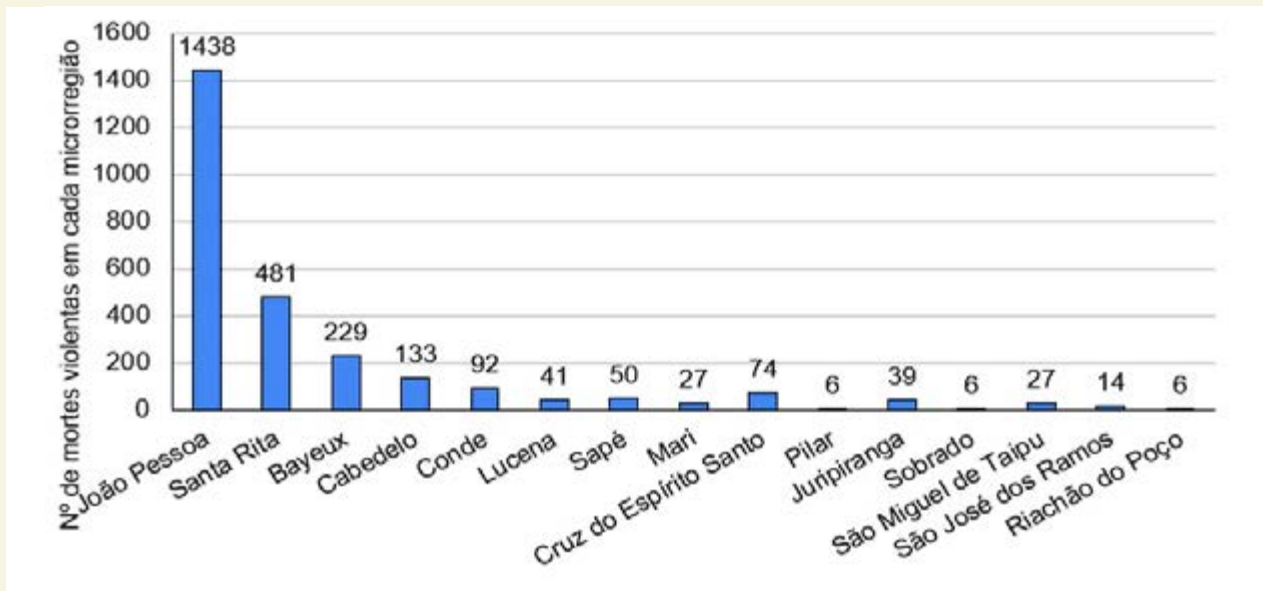
Municípios	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
João Pessoa	292	218	209	167	102	131	122	107	109	141	101	1,699
Santa Rita	46	56	49	56	34	35	29	29	25	30	30	419
Bayeux	18	12	14	21	13	21	17	14	21	24	16	191
Cabedelo	5	8	9	8	4	3	7	7	27	40	7	125
Conde	12	11	8	10	9	7	10	5	5	7	5	89
Cruz do Espírito Santo	5	3	2	3	3	3	15	10	11	15	3	73
Sapé	10	6	13	9	4	6	3	2	6	3	1	63
Lucena	3	6	5	5	2	3	4	0	0	4	1	33
Mari	2	5	4	5	2	2	5	0	0	0	2	27
Junipiranga	0	2	2	1	1	5	3	4	5	2	2	27
São Miguel de Taipu	1	1	0	1	4	3	3	3	1	1	1	19
São José dos Ramos	2	0	1	1	1	0	4	1	1	1	0	12
Pilar	0	0	1	0	2	2	0	1	0	0	0	6
Sobrado	0	0	0	1	1	2	1	1	0	0	0	6
Riachão do Poço	0	1	1	0	0	0	0	0	1	2	0	5

Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de Municípios: 15. Microrregiões: 2 (João Pessoa e Sapé).

Prosseguindo, ainda exemplificando duas microrregiões da Mata Paraibana, o Gráfico 2 mostra a comparação de MVI dos 15 municípios referentes às microrregiões de João Pessoa e Sapé, entre 2015 e 2025.

Gráfico 2 – Comparativo de mortes violentas nas microrregiões de João Pessoa e Sapé entre 2015 e 2025



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de Municípios: 15. Microrregiões: 2 (João Pessoa e Sapé).

A leitura do Gráfico 2 que evidencia a elevada concentração de mortes violentas em João Pessoa (1.438) e nos municípios metropolitanos de Santa Rita (481) e Bayeux (229) ultrapassa uma

interpretação meramente quantitativa da criminalidade quando analisada a partir da perspectiva decolonial (Quijano, 2000).

Tal interpretação revela a permanência de uma estrutura de poder colonial que continua a produzir desigualdade e morte em territórios historicamente marcados pela escravidão e pelo sistema *plantation*, como é o caso da Mesorregião da Mata Paraibana. Nesse sentido, a letalidade juvenil não pode ser compreendida como fenômeno acidental, mas como resultado direto da colonialidade do poder e da colonialidade do ser que moldam a experiência social nesses espaços.

O termo “colonialidade” significa quaisquer exclusões provocadas por hierarquias no conhecimento, hierarquias espirituais, raciais e étnicas, gênero e sexualidade. Supremacias de um gênero, de um sexo em relação a outros. Geni Núñez (2021) ressalta que a colonização atinge nossas vidas no modo subjetivo e emocional, afeta a micro e macro políticas, em que a prática da violência ecocida, racista e misógina é o desvio ou desobediência de uma única teoria de mundo que seria ética, a partir da monocultura do pensamento (Soares, 2022).

A partir de Aníbal Quijano (2000), o conceito de Colonialidade do Poder demonstra como o colonialismo instaurou um padrão de dominação que persiste para além do fim formal das colônias, estruturado a partir da raça como eixo central de classificação social. Sob essa ótica, os elevados índices de mortes violentas registrados nas periferias e regiões metropolitanas, tradicionalmente habitadas por populações racialmente oprimidas evidenciam a permanência de um sistema de controle social racializado.

Ainda que o marcador social de raça seja discorrido na sexta seção deste texto, acentuamos, de modo preambular, a marca racista que se perpetua em direção aos corpos não-brancos. “Racismo” é um sistema de opressão, por isso não está dissociado de sua dimensão estrutural. O caminho de constituição do Brasil é assentado pelo racismo, “robusto o suficiente diante do poder da ciência, na tradução das teorias científicas no país e posteriormente pela descoberta de uma singularidade de seu povo” (Ferraz; Simioni, 2022, p. 188).

Semelhantemente, não obstante a quinta seção deste material abordar acerca das MVI por identidade de gênero, introduzimos, de antemão, consoante à Heilborn, Araújo e Barreto (2010), a compreensão de gênero referindo-se à valores e apontamentos socioculturais direcionados aos corpos, ao significado sobre o que é e como é ser homem, ser mulher, ser pessoa, desembocando em uma ideia de categorização de pessoas, assim como para a invenção de classe social e de raça. A partir das relações de gênero, raça e classe, as diferenças são marcadas socialmente por contextos de dominação para indicar relações de poder (Soares, Cantisano e Ribeiro, 2025, p. 18).

Conforme Stuart Hall (2014, p. 12), o termo identidade pode ser compreendido como um “processo que está em constante construção”, é um sistema aberto e dinâmico. Por essa razão, são diversas e estão relacionadas à racialidade, etnia, gênero, dentre outras. Essa chamada fragmentação das identidades se dá conforme as condições políticas e sociais que ocasionam uma situação em que há várias possibilidades de identificação, instituindo um complexo jogo de identificação. Identidade é uma categoria plural (Hall, *op. cit.*, p. 19)

Diante o cenário colonialista socio-histórico opressor, não há como se abster de análise social e crítica de grupos que visam enriquecerem às custas da perversa estrutura de colonialidade do ser, do saber e poder que se utilizam da invenção fictícia de categorizar corpos e identidades sociais em perspectivas binárias, duais e cristalizadas com a intencionalidade de manutenção de privilégios, sob a égide do capital.

Heilborn, Araújo, Barreto (2010, p. 82) grafam que sob relações de poder na gestão de políticas públicas, é na assimetria de gênero raça e classe, que o biopoder e o controle dos corpos são mantidos e retroalimentados (Foucault, 2008). Para o contexto de segurança pública, Ribeiro (2025, p. 9-10) introduz que nestas políticas, corpos, comportamentos e territórios, além de serem “escrutinados com as táticas de biopoder e biopolítica (...), a máquina de produção da diferença, da reparação e da eliminação trabalha continuamente construindo massas abjetas”.

O liberalismo se mantém através da epistemologia político-social positivista sustentada pelo viés da medicina social de que a pessoa negra (preta e parda) é percebida como uma subespécie, um dejetivo (Bauman, 2005; Wacquant, 2009). De acordo com Porto (2010), corpos abjetos - termo cunhado por Judith Butler - são àqueles não passíveis de existência e que não fazem sentido de ser em uma matriz cultural específica. Nesta perspectiva, são percebidos como exceção, dentro e fora da cultura universalizante e reconhecidos como inóspitos ocupando o lugar de inabitável. Em uma lógica dual e binária, corpos que importam são aqueles que, em sua materialidade estão legitimados dentro de um enquadramento da cultura universal, ocupando os espaços que “socialmente” importam. (Soares, Cantisano e Ribeiro, 2025, p. 50).

Em sentido segregatório semelhante, partindo do estereótipo de que o corpo negro tem uma “sexualidade exacerbada (além da languidez e da preguiça) (...) que acompanhou a colonização tanto no Brasil, como em diversos países nas Américas que viveram o regime escravocrata” em que, nesta criação da colonialidade, corpos de pessoas negras que foram domesticados ainda se mantêm à serviço das vantagens da branquitude (Bento, 2022), é que, na contemporaneidade se perpetuam os efeitos do racismo. Efeitos que, adentrando esferas de poder na administração pública, na organização da política de segurança pública não acontece de modo diferente (Soares, Cantisano e Ribeiro, 2025, p. 53).

Branquitude é um termo cunhado por Cida Bento (2022), que trata dos privilégios e vantagens sociais que preserva interesses de pessoas brancas, a partir da invenção cientificista da medicina social e direito positivista desta suposta hierarquia de inferioridade e superioridade entre pessoas brancas e não-brancas.

Ancorado no ideário da branquitude (Bento, *op. cit.*), a violência letal opera como mecanismo de manutenção da subalternidade de populações negras e pardas, transformando-as em sujeitos vulneráveis à morte e relegados àquilo que Quijano (2000) conceitua como um espaço de “não-existência”. O contraste entre a “zona do ser” associada aos centros urbanos mais seguros e a “zona do não-ser”, onde a morte violenta é cotidiana, manifesta de forma nítida as linhas coloniais que estruturam o território.

No aprofundamento dessa discussão, Maldonado-Torres (2007) contribui com o conceito de Colonialidade do Ser, segundo o qual a lógica colonial não apenas controla corpos, mas também desumaniza subjetividades, negando humanidade plena aos sujeitos colonizados. A alta letalidade juvenil observada sobretudo em João Pessoa e Santa Rita pode ser lida como expressão de uma “guerra contra o não-ser”, em que o jovem periférico é tratado como ameaça existencial ou como excedente populacional que pode ser eliminado.

Também nesse seguimento da “guerra contra o não-ser”, conforme os Estudos e Pesquisas que retratam informação demográfica e socioeconômica, ao refletir sobre “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” (IBGE, 2022), a Tabela 3 – que mostram os óbitos exorbitantes concentrados na microrregião de João Pessoa, seguido pelo Litoral Sul, Sapé e Litoral Norte, em consonância aos Gráfico 2, Gráfico 4 e Gráfico 6, as MVI transpassam etnias em territórios paraibanos e sob o modelo

urbano miliciano, corpos jovens negros tornam-se reféns e vítimas de suas sobrevivências, melhor, de suas identidades enquanto seres no mundo.

A violência que torna alvo, em massa, corpos de identidade racial negra, torna-se norma reguladora da vida nas periferias, já que o Estado e as forças sociais que o compõem nega a essas populações direitos fundamentais, como proteção, educação e dignidade. O contraste entre a magnitude das mortes na capital e a relativa tranquilidade dos municípios rurais reforça a ideia de que a desumanização é mais intensa onde se concentram pobreza, exclusão e desigualdade histórica.

Nesse sentido, a marginalização vivida nas microrregiões de João Pessoa constitui expressão concreta da diferença colonial, onde a vida do jovem periférico não adquire valor social. Assim, o Gráfico 2 não deve apenas ser lido como uma contagem de corpos, mas como evidência de que os saberes e experiências subalternos são desconsiderados, dificultando a compreensão integral das dinâmicas de violência e resistência presentes nesses territórios.

A disparidade de mortes na Microrregião João Pessoa–Sapé ilustra esse fenômeno: a juventude periférica encontra-se fora do contrato social e submetida a um estado de exceção permanente. Portanto, a violência letal que vitima essa população é produto direto de uma democracia que funciona apenas formalmente, mas que mantém práticas de eliminação baseadas na desigualdade histórica.

Assim, os 1.438 óbitos registrados em João Pessoa revelam o ápice desse processo, sendo expressão da continuidade estrutural de um passado colonial que ainda rege o presente. Nesse sentido, uma leitura decolonial (Quijano, 2000) exige não apenas contabilizar mortes, mas ouvir as vozes silenciadas das vítimas, sobreviventes como jovens que compõem as Epistemologias do Sul e tentam por outros meios romper com a realidade vulnerável nas regiões periféricas.

Chamamos a atenção para que, pensar em decolonialidade (Quijano, *op. cit.*), implica em também ater-se a privilégios próprios no contexto social em que se está inserido. A autocrítica é ponto fundamental para enxergar atravessamentos invisibilizados que confluem com um sistema colonial opressor. Enredo este, “muitas vezes, segmentado por réplicas ocultas e não identificadas como violentas” (Soares, 2022, p. 138). Pluriversalizar é quebrar um modelo único de corpo/pensamento, romper com o “monocorpo” que articula modos universalistas de ser a partir da monocultura do pensamento (Núñez, 2021) que alimenta a dualidade, a qual, por sua vez, polariza e padroniza um único estereótipo de modelo a ser alcançado. Nesse sentido, a cultura universalizante de privilégios pelo embranquecimento corre-se o risco de se manter com o que a própria ideologia colonial orienta. O modelo “homem, branco, cisheteronormativo, europeu (estendendo-se à cultura hegemônica do norte global ocidental)” e tecnológico (sob a égide estadunidense)” é visto como mais valoroso e digno.

Em uma perspectiva crítica à dualidade, Wilber (2012), remete a atenção aos paradigmas que trazem perspectivas temporais entre modernidade e pós-modernidade, colonialidade e decolonialidade, em que destaca que “novos paradigmas” (Wilber, *op. cit.*, p. 34), ainda são amparados em um viés universalista, confundindo a semântica de “novidade” a um suposto tempo “mais avançado”, o pós-moderno. Segundo o autor (*op. cit.*, p. 37), o pensamento científico ainda se mantém fragmentado na modernidade. Nesse sentido, a reflexão paira em: que teia hegemônica ainda perpetuamos e contemplamos em nossos corpos? (Soares, 2022, p. 144).

Retomando aos dados ora apresentados, consoante ao pensamento moderno ainda presente e o modo de extermínio colonialista que insiste em persistir (Maldonado-Torres (2007), abaixo, as Tabelas 4 e 5 retomam o contexto de população habitacional, porém, em perspectiva

de variabilidade para que, em seguida, possa ser exemplificada em duas microrregiões da Mata Paraibana, que não obstante a queda ou aumento populacional, o direcionamento de óbitos se mantém sobre corpos jovens negros. Assim, primeiramente, a Tabela 4 mostra a variabilidade do número de habitantes referente aos anos de 2015 e 2022, de acordo com os municípios que compõem a microrregião do Litoral Norte. De modo similar, a Tabela 5 retrata a variabilidade do número populacional em relação aos anos de 2015 e 2022, conforme os municípios que compõem a microrregião do Litoral Sul.

De acordo com os dados do Censo (IBGE, 2022) retratados na Tabela 4, a seguir, e os dados informados pelo pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), nos municípios referentes a microrregião do Litoral Norte, ocorreram 18 óbitos de jovens negros, entre 12 a 29 anos, em 2015, e, 24 mortes para esta população alvo e faixa etária, em 2022, o que indicou um aumento de 33,33% comparando os anos de 2015 e 2022. Com relação ao aumento populacional de 2015 a 2022, houve uma elevação de 1,88% nesta microrregião. Inferimos, portanto, que o número de óbitos de jovens negros, com idades entre 12 e 29 anos, foi mais alto percentualmente em comparação ao aumento populacional geral, nos anos de 2015 e 2022, correspondentes para esta análise. Conforme números divulgados pelo (NACE/SEDS/PB, *op. cit.*), ocorreram 17 mortes nesta microrregião.

Tabela 4. Variação Populacional dos anos 2015 e 2022 por Município da Microrregião do Litoral Norte

Município	População Estimada (2015)	População Censo 2022 (Definitiva)	Variabilidade (%)
Mamanguape	44.392	44.599	+ 0,47%
Rio Tinto	23.999	24.581	+ 2,42%
Itapororoca	18.183	18.382	+ 1,09%
Jacaraú	14.318	14.477	+ 1,11%
Baía da Traição	8.822	9.224	+ 4,56%
Mataraca	8.137	8.244	+ 1,31%
Marcação	8.175	8.999	+ 10,08%
Capim	6.324	6.970	+ 10,21%
Cuité de Mamanguape	6.327	6.251	- 1,20%
Pedro Régis	6.067	5.766	- 4,96%
Curral de Cima	5.192	5.254	+ 1,19%
TOTAL MICRORREGIÃO	149.936	152.747	+ 1,88%

Fonte: IBGE (2022).

Nota. Nº. de Municípios: 11. Microrregião: 1 (Litoral Norte).

Sobre a variabilidade populacional dos anos 2015 e 2022, em conformidade com a Tabela 4, ratificamos que a microrregião do Litoral Norte apresentou um crescimento demográfico geral moderado de +1,88% no período. Os destaques de crescimento se deram aos municípios de

Capim (+10,21%) e Marcação (+10,08%). Estes dois municípios apresentaram as maiores taxas de crescimento proporcional, destoando da média regional. Quanto à estabilidade, o município de Mamanguape e o de Rio Tinto apresentaram estabilidade técnica, com variações positivas pequenas.

Observa-se que os municípios de Pedro Régis (-4,96%) e Cuité de Mamanguape (-1,20%) registraram perda populacional, seguindo a tendência de pequenos municípios do interior nordestino com saldos migratórios negativos (IBGE, 2022).

Tabela 5. Variação da População dos anos 2015 e 2022 por Município da Microrregião do Litoral Sul

Município	População Estimada (2015)	População Censo 2022 (Definitiva)	Variabilidade (%)
Alhandra	19.185	21.730	+ 13,26%
Caaporã	21.492	21.193	- 1,39%
Pedras de Fogo	28.265	29.662	+ 4,94%
Pitimbu	18.685	16.751	- 10,35%
TOTAL MICRORREGIÃO	87.627	89.336	+ 1,95%

Fonte: IBGE (2022).

Nota. Nº. de Municípios: 4. Microrregião: 1 (Litoral Sul).

Sobre os municípios da microrregião do Litoral Sul, em referência aos índices do Censo (IBGE, 2022) da Tabela 5 e dos óbitos disponibilizados pelo pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), ocorreram 22 óbitos de jovens negros, entre 12 a 29 anos, em 2015, e, 24 mortes para esta população alvo, sob mesma faixa etária, em 2022. Essa variabilidade significou um aumento de 9,09% de óbitos desta população alvo entre este período. Já, com relação ao aumento populacional, houve um aumento percentual de 1,95% no ano de 2022 em comparação ao ano de 2015, inferindo que o número de mortes de jovens negros, entre 12 e 29 anos, aumentou mais que o quantitativo de habitantes da população em geral nestes dois anos.

A respeito dos dados divulgados pelo NACE/SEDS/PB (*op. cit.*), em 2025, ocorreram 28 óbitos nesta microrregião.

1.3 O perfil das vítimas

Os dados apresentados compõem uma fotografia detalhada da estrutura da violência no Brasil, permitindo identificar mudanças, permanências e padrões que conformam quem é atingido e de que forma, pelos diferentes modos de operar do crime e do sistema de segurança pública. A sociedade brasileira, marcada por desigualdades historicamente produzidas, revela em seus indicadores a materialização cotidiana dessas assimetrias de poder.

Assim, as estatísticas não são apenas registros quantitativos, mas expressões diretas de como grupos sociais distintos são diferencialmente expostos a riscos, vulnerabilidades e letalidades.

Nessa perspectiva, as vivências de homens e mulheres não apenas se diferenciam, mas estruturam perfis de vitimização profundamente assimétricos, como evidenciam os dados do FBSP (2025).

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, a maioria absoluta das vítimas de MVI continua sendo composta por homens, sobretudo jovens, negros e residentes de periferias urbanas FBSP (*op. cit.*). Esse perfil não é circunstancial, mas estrutural: ele aponta para uma racionalidade seletiva da violência, onde determinados corpos são historicamente produzidos como mais vulneráveis, mais expostos e mais descartáveis.

Por outro lado, quando se observam as violências praticadas no âmbito doméstico e familiar, verifica-se o predomínio de mulheres como vítimas, majoritariamente agredidas por parceiros íntimos ou ex parceiros, reforçando como o espaço da intimidade ainda opera como um dos principais cenários de controle, coação e letalidade de gênero no país, FBSP (2025).

A partir desse panorama nacional, torna-se evidente que o Brasil opera sobre formas distintas de vitimização, cuja incidência e intensidade variam conforme o gênero, a raça, o território e a faixa etária das pessoas envolvidas.

Por isso, compreender quem é a vítima do crime não é apenas identificar números, mas reconstruir o desenho social que produz essas vítimas. As tendências nacionais mostram que homens, sobretudo jovens negros, são mais expostos às dinâmicas letais das ruas, ao passo que mulheres são alvo privilegiado das violências no âmbito das relações afetivas, configurando dois regimes de vitimização atravessados por desigualdades estruturais.

Considerando as diferenças territoriais, a construção sócio-histórica colonial brasileira é de instituir corpos imersos em uma cultura onde reina o fundo branco do racismo pela branquitude e a generificação de corpos pela cisheteronormatividade. Este sistema heteronormativo é assegurado pela desigualdade de gênero (sob uma perspectiva categorial) e hierarquização de classe (Soares, 2022, p. 138).

As desigualdades socioeconômicas existentes na sociedade brasileira apoiam o caráter racial de seus efeitos sobre a população negra, que é destinada aos piores índices de vulnerabilidade econômica e social. Nesse sentido, desigualdades raciais são as assimetrias que relegam a população negra aos baixos índices de acessibilidade de direitos, comparado ao acesso de pessoas brancas, proporcionando, assim, a violação da dignidade humana de pessoas negras (IBGE, 2022).

Desigualdades, que, conforme a Heilborn, Araújo, Barreto (2010, p. 27), transpassam a questão étnico-racial e de classe social, considerando a multidimensionalidade de marcadores sociais. A heteronormatividade é um termo que descreve a norma social que divide seres humanos em duas categorias diferentes e complementares: “macho e fêmea”. Nesta perspectiva biologizante, a heteronormatividade seria considerada como a única orientação sexual “normal”. É um termo cunhado sob uma inventividade criada, grosso modo, pelo sistema patriarcal ocidental para manter as relações de domínio e poder em uma categorização hierárquica de que, em um contexto da cultura ocidental eurocêntrica, alude-se mais capacidade aos homens brancos cisheteronormativos (Nascimento, 2021) em exercer ações de poder do que outros fora dessa norma regida pelo necropoder (Mbembe, 2016).

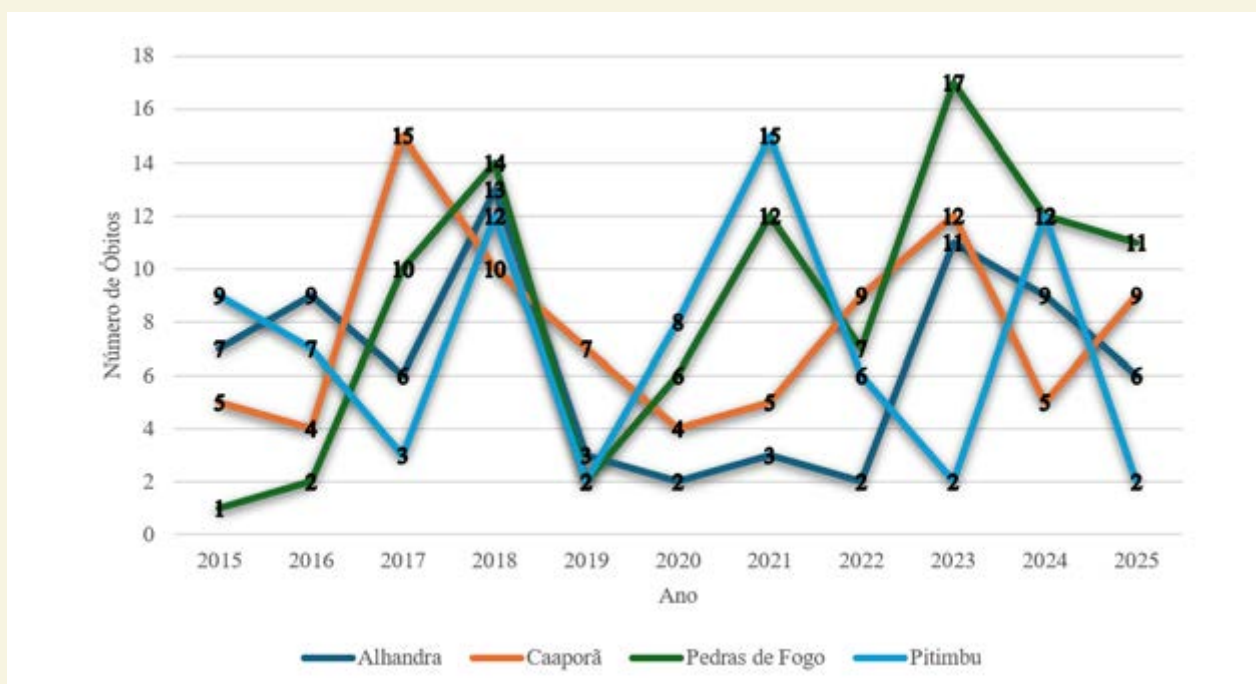
Necropolítica ou necropoder são “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte e reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror” (Mbembe, *op. cit.*, p. 146). Para o exercício da necropolítica, sob o extermínio pela racialização dentre outras segregações, a estruturação de classe social também sustenta o direcionamento de quem deve viver ou morrer (Mbembe, 2016).

De acordo com Weber (1971, p. 214), por aspectos econômicos, políticos e sociais, a classe social indica que uma pessoa ou um grupo possui uma posição privilegiada e de prestígio na sociedade por sua função social no processo produtivo. Nesse seguimento, sob poder e status, a “situação de classe” está associada à “situação de mercado” (Soares, Cantisano e Ribeiro, 2025).

Diante desse cenário que envolve privilégios e benefícios direcionados a determinados corpos sustentado pelo extermínio de outros (corpos negros), esta seção reúne quadros com informações gerais sobre o perfil das vítimas, além de gráficos comparativos que apresentam a incidência das MVI por município e por faixa etária. Esse conjunto visual e analítico permite observar se nas microrregiões da Mata Paraibana reproduzem-se as tendências nacionais descritas pelo FBSP (2025) ou se apresenta particularidades próprias, fortalecendo a capacidade interpretativa dos dados e preparando o terreno para análises aprofundadas nos tópicos subsequentes.

Prosseguindo a análise da microrregião do Litoral Sul, o Gráfico 3 retrata a evolução temporal referente aos anos de 2015 a setembro de 2025 de óbitos de pessoas jovens negras, com idades entre 12 a 29 anos (NACE/SEDS/PB, 2025).

Gráfico 3 - Evolução de Óbitos de jovens negros da microrregião do Litoral Sul (faixa etária de 12 a 29 anos, período de 2015 a 2025)



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

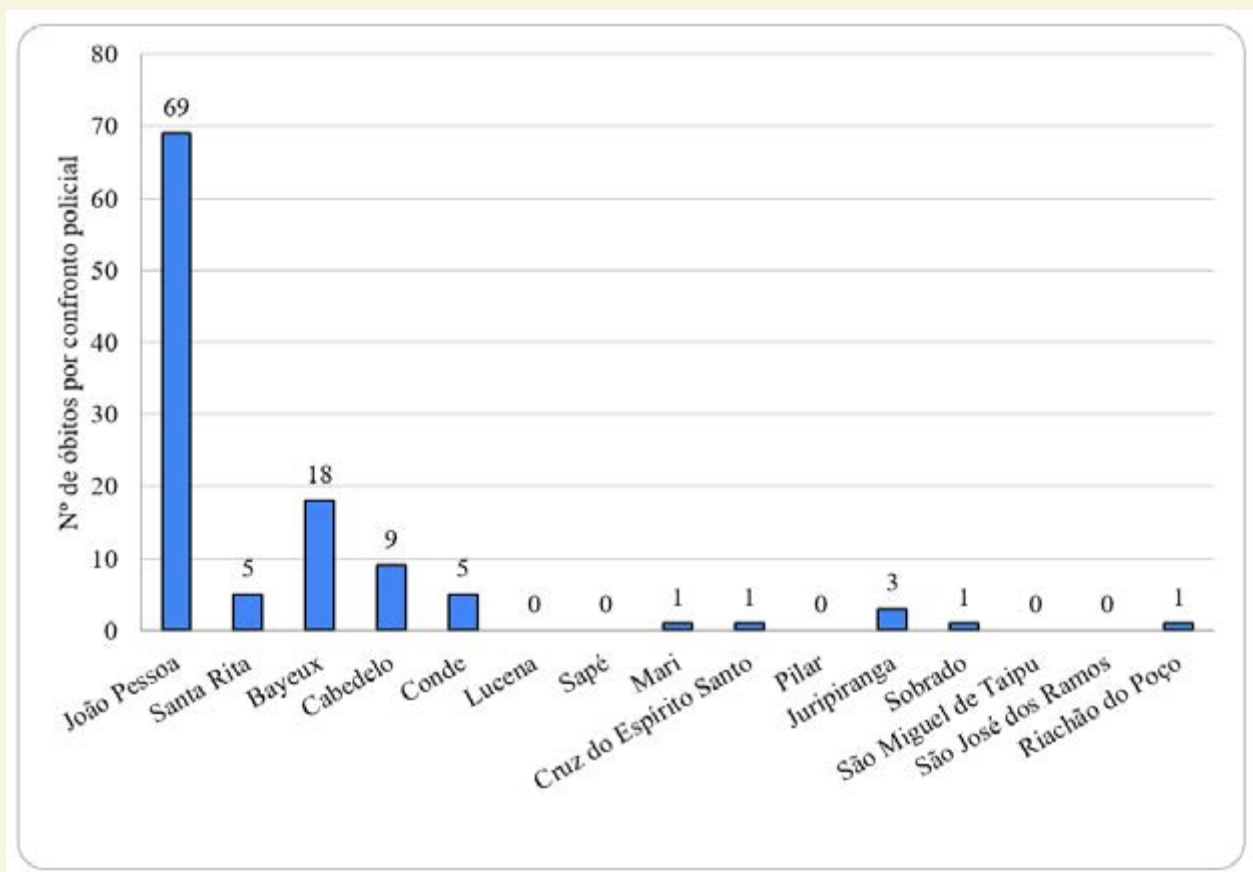
Nota. Nº. de Municípios: 4. Microrregião: 1 (Litoral Sul).

O Gráfico 3 mostra que o número de óbitos da população jovem negra, entre 12 e 29 anos, dos quatro municípios que compõem a microrregião do Litoral Sul, variou de 1 em 2015 a 17 em 2023. Essa foi a maior variabilidade entre esses municípios e ambos índices — (1) e (17) — se referiram ao município de Pedras de Fogo.

Em 2015, o menor índice de óbitos desta população alvo e faixa etária, se deu no município de Pedras de Fogo (1), alcançando seu pico máximo (17) em 2023 e mostrando um declínio em 2025 (11).

Sobre o maior índice de mortes de jovens negros entre 12 e 29 anos, em 2015, ocorreu no município de Pitimbu (9), chegando ao seu maior pico (15) em 2021 e apresentando um declive significativo em 2025 (2).

Gráfico 4 - Óbitos por confronto policial (CID-10 Y35) de jovens negros na microrregião de João Pessoa e Sapé entre 2015 e 2025



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Os resultados quantitativos apresentados no Gráfico 4 revelam uma assimetria profunda na distribuição dos óbitos por confronto policial nas microrregiões de João Pessoa e Sapé. Apesar de abranger diferentes cidades, os números se concentram de maneira quase absoluta em municípios marcados pela urbanização acelerada, pela presença de periferias densas e por desigualdades socioeconômicas históricas, como João Pessoa (69 mortes), Bayeux (18) e Cabedelo (9). Essa concentração não é acidental: ela reflete um padrão de seletividade estrutural que direciona a violência do Estado para corpos e territórios específicos.

A partir desses indicadores empíricos, observa-se que a letalidade policial opera com uma lógica de focalização, reforçando que a intervenção armada do Estado não se distribui de forma homogênea no espaço urbano.

Pelo contrário, ela se intensifica justamente onde a vulnerabilização racial e econômica é mais evidente. Municípios como Lucena, Sapé, Sobrado, São Miguel de Taipu e São José dos Ramos, que registram zero ou um óbito, evidenciam que a violência policial letal não é uma fatalidade inevitável, mas um fenômeno socialmente distribuído segundo critérios implícitos de valor e hierarquia da vida.

À luz da teoria foucaultiana, o conjunto desses dados revela como o Estado administra diferencialmente a vida e a morte através de políticas de segurança pública que operam sob a lógica biopolítica. Para Michel Foucault (2008), o poder moderno funciona por meio da gestão da população, classificando grupos, produzindo categorias e definindo quais vidas merecem proteção e quais podem ser expostas ao risco. A elevada incidência de óbitos em certas cidades confirma que determinadas populações são tratadas como excedentes, alvo de processos de disciplina e vigilância contínua.

O Gráfico 4, portanto, não apresenta apenas números; ele desvela uma tecnologia de governo que utiliza o confronto policial como um mecanismo de regulação social. O aumento da presença policial armada nos bairros periféricos das cidades mais populosas não é uma política de segurança neutra, mas uma estratégia de controle dos corpos considerados indisciplináveis. Assim, a letalidade é parte do cálculo interno à biopolítica, que busca “fazer viver” apenas a parcela da população percebida como produtiva e “deixar morrer” aquelas consideradas perigosas ou descartáveis.

Acerca da saúde mental de profissionais da segurança pública, ressaltamos que a lógica do modelo organizacional nesta política pública é a vertical e de hierarquia em linha, em que a autonomia para tomada de decisões é muito fragmentada (Soares e Ribeiro, 2022, p. 57.799). Consoante a biopolítica de controle dos corpos (Foucault, 2008), os profissionais que atuam nessa política pública vivenciam cotidianamente, em supremacia, o estresse e esgotamento emocional: o conflito entre afeto e razão, as relações sociais de trabalho e a exigência de controle sobre o meio ambiente. São forças que trazem ambiguidade entre o prazer no trabalho e o sofrimento (Soares e Ribeiro, *op. cit.*, p. 57).

A autora e o autor (*op. cit.*, p. 57.798) realçam ainda que as relações sociais do trabalho no contexto da Segurança Pública, associam que a ética e o respeito à dignidade humana ocupam posição cada vez menor no cotidiano social. Os vínculos e relacionamentos humanos foram atingidos “por outro fenômeno assustador de precarização, que invade a identidade e a própria subjetividade. Essa evidência exige analisar implicações e desafios que dizem respeito à saúde mental”. Precarização, nesse caso, refere-se a um estado instável, de insuficiência. Atualmente, a desconfiança impera entre os vários níveis hierárquicos de grande parte das organizações (Seligmann-Silva, 2011).

No que diz respeito ao contexto de trabalho, em uma ótica contemporânea, os modelos de gestão atuais exigem adequações dos sujeitos às inovações, as quais a tecnologia sob seu processo robótico e automatizado, precisam ser executadas de forma acelerada (Soares e Ribeiro, *op. cit.*, p. 57.803). Esse processo torna-se tecnologia para o extermínio de corpos a serem extirpados da sociedade (juventude negra) ancorados afetivamente na impregnação imposta pela necropolítica (Mbembe, 2021).

Nesse parâmetro, com foco em agentes policiais que vivenciam ambiguidades de afeto acerca do senso de justiça estruturado na sociedade sob o ponto de vista liberal, tendo em vista o jargão de que “bandido bom é bandido morto”, muitas vezes, as mortes que ocorrem em confronto policial desembocam em adoecimento em relação também às consequências do trabalho na esfera de saúde mental. A autorrepressão dos sentimentos deriva da impotência vivida no

trabalho precarizado e dominado. Além disso, há repercussões psicossomáticas que suscitam esta repressão, ocasionando a irritabilidade intensa que exige novo aumento do esforço do autocontrole (Soares e Ribeiro, 2022, p. 57.818). Com isso, a cisão se instala para muitos – vivência subjetiva de uma divisão entre o amor obediente e o medo da rejeição que incita a cautela e a defesa. Ocorre o mal-estar, o conflito, “o desejo de ceder pelo apelo sedutor e o medo que exige manter-se em alerta, para que ninguém lhe puxe o tapete ou para não incorrer em sanções” (Soares e Ribeiro, 2022, *loc. cit.*; Gaulejac, 2007). Como consequência, na ação policial, pode ocorrer uma rachadura na vivência subjetiva de uma divisão entre o “amor obediente” e o “medo da rejeição” que incita a cautela e a defesa.

Tatiana Soares e Jorge Ribeiro (*op. cit.*, p. 57.818) destacam ainda que as relações sociais nesse contexto dessa política pública estão relacionadas por (pre)conceitos de ordem moral e ética, partindo da cultura judaico-cristã~ ocidental, fundindo-se e/ou partindo-se em contradições das próprias necessidades, sentimentos e afetações atrelados ao entendimento de que corpos abjetos (Butler, 2018) são excrementos sociais.

Paralelo aos sentimentos de medo, nojo, ódio e vergonha (Ahmed, 2015) direcionados a determinados corpos - abjetos (negros), a reprodução social que envolve racismo estrutural e ambiental, somam-se ao estado de alerta alicerçando ao domínio de poder, e *status*, que muitas vezes, independe da experiência sociopolítica crítica por profissionais da administração pública, e de modo não diferente, em geral, por ser estrutural na sociedade, de agentes da política pública de segurança.

As origens afropindorâmicas, contrapondo a essa imposição e massacre cultural colonialista judaico-cristão, nos ensina a partir das cosmopercepções africanas, que de modo inclusivo, a concepção de mundo deve ser respeitada por diferentes grupos culturais (Oyéwùmí, 2004). As cosmopercepções africanas não se limitam somente às heranças africanas exclusivas, dado que a experiência negro-africana é diaspórica e por isso se inter-relaciona com as heranças dos povos originários. De acordo com Renato Noguera (2019, p. 129), a “África remete aos sentidos de mundo que têm em seu eixo duas características: xenofilia e matrifocalidade: recepção do estrangeiro como alguém que traz conhecimento e protagonismo da família materna”. Isso significa que, a experiência diaspórica nos leva a reconhecer que os saberes dos diversos povos possuem valor ontológico e, por isso, se integram com a forma de perceber e viver a existência, que transcende a vida físico-material. Segundo o Noguera (2019), existência e vida não se opõem à morte. A compreensão é de que, a morte como continuidade da vida integra o existir num ciclo que deve primar pela harmonia entre todos os seres e no pertencimento à Terra. (IBGE, 2022, p. 3).

Na visão afropindorâmica, em conformidade com Neves e Jaurá (2025), a criação do mundo não envolve culpa ou pecado. Em religiões de matriz africana como candomblé e umbanda, e em várias histórias indígenas, o mundo nasce de uma relação sexual. Por exemplo, Adilson de Oxalá (Dias, 1998) conta que o mundo surgiu da união entre os orixás Olorum e Olokun, e o povo Kambéba diz que o primeiro pai e a primeira mãe deram origem aos peixes, dos quais vieram os humanos. Essa forma de ver o mundo é diferente da dos colonizadores, nativos da cultura cosmo-fóbica, que seguem uma lógica de “bem contra o mal” e tentam controlar e eliminar adversários. Os quilombolas e os povos de terreiros, com seu modo de pensar, resolvem conflitos respeitando os outros e buscando seus próprios caminhos, sem dicotomias de “bem versus mal”. Na cosmofobia, o bem deve combater o mal. Por isso, alguns modos de vida identificados como “maus” devem ser eliminados. Já na cosmofilia (Santos, 2023), existe bem e mal, e devemos nos empenhar para

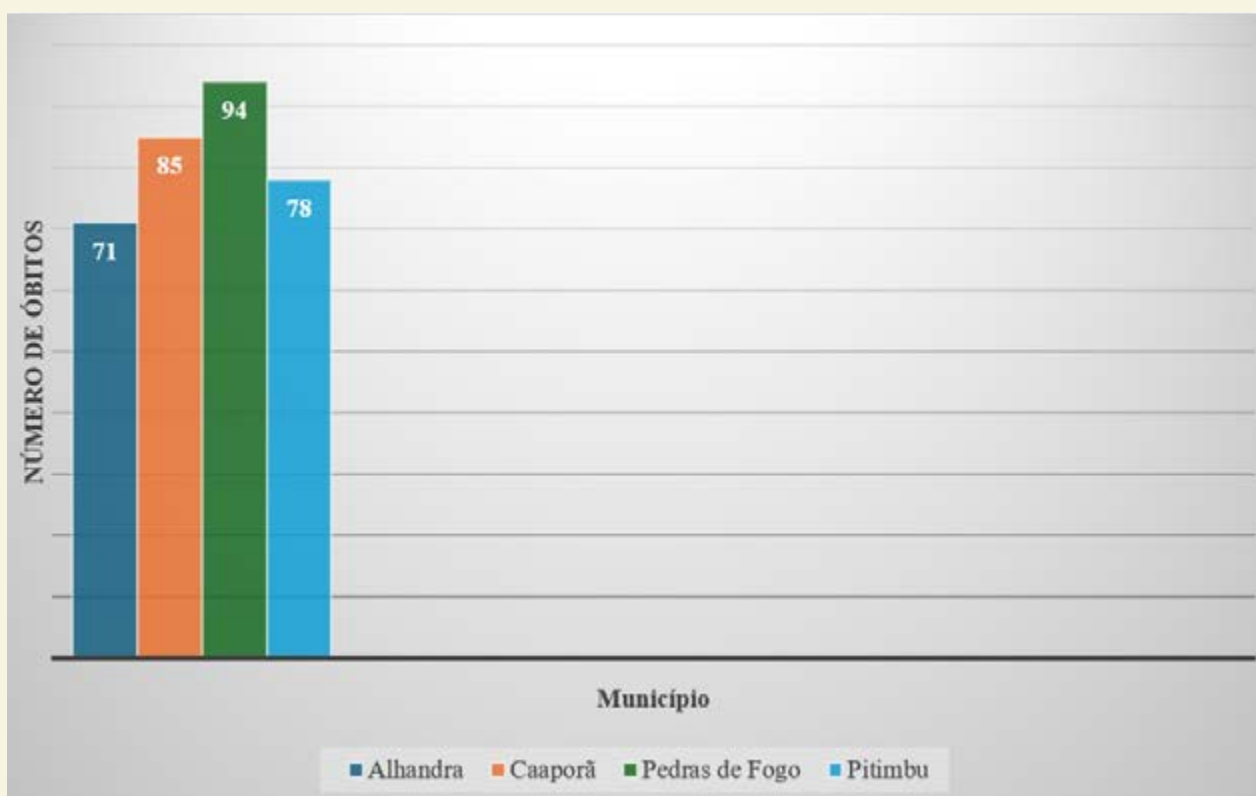
transformar as coisas ruins e manejar as nossas dores e dos outros, criando um mundo onde todas as culturas se respeitam e não desejem submeter e subjugar as outras.

Nessa forma de re-existência (Vergès, 2020) que a cultura, através da expressão artística enquanto identidade de ser pode ser um antídoto de saúde e existência contra à necropolítica (Mbembe, 2016).

Ainda que em busca de re-existir, o Gráfico 5, a seguir, ilustra mais uma vez, a partir da microrregião do Litoral Sul, onde não obstante, se concentrarem povos de etnias afropindorâmicas Tupi com terras indígenas de aldeias tabajaras e terreiros quilombolas, o imperialismo de exterminio de base judaico-cristã, a partir da violência sacrificial (Sémelin, 2009) se perpetua, quer seja pelo racismo ambiental, religioso ou guerra às drogas, a partir de facções coordenadas pela milícia.

Juliane Lima (2024, p. 2), descreve o racismo ambiental pela “ausência de infraestrutura mínima e acesso a direitos básicos como água, saneamento básico, lazer e mobilidade urbana”. O racismo ambiental (Neves e Jaurá, 2025) não atinge apenas as pessoas negras moradoras das regiões metropolitanas, como a de João Pessoa; estende-se aos territórios quilombolas e indígenas, como por exemplo, no Litoral Sul.

Gráfico 5 - Total de Óbitos de jovens negros por município da microrregião do Litoral Sul (faixa etária de 12 a 29 anos, período de 2015 a 2025)



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de óbitos: 328. Microrregião: Litoral Sul.

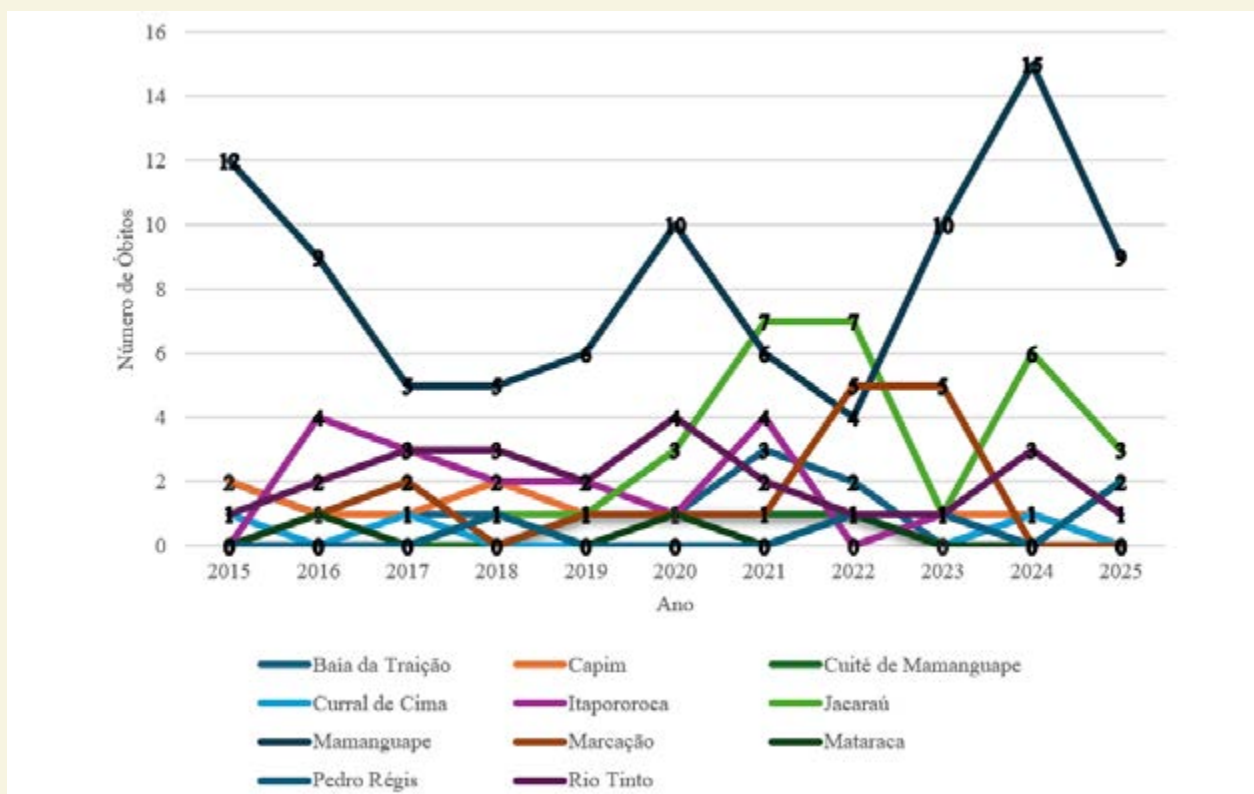
O Gráfico 5 indicou que durante o interstício de 2015 a setembro de 2025, o menor número de óbitos de jovens negros, entre a faixa etária de 12 a 29 anos (NACE/SEDS/PB, 2025),

ocorreu no município de Alhandra (71), seguido pelo município de Pitimbu (78). Por outro lado, o maior índice de mortes desta população alvo e faixa etária, ocorreu em Pedras de Fogo (94). E, em segundo patamar em nível descendente, considerando o número de óbitos, no município de Caaporã ocorreram 85 mortes.

De modo similar ao Gráfico 5 que revela os óbitos do Litoral Sul, o Gráfico 6, destacando-se a variabilidade dos anos de 2015 a 2025, as mortes nos municípios de Rio Tinto e o Gráfico 7 acentuando acerca do Litoral Norte, em supremacia, no município de Mamanguape, que mesmo com a existência de povos de etnia Tupi, em maioria de origem potiguara, o massacre se mantém em nome do ordenamento social através da biopolítica (Foucault, 2008).

Adiante, o Gráfico 6 indica a evolução de óbitos da população jovem negra da microrregião do Litoral Norte, compreendendo a faixa etária de 12 a 29 anos, durante o período de 2015 a 2025.

Gráfico 6 - Evolução de Óbitos de jovens negros da microrregião do Litoral Norte (faixa etária de 12 a 29 anos, período de 2015 a 2025)



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de Municípios: 11. Microrregião: Litoral Norte.

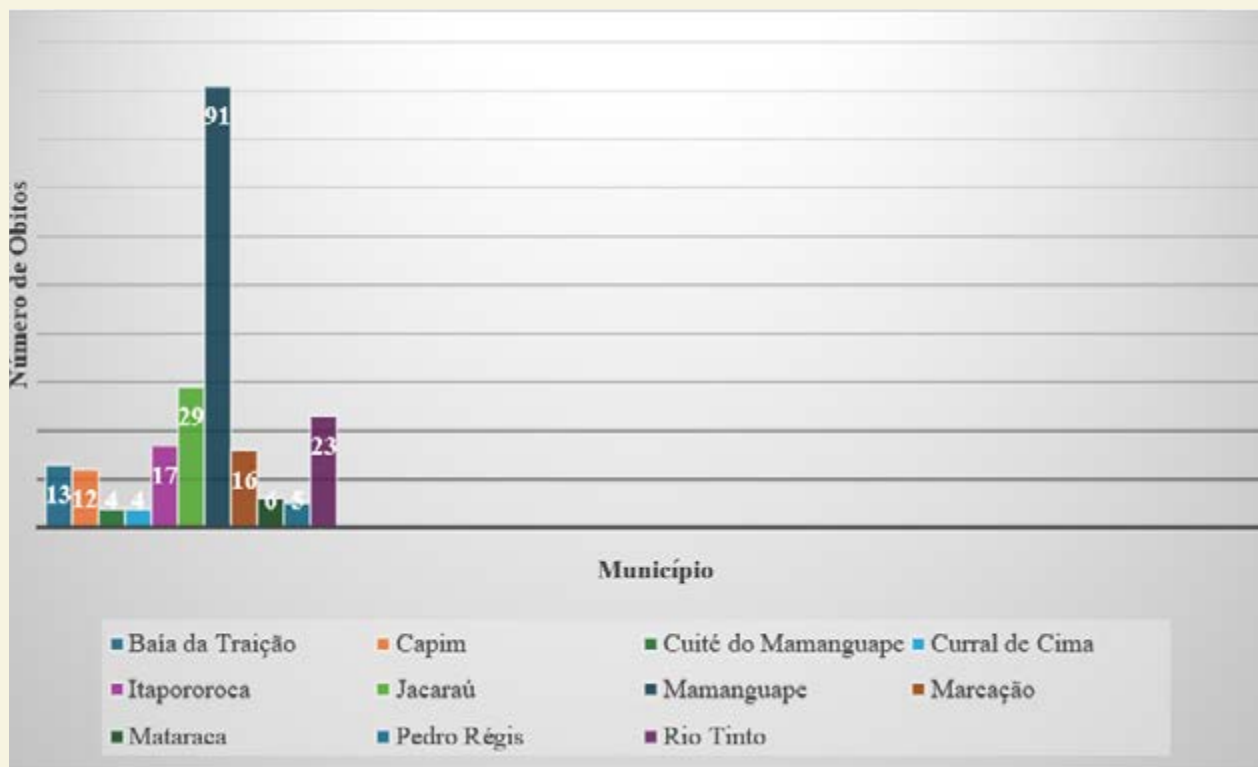
Em relação à microrregião do Litoral Norte, o Gráfico 6 indicou que o quantitativo de óbitos de jovens negros entre 12 e 29 anos, correspondentes aos seus onze municípios, variou de 0 em 2015 a 15 em 2024, sendo estes os valores de maior variabilidade entre estes municípios.

O índice de menor variabilidade, melhor, que não ocorreu óbitos em 2015, foi referente ao município de Pedro Régis. O mais índice mais alto ocorrido em 2024 (15) relacionou-se ao município de Rio Tinto em 2024.

O município de Pedro Régis teve o pico máximo (2) de óbitos em 2025 indicando um uma elevação de óbitos para esta população alvo e faixa etária neste município entre os anos de 2015 a 2025.

Sobre os municípios desta microrregião, o Gráfico 7 expõe, a seguir, o quantitativo de óbitos referente ao período de 2015 a 2025, de jovens negros entre 12 e 29 anos, por município.

Gráfico 7 - Total de Óbitos de jovens negros por município da microrregião do Litoral Norte (faixa etária de 12 a 29 anos, período de 2015 a 2025)



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. N°. de óbitos: 220. Microrregião: Litoral Norte.

Considerando o período de 2015 a setembro de 2025, o Gráfico 7 revelou que os menores índices de mortes de jovens negros, entre 12 e 29 anos (NACE/SEDS/PB, 2025), ocorreram nos municípios de Curral de Cima (2) e Cuité de Mamanguape (2). Enquanto que, significativamente mais alto, o maior índice de óbitos desta população alvo e faixa etária, ocorreu em Mamanguape (91), seguido em nível descendente, pelos municípios de Jacaraú (29) e Itapororoca (23).

Os Gráficos desta seção que descrevem o perfil das vítimas em números, nos remete à importância de compreender o quê e, como se é autorizado o extermínio de vidas. O afeto é uma arma tecnológica potente para manter a engrenagem do aniquilamento de determinados corpos (negros). São múltiplos constrangimentos, com rompimento de laços e extensão do abandono

e do sentido de insignificação vital gerados na senzala, a separação compulsória dos corpos por grades e espaço geográfico; o desequi-

lívrio sádico de uma divisão sexual de cinco homens negros para uma mulher negra; a imposição de crenças via algemas cerebrais; a disposição para o suicídio ou nulidade; a desqualificação existencial como princípio vital; a emoção transgressora como expressão de autopenitência; o peso do processo miscigenador como uma sombra pesada se projetando para o futuro; o combate ao inimigo do qual se faz parte; os procedimentos da auto-repulsão no autoflagelo solipsista; a identificação com o “eu profundo”; a incorporação do fratricídio e do matricídio (Xavier e Silva, 2025, p. 84).

Consoante a utilização dos afetos como política de morte, a análise de Achille Mbembe (2018) aprofunda essa leitura ao identificar que, em contextos marcados pelo colonialismo e pela racialização estrutural, a biopolítica se transforma em necropolítica. O que os dados do gráfico demonstram é precisamente esse deslocamento: a morte se torna o principal instrumento de governança para determinados grupos. Nas áreas periféricas de João Pessoa, Bayeux, Cabedelo e Santa Rita, o Estado exerce soberania não por meio da proteção, mas através da capacidade de expor continuamente certas vidas à violência letal.

A necropolítica opera por meio da definição de “corpos matáveis”, categoria elaborada por Achille Mbembe (2016) para explicar como determinadas pessoas são produzidas como alvos legítimos da violência estatal. O fato de que a grande maioria dos óbitos ocorre em cidades marcadas por forte presença de jovens negros periféricos reafirma essa lógica. Não se trata de incidentes isolados, mas da construção estruturada de um grupo social percebido como eliminável em nome da preservação de uma ordem hegemônica.

Com base na análise dos números, percebe-se que a distribuição dos óbitos acompanha a distribuição da própria colonialidade urbana. As áreas com maior índice de violência policial são as mesmas que historicamente foram relegadas ao abandono estatal, à precariedade econômica e à marginalização racial. João Pessoa, principal polo metropolitano, acumula as contradições desse processo ao concentrar a maior parte das mortes, sugerindo que o território se tornou uma zona de exceção permanente.

O conceito de zona de “não-ser” desenvolvido por Maldonado-Torres (2007) a partir de Frantz Fanon (2008), ajuda a compreender a profundidade desse fenômeno. Os jovens mortos nessas regiões não são apenas vítimas de um confronto: eles são sujeitos produzidos pela sociedade como não plenamente humanos, como vidas que não despertam luto. O Gráfico 7, é, portanto, também um exemplo de um retrato estatístico da zona de não-ser: ele mostra onde a humanidade é negada e onde o Estado exerce sua força letal sem freios.

A cartografia da morte apresentada nos dados também se relaciona ao que Walter Dignolo (2003) chama de “diferença colonial”, isto é, a marca que distingue aqueles que pertencem ao espaço do ser dos que são relegados ao não-ser. As cidades com maior incidência de mortes coincidem com territórios onde essa diferença colonial é mais fortemente materializada no tecido urbano: periferias racializadas, bairros precarizados e zonas historicamente desinvestidas.

No contexto brasileiro, essa diferença colonial está profundamente conectada às estruturas raciais que moldam o país desde a escravidão. As mortes por confronto policial tornam-se, assim, uma atualização do racismo estrutural descrito por autores como Lélia Gonzalez (1988) e Sueli

Carneiro (2023). A violência policial não pode ser dissociada do processo histórico que construiu o corpo negro como ameaça, como perigo social e como alvo preferencial da força estatal.

Os números evidenciam que o policiamento ostensivo e militarizado não é aplicado igualmente em todas as microrregiões. Em cidades com menor densidade populacional e com menor concentração de população negra e periférica, como Mari, Sobrado ou Riachão do Poço, o número de mortes é significativamente menor. Essa discrepância evidencia que a violência policial é racializada e territorializada, não sendo uma resposta uniforme à criminalidade, mas uma prática dirigida a grupos previamente inferiorizados.

A partir de uma perspectiva fenomenológica, inspirada em Frantz Fanon (2008), o gráfico deixa claro o processo de “aniquilação ontológica” do corpo negro. Esses indivíduos não são apenas mortos biologicamente; são mortos antes da morte, mortos socialmente, mortos enquanto possibilidade de existência plena. A letalidade policial, portanto, não é apenas um evento físico; é uma atualização da estrutura que impede o reconhecimento do negro como sujeito ontológico.

Retomando o Gráfico 4, por exemplo, quando observamos que João Pessoa concentra quase o triplo de mortes em relação a Bayeux e mais de sete vezes mais que Cabedelo, torna-se evidente que a capital é o epicentro de uma prática estatal que considera determinados bairros como “territórios inimigos”. A lógica de guerra, frequentemente evocada nos discursos sobre segurança pública, não é metafórica: ela se materializa em números, produzindo um cenário no qual a polícia atua como força militar e a periferia como campo de batalha.

Em uma dimensão sócio-histórica, desde o século XVII com a acumulação primitiva do capital por intermédio da burguesia nascente, a polícia surgiu e massivamente, permanece sob o caráter de examinar, rotular, corrigir, e, exterminar. O extermínio de vidas ocorre em nome da civilização, respaldada pelo exercício de práticas de estado sobre determinados corpos. A polícia como função social, em suas constituições possui outra função, a política. A correição ainda permanece com a missão de edificação.

A partir do século XVIII, o sistema socioeconômico se remodelou de forma que o estado passou a gerir o bem comum intervindo sobre a vida privada. Sob esta interferência, em meados deste século, a política pública nasceu como intervenção direta a partir do modelo estrutural do exército.

De acordo com Dias (2010), Gramsci expôs que o estado se fundou como produto da sociedade, da correlação de forças entre a classe dirigente e a classe dominada.

A regulação da Constituição Brasileira de 1988 em que se baseia o estado democrático de direitos e estabeleceu princípios de diretrizes como norteador para executar políticas públicas nasceu apoiada pela narrativa de meritocracia.

O poder dos estados somente poderia ser exercido a partir do controle da população, “que vai estabelecer também os objetos a serem produzidos, os meios de produzi-los, (...) que vai proibir o ócio e a vagabundagem” (Foucault, 2008, p. 90).

Baseada nesta conjuntura de controle social, as políticas públicas em suas instituições representam o modo como pensamos. A politização consiste em separar pessoas, crianças, adolescentes, homens e mulheres, idosos e idosas, a serviço do estado. A administração governamental do estado se fundou no controle da subjetividade dos povos, no utilitarismo e na tecnocracia. De modo não diferente, a política de segurança pública, reproduz a estrutura social e em conluio com

a norma, Dias (2010) enfatizou que resguardados pelo código legal brasileiro, o disciplinamento está para a educação como a penitência para a reparação da dor e do dano.

Diante desse patamar de extermínio, em que a política foi instituída em uma perspectiva de necropolítica, de que modo, poderíamos garantir que quaisquer políticas públicas estejam baseadas na dignidade da pessoa, ou seja, em direitos humanos? Parece ser óbvia a impossibilidade de respeito à universalidade de direitos humanos. Neste caso, não nos referimos à igualdade meritocrática de direitos, mas de um parâmetro equitativo, considerando as diferenças.

Na contemporaneidade, essa militarização oriunda do controle social de gerir vidas através da estratégia da morte no cotidiano reafirma o argumento de Achille Mbembe (2018) sobre a transformação dos espaços periféricos em zonas de morte. O número de mortes detectado nesses territórios revela a convivência simultânea de abandono e repressão: o Estado se ausenta onde deveria proteger, mas se faz fortemente presente quando decide punir. Essa duplicidade produz vidas permanentemente ameaçadas, expostas à possibilidade cotidiana da morte.

A análise dos dados também permite observar que a letalidade policial nas microrregiões estudadas não ocorre de maneira progressiva ou proporcional ao tamanho das cidades, mas segundo uma lógica de vulnerabilização histórica. Santa Rita, por exemplo, mesmo sendo uma cidade de grande porte, apresenta um número significativamente menor que João Pessoa, o que indica que a letalidade não responde apenas à demografia, mas ao modo como a polícia interpreta seus espaços de atuação.

Isso reforça a leitura de que o policiamento não opera com base em critérios técnicos, mas com base em critérios raciais e territoriais inscritos na estrutura social. A polícia age onde acredita que corpos perigosos residem, e essa crença é racializada. Assim, o gráfico representa uma cartografia moral da cidade, um mapa que indica quais vidas importam e quais são consideradas descartáveis.

Essa naturalização é um dos elementos centrais da manutenção da violência estatal. Quando as mortes deixam de ser percebidas como eventos extraordinários, elas se tornam parte da paisagem social, tornando-se invisíveis e, por isso, politicamente eficazes. A neutralização ética dessas mortes é um mecanismo fundamental da necropolítica contemporânea.

Ao observar a distribuição dos óbitos, percebe-se que a diferença entre os municípios é tão grande que sugere uma política de morte seletiva. Não se trata de um Estado fraco ou incapaz, mas de um Estado que escolhe onde agir com força e onde recuar. A seletividade não é um erro: é uma tecnologia de governo.

Esse processo se insere no que Achille Mbembe (2018) denomina “governamentalidade necropolítica”, na qual o poder soberano se articula ao poder disciplinar e biopolítico para produzir uma população eliminável. Os corpos mortos não são produtos de um excesso, mas de uma política. Eles são o resultado de decisões estratégicas sobre quem deve viver e quem pode morrer.

É necessário considerar também que as cidades com menor número de mortes não são necessariamente mais seguras ou menos violentas, mas sim menos vigiadas e menos racializadas. A ausência de letalidade policial nesses territórios indica que a morte não está vinculada à criminalidade, mas ao modo como o Estado escolhe se relacionar com determinados grupos sociais.

Os Gráficos deste material, de modo geral, portanto, evidenciam o resultado de um processo de “racialização da punição”, conceito desenvolvido por Angela Davis (2016). A punição, no Brasil, não é distribuída igualmente: ela recai sobre corpos negros e periféricos. A morte policial

é uma forma extrema dessa punição, executada sem julgamento, sem mediação judicial e sem garantia de direitos.

Essa seletividade racial se materializa não apenas no número de mortes, mas na sua distribuição espacial. As regiões onde a população negra é mais concentrada são as mesmas com maior incidência de letalidade policial. Essa sobreposição não é coincidental: ela confirma a tese de Abdias Nascimento (1978) sobre o processo genocida que atravessa a formação social brasileira.

Nesse sentido, os Gráficos que expõem os óbitos de corpos jovens negros é uma representação quantitativa dessa gramática racial. Ele mostra a operacionalização concreta daquilo que a teoria já descreve: a vida negra é continuamente exposta à morte. Essa exposição não é resultado de violência aleatória, mas de um projeto racial de Estado que decide, implicitamente, quais vidas merecem ser defendidas.

Uma leitura decolonial (Quijano, 2000) desses resultados exige reconhecer que o confronto policial não é apenas uma prática de segurança, mas um dispositivo de atualização da colonialidade. A morte, nesses casos, não é apenas morte biológica: é morte política, morte civil, morte ontológica. É a reafirmação de que certos sujeitos não são reconhecidos como plenamente humanos.

O fato de cidades como João Pessoa e Bayeux concentrarem a maior parte das mortes indica que a violência policial se intensifica onde o projeto colonial é mais evidente: nas periferias urbanas, onde a população negra e pobre se acumula devido a processos históricos de segregação espacial. Assim, nos remetendo outra vez ao Gráfico 4, percebemos que este projeto também representa a geopolítica interna da cidade.

A necropolítica (Mbembe, 2021) se torna, portanto, o principal operador da gestão desses territórios. Nas regiões onde o Estado se ausenta em termos de investimento social, ele se faz presente por meio da força letal. A polícia, nesse contexto, desempenha a função de garantir a ordem por meio da eliminação física daqueles que representam, simbolicamente, o fracasso do projeto civilizatório branco.

Os números apresentados também revelam um padrão de continuidade ao longo dos anos. Mesmo que o gráfico não discrimine ano a ano, a magnitude dos óbitos sugere que a letalidade não é episódica, mas persistente. Essa constância evidencia que a política de morte está institucionalizada e não depende de conjunturas específicas.

Essa institucionalização da morte se torna ainda mais evidente quando percebemos que não há mecanismos efetivos de responsabilização. As mortes por confronto policial raramente são investigadas ou julgadas, reforçando a percepção de que esses óbitos fazem parte de um mandato tácito concedido à polícia. A impunidade se torna parte da engrenagem da necropolítica.

A partir dessa realidade, torna-se possível afirmar que o confronto policial não é o problema em si, mas a expressão de uma estrutura maior. Ele é a ponta visível de um iceberg que envolve desigualdade, racismo, colonialidade e lógica de guerra interna. O gráfico é apenas o retrato numérico dessa estrutura; a realidade social é muito mais profunda.

Ainda, a presença de cidades com nenhum registro de óbito reforça essa necessidade. Se a violência policial fosse de fato uma resposta à criminalidade, seria impossível haver lugares completamente sem mortes e outros com dezenas. O que o gráfico demonstra é que o alvo da violência não é o crime, mas a população que o Estado associa ao crime.

Essa associação é racista e colonial. Ela se baseia na ideia de que certos corpos carregam, por natureza, a suspeição. Essa naturalização da suspeição é descrita por Frantz Fanon (2008) como

uma prisão ontológica, na qual o negro é capturado pelo olhar branco e transformado em objeto da violência. A polícia é o braço armado desse olhar.

O fato de a maioria das cidades com baixa letalidade serem áreas menores, menos urbanizadas e menos racializadas confirma a tese de que a violência policial é uma continuação da lógica colonial. Nas cidades maiores, a densidade populacional negra é maior; logo, a polícia atua mais intensamente. Trata-se de um cálculo racial.

A partir desse cenário, é possível afirmar que o confronto policial opera como um ritual de purificação social, nos termos de René Girard (1990). A morte do jovem negro periférico funciona como mecanismo simbólico para restaurar uma ordem imaginária, ainda que essa ordem nunca se concretize. O sacrifício torna-se rotina.

Essa interpretação girardiana se articula com a necropolítica ao mostrar que a morte não é apenas instrumento, mas linguagem. O Estado fala por meio da morte. Ele comunica seu poder, sua soberania, sua capacidade de decidir quem vive e quem morre. O gráfico é, portanto, a tradução visual dessa linguagem.

As diferenças entre as cidades também revelam que a violência policial está diretamente ligada à estigmatização territorial. Bairros e cidades são marcados por reputações que influenciam a atuação policial. Lugares considerados perigosos recebem mais operações e, conseqüentemente, mais mortes.

Essa lógica estigmatizante é discutida por Loïc Wacquant (2007), que afirma que o Estado neoliberal administra a miséria por meio da punição. A violência policial nas periferias da Paraíba confirma essa tese: a punição substitui o investimento, o confronto substitui a política social.

Os resultados evidenciam ainda a relação entre raça, território e punição. Quanto mais ocupado por pessoas negras o território, maior a possibilidade de confronto. Essa correlação é um indicativo de racismo estrutural. A morte, nesse sentido, não é efeito colateral, mas componente estrutural da política de segurança.

É importante destacar que a magnitude da letalidade no município de João Pessoa não pode ser explicada apenas pela população. A diferença em relação às outras cidades é tão grande que aponta para uma política específica de enfrentamento, centrada na capital. Essa política produz mortes, não segurança.

A persistência desse padrão ao longo de dez anos demonstra que as ações policiais não estão reduzindo a violência, mas apenas realocando-a. A morte se torna um mecanismo de gestão do território, não uma solução para os problemas sociais que afetam a região metropolitana.

A partir da análise desses dados, torna-se evidente que a letalidade policial precisa ser compreendida como fenômeno estrutural e não como desvio individual. Policiais não agem isoladamente: eles respondem a uma cultura institucional e a uma lógica de Estado que autoriza a morte de determinados corpos.

Os números também indicam que, apesar de alguns municípios apresentarem poucos óbitos, isso não significa ausência de violência. Em muitos casos, o que existe é ausência de operações e presença mínima do Estado. A morte, portanto, é apenas um dos indicadores possíveis, ainda que seja o mais extremo.

Com base nesses resultados, conclui-se que a letalidade policial nas microrregiões de João Pessoa e Sapé não é apenas um problema de segurança pública, mas um indicador profundo das

hierarquias raciais e coloniais que estruturam o Estado brasileiro. A morte, nesses casos, é política e, justamente por isso, exige uma resposta também política.

Se a necropolítica define quem deve morrer, uma ética da descolonização deve afirmar quem deve viver. E, para isso, não basta reformar a polícia: é preciso reformular o próprio modo como o Estado entende o valor da vida. Os Gráficos deixam claro que, até agora, esse valor tem cor, território e classe. E é essa realidade que precisa ser transformada.

Tratando-se do propósito de “garantir” direitos humanos no exercício das políticas públicas, em especial aos trabalhadores da segurança pública, ao responder à pergunta “Eu vejo policiais morrendo e os direitos humanos não fazem nada. Você também é contra os policiais?” em uma sessão intitulada “Silvio Almeida Fora da Caixa” em sua página oficial da rede social Instagram, em 22 de maio de 2024, sob formato de vídeo curto (*reels*), Silvio Almeida, homem, negro, ex-ministro de estado vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, afirmou, que:

criou-se uma espécie de espantinho em que existe uma “turma dos direitos humanos” que supostamente seria contra o exercício da atividade profissional dos policiais. (...) Isso é uma falácia. Isso é resultado de uma distorção que é feita por pessoas que querem fazer uso da violência como uma forma de gestão (...). A atividade policial deve respeitar os direitos humanos, mas, ao mesmo tempo, os agentes policiais que são agentes dos direitos humanos, eles devem também ter os seus direitos humanos respeitados. Por isso, colocar os policiais para funcionar como máquinas de matar, como muitos aí desejam, para depois condená-los a própria sorte, tendo que responder a processos criminais, isso é violação dos direitos humanos.

Partindo do pressuposto da responsabilização estatal acerca da necropolítica como solução para garantir segurança pública, Almeida (2024) reconheceu que “é preciso olhar para outros aspectos de violação dos direitos humanos dos policiais cometidos pelo próprio Estado e também pelas corporações”. O filósofo (*op. cit.*) visualizou a baixa remuneração, a precariedade das condições ofertadas para o trabalho, o desleixo com a saúde, particularmente a saúde mental, e, escalas organizadas de forma desumanas, como parte da negligência estatal sobre a dignidade do profissional do campo da segurança pública no exercício de suas atividades.

Quando o policial age de acordo com a lei, quando ele tem protocolo, quando ele tem condições dignas de trabalho, esse policial morre menos. (...). Polícia sem controle não é polícia. É milícia. Policial, ele age de acordo com a lei, ele tem que ter dignidade para trabalhar. Ele tem que ter (...) um envolvimento com a comunidade e agir com mecanismos de controle social e institucional (Almeida, *op. cit.*)

A forma de garantia da manutenção da necropolítica, inicia-se pelo método de atuação, de forma geral, desta política pública no Brasil, pois nela não há a cultura de sistematizar dados, mas sim, de apagamento da história, já que levantamentos denunciariam contra o fazer, indicariam

caminho que contraporiam a normatividade. A matriz nacional de educação e de segurança pública está na ordem das instituições policiais. Os dados sobre segurança pública muitas vezes são tratados como responsabilidade da política pública de saúde e justificados pela violência urbana. Estes ainda são os principais norteadores para guiar a ação de segurança pública.

Para além da sistematização, mas considerando a análise de dados e debate acerca da segurança pública e as políticas públicas em geral, na perspectiva acerca das ponderações de Dias (2010), Ballestrin (2017) e Segato (2012) em relação a políticas homogêneas e universalizantes, não se trata de escapar ou negar a força do patriarcalismo capitalista, da ideologia de Gênesis e a influência religiosa judaico-cristã na instituição da culpa e do medo como sacrifício (Girard, 1990) enquanto necropolítica (Mbembe, 2016), e sim, de ser fundamental, reconhecer o propósito dissimulador deste sistema.

A próxima seção, também se dará, em primazia, pelos dados informados pelo pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), referente à população jovem, negra, também compreendida entre a faixa etária de 12 a 19 anos. Especificamente, a seguir, os índices de homicídios foram analisados por esse recorte de dados (NACE/SEDS/PB, 2025) referenciados a partir do CID-10 (OMS, 2025).

1.4 Instrumentos utilizados a partir do CID-10

Como dito anteriormente, as MVI englobam diferentes tipificações penais de crimes violentos que têm em comum o resultado letal. Partindo disso, apresentaremos os instrumentos utilizados nessas ocorrências, classificando-os conforme as categorias estabelecidas pelo CID-10.

Em referência ao CID-10, considerando o período de 2015 a 2025, conforme registros do pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, *op. cit.*), os óbitos de jovens negros em todo o estado da Paraíba, ocorreram por:

- Agressão (homicídio e/ou lesões infligidas por outra pessoa, empregando qualquer meio, com a intenção de lesar (ferir) ou de matar) por meio de drogas, medicamentos e substâncias biológicas (X85);
- Agressão (lesões infligidas por outra pessoa com a intenção de ferir ou matar usando substâncias como ácidos ou bases fortes) por meio de substância corrosiva (X86);
- Agressão por meio de pesticidas (lesões ou envenenamentos infligidos intencionalmente por outra pessoa utilizando substâncias como inseticidas, raticidas, herbicidas, etc.) (X87);
- Agressão por meio de gases e vapores, (lesões ou intoxicações infligidas intencionalmente por outra pessoa através da exposição a gases ou vapores nocivos (por exemplo, monóxido de carbono, gás de cozinha, etc., usados como meio de agressão) (X88);
- Agressão por meio de outros produtos químicos ou substâncias nocivas especificadas (agressões que utilizam um produto químico ou substância nociva que **não** se enquadra nas categorias anteriores (X85 - drogas/medicamentos, X86 - corrosivos, X87 - pesticidas, ou X88 - gases/vapores) (X89);
- Agressão por meio de produtos químicos ou substâncias nocivas não especificados (X90);

- Agressão por meio de enforcamento, estrangulamento e sufocação (agressão por asfixia) (X91);
- Agressão por meio de afogamento e submersão (X92);
- Agressão por meio de disparo de arma de fogo de mão (X93);
- Agressão por meio de disparo de arma de fogo de cano longo, espingarda ou arma de fogo de grosso calibre (X94);
- Agressão por meio de disparo de outra arma de fogo ou de arma de fogo não especificada (X95);
- Agressão por meio de material explosivo (inclui bombas, dinamite, granadas, etc.) (X96);
- Agressão por meio de fumaça, fogo e chamas (refere-se a atear fogo intencionalmente a uma pessoa ou local para feri-la) (X97);
- Agressão por meio de vapor de água, gases ou objetos quentes (agressão usando queimaduras térmicas (não químicas) (X98);
- Agressão por meio de objeto cortante ou penetrante (inclui facas, punhais, cacos de vidro, estiletes, etc.) (X99);
- Agressão por meio de objeto contundente (agressões com objetos sem ponta ou gume, usados para golpear) (Y00);
- Agressão por meio de empurrão de um lugar elevado (homicídio ou lesão intencional ao empurrar alguém de uma altura) (Y01);
- Agressão por meio de empurrão ou colocação da vítima diante de um objeto em movimento (exclui veículos a motor) (Y02);
- Agressão por meio de colisão de um veículo a motor (uso intencional de um carro, moto, etc., para atropelar ou colidir com a vítima) (Y03);
- Agressão por meio de força corporal (Y04);
- Agressão sexual por meio de força física (estupro e outras formas de violência sexual que envolvem o uso da força) (Y05);
- Negligência e abandono (especialmente de vulneráveis, como crianças ou idosos) (Y06);
- Outras síndromes de maus-tratos (categoria ampla que inclui abuso psicológico, abuso físico crônico, etc.) (Y07);
- Agressão por outros meios especificados (mas não se encaixam em nenhuma das categorias anteriores - X85 a Y07) (Y08);
- Agressão por meios não especificados (evidencia-se que a lesão ou morte foi resultado de uma agressão (homicídio ou lesão intencional. Mas o meio exato ou o método utilizado para cometer a agressão não foi especificado no registro) (Y09);
- Intervenção legal lesões (morbidade) ou mortes (mortalidade) infligidas por agentes da lei (policiais ou outros agentes de segurança pública) que estejam no exercício de suas funções (Y35).

Como exemplo de duas regiões da Mesorregião da Mata Paraibana, o Quadro 5, abaixo, indica os dados apresentados para tratamento de dados referentes as microrregiões do Litoral Nor-

te e Litoral Sul, pelo pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), referindo-se ao número de mortes de jovens negros (pardos e pretos) na faixa etária de 12 a 29 anos, por microrregião, entre o período de 2015 a 2025. Além do número de ocorrências de óbitos dessas respectivas microrregiões, os óbitos são qualificados pelo CID-10 (OMS, 2025), de acordo com os instrumentos mais utilizados e menos utilizados em relação ao número de homicídios das microrregiões correspondentes.

Quadro 5 - Quantitativo de ocorrências, instrumentos utilizados e CID-10 relacionados a Óbitos de jovens negros (pardos e pretos), na faixa etária de 12 a 29 anos, pelas Microrregiões do Litoral Norte e Litoral Sul, entre 2015 e 2025

Microrregião	Instrumento mais usado	Nº de Ocorrências	CID-10	Instrumento menos usado	Nº de Ocorrências	CID-10
Litoral Norte	Arma de Fogo	25	X93	Arma Branca	1	X99
Litoral Sul	Arma de Fogo	144	X93	Arma Branca e Fogo	1	X99 / X97

Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de Microrregiões: 2 (Litoral Norte e Litoral Sul).

Em conformidade ao Quadro 5, a respeito dos instrumentos mais utilizados para homicídios de pessoas jovens negras entre 12 e 29 anos, nas microrregiões do Litoral Norte e Sul, armas de fogo, correspondente ao CID-10 X93, foi o mais utilizado, entretanto, o número de ocorrências foi significativamente mais elevado no Litoral Sul (144), considerando que no Litoral Norte ocorreram 25 homicídios. Sobre os instrumentos menos utilizados, foram: arma branca (CID-10 X99) no Litoral Norte e arma branca (CID-10 X99) e fogo (CID-10 X97) no Litoral Sul, e, o número de ocorrências foi a mesma nestas duas microrregiões (1).

Na sequência, o Quadro 6, diz respeito ao quantitativo de mortes de pessoas negras jovens, entre 12 e 29 anos, por município da microrregião Litoral Norte, entre o período de 2015 a 2025, conforme os dados fornecidos pelo pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, *op. cit.*). Este Quadro trouxe os instrumentos mais e menos utilizados, de acordo com o número de ocorrências de óbitos dos respectivos municípios do Litoral Norte e a qualificação do tipo de homicídio pelo CID-10 (OMS, 2025).

Quadro 6 - Quantitativo de ocorrências, instrumentos utilizados e CID-10 relacionados aos Óbitos de jovens negros (pardos e pretos), na faixa etária de 12 a 29 anos, por município do Litoral Norte, entre 2015 e 2025

Município/ Litoral Norte	Instrumento mais usado	Nº de Ocorrências	CID- 10	Instrumento menos usado	Nº de Ocorrências	CID-10
Baía da Traição	Arma de Fogo	19	X93	Espancamento	1	Y04
Capim	Arma de Fogo	11	X93	Arma Branca	2	X99
Cuité de Mamanguape	Arma de Fogo	3	X93	Arma Branca	1	X99
Curral de Cima	Arma de Fogo	3	X93	-	-	-
Itapororoca	Arma de Fogo	17	X93	Arma Branca	4	X99
Jacaraú	Arma de Fogo	26	X93	Arma Branca	2	X99
Mamanguape	Arma de Fogo	82	X93	Pauladas	1	W50.8
Marcação	Arma de Fogo	18	X93	Espancamento	1	Y04
Mataraca	Arma de Fogo	4	X93	Arma Branca	1	X99
Pedro Régis	Arma de Fogo	8	X93	-	-	-
Rio Tinto	Arma de Fogo	28	X93	Enforcamento	1	Y20

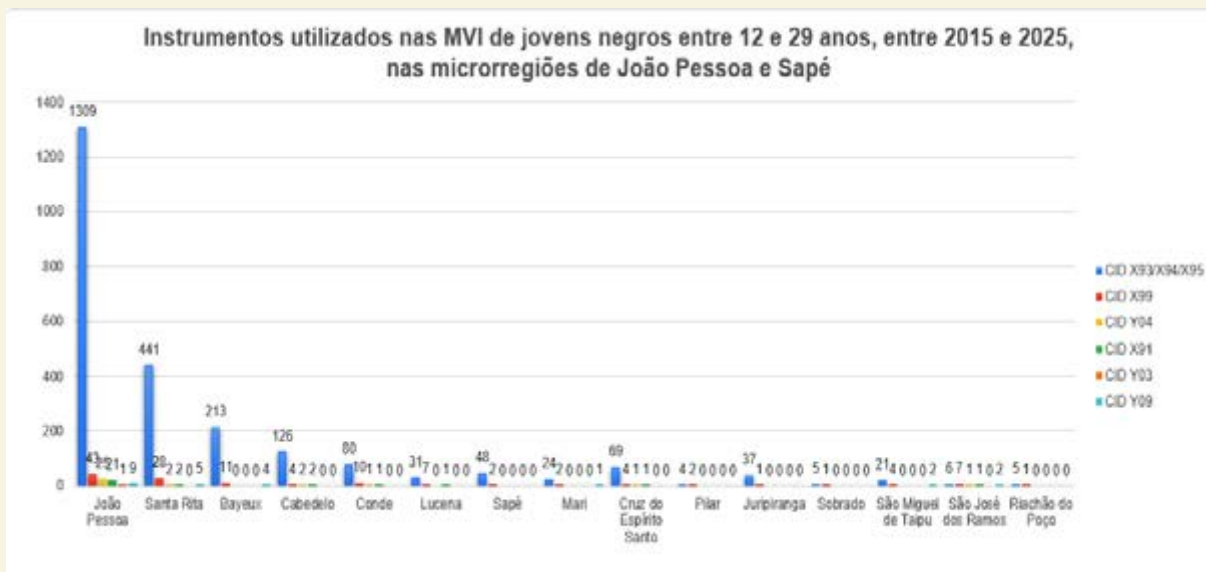
Fonte: (NACE/SEDS/PB).

Nota. Nº. de municípios da microrregião do Litoral Norte: 11.

Em relação aos dados expostos no Quadro 6, sobre os instrumentos mais utilizados para homicídios contra jovens negros, entre 12 e 29 anos, nos municípios correspondentes ao Litoral Norte, de acordo com os dados informados pelo pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), arma de fogo (CID-10 X93) foi o instrumento protagonista para o maior cometimento de homicídios em todos eles, sendo Mamanguape o município de maior ocorrência e Cuité de Mamanguape e Curral de Cima, os de menor frequência (3). Já, os municípios em que não ocorreram homicídio por outro instrumento foram: Curral de Cima e Pedro Régis.

Para delinear o panorama dos meios empregados nas MVI registradas, organizando-os de acordo com o CID-10 pertinente, as microrregiões de João Pessoa e Sapé foram situadas no Gráfico 8, a seguir.

Gráfico 8 – Instrumentos utilizados nas MVI de jovens negros entre 12 e 29 anos, entre 2015 e 2025 nas microrregiões de João Pessoa e Sapé



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Quadro 7 - Quadro informativo dos instrumentos utilizados conforme o CID-10 de óbitos de jovens negros(as) entre 12 e 29 anos, nas microrregiões de João Pessoa e Sapé

INSTRUMENTOS, POR CID-10, DE MAIOR PREDOMINÂNCIA						
MUNICÍPIO	CID-10					
	X93/X94/X95	X99	Y04	X91	Y03	Y09
João Pessoa	1309	43	25	21	1	9
Santa Rita	441	28	2	2	0	5
Bayeux	213	11	0	0	0	4
Cabedelo	126	4	2	2	0	0
Conde	80	10	1	1	0	0
Lucena	31	7	0	1	0	0
Sapé	48	2	0	0	0	0
Mari	24	2	0	0	0	1
Cruz do Espírito Santo	69	4	1	1	0	0
Pilar	4	2	0	0	0	0
Juripiranga	37	1	0	0	0	0
Sobrado	5	1	0	0	0	0
São Miguel de Taipu	21	4	0	0	0	2
São José dos Ramos	6	7	1	1	0	2
Riachão do Poço	5	1	0	0	0	0

Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

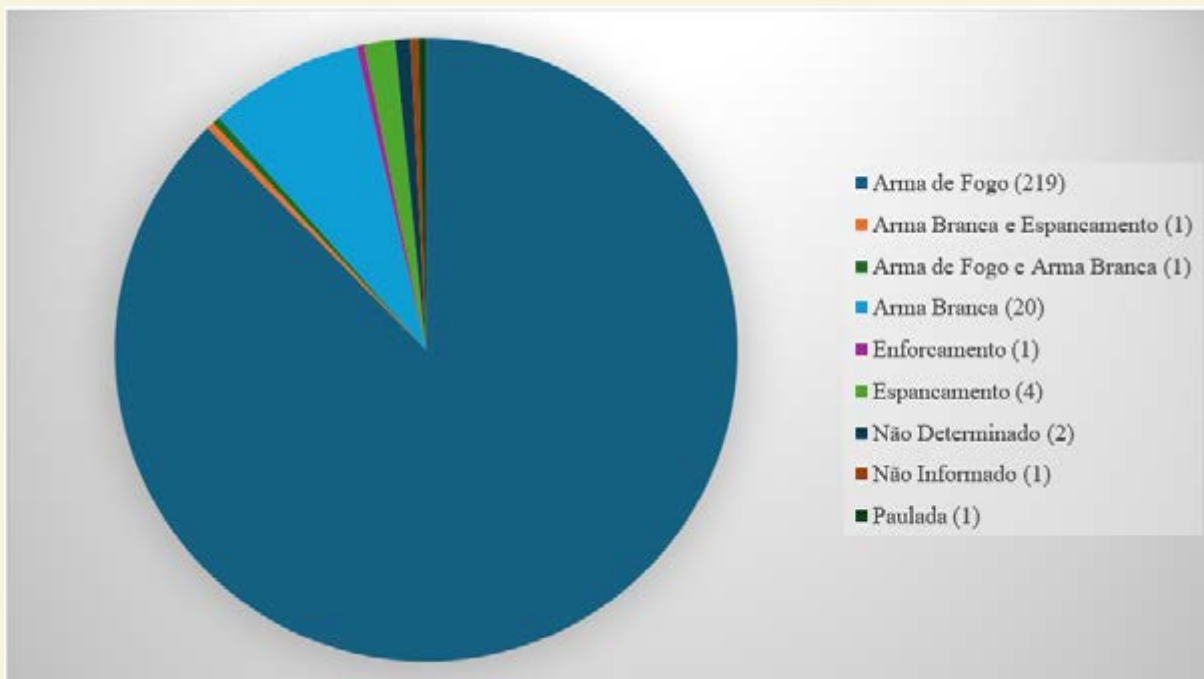
Para melhor compreensão do Gráfico 8 e o Quadro 7, realçamos que os CID-10 utilizados nos 15 municípios que compõem as microrregiões de João Pessoa e Sapé entre 2015 e 2025 foram CID-10 X93, CID-10 X94, CID-10 X95, CID-10 X99, CID-10 X91, CID-10 Y04, CID-10 Y03 e CID-10 Y09.

A leitura do Gráfico 8 apresentado, que ilustrou a distribuição e as causas das mortes violentas na Microrregião João Pessoa–Sapé, nos permite perceber que a letalidade não pode ser considerada um evento isolado ou acidental. Pelo contrário, ela representa uma manifestação aguda das estruturas históricas de opressão que, longe de desaparecer, continuam a operar de forma profundamente desiguais.

O Gráfico 8 e Quadro 7 revelaram a concentração da violência nas áreas metropolitanas de João Pessoa e Santa Rita, a partir dos instrumentos utilizados, com ênfase esmagadora na arma de fogo (CID-10 X93, CID-10 X94, CID-10 X95). A alta prevalência de mortes violentas por arma de fogo, especialmente em João Pessoa (1.309 casos) e Santa Rita (441 casos), é um indicativo claro de que essas mortes não são acidentais, mas sim estruturais, intrinsecamente ligadas à colonialidade do poder, do ser e do saber que ainda moldam o Brasil contemporâneo.

Nesse seguimento de MVI direcionadas a alvos a serem exterminados na sociedade, adiante, conforme as informações trazidas pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB), o Gráfico 8 retrata os tipos de instrumentos utilizados e o número de homicídios contra jovens negros, de 12 a 29 anos, no período de 2015 a 2025 na microrregião do Litoral Norte. Nesta microrregião, armas de fogo foi o instrumento mais utilizado (219), seguido por arma branca (20) e espancamento (4).

Gráfico 9 - Instrumentos utilizados e quantitativo de ocorrências na microrregião do Litoral Norte (óbitos de jovens negros, faixa etária de 12 a 29 anos, período de 2015 a 2025)

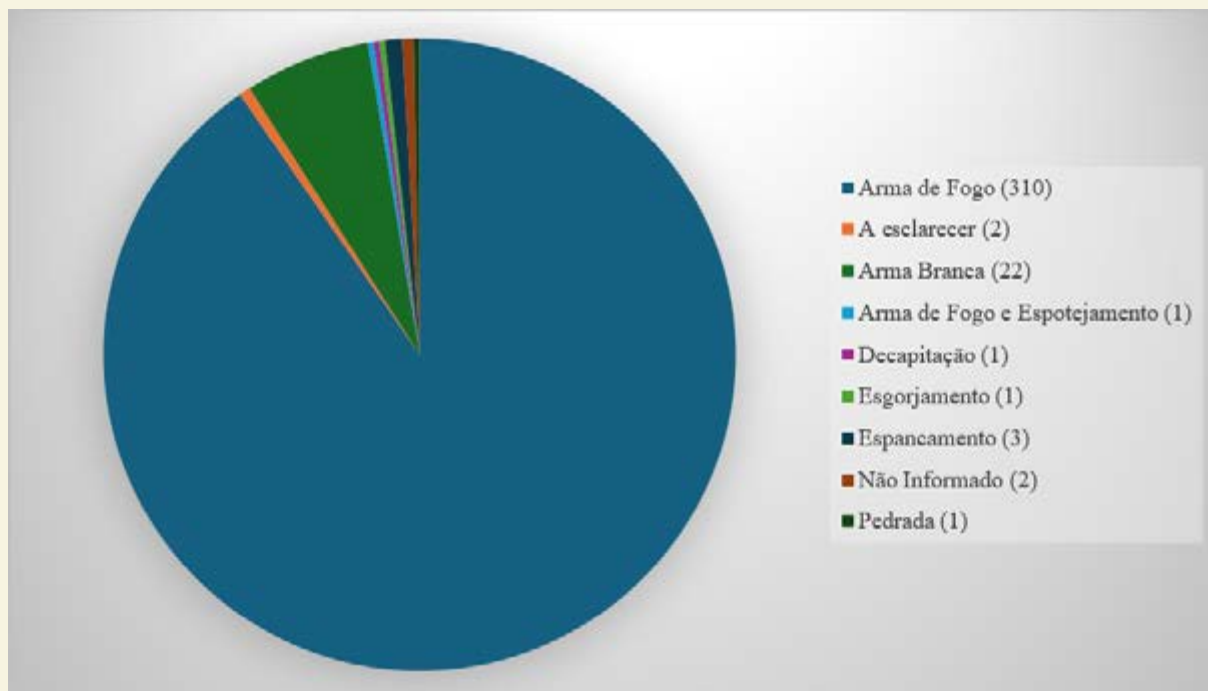


Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de municípios da microrregião do Litoral Norte: 11.

O Gráfico 10, abaixo, de acordo com o pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), indica os tipos de instrumentos utilizados e o quantitativo de homicídios contra jovens negros, de 12 a 29 anos, no período de 2015 a 2025 na microrregião do Litoral Sul. De modo similar ao Litoral Norte, nesta microrregião (Litoral Sul), armas de fogo também foi o instrumento mais utilizado (310), seguido por arma branca (22) e espancamento (3).

Gráfico 10 - Instrumentos utilizados e quantitativo de ocorrências na microrregião do Litoral Sul (óbitos de jovens negros, faixa etária de 12 a 29 anos, período de 2015 a 2025)



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de municípios da microrregião do Litoral Sul: 4.

Conforme o pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), o Quadro 8, a seguir, indica os números de ocorrências, instrumentos utilizados e CID-10 correspondentes aos óbitos de jovens negros (pardos e pretos), na faixa etária de 12 a 29 anos, de acordo com cada município do Litoral Sul, entre 2015 a 2025. Este Quadro mostra que arma de fogo (CID-10 X93) também é o instrumento mais utilizado nos 4 municípios que compõem o Litoral Sul, sendo Alhandra o município com o menor índice (62) de ocorrências de óbitos e Pedras de Fogo (89), o município com o maior número de homicídios relacionados ao uso deste instrumento. Neste mesmo município, espancamento (CID-10 Y04) é o tipo de óbito em que ocorre o maior número de ocorrências para o instrumento menos utilizado.

Quadro 8 - Quantitativo de ocorrências, instrumentos utilizados e CID-10 relacionados aos Óbitos de jovens negros (pardos e pretos), na faixa etária de 12 a 29 anos, por município do Litoral Sul, entre 2015 e 2025

Município/ Litoral Sul	Instrumento mais usado	Nº de Ocorrências	CID-10	Instrumento menos usado	Nº de Ocorrências	CID-10
Alhandra	Arma de Fogo	62	X93	Espancamento	1	Y04
Caaporã	Arma de Fogo	83	X93	Decapitação	1	X99
Pedras de Fogo	Arma de Fogo	89	X 93	Espancamento	2	Y04
Pitimbu	Arma de Fogo	76	X 93	Esgorjamento	1	S11

Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de municípios da microrregião do Litoral Sul: 4.

Quadro 9 - O perfil das MVI de homens negros, por idade compreendida entre 12 e 29 anos, por instrumento utilizado de acordo com o CID-10 e casos de confronto policial nos municípios na Microrregião de João Pessoa e Sapé na Mata Paraibana

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID-10	CONFRONTO POLICIAL	TOTAL
João Pessoa	13 anos (10)			
	14 anos (15)			
	15 anos (31)			
	16 anos (77)			
	17 anos (82)			
	18 anos (102)	Enforcamento, Estrangulamento e Sufocação/X91 (11)		
	19 anos (95)	Arma Branca/X99 (57)		
	20 anos (116)	Arma de Fogo/X93 (1.271)		
	21 anos (124)	Espancamento/Y04 (14)	68	1.367
	22 anos (98)	Indeterminado (9)		
	23 anos (97)	Incêndio (1)		
	24 anos (90)	Colisão de Carro (1)		
	25 anos (95)			
	26 anos (91)			
27 anos (97)				
28 anos (69)				
29 anos (78)				

<p>Santa Rita</p>	<p>12 anos (1) 13 anos (1) 14 anos (9) 15 anos (10) 16 anos (22) 17 anos (26) 18 anos (30) 19 anos (30) 20 anos (36) 21 anos (44) 22 anos (42) 23 anos (37) 24 anos (32) 25 anos (36) 26 anos (34) 27 anos (30) 28 anos (16) 29 anos (22)</p>	<p>Enforcamento, Estrangulamento e Sufocação/X91 (1) Arma Branca/X99 (17) Arma de Fogo/X93 (479) Espancamento/Y04 (2) Indeterminado (5) Decaptação (1)</p>	<p>5</p>	<p>458</p>
<p>Bayeux</p>	<p>15 anos (7) 16 anos (7) 17 anos (9) 18 anos (15) 19 anos (17) 20 anos (20) 21 anos (18) 22 anos (23) 23 anos (15) 24 anos (17) 25 anos (7) 26 anos (14) 27 anos (17) 28 anos (29) 29 anos (14)</p>	<p>Arma Branca/X99 (4) Arma de Fogo/X93 (222) Esquartejamento (1) Indeterminado (3)</p>	<p>18</p>	<p>216</p>

<p>Cabedelo</p>	<p>13 anos (1) 15 anos (5) 16 anos (5) 17 anos (5) 18 anos (8) 19 anos (10) 20 anos (7) 21 anos (12) 22 anos (13) 23 anos (5) 24 anos (10) 25 anos (15) 26 anos (13) 27 anos (10) 28 anos (5) 29 anos (6)</p>	<p>Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (126) Espancamento/Y04 (3) Indeterminado ()</p>	<p>9</p>	<p>130</p>
<p>Conde</p>	<p>15 anos (2) 16 anos (4) 17 anos (3) 18 anos (4) 19 anos (7) 20 anos (8) 21 anos (5) 22 anos (8) 23 anos (14) 24 anos (6) 25 anos (6) 26 anos (7) 27 anos (8) 28 anos (4) 29 anos (4)</p>	<p>Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (81)</p>	<p>5</p>	<p>90</p>

<p>Lucena</p>	<p>15 anos (1) 16 anos (1) 17 anos (6) 18 anos (3) 19 anos (1) 20 anos (4) 21 anos (2) 22 anos (3) 23 anos (4) 24 anos (3) 25 anos (2) 26 anos (4) 27 anos (1) 28 anos (2) 29 anos (2)</p>	<p>Arma Branca/X99 (8) Arma de Fogo/X93 (31)</p>	<p>0</p>	<p>39</p>
<p>Sapé</p>	<p>15 anos (4) 17 anos (5) 18 anos (2) 19 anos (3) 20 anos (2) 21 anos (5) 22 anos (4) 23 anos (6) 24 anos (3) 25 anos (1) 26 anos (4) 28 anos (5) 29 anos (3)</p>	<p>Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (46)</p>	<p>0</p>	<p>47</p>

Mari	16 anos (1) 17 anos (4) 18 anos (2) 19 anos (2) 20 anos (3) 21 anos (3) 23 anos (3) 24 anos (2) 25 anos (1) 26 anos (1) 27 anos (4) 28 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (24) Indeterminado (1)	1	27
Cruz do Espírito Santo	16 anos (3) 17 anos (5) 18 anos (6) 19 anos (7) 20 anos (2) 21 anos (5) 22 anos (5) 23 anos (7) 24 anos (4) 25 anos (2) 26 anos (5) 27 anos (6) 28 anos (6) 29 anos (3)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (64)	1	66
Pilar	20 anos (1) 21 anos (3) 24 anos (1) 29 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (4)	0	6

<p>Juripiranga</p>	<p>13 anos (1) 15 anos (1) 16 anos (2) 17 anos (3) 18 anos (3) 19 anos (4) 20 anos (5) 21 anos (4) 22 anos (1) 23 anos (7) 24 anos (3) 25 anos (1) 27 anos (1) 28 anos (1) 29 anos (1)</p>	<p>Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (37)</p>	<p>3</p>	<p>38</p>
<p>Sobrado</p>	<p>16 anos (1) 18 anos (1) 22 anos (2) 24 anos (1) 27 anos (1)</p>	<p>Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (5)</p>	<p>1</p>	<p>6</p>
<p>São Miguel de Taipu</p>	<p>14 anos (1) 16 anos (1) 18 anos (1) 19 anos (1) 20 anos (3) 22 anos (4) 23 anos (5) 24 anos (2) 26 anos (3) 27 anos (1) 28 anos (3)</p>	<p>Arma Branca/X99 (4) Arma de Fogo/X93 (19) Indeterminado (2)</p>	<p>0</p>	<p>25</p>

São José dos Ramos	15 anos (1)	Arma Branca/X99 (7) Arma de Fogo/X93 (4) Espancamento/Y04 (1)	0	12
	16 anos (1)			
	19 anos (1)			
	22 anos (3)			
	23 anos (2)			
	26 anos (2)			
	27 anos (1)			
	28 anos (1)			
Riachão do Poço	18 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (5)	0	6
	20 anos (2)			
	25 anos (2)			
	26 anos (1)			
TOTAL GERAL				2.533

Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

De acordo com o Quadro 9, observou-se que dos 1.367 casos de homicídios registrados, por exemplo, na microrregião de João Pessoa contra jovens negros de 12 a 29 anos, a taxa de maior incidência foi entre pessoas de 21 anos (124), seguido por 20 anos (116) e 18 anos (102) NACE/SEDS/PB (2025).

Analisando esses dados à luz da teoria decolonial (Quijano, 2000), pode-se observar que o fenômeno da violência letal, conforme apresentado nos gráficos, é resultado direto de processos históricos de exclusão social e racial. No caso das mortes violentas na Microrregião João Pessoa–Sapé, os jovens negros e periféricos são os alvos preferenciais dessa violência, que é imposta pela violência racializada do Estado e de grupos criminosos. O fato de a arma de fogo dominar a cena, conforme os códigos CID-10 X93, CID-10 X94 e CID-10 X95, pode ser visto como a expressão contemporânea de um poder colonial que permanece intacto, estruturando a vida social de forma a submeter esses corpos à eliminação sistemática.

Walter Mignolo (2003), em sua análise sobre a Geopolítica do Conhecimento, oferece uma leitura crucial ao explorar como a epistemologia colonial estabelece o corpo jovem, negro e periférico como um “corpo-alvo”. Esse corpo não é reconhecido como sujeito de direitos, mas como um alvo legítimo da violência. A prevalência das armas de fogo como instrumento de morte (CID-10 X93, CID-10 X94 e CID-10 X95) reflete uma falha estrutural das instituições em proteger essa população, priorizando a repressão violenta em vez de adotar medidas de proteção, educação e inclusão social. O jovem periférico, então, se torna um alvo para o Estado e para as forças sociais, pois, na visão colonial, sua vida não tem o mesmo valor que a vida de outros corpos, mais centrados e mais brancos.

Segundo os índices do Atlas da Violência (2025), em particular, através da descrição do “Boletim Temático Violência” (Brasil, 2025, p. 6), a proporção de homicídios por arma de fogo no

estado da Paraíba durante o período de 2013 a 2023 variou de 81,1% em 2013 a 83,5% em 2023. Complementarmente, a análise com relação às taxas por 100 mil habitantes, tem-se que os estados que registraram aumento nos números absolutos, como Bahia e Pernambuco, também viram suas taxas de homicídios por arma de fogo aumentarem. Ademais, o estado da Paraíba estava dentre aqueles com as maiores quedas absolutas), acompanhando a tendência nacional (queda de 20,50 para 15,20), sobre a redução de suas taxas de violência letal por arma de fogo.

Além dos instrumentos utilizados, cabe destacar também que, conforme IBGE (2022, p. 11), no contexto brasileiro, a violência atinge muito mais os homens de 15 a 29 anos do que os homens de outras faixas etárias, com uma taxa de homicídios de 96,7 mortes por 100 mil habitantes, o dobro da faixa etária de 30 a 59 anos (44,7 mortes) e 7 vezes a de 60 anos ou mais (13,2 mortes). Nesse grupo etário, as principais vítimas de homicídios foram os homens pardos e pretos com taxas de 136,5 e 94,4 mortes por 100 mil habitantes, o que representa 3,3 vezes e 2,3 vezes, respectivamente, a taxa observada entre os homens brancos da mesma faixa etária (41,6 mortes), demonstrando a forte desigualdade por cor ou raça existente nesse tipo de violência.

Em referência a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) (2019), em território nacional, a situação de segurança e violência entre os estudantes de 13 a 17 anos levantada pelo IBGE (2022, p. 11), a respeito do envolvimento em brigas com arma branca nas escolas, segundo a PeNSE, 4,8% dos estudantes afirmaram já terem se envolvido, sendo 7,3% entre pretos, 4,5% entre pardos e 4,0% entre os brancos. No que concerne ao trajeto casa-escola, 16,6% dos alunos afirmaram não terem comparecido à escola nos últimos 30 dias por falta de segurança no trajeto, sendo mais expressivo entre os escolares pretos, 19,8% e pardos, 16,3% do que entre os brancos, 15,5% e maiores também nas dependências escolares públicas, 17,6% do que nas privadas, 10,8%.

Acerca da violência nesse trajeto, dentre as Unidades da Federação, estados nordestinos apresentaram taxas menores, estando o estado da Paraíba em 12,3%, contrapondo-se ao estado do Rio de Janeiro com 22%.

Considerando o território nacional, acerca das MVI, a perspectiva de Michel Foucault (1999), ao tratar da biopolítica e do controle sobre a vida e a morte, oferece uma contribuição relevante. Foucault (*op. cit.*) argumenta que o Estado moderno não apenas controla os corpos, mas também regula as populações, decidindo quem pode viver e quem deve morrer. A violência letal, portanto, deve ser compreendida dentro dessa lógica biopolítica, na qual a arma de fogo atua como uma tecnologia de controle sobre a vida.

No contexto da Microrregião João Pessoa–Sapé, o uso disseminado da arma de fogo não é um reflexo de um colapso da ordem pública, mas um reflexo da permanência de uma ordem social desigual, onde a violência é uma estratégia de regulação social, mantendo a marginalização e a exclusão das populações periféricas e racializadas.

Achille Mbembe (2018), com sua análise sobre a Necropolítica, a necropolítica se manifesta nas altas taxas de letalidade juvenil, particularmente entre os jovens negros e periféricos. A predominância da arma de fogo, portanto, não é apenas uma questão de criminalidade, mas uma expressão de um controle estatal e não estatal sobre as populações que são consideradas “dispendiosas”, “excessivas” ou “perigosas”.

O Fascismo Social explica como a exclusão e a eliminação de certos grupos sociais são características centrais da violência nas democracias formais. A presença da arma de fogo como principal meio de morte nas periferias urbanas é um reflexo desse fascismo social, onde as populações marginalizadas são vistas como descartáveis. O Estado, em vez de oferecer segurança e

proteção, permite que as condições de violência persistam, tratando a morte de jovens negros e periféricos como um “preço aceitável” pela manutenção da ordem social existente. O gráfico de mortes por arma de fogo, portanto, não apenas ilustra a magnitude da violência, mas revela a contínua normalização da morte na vida cotidiana dessas populações.

As contribuições de Achille Mbembe (2018) e Michel Foucault (1987) também se conectam diretamente com a reflexão de Rita Segato (2012) sobre as Pedagogias da Crueldade. Em seu estudo sobre a violência nas periferias, a autora (*op. cit.*) destaca que muitos atos de violência têm uma função pedagógica, servindo para ensinar as normas de poder e controle sobre o corpo, especialmente o corpo masculino jovem. A predominância da arma de fogo como meio de morte revela a maneira como a violência letal se insere em um sistema mais amplo de socialização da violência, que reflete a reprodução das desigualdades históricas.

Em termos de controle social e do uso de tecnologias de poder, a biopolítica foucaultiana é crucial para a análise das mortes violentas nas periferias urbanas. A arma de fogo, como um instrumento de violência e controle, reflete as estratégias de poder que buscam regular a vida da população periférica, mantendo-a à margem e sujeita à eliminação, sem qualquer tipo de protesto ou resistência. Nesse contexto, a violência letal se torna uma ferramenta de regulação da população, que, por sua vez, reforça a colonialidade do poder e a desumanização das classes subalternas.

Em síntese, os Gráficos de MVI por arma de fogo nas microrregiões de João Pessoa e Santa Rita expõem uma realidade de desumanização e controle social que atravessa a história do Brasil. A predominância da violência letal por arma de fogo, como identificado nos dados, reflete a continuidade da colonialidade do poder, que organiza a sociedade em torno de hierarquias raciais, sociais e de gênero. Com tudo que foi exposto, é possível entender que a violência nas periferias não é uma falha ou exceção do sistema, mas uma característica fundamental da estrutura social, que continua a funcionar para manter certos corpos à margem da proteção e dos direitos humanos, sendo alvos fáceis de uma morte antecipada e institucionalizada.

Há de se destacar que a justiça no Brasil foi erguida à luz seletiva do direito eugenista, o qual atribuiu à ordem biológica, características hereditárias (Marques, 1994) associadas ao suposto potencial de criminalidade. De acordo com a tese de desenvolvimento da espécie humana pelo darwinismo social (Schwarcz, 1993), a invenção racial foi peça-chave para categorizar pessoas visando o controle populacional (Foucault, 2008).

Aliada a pressupostos republicanos de igualdade, a separação e hierarquização de raças instituíram-se com o propósito de divisão em camadas sociais. Afunilamentos piramidais foram moldando processos de hierarquias, em que categorias de gêneros, classes e etnias associados à cor da pele constituíram a complexidade de iniquidades que é o que mantém opressões sociais e extermínios (Soares e Costa, 2025, p. 56).

Ainda que o foco desse Relatório não seja esmiuçar diretamente o contexto específico envolvido nas mortes da população jovem negra paraibana, há de se destacar que os óbitos relacionados ao CID-10 que envolve em especial o instrumento “arma de fogo”, mantem relação com as formas violentas de opressões sociais no contexto de guerra às drogas e do tráfico de drogas, apontando a necessidade crítica de estudos que cruzem, em suas zonas permeáveis e fronteiriças, dentre outras intersecções, processos de racismos, hierarquizações em camadas sociais e discriminações de pluralidades de gêneros (Soares e Costa, 2025, *loc. cit.*).

Na esfera do direito criminal, discursos “perigologistas”, ou seja, aqueles arguidos com base em processos de culpabilização por meio da periculosidade, ainda são regentes para distorcer o

conceito de risco e perigo à vida. Ao controle de drogas ou controle de populações torna-se premente compreender a complexidade que envolve opressões sociais (Crenshaw, 2020), de modo não isolado. Ao direito penal, urge ampliar análises jurídicas e sociais, retirando o foco da pena ao ato delitivo em si ou sobre como o(a) dito(a) delinquente deve ser penalizado(a) (Soares e Costa, *op. cit.*, p. 62).

Iniquidades de gênero (Miskolci, 2016) relacionadas a guerra às drogas e ao tráfico evidenciam que articulações entre a estrutura prisional estão ativadas pelo cinismo ideológico de neutralidade através do viés da meritocracia. Invisibiliza-se que a problematização do sistema penitenciário está enraizada em intersecções oriundas de uma cultura monoteísta judaico-cristão no Ocidente (Núñez, 2021) que desemboca em preceitos de moralidade punitivista e culpabilista (Sémelin, 2009), que por sua vez, estruturam-se e são estruturados por atravessamentos e confluências sociais entre classes, raças e gêneros (Soares e Costa, *op. cit.*, p. 68).

1.5 MVI por identidade de gênero

Esta seção se organiza a partir de uma divisão analítica por gênero, de modo a contrastar, com maior evidência, como essas tendências nacionais aparecem ou se reconfiguram, no contexto das MVI registradas na Mata Paraibana. Essa separação não busca essencializar diferenças, mas evidenciar que os padrões de vitimização seguem lógicas distintas para homens e mulheres, e que tais lógicas precisam ser metodologicamente destacadas para produzir análises precisas e não generalistas.

Os dados aqui analisados permitem construir uma imagem precisa da distribuição da violência letal no Brasil e, em particular, dos modos como ela incide sobre homens e mulheres jovens nas microrregiões da Mata Paraibana. Se, em escala nacional, o FBSP (2025) evidencia que as mulheres representam uma parcela significativamente menor das MVI, essa menor expressividade numérica não deve ser confundida com menor gravidade.

Para abordar gênero, Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2021, p. 57), problematiza as teorias feministas hegemônicas que preconizam as categorias universalizantes como atemporais, somando-se ao fato de que, para a autora, saberes contemporâneos são verdades objetivas, em que a questão da mulher é derivada da construção de gênero ocidental, binária e patriarcal. A categoria mulher, nesse sentido, não existe em yorubá antes do contato com o Ocidente. Categorias sociais como “mulher” são baseadas no corpo e são construídas em relação e em

oposição a outra categoria: “homem”; a presença ou ausência de certos órgãos determinaria a posição social (Oyèwùmí, 2021; Soares, 2022).

Em consonância à Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2021), é o olhar generificado que sustenta o pensamento dualista cartesiano ocidental - mente (masculino, sabedoria, razão) e corpo (feminino, natureza e instintivo). A perspectiva dualista é constante no pensamento feminista que consiste em estudar o caráter androcêntrico - rótulo da neutralidade, objetividade, universal - propagado pelo liberalismo (Soares, *op. cit.*, p. 151).

Para compreender identidade de gênero, Heilborn, Araújo e Barreto (2010, p. 37) realçam que a identidade se refere ao modo que a pessoa se sente e se identifica no mundo. Essa aprendi-

zagem cultural, em suas atribuições de sentido e de significado perpassa por uma normalização social (Foucault, 2008).

Nesse seguimento, ao retratar violências que resultam em mortes, destacamos que os dados registrados pelo NACE/SEDS/PB (2025), ainda registram identidade de gênero em perspectiva binária. Nota-se que, quer seja no Gráfico 11, Quadro 10, Gráfico 12, Quadro 11, Gráfico 13, Quadro 12, Gráfico 14, Gráfico 15, Quadro 13, Quadro 14, Quadro 15, Quadro 16, Gráfico 16, Gráfico 17, Gráfico 18, Gráfico 19, Gráfico 20 e Gráfico 21, os quais compõem esta seção, ao trazer dados que sobre MVI delineando gênero nas microrregiões da Mata Paraibana, não há registros de óbitos de pessoas que se identifiquem sob uma compreensão contranormativa, por exemplo, pessoa transgênera e não-binária.

Consoante a Miez (2024) e Nascimento (2021), esse fato nos remete à reprodução social estrutural machista na política de segurança pública por ser mantida uma visão sexista (binária), não concebendo (identificando) como dignos de existência outros modelos que não sigam a cisheteronormatividade. Apoiada nessa perspectiva dual — homem *versus* mulher — a norma cisgênera não reconhece a existência de outras perspectivas de identidades, ou seja, negam possibilidades de existências dissidentes de gênero. Nessa esteira cisheteronormativa, Safiotti (2001, p. 8) acrescenta que a identidade social tanto da mulher como a do homem são precisamente delimitadas, em que, campos de atuação são demarcados para cada uma dessas possíveis existências. É dessa forma linear de pensamento que esse processo de construção social identitário ancorado em um sistema de dominação-exploração privilegia interesses de homens brancos cisheteronormativos.

Na cosmovisão ocidental, “o corpo está sempre em vista e à vista” e evoca um olhar de diferença, em que “o mais historicamente constante é o olhar generificado” nessa dualidade (Oyèwùmí, 2021, p. 28).

Para abordar violências de gênero, por exemplo, no contexto da segurança pública, respeito de relações de dominação e poder no contexto de trabalho, para debater “A saúde mental das mulheres da área de segurança pública”², Ruzzene (2024)³, refletiu acerca do ciclo de violência contra a mulher:

A gente sabe onde ela termina, termina no feminicídio, no suicídio. Mas aonde ela começa? Começa quando nós somos restringidas de exercer nosso direito, como nós somos restringidas na nossa liberdade de escolha. O lugar de mulher é onde ela quiser, mas nós não temos o direito de escolher onde nós queremos estar. A violência é velada, ela não deixa marcas.

Sobre o assédio na polícia, segundo os dados do Ministério da Justiça fornecidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em um estudo realizado por dois juízes com 1.897 mulheres das instituições de Segurança Pública e Forças Armadas durante a pandemia em 2020, o resultado evidenciou que “entre 65 e 77% das mulheres que participaram da pesquisa responderam que foram vítimas de assédio sexual dentro de suas instituições”. Das participantes que declararam serem víti-

2 Audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, em 16 de maio de 2024.

3 Diretora do Sindicato dos Policiais Cíveis do Espírito Santo (Sindipol/ES).

mas de assédio sexual, 65% eram vinculadas à polícia civil, 66% à polícia penal, 71% da corporação de bombeiros, 71% pertencentes à guarda municipal e 77% lotadas em instituições da polícia militar.

Segurança Pública Ampliada, de acordo com Dias (2010), representa, no Brasil, segurança a partir de direitos humanos, a qual nunca foi predominante. Até então, está articulada ao monopólio da força e ao direito civil. A formação do policial se fortalece em um olhar preconceituoso e racista. Quem é o suspeito? Reiteramos: o negro.

A crítica questiona a origem epistemológica da ciência para localizar relações de poder no Estado. A escolha epistemológica de teorizar e exercer a práxis é política, é uma forma de minar o macrosistema de negação de direitos rumo à dignidade de existir por procedimentos micropolíticos que incluem a participação social.

A pluralidade em contraposição à ótica universalizante necessita adensar o pensamento para construção de ações macro e micropolíticas. Não basta o combate à hierarquização de classes, sem se ater que, práticas de masculinidade tóxica verticalizam o poder. Masculinidade tóxica ou frágil compreende gênero como construção social e é entendida como aquela pessoa que se recusa a perceber seus defeitos (Nascimento, 2021).

Políticas públicas jurisdicionais e de assistência social precisam gerir a opressão, singularmente, a pobreza, a violência e a criminalidade, a partir de olhares territoriais e de comportamentos que reproduzem a masculinidade tóxica (Carrizo e Morcillo, 2022).

De acordo com as autoras (*op. cit.*), para formular propostas alijadas à violência de gênero reivindicam-se configurar análises que enfoquem a interseccionalidade, para que, em uma perspectiva não-binária, travestis e pessoas transgêneras não sofram outras formas de discriminação em situações relacionadas ao contexto de segurança humana e segurança pública.

Assim, Sémelin (2009) convida-nos a pensar se: o que une as pessoas que sofrem processos de violência a outros membros de instituições sociais torna-se silenciosamente pactuada a fuga para evitar a sensação de não pertencimento ou de isolamento ao que desvia de estigmas de normalização?

Identificar distinções perante as múltiplas formas de violência interseccional de gênero é o que torna viável a construção de caminhos de políticas públicas que, de fato, possam contemplar a problematização estrutural do encarceramento.

É no ato de experimentar o que emerge, o que está aparente e o que se mantém escondido, o que subverte, o que agencia, o que acentua a discriminação e violência interseccional de gênero, raça, geração, classe e território em contraposição à regência de universalização de normas, saberes e fazeres que a crítica deste Mapeamento se constitui.

Nessa conjuntura, para abordar corpos em suas expressividades, a visão decolonial (Ballestrin, 2017) corrobora teoricamente para a compreensão do mundo em sua heterogeneidade, considerando a multiplicidade étnica e cultural de povos, territórios e saberes e atentar-se às reproduções colonialistas em nome da defesa à pluralidade, pois a estrutura colonialista é misógina, racista e transfóbica.

A decolonialidade ecoa ao que Billies (2022) nos convoca a identificar de que modos imergimos em um mundo que alimenta a situação de privilégios por processos invisibilizados de exclusão. Como colonialidades imperam em nossas escolhas, na integração política e social de nossas atuações sociopolíticas cotidianas? Estamos passando “desapercebidas” às violências do “mito” de democracia racial no Brasil? (Soares, *op. cit.*, p. 152).

Ao contrário, ela revela que a letalidade de mulheres segue lógicas próprias, frequentemente associadas a padrões de violência de gênero, relações afetivas, dependência econômica, vulnerabilidades específicas e dinâmicas territoriais que diferem da vitimização de homens.

A leitura nacional apresentada pelo FBSP (2025) mostra que as mulheres são majoritariamente vitimizadas em contextos domésticos e por autores com quem mantiveram vínculos afetivos. Quando esses dados são aproximados das microrregiões da Mata Paraibana, de modo geral, considerando as diferenças territoriais, nota-se que as mortes de mulheres jovens tendem a se articular não apenas com a violência doméstica tradicional, mas também com a ampliação de contextos relacionais associados ao controle territorial do crime, ao tráfico de drogas e às disputas locais. Assim, enquanto a vitimização de homens se concentra na rua, em confrontos armados, execuções e conflitos interpessoais, a vitimização de mulheres se expressa por processos mais silenciosos, menos visíveis, e, por isso, mais difíceis de prevenir e enfrentar.

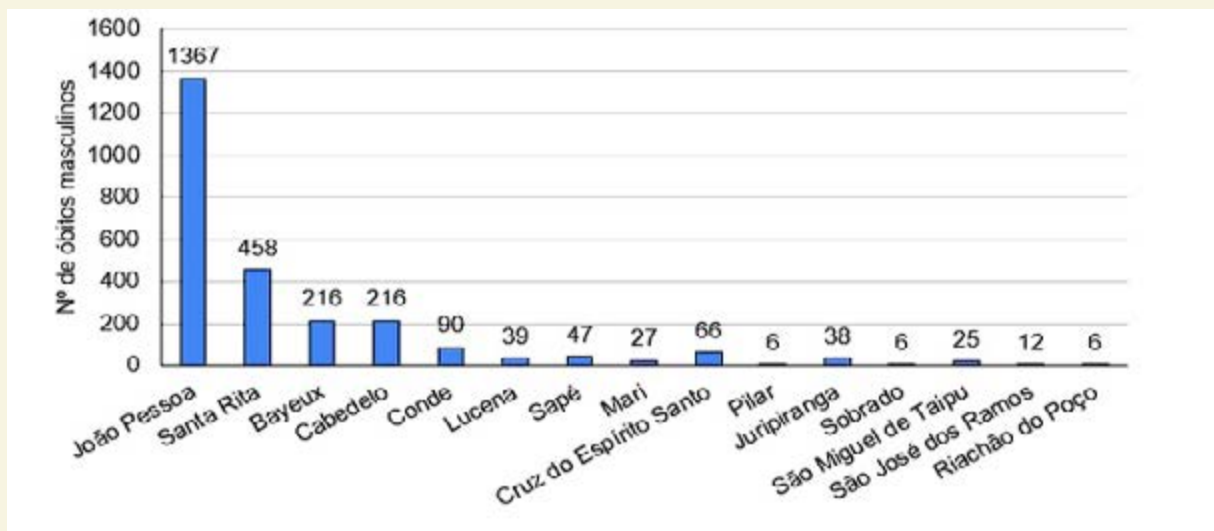
No caso específico da microrregião João Pessoa–Sapé, observa-se que as jovens vítimas de óbito estão frequentemente inseridas em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas profundas, residindo em bairros periféricos historicamente negligenciados pelo Estado. A partir da leitura integrada dos dados, percebe-se que a combinação entre pobreza, rotinas de trabalho precarizadas, exposição a relacionamentos abusivos e circulação por territórios dominados por facções contribui para a conformação de um perfil feminino de risco que se distingue do padrão nacional apenas em nuances, mas não em estrutura.

Em regiões onde o crime organizado exerce forte controle, algumas dessas jovens tornam-se alvo pela proximidade com parceiros envolvidos em atividades ilícitas, sendo atingidas de forma direta ou indireta por conflitos que não iniciaram, mas dos quais se tornam vítimas.

Dessa forma, compreender o perfil das mulheres jovens vítimas na zona da Mata Paraibana exige ir além do mero quantitativo: trata-se de reconhecer a intersecção entre gênero, juventude e território como determinante central para a produção dessas mortes. O que os dados indicam é que a violência contra jovens mulheres não ocorre de maneira aleatória; ela segue padrões que reforçam a lógica estrutural apontada pelo NACE/SEDS/PB (2025), onde o espaço doméstico, os vínculos íntimos e o controle masculino permanecem como eixos fundamentais de risco, mesmo quando ampliados ou reconfigurados por disputas criminais locais.

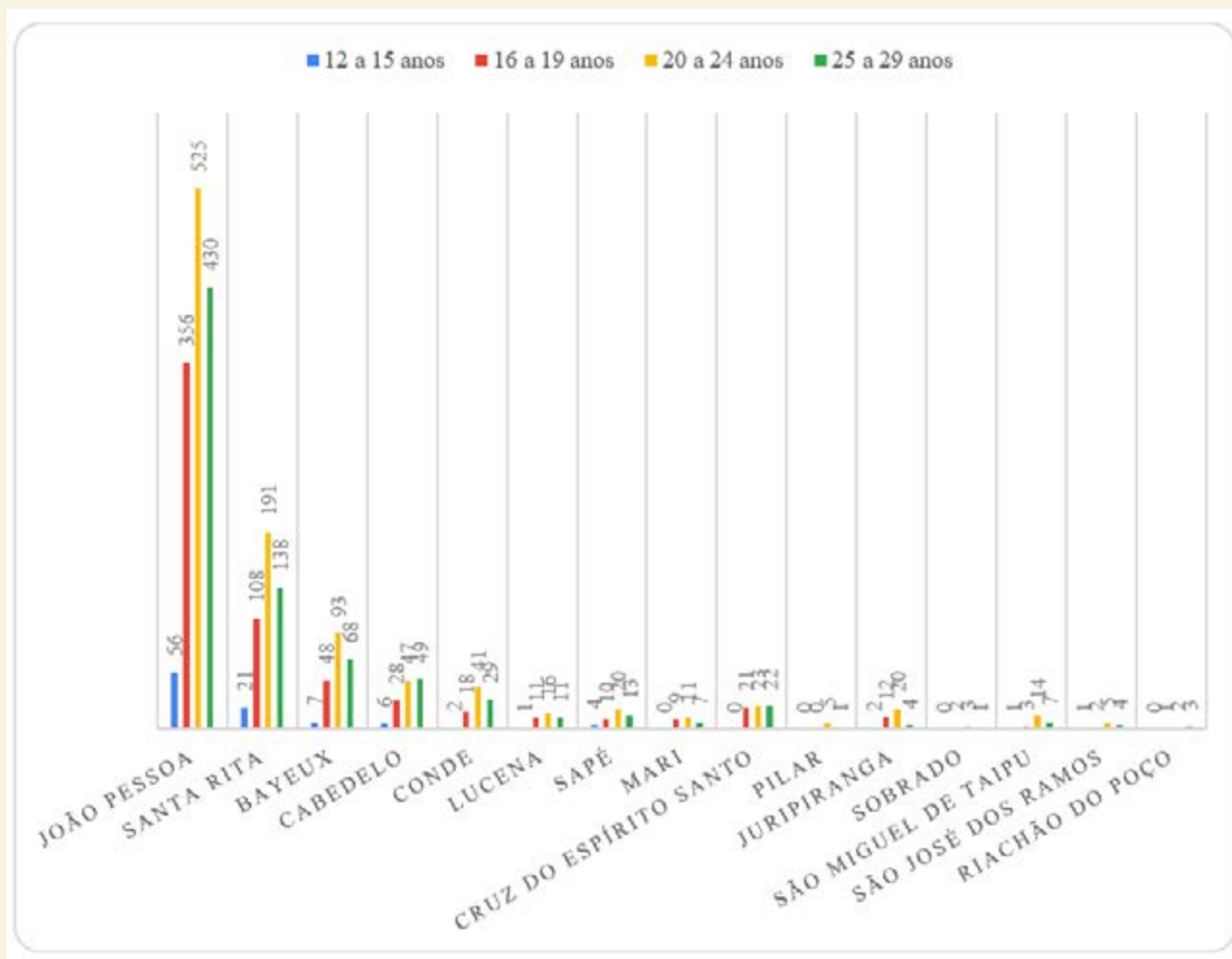
Nesse sentido, a análise das MVI de mulheres jovens reforça que a letalidade de ser um fenômeno atravessado por desigualdades históricas que se atualizam em diferentes escalas: da casa à rua, do afeto ao território, do privado ao público.

Gráfico 11 – Óbitos masculinos na microrregião de João Pessoa e Sapé entre 2015 e 2025



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Gráfico 12 - Óbitos por Gênero, em específico, jovens homens negros, de 12 a 29 anos, nas microrregiões de João Pessoa e Sapé, entre 2015 e 2025



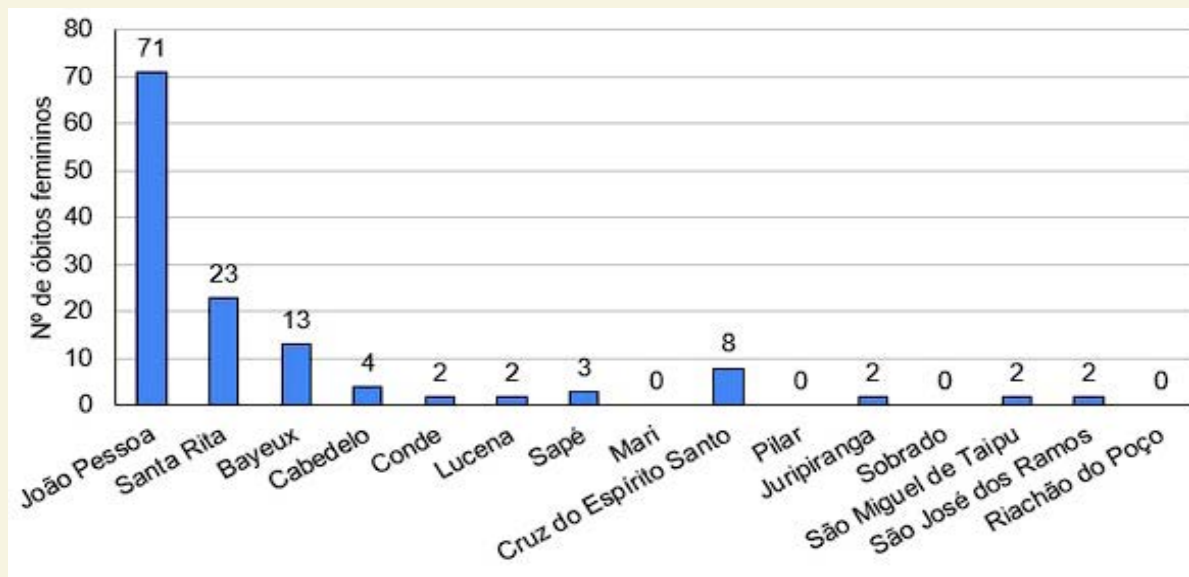
Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Quadro 10 - Quantitativo de ocorrências de óbitos por gênero, particularmente, homens, jovens negros (pardos e pretos), distribuídos entre a faixa etária de 12 a 29 anos, por município das microrregiões de João Pessoa e Sapé, entre 2015 e 2025

	HOMEM			
	12 a 15 anos	16 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
João Pessoa	56	356	525	430
Santa Rita	21	108	191	138
Bayeux	7	48	93	68
Cabedelo	6	28	47	49
Conde	2	18	41	29
Lucena	1	11	16	11
Sapé	4	10	20	13
Mari	0	9	11	7
Cruz do Espírito Santo	0	21	23	22
Pilar	0	0	5	1
Juripiranga	2	12	20	4
Sobrado	0	2	3	1
São Miguel de Taipu	1	3	14	7
São José dos Ramos	1	2	5	4
Riachão do Poço	0	1	2	3

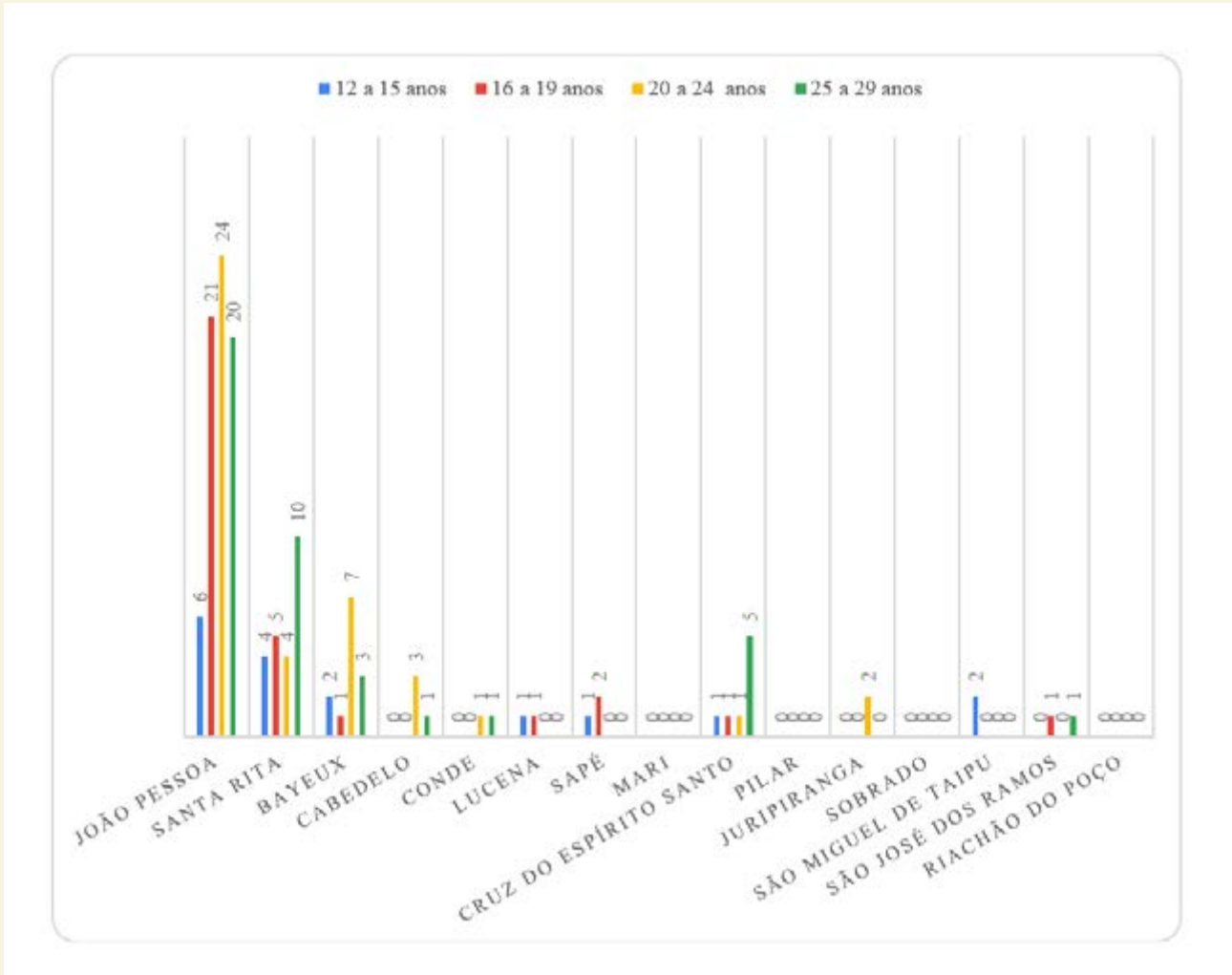
Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Gráfico 13 – Óbitos femininos na microrregião de João Pessoa e Sapé entre 2015 e 2025



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Gráfico 14 - Óbitos por Gênero, em específico, jovens mulheres negras, de 12 a 29 anos, nas microrregiões de João Pessoa e Sapé, entre 2015 e 2025



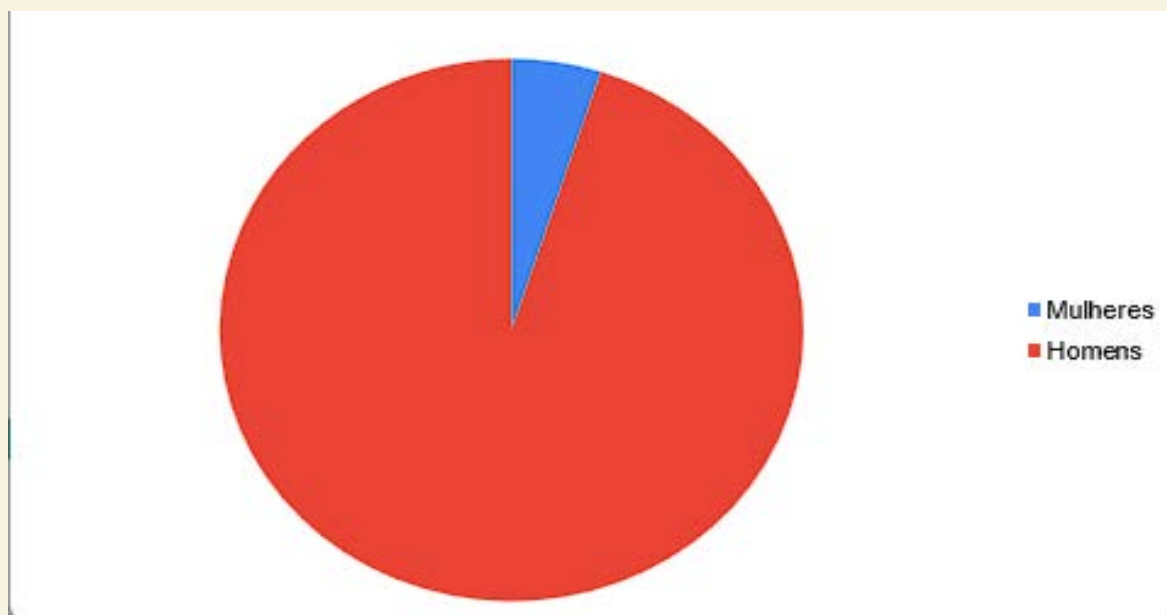
Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Quadro 11 - Quantitativo de ocorrências de óbitos por gênero, especificamente jovens negras (pardas e pretas), distribuídos entre a faixa etária de 12 a 29 anos, por município das microrregiões de João Pessoa e Sapé, entre 2015 a 2025

MULHER				
	12 a 15 anos	16 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
João Pessoa	6	21	24	20
Santa Rita	4	5	4	10
Bayeux	2	1	7	3
Cabedelo	0	0	3	1
Conde	0	0	1	1
Lucena	1	1	0	0
Sapé	1	2	0	0
Mari	0	0	0	0
Cruz do Espírito Santo	1	1	1	5
Pilar	0	0	0	0
Juripiranga	0	0	2	0
Sobrado	0	0	0	0
São Miguel de Taipu	2	0	0	0
São José dos Ramos	0	1	0	1
Riachão do Poço	0	0	0	0

Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Gráfico 15 – Óbitos por gênero na microrregião de João Pessoa e Sapé de 2015 a 2025



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Os dados relativos às MVI de mulheres jovens negras na microrregião João Pessoa–Sapé constituem um material empírico capaz de revelar dimensões profundas da violência de gênero, da colonialidade e das desigualdades estruturais presentes no território. Embora o número absoluto de óbitos de mulheres jovens seja sistematicamente inferior ao de homens jovens, a redução quantitativa não corresponde a uma diminuição qualitativa da gravidade do fenômeno.

Ao contrário, a letalidade de mulheres possui características específicas que, quando analisadas em perspectiva decolonial e afrodiaspórica, evidenciam uma violência que opera em camadas invisíveis, intimistas e historicamente naturalizadas. A análise dos quadros disponibilizados e das categorias utilizadas nos registros permite afirmar que a violência contra as mulheres, sobretudo as mulheres negras e periféricas, é atravessada por silenciamentos institucionais e epistemológicos que precisam ser desvelados para que se compreenda a complexidade do problema.

A masculinidade colonial imposta historicamente opera como força que empurra esses jovens para a violência, seja como forma de sobrevivência, afirmação social ou resistência. Assim, pode-se inferir que grande parte das 1.438 mortes registradas em João Pessoa recai sobre esse grupo, demonstrando como as interconexões entre opressões coloniais estruturam padrões de letalidade.

Abaixo, o Quadro 12, de acordo com os dados informados pelo pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), retrata os números de ocorrências de óbitos de jovens negros entre 12 e 29 anos, entre 2015 e 2025, ocorridos em cada município do Litoral Norte, de acordo com a identidade de gênero e o quantitativo de óbitos em confronto policial, também referenciando gênero. Destaca-se que gênero está sendo considerado a partir da cisheteronormatividade (Butler, 2018). Não houve mortes em confronto policial envolvendo mulheres.

Observou-se que, nesta microrregião, o total de óbitos neste período foi 254, sendo 230 mortes envolvendo homens e 24 relacionados ao óbito de mulheres. Dessas mortes, 18 envolveram homens em confronto policial. O município que teve o maior número de mortes tanto para homens (83) quanto para mulheres (12) neste período foi Mamanguape. Curral de Cima foi o município com menos mortes neste interstício, em que totalizou 3 mortes envolvendo homens e nenhum óbito de mulheres. Jacaraú foi o município que teve o maior número de homicídios de homens em confronto policial (6).

Quadro 12 - Quantitativo de ocorrências de óbitos por gênero e confronto policial de jovens negros (pardos e pretos), na faixa etária de 12 a 29 anos, por município do Litoral Norte, entre 2015 e 2025

Município/Litoral Norte	Nº de Óbitos por Gênero	Nº de Óbitos de Homens em Confronto Policial
Baía da Traição	Homens (20)	4
Capim	Homens (11) Mulheres (2)	-
Cuité de Mamanguape	Homens (4)	-
Curral de Cima	Homens (3)	-
Itapororoca	Homens (19) Mulheres (2)	-
Jacaraú	Homens (27) Mulher (1)	6
Mamanguape	Homens (83) Mulheres (12)	3
Marcação	Homens (18) Mulheres (2)	-
Mataraca	Homens (5)	1
Pedro Régis	Homens (7) Mulher (1)	2
Rio Tinto	Homens (28) Mulher (4)	2
Total Geral de Óbitos (254)	Homens (230) Mulheres (24)	18

Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de municípios da microrregião do Litoral Norte: 11.

O Quadro 12, em conformidade com os dados informados pelo pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), mostra o quantitativo de ocorrências de óbitos de jovens negros entre 12 e 29 anos, entre 2015 e 2025, ocorridos por município na microrregião do Litoral Sul, de acordo com a identidade de gênero e o número de mortes em confronto policial, também correlacionando gênero. Sublinha-se que, gênero também está sendo referenciado a partir da cisheteronormatividade (Butler, 2018). Para o Litoral Sul, de modo semelhante ao Litoral Norte, não houve mortes em confronto policial envolvendo mulheres.

Parte significativa da metodologia adotada nesta análise consiste em identificar não apenas os óbitos registrados, mas também o que os dados silenciam: campos incompletos, causas indeterminadas, ausência de informação sobre instrumentos utilizados e lacunas referentes a vínculos entre vítima e agressor. A crítica decolonial aplicada à pesquisa quantitativa orienta que a ausência de informação não é um mero erro administrativo, mas um fenômeno político que revela hierarquias sociais e a prioridade conferida (ou retirada) a determinados grupos.

Assim, a leitura dos números deve ser acompanhada de uma hermenêutica das omissões, com base em epistemologias críticas que compreendem o dado como construção e, portanto, como expressão de poder. A opção metodológica por enfatizar essas lacunas posiciona a pesquisa

em alinhamento com a perspectiva de Lélia Gonzalez (1988), que denuncia a constante negação, apagamento e desqualificação das experiências de mulheres negras no Brasil.

Os óbitos femininos observados na microrregião João Pessoa–Sapé demonstram uma distribuição territorial que, apesar de concentrada nos centros urbanos com destaque para João Pessoa, cidade que apresenta o maior número de caso, também atinge municípios menores, o que indica que a violência não se limita a espaços marcados pela intensa urbanização. Essa distribuição espacial revela que a letalidade feminina está ligada a dinâmicas de gênero e raça que se perpetuam independentemente do porte populacional, refletindo padrões culturais e estruturais de dominação.

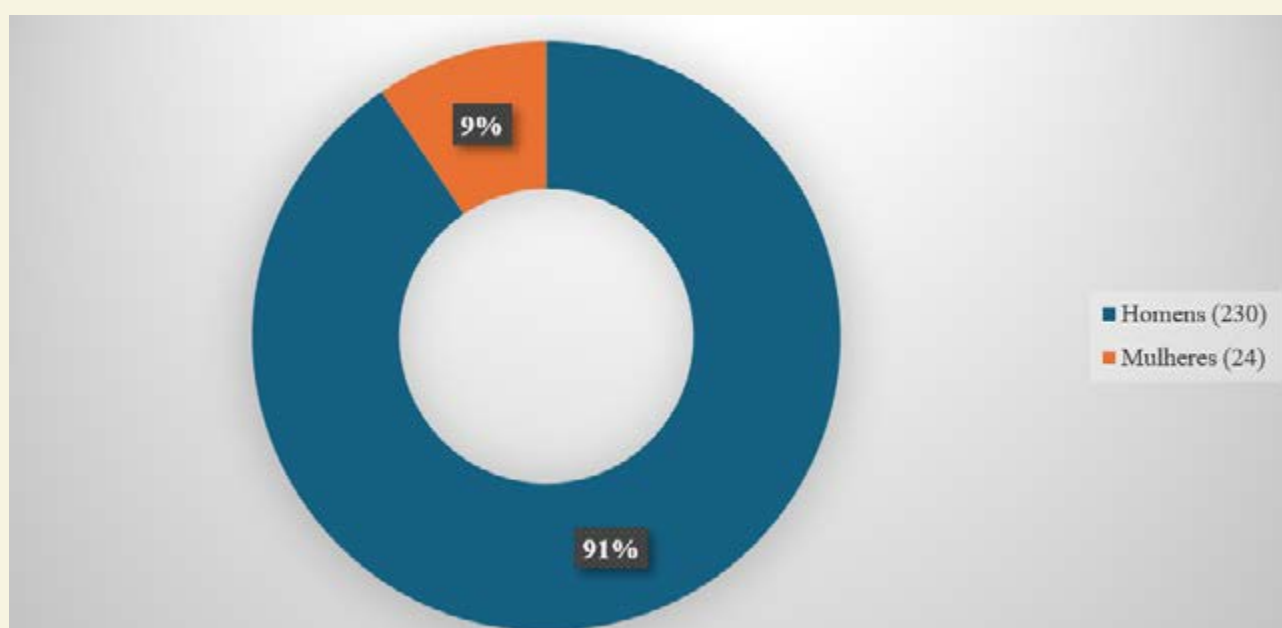
Embora o número absoluto seja baixo, a diversidade de instrumentos de morte utilizados como estrangulamento, arma branca, espancamento e causas indeterminadas, sinaliza que a violência contra mulheres opera por mecanismos que extrapolam o uso predominante de arma de fogo observado na vitimização masculina. Essa diferença no *modus operandi* reforça o argumento de Sueli Carneiro (2005), segundo o qual o corpo da mulher negra é um território simbólico e político onde se articulam o patriarcado, o racismo e a desigualdade socioeconômica.

A partir dessa perspectiva, o perfil dos óbitos femininos não pode ser lido apenas como um recorte estatístico, mas como uma expressão da geopolítica do corpo feminino negro. Conforme Carneiro (2005) e Gonzalez (1988), a mulher negra ocupa historicamente a posição de corpo disponível, vulnerável e passível de múltiplas formas de controle e disciplinamento.

A seguir, o Gráfico 15, conforme o pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025) apresenta a porcentagem de homicídios por gênero na microrregião do Litoral Norte (jovens negros, faixa etária de 12 a 29 anos, período de 2015 a 2025).

Nota-se que, nesta microrregião, que o total de óbitos por gênero neste período foi de 91% envolvendo homens e 9% contra mulheres, considerando a população alvo negra, jovem, entre 12 e 29 anos de idade.

Gráfico 16 - Porcentagem de Óbitos por Gênero na microrregião do Litoral Norte (jovens negros, faixa etária de 12 a 29 anos, período de 2015 a 2025)



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

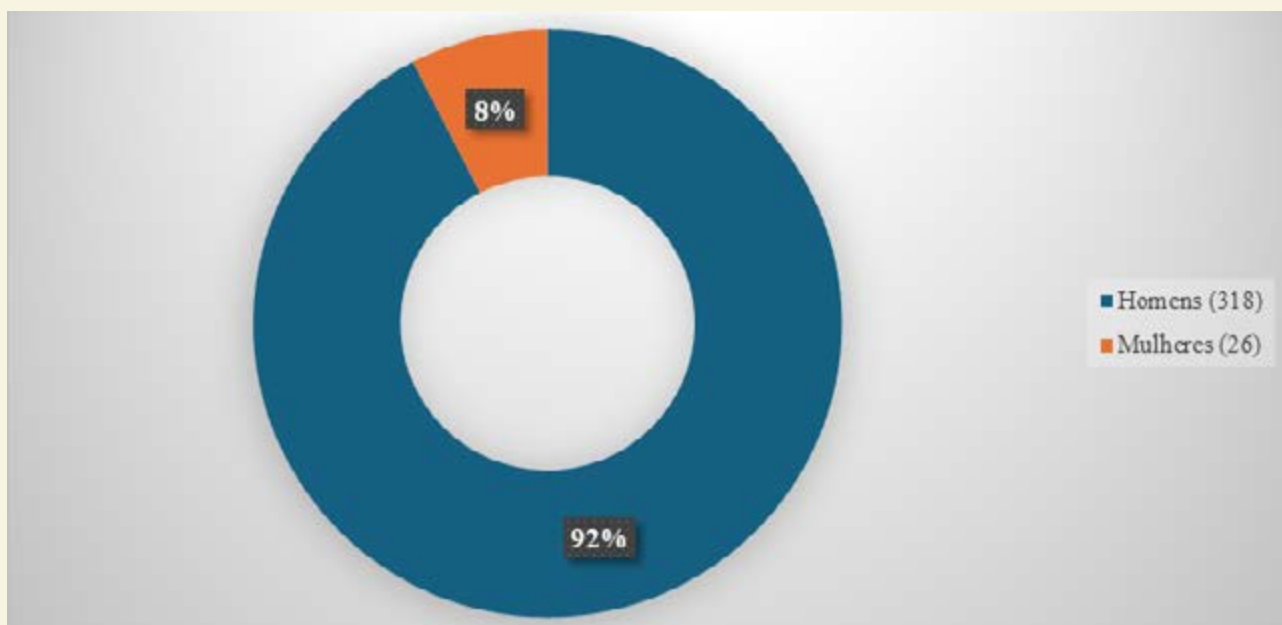
Nota. Nº. de municípios da microrregião do Litoral Norte: 11.

O Gráfico 17, abaixo, segundo dados do pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), mostra a porcentagem de homicídios por gênero na microrregião do Litoral Sul de jovens negros, entre 12 e 29 anos, no período de 2015 a 2025.

Para esta microrregião, o total de mortes por gênero durante este interstício foi de 92% envolvendo homens e 8% contra mulheres, considerando jovens, negros, com a faixa etária de 12 a 29 anos de idade.

Maria Lugones (2008) amplia esse debate ao propor o conceito de Sistema Gênero/Raça Colonial, evidenciando que o colonialismo instituiu simultaneamente uma hierarquização racial e um sistema de gênero violento e dicotômico. Em um sistema (cisgênero) heteromasculinista representado pela virilidade e dominação de corpos (Nascimento, 2021), a violência letal atinge majoritariamente homens jovens e negros, que vivenciam opressões interseccionadas da raça, do gênero e da classe.

Gráfico 17 - Porcentagem de óbitos por Gênero na microrregião do Litoral Sul (jovens negros, faixa etária de 12 a 29 anos, período de 2015 a 2025)



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de municípios da microrregião do Litoral Sul: 4.

Quadro 13 - Número de ocorrências de óbitos por gênero e confronto policial de jovens negros (pardos e pretos), na faixa etária de 12 a 29 anos, por município do Litoral Sul, entre 2015 e 2025

MUNICÍPIO/LITORAL SUL	Nº DE ÓBITOS POR GÊNERO	Nº DE ÓBITOS DE HOMENS EM CONFRONTO POLICIAL
Alhandra	Homens (68) Mulheres (6)	-
Caaporã	Homens (80) Mulheres (10)	1
Pedras de Fogo	Homens (90) Mulheres (3)	1
Pitimbu	Homens (80) Mulheres (7)	2
Total Geral de Óbitos (344)	Homens (318) Mulheres (26)	4

Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de municípios da microrregião do Litoral Sul: 4.

A seguir, o Quadro 14, de acordo com os dados fornecidos pelo pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), mostra o quantitativo de ocorrências de óbitos por gênero e idade de jovens negros entre 12 e 29 anos, entre 2015 e 2025, ocorridos por município na microrregião do Litoral Norte. Ressalta-se que, em consonância aos Quadros desta seção, gênero é retratado a partir da cisheteronormatividade (Butler, 2018).

A morte em supremacia de jovens negros contra a violência social precisa ser combatida sob uma perspectiva decolonial que lute contra a violência policial, e um feminismo punitivista e carcerário (Vergès, 2020, p. 42). Segundo a autora (*op. cit.*), o debate dos movimentos sociais deve incluir a denúncia da “violência sistêmica contra as mulheres e os transgêneros, mas sem opor as vítimas umas às outras” (Vergès, *op. cit.*, p. 33). Os feminismos decoloniais do Sul estudam o modo como o complexo racismo/sexismo/etnicismo impregna todas as relações de dominação, ainda que os regimes associados a esse fenômeno tenham desaparecido (Castro e Soares, 2024, p. 190).

Quadro 14 - Número de ocorrências de óbitos por gênero e por cada idade de jovens negros (pardos e pretos), considerando a faixa etária de 12 a 29 anos, por município do Litoral Norte, entre 2015 e 2025

MUNICÍPIO/LITORAL NORTE	Nº DE ÓBITOS DE HOMENS POR IDADE	Nº DE ÓBITOS DE MULHERES POR IDADE
Baía da Traição	16 anos (1) 17 anos (1) 18 anos (3) 19 anos (1) 21 anos (2) 22 anos (2) 24 anos (4) 25 anos (2) 26 anos (2) 28 anos (2)	-
Capim	16 anos (2) 17 anos (1) 18 anos (2) 19 anos (2) 20 anos (1) 23 anos (1) 24 anos (2) 28 anos (1) 29 anos (1)	16 anos (1) 24 anos (1)
Cuité de Mamanguape	15 anos (1) 18 anos (1) 23 anos (1) 24 anos (1)	-
Curral de Cima	17 anos (1) 21 anos (1) 26 anos (1)	-
Itapororoca	17 anos (4) 18 anos (1) 20 anos (2) 22 anos (3) 23 anos (2) 24 anos (2) 25 anos (1) 27 anos (3)	20 anos (1) 28 anos (1)

<p style="text-align: center;">Jacaraú</p>	<p>16 anos (1) 17 anos (1) 18 anos (3) 19 anos (2) 20 anos (2) 21 anos (1) 22 anos (4) 23 anos (4) 24 anos (1) 25 anos (1) 26 anos (1) 27 anos (2) 28 anos (2) 29 anos (2)</p>	<p style="text-align: center;">19 anos (1)</p>
<p style="text-align: center;">Mamanguape</p>	<p>14 anos (1) 15 anos (1) 16 anos (2) 17 anos (6) 18 anos (6) 19 anos (8) 20 anos (9) 21 anos (14) 22 anos (5) 23 anos (2) 24 anos (3) 25 anos (6) 26 anos (5) 27 anos (7) 28 anos (5) 29 anos (2)</p>	<p style="text-align: center;">13 anos (1) 18 anos (1) 19 anos (1) 21 anos (2) 22 anos (1) 23 anos (1) 24 anos (1) 27 anos (1) 28 anos (2) 29 anos (1)</p>

Marcação	13 anos (1) 15 anos (1) 17 anos (2) 18 anos (2) 19 anos (1) 20 anos (1) 22 anos (1) 23 anos (2) 24 anos (2) 25 anos (1) 26 anos (1) 29 anos (3)	15 anos (1) 23 anos (1)
Mataraca	19 anos (3) 20 anos (1) 22 anos (1) 29 anos (3)	-
Pedro Régis	19 anos (1) 22 anos (1) 24 anos (1) 25 anos (2) 28 anos (1) 29 anos (1)	20 anos (1)
Rio Tinto	17 anos (2) 18 anos (3) 19 anos (3) 21 anos (5) 22 anos (1) 24 anos (4) 25 anos (2) 26 anos (2) 27 anos (2) 28 anos (2) 29 anos (2)	20 anos (1) 23 anos (1) 25 anos (1) 27 anos (1)
Total Geral de Óbitos (254)		Homens (230) Mulheres (24)

Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de municípios da microrregião do Litoral Norte: 11.

Na sequência, o Quadro 15, conforme o pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), apresenta o número de ocorrências de óbitos por gênero e idade de jovens negros entre 12 e 29 anos, entre 2015 e 2025, ocorridos por município na microrregião do Litoral Sul. Reiteramos que, de acordo com os Quadros 9 e 12, gênero é considerado a partir da cisheteronormatividade (Butler, 2018).

Quadro 15 - Número de ocorrências de óbitos por gênero e por cada idade de jovens negros (pardos e pretos), considerando a faixa etária de 12 a 29 anos, por município do Litoral Sul, entre 2015 e 2025

MUNICÍPIO/LITORAL SUL	Nº DE ÓBITOS DE HOMENS POR IDADE	Nº DE ÓBITOS DE MULHERES POR IDADE
Alhandra	14 anos (2)	
	15 anos (4)	
	16 anos (2)	
	17 anos (4)	
	18 anos (5)	
	19 anos (8)	
	20 anos (6)	21 anos (3)
	21 anos (8)	28 anos (1)
	22 anos (3)	29 anos (2)
	23 anos (5)	
	24 anos (4)	
	25 anos (2)	
	26 anos (4)	
	27 anos (6)	
28 anos (2)		
29 anos (4)		

<p style="text-align: center;">Caaporã</p>	<p>15 anos (4)</p> <p>16 anos (3)</p> <p>17 anos (7)</p> <p>18 anos (7)</p> <p>19 anos (8)</p> <p>20 anos (4)</p> <p>21 anos (10)</p> <p>22 anos (6)</p> <p>23 anos (5)</p> <p>24 anos (7)</p> <p>25 anos (3)</p> <p>26 anos (6)</p> <p>27 anos (4)</p> <p>28 anos (5)</p> <p>29 anos (1)</p>	<p>15 anos (1)</p> <p>17 anos (1)</p> <p>18 anos (1)</p> <p>22 anos (1)</p> <p>24 anos (1)</p> <p>25 anos (1)</p> <p>26 anos (1)</p> <p>28 anos (1)</p> <p>29 anos (2)</p>
<p style="text-align: center;">Pedras de Fogo</p>	<p>15 anos (1)</p> <p>17 anos (7)</p> <p>18 anos (11)</p> <p>19 anos (5)</p> <p>20 anos (7)</p> <p>21 anos (13)</p> <p>22 anos (6)</p> <p>23 anos (12)</p> <p>24 anos (11)</p> <p>25 anos (5)</p> <p>26 anos (5)</p> <p>27 anos (3)</p> <p>28 anos (3)</p> <p>29 anos (4)</p>	<p>16 anos (1)</p> <p>23 anos (1)</p> <p>28 anos (1)</p>

Pitimbu	14 anos (1)	
	15 anos (2)	
	16 anos (4)	
	17 anos (1)	
	18 anos (2)	
	19 anos (7)	
	20 anos (9)	17 anos (1)
	21 anos (7)	20 anos (3)
	22 anos (7)	21 anos (1)
	23 anos (6)	22 anos (1)
	24 anos (8)	29 anos (1)
	25 anos (6)	
	26 anos (8)	
	27 anos (6)	
28 anos (2)		
29 anos (6)		
Total Geral de Óbitos (344)		Homens (318) Mulheres (26)

Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de municípios da microrregião do Litoral Sul: 4.

O Quadro 16, a seguir, enfatiza a incidência de MVI por município e faixa etária, permitindo observar como esse padrão se distribui e se intensifica na microrregião de João Pessoa-Sapé na Mata Paraibana. O material visual auxilia a identificar se o território reproduz integralmente a tendência nacional, em que mulheres são minoria, mas suas mortes apresentam elevadíssima carga de violência de gênero, ou se exhibe particularidades que demandam atenção específica para políticas de prevenção, proteção e intervenção.

Quadro 16 - Número de ocorrências de óbitos de mulheres e por cada idade de jovens negras, nos municípios da microrregião de João Pessoa-Sapé na Mata Paraibana, considerando a faixa etária de 12 a 29 anos, entre 2015 e 2025

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID-10	CONFRONTO POLICIAL	TOTAL
João Pessoa	12 anos (1)			
	13 anos (1)			
	14 anos (1)			
	15 anos (3)			
	16 anos (2)			
	17 anos (3)			
	18 anos (9)	Enforcamento, Estrangulamento e Sufocação/ X91 (5)		
	19 anos (7)			
	20 anos (9)	Arma Branca/X99 (7)	1	71
	21 anos (2)	Arma de Fogo/X93 (51)		
	22 anos (4)	Espancamento/Y04 (5)		
	23 anos (2)	Afogamento (1)		
	24 anos (7)	Atropelamento (1)		
	25 anos (3)			
	26 anos (4)			
	27 anos (7)			
28 anos (4)				
29 anos (2)				
Santa Rita	12 anos (1)			
	13 anos (1)			
	15 anos (2)			
	16 anos (2)	Enforcamento, Estrangulamento e Sufocação/ X91 (1)		
	19 anos (2)			
	20 anos (3)	Arma Branca/X99 (4)	0	23
	23 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (17)		
	25 anos (3)	Indeterminado (1)		
	27 anos (3)			
	28 anos (1)			
	29 anos (3)			

Bayeux	13 anos (1)	Arma Branca/X99 (4) Arma de Fogo/X93 (9)	0	13
	15 anos (1)			
	18 anos (1)			
	20 anos (1)			
	21 anos (1)			
	22 anos (5)			
	26 anos (1)			
	28 anos (1)			
29 anos (1)				
Cabedelo	21 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (3)	0	4
	22 anos (1)			
	24 anos (1)			
	26 anos (1)			
Conde	23 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)	0	2
	27 anos (1)			
Lucena	14 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Enforcamento, Estrangulamento e Sufocação/X91 (1)	0	2
	19 anos (1)			
Sapé	13 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (2)	0	3
	16 anos (2)			
	17 anos (3)			
Mari	0	0	0	0
Cruz do Espírito Santo	14 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (7)	0	8
	18 anos (1)			
	23 anos (1)			
	25 anos (1)			
	27 anos (3)			
	29 anos (1)			
Pilar	0	0	0	0
Juripiranga	20 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (1)	0	2
	23 anos (1)			
Sobrado	0	0	0	0
São Miguel de Taipu	13 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)	0	2
	15 anos (1)			
São José dos Ramos	17 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)	0	2
	26 anos (1)			
Riachão do Poço	0	0	0	0
TOTAL GERAL				132

Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Na microrregião estudada, essa geopolítica se materializa nos registros que apontam a presença significativa de estrangulamento/sufocação (CID-10 X91), arma branca (CID-10 X99) e espancamento (CID-10 Y04), instrumentos que indicam contato direto, proximidade física e agressões corporais intensas que geralmente ocorrem na intimidade doméstica ou em relações de proximidade afetiva. Esses elementos evidenciam que a morte da mulher é, em grande medida, uma morte situada no âmbito privado, reforçando a tese da colonialidade de gênero formulada por Maria Lugones (2008), que é atravessada por controle afetivo, disciplinamento moral e dominação física.

A colonialidade do gênero, segundo Lugones (2008) estrutura-se a partir do modelo patriarcal-heteronormativo imposto pelo sistema colonial moderno, que atribui às mulheres especialmente às mulheres negras posições de subalternidade e subordinação.

Desse contexto, isso se reflete nos modos pelos quais essas mulheres são mortas: não como resultado de confrontos públicos, mas como consequência de processos contínuos de controle, coerção e violência simbólica que culminam em letalidade. A presença de instrumentos como o estrangulamento, que exige contato físico direto e prolongado, reforça esse argumento. A morte por sufocação é particularmente expressiva no campo da violência de gênero, pois simboliza o controle último sobre o corpo da mulher: retirar-lhe o ar, silenciar-lhe a voz e apagar-lhe a existência de forma literal.

Nesse cenário, é fundamental articular a análise com a discussão proposta por Achille Mbembe (2016) sobre necropolítica. Ao considerar que o Estado determina quem pode viver e quem deve morrer, Mbembe (*op.cit.*) argumenta que a política moderna opera pela administração diferencial da morte, selecionando corpos descartáveis e vidas desprovidas de proteção.

No caso das mulheres das microrregiões da Mata Paraibana, a necropolítica manifesta-se não apenas no ato letal perpetrado pelo agressor, mas sobretudo na forma como o Estado se omite na prevenção, proteção e responsabilização. A ausência sistemática de respostas estatais eficazes aos sinais prévios de violência doméstica configura um campo específico do “deixar morrer”, pois essas mortes não representam rupturas inesperadas, mas desfechos previsíveis de um ciclo de violência que poderia ter sido interrompido.

Na microrregião estudada, a morte das mulheres, especialmente quando associada a instrumentos íntimos e contextos domésticos, confirma que o patriarcado funciona como uma instituição política que decide sobre suas vidas com a mesma potência que o Estado formal decide sobre outras vidas. A violência contra a mulher, assim, não é apenas uma violação individual, mas um dispositivo social que ensina, controla e reproduz desigualdades.

A análise dos dados também evidencia um aspecto metodologicamente central: a presença de campos incompletos, registros indeterminados e ausência de detalhamento sobre circunstâncias e autoria. Esse elemento não é acidental, mas estruturante. Conforme argumenta Lélia Gonzalez (1988), a experiência da mulher negra é marcada historicamente pela invisibilização e pela negação ontológica.

Quando o Estado deixa de registrar adequadamente uma morte feminina, perpetua um ciclo de apagamento que tem raízes na colonialidade do saber, conceito desenvolvido por Aníbal Quijano (2000). A incompletude dos dados constitui uma forma de violência epistêmica, pois impede que o fenômeno seja compreendido em sua totalidade, dificulta políticas públicas eficazes e reforça a ideia de que essas vidas são menos importantes.

A “não-informação” assume, portanto, papel central na análise dos dados levantados. Para além de ser um problema técnico, ela revela um projeto de invisibilidade. Nelson Maldonado-Torres

(2007), ao formular o conceito de “não-ser”, argumenta que determinados corpos são colocados em zonas ontológicas onde sua existência é questionada ou negada. Os registros incompletos das mortes femininas, especialmente de mulheres negras e periféricas, situam esses corpos nessa zona de não-existência: elas são mortas e, após mortas, permanecem invisíveis, sem nome, sem história e sem rigor investigativo. A violência epistêmica se soma à violência física, produzindo mortes que não apenas ocorrem, mas desaparecem.

Ao observar as MVI de jovens negras na microrregião João Pessoa–Sapé a partir desse conjunto teórico, torna-se evidente que a letalidade de mulheres não é aleatória, tampouco equivalente à de jovens negros. Trata-se de fenômeno profundamente enraizado em estruturas coloniais que produzem corpos de mulheres sob a ótica da objetificação como alvos de violência simultaneamente íntima e estatal. A análise revela que, mesmo quando os números absolutos são menores, a intensidade simbólica, material e política do feminicídio é ainda mais significativa, pois opera através de mecanismos de silenciamento, apagamento e controle.

A violência contra a mulher deve ser compreendida como uma produção social da morte, conforme argumenta Achille Mbembe (2016), mas também como uma pedagogia da crueldade, como propõe Rita Segato (2012). Cada mulher morta funciona como um recado enviado aos corpos femininos que permanecem vivos: um recado sobre limites, punição e disciplina. A letalidade feminina, especialmente em territórios marcados por desigualdades como a microrregião analisada, tem o papel de reafirmar a hierarquia de gênero e raça inscrita na formação colonial do país.

Essa interpretação encontra ressonância com as reflexões de Abdias Nascimento (1978), que denuncia o genocídio da população negra. Embora sua análise enfatize a mortalidade masculina, é possível transpor sua lógica para compreender a morte feminina como parte da mesma estrutura genocida. As mulheres negras são vítimas de um genocídio que opera não necessariamente por extermínio em massa, mas por morte lenta e contínua resultante de violência doméstica, falta de proteção estatal, precariedade das condições de vida, vulnerabilidade territorial e apagamento institucional. A morte da mulher negra, portanto, não é apenas um ato individual, mas parte de um projeto mais amplo de controle social.

Ao confrontar os dados da microrregião com esse conjunto teórico, percebe-se que a violência letal contra mulheres é o ápice de um processo contínuo de vulnerabilização. Para compreender plenamente a dinâmica, é necessário articular o feminicídio a fatores socioeconômicos, educacionais, culturais e institucionais. A ausência de políticas de proteção, a insuficiência de serviços públicos, a fragilidade da rede de enfrentamento à violência de gênero e a negligência investigativa são elementos que se somam à violência doméstica e ao patriarcado estrutural, produzindo ambientes férteis para a letalidade.

O problema da indeterminação também pode ser lido à luz da perspectiva de Gonzalez (1988), que denuncia o processo de “fazer desaparecer” as mulheres negras da história brasileira. Nos registros analisados, a indeterminação não é apenas um problema técnico, mas um sintoma da persistente negligência institucional com essas vidas. A invisibilidade estatística reforça o racismo estrutural denunciado por Gonzalez, pois legitima uma política de ausência que, ao não nomear, também não responsabiliza.

Essa invisibilidade também se relaciona às reflexões de Sueli Carneiro (2023) sobre o epistemicídio. A morte da mulher negra, quando não documentada de forma adequada, passa a integrar o conjunto de experiências apagadas que compõem a história das populações negras no

Brasil. Segundo a autora (*op. cit.*), o epistemicídio se manifesta não apenas na negação da voz dessas mulheres, mas também na negação de suas mortes como acontecimentos politicamente relevantes.

Conforme aponta Mbembe (2016), a necropolítica possui uma dimensão simbólica que ultrapassa o ato de matar. Ela envolve também os regimes de memória e esquecimento que definem quais mortes são choradas, quais são investigadas e quais são naturalizadas. Na microrregião João Pessoa–Sapé, a naturalização das mortes femininas se expressa justamente na negligência investigativa e no registro precário. A morte dessas mulheres, portanto, não apenas ocorre, mas é administrada pelo Estado como morte de baixa prioridade.

A partir dessa perspectiva metodológica e teórica, torna-se evidente que os dados sobre MVI de mulheres jovens exigem uma abordagem qualitativa que complemente a análise quantitativa. A metodologia adotada nesta pesquisa reconhece que os números representam apenas a superfície do fenômeno e que uma leitura crítica deve buscar compreender as estruturas que produzem o dado. Por essa razão, a análise foi orientada pelos princípios da interseccionalidade (Crenshaw, 2020) que permitem compreender como gênero, raça, classe e território se entrelaçam na produção da violência.

O ponto fundamental da interseccionalidade é não cair na disciplina de “interseccionalidade ornamental” (Bilge, 2019, p. 70), a qual desarticula o objetivo de justiça social e não beneficia a sociedade, tendo em vista que a interseccionalidade não possui a finalidade de ser metateórica. E sim, de análise empírica, que seja parte da prática na comunidade também (Collins, 2019). O cuidado é para que, nós, enquanto pessoas, possamos reassumir processos próprios de branqueamento, pois estes atravessam politicamente opressão social advinda do pensamento categorial hierárquico (Soares e Ribeiro, 2025, p. 77).

Ao considerar as mortes na zona da Mata Paraibana, observa-se que as mulheres jovens negras são as mais vulneráveis à violência letal, não por fatores individuais, mas por estruturas sociais que limitam sua mobilidade, restringem seu acesso à proteção e intensificam sua exposição a riscos. Essa vulnerabilização sistêmica é resultado de séculos de colonialidade e de políticas públicas que historicamente negligenciaram os corpos femininos negros.

É nesse contexto interseccional multidimensional que se destaca a contribuição de Maria Lugones (2008) sobre o caráter racializado e colonial das relações de gênero. Para Lugones (*op. cit.*), a colonialidade do poder não apenas racializou corpos, mas também reconstruiu o gênero de forma a produzir mulheres racializadas como não-mulheres, como corpos cuja humanidade é constantemente negada. Nos dados analisados, isso se manifesta na negligência investigativa e no fato de que a causa da morte, muitas vezes, não é adequadamente identificada. Essas mulheres, portanto, são vítimas de um duplo processo de desumanização: primeiro, enquanto negras; depois, enquanto mulheres.

Outro aspecto relevante é a análise da faixa etária das vítimas. A presença de mulheres jovens entre os óbitos indica uma dinâmica intergeracional da violência, na qual a juventude, somada ao gênero e à raça, intensifica as vulnerabilidades. A juventude é frequentemente associada à ausência de autonomia financeira e emocional, fatores que contribuem para a permanência em relações abusivas e para a dificuldade de acessar redes protetivas. A falta de políticas públicas específicas para jovens mulheres negras acentua essa vulnerabilidade, resultando em um cenário onde a letalidade se apresenta como consequência previsível.

Diante desse quadro, torna-se essencial compreender que o feminicídio não é um evento isolado, mas o resultado de um *continuum* de violência que se manifesta em múltiplas formas antes

da letalidade. A negligência institucional, a ausência de políticas públicas eficazes, a fragilidade das redes de proteção e o racismo estrutural compõem o circuito que torna essas mortes possíveis e, posteriormente, invisíveis. A microrregião João Pessoa–Sapé, como microcosmo da realidade nacional, reproduz esse padrão de violência que, embora silencioso, é profundamente estruturado.

Ao considerar a perspectiva afrodiaspórica, especialmente no pensamento de Lélia Gonzalez (1988) e Sueli Carneiro (2023), a invisibilidade estatística se torna ainda mais evidente. As mulheres negras sempre foram tratadas como corpos “sem história”, como trabalhadoras exploradas, mães sobreviventes (ratificamos que, em supremacia, mães solo) e vítimas ignoradas. A morte dessas mulheres jovens, quando não registrada com rigor, repete esse padrão histórico de apagamento. A ausência de informação nos registros analisados é, portanto, continuação contemporânea de um processo colonial que se reinventa.

Essa análise também revela que não há como compreender a violência contra mulheres sem considerar o patriarcado como estrutura social e política. O patriarcado, enquanto organização de poder, define as mulheres como subordinadas e, em muitos casos, como propriedade masculina. A letalidade registrada na microrregião decorre, em grande medida, desse entendimento estrutural que autoriza a violência como resposta à insubmissão feminina. Essa perspectiva se conecta ao argumento de Rita Segato (2012), para quem o feminicídio é um crime de poder, não de paixão, e funciona como mensagem social.

A partir dessa constatação, torna-se fundamental reconhecer que a violência letal contra mulheres é produto de múltiplas violências anteriores, incluindo violência psicológica, moral, econômica, sexual e simbólica. A análise dos registros reforça que a letalidade é o desfecho de processos cotidianos de desumanização que normalizam a presença masculina violenta nos lares e nas relações íntimas. A falta de políticas preventivas, como casas-abrigo e atendimentos especializados, aumenta o risco de desfechos letais.

Ao comparar os dados da microrregião com tendências nacionais, observa-se que a violência contra mulheres jovens segue o padrão identificado pelo FBSP (2025), no qual os feminicídios ocorrem majoritariamente na esfera privada. Isso evidencia que o território segue padrões estruturais de violência de gênero, reforçando que o problema não é apenas local, mas sistêmico. Essa observação exige que políticas públicas sejam formuladas considerando a reprodução nacional dessas dinâmicas.

É importante destacar que, apesar de sua intensidade social e política, a morte das mulheres ainda é tratada de forma secundária pelas instituições de segurança pública. A ausência de informações completas nos registros reforça que essas mortes não recebem a mesma atenção investigativa dedicada a outras formas de crime. A falta de identificação do agressor, por exemplo, compromete a responsabilidade penal e revitimiza as famílias que buscam respostas.

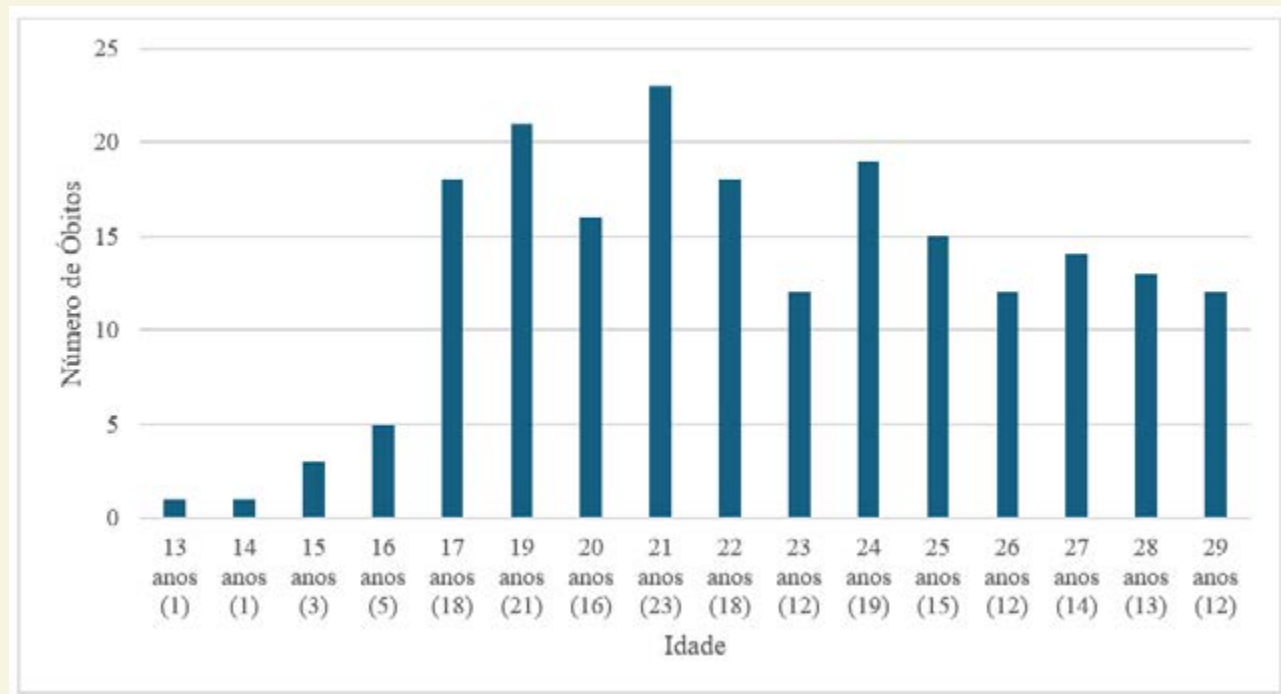
Diante de todos esses elementos, conclui-se que os óbitos de mulheres jovens constituem uma expressão material da colonialidade de gênero, da necropolítica e da violência patriarcal. A análise dos dados revela não apenas as formas de morte, mas também as formas de apagamento.

Com isso, o registro incompleto, a indeterminação das causas e a ausência de autoria são elementos que, somados, contribuem para a invisibilidade da violência, dificultando o reconhecimento do feminicídio como problema estrutural.

Não obstante as subnotificações, considerando os dados fornecidos pelo pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), abaixo, o Gráfico 18 ilustra o quantitativo de óbitos por gênero e idade na microrregião do Litoral Norte, referenciando homens

jovens negros, durante o período de 2015 a 2025. Os dados mostram que a idade de maior número de homicídios de homens jovens negros é de 21 anos (23), seguido por 19 anos (21) e 24 anos (19), respectivamente. O menor índice de mortes ocorre nas idades de 13 (1) e 14 anos (1).

Gráfico 18 - Número de óbitos por Gênero e Idade na microrregião do Litoral Norte (homens jovens negros, período de 2015 a 2025)

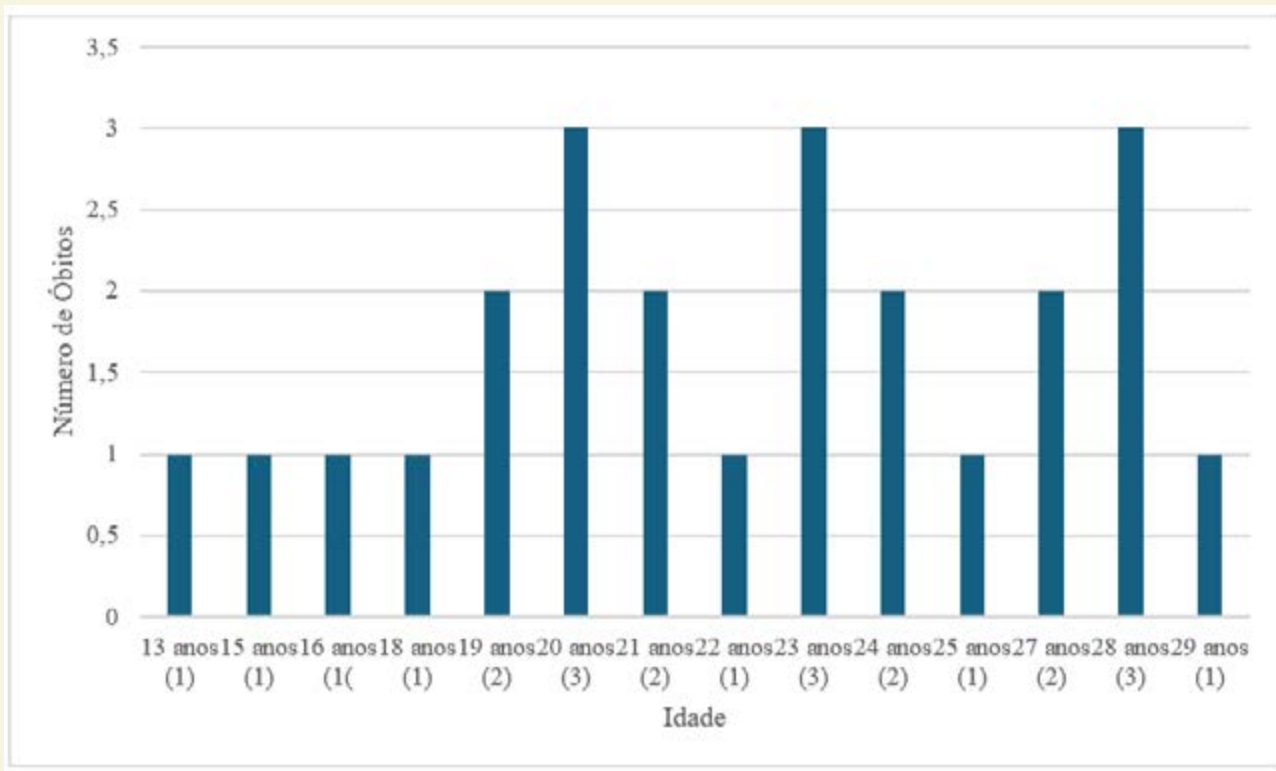


Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. N°. de municípios da microrregião do Litoral Norte: 11.

O Gráfico 19, a seguir, de acordo com o pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), mostra o número de homicídios por gênero e idade na microrregião do Litoral Sul, envolvendo mulheres jovens negras, no interstício de 2015 a 2025. Os índices revelam que a idade com o maior quantitativo de óbitos envolvendo mulheres jovens negras corresponde as idades de 20 (3), 23 (3) e 28 (3) anos de idade. O menor número de óbitos ocorre nas idades de 13, 15, 16, 18, 20, 21, 25 e 29 anos, sendo (1) para cada uma destas idades.

Gráfico 19 - Número de Óbitos por Gênero e Idade na microrregião do Litoral Norte (mulheres jovens negras, período de 2015 a 2025)

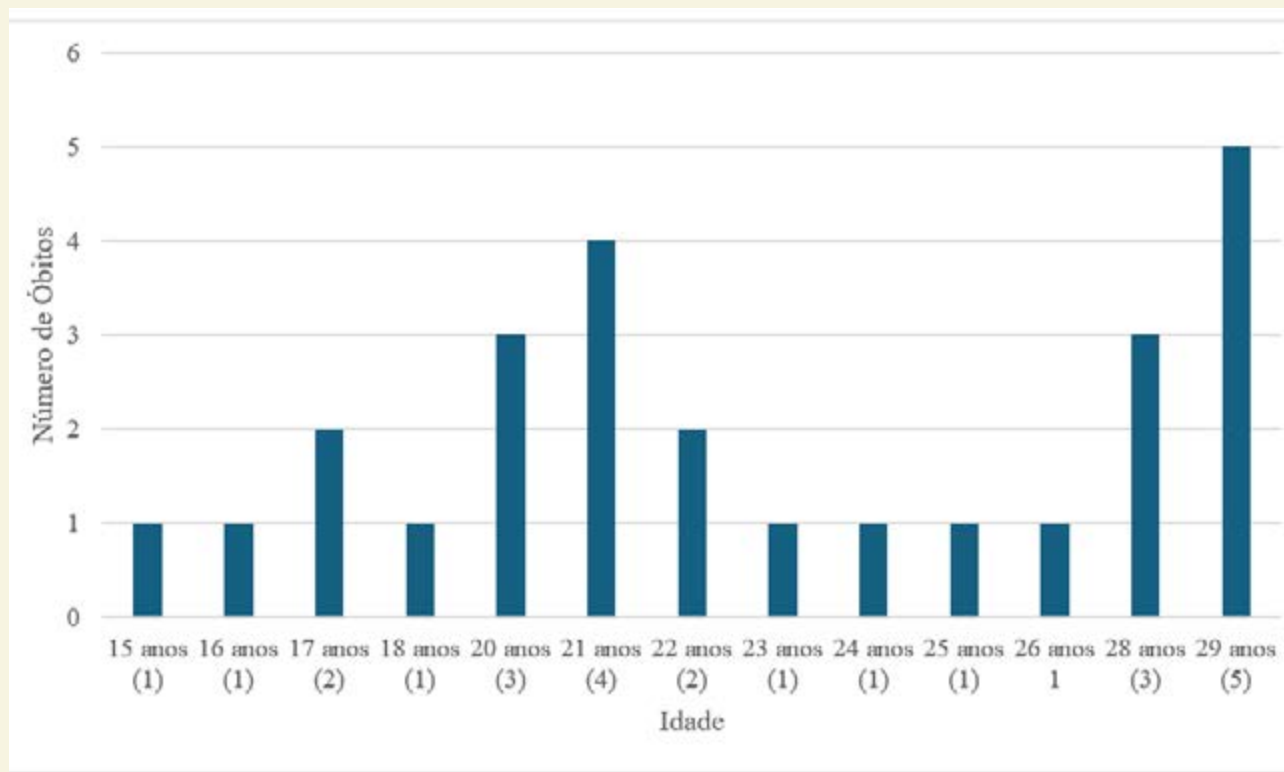


Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de municípios da microrregião do Litoral Norte: 11.

Na sequência, em conformidade com os dados informados pelo pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), apresenta-se o Gráfico 20, que corresponde ao quantitativo de óbitos por gênero e idade na microrregião do Litoral Sul, mais especificamente, contra mulheres jovens negras, durante o período de 2015 a 2025. Para esta microrregião, indica-se que a idade de maior número de homicídios de mulheres jovens negras é de 29 anos (5), seguido por 21 anos (4). Os menores índices de óbitos ocorreram nas idades de 15, 16, 18, 23, 24, 25 e 26 anos, sendo 1 para cada uma destas idades.

Gráfico 20 - Número de Óbitos por Gênero e Idade na microrregião do Litoral Sul (mulheres jovens negras, período de 2015 a 2025)



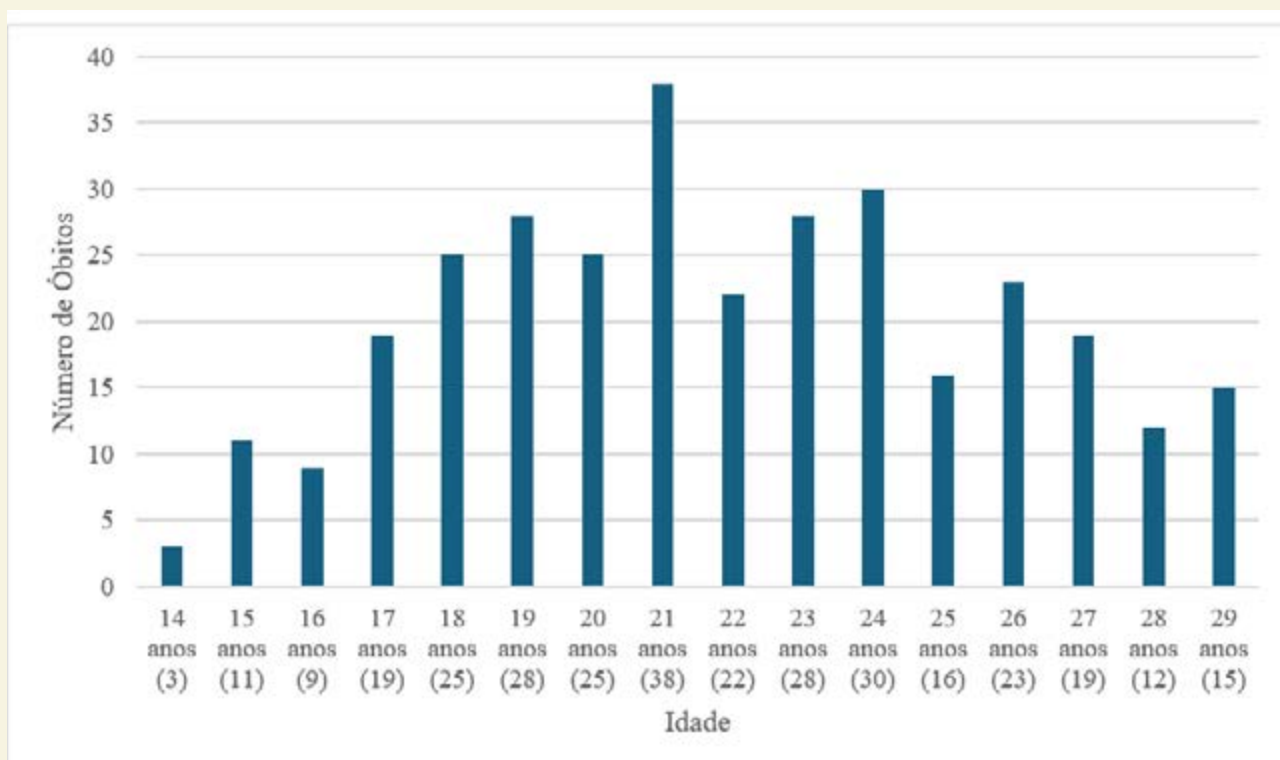
Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de municípios da microrregião do Litoral Sul: 4.

A seguir, de acordo com o pesquisador Coronel Vinícius César de Moura Santana (NACE/SEDS/PB, 2025), o Gráfico 21, ilustra o quantitativo de óbitos por gênero e idade na microrregião do Litoral Sul, envolvendo homens jovens negros, durante o período de 2015 a 2025.

Para esta microrregião, a idade com o número mais elevado de homicídios envolvendo homens jovens negros é de 21 anos (38), seguido por 24 anos (30) e 19 anos (28), respectivamente. Os menores índices de óbitos ocorreram nas idades de 14 (3) e 16 anos (9).

Gráfico 21 - Número de Óbitos por gênero e idade na microrregião do Litoral Sul (homens jovens negros, período de 2015 a 2025)



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Nota. Nº. de municípios da microrregião do Litoral Sul: 4.

É importante grifar novamente que os Gráficos que analisam óbitos por Gênero, são massivamente expressivas o quantitativo de homicídios envolvendo jovens negros homens (12 a 29 anos) em mortes por meio do instrumento arma de fogo. Além disso, destaca-se que homens são ainda, em perspectiva de gênero, os que estão envolvidos em confronto policial. Por outro lado, são as jovens negras que morrem expressivamente por espancamento, pauladas, pedradas e armas brancas, o que indica extermínios violentos fruto da cultura heteromasculinista (Butler, 2018) de berço patriarcal no Ocidente, considerando que o patriarcado ocorre de modo distinto, sob perspectiva interseccional (marcadores sociais, além de gênero e raça, envolvendo território, geração, nação, classe, entre outros).

O conjunto de dados referentes às MVI de jovens negros, sob a faixa etária de 12 a 29 anos na Mata Paraibana, especialmente a altíssima incidência de óbitos decorrentes do uso de armas de fogo, como demonstra o quantitativo de 1.271 registros classificados no CID-10 X93 apenas na capital evidencia que a violência letal não pode ser compreendida apenas como uma questão criminal ou policial, mas como um fenômeno profundamente estruturado pela colonialidade do poder, pelas hierarquias raciais e pelas desigualdades socioeconômicas historicamente produzidas no Brasil.

A recorrência desses números, especialmente entre homens jovens negros residentes nas periferias, indica a permanência de um modo de gestão da vida e da morte que remonta às formas coloniais de dominação, onde determinados corpos são preparados, socializados e naturalizados como alvos legitimados para o exercício da violência estatal e paraestatal. Assim, a leitura dos dados

exige uma abordagem metodológica que articule a sociologia crítica, a filosofia afrodiaspórica e os estudos decoloniais, de modo a reconhecer que esses óbitos não são fatalidades, mas consequências de estruturas de opressão cuidadosamente reproduzidas ao longo da história brasileira.

Ao analisar especificamente a distribuição etária das vítimas, percebe-se que a maior concentração de mortes recai sobre jovens de 15 a 29 anos, corroborando a tendência identificada pelo FBSP (2025) de que a juventude negra é o principal alvo da letalidade violenta no país. Esse recorte etário reforça a tese de que existe um ciclo de eliminação sistemática das gerações negras, destinado a impedir a consolidação de projetos comunitários, culturais, econômicos e políticos que ameacem a lógica de dominação racial. O fato de que a arma de fogo se estabelece como o principal instrumento de execução desse processo revela a militarização da vida cotidiana nas periferias, onde as fronteiras entre Estado, facções e grupos armados tornam-se nebulosas, mas convergem para o mesmo alvo: o corpo negro masculino.

Nesse sentido, a obra “O Genocídio do Negro Brasileiro” de Abdias Nascimento (1978) permanece central para interpretar os dados. O autor (*op. cit.*) demonstra que o genocídio não se reduz à destruição física direta, mas se manifesta também por omissões, negligências e políticas que, sob a aparência de neutralidade, produzem a morte sistemática da população negra. Os números das microrregiões da Mata Paraibana revelam essa lógica: a predominância de mortes no espaço público, via arma de fogo, indica a existência de um regime de eliminação que opera tanto pela mão estatal quanto pela circulação descontrolada de armas, fenômeno que Abdias Nascimento (*op. cit.*) descreve como parte de um *continuum* colonial. Sua teoria permite compreender que esses jovens não morrem por estarem “envolvidos” em práticas ilícitas, mas por estarem inseridos em ambientes produzidos para serem mortais.

Essa interpretação é fortalecida quando se observa a distribuição espacial das MVI, concentradas sobretudo nos bairros periféricos, historicamente marcados pela ausência de políticas públicas e pela presença desproporcional de policiamento ostensivo. Abdias Nascimento (*op. cit.*) já argumentava que o território negro é permanentemente construído como espaço de risco, justificando intervenções repressoras e legitimando a eliminação de seus habitantes. Os dados demonstram essa territorialidade da morte, reforçando a tese do “genocídio estrutural”, no qual o espaço urbano se torna um dos principais dispositivos de execução da violência racial.

A leitura de Sueli Carneiro (2023) contribui para aprofundar a análise ao demonstrar a relação entre racismo e sexismo, produzindo o que a autora denomina “dupla vulnerabilidade estrutural” do homem negro. Para Sueli Carneiro (2023), o homem negro é simultaneamente hipercriminalizado e hiperexposto à violência institucional, tornando-se alvo privilegiado das forças de repressão e do sistema penal. Os dados da região mostram que a juventude negra está sujeita a um fluxo contínuo entre criminalização, encarceramento e morte, o que confirma a tese de Carneiro de que o racismo opera como dispositivo de controle social que permite ao Estado administrar a eliminação de determinados corpos sob o discurso da segurança pública. A predominância das armas de fogo e a alta letalidade policial na região reforçam essa interpretação.

A análise da autora (*op. cit.*) dialoga ainda com a noção foucaultiana de biopolítica, na medida em que o Estado exerce um gerenciamento seletivo da vida e da morte, decidindo quais vidas são investidas e quais podem ser eliminadas. No caso dos jovens negros, essa biopolítica converte-se em necropolítica, conceito elaborado por Achille Mbembe (2018), pelo qual o Estado administra zonas de morte onde a sobrevivência torna-se precária e a morte, previsível. As Microrregiões da Mata Paraibana constituem, de modo geral, zonas da alta incidência de óbitos por arma de fogo.

Assim, a morte dos jovens negros não é aleatória, mas resultado direto de uma política de controle territorial racializado.

A abordagem de Lélia Gonzalez (1988) permite observar que a morte do jovem negro brasileiro não é apenas uma perda individual, mas a destruição de um sujeito amefricano, cuja existência carrega a memória, a cosmovisão e a história da diáspora. Assim, quando os dados mostram a eliminação de jovens entre 12 e 29 anos, o que está em jogo não é apenas estatística, mas o apagamento de uma geração inteira responsável pela manutenção das tradições culturais, espirituais e políticas afro-brasileiras. A arma de fogo, nesse contexto, torna-se a materialização da colonialidade, atuando como dispositivo de apagamento sociocultural.

Jurema Werneck (2005), ao abordar a saúde da população negra, oferece outro eixo analítico fundamental. Para a autora (*op. cit.*), a morte violenta da juventude negra constitui uma das faces mais letais do que ela chama de “injustiça social institucionalizada”. A análise dos dados da Microrregião João Pessoa–Sapé confirma essa compreensão, pois revela que os jovens negros morrem em idades consideradas produtivas, constituindo uma perda humana, social e econômica de proporções incalculáveis. A ausência de políticas de saúde, educação, lazer e proteção social intensifica esse cenário, demonstrando que a morte é o ápice de um processo contínuo de negligência estatal. A arma de fogo, portanto, não é apenas um instrumento, mas um sintoma do fracasso (ou omissão deliberada) do Estado em proteger a vida da juventude negra.

A reflexão de Jurema Werneck (2005) também ilumina outro aspecto essencial: a medicalização e patologização da juventude negra, frequentemente apresentada pelas mídias e pelos discursos oficiais como “causadora” da violência, quando na verdade é sua principal vítima. Os dados mostram que a mortalidade por arma de fogo é profundamente seletiva, atingindo majoritariamente jovens negros de territórios vulnerabilizados. Essa seletividade revela que a violência não é distribuída de maneira homogênea, mas direcionada, um ponto fundamental para compreender a natureza genocida da letalidade juvenil.

Renato Ortiz (2007), ao discutir a modernidade e os fluxos globais de exclusão, contribui para contextualizar a violência juvenil dentro das transformações econômicas contemporâneas. A alta incidência de mortes entre jovens da Mata Paraibana está associada à precarização do trabalho, ao desemprego estrutural e à inserção desigual do Brasil na economia globalizada. O autor (*op. cit.*) argumenta que a modernidade periférica cria circuitos de exclusão que produzem populações excedentes, consideradas desnecessárias para o funcionamento do sistema econômico. Os dados evidenciam que os jovens negros masculinos fazem parte dessa população excedente, cuja morte não provoca abalos significativos ao sistema, funcionando, ao contrário, como mecanismo de administração social.

Nesse sentido, a arma de fogo torna-se a ferramenta de manutenção dessa ordem, garantindo que a superpopulação negra das periferias não desestabilize os centros urbanos. O “controle armado” da juventude negra, evidenciado nos dados, é parte dessa lógica de administração global da desigualdade. A concentração das MVI nas periferias da Grande João Pessoa mostra como a cidade está organizada de acordo com hierarquias coloniais, nas quais determinados territórios são destinados à morte e outros, à proteção e ao investimento.

A partir dessa perspectiva, os dados da Microrregião João Pessoa–Sapé não podem ser lidos apenas como números de mortos, mas como indicadores de um processo de silenciamento epistêmico, em que o Estado e seus dispositivos de poder impedem a consolidação de espaços negros de produção de saber, cuidado e resistência. A arma de fogo que atravessa o corpo do

jovem negro é também o instrumento que tenta silenciar as vozes ancestrais que estruturam a coletividade amefricana.

Um dos elementos mais significativos dos dados anexos é a concentração de mortes em localidades periféricas, geralmente marcadas por baixa escolaridade, precariedade de infraestrutura e forte presença de forças policiais. Esse padrão confirma a ideia de que o território determina a probabilidade de morte, reproduzindo a lógica colonial que segregava negros e pobres em espaços destinados ao trabalho forçado, à marginalização e à violência. A permanência dessa distribuição espacial, portanto, é evidência de que a colonialidade do poder continua estruturando a geografia urbana brasileira.

Ao observar a predominância do mecanismo letal da arma de fogo, percebe-se que a violência é exercida não apenas por indivíduos, mas por um sistema que permite, facilita e, em muitos casos, legitima o uso de armas contra a população negra. Essa permissividade é parte de uma política de morte, dissimulada sob a retórica da segurança pública, que reforça a ideia de que o jovem negro é uma ameaça a ser neutralizada. Essa interpretação dialoga diretamente com Achille Mbembe (2018), que afirma que a necropolítica opera justamente pela fabricação de inimigos internos que justificam o exercício da violência extrema.

Quando se analisa a distribuição das mortes ao longo dos anos, observa-se que não há flutuações significativas que indiquem mudanças estruturais na proteção da vida negra. Ao contrário, os índices se mantêm consistentemente altos, demonstrando que as políticas públicas implementadas não são suficientes para alterar esse quadro. Essa repetição estatística é indicativa de que o genocídio opera de forma contínua, silenciosa e normalizada, como já advertia Abdias Nascimento (1978).

Ainda, a faixa etária das vítimas revela que a morte é usada como dispositivo para impedir a maturação política da população negra. Jovens entre 12 e 29 anos estão em fase de formação identitária, ingresso no mercado de trabalho e participação social mais ativa. A eliminação desses jovens, portanto, não é apenas física, mas simbólica e política: impede o florescimento de lideranças, organizações e movimentos que poderiam desafiar a ordem racializada.

Arnaldo Xavier e Nilza Silva (2025, p. 42) sublinham que o Movimento Negro no Brasil (MNU), para combater a violência policial e o sistema carcerário é preciso ater-se à “dependência política, a cooptação político-partidária, o integracionismo e o oportunismo” como fatores que não trazem retrocessos a compreensão equitativa para acessibilidade de direitos. A força política autônoma é ímpar para a instituição coletiva comunitária. A forma de organização de entidades não-governamentais precisa se organizar independentemente na forma de se articular com a sociedade.

Como pauta do MNU, a violência letal de homens também deve ser analisada em relação ao encarceramento, pois muitas das vítimas já passaram pelo sistema prisional. Sueli Carneiro (2023) afirma que prisão e morte compõem um único ciclo de controle da população negra. Os dados indicam que a juventude negra circula entre vigilância, punição e eliminação, o que reforça a tese da continuidade entre biopolítica e necropolítica. Esse ciclo revela que o Estado se faz presente na vida desses jovens sobretudo para controlá-los e puni-los, e não para garantir direitos.

Os dados da Microrregião João Pessoa–Sapé também revelam características relacionadas ao horário e ao dia da semana em que as MVI ocorrem, frequentemente concentradas à noite e em fins de semana. Isso indica que a morte se infiltra no tempo livre da juventude, interditando sua sociabilidade e sua capacidade de estar no mundo sem ser alvo de violência. Esse padrão demonstra

que o genocídio opera também na dimensão temporal, restringindo espaços e momentos de lazer, convívio e construção de vínculos.

É importante destacar que os dados não são neutros: eles refletem a ação de instituições que registram, categorizam e interpretam a violência. A ausência de informações sobre raça em alguns registros, por exemplo, não é casual, mas parte de uma política de invisibilização. A análise crítica dos dados exige, portanto, reconhecer as limitações das fontes e a necessidade de leitura suplementar à luz das teorias decoloniais.

A análise dos dados também permite compreender como a mídia desempenha papel na reprodução de narrativas que legitimam a morte do jovem negro. Notícias que enfatizam supostos “antecedentes criminais” das vítimas, que insinuam envolvimento com ilícitos ou que criminalizam comunidades inteiras, reforçam uma percepção social que naturaliza o genocídio. A mídia, assim, é parte integrante da engrenagem colonial de eliminação.

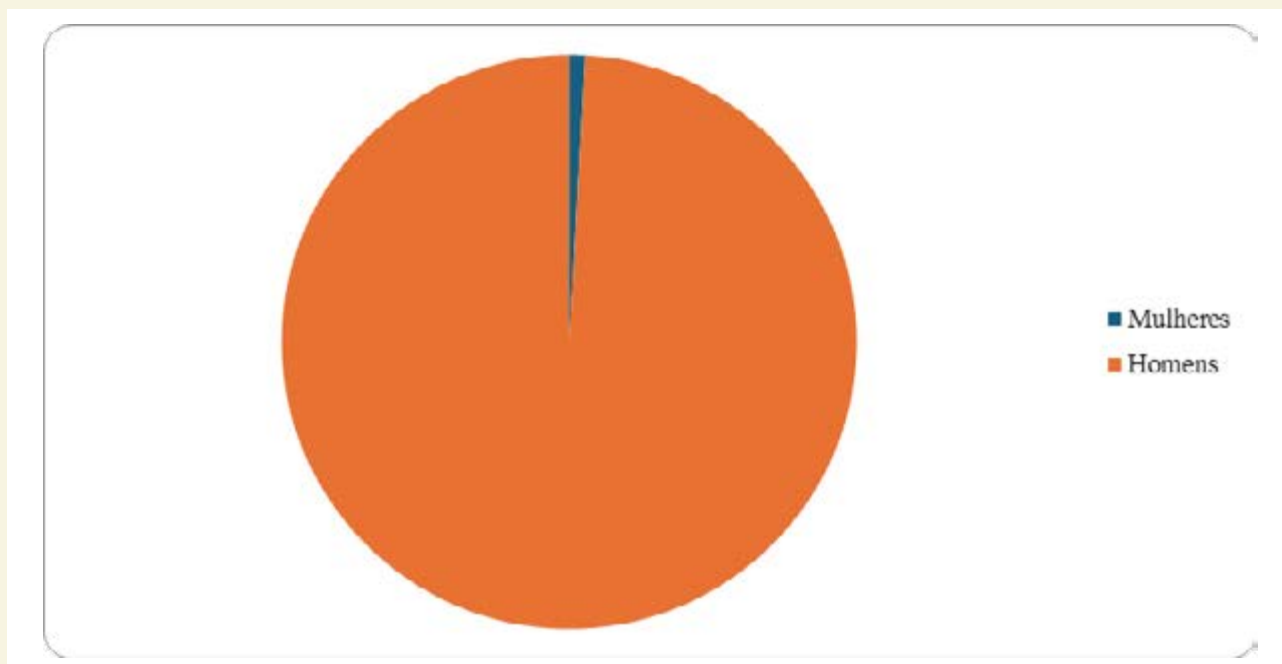
Outro aspecto revelado pelos dados é a relação entre desigualdade econômica e violência. A maior parte das MVI ocorre em bairros com menor renda per capita, maior desemprego e pior infraestrutura urbana. Essa associação evidencia que a violência é um produto da desigualdade, mas também um mecanismo de sua manutenção. A morte dos jovens negros garante a reprodução de uma estrutura social que concentra riqueza e poder em grupos racialmente privilegiados.

Os índices devem considerar também a atuação das facções criminosas, que disputam e transpassam territórios periféricos. No entanto, é fundamental evitar explicações simplistas que culpabilizam exclusivamente o tráfico de drogas. A existência dessas facções é resultado direto da ausência do Estado, da desigualdade estrutural e da demanda global por drogas ilícitas. Assim, os jovens negros não morrem porque “escolhem” esse caminho, mas porque são inseridos em um contexto que reduz drasticamente suas possibilidades de escolha.

As famílias das vítimas são frequentemente responsabilizadas pela morte dos jovens, o que desvia a atenção das responsabilidades do Estado e das estruturas sociais. Essa culpabilização é parte da colonialidade do poder, que individualiza problemas coletivos e esconde a natureza sistêmica do genocídio. A análise dos dados deve, portanto, combater essa narrativa e afirmar que a violência é produzida por um sistema que falha deliberadamente em proteger vidas negras.

Ao interpretar os dados à luz das teorias aqui mobilizadas, torna-se evidente que o genocídio da juventude negra masculina não é um fenômeno acidental, mas um projeto sistemático que opera em múltiplas dimensões: territorial, institucional, econômica, simbólica, familiar, cultural e espiritual. Cada morte registrada é parte de um padrão que se repete, revelando uma estrutura de morte cuidadosamente mantida.

A análise dos dados confirma que o genocídio negro é um processo em curso, que se renova a cada geração e assume novas formas conforme as transformações sociais.



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Os dados publicados pelo NACE/SEDS/PB (2025) permitem compreender com maior nitidez como a violência letal no Brasil segue uma lógica seletiva e estrutural, marcada por marcadores sociais que atravessam raça, gênero, território e classe. Na Microrregião João Pessoa–Sapé, o Gráfico 22 em formato de pizza evidencia uma assimetria profunda: os homens representam a imensa maioria das MVI, enquanto as mulheres aparecem como uma minoria estatística.

Contudo, essa aparente minoria não deve ser interpretada como indício de menor gravidade, mas sim como expressão de um padrão de invisibilização que historicamente apaga e subnotifica os óbitos de mulheres, sobretudo as jovens, negras e periféricas, cujas causas frequentemente são registradas de forma incompleta ou equivocada. Esse quadro revela como a violência letal não se distribui de modo aleatório, mas segue o desenho da colonialidade do poder que estrutura a sociedade brasileira.

A leitura dos dados mostra que a discrepância numérica entre mortes masculinas e femininas não deriva de características biológicas, comportamentais ou individuais, mas sim de uma engenharia social que projeta destinos diferenciados para corpos distintos. Os homens, sobretudo negros, jovens e moradores das periferias são mortos majoritariamente na esfera pública, em disputas territoriais, conflitos armados e ações policiais.

Já as mulheres, também majoritariamente negras, são vitimadas principalmente em contextos íntimos, domésticos ou relacionais, revelando a persistência da violência de gênero como instrumento de controle patriarcal. Portanto, o gráfico não apenas apresenta números; ele sintetiza um regime de produção de morte que opera em duas frentes: uma voltada para o extermínio público dos homens e outra para a dominação privada das mulheres.

Os dados do NACE/SEDS/PB (2025), reforçam que essa dinâmica não ocorre de forma difusa, mas acompanha a lógica descrita por Achille Mbembe (2016), para quem a Necropolítica define o

poder de determinar quem deve viver e quem deve morrer. No caso dos homens da microrregião estudada, sua morte é tratada como efeito “natural” da criminalidade, como se fosse o resultado inevitável de uma guerra social permanente.

Isso se agrava quando o Estado legitima ações de letalidade policial como forma de “controle” territorial, reforçando um imaginário de ameaça que recai prioritariamente sobre jovens negros. Os Gráficos, Quadros e Tabelas, que, de maneira geral, grafam óbitos em supremacia de jovens negros confirmam esse padrão ao evidenciar que a fatia correspondente às mortes de jovens negros é indiscutivelmente maior, constituindo-se como parte de um projeto de controle biopolítico (Foucault, 2008) e necropolítico (Mbembe, 2016) que se materializa em territórios da Zona da mata Paraibana por uma ótica racializada.

Por outro lado, a morte de mulheres, embora numericamente menor, revela uma gravidade qualitativa que não pode ser captada apenas pelos índices brutos. O NACE/SEDS/PB (2025) aponta que grande parte dos feminicídios e mortes violentas de mulheres ocorre no espaço doméstico, frequentemente perpetrados por parceiros íntimos ou ex-parceiros. A violência que recai sobre o corpo feminino opera segundo mecanismos de controle simbólico e disciplinador que buscam punir a “insubordinação” ou a ruptura de padrões patriarcais no Ocidente.

Assim, mesmo quando os números são menores, a intensidade e a motivação dessas mortes revelam o caráter profundamente estrutural da violência de gênero, que transforma o lar num dos locais mais perigosos para mulheres jovens no Brasil.

Ao analisar o Gráfico 22, os dados do NACE/SEDS/PB (2025) têm alertado para o aumento da subnotificação de mortes de mulheres jovens, principalmente quando a causa não é imediatamente identificada ou quando os registros são classificados de forma genérica, como “morte indeterminada” ou “causa não especificada”.

Essa imprecisão estatística impede que muitos feminicídios sejam reconhecidos como tal e mascara a real extensão da violência patriarcal no Brasil, nesse caso do Gráfico 21, das microrregiões de João Pessoa e Sapé. Portanto, a diferença numérica entre homens e mulheres é menos reflexo da realidade objetiva e mais expressão da própria estrutura de apagamento que caracteriza a colonialidade de gênero (Lugones, 2008).

Nesse sentido, a leitura crítica dos dados exige compreender a categoria de gênero não como um marcador isolado, mas como parte de um sistema de opressões interseccionais. Lugones (2008) destaca que o colonialismo instituiu um sistema de gênero racializado que atribuiu papéis fixos e hierarquizados aos corpos, determinando quais vidas são plenamente reconhecidas e quais podem ser violadas ou eliminadas. O homem negro é tratado como corpo perigoso, hipersexualizado e descartável; a mulher negra, por sua vez, é associada à servidão, à disponibilidade e ao silêncio. Esses padrões persistem até hoje e moldam tanto a produção da violência quanto a forma como ela é registrada e interpretada. Os Gráficos, em geral, confirmam essa hierarquia ao revelar a desproporção entre as mortes masculinas visibilizadas e as mortes femininas invisibilizadas.

Simultaneamente, ao subnotificar a violência contra as mulheres, o Estado reproduz o contrato patriarcal que considera a violência doméstica um assunto privado e não uma violação de direitos humanos. Dessa forma, o gráfico traz à superfície a operacionalização simultânea de dois regimes de produção de morte: a necropolítica dos territórios e a necropolítica doméstica.

A análise dos dados também reforça o que Lélia Gonzalez (1988) já denunciava ao tratar da naturalização da violência contra a mulher negra: o racismo epistêmico opera tanto na produção

quanto no apagamento de informações. Ao observar o gráfico, percebe-se que a representação das mulheres é insuficiente para revelar a complexidade das situações que resultam em sua morte.

A ausência de detalhamento adequado, a classificação equivocada das causas e a ausência de notificações qualificadas são evidências de um sistema de conhecimento que reproduz desigualdades, negando às mulheres negras o direito básico à verdade sobre seus assassinatos. O pequeno espaço que elas ocupam no gráfico não é resultado de uma realidade menos letal, mas de uma realidade menos registrada.

As ilustrações em índices deste trabalho ainda revelam uma tensão central: a quantidade numérica não corresponde ao peso social do fenômeno. Enquanto a morte masculina é utilizada como justificativa para políticas repressivas, a morte feminina permanece relegada ao silêncio institucional. Essa discrepância mostra que o Estado brasileiro não apenas permite, mas administra a violência de forma diferenciada, reforçando a metáfora de que “vidas negras importam menos”, especialmente quando essas vidas são femininas. A representação gráfica torna visível essa lógica ao mostrar a magnitude da perda de vidas masculinas e, simultaneamente, o apagamento estatístico das mulheres que morrem em contextos de violência doméstica e íntima.

A partir dessa leitura, torna-se evidente que os dados ora apresentados funcionam como um espelho das estruturas sociais que governam a vida e a morte no Brasil. Eles revelam que o país opera em dois regimes distintos de valoração da vida na noção de fascismo social.

Desse modo, esse fascismo estatístico organiza a percepção pública da violência: quando muitos homens morrem, há “crise de segurança”; quando poucas mulheres morrem, há “casos isolados”. Assim, a violência contra os homens é tratada como problema de ordem pública, enquanto a violência contra as mulheres é tratada como tragédia doméstica, reforçando padrões coloniais e patriarcais de gerenciamento dos corpos.

A interpretação dos dados sob uma perspectiva decolonial permite compreender que a morte masculina, ainda que numericamente expressiva, não rompe a lógica colonial, mas a reafirma. Como aponta Nascimento (1978), o corpo negro masculino sempre foi alvo prioritário das políticas de extermínio que sustentam o mito da democracia racial brasileira. Há uma política contínua em operação, pois a maioria das mortes registradas é de homens negros, jovens e periféricos, repetindo o padrão histórico de criminalização e desumanização dessa população. Assim, a ampla fatia atribuída aos óbitos masculinos no gráfico não é apenas estatística, mas símbolo de um Estado que produz sujeitos descartáveis.

Do mesmo modo, a morte de jovens negras deve ser lida como parte de um *continuum* de violência que se expressa desde a infância até a vida adulta. Rita Segato (2012) argumenta que a violência contra a mulher é um dispositivo pedagógico patriarcal que busca educar e disciplinar corpos femininos por meio da imposição do medo e da punição.

A presença reduzida das mulheres nos Gráficos que retratam violência de gênero não diminui o peso desse mecanismo, mas evidencia que muitos desses crimes sequer chegam a ser classificados corretamente como feminicídios. Assim, a pequena porção correspondente às vítimas femininas no gráfico é síntese de um processo de vigilância e controle que permanece naturalizado e invisível.

Para compreender o impacto dessas dinâmicas, é fundamental considerar a microrregião João Pessoa–Sapé, por exemplo, não como um território isolado, mas como parte de um sistema nacional de violência racializada e generificada. As estatísticas do FBSP (2025) mostram que a Paraíba segue o padrão nacional, em que mais de 75% das vítimas de MVI são homens negros, e

grande parte das mulheres assassinadas são mortas por parceiros íntimos. Os números não são exceções, mas repetição de tendências que atravessam o país e que têm raízes profundas na formação social brasileira.

É igualmente importante destacar que o contraste entre homens e mulheres não é meramente quantitativo, mas qualitativo. Ele permite identificar que, enquanto a violência contra homens é marcada pela presença de armas de fogo e conflitos territoriais, a violência contra mulheres é marcada pela proximidade relacional e pelo uso de métodos cruéis que refletem motivações afetivas e patriarcais. Essa distinção reforça a necessidade de políticas públicas diferenciadas: segurança pública territorializada para homens e proteção integral à mulher para os casos de feminicídio e violência doméstica. Ratificamos que, os dados expostos neste Mapeamento, ao evidenciar essa cisão, ressalta que a violência não é homogênea, mas diferenciada, massivamente, por gênero, geracionalidade, classe, território e raça.

A análise dos dados também permite identificar como os ciclos de violência se perpetuam de maneira intergeracional. As mortes de jovens negros alimentam a militarização das periferias, enquanto as mortes femininas reforçam a cultura do medo, da culpa e da dependência emocional. Os índices funcionam como uma síntese visual dessas dinâmicas, mostrando que a violência não é apenas um problema de segurança, mas de organização social, cultural e política. As disparidades registradas graficamente são sintomas de uma sociedade que naturaliza o extermínio e silencia o sofrimento feminino, reafirmando o pacto colonial construído ao longo de séculos.

Outro ponto importante evidenciado é a forma como a juventude é impactada pela violência letal. Tanto homens quanto mulheres jovens estão entre as principais vítimas, mas há diferenças significativas nas circunstâncias de morte. Os homens jovens morrem em maior número nos espaços públicos, enquanto as mulheres jovens morrem, muitas vezes, no ambiente doméstico e pelas mãos de parceiros/cônjuges. Essa diferença aponta para a necessidade de políticas específicas que considerem as trajetórias sociais, afetivas e econômicas da juventude brasileira.

É relevante observar que a grande proporção de mortes de jovens negros não pode ser compreendida sem considerar o papel das forças policiais e das facções criminosas na disputa pelo controle social. A letalidade policial é um elemento central na composição dos números, e os homens negros são suas principais vítimas, conforme FBSP (2025). A morte de homens, portanto, é produto do encontro entre pobreza, violência estrutural e políticas de segurança punitivas. O gráfico sintetiza essa realidade ao apresentar um número expressivo de vítimas que poderiam ter sido poupadas caso o Estado adotasse políticas de prevenção e não de extermínio.

Já a morte de jovens mulheres, ao ocupar uma fração menor dos Gráficos acerca de violência de gênero, revela outro problema: a falta de dados precisos sobre feminicídios. Muitas vezes, apenas quando o caso é amplamente repercutido é que a tipificação correta é feita, como apontado pelo FBSP (2025). A ausência de informações sobre a causa da morte de mulheres jovens é especialmente preocupante, pois impede que políticas públicas efetivas sejam formuladas. Os Gráficos desta seção, portanto, denunciam não apenas a violência em si, mas a negligência do Estado em registrar, investigar e prevenir a violência contra a mulher, pessoas não-binárias e transgêneras.

Ao integrar os dados com referenciais teóricos críticos, nota-se que a situação envolvendo gênero e idade, em perspectiva interseccional, não pode ser compreendida sem reconhecer a permanência do racismo estrutural. As vidas negras seguem sendo desvalorizadas e tratadas como descartáveis. A violência letal, nesse contexto, funciona como mecanismo de controle racial que substitui antigas formas de opressão por métodos contemporâneos de eliminação. Os índices dão

forma visual a essa realidade ao evidenciar que os corpos negros seguem sendo alvo prioritário de práticas necropolíticas, seja no espaço público ou privado.

A disparidade apresentada pelo quantitativo de óbitos na zona da Mata Paraibana também aponta para a necessidade de vigilância crítica sobre as bases de dados oficiais. Se a morte masculina é superdimensionada em termos quantitativos, a morte feminina é subdimensionada em termos qualitativos. Ambas as situações são problemáticas e impedem a construção de políticas públicas eficazes. Os dados que retratam os óbitos da população alvo em questão, ao sintetizar essas disparidades, exige que pesquisadores, gestores públicos e organizações da sociedade civil reflitam sobre a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de coleta e tratamento de dados, garantindo que todas as vidas tenham valor equânime.

Ao analisar os dados do NACE/SEDS/PB (2025), à luz da teoria decolonial (Quijano, 2000), torna-se evidente que nas diversas microrregiões aqui analisadas, a violência opera-se dentro de um regime de dualidade. A letalidade contra jovens negros representa a execução da necropolítica territorial, que elimina corpos considerados ameaça; a letalidade contra jovens negras representa a execução da necropolítica doméstica, que elimina corpos considerados propriedade. Assim, os Gráficos, Quadros e Tabelas que mostram em números os homicídios contra a jovens negras entre 12 a 29 anos, não apenas ilustram a desigualdade social estrutural de gênero, em perspectiva interseccional, mas a denúncia. Ele revela que, embora as mulheres jovens apareçam em menor proporção, suas mortes são tão estruturais quanto as dos homens, ainda que invisibilizadas.

Desse modo, as análises dos dados permitem concluir que a violência letal nas microrregiões da zona da Mata Paraibana não pode ser compreendida sem considerar os múltiplos dispositivos de poder que a estruturam: o racismo, o patriarcado, a colonialidade e a desigualdade territorial. Os Gráficos acerca de óbitos que envolvem o extermínio de mulheres, ao tornar visível a desproporção entre homens e mulheres, convoca o(a) leitor(a) a questionar as razões dessa diferença, reconhecendo que ela não deriva de fatores naturais, mas de escolhas políticas e institucionais. Assim, se ater às estatísticas, ora registradas, é ler a própria comunidade, para suas próprias periferias com suas hierarquias, exclusões e violências profundamente enraizadas.

1.6 MVI por período e horário de maior letalidade

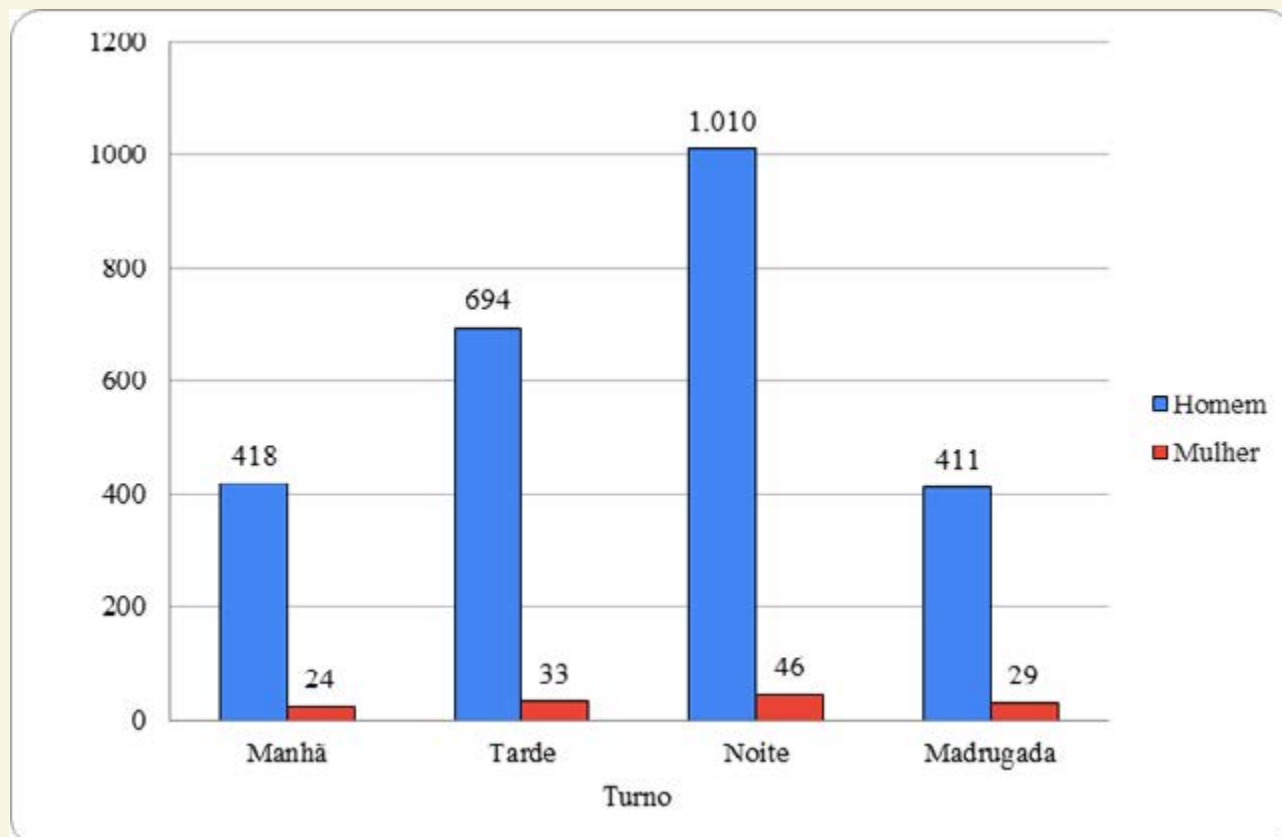
A ocorrência das MVI na Mata Paraibana configura um fenômeno complexo, cuja compreensão demanda uma leitura interseccional baseada em categorias como gênero, idade e cor/raça, que estruturam diferencialmente os padrões de vitimização, Sueli Carneiro (2023). Tais marcadores não apenas delineiam o perfil das pessoas atingidas, como também revelam camadas específicas da violência que extrapolam a simples quantificação dos eventos. À luz das discussões previamente realizadas sobre as desigualdades de gênero que atravessam esse cenário, Rita Segato (2012), este tópico desloca o foco analítico para a dimensão espaço-temporal da letalidade, examinando como a distribuição dos crimes ao longo do dia expressa lógicas sociais distintas e hierarquizadas.

A estratégia metodológica adotada, de natureza comparativa entre homens e mulheres, busca explicitar as diferenças e assimetrias que emergem quando se correlacionam essas variáveis temporais com as características sociodemográficas das vítimas.

De acordo com o Gráfico 23, para fins de organização analítica e interpretativa, ilustrando as microrregiões de João Pessoa e Sapé, o período do dia foi segmentado em quatro faixas:

Manhã, correspondente ao intervalo entre 06:00 e 11:59; Tarde, delimitada entre 12:00 e 17:59; Noite, abrangendo o período das 18:00 às 23:59; e Madrugada, compreendida entre 00:00 e 05:59, possibilitando uma leitura mais precisa da cronopolítica que estrutura a ocorrência dessas mortes.

Gráfico 23 - Período do dia mais letal para homens negros e mulheres negras, entre 15 e 29 anos, na microrregião de João Pessoa-Sapé, de 2015 a 2025



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Conforme o Gráfico 23, a análise da distribuição horária das Mortes Violentas Intencionais (MVI) entre homens e mulheres na microrregião de João Pessoa-Sapé, no período de 2015 a 2025, revela um padrão temporal profundamente marcado por estruturas de poder que organizam o cotidiano das populações vulnerabilizadas. Os dados do gráfico demonstram uma predominância masculina nas faixas da noite e madrugada, enquanto a vitimização feminina aparece mais distribuída ao longo do dia, com picos menores, porém significativos, na tarde e na noite.

Essa disposição não pode ser lida apenas como uma consequência imediata da criminalidade local; ela se inscreve em uma lógica mais ampla de gestão diferencial da vida e da morte, conforme formulado por Mbembe (2018), que indica como determinados grupos são lançados a espaços e tempos onde a letalidade se torna previsível e naturalizada.

O período noturno, exibindo o maior número de homicídios masculinos, funciona como o “tempo social da guerra interna”, no qual os jovens negros, sobretudo das periferias, são expostos a relações de força que ultrapassam a regulação formal do Estado. Para Fanon (2008), os corpos

negros ocupam um espaço simbólico e material onde a violência se torna uma linguagem cotidiana, uma mediação constante entre o sujeito e o mundo colonial-moderno que o circunscreve.

A concentração de óbitos masculinos à noite e na madrugada evidencia essa dinâmica, indicando que esses jovens são empurrados para cronotopos⁴ de altíssimo risco, onde o poder soberano e o poder policial se sobrepõem no exercício da eliminação física.

A madrugada, especificamente, constitui um tempo de menor circulação institucional e de maior densidade de práticas punitivas informais, reforçando a tese de Mbembe (2018) de que a necropolítica opera por delimitação de zonas e horários onde a morte é esperada.

Quando se observa a elevação significativa das mortes de homens entre 00:00 e 05:59, percebe-se que esse período é menos regulado pelas formas disciplinares descritas por Foucault (1999), sendo ocupado por poderes que atuam de maneira soberana, decidindo quem deve viver e quem deve morrer. Nesse sentido, o horário reforça o caráter racializado da punição, pois é nesses intervalos que o corpo negro circula com menos proteção social.

Não se trata apenas de um fenômeno associado ao crime organizado, mas de um modo de gestão do território que precariza a presença de jovens negros e pobres em espaços públicos noturnos. Muniz Sodré (2002) descreve que a sociabilidade periférica é atravessada por um regime comunicacional da urgência, no qual o tempo não se organiza segundo a lógica da estabilidade, mas da sobrevivência.

A madrugada, portanto, não é apenas um momento do dia: é uma tecnologia temporal que aprofunda a vulnerabilidade desses corpos, tornando-os mais suscetíveis às dinâmicas de conflito armado, abordagens policiais letais e disputas entre grupos criminais.

A forte incidência de mortes masculinas no período noturno segue a mesma lógica apontada por Abdias Nascimento (1978), ao discutir o genocídio da população negra: quando o dia representa a ordem institucional e o trabalho, a noite se converte em um espaço onde o Estado permite e, por vezes, incentiva a eliminação de jovens negros.

Assim, esse deslocamento temporal da letalidade reforça a noção de que a sociedade brasileira estrutura momentos distintos para diferentes corpos, garantindo proteção a uns e abandono a outros. Assim, o jovem negro acaba sendo inscrito em um regime temporal marginal, onde o risco é constante e a morte, previsível.

A precedência masculina na noite e na madrugada também revela a centralidade do mercado ilegal noturno como espaço de sobrevivência econômica. Muitas vezes impedidos de acessar o mercado formal de trabalho, esses jovens são absorvidos por ocupações precarizadas que se intensificam nesses horários, como aponta Angela Davis (2016), ao discutir como o racismo estrutural produz rotas ocupacionais de risco para populações marginalizadas. A presença desses jovens em atividades noturnas e em trajetos desprotegidos os expõe a confrontos armados e a violências policiais com maior intensidade.

Diante desse cenário, é possível compreender a madrugada como um “tempo da exceção”, no qual a proteção jurídica se esgarça e o controle policial assume um caráter mais agressivo. As

4 Embora Bakhtin (2018) desenvolva o conceito para a teoria do romance, sua noção é amplamente apropriada nas ciências sociais, geografia crítica e estudos culturais para analisar espaço-tempos sociais. Assim, é coerente dizer que: A concentração de óbitos masculinos à noite e na madrugada indica que esses jovens são empurrados para cronotopos de altíssimo risco, isto é, para configurações específicas de espaço-tempo onde determinados regimes de violência se tornam mais intensos e mais previsíveis.

análises de Denise Ferreira da Silva (2022) sobre a produção de corpos negros como alvos de violência mostram que esse corpo é percebido como ameaçador, justificando intervenções letais do Estado em horários de menor vigilância social. Assim, a madrugada reforça a tese de que a violência estatal é modulada não apenas pelo território, mas também pelo tempo.

Por outro lado, os dados referentes às mulheres mostram uma distribuição mais equilibrada dos óbitos, com ligeiro aumento na tarde e noite. Essa configuração revela uma forma distinta de vitimização, mais associada ao espaço privado do que ao público.

Rita Segato (2012) argumenta que os feminicídios e agressões contra mulheres são expressões do mandato de masculinidade e da lógica do patriarcado, que regula o corpo feminino por meio da violência. A ocorrência desses crimes ao longo do dia sugere que a mulher é atingida em momentos associados tanto à esfera doméstica quanto ao deslocamento para atividades laborais.

A tarde, período em que a presença institucional ainda é forte, mas o ambiente doméstico também se intensifica, apresenta um número relevante de óbitos femininos. Esse padrão sugere que, para as mulheres, a violência não depende da escuridão ou da invisibilidade noturna, como ocorre com os homens.

Pelo contrário, ela se sustenta em uma lógica de proximidade afetiva e convivência obrigatória com seus agressores. Lélia Gonzalez (1988) reforça que a violência de gênero no Brasil opera por naturalização, de modo que o corpo feminino, sobretudo o corpo da mulher negra, permanece vulnerável mesmo em horários socialmente considerados “seguros”.

A incidência de óbitos femininos no período vespertino também dialoga com o que Beatriz Nascimento (1985) descreve como a “prisão da rotina doméstica” imposta às mulheres, especialmente às mulheres negras. Para a autora, o tempo da mulher é historicamente colonizado por uma lógica de disponibilidade contínua: para o cuidado, para o trabalho precarizado, para a subjetivação do outro.

Assim, a violência que a atinge não depende da ausência de luz ou da menor circulação institucional, mas da própria estrutura patriarcal que a mantém em relações hierárquicas mesmo sob o sol intenso da tarde. O dado estatístico confirma essa tese ao revelar que a letalidade feminina é diurna, doméstica e íntima, reforçando a centralidade do patriarcado como operador da morte.

A distribuição relativamente equilibrada das mortes femininas entre tarde e noite indica que o patriarcado opera de forma transversal aos horários, funcionando como um regime contínuo de dominação que não suspende suas práticas em nenhuma faixa temporal.

Sueli Carneiro (2003) argumenta que a violência contra mulheres negras é uma tecnologia social de controle que atravessa as esferas pública e privada, produzindo vulnerabilidades que se reatualizam no cotidiano. A violência que incide sobre essas mulheres ao longo de todo o dia demonstra a força daquilo que a autora chama de “biopolítica de subalternização”, reforçando que o corpo feminino, especialmente o corpo negro, nunca está fora da vigilância patriarcal e racista.

Diferentemente dos homens, cuja letalidade se concentra em horários específicos de maior conflito territorial, as mulheres enfrentam um regime de violência que opera na intimidade, nos vínculos afetivos e nas dinâmicas familiares. Rita Segato (2012) analisa essa diferença como a expressão de dois modelos de violência: o modelo territorial, que incide majoritariamente sobre homens negros, e o modelo pedagógico, que recai sobre as mulheres para afirmar o poder masculino sobre seus corpos e subjetividades. As ocorrências registradas na tarde e na noite reforçam

essa leitura, indicando que a violência pedagógica não escolhe o horário, pois está incorporada à vida cotidiana e às relações de poder na família.

O período da manhã, com as menores taxas de morte para ambos os sexos, pode ser interpretado como o “tempo disciplinar”, utilizando a terminologia de Foucault (1996). Nesse período, a presença institucional é mais forte: escolas, serviços públicos, comércio e o fluxo de trabalhadores estruturam o espaço social. O controle disciplinar, voltado à vigilância, organização e normalização dos corpos, tende a reduzir os episódios de violência letal. A manhã, portanto, expressa o tempo em que a sociedade formal exerce maior regulação, ainda que essa regulação não seja igualmente distribuída entre grupos sociais.

Ainda assim, o baixo número de mortes pela manhã não deve ser lido como evidência de segurança, mas como indicador de que o tempo disciplinar prioriza certas vidas enquanto mantém outras relegadas ao abandono nos horários de menor ordenamento social. Fanon (2008) explica que o racismo estrutura não apenas o espaço, mas também o ritmo de vida dos sujeitos racializados, que são arrastados para temporalidades de maior risco. A manhã, assim, torna-se o tempo dos “incluídos”, enquanto a noite e madrugada são destinadas aos corpos considerados excedentes ou descartáveis.

À tarde, embora ainda inserida no tempo disciplinar, apresenta aumento de letalidade tanto para homens quanto para mulheres, o que pode indicar uma zona de transição entre a ordem institucional e o afrouxamento das normas sociais. Muniz Sodré (2019) observa que as dinâmicas urbanas periféricas transformam a tarde em um intervalo ambíguo, no qual as tensões comunitárias emergem com maior visibilidade, seja por conflitos familiares, seja por disputas locais. Para as mulheres, esse período representa não apenas o tempo doméstico, mas também o deslocamento para trabalhos precarizados, o que as expõe tanto à violência íntima quanto à violência social.

A diferença quantitativa entre homicídios masculinos e femininos evidencia duas tecnologias de morte distintas: a necropolítica territorial, que elimina homens negros nas fronteiras da noite, e a necropolítica íntima, que atua contra mulheres em qualquer horário. Mbembe (2018) descreve a necropolítica como um regime que define quem deve morrer e sob quais condições, e os dados mostram que as condições de morte são distintas conforme o gênero. Enquanto os homens são mortos no teatro noturno da guerra urbana, as mulheres são vitimadas em cenários de proximidade afetiva, confirmando as dinâmicas estruturais da violência patriarcal.

A leitura dos dados à luz de Fanon (*Op cit.*) permite compreender que a morte de jovens homens negros à noite não é eventual, mas estruturada pela lógica colonial que os posiciona como ameaças à ordem. Na internalização da “zona do não-ser”, como descrita pelo autor, esses jovens são produzidos como corpos descartáveis, cuja circulação noturna é interpretada como justificativa para intervenções violentas do Estado ou de grupos armados. Assim, a noite torna-se o contexto onde se materializa a política de eliminação racial.

A ausência de horários seguros para as mulheres confirma o argumento de Lélia Gonzalez (1988) sobre a continuidade histórica da violência de gênero no Brasil. A autora enfatiza que o patriarcado latino-americano opera por meio de uma “amefricanidade” que articula racismo e sexismo, tornando a violência contra mulheres negras persistente e transgeracional. Os dados de mortalidade ao longo do dia revelam essa permanência, reforçando que o corpo da mulher, sobretudo o da mulher negra, permanece sob constante ameaça, independentemente da hora.

Para Angela Davis (2016), o controle sobre os corpos femininos está intimamente relacionado ao controle sobre a organização da vida cotidiana. A letalidade feminina distribuída entre

tarde e noite indica que a violência acompanha a mulher no deslocamento, no trabalho, na casa e na convivência com agressores. A banalidade dessa violência, como destaca a autora, é sustentada pela normalização social que tolera agressões em nome da manutenção da família patriarcal. Os dados revelam, assim, a persistência dessa lógica opressiva.

A análise da manhã como período de menor letalidade também encontra eco nas reflexões de Sueli Carneiro (2023), que argumenta que a proteção institucional é seletiva. A autora observa que a ordem social brasileira privilegia a segurança dos grupos hegemônicos, garantindo-lhes proteção principalmente nos horários de maior circulação. A menor incidência de mortes nesse período, portanto, é reveladora de que os mecanismos de segurança e vigilância foram pensados para servir à normalidade branca e de classe média, deixando a população negra mais exposta nos horários de menor presença estatal.

Beatriz Nascimento (1985) sugere que a organização temporal das violências no Brasil deve ser entendida como parte de uma continuidade colonial que regula quem pode ocupar o espaço e em que momentos. Essa perspectiva ajuda a interpretar o fato de que os homens morrem preferencialmente no turno noturno, enquanto as mulheres são vitimadas em períodos vinculados à esfera doméstica. A autora propõe a noção de “tempo escravocrata residual”, que permite ler os dados como expressão de estruturas temporais que persistem desde o período colonial, definindo lugares, momentos e possibilidades distintas para cada corpo.

O fato de a madrugada ser o período mais letal para os homens dialoga com o conceito de “redução ontológica” apresentado por Denise Ferreira da Silva (2022). Para a autora, o corpo negro é continuamente produzido como risco, perigo ou ameaça, legitimando a violência dirigida contra ele. Nas horas de menor vigilância institucional, a polícia e grupos sociais autorizam-se a agir com maior letalidade, reforçando a percepção de que o corpo negro masculino é um corpo matável uma leitura que os dados corroboram com clareza.

A violência feminina distribuída ao longo do dia, sobretudo na tarde e noite, evidencia que a pedagogia da crueldade descrita por Rita Segato (2012) não se limita a momentos específicos, mas compõe uma estrutura permanente de dominação.

Para a autora (*op. cit.*), o feminicídio funciona como recado para todas as mulheres, reforçando a ordem do patriarcado Ocidental, considerando as singularidades de cada território e cultura. A temporalidade dispersa dessa violência demonstra que o controle sobre o corpo feminino não depende de condições externas ou territoriais, mas da própria lógica patriarcal incorporada nas relações sociais.

Ao mesmo tempo, a ausência de picos expressivos de letalidade de jovens mulheres na madrugada sugere que, diferente dos homens, as mulheres não ocupam amplamente o espaço público noturno, seja por cuidados familiares, seja por restrições de segurança. Essa ausência não significa proteção, mas reflete uma limitação histórica da circulação feminina.

Muniz Sodré (2002) analisa essa questão como um processo de “encarceramento simbólico”, no qual a mulher tem sua mobilidade reduzida por normas sociais que a vinculam ao lar. Assim, a menor letalidade na madrugada não indica ausência de violência, mas ausência de presença.

A tarde aparece como um momento crítico para as mulheres porque coincide com a sobreposição de funções sociais: trabalho, cuidado de familiares, deslocamentos e obrigações domésticas. Lélia Gonzalez (1988) aponta que o acúmulo de jornadas, o racismo, o sexismo e a divisão desigual do trabalho, coloca a mulher negra em situação de maior exaustão e vulnerabilidade.

A violência que ocorre nesse período é, portanto, consequência direta da sobrecarga estrutural imposta a essas mulheres.

Nos dados masculinos, o pico noturno indica uma hipereposição associada à criminalização e ao policiamento seletivo. Michel Foucault (1999) descreve que o poder disciplinar produz corpos úteis e dóceis; contudo, para os corpos negros, esse regime colapsa rapidamente no turno noturno, dando lugar a um poder soberano que age matando. A noite se torna, assim, o tempo em que o disciplinamento é substituído pela eliminação, resultado de uma política de segurança que legitima a morte do jovem negro em nome da manutenção da ordem.

Angela Davis (2016) chama atenção para a necessidade de compreender as mortes masculinas e femininas de forma articulada, não como fenômenos isolados. Para a autora, o encarceramento, a violência policial e o feminicídio são expressões diferentes de uma mesma lógica de controle racial e patriarcal. A discrepância numérica entre as mortes masculinas e femininas reflete não apenas contextos distintos de violência, mas também a interseção entre raça, gênero e classe, que distribui os riscos de acordo com essas posições sociais.

A madrugada, sendo o período de menor iluminação pública e menor fiscalização comunitária, opera como um espaço-tempo de anomia controlada. Mbembe (2018) descreve que, em contextos de guerra interna, o Estado governa produzindo áreas e momentos onde sua presença é seletiva, permitindo que atores armados, inclusive as próprias forças policiais, exerçam decisões soberanas sobre a vida. O aumento das mortes masculinas nesse período confirma essa dinâmica, mostrando que a madrugada funciona como laboratório de práticas necropolíticas.

Por outro lado, à noite, período de maior circulação de lazer, deslocamento e convivência, torna-se um momento de maior vulnerabilidade para as mulheres porque coincide com o retorno ao lar, com confrontos domésticos e com a intensificação de conflitos afetivos. A violência de gênero registrada nesse horário é reflexo das tensões acirradas em relações marcadas pela desigualdade. Rita Segato (2012) argumenta que essa violência é uma “mensagem aos homens”, mostrando que a dominação patriarcal deve ser reafirmada sempre que necessário, inclusive nos momentos de intimidade noturna.

Assim, os dados apresentados no Gráfico 21 revelam uma profunda geopolítica do tempo, na qual homens e mulheres ocupam temporalidades distintas de risco. Para os homens, a morte se concentra no tempo liminar da noite e da madrugada, períodos nos quais o Estado exerce seu poder de matar com maior intensidade. Para as mulheres, a violência se distribui ao longo do dia, indicando que o patriarcado opera continuamente, sem pausa temporal.

Destarte, à luz das reflexões de Fanon (2008), Mbembe (*op. cit.*), Gonzalez (1988), Segato (*op. cit.*), Davis (2016), Nascimento (2021), Carneiro (2023) e Sodré (2002),   possível afirmar que a temporalidade da morte na microrregião de João Pessoa–Sapé reflete o entrelaamento estrutural entre racismo, sexismo e desigualdade social, elementos que moldam os horários em que cada corpo pode viver e morrer no Estado da Paraíba e no Brasil.

1.7 MVI por raça/cor

De acordo com o FBSP (2025, p. 10), em 2023, no Brasil, o  ndice de violência contra pessoas negras atingiu 82,7%, com maioria composta por homens negros na faixa etária de 12 a 29 anos.

A chance de uma pessoa negra morrer por intervenção da polícia é 3,8 vezes maior que uma pessoa branca. E quando tratamos de violência contra a mulher, as mulheres negras estão em maior vulnerabilidade. Os crimes de feminicídio apontam um total de 1.467 casos ocorridos em 2023, dentre os quais 63,6% das vítimas são mulheres negras, tendo sido a maioria morta dentro de suas residências. Ainda no mesmo ano, ocorreram 83.998 estupros; desse total, 88,2% das vítimas são formados por mulheres e 52,2% são mulheres negras.

O Atlas de Violência (FBSP, 2025) demonstra um cenário semelhante, com o índice de violência mais alto concentrado nas regiões Norte e Nordeste. A constatação é de que, conforme o IPEA (2024, p. 56 apud FBSP, 2025), as chances de uma pessoa negra ser vítima de violência letal é “23,7 vezes maior do que para uma pessoa não negra”

Sob uma perspectiva sócio-histórica decrescente, consoante aos dados do IBGE (2022, p. 11), os números encontrados que envolvem MVI por raça/cor, mostram alta desigualdade na taxa de homicídios por cor ou raça, pois em 2020, as pessoas de cor ou raça parda apresentaram taxa de 34,1 mortes por 100 mil habitantes e as de cor ou raça preta de 21,9 mortes, o que representa quase o triplo e o dobro, respectivamente, da taxa observada entre as pessoas de cor ou raça branca, 11,5 mortes por 100 mil habitantes. Ressalta-se que a diferença entre as taxas de homicídios de pardos e brancos aumentou ao longo da série, dado que em 2012 era de 2,4 vezes. Esse tipo de violência atinge principalmente os homens, que, em 2020, apresentaram uma taxa de 44,5 mortes por 100 mil habitantes, enquanto para as mulheres foi de 3,6 mortes. Ou seja, a taxa de homicídios de homens foi 12,5 vezes maior do que a de mulheres. Essa diferença se manteve estável ao longo da série histórica iniciada em 2012, demonstrando o aspecto estrutural neste tipo de violência física. Desmembrando por sexo e cor ou raça, a maior taxa foi observada entre os homens pardos (64,3 mortes) e em seguida pelos homens pretos (41,4 mortes), assim como entre as mulheres foram as pardas (4,6 mortes) e as pretas (2,7 mortes) as que mais sofreram essa violência.

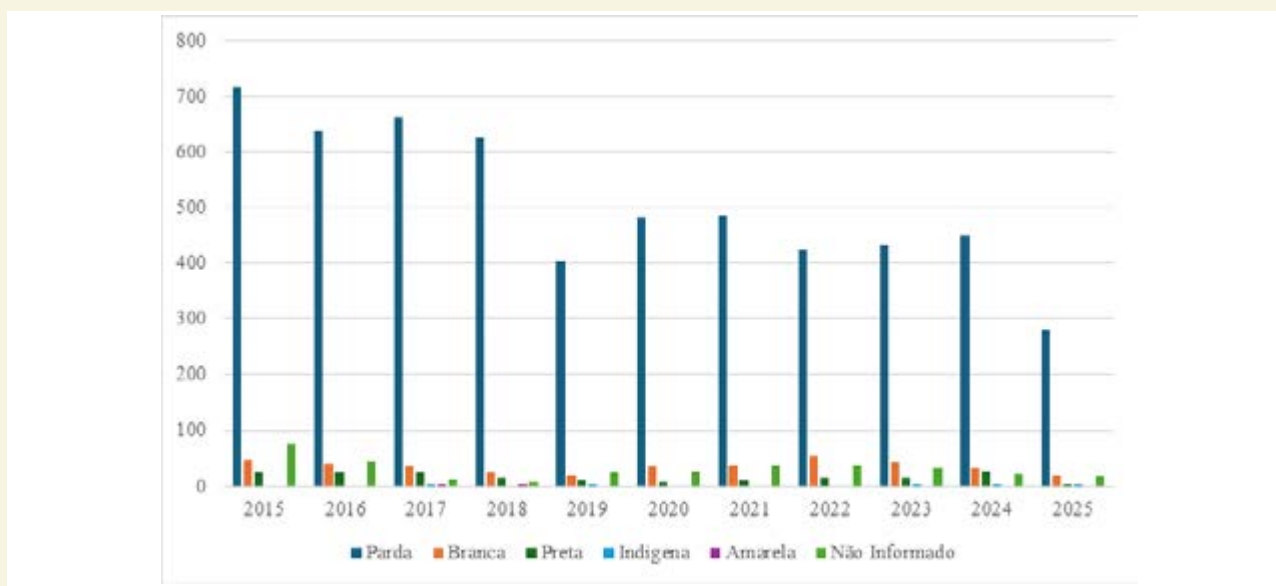
Retomando a primeira seção deste Relatório que trata do contexto territorial, enfatizamos ainda nesta seção que sobre raça/cor, no estado da Paraíba, conforme os dados do FBSP (2025) e o Atlas da Violência que utilizam como base demográfica oficial os dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE para calcular as taxas de violência, os percentuais populacionais da Paraíba considerados por esses estudos são, em relação a população negra (preta e parda) uma maioria habitacional, somando 63,5% dos habitantes. Pardos seriam 55,5% e pretos 8,0%.

O Anuário 2025 (FBSP, 2025) aponta a Paraíba como o estado com o maior crescimento proporcional de registros de racismo no Brasil (mais de 390% em um ano). Esse dado é analisado considerando justamente que mais da metade da população do estado é negra, evidenciando a tensão racial e a melhoria nos registros de denúncia.

Acerca da população indígena na Paraíba, esta representa cerca de 0,8% do total. Ressaltamos que o Censo 2022 trouxe um aumento significativo nesse número devido à nova metodologia que pergunta “você se considera indígena?” mesmo para quem não se declara indígena no quesito “cor ou raça”. A maior concentração está no Litoral Norte (territórios Potiguara) e em áreas urbanas. De modo geral, 63,5% é o dado consolidado do Censo utilizado para o cálculo das taxas de homicídio e violência racial nos relatórios de 2024/2025 (FBSP, 2025).

Adiante, o Gráfico 24 retrata os homicídios de raça/cor de jovens negros entre 12 e 29 anos, durante o interstício de 2015 a 2025, na zona da Mata Paraibana.

Gráfico 24 - Óbitos por Raça/Cor de Jovens Negros entre 12 e 29 anos, entre 2015 e 2025



Fonte: NACE/SEDS/PB (2025).

Quadro 17 - Quadro informativo de óbitos a partir de identificação de raça/cor, de jovens negros, entre 15 e 29 anos no Estado da Paraíba, no período de 2015 a 2025

RAÇA/COR	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
parda	715	638	661	626	404	481	485	424	434	450	281	5.599
branca	46	39	35	26	19	35	37	54	41	31	21	384
preta	25	24	25	14	11	8	11	15	15	28	4	180
indígena	0	0	1	0	2	0	0	0	1	1	1	6
amarela	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3
não informado	75	45	13	9	25	28	37	36	33	22	18	341

Fonte: IBGE (2022).

A distribuição racial dos óbitos analisados no Relatório de dados oriundos do NACE/SEDS/PB (2025) revela, conforme o Gráfico 24, uma predominância expressiva da categoria “parda”, configurando um padrão estrutural de vitimização que atravessa a história social brasileira. Tal predominância não pode ser lida de forma isolada: a categoria “parda”, historicamente construída, decorre de mecanismos coloniais de miscigenação forçada, políticas de branqueamento e classificações sociais ambíguas que, muitas vezes, mascaram experiências concretas de negritude e desigualdade. Assim, a concentração de óbitos entre pessoas classificadas como pardas aponta para uma exposição contínua de populações racializadas à violência letal e a contextos de vulnerabilidade. O Quadro 17 também registra a supremacia de pessoas pardas como composição da negritude no estado da Paraíba.

Além disso, o Relatório também registra um contingente significativo de casos com raça/cor “não informada”, o que evidencia fragilidades na produção de dados e limita a precisão da análise. A incompletude dessas informações reflete, por sua vez, desigualdades institucionais que seguem naturalizando a negligência no registro das vidas e mortes de corpos racialmente marginalizados. Em termos de política pública, essa lacuna de dados indica urgência na qualificação das equipes responsáveis pelas notificações e no aprimoramento das rotinas administrativas.

Embora a categoria “preta” apresente quantitativo inferior ao grupo “pardo”, é necessário reconhecer que dinâmicas institucionais, práticas burocráticas e entendimentos locais de cor e raça podem contribuir para a recategorização de pessoas negras como pardas, particularmente em contextos periféricos. A literatura crítica brasileira (Gonzalez, 1988; Carneiro, 2003) demonstra que tais ambiguidades produzem efeitos diretos na formulação de políticas antirracistas. Assim, mesmo com números oficialmente menores, é plausível afirmar que grande parte das vítimas classificadas como pardas vivenciam, socialmente, um lugar de negritude e subalternidade.

A presença residual das categorias indígena e amarela, embora proporcionalmente pequena no relatório (NACE/SEDS/PB, 2025) não deve ser interpretada como insignificante. Em diversos territórios, populações indígenas enfrentam subnotificação sistemática em registros de violência, especialmente em áreas urbanas, o que inviabiliza análises precisas sobre sua real exposição a riscos letais. É fundamental reconhecer que cada registro representa não apenas uma vida interrompida, mas a ruptura de vínculos comunitários, culturais e históricos.

A leitura da distribuição racial dos óbitos deve ser articulada com a territorialidade analisada no documento (NACE/SEDS/PB, *op. cit.*) que demonstra concentração de mortes em áreas socioeconomicamente precarizadas, marcadas por desigualdade urbana, presença limitada do Estado e circulação intensiva de armas de fogo. Tais territórios, predominantemente habitados por populações negras e pardas, operam como espaços onde a vulnerabilidade social se converte em vulnerabilidade letal fenômeno compreendido de forma aprofundada pelos estudos de Mbembe (2016) sobre necropolítica.

A partir da perspectiva fanoniana, a persistência da violência letal contra corpos racializados evidencia a continuidade das estruturas coloniais que definem, historicamente, quais vidas merecem proteção e quais são descartáveis. Frantz Fanon (2008) identifica que a violência contra populações negras não é um colapso eventual do Estado, mas um dos mecanismos centrais de sua constituição histórica. Nesse sentido, o relatório (NACE/SEDS/PB, *op. cit.*) nos apresenta que a morte de pessoas pardas e negras não se distribui ao acaso, mas segue padrões herdados de uma ordem colonial e racista.

O aporte foucaultiano também é fundamental para compreender o fenômeno. Ao relacionar os mecanismos de disciplina, biopoder e gestão diferencial da vida, Michel Foucault (1987) demonstra que o Estado moderno opera por meio de seleções e hierarquias corporais. No caso analisado, a combinação da vigilância policial, da criminalização seletiva e das desigualdades territoriais expõe corpos negros e pardos a riscos muito superiores aos enfrentados por populações brancas.

O Relatório (NACE/SEDS/PB, *op. cit.*) também evidencia que as mortes violentas estão relacionadas a múltiplas vulnerabilidades: insuficiência de políticas de juventude, desigualdade de oportunidades educacionais, desemprego estrutural, circulação de armas e atuação de grupos armados. Essas vulnerabilidades, no entanto, incidem de forma diferenciada conforme a racialização dos territórios, apontando para uma lógica estrutural que associa cor, classe e espaço urbano.

Outro aspecto relevante é a necessidade de leitura interseccional articulando raça e gênero, conforme indicam Angela Davis (2016) e Patricia Hill Collins (2019), uma vez que envolvem estruturas históricas de opressão, desigualdades materiais e regimes de dominação que atravessam simultaneamente as dimensões racial, de classe e de gênero.

De acordo com Castro e Soares (2024, p. 192), em direção a pedagogia decolonial crítica, a Françoise Vergès (2020) defende um feminismo que aprende na coletividade. Um feminismo que abarca a multidimensionalidade, em que a potência da interseccionalidade não se faz enquadrando

raça, sexualidade e classe como categorias que se excluem mutuamente. Para a autora (*op. cit.*, pp. 38-39), a compreensão dessas dimensões precisa contrapor, no sentido de reexistir, sobre como “o poder racista e heteronormativo cria não apenas exclusões precisas na intersecção das dominações, mas molda todas as proposições sociais e subjetivas, inclusive entre aqueles que são privilegiados”. A abordagem multidimensional quebra hierarquias de lutas identitárias sob parâmetro isolado e exclusivo e colabora para que se aprenda em princípio sobre como “o modo pelo qual a produção e a reprodução social se articulam historicamente” Françoise Vergès (2020) acrescenta que o feminismo decolonial como imaginário utópico visa resgatar da história da escravização, concebendo a quilombagem como política de desobediência e assim, combater a colonialidade do poder (Castro e Soares, 2024, p. 190-191).

Ressaltamos que para ressignificar a concepção de segurança humana, torna-se pertinente a luta contra a militarização acelerada da sociedade, estando a concepção de segurança nas mãos do exército, pois esta força armada estabelece como regras de controle social a hierarquia atrelada à valoração da classe social e prioridade de gênero cisheteromasculinista como parâmetro para controle social.

É fundamental para administrar a segurança pública, considerar a questão da desigualdade de poder. Sob a ótica de combater iniquidades de gênero enquanto estrutura social, urge priorizar o diálogo protagonizado por mulheres racializadas, pessoas não-binárias indígenas, periféricas, jovens negros, ou seja, pessoas vítimas de racismo que imponham as formas do diálogo. Françoise Vergès (2020) critica a uma esquerda que considera que o debate sobre raça omite a questão de classe e, pois, assim, colaboraria com a direita neoliberal.

Nessa conjuntura, a interpretação dos dados apresentados pelo NACE/SEDS/PB (2025) reforça que a letalidade racial não pode ser enfrentada exclusivamente por medidas repressivas protagonizadas por homens cisheteronormativos (Butler, 2018).

De acordo com Miez (2024), enfatizamos que é na manutenção de privilégios e benefícios sociais, que o “pensamento-corpo” cisheteronormativo é sustentado, seja pelo controle e dominação que performam a masculinidade hegemônica e/ou pela punição para aqueles que não a performam (Soares e Costa, 2025, p. 62).

A literatura internacional e nacional demonstra que políticas baseadas na intensificação do policiamento tendem a aprofundar desigualdades e aumentar a violência estatal. Programas de prevenção social, redução de armas de fogo, fortalecimento de redes comunitárias e investimentos em juventude negra configuram alternativas comprovadamente mais eficazes.

Do ponto de vista metodológico, a análise também demonstra a necessidade de ações permanentes para qualificação e auditoria dos registros de óbito. A existência de categoria “não informada” em proporções relevantes compromete o diagnóstico da desigualdade racial e, portanto, deve ser considerada uma falha institucional grave. Recomenda-se, assim, a implementação de protocolos de preenchimento obrigatório, formação continuada e fiscalização administrativa.

Outro ponto estruturante da análise é a necessidade de transparência pública dos dados. Publicações anuais com detalhamento por raça, território, idade, instrumento utilizado e vínculo autoral são fundamentais para possibilitar avaliação e formulação de políticas baseadas em evidências. A ausência dessas informações, além de dificultar o trabalho acadêmico, fragiliza o controle social sobre os agentes públicos.

Do ponto de vista teórico-político, a leitura articulada de Frantz Fanon (2008), Achille Mbembe (2018), Michel Foucault (1999), Lélia Gonzalez (1988) e Sueli Carneiro (2005) permite afirmar que

a racialização da morte não é um fenômeno acidental, mas sim a expressão contemporânea de estruturas históricas profundamente enraizadas. Os dados apresentados por NACE/SEDS/PB (2025) reconstróem empiricamente essa estrutura, oferecendo uma base documental fundamental para ações governamentais, acadêmicas e comunitárias.

Reconhece-se que nenhuma política de enfrentamento da violência terá eficácia enquanto não incorporar centralmente a variável raça. A predominância de óbitos entre pessoas pardas e negras exige políticas afirmativas, investimentos em territórios periféricos, controle rigoroso de armas, fortalecimento de vínculos comunitários e mecanismos de responsabilização estatal. Somente a articulação dessas estratégias poderá romper com o ciclo de morte que atravessa de forma persistente a história social brasileira.

No tocante ao histórico social do país, não há como desconsiderar o entendimento de raça/cor desassociado a dogmas e crenças religiosas. Sob esse ponto de vista, a presença da religião afro-brasileira no país é, grosso modo, o que sustenta a reintrodução de um repertório simbólico que permite a constituição da etnicidade (Castro e Soares, 2024). Rita Segato (2014) sublinha que mudanças religiosas atreladas a interesses políticos, têm em comum o fato de serem percebidos como periféricos e esquecidos dentro de uma sociedade em cujo conjunto de representações dominantes não têm lugar, perfil, presença. Segundo a autora (*op. cit.*), ao contexto brasileiro, raça deveria ser compreendida por seus respectivos contextos, em que encontra sentido, devendo ser uma marca corporal do curso de uma história de alteridade. Nesse sentido, compreender raça implica colocar o conhecimento em relação às formações nacionais de alteridade. Para Segato (*op. cit.*), identidade é o que estabelece dinamicamente um território, um corpo, um espaço e que há que revisitar políticas de identidade, em seus fatores multifacetados e plurais, mas que não nos enganemos, sob a égide liberalista, de avançar, a partir da necessidade de revisão para formar outras relações no território (Castro e Soares, 2024).

Assim, considerando as microrregiões da Mata Paraibana, em cada contexto, formações de alteridades, devem-se levar em conta, a instituição cultural, no decorrer da história, das relações de seus povos (leia-se, entendimento de raça, formação étnica em suas miscigenações e vivências religiosas, em seus matizes). Há de se reler, sim, as distorções criadas, de fundo eurocêntrico, por definições universalistas como guia para propostas de governo e movimentos sociais, que não abarcam o verdadeiro sentido de nação para cada povo em seu município, sua região territorial (Castro e Soares, 2024, p. 199).

1.8 Grupo focal sob a perspectiva de Direitos Humanos, Segurança Humana e Segurança Pública

Neste mapeamento de extermínio das juventudes negras, realizando um recorte da zona da Mata Paraibana, e arriscamos mencionar, que considerando as diferenças culturais e territoriais estampam a realidade brasileira, quer seja por dados do FBSP (2025), do NACE/SEDS/PB (2025), além da descrições de relatos da “realidade viva” local, a partir do grupo focal (Minayo, 2014; Gatti, 2005) realizado com jovens, em supremacia, negros(as) periféricos(as) de um município da região metropolitana de João Pessoa, realizado no segundo semestre de 2025, em parceria com uma entidade não-governamental sob cooperação internacional, apreendemos, de modo geral, que a

reprodução estrutural cisheteronormativa, hierarquizada em camadas sociais de privilégios, e, de educação em direitos humanos pautada no punitivismo e encarceramento se mantém estruturada na sociedade.

Acerca da metodologia aplicada, após esclarecimento da temática da pesquisa que envolve o “Mapeamento das violências sofridas por adolescentes e jovens negros e periféricos no estado da Paraíba entre os anos de 2015 a 2025”, por parte do GEVISP vinculado ao PPGDH da UFPB, e, do objetivo de traçar possibilidades de maior equidade social envolvendo a questão racial e de classe social, em perspectiva interseccional, relacionado ao atendimento prestado pela segurança pública às comunidades periféricas do estado da Paraíba, o grupo focal (Minayo, *op. cit.*; Gatti, *op. cit.*). O acordo estabelecido foi de participação voluntária, mantida em sigilo e a garantia que, de forma alguma, a identidade pessoal seria publicizada na análise de conteúdo (Bardin, 2016) e em qualquer teor de divulgação da pesquisa.

Dada a transcrição das falas, em especial, ao conteúdo que envolve direitos humanos, segurança humana e segurança pública, observamos que ao indagarmos acerca da questão “Qual a sua compreensão acerca do termo ‘violência’?” no sentido de ser respondida como nuvem de palavras, as respostas prevaletentes foram associadas de imediato aos termos: *polícia*, seguidas por *abordagem policial*, *agressão*, *covardia*, *morte*, e, *conflito policial*.

Nesse contexto sobre violência, o termo *facção* foi associado à *vida errada*. Por conseguinte, ao serem perguntados(as) “Quando falamos em facção, essa palavra está associada à tráfico”, houve um silêncio seguido por uma única resposta: *acho que facção também está ligada à violência*.

Acerca do conteúdo a respeito de “violência doméstica”, ao serem questionados(as) sobre “Algum de vocês já vivenciaram um contexto de violência doméstica?” as respostas foram relacionadas a relatos envolvendo agressões físicas entre familiares que viviam na mesma casa, e ainda que, a resolução do crime não envolveu agentes da segurança pública e outras políticas públicas como busca de garantia de direitos da vítima mulher, e sim, que *foi levado pra facção e aí, lá resolveu o assunto*. Ao serem perguntados(as) acerca da incidência de violência doméstica estar associada ao uso de álcool ou quaisquer outras substâncias psicoativas, as respostas foram: *“pode tá bom, pode tá bêbado, isso não faz diferença; “na minha opinião, influencia, porque quando a pessoa tá bêbada, ela não pensa naquilo que ela não faz. Qualquer coisa que tiver ali, o cara bêbado, é só fazer o ato”*.

Sobre o tema “violência étnico-racial envolvendo a abordagem policial”, ao serem questionados(as) “na opinião de vocês, há diferença na abordagem policial envolvendo pessoas negras e não-negras?”, as falas em supremacia foram concordando com a diferença da abordagem pelo fato em si da origem étnico-racial da pessoa a ser abordada, em que pessoas negras são mais abordadas e de forma mais violenta. Houve um posicionamento de que, a educação, através do letramento racial por meio da expressão artística teve um efeito positivo de conscientização, afetando a percepção dos(das) jovens sobre a temática da negritude, a partir de uma atividade escolar através da arte: *“a atividade na escola foi muita linda, a gente pôde ter mais conhecimento sobre aquele assunto. Antes desse evento eu não tinha esse tipo de conhecimento, mas, ali, pude ter um olhar mais aberto, coisas que eu não sabia disso”*, relacionando a mudança de visão nas relações sociais sobre a percepção anterior ao entendimento de “igualdade racial” sob uma visão democrática de direitos.

A respeito da temática mais específica aprofundando “segurança humana” e “segurança pública”, ao serem perguntados(as): “Na percepção de vocês, qual a compreensão acerca do termo ‘segurança pública’?” Após olhares cruzados e gestos silenciosos, as duas falas consistiram em: *“Não existe; O nome certo é ‘violência pública’*.”

Dado o cenário das respostas associando “polícia” à “violência”, a questão seguinte foi “Qual seria ou deveria ser a função profissional do policial”? Sob o entendimento dos(das) respondentes: *“Eu fiz uma pergunta dessas a um policial: Sr., por que quando a polícia aborda, aborda com violência? Ele perguntou se eu já fui abordado, ficou olhando pra minha cara e não me respondeu”*. O(a) participante acrescentou a informação de que, nessa ocasião, a pergunta foi feita a um policial militar e que desconhecia a patente. Em outro posicionamento, o pronunciamento foi: *“no olhar deles, eles já olham pra gente com olho de marginal”*. Os adereços, as vestimentas também foram associados ao contexto de abordagem policial, em que a percepção identitária de quem é “bandido” ou “cidadão de bem” se dá pela marca/etiquetagem da roupa e acessórios pessoais: *Dependendo do modelo da roupa, já chegam esculachando*. Outra fala complementou: *o cara depois de apanhar, “que ele sai certo, se aparecer com uma pena ou boné, é tchau!”* Outra situação mencionada foi de que em um contexto de risco de vida envolvendo violência, e que havia uma mulher como vítima, *“os policiais pra apertar atiraram nela e ela caiu morta. Há um descuido do policial, ao invés dele fazer segurança. Mesmo a polícia tentando salvar, ela acabou morrendo”*. Sobre essa questão, houve ainda a percepção de que: *“ não se tem uma visão do que é a polícia hoje, ao invés dela está protegendo os cidadãos, hoje a própria comunidade prefere procurar a própria facção pra resolver qualquer problema da comunidade do que envolver a polícia. Se a gente for procurar a polícia, a gente é questionado porque foi procurar a polícia e não falar com eles, tem toda essa problemática dentro das comunidades em geral, que acaba ocasionando isso. A gente não tem segurança da polícia até pelo simples fato das abordagens”*. Sobre opiniões em relação a uma possível resolução para a segurança pública nas comunidades em geral, ao serem indagados(as) sobre “Quem resolve mais, a polícia ou a facção?” As respostas foram unânimes: *“a facção. Se for perguntar a qualquer cidadão de qualquer comunidade, a resposta vai ser sempre essa. Como exemplo: Como foi mencionado, uma agressão à uma mulher, geralmente muitos casos procura-se a facção. Teve um cara que se denunciou pra polícia porque cometeu um ato sexual contra uma criança. Ele próprio procurou a polícia porque já teria levado pra facção que ele tinha feito esse ato. Ele com medo disso preferiu recorrer a polícia pra se proteger. Hoje, o pessoal procura mais a facção do que a própria polícia”*. Houve a concordância do entendimento de que com a atuação da facção, a justiça ocorre de modo imediato, acrescentando que *as facções fazem coisa de errado, mas esse negócio de mexer com criança é morte certa, não tem perdão. Mas, na polícia, ele também vai sofrer o dobro, porque querendo não é criança, ne?!* Outro(a) participante adicionou: *Se mexer com mulher vai pro tribunal do crime.*

Acerca da possibilidade de linchamento como reação de indignação da comunidade sobre crimes experienciados, o relato foi de que *“nunca presenciei linchamento por parte da comunidade, só da facção”*.

Por conseguinte, sobre a temática que envolve “segurança pública ampliada” (Dias, 2011), conforme a compreensão dos Direitos Humanos enquanto política pública, ao serem perguntados(as) sobre exemplos de que *“Se as coisas já foram resolvidas entre os líderes da comunidade com a polícia, os agentes da segurança pública, em alguma atividade, algum projeto?”* E que, em caso afirmativo, *“Vocês já vivenciaram alguma experiência positiva nesse modelo? Os posicionamentos foram: “Já chegou a funcionar. Antes aqui tinha uma Unidade X⁵ aqui que era Y⁶, querendo ou não, teve um envolvimento com a Z⁷ que teve uma discussão com a política pública que acabou gerando um projeto, que teve seu benefício, que alguns já participaram desse mundo da cultura, mas que foi se*

5 A identificação do serviço foi omitida visando preservar o sigilo identitário do município nesta atividade do Grupo Focal (Minayo, 2014; Gatti, 2005).

6 Idem.

7 Idem. A referência relacionou-se à entidade não-governamental.

acabando devido as gestões. As gestões não só um manusear o policiamento em si. A ideia era de que a comunidade tivesse um olhar diferente da polícia e a polícia um olhar diferente da comunidade pra não ter a ideia de procurar primeiro a facção pra que o trabalho que deveria ser da polícia fosse realizado. Existiu essa X⁸ que tinha teatro, música, aulas pro ENEM que os participantes tiveram notas ótimas, mas, foi se acabando por conta de uma gestão de um comandante em si". A fala do(da) participante foi acrescida sob a contextualização da sobrecarga de trabalho dos agentes policiais, destacando que "os policiais que davam aula também estavam também nas abordagens comunidade e acabou tendo essa quebra aí o projeto foi se acabando. Se acabou no ano da pandemia, a partir dali já foi se desestruturando. Se iniciou em 2016 e foi até 2020. Outro(a) participante adicionou que havia medo com a proximidade da polícia e esse trabalho conseguiu surtir um efeito de desassociar a polícia como símbolo de perigo. Agora o medo das crianças, adolescentes e jovens tá voltando a ter medo da polícia dentro da comunidade".

A pergunta como desfecho sobre "segurança humana" e "segurança pública" se deu associada a educação sob a perspectiva correicional e punitiva associada à violência sacrificial (Sémelin, 2009; Girard, 1990): "Para quem infringe a lei, para quem comete um crime na sociedade, na opinião de vocês o que deveria ser feito, como lidar com essa situação? As respostas se resumiram a: "tinha que ser punido, tinha que pagar. Tem crime que dá pra ser considerado, ser preso, mas tem coisa que não merece perdão. Como exemplo: mexer com criança, com mulher, com minha família. Não. Tem crime que merece perdão. Ele tem que ser pago. Ele em que ser preso da forma certa".

Acerca da análise dos relatos colhidos neste grupo focal (Minayo, 2014; Gatti, 2005), em cotejo com os dados oficiais de violência (FBSP, 2025; NACE/SEDS/PB, 2025), revela um abismo entre a concepção teórica estatal, ainda que sob a égide liberal, de "Segurança Pública" e a "Segurança Humana" almejada pela população, que inevitavelmente faz parte da estruturação social de um modelo hierárquico a ser seguido em nome da paz social. O cenário descrito pelos(as) participantes materializa o que Ribeiro *et al.* (2025) denominam como "engrenagens de fazer morrer", onde a presença estatal não se manifesta como garantidora de direitos, mas como vetor de letalidade e controle necropolítico (Mbembe, 2016).

A nuvem de palavras evocada pelos(as) participantes, que associa imediatamente o termo "violência" a "polícia", "morte" e "abordagem", corrobora a tese de que, para a juventude negra, o Estado opera sob a lógica da necropolítica. Conforme Mbembe (2016), os relatos confirmam, na prática, que a soberania reside no poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer.

Nos relatos, a percepção de que "Segurança Pública" é, na verdade, "Violência Pública", denuncia a falência do contrato social nessas territorialidades, falência essa, estratégica como tecnologia de extermínio para gerir vidas. A polícia não é vista como instituição de proteção, mas como uma força de ocupação que exerce tanto o biopoder (Foucault, 2008) com o artifício afetivo impregnado pelo ódio, vergonha, nojo, humilhação (Ahmed, 2015) quanto da gestão da morte (Mbembe, *op. cit.*) como propósito de "desornamento social" através da morte" e não da vida. O subterfúgio (justificativa) utilizado é assegurar a paz comunitária. Como destaca Nascimento (1978), trata-se da continuidade histórica do genocídio do negro brasileiro, atualizado pelas estatísticas de intervenção policial que, segundo o FBSP (2025), atingem desproporcionalmente corpos negros.

A unanimidade dos(das) participantes quanto a questão de relações racializadas nas abordagens policiais evidencia o funcionamento do que Sueli Carneiro (2023) define como dispositivo de racialidade. A fala de que *dependendo do modelo da roupa, já chegam esculachando* demonstra

8 Ver Nota 6.

como a “etiquetagem” social opera na construção do “outro como não-ser” (Carneiro, 2005). A estética periférica (boné, roupas específicas) torna-se um marcador de alvo, legitimando a violência dita “preventiva” do Estado. Soares e Ribeiro (2025, p. 70) discutem como essas “ficções científicas” e categorias criadas socialmente servem para hierarquizar classes e raças, justificando políticas de encarceramento e extermínio. O corpo negro jovem é lido *a priori* como perigoso, uma construção colonial que, segundo Fanon (2008), fixa o jovem negro em uma zona de não-humanidade, a exemplo de: *No olhar deles, eles já olham pra gente com olho de marginal*. Essa frase sintetiza a vigilância constante descrita por Foucault (1987) em *Vigiar e Punir*, mas com um agravante racial: a vigilância não visa a correção, mas a eliminação ou a contenção territorial.

Um dos pontos mais críticos enquanto paradoxo social e ao mesmo tempo compreensível quando se trata de sobrevivência e estratégia subalterna para lidar com o abandono estatal gerido pela necropolítica (Mbembe, 2016) é a legitimação da “facção” como instância de resolução de conflitos, preenchendo o vácuo deixado pelo Estado. A narrativa de que a facção resolve casos de violência doméstica e abuso sexual infantil, em que, segundo relatos, *mexer com criança é morte certa* aponta para uma complexa dinâmica de poder.

A ineficiência ou estratégia proposital, se lida pelo viés da necropolítica (Mbembe, 2016) da segurança pública oficial empurra a comunidade para uma ordem paralela. Contudo, essa “justiça” da facção também segue o modelo estruturado de violência sacrificial e a ordem da penitência (Sémelin, 2009; Girard, 1990), é punitivista e letal. Observa-se aqui uma dupla violação ao que deveria ser compreendido como Direitos Humanos: o Estado falha em proteger as mulheres e crianças (violação por omissão e estratégia) e a facção “protege” através da execução sumária (violação por ação).

A retórica seria quem são os protagonistas do feminicídio no contexto brasileiro? Quem compreende que “bandido bom é bandido morto”? Quem associa a negritude a corpos inferiores e perigosos? Quem está ileso da compreensão e atitude heteromasculinista (Butler, 2018) e racista estruturada na sociedade? São mortes que cruéis que são visíveis e banalizadas.

Sob uma perspectiva interseccional (Collins, 2019; Gonzalez, 1988), as mulheres negras periféricas estão no cruzamento dessas opressões. Quando a polícia falha e a facção assume, a lógica patriarcal, considerando as diferenças territoriais, e violenta, se mantém. Como apontam Soares, Costa e Ribeiro (2025), as iniquidades de gênero e na gestão da violência reforçam a vulnerabilidade dessas mulheres, que muitas vezes não acessam a rede de proteção formal (Delegacias da Mulher) por descrença na justiça institucional.

Além disso, a reprodução do entendimento machista de objetificação do corpo da mulher e culpabilização desta pelo ato de violência, sustenta a compreensão de que, “deve-se pagar pelo que fez” e o lugar social de que o lugar social digno da mulher é estar sob a condição de ser “cuidada” (vigiada e controlada)/casada por/com um homem, em uma perspectiva binária, é a salvação (consolo) de existência identitária, o silêncio e o medo torna-se a esperança de justiça social da desumanidade contemporânea.

Ratificamos que, artifícios tecnológicos, inteligência artificial, redes sociais e a indústria bélica são exemplos de atuarem como os grandes comandantes do crime, ou seja, do extermínio de vidas. Quem comandam esses recursos?

A guerra às drogas e o tráfico têm sido, em tempos atuais, massas de manobra como justificativa da insegurança pública. O modelo imperialista (Ballestrin, 2017) prossegue com os de-

tetores do lucro através de multinacionais, orquestrando as mortes, e utilizando como “fantoques” operadores quer sejam da milícia, quer sejam de facções.

A teia perversa social não traz condições de parâmetros de ressignificação alijada a hierarquização de poder. O contraponto, na visão dos jovens, reproduz a polaridade de o “estado” republicano como a esperança de salvação social *versus* a desesperança do inimigo “agente policial” - o qual é o representante estatal bem assentado na patente que designa poder hierárquico - de atestar a penitência de dignificação humana “aos excluídos da lei – que promete garantia de direitos humanos”. Torna-se impensável a gestão comunitária segura sem os donos do poder, quer seja a milícia, o agente policial e o representante da facção que controla determinados municípios, como uma espécie de poder paralelo estatal. Autonomia enquanto ser no mundo, o direito de ir e vir, de criar e de existir em perspectiva saudável sob o ponto de vista coletivo, no ponto de vista dos jovens, passa a ser uma ilusão. A revolta aliada à submissão do sistema colonialista, de forma perversa e contraditória, desemboca em culpabilização de escassezes para sobrevivência, quiçá, para qualidade de vida saudável. Com isso, há de se reconhecer que o estado, as comunidades, as relações sociais estão adoecidas e se matando na reprodução de algoz (herói) e inimigo a ser combatido.

Nesse sentido, legislações podem ser reproduzidas sob uma suposta garantia universal de sobrevivência básica, em que a generalização de direito à arte, cultura e lazer, por exemplo, não apresenta modos viáveis de acessibilidade. Há ainda a impregnação da hierarquização sobre existir e se sentir pertencido através da racionalidade. Uma linha de pensamento é sustentada através da exclusão. Em uma visão antropocêntrica, ainda que sob parâmetro decolonial, o desenvolvimento hierárquico, colocando o ser humano acima das outras espécies leva ao pensamento sob produção colonial da conquista e exploração das coisas e dos seres. Segundo Danttas (2024), a arte, por exemplo, não é uma invenção humana, há uma sabedoria integrativa em expressão de afeto em outros seres. Mas, a espécie humana ainda acredita ser impermeável.

Como respiro, aparentemente em contrapartida à lógica punitiva, o relato sobre o impacto positivo do letramento racial através da arte na escola aponta caminhos que despertam afetos de esperança e boa qualidade de vida para a Segurança Humana, em especial, à liberdade sobre o direito de ir e vir. A menção de que *a atividade na escola foi muito linda* e gerou *conhecimento* valida as teses de Sodré (2002) e Neves e Juará (2025) sobre a potência da educação antirracista e das territorialidades culturais. Entretanto, a experiência descontinuada da *Unidade X*, que oferecia teatro e música e reduzia o medo da polícia, demonstra que políticas públicas integradas (como, segurança e defesa social; cultura; e, educação) que se propõe à justiça social ao dignificar vidas, são pacificadores da existência. O desmantelamento desse projeto que *foi se acabando devido às gestões* reflete a força da necropolítica (Mbembe, 2016) retratando a descontinuidade administrativa que assola as políticas sociais no Brasil, transformando direitos que deveriam fluir continuamente em projetos de governo passageiros.

A arte está pautada pelo capitalismo, a estabilidade, a projeção de valor ao tempo. A arte é dinâmica e existe para transformar pessoas e se transformar enquanto processo. Arte e ciência se convergem, porém, a curiosidade de ser investigador não é interessante ao controle do capital. Ainda insistimos em acreditar que a arte é uma invenção humana. A arte acaba sendo padronizada. Conviver é ter vida em comum, porém excluimos seres não-humanos. Espécies são padronizadas e hierarquizadas. Há 8,7 milhões de espécies no mundo (Danttas, 2024), entretanto, a hierarquização do pensamento, não possibilita convivência integrada. Entendemos ter o direito de tirar a vida de outras existências. A criação não importa com outras espécies. Há uma desconexão com essa multiplicidade de espécies. O ato exploratório e escravocrata se reproduz, por exemplo, atra-

vés da criação da robótica. Essa tecnologia não possui como propósito fim a democratização. A fronteira entre arte, natureza, criação parecem não serem permeáveis em função do pensamento exploratório. O tecnicismo distante da natureza, a artificialização da criatividade é um modo de reprodução colonialista, ainda que se diga com o propósito decolonial (inclusivo, integracionista).

Em um contraponto à Decolonialidade (Quijano, 2000), ainda fazemos retratos de nós mesmos, não utilizamos a arte para ver o mundo, a capacidade de olhar é egocêntrica, antropocêntrica, cronológica. Não existimos considerando que nossas moléculas são bacterianas, por exemplo. Entendemos a bactéria como sociedade? Colonizamos espécies. A capacidade de renascer e recriar ainda é hierarquizada e reproduz ficções para dominações. A arte não é exógena da sociedade, é reflexo da sociedade (Danttas, *op. cit.*).

Como decolonizar o sistema sociopolítico sustentado por nossas próprias reproduções em nossa forma de existir e se relacionar? O nosso *modus-operandis* é colonial, nos entendemos como espécie superior. Qual a reprodução social artística que jovens negros periféricos têm a chance de exercer? Que possibilidades de existir sem a chancela do modelo estatal? A satisfação do próprio desejo implica em escravizar a nossa relação com o outro e o mundo em uma referência de superioridade e inferioridade. A performance da matriz de inteligibilidade (Butler, 2018) condiciona a nossa existência. “Queremos que alguém seja escravizado a nossa vontade. Trocamos o vetor, mas continuamos colonizadores no ato, há “sempre” uma referência a ser seguida, por exemplo, “Deus, o salvador”. A forma de vestir, comer, falar, estar com o outro é ensinado, aprendido e validado pela epistemologia colonizadora da troca de interesses. Ao nomear educação pela expressão da arte, de que educação nos referimos, que parâmetro e epistemologia “encarnamos”? Como driblamos a censura do não passível, de acordo com o ordenamento social (Foucault, 2008)? A escapatória inconsciente do afeto, no sentido de encantamento, talvez, nos dê o respiro de encontrar-se com a beleza, estética, ser senciente, criação singular/inventividade (própria) no coletivo. Há a necessidade de ser emocionado(a) pela expressão para a chance de não ir célere ao mundo distópico (Danttas, 2024).

Imersa nas provocações de Danttas (*op. cit.*) o sincretismo cultural e religioso, acerca da temática da arte enquanto expressão de vida, nos revela que, ainda que compreender semanticamente e etimologicamente (pela linguística) línguas de povos originários do Brasil e se os termos e hábitos culturais em si, se a cosmovisão politeísta e a cosmopercepção indígena em seus modos de vida, não passam por reproduções de papéis globalizados pela referência Ocidental, a partir de perspectivas excludentes e de aniquilamentos de vida. Como se abster do modelo da colonialidade do saber? Quais os limites de alteridade entre corpos?

Posto isso, não nos referimos à arte como não sendo recurso de potência política, melhor, de sobrevivência, de existência, de dignidade, apenas chamamos atenção ao direcionamento dos afetos ao sentido da inventividade, da criação artística, da intencionalidade da produção e compartilhamento social.

1.9 Grupo focal sob a perspectiva de saúde física e mental

Conforme a metodologia explicitada na seção anterior, a análise qualitativa desta seção enfatizará o grupo focal (Minayo, 2014; Gatti, 2005) sob o objetivo compreender como jovens negros(as) de um território periférico experienciam sua saúde mental, suas relações familiares,

escolares e comunitárias, e principalmente como elaboram a presença constante da violência em seu cotidiano. As narrativas coletadas revelam que a produção do sofrimento psíquico nessa juventude está enraizada em estruturas raciais e históricas que moldam as possibilidades de existência dentro da comunidade.

Nesse prisma, sob questões semiestruturadas que buscavam estimular a reflexão coletiva sobre fatores que influenciam o bem-estar emocional, questões como: “De que maneira o ambiente familiar e social influencia no bem-estar físico e emocional no bairro?” e “Quais tipos de situações de violência — doméstica, policial ou escolar — impactam na saúde mental de vocês?” permitiram que os(as) jovens articulassem suas vivências a partir de uma relação direta entre território, corpo e subjetividade.

Nas respostas a essas questões, emergiram relatos sobre o impacto direto da violência policial no cotidiano. As menções à “visibilidade da polícia covarde”, ao “medo da polícia” e à percepção de que “não existe segurança pública” que preserve a saúde mental da comunidade, evidenciaram um regime contínuo de ameaça. A referência explícita à mudança na gestão policial, citada pelos(as) jovens como um ponto de inflexão no clima de insegurança do território, reforça a ideia de que as dinâmicas policiais estruturam a saúde mental, e não apenas a segurança física.

Sob uma perspectiva decolonial (Quijano, 2000), essa relação entre juventude negra e aparato policial pode ser compreendida a partir da noção de necropolítica. Achille Mbembe (2016) argumenta que determinados grupos sociais, principalmente populações racializadas, são governados dentro de regimes que administram a morte como instrumento de controle. Os relatos do grupo focal (Minayo, 2014; Gatti, 2005) evidenciam precisamente esse cenário, no qual a polícia não atua como protetora, mas como agente de produção de medo.

A pergunta “Quando enfrentam um momento de crise emocional ou física, a quem vocês costumam recorrer primeiro?” abriu espaço para que os jovens relatassem a ausência de redes de apoio formalizadas. Muitos afirmaram recorrer “*primeiramente a amigos próximos ou a ninguém*”. O medo da exposição, a vergonha e a desconfiança nas instituições públicas foram elementos recorrentes, reforçando o quadro de desamparo subjetivo.

Essa ausência de apoio institucional revela o modo como o racismo opera no nível subjetivo, produzindo uma sensação de desproteção que Fanon (2008) denomina desumanização psíquica. Para Fanon (*op. cit.*), a condição colonial e, por extensão, a condição racializada não apenas controla corpos, mas invade o interior da consciência, moldando emoções, medos e expectativas de futuro.

Outra pergunta central foi: “Quais barreiras medo, vergonha, discriminação, distância, custo dificultam o acesso aos serviços de saúde mental?”. As respostas evidenciaram que *o acesso ao cuidado não é percebido como direito, mas como algo distante e muitas vezes inacessível*. A percepção de discriminação e julgamento, além da instabilidade dos serviços, reforça a sensação de que a saúde pública não contempla as especificidades da juventude negra.

Esses dados dialogam com Sueli Carneiro (2005), para quem o racismo institucional opera de forma silenciosa, restringindo o acesso aos direitos básicos e definindo quem merece ser cuidado. No caso da comunidade investigada, a combinação entre insegurança policial, precariedade de equipamentos públicos e estigmatização territorial constitui barreira direta à saúde mental.

As falas sobre violência escolar emergiram especialmente quando os jovens responderam à pergunta sobre situações que impactam sua saúde mental. Relatos de bullying, agressões, falta de intervenção de gestores e LGBTfobia marcaram as narrativas. Em um caso específico, um jovem relatou o *suicídio do companheiro em 2013, após tensões familiares relacionadas à orientação sexual dele*.

Esses relatos reforçam que a escola, quando não assume compromisso com práticas antirracistas e anti-LGBTfobia, torna-se espaço de reprodução de violência, e não de proteção. Angela Davis (2016) discute que instituições educativas podem perpetuar estruturas de dominação quando não se responsabilizam pela criação de ambientes críticos e libertadores.

No âmbito familiar, a pergunta sobre o impacto do ambiente doméstico no bem-estar emocional revelou um conjunto de relatos marcados por dor e sofrimento. Foram mencionadas seis tentativas de suicídio de um irmão, além de um episódio em que uma *irmã ingeriu veneno de rato para tentar tirar a própria vida*. Esses relatos apontam para a repetição transgeracional do trauma.

A discussão sobre trauma transgeracional é central na obra de Denise Ferreira da Silva (2022), que argumenta que a história da população negra no Ocidente é marcada por uma impossibilidade de proteção, resultando em uma subjetividade exposta e vulnerável. As falas dos jovens evidenciam essa dinâmica, mostrando que o sofrimento afeta não apenas indivíduos, mas famílias e gerações.

Outra dimensão fundamental emergiu quando os jovens responderam à pergunta: “Que iniciativas comunitárias fariam diferença para o bem-estar emocional?”. As respostas apontaram para a *importância da música, da dança e do teatro como práticas que fortalecem vínculos, reorganizam emoções e criam espaços de expressão crítica*. O teatro escolar, especialmente, foi apontado como ferramenta de elaboração simbólica do cotidiano.

Patricia Hill Collins (2019) reforça que a cultura e a criatividade negra são formas de resistência intelectual e emocional. No contexto do grupo focal (Minayo, 2014; Gatti, 2005), essas práticas aparecem como modos de recompor o tecido comunitário e ressignificar experiências de violência, independente de modelos de reprodução hierárquica de superioridade e inferioridade e/ou performance de gênero.

As falas sobre a facção também foram relevantes para compreender como a juventude organiza sua visão de autoridade e ordem. Ratificamos que, ao afirmarem que *a facção resolve*, os(as) jovens expressaram uma crítica direta ao Estado, percebido como ausente ou hostil. Essa reorganização da legitimidade revela uma disputa simbólica e material sobre quem exerce poder no território.

A presença da facção como mediadora de conflitos, inclusive em casos de violência doméstica, indica que o Estado “perdeu” o controle territorial. Essa realidade dialoga com análises decoloniais (Quijano, 2000) que observam como o Estado moderno, ao racializar a vida, cria zonas de não-direito.

Os relatos sobre a ausência de segurança no contexto de saúde física e mental, associados à mudança na gestão policial, também demonstram que a juventude percebe claramente quando políticas de controle se tornam mais agressivas. A insegurança deixa de ser acidental e se torna estrutural, produzindo efeitos diretos sobre a saúde emocional.

A análise revela que não se trata de patologizar a juventude, mas de compreender que o sofrimento psíquico é efeito direto de condições estruturais. A partir da lente racial, é possível afirmar que a saúde mental da juventude negra só pode ser analisada em diálogo com o racismo estrutural, a violência policial, as desigualdades institucionais e o luto repetido.

Em síntese, em consonância ao FBSP (2025), o grupo focal (Minayo, 2014; Gatti, 2005) evidenciou que a juventude da comunidade não sofre por fragilidades individuais, mas por viver em um território constantemente marcado pela violência, quer seja nos municípios de regiões metropolitanas, quanto em zonas rurais e territórios indígenas e quilombolas. Ao mesmo tempo,

esses espaços de troca, revela também caminhos de re-existência (Vergès, 2020), especialmente por meio de sonhos através da arte, da cultura e da organização coletiva.

1.10 Considerações espiralares em “começo, meio e começo”: Zona da Mata Paraibana

Este estudo visou contribuir trazendo criticidade baseada na teoria social que questiona “direitos humanos, segurança humana, segurança pública e saúde física e mental”, a partir do Mapeamento do direcionamento de mortes à jovens negros periféricos do estado da Paraíba, em especial, habitantes da Mesorregião da Mata Paraibana.

Como justificativa científica e social, esta pesquisa buscou trazer posicionamentos críticos e políticos que possam contribuir para o dismantelo da concepção de que “bandido bom é bandido morto”. O intento, através de dados que registram óbitos, instrumentos utilizados, a faixa etária, o gênero e a raça foi de corroborar a compreensão de processos sociopolíticos que regulam os parâmetros da segurança humana e pública que interferem na saúde física e integral, no direito de digno de existir.

A discussão pautou-se em contrapor valores apoiados na meritocracia, de purificação oriundo da cultura judaico-cristã, mantidos pela ciência positivista e punitivista, pelo encarceramento e da binaridade como norma.

Não obstante a diminuição de MVI de 2015 a 2025 no estado paraibano, em geral, chamamos a atenção de que as vidas que continuam sendo ceifadas são corpos jovens negros que vivem à margem do acesso de direitos a se ter uma vida digna e segura.

Como mira, o extermínio de corpos negros jovens, o tipo de instrumento utilizado para o extermínio revela a reprodução da impregnação subjetiva sobre como se matam homens e como se matam mulheres e na mão de quem “pode estar uma arma de fogo”. Objeto este que se associa à poder, fatalidade, e simbolicamente, à posse e virilidade. À mulher morta, em geral, é preciso ser eliminada sob a marca da subjugação, crueldade e humilhação, quer seja pelo estrangulamento, sufocamento e enforcamento.

Enquanto política pública, a administração pública, aqui em especial, à segurança pública, faz-se necessário sair do romantismo humanista neoliberal. Esta lógica dócil e produtiva humanista é falaciosa e a efetiva garantia de direitos em uma ótica equitativa não vigora para a massa populacional brasileira, composta por pessoas pretas, pardas e pobres. Direitos equitativos é dignidade à vida humana, considerando corpos e realidades distintas. Ressignificar o entendimento de que corpo, gênero e sexo, por exemplo, enquanto categorias sociais existirem com o objetivo de ordenamento social universal é o passo inicial questionar que outros parâmetros de gestão política se aproximam das reais necessidades (plurais) à massa populacional em seus respectivos territórios? Cultura, pertencimento, cidadania e protagonismo em perspectiva pluriversal precisam ser instituídas coletivamente e partilhadas, de modo que, o exercício de alteridade, considerando as limitações sociais estruturais, sejam norteadores para o dismantelo do atual modelo político “monomodal” regido por um “monopoder” privilegiando um “monocorpo” (branco cisheteromasculinista).

A compreensão das políticas públicas sob parâmetro interseccional multidimensional, em particular, a de segurança pública implica em afetar-se. Ao contexto sociopolítico, o agenciamento para dignificar a vida humana precisa ser regido e fundamentado em justiça social rumo à autonomia e inclusão a partir de dissidências e coalisões perante as diferenças. O desafio é, ainda que sob parâmetro decolonial, como interseccionar sem o modelo impregnado no corpo de estruturação social heteromasculinista e excludente e sem replicar a lógica normativa do estado (de controle social) pelo viés da institucionalização? Sendo teia do sistema liberal, como criar nas frestas do sistema hierárquico?

A cosmovisão contracolonial que propõe a oralidade e ancestralidade em uma perspectiva afro-brasileira e afropindorâmica como fontes de conhecimento científico e de saber dos e aos povos locais dos territórios paraibanos tem frestas micropolíticas para furar o poder piramidal do sistema privado ou estatal (sem o ideário socialista estadista)? Como inserir experiências diárias comunitárias compartilhadas, sob perspectiva de aquilombamento, submetendo-se aos interesses do estado e do capital aprofundando como sustento na vida urbana, rural e em aldeias indígenas, sob vínculos institucionais profissionais à serviço do estado?

Não obstante as provocações ora colocadas, lutas com o foco em atender necessidades comuns da juventude negra da zona da Mata Paraibana, considerando a insegurança pública, o contexto de facções e de extermínio de vidas, em tese, justificado pelo tráfico e guerra às drogas, os atores que protagonizam a violência são de fato, as vítimas dela?

Quem são os protagonistas “invisíveis” que sustentam a máquina da necropolítica e que infiltrações possíveis ocorrem em nome da vida? Há diálogo com a milícia imperialista, que operacionaliza o acúmulo de bens? O regime democrático estatal brasileiro é gerido, em massa por donos de multinacionais, comandantes do garimpo, reis do agronegócio e de indústrias farmacêuticas e bélicas. Esses, são os atores, comandantes e protagonistas da gestão de violência.

Operar diretrizes políticas situando a pessoa negra brasileira no contexto da questão ambiental é fundamental não em nome da sustentabilidade neoliberal e sim, para combater o racismo ambiental. É uma luta que significa trilhar caminhos que conduzam ao desafio de uma encruzilhada que necessita enxergar a atual situação de extermínio de jovens negros em um lençol sangrante no país. O feminicídio e homicídio são alarmantes, em que a política eugenista insiste em iludir a sociedade com políticas sociais que são nomeadas tecnologicamente sob a sofisticação robotizada aterrada no neocolonialismo.

Debates paradoxais, territorializados, ambíguos e dissensos são trilhas que beiram e podem permear fronteiras sociopolíticas. Segurança humana e defesa social precisam quebrar os cadeados e as correntes da segurança pública. Políticas de estado para dignificar a existência humana, precisa, de antemão, revisar o regime e sistema dito “democrático para atender os interesses do povo”. A quem se destina a Constituição da República Federativa Brasileira? Entrelaces envolvendo rede de serviços de acolhimento, saúde, educação, cultura, lazer, esporte, mobilidade, empregabilidade sem a liberdade de criar com autonomia enquanto existência humana, no sistema republicano e regime político fascista atual, analogamente, são como linhas de costura que não sustentam o peso do próprio corpo. São retalhos que não vestem/cobrem o corpo por inteiro, São linhas soltas que não configuram uma costura, são materiais que, por não se cruzarem, perdem o sentido de suas funcionalidades. Em sentido não figurado, não dignifica existir enquanto pessoa, tampouco, em comunidade.

Responsabilizar agentes públicos e a juventude negra como protagonistas de violência social é reforçar a insanidade, é dissimular meios de quantificar modos de se obter saúde mental. Os suicídios crescentes da juventude negra periférica são resultados de redes de comunicações midiáticas e de uma dura realidade vexatória que entranham a subjetividade com a intenção de autculpabilização do sofrimento humano pessoal próprio e em conjuntura social. Retratam a autculpabilização pela fome, analfabetismo, estupro, pela sensação de incompetência, incapacidade, pelos sentimentos de medo, angústia e humilhação.

Ao propósito de justiça social, movimentos sociais, organizações não-governamentais e governamentais urgem transpassar interesses identitários excludentes, de modo a aquebrantar esse sistema político universalizante perverso.

É emergente a necessidade de remodelação da estrutura educacional no Brasil, repensando instrumentos sociopsicopedagógicos, propondo uma revisão aprofundada da metodologia formal universal que insiste afirmar ser inclusiva com a promessa de igualdade racial. Enquanto terreiros de matrizes africanas, pessoas transgêneras forem mortas com requintes de crueldade, habitantes de aldeias estigmatizados(as), moradores(as) de zonas rurais e periféricas tratados(as) como vidas inferiorizadas, o desenho de educação contracolonial e decolonial perde o sentido/objetivo por não ter amplo alcance social de modo que proporcione qualidade digna de vida a esses corpos.

O que seria uma política de direitos humanos para todos? Quem são “todos”?

Nessa direção, qual a (fide)dignidade da ciência decolonial ancorada em literaturas, mesmo que objetivando contraposição à colonialidade? Em um sentido de intercorporeidade, como subverter a norma dentro do mesmo sistema, apesar da contraposição de reprodução conceitual?

As limitações deste Relatório consistem na ausência de dados que registrem identidades de gênero em uma perspectiva pluriversal e contranormativa, alijada ao padrão cisheteromasculinista, o que reforça a subjetivação machista, misógina e transfóbica da sociedade, em geral. O ato de ignorar a identificação da morte de pessoas transgêneras e não-binárias indica a necessidade de uma formação sociopolítica crítica, inclusiva e pluriversal aos profissionais que atuam na política pública de segurança e defesa social. Uma formação contínua que debata violências em perspectiva interseccional, que possa, de modo concreto, investigar a existência de projetos, pesquisas e práticas já existentes sob o parâmetro da cosmopercepção, aquilombamento e que reverberem a pluriversalidade epistemológica e de atuações em e para direitos humanos, pelo viés político-social.

Trata-se de instituir visões de mundo que desencaixotem categorias racionalistas, excludentes e universalizantes sobre “gêneros”, ficções de raças e que ignorem o efeito neoliberal destruidor diante a disparidade de realidades socioeconômicas.

Para estudos futuros, sugerimos, por meio do estudo qualitativo descritivo longitudinal, análises acerca de (in)segurança pública que incluam, em supremacia, grupos focais constituídos por jovens negros periféricos de todas as mesorregiões do estado da Paraíba, de forma a verificar e qualificar nuances territoriais aliados a resultados quanti-qualitativos.

As perguntas do grupo focal, por exemplo, possibilitaram-nos identificar que, o conteúdo abordado não funcionou apenas como um roteiro de coleta, mas como dispositivos metodológicos capazes de provocar a emergência de uma cartografia afetiva. A partir delas, tornou-se possível acessar introdutoriamente, como raça, território, geração, gênero, violência e subjetividade se entrelaçam. Com isso, indicamos a ampliação metodológica transdialógica para tratar sobre a existência humana.

Para além de grupos dialógicos com a juventude negra paraibana, grupos focais também são pertinentes entre gestores da política de segurança pública e defesa social do estado da Paraíba no intuito de questionar e refletir: Quem são os “líderes” da gestão da segurança pública? Qual a compreensão sociopolítica dos direitos humanos dos agentes da segurança pública? Como ocorre a impregnação dos afetos à lógica de extermínio da necropolítica? Qual o nível de satisfação e realização no ambiente de trabalho da administração pública de cunho liberal? Como é abrangida a sua saúde neste contexto? Qual a percepção de profissionais da segurança e dos jovens negros periféricos acerca da saúde física e integral da juventude negra brasileira, em especial no território geográfico paraibano? Qual o entendimento de violência e segurança por parte de agentes públicos? Como ocorre a reprodução social de extermínio de vidas? Qual a fronteira e limites éticos impregnados pela percepção de merecimento ou extermínio ao que se refere ao direito à vida digna?

Assim, para estudos consequentes, esses questionamentos não visam propor respostas únicas, exclusivas e universais e sim, mobilização e ressignificação ontológica em cada território. Para tanto, urge a aliança técnico-científica à práxis, não no intento de sobreposição de saberes e sim de trocas epistemológicas e construção articulada, de acordo com a perspectiva que intersecciona direitos envolvendo gênero sexualidade, raça, etnia, geração, religião, política, classe, capacidade e região. É necessário elucidar caminhos que busquem a primazia da ética e do respeito à dignidade humana com foco no direito equitativo à vida contrapondo-se às relações cristalizadas de poder. O intuito majoritário é politizar a ação destinada à política pública de segurança, cruzando as vozes de quem vivenciam as mazelas da insegurança urbana e rural, considerando suas particularidades. O enfrentamento destas injustiças que não toleram as diferenças de existências precisa ser legitimado por protagonistas silenciados da própria história. O contrassenso precisa ser compreendido como o retrato da multiplicidade e de miscigenação das constituições e experiências dos povos em seus contextos contínuos de trans-formação.

Outros pontos que mais merecem exploração etnográfica: a punição não cessa a violência. De que modo é possível dar continência à mulher violentada, à pessoa não-binária, à pessoa transgênera? Em uma perspectiva cisheteronormativa, que identidade fica para a mulher brasileira sem estar ancorada socialmente em um contexto matrimonial, sobretudo, mulheres negras, periféricas e alvos de violência, não perdendo de vista que feminicídios extrapolam classe social? O que resta para àqueles(as) que não reverenciam frente a crença midiática da fé cristã ocidental, a possibilidade da indissolubilidade do casamento em prol de saúde e dignidade? Como lidar com a interferência do Estado que apoia cada vez mais o racismo religioso? Que técnicas de segurança podem abarcar, em massa, populações que preservem a autonomia de ser, de existir, considerando as diferenças étnico/raciais?

Em geral, fala-se sobre, mas não se prioriza o protagonismo de saberes e práticas em ações que não se reconheçam (por espelhamento) – a partir de processos cognoscíveis próprios (familiarizados), referenciados pelo modelo próprio (possível) de inteligibilidade.

Existir, deixar a juventude negra periférica viva exige-se uma distinta compreensão para a valoração da cultura e potência sociopolítica afroparaibana periférica. Uma cultura que não seja reduzida às manifestações artísticas ou folclóricas para ser usurpado aos interesses midiáticos de classes elitistas. A valoração artística e a cultura criada a partir das vivências da juventude negra brasileira pode ser teor libertário, contranormativo e transformador desde que, “por começo, meio e começo” seja alicerçado no sentimento de pertença, tornando para si, seu território vivo. Ainda que, afiançado às dimensões políticas de poder, criação e inventividade que escape às “censuras”, pode ser o encontro de ares para concretizar espaços de saúde integral.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. México: PUEG, 2015.

ALMEIDA, Silvio. *Silvio Almeida Fora da Caixa*. [S.l.]: Instagram: @silvioalmeida, 22 maio 2024. 1 vídeo (Reels). Disponível em: @silviolual. Acesso em: 8 dez. 2025.

BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo*. São Paulo: Editora 34, 2018.

BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 505-540, 2017.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas: a modernidade e seus párias*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BILGE, Sirma. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 6, n. 3, 2019.

BILLIES, Michele. Confluência do terapeuta com sistemas sociais de opressão e privilégio. In: ALVIM, Mônica et al. (org.). *Por uma Gestalt-terapia crítica e política: relações raciais, gênero e diversidade sexual*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). *Boletim temático da violência: um retrato do Brasil e do Nordeste (2013-2023)*. Recife: Sudene, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/boletins-tematicos/arquivos/20251128-boletimviolencia.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2025.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a narrativa do outro; organização de Djamilia Ribeiro*. São Paulo: Jandaíra, 2023.

CARRIZO, Luisina; MORCILLO, Macarena. Abordajes del equipo de apoyo [...]. In: AHUMADA, Gustavo et al. *Acceso a la Justicia* [...]. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones SAIJ, 2022.

CASTRO, Mary Garcia Garcia; SOARES, Tatiana de Paula. Perspectivas feministas decoloniais em algumas autoras: e o caso Brasis? Que políticas? *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 02, pp. 186-pp. 209, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.63273/rpv.v33i02.54694>. Acesso em: 04 dez. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Tradução Paula Granatto e Gregório Benevides; Revisão técnica Allyne Andrade e Silva. In: *Corpos em aliança – Diálogos interdisciplinares sobre gênero e raça*, 1. ed., 2020.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DANTAS, Marcello. YOUTUBE. Café Filosófico. *Da arte a criatividade*, 30 jun 2024. Disponível em: <https://youtu.be/zNCHz9G1IAY?si=DzbUaDpDbxvYDgba>. Acesso em: 04 dez. 2025.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Adilson de Almeida (Adilson de Oxalá). *Igbadu: a cabaça da existência: mitos nagôs revelados*. Rio de Janeiro: Pallas, 1998.

DIAS, Lúcia Lemos. *A Política de Segurança Pública entre o Monopólio legítimo da força e os Direitos Humanos: a experiência da Paraíba pós 1988*. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERRAZ, Fabiane Barbosa; SIMIONI, Rafael Lazzarotto. Tradução das teorias raciais no contexto brasileiro. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 181-190, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/LNSnHsRn6gz7KTP4mLCRpvK/>. Acesso em: 8 dez. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2025*. Ano 19. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 7 dez. 2025.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

----- *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975–1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

----- *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

----- *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978–1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

----- *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977–1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

----- *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GATTI, Bernadete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Tradução: Ivo Storniolo. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

GIRARD, René. *A Violência e o Sagrado*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia. *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça* [...]. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4714>. Acesso em: 21 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas. *Informação Demográfica e Socioeconômica*, n.48. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em 7 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Divisão Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estruturacao-do-territorio/15774-divisao-territorial-brasileira.html>. Acesso em: 4 nov. 2025.

LIMA, Juliane de Oliveira. A colonialidade do gênero e a produção da cisgeneridade como norma. *Revista de Psicologia Política*, São Paulo, v. 24, n. 59, p. 1-15, jan./abr. 2024.

LUGONES, María. *Colonialidade e gênero*. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-102, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a06.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre a colonialidade do ser: contribuições ao desenvolvimento de um conceito. In: MELLO, Silvia N.; GÓMEZ, Pedro P. (orgs.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 127–154.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A Medicalização da Raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: UNICAMP, 1994.

MBEMBE, Achile. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n.º. 1, 2021.

----- Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte & Ensaios*. Revista do PPGAV/EBA, UFRJ, n. 32, dez, 2016.

----- *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELLO, Silvia N.; GOMEZ, Pedro P. (orgs.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p. 33–49.

MIEZ, Walter Aristóteles Oliveira. A Emergência da Perspectiva Psicossocial para Pensar a Cis-Heteronormatividade [...]. *Psicologia e Saúde em Debate*, v. 16, n. 2, e1682120, 2024.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade a partir de uma perspectiva latino-americana: a opção descolonial como caminho para a reconstituição de uma humanidade interrompida. In:

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. *Contemporânea*, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 275-297, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/429>. Acesso em: 8 dez. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. *Beatriz Nascimento: textos, entrevistas e imagens*. São Paulo: Diáspora Africana, 1985.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NEVES, Ciani Sueli das; JAUARÁ, Manuel. Culturas e Territorialidades. In: *Formação para Docência e Gestão para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola*. Orgs.: Labtime; Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNREEQ); Universidade Federal do Goiás; Universidade Federal de São João Del Rei; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Ministério da Educação. João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba. E-book, 2025.

----- Panorama étnico-racial e quilombola brasileiro. In: *Formação para Docência e Gestão para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola*. Orgs.: Labtime; Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNREEQ); Universidade Federal do Goiás; Universidade Federal de São João Del Rei; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Ministério da Educação. João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba. E-book, 2025.

NOGUERA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. *Momento - Diálogos em Educação*, Rio Grande, v. 28, n. 1, p. 127-142, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8806>. Acesso em: 8 dez. 2025.

NÚCLEO DE ANÁLISE CRIMINAL E ESTATÍSTICA (NACE). *Banco de dados criminal: Paraíba – 2025*. João Pessoa: Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social, 2025.

NÚCLEO DE ANÁLISE CRIMINAL E ESTATÍSTICA (NACE). *Boletim estatístico de violência letal na Paraíba – 2025*. João Pessoa: Secretaria de Segurança e Defesa Social, 2025.

NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. *ClimaCom – Diante dos Negacionismos*, Campinas, ano 8, n. 21, p. 1-8, nov. 2021. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/monoculturas-do-pensamento/>. Acesso em: 8 dez. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10)*. 10. rev. [Brasília, DF]: Ministério da Saúde; DATASUS, [2025]. Disponível em: <http://www.cid10.datasus.gov.br/>. Acesso em: 4 nov. 2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PORTO, Maria Stela Grossi. *Sociologia da violência: do conceito às representações sociais*. 2. ed. Brasília: Verbena, 2010.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Revista Internacional de Ciências Sociais, v. 50, n. 168, p. 533–580, 2000.

RIBEIRO, Luziana Ramalho. Prefácio. In: RIBEIRO, Luziana Ramalho et al. (org.). *Eugenia, violências e segurança pública: engrenagens de fazer morrer?*. João Pessoa: Ideia, 2025. p. 61-81. E-book.

RUZZENE, Paola. Audiência Pública. *Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal*. Comunicação Pessoal, 2024.

SAFIOTTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 115-136, 2001.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu; PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. Território, Territórios. Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros. 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGATO, Rita Laura. El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 2, pp. 304, maio/ago. 2014.

SEGATO, Rita Laura. *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2012. Disponível em: <http://www.unsam.edu.ar/escuelas/politica/centro-biblioteca/docs/segato.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2025.

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Trabalho e Desgaste Mental: O direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.

SÉMELIN, Jacques. *Purificar e Destruir: Usos Políticos dos Massacres e dos Genocídios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SILVA, Denise Ferreira da. *Homo modernus: para uma ideia global de raça*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

SOARES, Tatiana de Paula; CANTISANO, Nicole; RIBEIRO, Jorge Ponciano. Intersecções entre política pública, gestão, gênero e saúde mental: reproduções de iniquidades sociais no contexto socioeducativo brasileiro. In: RIBEIRO, Luziana Ramalho; RIBEIRO, Maria Eveline Ramalho; FERREIRA, Taís Eduarda Marciel Dos Santos (Org.). **Matizes da violência no cotidiano: pode a paz brotar da guerra?**. João Pessoa: Editora do CCTA, pp. 48-67, 2025.

SOARES, Tatiana de Paula; COSTA, Wendel Araújo da; RIBEIRO, Luziana Ramalho. Cárcere, mulheres e tráfico: iniquidades de gêneros na “guerra às drogas”. In: *Revista Ratio Juris*, João Pessoa, v. 4, n. 1, pp. 55-76. João Pessoa: Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, 2025.

SOARES, Tatiana de Paula. Desmanchando o “monocorpo”: enlaces gestálticos decoloniais. In: ALVIM, M.; BARROS, P.; ALENCAR, S.; BRITO, V. (org.). *Por uma Gestalt-terapia crítica e política: relações raciais, gênero e diversidade sexual*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022. E-book. p. 136-155. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso em: 5 dez. 2025.

SOARES, Tatiana de Paula; RIBEIRO, Jorge Ponciano. O contexto de trabalho vivenciado por gestores na organização socioeducativa do Distrito Federal, à luz de uma análise estatística descritiva em saúde mental: O contexto de trabalho vivenciado por gestores na organização socioeducativa do Distrito Federal, à luz de uma análise estatística descritiva em saúde mental. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 8, n. 8, p. 57796–57824, 2022.

SOARES, Tatiana de Paula; RIBEIRO, Luziana Ramalho. Ficções científicas e análises categoriais na contemporaneidade: políticas interseccionais para o desmantelo de iniquidades entre racialidades, generidades e hierarquizações de classes. In: RIBEIRO, Luziana Ramalho et al. (org.). *Eugenia, violências e segurança pública: engrenagens de fazer morrer?*. João Pessoa: Ideia, 2025. p. 61-81. E-book.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VERGÈS, Françoise. *Um Feminismo Decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.

XAVIER, Arnaldo; SILVA, Nilza Iraci da. *Há um buraco negro entre a vida e a morte*. 2. ed. [S.l.]: Geledés – Instituto da Mulher Negra. São Paulo: Soweto – Organização Negra, 2025.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (a onda punitiva)*. Tradução: Sérgio Lamarão. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: mortes matadas por armas de fogo*. Brasília: FLACSO Brasil, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/>. Acesso em: 8 dez. 2025.

WEBER, Max. Classe, estamento, partido. In: GERTH, H.; MILLS, W. (org.). **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WERNECK, Jurema. *Saúde da população negra*. Brasília: OPAS/OMS, 2005. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude-populacao-negra.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2025.

WILBER, Ken. *A união da alma e dos sentidos: Integrando ciência e religião*. São Paulo: Cultrix, 2012.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007.

2. AGRESTE PARAIBANO

O presente capítulo tem por objetivo mapear os homicídios violentos contra adolescentes e jovens na região do Agreste Paraibano entre os anos de 2015 e 2025. É válido ressaltar que como esta pesquisa foi realizada em 2025, os homicídios tratados neste ano dão conta dos registros referentes ao 1º semestre do mesmo.

No que tange ao conteúdo aqui trabalhado, será primeiramente realizado um mapeamento do território, para familiarização com esta mesorregião e conhecimento do quantitativo de habitantes. Também trataremos acerca dos crimes por cada microrregião e por período (madrugada, manhã, tarde e noite), como também os instrumentos utilizados em cada um desses homicídios. Por fim, esses dados serão trabalhados por divisão de gênero e classificação étnico racial, assim, tendo um detalhamento amplo da violência contra homens, mulheres e pessoas negras.

2.1 O território

O estado da Paraíba é dividido em 4 mesorregiões, dentre elas, temos o Agreste Paraibano que conta com um total de 1.249.493 habitantes, divididos entre 66 municípios que se distribuem em 8 microrregiões, sendo elas: **Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Guarabira, Itabaiana e Umbuzeiro.**

Quadro 1 - Os municípios, número de habitantes, região metropolitana e microrregião detalhadamente

N.º	MUNICÍPIO	N.º DE HABITANTES	REGIÃO METROPOLITANA	MICRORREGIÃO
1	Alagoa Grande	26.062	---	Brejo Paraibano
2	Alagoa Nova	21.013	Esperança	Brejo Paraibano
3	Alagoinha	13.725	Guarabira	Guarabira
4	Algodão de Jandaíra	2.953	Esperança	Curimataú Ocidental
5	Araçagi	16.646	Guarabira	Guarabira
6	Arara	12.212		Curimataú Ocidental

7	Araruna	17.189	Araruna	Curimataú Ocidental
8	Areia	22.633	Esperança	Brejo Paraibano
9	Areial	7.128	Esperança	Esperança
10	Aroeiras	18.705	Campina Grande	Umbuzeiro
11	Bananeiras	23.134	---	Brejo Paraibano
12	Barra de Santa Rosa	12.904	Barra de Santa Rosa	Curimataú Ocidental
13	Belém	16.401	Guarabira	Guarabira
14	Boa Vista	6.377	Campina Grande	Campina Grande
15	Borborema	4.214	Guarabira	Brejo Paraibano
16	Cacimba de Dentro	16.064	Araruna	Curimataú Ocidental
17	Caiçara	6.602	Guarabira	Guarabira
18	Caldas Brandão	5.753	Itabaiana	Itabaiana
19	Campina Grande	419.379	Campina Grande	Campina Grande
20	Casserengue	6.889	---	Curimataú Ocidental
21	Cuité	19.719	Barra de Santa Rosa	Curimataú Ocidental
22	Cuitegi	6.730	Guarabira	Guarabira
23	Damião	4.982	Araruna	Curimataú Ocidental
24	Dona Inês	10.380	Araruna	Curimataú Ocidental
25	Duas Estradas	3.327	Guarabira	Guarabira
26	Esperança	31.231	Esperança	Esperança
27	Fagundes	11.049	Campina Grande	Campina Grande
28	Gado Bravo	8.179	Campina Grande	Umbuzeiro
29	Guarabira	57.484	Guarabira	Guarabira
30	Gurinhém	13.766	Itabaiana	Itabaiana
31	Ingá	17.692	Itabaiana	Campina Grande
32	Itabaiana	23.182	Itabaiana	Itabaiana
33	Itatuba	10.499	Campina Grande	Campina Grande
34	Juarez Távora	7.796	Itabaiana	Itabaiana
35	Lagoa de Dentro	7.819	Guarabira	Guarabira
36	Lagoa Seca	27.730	Campina Grande	Campina Grande
37	Logradouro	4.797	Guarabira	Guarabira
38	Massaranduba	14.139	Campina Grande	Campina Grande
39	Matinhas	4.571	Campina Grande	Brejo Paraibano

40	Mogeiro	13.899	Itabaiana	Itabaiana
41	Montadas	5.812	Esperança	Esperança
42	Mulungu	8.791	Guarabira	Guarabira
43	Natuba	8.945	Campina Grande	Umbuzeiro
44	Nova Floresta	9.724	Barra de Santa Rosa	Curimataú Ocidental
45	Olivedos	3.580	---	Curimataú Ocidental
46	Pilões	6.815	Guarabira	Brejo Paraibano
47	Pilõezinhos	5.329	Guarabira	Guarabira
48	Pirpirituba	9.340	Guarabira	Guarabira
49	Pocinhos	17.469	Esperança	Curimataú Ocidental
50	Puxinanã	14.277	Campina Grande	Campina Grande
51	Queimadas	47.658	Campina Grande	Campina Grande
52	Remígio	17.885	Esperança	Curimataú Ocidental
53	Riachão	2.927	Araruna	Curimataú Ocidental
54	Riachão do Bacamarte	4.690	Itabaiana	Itabaiana
55	Salgado de São Félix	11.505	Itabaiana	Itabaiana
56	Santa Cecília	7.670	Campina Grande	Umbuzeiro
57	São Sebastião de Lagoa de Roça	11.040	Esperança	Esperança
58	Serra da Raiz	3.094	Guarabira	Guarabira
59	Serra Redonda	6.828	Campina Grande	Campina Grande
60	Serraria	4.885	Guarabira	Brejo Paraibano
61	Sertãozinho	5.054	Guarabira	Guarabira
62	Solânea	26.774	---	Curimataú Ocidental
63	Soledade	13.968	---	Curimataú Ocidental
64	Sossêgo	3.345	Barra de Santa Rosa	Curimataú Ocidental
65	Tacima	8.010	Araruna	Curimataú Ocidental
66	Umbuzeiro	9.124	Campina Grande	Umbuzeiro

Fonte: NACE, 2025 (PB)

Quadro 2 - As microrregiões e os seus respectivos municípios

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIOS	HABITANTES
Brejo Paraibano	Alagoa Grande	113.327
	Alagoa Nova	
	Areia	
	Bananeiras	
	Borborema	
	Matinhas	
	Pilões	
	Serraria	
Campina Grande	Boa Vista	575.628
	Campina Grande	
	Fagundes	
	Ingá	
	Itatuba	
	Lagoa Seca	
	Massaranduba	
	Puxinanã	
	Queimadas	
	Serra Redonda	
Curimataú Ocidental	Algodão de Jandaira	118.741
	Arara	
	Barra de Santa Rosa	
	Cuité	
	Damião	
	Nova Floresta	
	Olivedos	
	Pocinhos	
	Remígio	
	Soledade	
Sossêgo		
Curimataú Oriental	Araruna	88.233
	Cacimba de Dentro	
	Casserengue	
	Dona Inês	
	Riachão do Poço	
	Solânea	
	Tacima	
Esperança	Areial	55.211
	Esperança	
	Montadas	
	São Sebastião de Lagoa de Roça	

Guarabira	Alagoinha	148.738
	Araçagi	
	Caiçara	
	Cuitegi	
	Duas Estradas	
	Guarabira	
	Lagoa de Dentro	
	Logradouro	
	Mulungu	
	Pilõesinhos	
	Pirpirituba	
	Serra da Raiz	
Sertãozinho		
Itabaiana	Caldas Brandão	80.591
	Gurinhém	
	Itabaiana	
	Juarez Távora	
	Mogei	
	Riachão do Bacamarte	
	Salgado de São Félix	
Umbuzeiro	Aroeiras	52.623
	Gado Bravo	
	Natuba	
	Santa Cecília	
	Umbuzeiro	

Fonte: NACE, 2025 (PB)

2.1.1 Regiões Metropolitanas

O Agreste Paraibano possui 6 regiões metropolitanas. A tabela abaixo traz, em ordem alfabética, os dados referentes aos números de habitantes das respectivas regiões.

Quadro 3 - Regiões metropolitanas do Agreste Paraibano

Nº	REGIÃO METROPOLITANA	HABITANTES
1	Araruna	59.552
2	Barra de Santa Rosa	45.692
3	Campina Grande	615.130
4	Esperança	137.164
5	Guarabira	181.053
6	Itabaiana	98.283

Fonte: NACE, 2025 (PB)

Buscando possibilitar uma maior compreensão das regiões metropolitanas com relação aos dados que serão explorados neste capítulo, a tabela a seguir mostra quais municípios compõem as respectivas regiões metropolitanas da mesorregião do Agreste Paraibano.

Quadro 4 - regiões metropolitanas do Agreste Paraibano e os seus respectivos municípios

REGIÃO METROPOLITANA	MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM	HABITANTES
Araruna	Araruna, Cacimba de Dentro, Damião, Dona Inês, Riachão e Tacima	59.552
Barra de Santa Rosa	Barra de Santa Rosa, Cuité, Nova Floresta e Sossêgo	45.692
Campina Grande	Aroeiras, Boa Vista, Campina Grande, Fagundes, Gado Bravo, Itatuba, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Natuba, Puxinanã, Queimadas, Santa Cecília e Serra Redonda.	615.130
Esperança	Alagoa Nova, Algodão de Jandaíra, Areia, Areal, Esperança, Montadas, Pocinhos, Remígio e São Sebastião de Lagoa de Roça.	137.164
Guarabira	Alagoinha, Araçagi, Belém, Borborema, Caiçara, Cuitegi, Duas Estradas, Guarabira, Lagoa de Dentro, Logradouro, Mulungu, Pilôezinhos, Pirpirituba, Serra da Raiz, Serraria e Sertãozinho.	181.053
Itabaiana	Caldas Brandão, Gurinhém, Ingá, Itabaiana, Juarez Távora, Mogeiro, Riachão do Bacamarte e Salgado de São Félix.	98.283

Fonte: NACE, 2025 (PB)

Dessa forma, por ordem decrescente, no que se refere à população, temos as microrregiões assim dispostas: Campina Grande, Guarabira, Curimataú Ocidental, Brejo Paraibano, Curimataú Oriental, Itabaiana, Esperança e Umbuzeiro. Pontuamos que os dados habitacionais foram retirados diretamente do site do IBGE, do último censo (2022), considerando o caráter oficial que o instituto possui. Assim, o Agreste Paraibano conta com um total de 1.249.493 habitantes, divididos entre 66 municípios.

Portanto, o presente relatório discute as mortes violentas, de homens e mulheres, buscando destacar o quantitativo das Mortes Violentas Intencionais (MVI) em cada uma das microrregiões; em

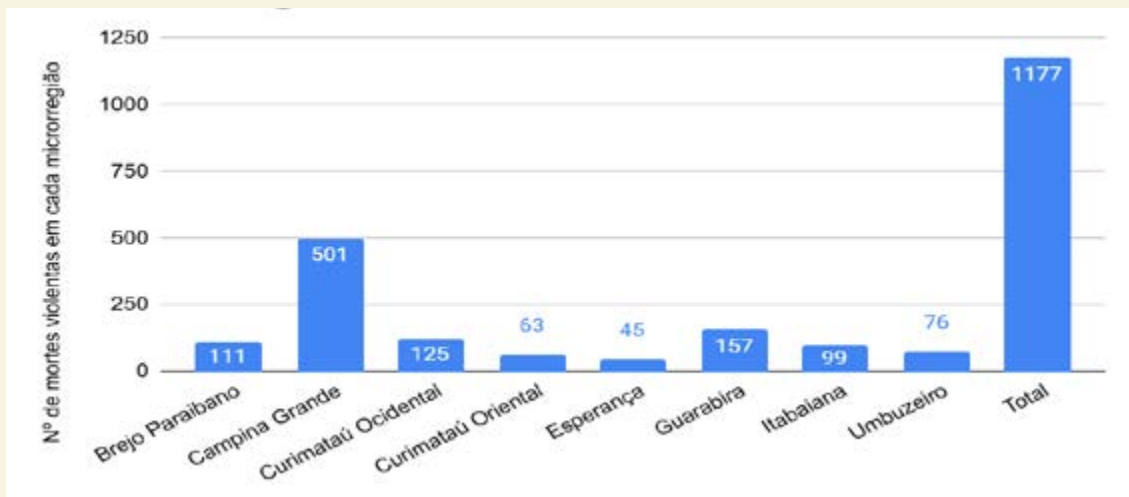
seguida, os dados referentes aos instrumentos utilizados, de forma que, eles serão trazidos a partir da classificação conforme o Código Internacional de Doenças (CID), considerando que os dados utilizados aqui são retirados de registros da área da saúde; e por fim, trazemos um detalhamento dos crimes explorando os aspectos referente ao gênero e a raça/cor, juntamente com aquilo que se refere à idade, ao local das MVI e também o período do dia em que foram registradas.

2.2 Mortes Violentas Intencionais (MVI) no Agreste Paraibano

De maneira introdutória, consideramos Mortes Violentas Intencionais (MVI) uma categoria de crimes que abrange homicídios dolosos, feminicídios, lesões corporais seguidas de morte e latrocínio, de maneira que, o resultado fatal da ação intencional de autor do crime é o ponto em comum entre essas diferentes tipificações penais. Assim, temos que essa parte do relatório se dedica em levantar os dados referentes as MVI de adolescentes e jovens, entre 12 e 29 anos, na mesorregião do Agreste Paraibano. De acordo com o 19º Anuário de Segurança Pública (FBSP, 2025), no ano de 2024, foram registradas 44.127 mil mortes intencionais no Brasil, expressando uma taxa de 20,8 a cada 100 mil habitantes. Apesar de ter sido observada uma redução, sendo essa a menor taxa nacional registrada desde 2012, o cenário que se apresenta no nordeste brasileiro é diferente. Indo no sentido contrário, a taxa do nordeste com relação às MVI foi de 33,8 a cada 100 mil habitantes, cabe apontar que, dentre os 10 primeiros estados que se encontram com as maiores taxas de MVI, 5 são do Nordeste, sendo eles, em ordem decrescente: Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Maranhão. Esse crescimento no número de MVI pode ser em decorrência de alguns fatores, como a expansão da atuação de facções criminosas para as regiões norte e nordeste, e conseqüentemente, aumenta nas disputas territoriais e eventuais confrontos policiais. Diante disso, as 10 cidades mais violentas em 2024 encontram-se no Nordeste (FBSP, 2025) Com relação ao estado da Paraíba, a taxa registrada em 2024 foi de 25,6 a cada 100 mil habitantes (FBSP, 2025). Uma taxa mediana, com relação àquelas que se referem aos outros estados do nordeste, mais ainda sim mais alta do que a taxa nacional, sinalizando, dessa maneira, um aspecto preocupante e que deve ser alvo de reflexão.

Realizada essa explanação mais geral do cenário brasileiro, os dados a seguir trarão as Mortes Violentas Intencionais (MVI) de adolescentes e jovens, entre 12 e 29 anos, registrados entre os anos de 2015 e 2025 no Agreste Paraibano, primeiramente, através de um gráfico geral comparativo e, em seguida, cada microrregião será abordada individualmente.

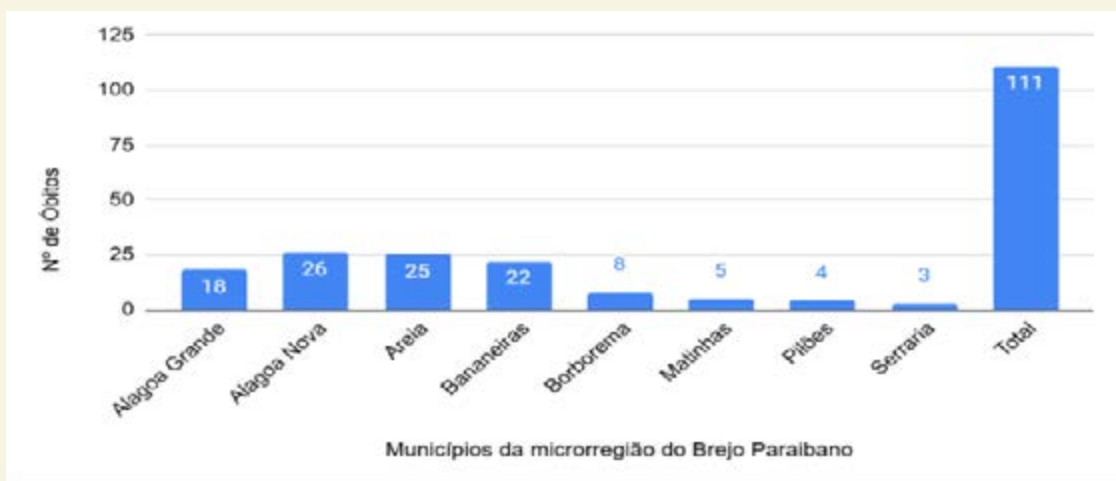
Gráfico 1 - Comparativo das Mortes Violentas Intencionais (MVI), entre 2015 e 2025, das microrregiões do Agreste Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

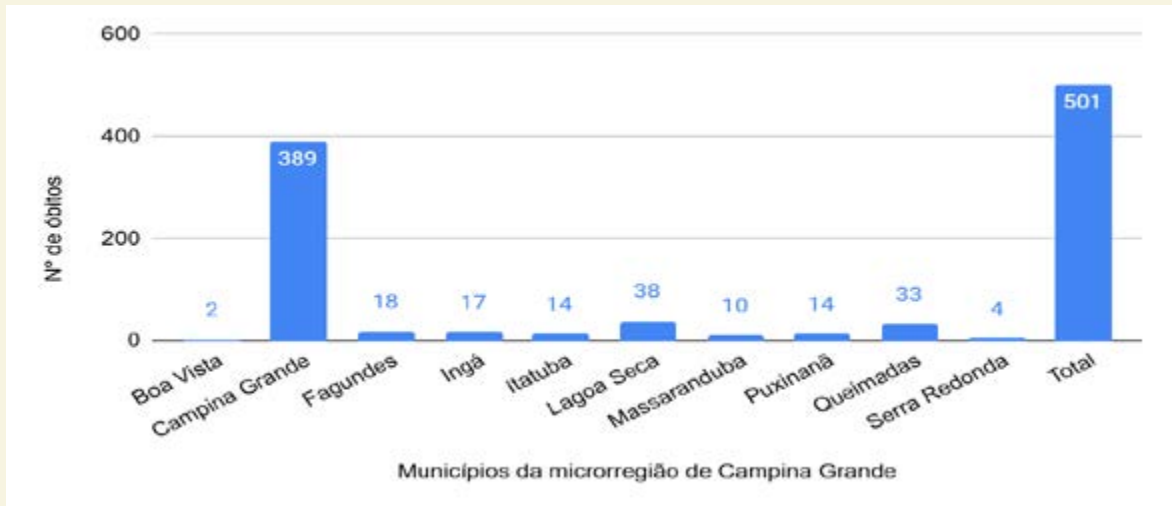
É possível perceber 4 regiões se destacam com um quantitativo maior do que 100 casos: as microrregiões de Campina Grande, Guarabira, Curimataú Ocidental e o Brejo Paraibano., com respectivamente 501, 157, 125 e 111 casos, dessa forma, essas 4 regiões representam mais de 75% dos casos totais. Campina Grande, dessa forma, aparece de maneira expressiva, compreendendo quase metade dos casos totais.

Gráfico 2 - Comparativo das Mortes Violentas Intencionais (MVI), entre 2015 e 2025, dos municípios da microrregião do Brejo Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 3 - Comparativo das Mortes Violentas Intencionais (MVI), entre 2015 e 2025, dos municípios da microrregião de Campina Grande



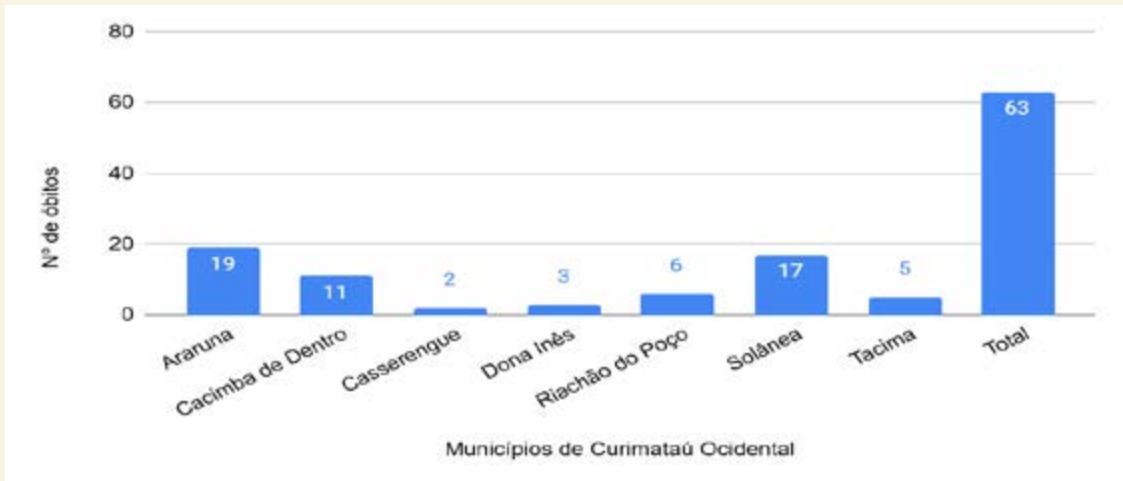
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 4: Comparativo das Mortes Violentas Intencionais (MVI), entre 2015 e 2025, dos municípios da microrregião de Curimataú Ocidental



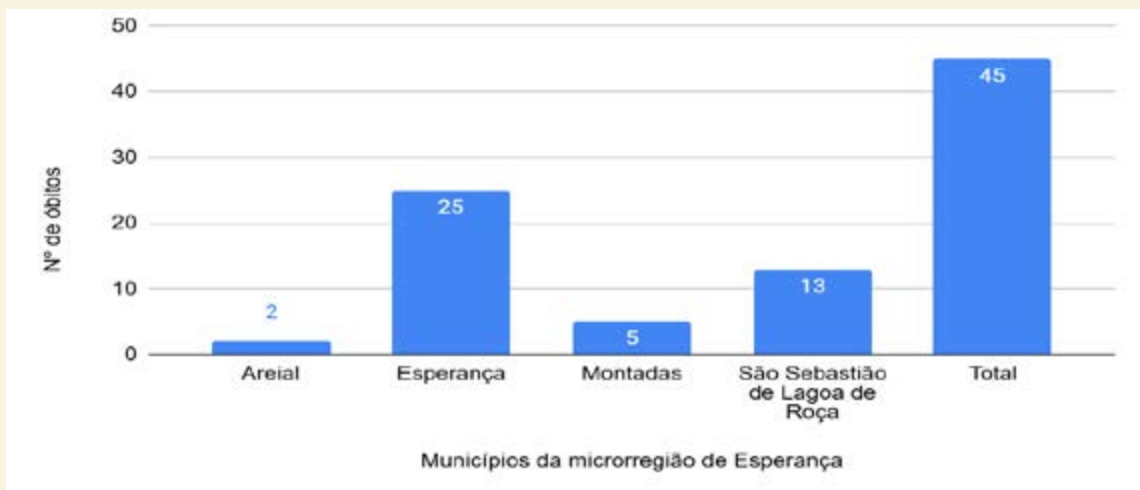
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 5 - Comparativo das Mortes Violentas Intencionais (MVI), entre 2015 e 2025, dos municípios da microrregião de Curimataú Oriental



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 6: Comparativo das Mortes Violentas Intencionais (MVI), entre 2015 e 2025, dos municípios da microrregião de Esperança



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 7 - Comparativo das Mortes Violentas Intencionais (MVI), entre 2015 e 2025, dos municípios da microrregião de Guarabira



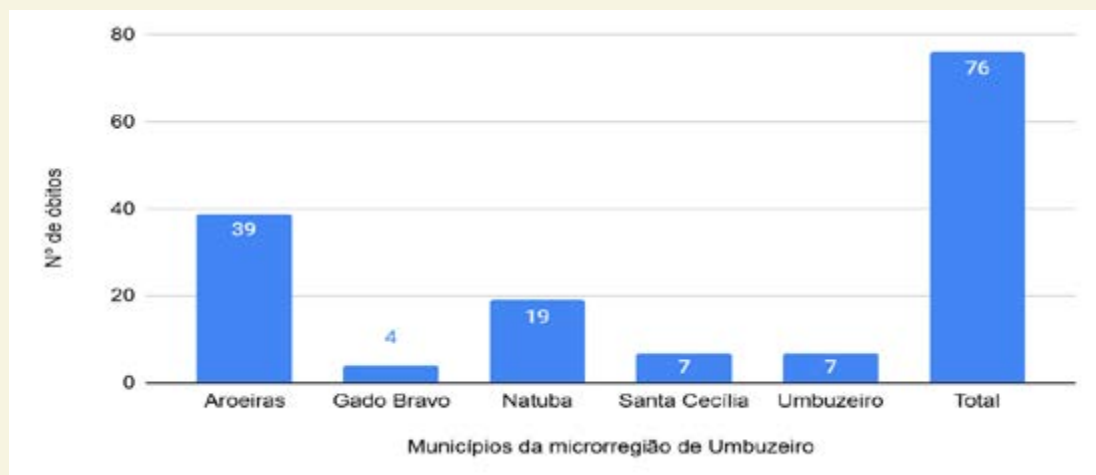
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 8 - Comparativo das Mortes Violentas Intencionais (MVI), entre 2015 e 2025, dos municípios da microrregião de Itabaiana



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 9 - Comparativo das Mortes Violentas Intencionais (MVI), entre 2015 e 2025, dos municípios da microrregião de Umbuzeiro



Fonte: NACE, PB (2025)

O **Brejo Paraibano** apresenta 4 municípios com números mais elevados, sendo eles Alagoa Nova, Areia, Bananeiras e Alagoa Grande, com 26, 25, 22 e 18 casos. É possível perceber duas tendências: 4 municípios com números acima de 15 e 4 municípios com números abaixo de 10. Apesar disso, é expressivo que 4 municípios representem 81,98% do número total de MVI da microrregião.

A microrregião que aparece como com maior número de MVI é a microrregião de Campina Grande. Nela podemos perceber que o município de Campina Grande é o mais expressivo, aparecendo como o mais violento, seguido do município de Lagoa Seca, Queimadas e Fagundes, com respectivamente 389, 38, 33 e 18 caso. Fica explícito que a Campina Grande possui alto índice de letalidade, um número discrepante com relação aos outros 9 municípios, que mantêm um número onde apenas 2 municípios possuem mais que 30 casos registrados. Os municípios citados correspondem a 95% do total de MVI. Isso pode se dar em face do tamanho territorial que o município possui, de forma que, concentra 23 favelas e comunidades urbanas no seu território (IBGE, 2022), espaços suscetíveis a confrontos territoriais e policiais, além das chances de alta concentração de armas de fogo, possibilitando que possibilita maiores MVI, considerando as observações feitas.

Curimataú Ocidental é a segunda região com mais municípios, sendo 11 no total, onde os municípios de Remígio, Pocinhos, Nova Floresta e Soledade possuem número de 28, 24, 20 e 17 respectivamente, representando 68,8% do total. O restante dos municípios possui números abaixo de 10, porém todos mantêm uma similaridade com relação ao quantitativo.

Curimataú Oriental é a terceira menor região Ela possui 7 municípios, onde 3 deles – Araruna, Solânea e Cacimba de Dentro – possuem o quantitativo de 19, 17 e 11 MVI ao longo desses 10 anos, representando 74,6% do total. É perceptível que esses 3 municípios possuem um número alto em relação ao restante, posto que os outros 4 não possuem registros acima de 6 casos.

A microrregião de **Esperança** é a menor com relação ao número de municípios, de forma que dois deles - Esperança com 25 casos e São Sebastião da Lagoa de Dentro com 13 casos – compreendem 84,44% do total de MVI.

Guarabira é uma microrregião que se mostra bastante violenta, de forma que, dentre os 13 municípios, 6 deles – sendo Guarabira (32), Mulungu (25), Belém (21) Araçagi (20), Alagoinha (13) e Lagoa de Dentro (13) - correspondem a 78,9% dos dados registrados. Os outros 7 municípios possuem uma compartilham tendência a incidência de MVI fica entre 1 e 8 casos.

A microrregião de **Itabaiana** possui 7 municípios, sendo os de Itabaiana (43), Gurinhém (23) e Caldas Brandão (11) os mais violentos, correspondendo a 77,78% dos casos. O restante dos municípios possui um quantitativo semelhante ao das outras microrregiões, com números abaixo de 10 casos.

Por fim, a região de **Umbuzeiro** aparece como a segunda menor, com apenas 5 municípios, de forma que, dois deles – Aroeiras (39) e Natuba (19) - demonstram números altos, com relação ao restante dos municípios. Apesar de uma microrregião pequena, frente ao número de habitantes que as outras microrregiões possuem, Umbuzeiro aparece com uma alta taxa de violência.

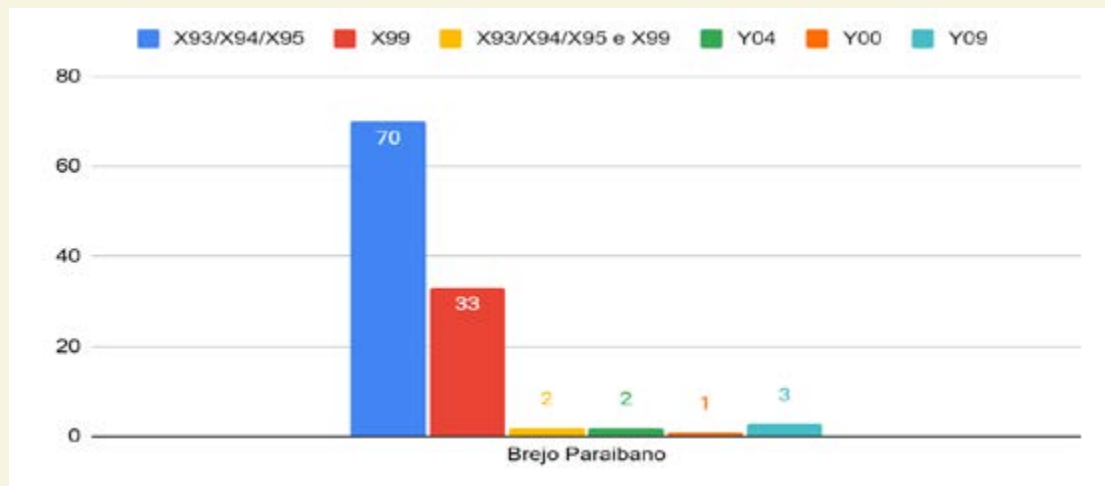
Diante desse quadro, cabe trazer algumas reflexões. Temos que a subnotificação ainda é uma questão no Brasil, de forma que, muitas das MVI podem não ser registradas de maneira formal, dificultando o processo de análise para a construção de um panorama mais fiel à realidade da mesorregião. Isso também é um aspecto a se considerar com relação aos MVI cujas vítimas são mulheres, posto que muitos casos ainda não são qualificadamente registrados ou simplesmente não são.

Até o início do século XIX o Brasil era um país majoritariamente rural, de forma que, o processo de expansão industrial que iniciou nesse contexto ocorreu de maneira desordenada, contribuindo para que a expansão urbana acontecesse sem planejamento e infraestrutura que comportasse o fluxo de mão de obra que migrava em busca de emprego. Além disso, as heranças de um regime escravocrata e o movimento higienista (Marques, 1994) intensificou as péssimas condições de vida daqueles que residiam nos centros urbanos, dessa maneira, um número expressivo de trabalhadores e pessoas pobres precisou encontrar novos espaços para ocupação e instalação das suas residências mesmo em situação vulnerável. Assim, observamos o início das formações das favelas e comunidades. No que se refere aos números expressivos de mortes violentas intencionais em alguns municípios, a expansão das facções criminosas e a ocupação territorial propicia situações de conflitos que podem resultar em mortes violentas, seja por conflito territorial, seja em confrontos policiais. Podemos trazer também o ordenamento urbano, com a formação de comunidades e favelas, potencializa a ocupação desses espaços por grupos criminosos, diante da carência de condições básicas de alimentação, moradia, emprego, dentre outros, facilitando a cooptação de jovens e adolescentes (FBSP, 2025; Zaluar, 2019; Caldeira, 2003).

2.3 Meios utilizados a partir do Código Internacional De Doenças (CID)

Como já foi sinalizado, as MVI abrangem tipificações penais de diferentes crimes violentos que acabam resultando no óbito das vítimas. A partir disso, trataremos os instrumentos utilizados enquadrando-os naquilo que o Código Internacional de Doenças (CID) determina. Dessa maneira, esse tópico busca construir o panorama dos instrumentos que aparecem nas MVI, categorizadas a partir do CID correspondente, das microrregiões do Agreste Paraibano.

Gráfico 10 - instrumentos utilizados a partir do CID na microrregião do Brejo Paraibano entre 2015 e 2025



Fonte: NACE, 2025 (PB)

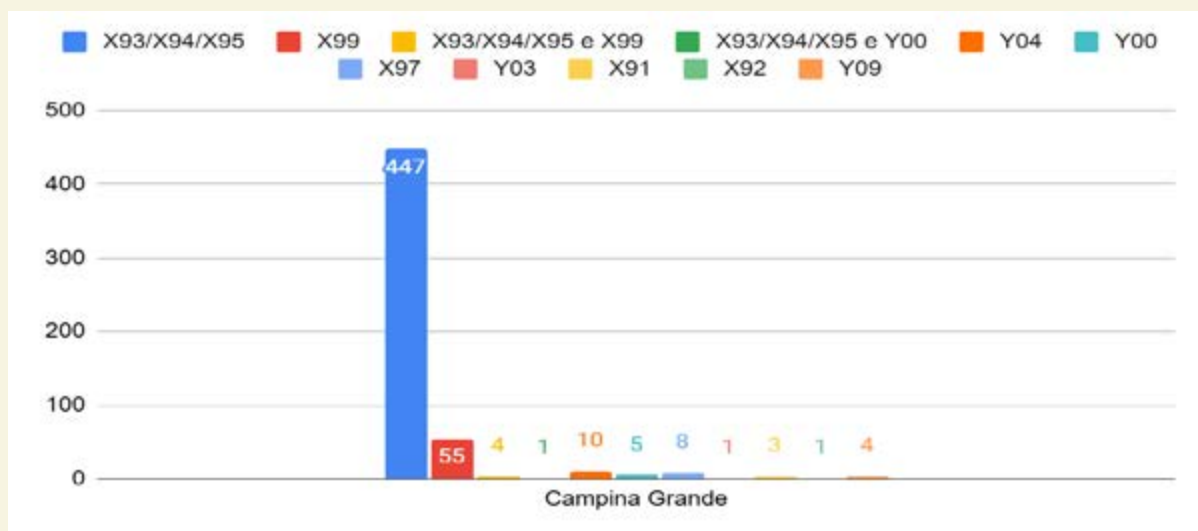
Quadro 5 - CID e a sua descrição a partir do Brejo Paraibano

CID	Descrição
X93	Agressão disparo de arma de fogo de mão
X94	Agressão disparo de arma de fogo de maior calibre
X95	Agressão de disparo de outra arma de fogo ou NE
X99	Agressão objeto cortante ou penetrante
Y04	Agressão por meio de força corporal
Y00	Agressão por meio de objeto contundente
Y09	Agressão por meio NE

Fonte: NACE, 2025 (PB)

O panorama que se constrói na microrregião do **Brejo Paraibano** podemos perceber que aparece a utilização de dois instrumentos distintos no ato das MVI sendo eles, nesse caso, a utilização de arma de fogo e objetos cortantes ou penetrantes.

Gráfico 11 - instrumentos utilizados a partir do CID na microrregião do Campina Grande entre 2015 e 2025



Fonte: NACE, 2025 (PB)

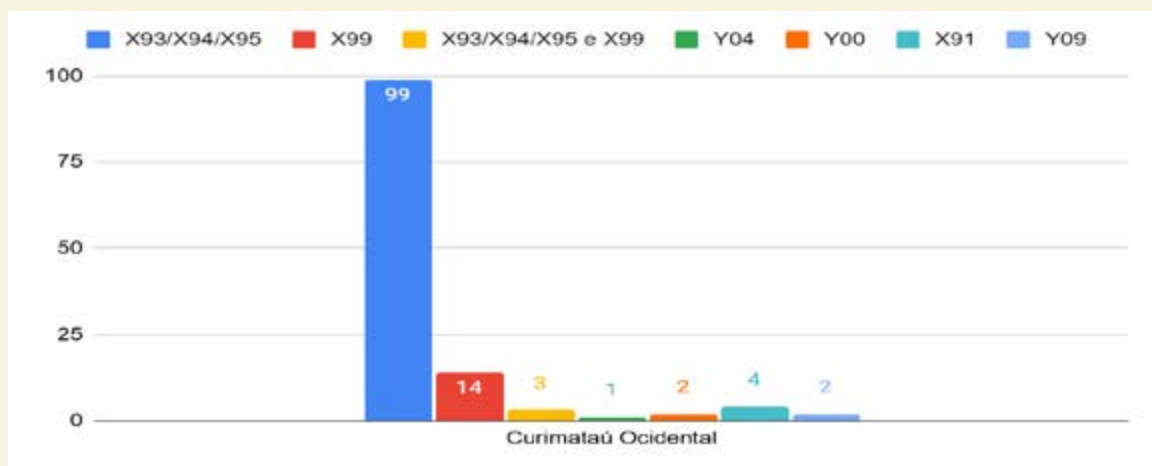
Quadro 6 - CID e a sua descrição a partir de Campina Grande

CID	Descrição
X91	Agressão por enforcamento, estrangulamento ou sufocamento
X92	Agressão por meio de afogamento ou submersão
X93	Agressão disparo de arma de fogo de mão
X94	Agressão disparo de arma de fogo de maior calibre
X95	Agressão de disparo de outra arma de fogo ou NE
X97	Agressão por meio de fumaça, fogo e chamas
X99	Agressão objeto cortante ou penetrante
Y03	Agressão por meio de impacto de veículo a motor
Y04	Agressão por meio de força corporal
Y00	Agressão por meio de objeto contundente
Y09	Agressão por meio NE

Fonte: NACE, 2025 (PB)

Com relação à microrregião de Campina Grande, observamos um aumento expressivo dos casos dos CIDs que se referem a agressões por meio de arma de fogo e das agressões por objetos cortantes ou penetrantes (armas brancas), além do aparecimento de outros CIDs como aqueles por força corporal, com um número de 10 casos e aquele que se relaciona ao uso de objetos contundentes, com 5 casos. Cabe apontar que o CID que se refere a agressão por meio de fumaça, fogo ou chamas aparece de maneira expressiva, com 8 registros. No que se refere à utilização de veículo a motor, ele aparece registrado apenas uma vez, porém a sua utilização como um instrumento de crime é incomum, podendo assim se relacionar diretamente a crimes de ódio contra as mulheres. Como exemplo, temos o recente caso de tentativa de feminicídio, onde uma a Tainara Souza Santos foi atropelada e arrastada por mais de 1 km, pelo seu agressor, culminando na amputação de duas pernas (Dauer, 2025).

Gráfico 12 - instrumentos utilizados a partir do CID na microrregião do Curimataú Ocidental entre 2015 e 2025



Fonte: NACE, 2025 (PB)

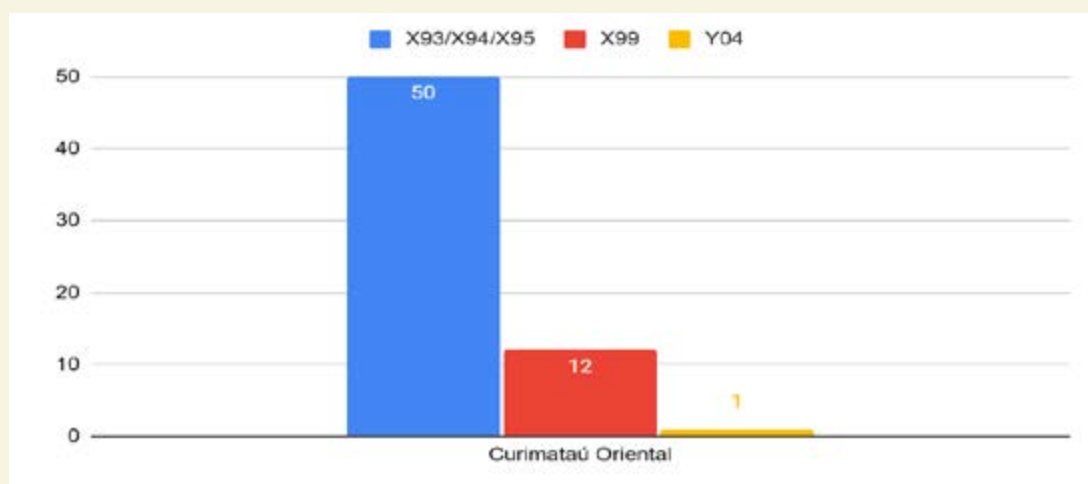
Quadro 7 - CID e a sua descrição a partir de Curimataú Ocidental

CID	Descrição
X91	Agressão por enforcamento, estrangulamento ou sufocamento
X93	Agressão disparo de arma de fogo de mão
X94	Agressão disparo de arma de fogo de maior calibre
X95	Agressão de disparo de outra arma de fogo ou NE
X99	Agressão objeto cortante ou penetrante
Y04	Agressão por meio de força corporal
Y00	Agressão por meio de objeto contundente
Y09	Agressão por meio NE

Fonte: NACE, 2025 (PB)

Curimataú Ocidental segue a mesma tendência com relação aos CIDs de arma de fogo e de armas brancas. Além disso, foi registrado 4 MVI por estrangulamento, enforcamento ou sufocamento. Cabe observar tamanha a discrepância entre os números de MVI por arma de fogo para todos os outros CIDs registrados.

Gráfico 13 - instrumentos utilizados a partir do CID na microrregião do Curimataú Oriental entre 2015 e 2025



Fonte: Nace, 2025 (PB)

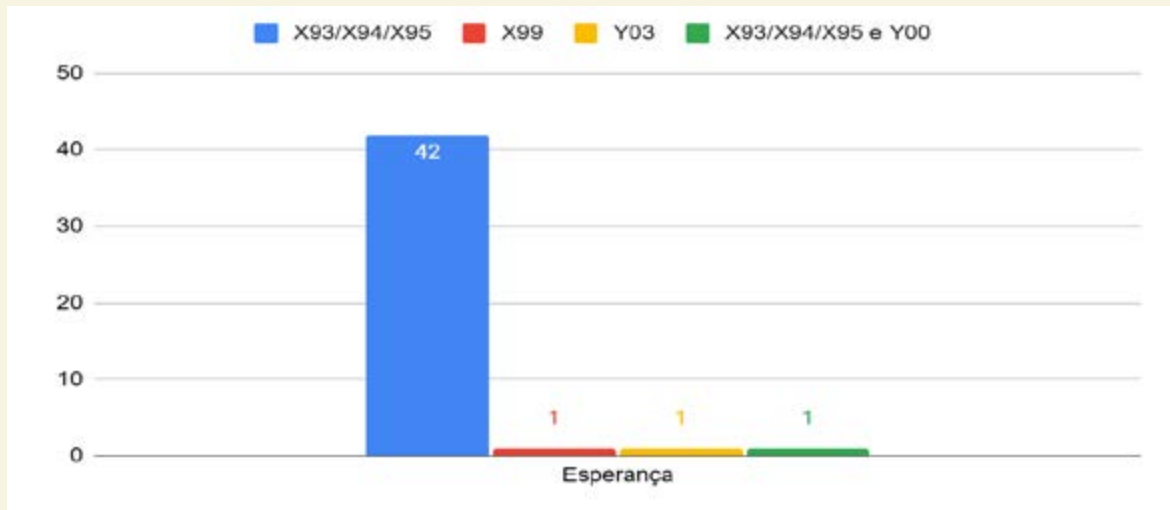
Quadro 8 - CID e a sua descrição a partir de Curimataú Oriental

CID	Descrição
X93	Agressão disparo de arma de fogo de mão
X94	Agressão disparo de arma de fogo de maior calibre
X95	Agressão de disparo de outra arma de fogo ou NE
X99	Agressão objeto cortante ou penetrante
Y04	Agressão por meio de força corporal

Fonte: NACE, 2025 (PB)

Podemos perceber em **Curimataú Oriental** aquilo que viemos observando nas regiões anteriores: a predominância dos casos registrados dos CIDs que correspondem a armas de fogo e armas brancas. Nessa microrregião, somente 1 único caso difere, sendo ele por MVI resultante por utilização de força corporal, aparecendo aqui também como uma das formas provocar mortes violentas. Mesmo que não seja de maneira expressiva, a utilização de força corporal vem aparecendo nas microrregiões.

Gráfico 14 - instrumentos utilizados a partir do CID na microrregião de Esperança entre 2015 e 2025



Fonte: NACE, 2025 (PB)

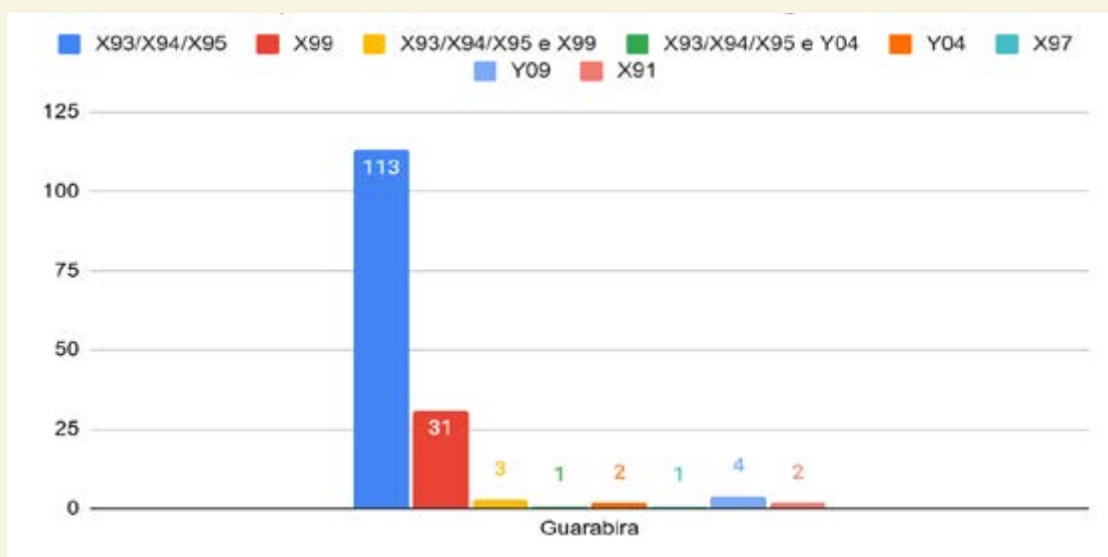
Quadro 9 - CID e a sua descrição a partir de Esperança

CID	Descrição
X93	Agressão disparo de arma de fogo de mão
X94	Agressão disparo de arma de fogo de maior calibre
X95	Agressão de disparo de outra arma de fogo ou NE
X99	Agressão objeto cortante ou penetrante
Y00	Agressão por meio de objeto contundente
Y03	Agressão por meio de impacto de veículo a motor

Fonte: NACE, 2025 (PB)

Em **Esperança** percebemos que a arma de fogo permanece como o instrumento mais utilizado nas MVI registradas ao longo desses 10 anos, de forma que, os outros instrumentos aparecem de maneira bastante isolada como, por exemplo, objetos contundentes, objetos cortantes ou penetrantes e por impacto de veículos, todos com apenas 1 caso registrado.

Gráfico 15 - instrumentos utilizados a partir do CID na microrregião de Guarabira entre 2015 e 2025



Fonte: NACE. 2025 (PB)

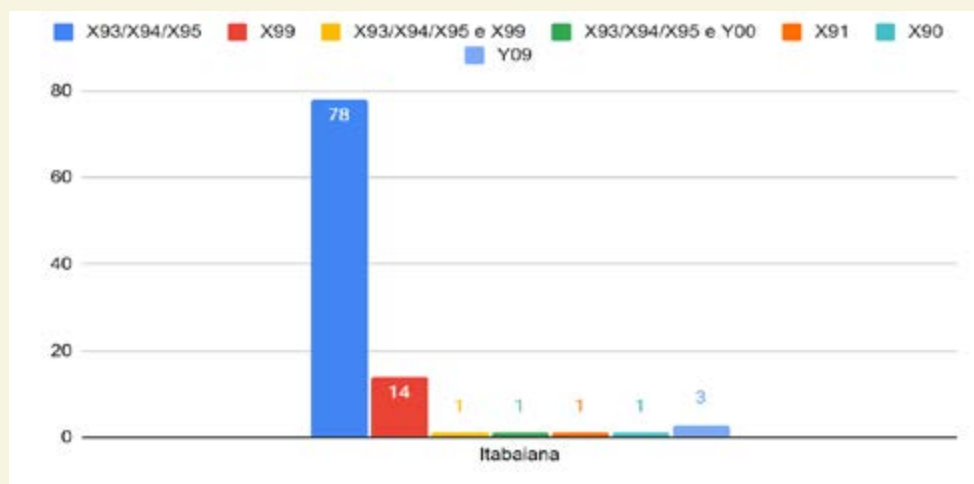
Quadro 10 - CID e a sua descrição a partir de Guarabira

CID	Descrição
X91	Agressão por enforcamento, estrangulamento ou sufocamento
X93	Agressão disparo de arma de fogo de mão
X94	Agressão disparo de arma de fogo de maior calibre
X95	Agressão de disparo de outra arma de fogo ou NE
X99	Agressão objeto cortante ou penetrante
X97	Agressão por meio de fumaça, fogo e chamas
Y04	Agressão por meio de força corporal
Y09	Agressão por meio NE

Fonte: NACE, 2025 (PB)

Na microrregião de **Guarabira**, o número de MVI registradas em decorrência de arma branca (CID-X99) aumenta bastante com relação às outras regiões, diminuindo a diferença entre o CID de arma de fogo e o CID de arma branca. Podemos perceber também o grande quantitativo do CID cujo instrumento não é identificável (Y09), o que faz emergir o debate acerca da subnotificação, onde muitos casos não são formalmente registrados ou simplesmente não ocorrem os registros. Essa questão acaba dificultando ações de monitoramento, intervenção e diagnóstico por parte dos poderes públicos locais, estaduais e federais, justamente por essas estatísticas conseguirem oferecer um panorama acerca de alguns aspectos da realidade social, assim, mesmo com essa problemática da subnotificação ou registro errôneo, conseguem oferecer uma visão - mesmo que com a partir de um recorte que abranja uma parcela da problemática total (Caldeira, 2003).

Gráfico 16 - instrumentos utilizados a partir do CID na microrregião de Itabaiana entre 2015 e 2025



Fonte: NACE, 2025 (PB)

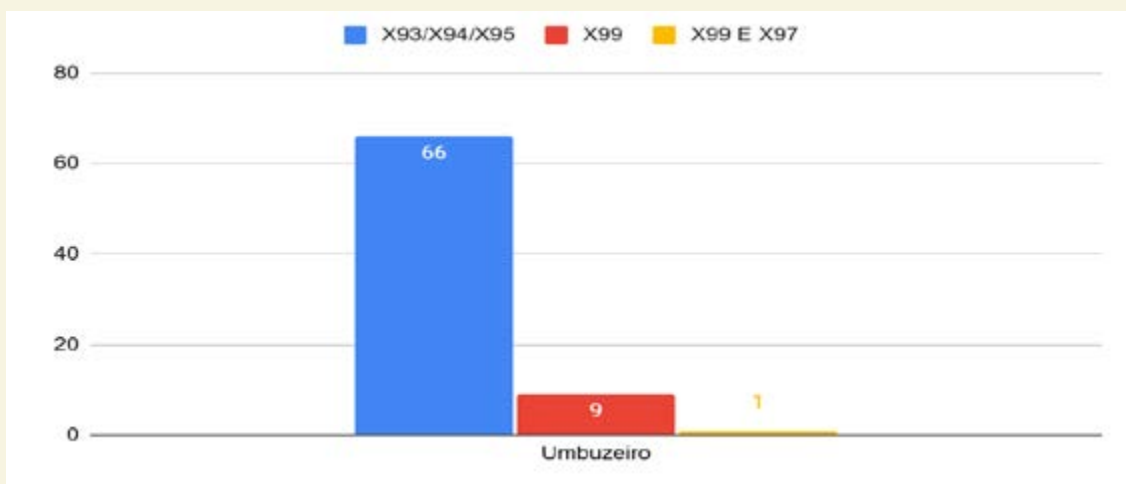
Quadro 11 - CID e a sua descrição a partir de Itabaiana

CID	Descrição
X90	Agressão por produtos químicos e substâncias nocivas NE
X91	Agressão por enforcamento, estrangulamento ou sufocamento
X93	Agressão disparo de arma de fogo de mão
X94	Agressão disparo de arma de fogo de maior calibre
X95	Agressão de disparo de outra arma de fogo ou NE
X99	Agressão objeto cortante ou penetrante
Y00	Agressão por meio de objeto contundente
Y09	Agressão por meio NE

Fonte: NACE, 2025 (PB)

A microrregião de **Itabaiana** expressa alguns aspectos particulares, apesar de observarmos algumas tendências principalmente com relação ao registro de CIDs por arma de fogo e do CID por arma branca, sendo as duas categorias de instrumentos mais utilizadas na mesorregião de maneira geral. Ressaltamos a problemática que se refere a não notificação ou ao registro inadequado (Caldeira, 2003), com 3 casos sob o CID-Y09. Além disso, aparece o registro de um caso de MVI por substâncias nocivas, o que não havia aparecido até então, sinalizando uma particularidade expressiva dessa microrregião frente as outras.

Gráfico 17 - instrumentos utilizados a partir do CID na microrregião de Umbuzeiro entre 2015 e 2025



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Quadro 12 - CID e a sua descrição a partir de Umbuzeiro

CID	Descrição
X93	Agressão disparo de arma de fogo de mão
X94	Agressão disparo de arma de fogo de maior calibre
X95	Agressão de disparo de outra arma de fogo ou NE
X97	Agressão por meio de fumaças, fogo e chamas
X99	Agressão objeto cortante ou penetrante

Fonte: NACE, 2025 (PB)

A microrregião de **Umbuzeiro** é a que possui o menor quantitativo de MVI registradas, porém, na concentração de registros vemos os CIDs que se relacionam com armas de fogo, com 66 casos identificados, e aqueles que se referem a arma branca, com 9 casos. Apesar disso, e desses dois tipos concentrarem a maioria, temos a utilização conjugada de arma branca, CID-99, e de agressão por meio de fumaça, fogo ou chamas, CID-X97, podendo novamente sinalizar um crime de ódio. Mesmo em um quantitativo menor de habitantes, a arma de fogo permanece sendo o instrumento mais utilizado para práticas de MVI em todo o território do Agreste Paraibano.

2.4 Óbitos por intervenção legal (CID-35)

Conforme o 19º Anuário de Segurança Pública, uma questão vem sendo recorrente: a letalidade policial nas intervenções legais. O anuário trouxe que, das MVI que foram registradas, 14% foram de autoria de policiais, de maneira que, entre 2014 e 2024, foram 60.394 vítimas dessas

ações. Através do uso desproporcional da força, algumas cidades se encontram em um cenário onde mais da metade das MVI registradas foram provocadas por essa categoria, sendo as cidades Itabaiana (SE), Santos (SP) e São Vicente (SP).

Recentemente, no Rio de Janeiro, vimos um exemplo prático dessa força desmedida na qual o uso da força sai da zona da excepcionalidade, sob a premissa da preservação da vida, tornando-se a regra no cotidiano profissional, como uma licença para matar. Desde 2018, diante da conjuntura favorável para a discriminação e propagação de discursos violentos, sobretudo pelo fato desses discursos se constituírem discursos de governo a partir do seu porta-voz Jair Bolsonaro, mais de 6 mil pessoas no Brasil são mortas nessas conjunturas. Diante disso, temos que o Estado de São Paulo registrar por dois anos seguidos aumento nos números de mortos por intervenção legal, inclusive de crianças e adolescentes (G1, 2025) ou que o governo do Rio de Janeiro, no dia 28 de outubro de 2025, tenha matado 128 pessoas ancorado no discurso de intervenção legal (Duarte; Batistela e Jornalismo, 2025) ultrapassa os limites da legalidade e exercício profissional.

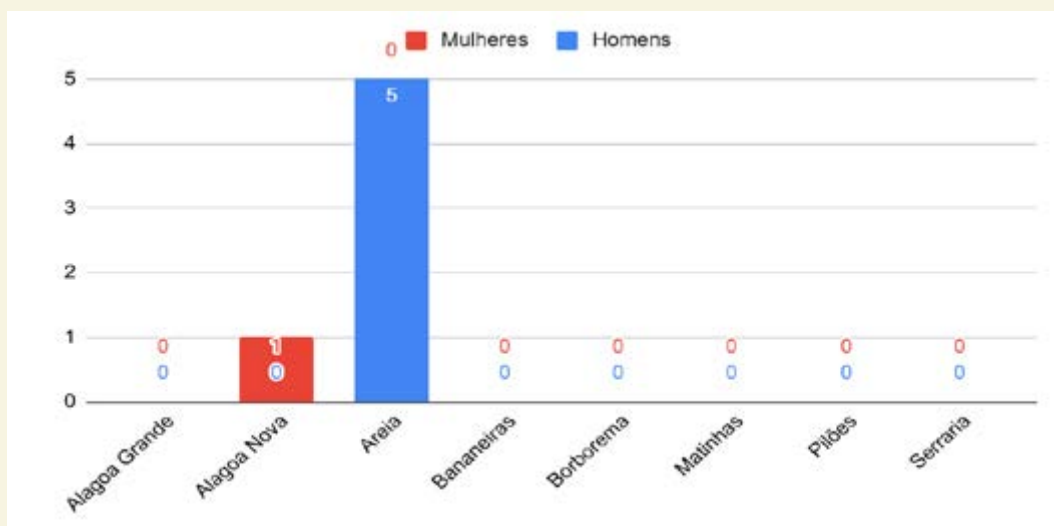
Uma questão que se coloca é que o registro de boletim de ocorrência, nessas situações, muitas vezes oculta evidências de execuções sumárias, ou seja, quando o suspeito já está rendido e mesmo assim é executado, abrigando nos seus registros aquelas MVI que sinalizam uma operação nos parâmetros legais, como aquelas que sinalizam graves desvios de conduta (FBSP, 2025). Identificamos que discursos que defendem a letalidade para qualificar as intervenções legais ganharam força ao longo dos últimos anos, mas o que percebemos é uma política de morte instaurada (Mbembe, 2018) que mata em sua maioria homens (99,2%) negros (taxa de 3,3 a cada 100 mil habitantes) sendo eles jovens, entre 18 e 24 anos, com uma taxa de 9,6 a cada 100 mil habitantes.

Como já foi sinalizado, houve um aumento expressivo nas MVI registradas em todo o Nordeste, juntamente com a expansão de grupos criminosos, potencializando a instauração de conflitos. Em face desse cenário, o que vemos no estado da Paraíba, é uma taxa de 10,3 MVI por intervenção policial em 2024 que, apesar de estar abaixo da taxa nacional de 22,0, representou 5% de todas as MVI registradas nesse mesmo ano. Mesmo que a partir de um olhar comparativo esse quantitativo pareça pequeno, é necessário considerar que em 10 anos, o número de mortos por intervenção policial cresceu 300% no estado, sendo o ano de 2023 o mais letal até então (Jornal da Paraíba, 2025), sinalizando um crescimento que se alinha acompanhando a tendência nacional.

Em face disso, é pertinente a construção de uma seção específica para expor esses dados, de maneira que, seja possível pensar sobre a situação do Agreste Paraibano que se encontra em um estado que vem sinalizando um aumento exorbitante no que tange o número de mortos em decorrência de intervenção policial.

Os dados a seguir, trazem aquilo que cada microrregião possui nos seus registros formais no que se refere ao CID-Y35, devendo ser alvo de uma reflexão crítica, principalmente diante dos municípios cujas mortes violentas intencionais não possuem registros do CID em questão que nos deixa na encruzilhada: será que esses municípios expressam sinais de uma convivência pacífica entre a força policial e a população ou apenas encobre bem os rastros de ilegalidade no exercício policial?

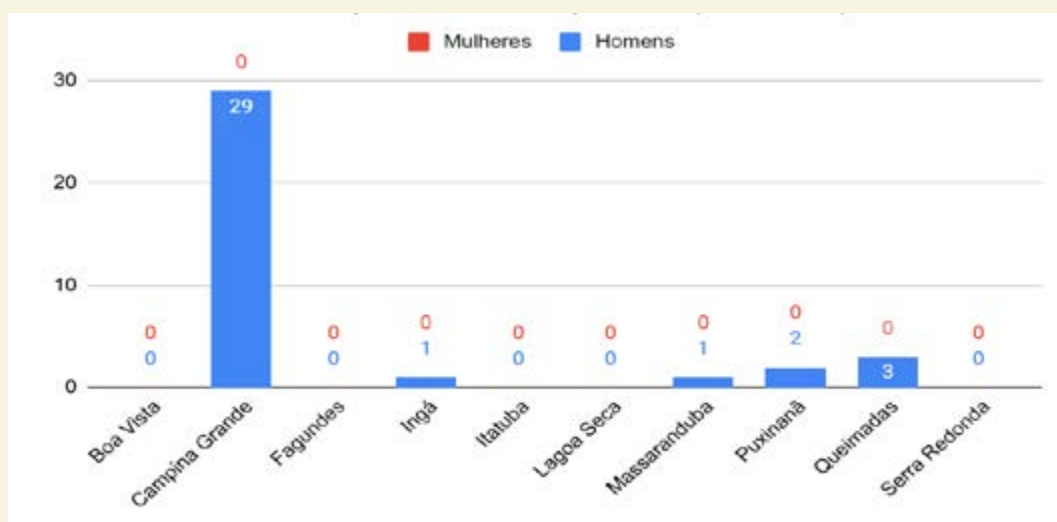
Gráfico 18 - Óbitos por confronto policial (CID-35) no Brejo Paraibano



Fonte: NACE, 2025 (PB)

No que se refere à MVI em decorrência de confronto policial, a microrregião do Brejo Paraibano aparece com as mortes concentradas em um único município, de forma que, aparece uma morte feminina em Alagoa Nova, contrariando as tendências do Agreste Paraibano. Cabe sinalizar, que nos registros oficiais, 3 das 6 MVI ocorreram, em Areia, no mesmo instante, sendo as vítimas 3 homens. Esses números podem nos indicar um alerta considerando a realidade brasileira, onde os casos de subnotificação se dão mediante que o registram de maneira não qualificada ou que as mortes simplesmente não são catalogadas (FBSP, 2025; Caldeira, 2003).

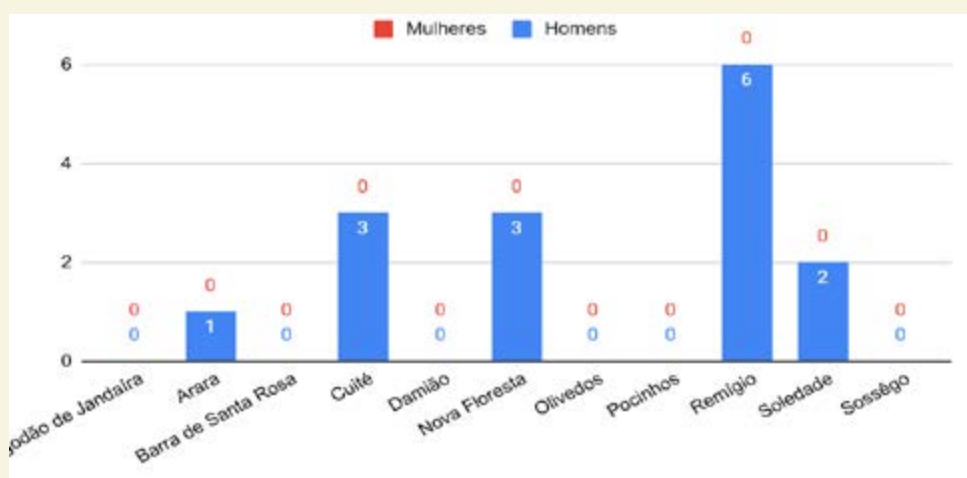
Gráfico 19 - dos óbitos por confronto policial (CID-35) em Campina Grande



Fonte: NACE, 2025 (PB)

A microrregião de Campina Grande é a que sobressai no que se refere às MVI decorrentes de intervenções legais. Ao longo desses 10 anos, foram 29 casos apenas no município de Campina Grande, com episódios pontuais em municípios vizinhos, mas nenhum tão expressivo. Podemos considerar a expansão urbana desordenada que originou as favelas e comunidades urbanas que, cada vez mais, vem aparecendo como objeto de disputa entre grupos criminosos e o Estado (FBSP, 2025). Podemos perceber que se alinha à tendência nacional de abordagens e intervenções violentas por parte do Estado para com a população negra e periférica, sob os estigmas do racismo herdado do período colonial e da modernidade. Assim, o território de Campina Grande é historicamente um espaço de importância na movimentação econômica do Nordeste (Andrade, 1980), fortalecendo a tese de expansão urbana desordenada.

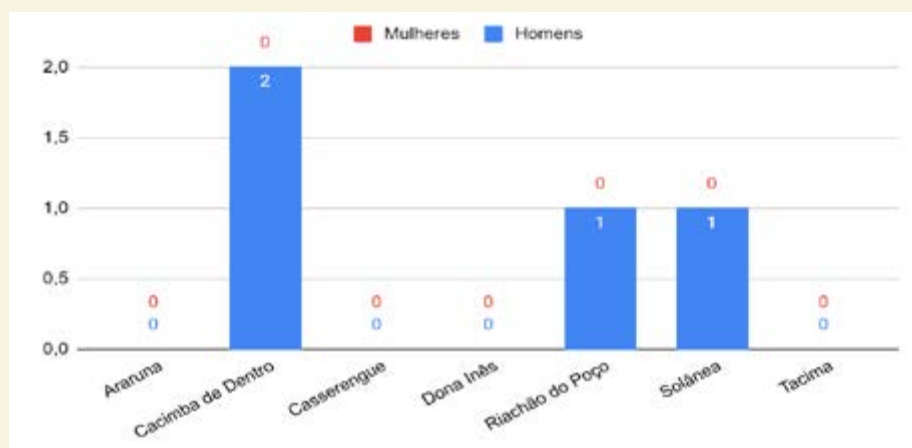
Gráfico 20 - Óbitos por confronto policial (CID-35) em Curimataú Ocidental



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Já o **Curimataú Ocidental** aparece de maneira expressiva, diante da sua população menor, e com índices similares entre os municípios registrados nas MVI. Assim, temos que o município de Remígio aparece com um número expressivo diante dos municípios vizinhos.

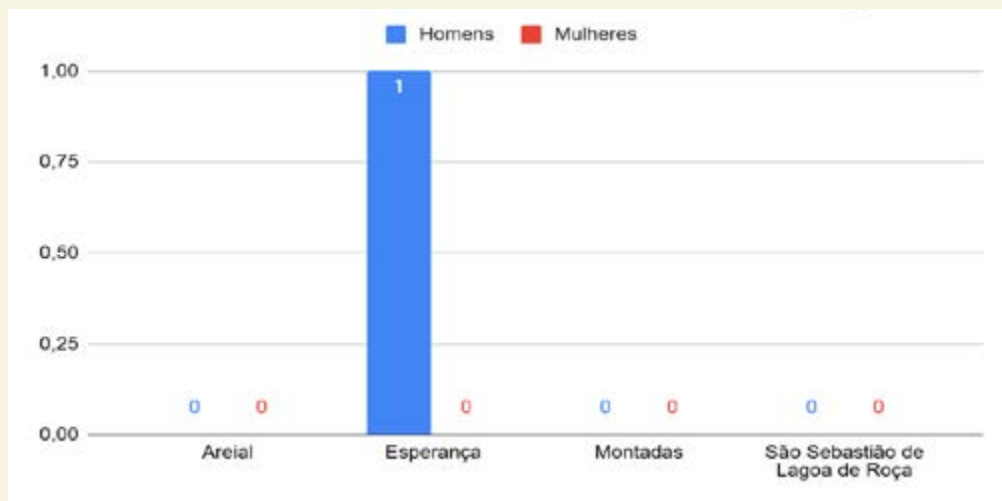
Gráfico 21 - Óbitos por confronto policial (CID-35) em Curimataú Oriental



Fonte: NACE, 2025 (PB)

No **Curimataú Oriental**, apesar de ser uma microrregião menor, ainda apresentou episódios de MVI em decorrência de intervenções legais. O município de Cacimba de Dentro, Riachão do Poço e Solânea aparecem com 2, 1 e 1 caso, respectivamente.

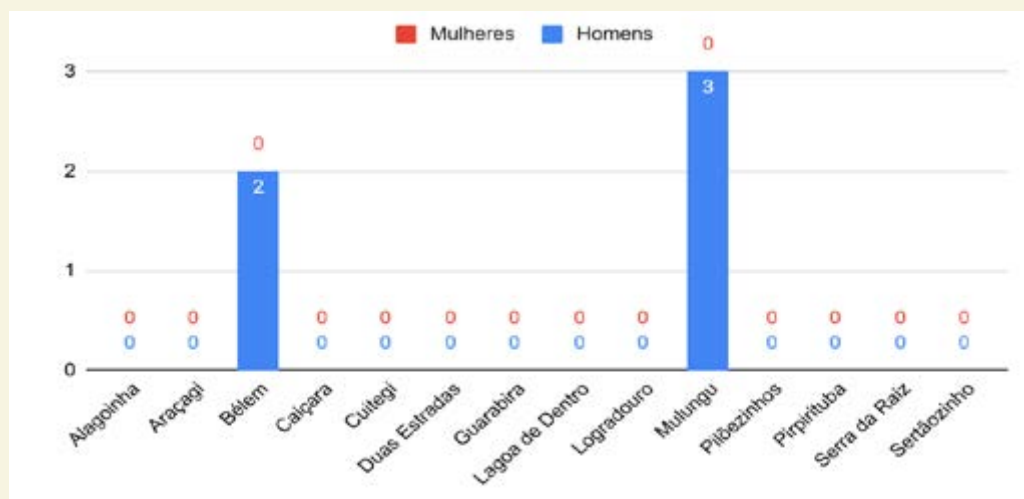
Gráfico 22 - Óbitos por confronto policial (CID-35) em Esperança



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Esperança, a segunda menor microrregião, aparece com poucos registros, apenas 1 com dados zerados nas duas categorias e no restante dos municípios considerados, evidenciando que a subnotificação é muito presente nessa mesorregião.

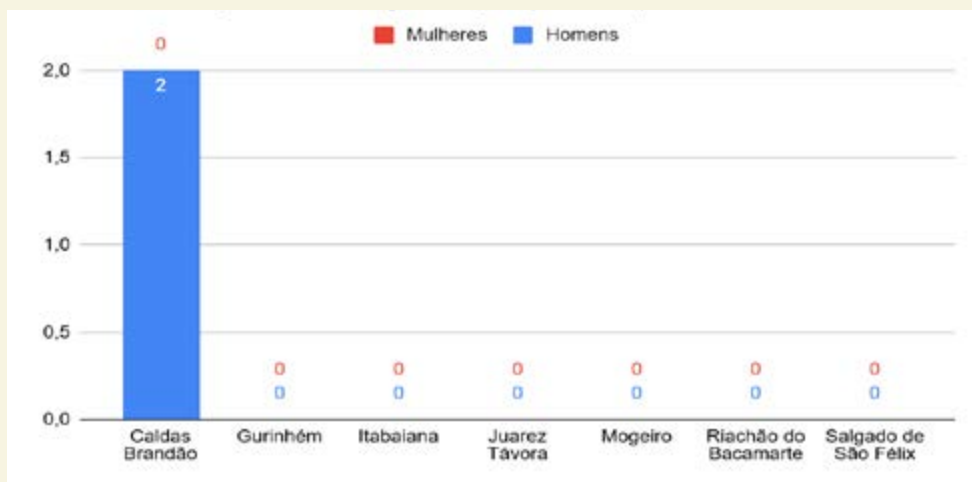
Gráfico 23 - Óbitos por confronto policial (CID-35) em Guarabira



Fonte: NACE, 2025 (PB)

A microrregião de **Guarabira**, apesar de aparecer como uma microrregião com bastante casos de MVI registrados, possui 5 que sinalizam o óbito em decorrência de intervenção legal. Surpreende que os demais municípios não apresentem registros, diante da quantidade de casos apontados no que se refere às MVI gerais. Ademais, o município de Mulungu permanece como um município bastante violento a partir dos registros formais.

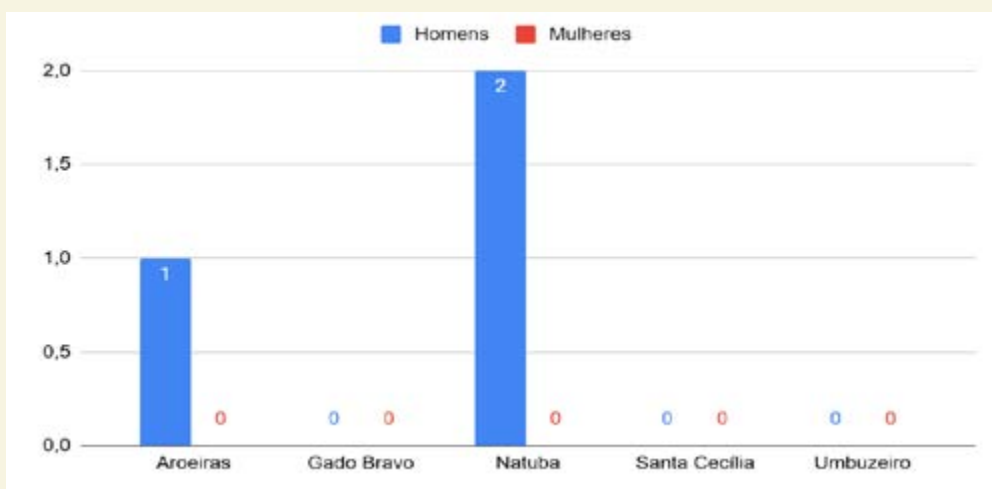
Gráfico 24 - Óbitos por confronto policial (CID-35) Itabaiana



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Itabaiana, assim como Guarabira, apresenta casos MVI registrados de maneira geral, contudo, aqueles que se referem à intervenção legal, apenas 2 aparecem no banco de dados. Frisamos novamente na questão que a subnotificação é uma realidade no país, limitando atuações e intervenções posteriores no âmbito da segurança pública.

Gráfico 25 - Óbitos por confronto policial (CID-35) em Umbuzeiro



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Por fim, **Umbuzeiro**, mesmo com a menor população de todas as microrregiões, aparece com mais registros do que outras microrregiões ligeiramente maiores, reforçando novamente a tese de que a subnotificação é uma realidade que merece intervenção para atuações e políticas públicas mais eficazes.

2.5 O perfil das vítimas

Os dados fazem uma fotografia da realidade brasileira, e a partir deles, é possível identificar mudanças, permanências e particularidades (Caldeira, 2003). A sociedade na qual vivemos é um produto do nosso agir cotidiano, das relações de poder desiguais, que permeiam a nossa realidade (Foucault, 1988), o que se expressa na vivência de homens e mulheres. Assim como as vivências femininas possuem aspectos particulares, as vivências masculinas também expressam essas particularidades nas violências que se expressam através das MVIs.

Quando estamos em um país onde a maioria das MVI registradas são de homens (FBSP, 2025a) e a maioria das pessoas vitimizadas pela violência doméstica são mulheres pelos seus próprios companheiros íntimos ou ex-companheiros (FBSP,2025b), é possível perceber que a tendência que se expressa é diversa para cada segmento. Sendo assim, esse tópico traz os apontamentos a partir de uma visão de gênero, para dessa maneira, contrastar e evidenciar as diferenças que aparecem nas análises das MVI do Agreste Paraibano, potencializando reflexões posteriores. Dessa forma, o tópico conta com quadros com as informações gerais e gráfico que trazem, de maneira comparativa, a incidência de MVI por municípios e por idade.

2.5.1 O perfil das MVI masculinas

Quadro 13 - Quando MVI masculinas, por idade, nos municípios da microrregião do Brejo Paraibano

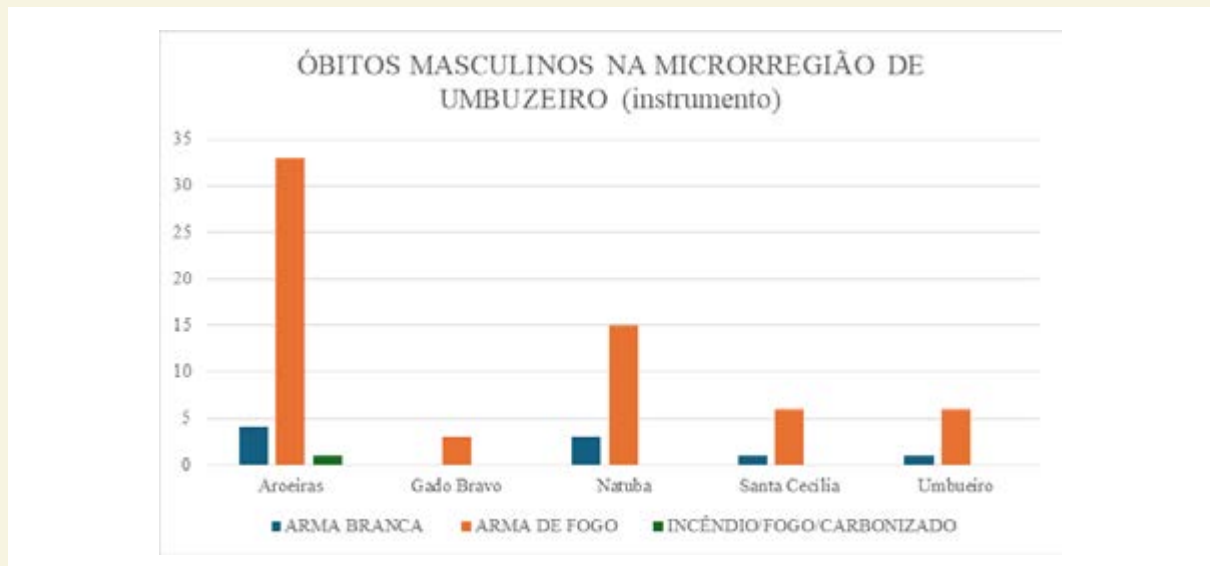
CIDADE	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Alagoa Grande	16 anos (1)			15
	17 anos (1)			
	18 anos (2)			
	20 anos (4)	Arma Branca/X99 (1)		
	21 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (11)		
	22 anos (2)	Espancamento/Y04 (2)		
	23 anos (1)	Indeterminado (1)		
	24 anos (1)			
	25 anos (1)			
	29 anos (1)			

<p>Alagoa Nova</p>	<p>16 anos (2) 17 anos (2) 18 anos (1) 19 anos (3) 20 anos (2) 21 anos (1) 22 anos (2) 23 anos (2) 24 anos (1) 26 anos (2) 27 anos (2) 28 anos (2) 29 anos (4)</p>	<p>Arma Branca/X99 (10) Arma de Fogo/X93 (16)</p>		<p>26</p>
<p>Areia</p>	<p>16 anos (1) 17 anos (1) 19 anos (2) 20 anos (2) 21 anos (3) 22 anos (1) 23 anos (1) 24 anos (1) 25 anos (3) 26 anos (2) 27 anos (4) 28 anos (2) 29 anos (2)</p>	<p>Arma Branca/X99 (8) Arma de Fogo/X93 (14) Indeterminado (1) Não Identificado (1) Pedradas/Y00 (1)</p>	<p>Policial (5)</p>	<p>25</p>
<p>Bananeiras</p>	<p>17 anos (1) 18 anos (1) 19 anos (4) 20 anos (2) 21 anos (1) 22 anos (2) 23 anos (2) 24 anos (1) 27 anos (3) 28 anos (1) 29 anos (2)</p>	<p>Arma Branca/X99 (4) Arma de Fogo/X93 (16)</p>		<p>20</p>

Borborema	15 anos (1)	Arma Branca/X99 (4) Arma de Fogo/X93 (4)		8
	17 anos (1)			
	18 anos (1)			
	19 anos (2)			
	23 anos (2)			
	26 anos (1)			
Matinhas	22 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (4)		5
	23 anos (1)			
	25 anos (1)			
	27 anos (2)			
Pilões	18 anos (1)	Arma Branca/X99 (3) Arma de Fogo/X93 (1)		4
	19 anos (1)			
	23 anos (1)			
	24 anos (1)			
Serraria	17 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (1)		3
	18 anos (1)			
	27 anos (1)			
				TOTAL GERAL
				106

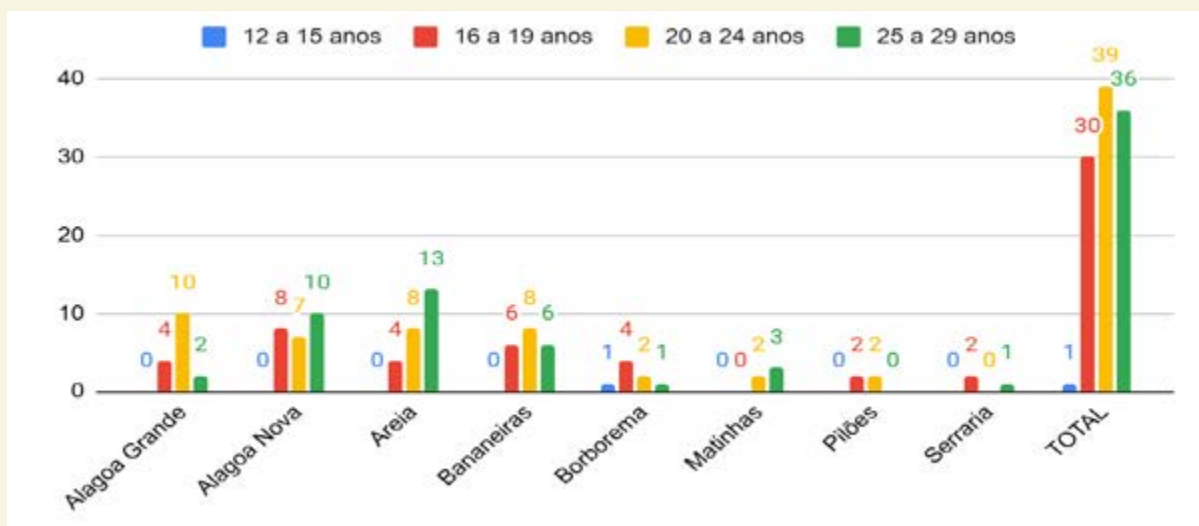
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 26 – Óbitos masculinos na microrregião do Brejo Paraibano



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 27 – Óbitos de homens por idade nos municípios da microrregião do Brejo Paraibano



Fonte: NACE, 2025 (PB)

O Brejo Paraibano conta com 106 óbitos masculinos, vitimizando 39 jovens entre 20 e 24 anos.

Quadro 14 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião de Campina Grande

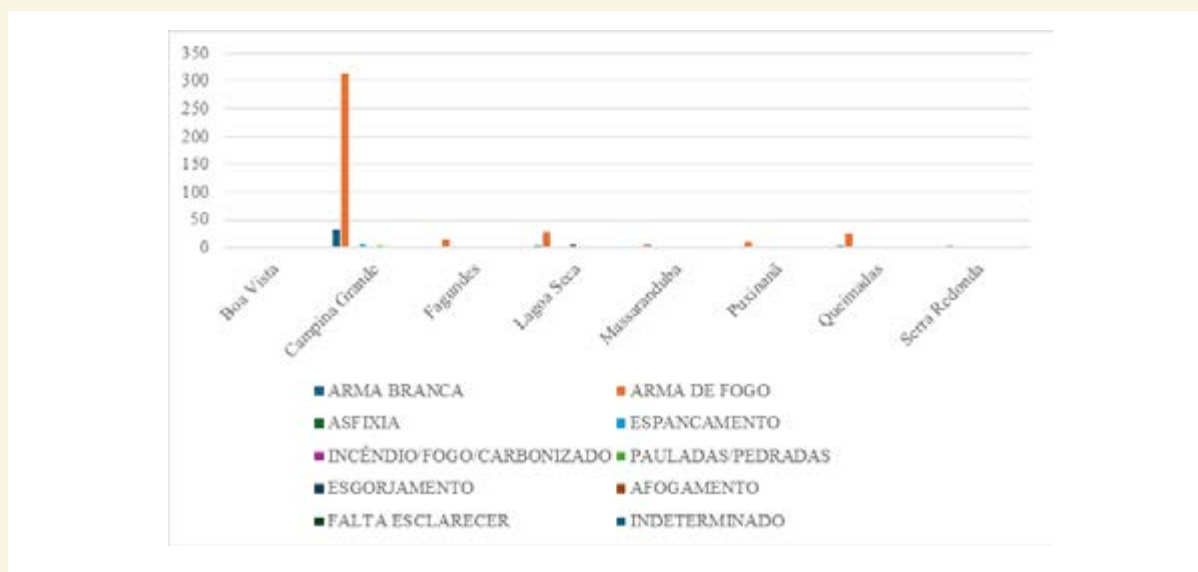
CIDADE	IDADE	INSTRUMENTO	CONFRONTO	TOTAL
Boa Vista	19 anos (1)	Carbonizado/X97 (1)		1
Campina Grande	13 anos (1)			354
	14 anos (3)			
	15 anos (6)			
	16 anos (4)			
	17 anos (34)	Arma Branca/X99 (33)		
	18 anos (15)	Arma de Fogo/X93 (314)		
	19 anos (29)	Asfixia/X91 (1)		
	20 anos (24)	Espancamento/Y04 (5)		
	21 anos (27)	Falta Esclarecer (1)	Policia (29)	
	22 anos (33)	Fogo/X97 (1)	Presídio (3)	
	23 anos (27)	Incêndio/X97 (1)		
	24 anos (21)	Pauladas/Y00 (1)		
	25 anos (31)	Pedradas/Y00 (2)		
	26 anos (27)			
27 anos (36)				
28 anos (24)				
29 anos (12)				

Fagundes	16 anos (1) 17 anos (1) 18 anos (2) 21 anos (1) 22 anos (1) 23 anos (2) 24 anos (2) 25 anos (1) 26 anos (1) 28 anos (2) 29 anos (2)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (14) Indeterminado (1)		16
Lagoa Seca	15 anos (1) 16 anos (4) 17 anos (3) 18 anos (3) 19 anos (2) 20 anos (4) 21 anos (3) 22 anos (1) 23 anos (2) 24 anos (3) 25 anos (2) 26 anos (3) 27 anos (4) 28 anos (2) 29 anos (2)	Arma Branca/X99 (3) Arma de Fogo//X93 (27) Carbonização/X97 (6) Esgorjamento/Y20 (1) Espancamento /Y04 (1) Pedradas/Y00 (1)		39
Massaranduba	16 anos (2) 21 anos (2) 22 anos (1) 23 anos (2) 25 anos (1) 26 anos (1)	Afogamento/W74 (1) Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (6)	Policia (1)	9

Puxinanã	17 anos (2) 19 anos (1) 20 anos (1) 21 anos (3) 23 anos (1) 24 anos (2) 25 anos (2) 28 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (11)	Policial (2)	13
Queimadas	13 anos (1) 15 anos (1) 17 anos (1) 18 anos (1) 19 anos (2) 21 anos (4) 22 anos (3) 23 anos (2) 24 anos (6) 25 anos (1) 26 anos (3) 27 anos (2) 28 anos (2) 29 anos (1)	Arma Branca/X99 (3) Arma de Fogo/X93 (25) Espancamento/Y04 (1) Pauladas/Y00 (1)	Policial (3)	30
Serra Redonda	16 anos (1) 23 anos (1) 25 anos (1) 28 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (3)		4
				TOTAL GERAL 466

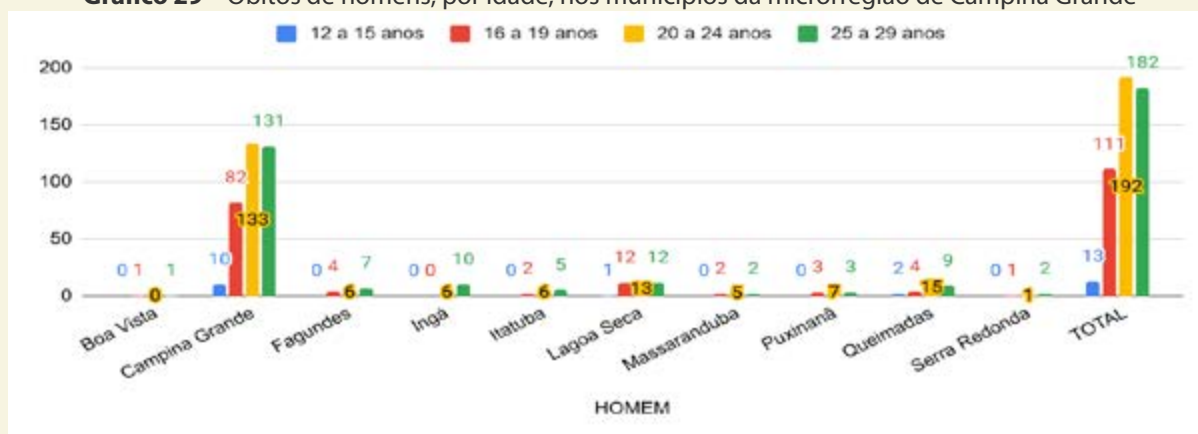
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 28 – Óbitos masculinos na microrregião de Campina Grande (instrumento)



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 29 – Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião de Campina Grande



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Na microrregião de Campina Grande, houve 466 óbitos masculinos, sendo sua maioria registrada na cidade de Campina Grande, com 354 óbitos, seguido de Lagoa Seca, com 39.

As incidências de óbitos em confronto policial ou em presídios também é um fator que chama atenção, a cidade que mais apresenta óbitos, Campina Grande registrou 29 óbitos em confronto policial e 3 em presídios. Ademais, a faixa etária com mais registros é entre 20 e 24 anos (192) e de 25 a 29 anos (182).

Quadro 15 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião de Curimataú Ocidental

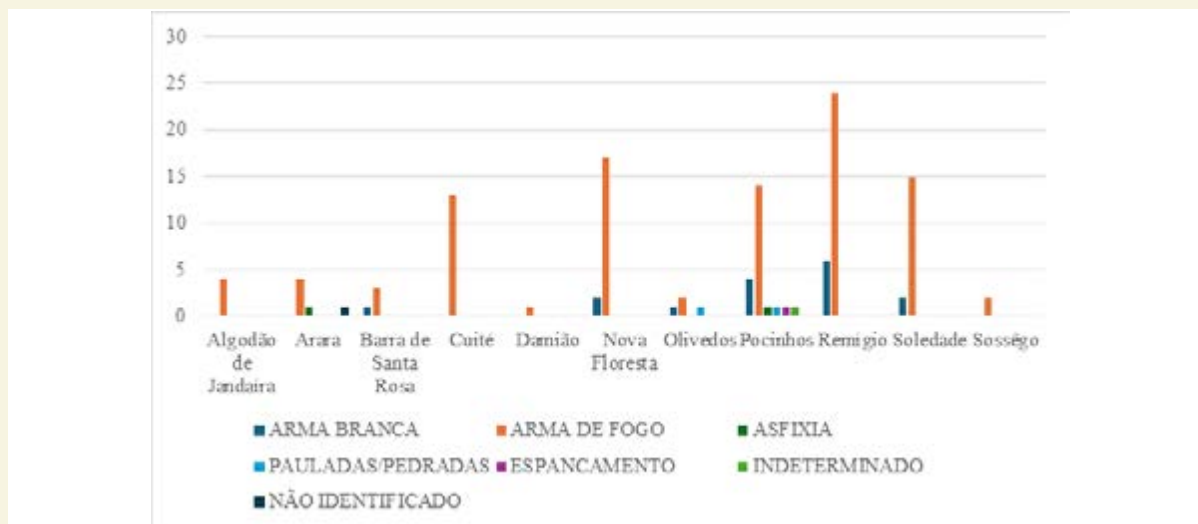
CIDADE	IDADE	INSTRUMENTO	CONFRONTO	TOTAL
Algodão de Jandaíra	15 anos (1) 20 anos (2) 21 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (4)		4
Arara	16 anos (1) 17 anos (2) 22 anos (1) 23 anos (1) 27 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (4) Asfixia/X91 (1) Não Identificado (1)	Policial (1)	6
Barra de Santa Rosa	15 anos (1) 19 anos (2) 23 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (3)		4
Cuité	18 anos (2) 19 anos (2) 20 anos (2) 21 anos (2) 25 anos (2) 26 anos (1) 27 anos (1) 28 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (13)	Policial (3)	13
Damião	23 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Nova Floresta	15 anos (1) 18 anos (2) 19 anos (3) 20 anos (2) 22 anos (1) 23 anos (1) 24 anos (3) 27 anos (1) 28 anos (1) 29 anos (4)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (17)	Policial (3)	19
Olivedos	18 anos (1) 26 anos (1) 28 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (2) Pauladas/Y00 (1)		3

Pocinhos	12 anos (1) 14 anos (1) 15 anos (1) 16 anos (1) 17 anos (1) 18 anos (4) 19 anos (2) 21 anos (1) 22 anos (1) 24 anos (1) 26 anos (1) 27 anos (2) 28 anos (3) 29 anos (2)	Arma Branca/X99 (4) Arma de Fogo/X93 (14) Asfixia/X91 (1) Espancamento/Y04 (1) Indeterminado (1) Pedradas/Y00 (1)		22
Remígio	14 anos (1) 16 anos (1) 18 anos (2) 19 anos (3) 21 anos (2) 22 anos (1) 23 anos (1) 24 anos (4) 25 anos (2) 26 anos (3) 27 anos (4) 28 anos (3) 29 anos (1)	Arma Branca/X99 (6) Arma de Fogo/X93 (24)	Policial (6)	28
Soledade	15 anos (1) 16 anos (1) 17 anos (1) 18 anos (1) 19 anos (1) 20 anos (2) 21 anos (1) 23 anos (2) 24 anos (2) 25 anos (1) 28 anos (2) 29 anos (2)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (15)	Policial (2)	17

Sossêgo	20 anos (1) 25 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
				TOTAL GERAL 119

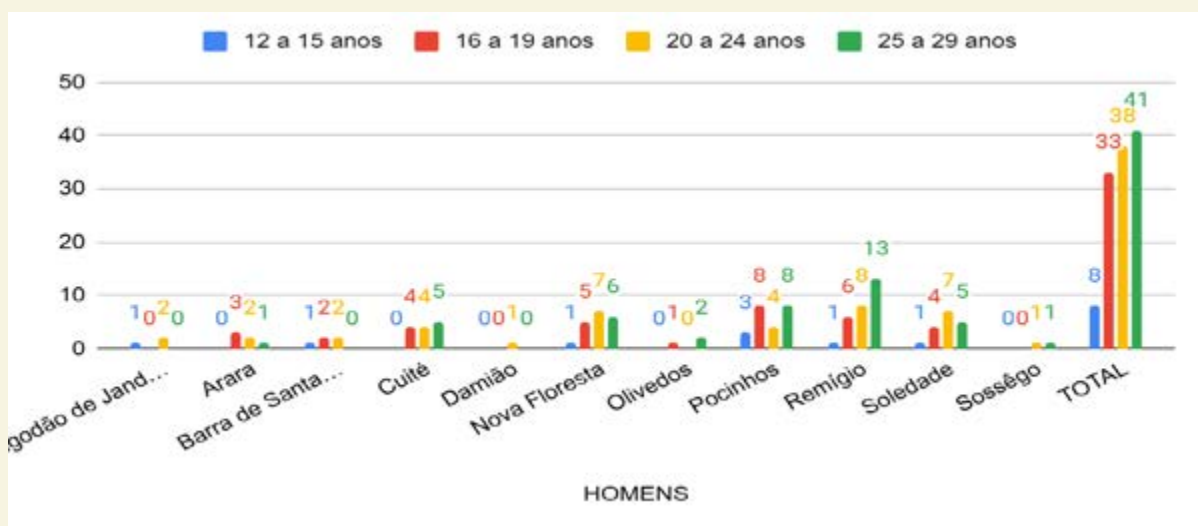
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 30 – Óbitos masculinos na microrregião do curimataú ocidental (instrumento)



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 31 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião do Curimataú Ocidental



Fonte: NACE, 2025 (PB)

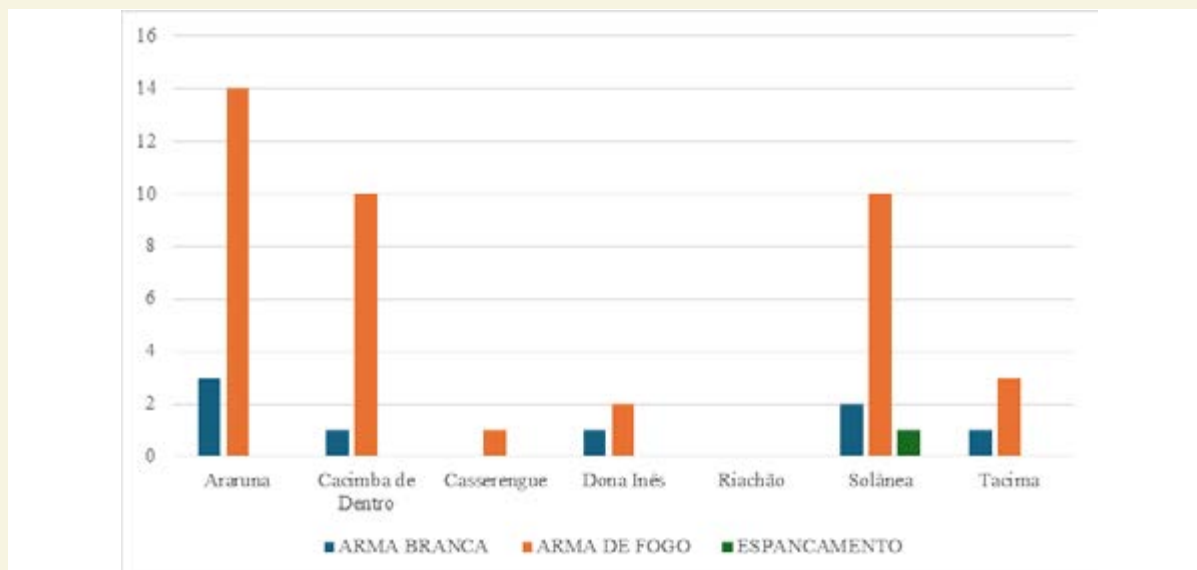
A microrregião do Curimataú Ocidental registrou 119 óbitos., vitimizando majoritariamente jovens entre 25 e 29 anos (41). Cabe sinalizar o alto índice de MVI de jovens entre 12 e 15 anos (8).

Quadro 16 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião de Curimataú Oriental

CIDADE	IDADE	INSTRUMENTOS	CONFRONTO	TOTAL
Araruna	16 anos (1)	Arma Branca/X99 (3) Arma de Fogo/X93 (14)		17
	18 anos (3)			
	21 anos (2)			
	22 anos (4)			
	23 anos (1)			
	24 anos (2)			
	26 anos (2)			
	28 anos (1)			
Cacimba de Dentro	29 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (10)	Policial (2)	11
	17 anos (1)			
	18 anos (2)			
	19 anos (2)			
	21 anos (1)			
	22 anos (2)			
	26 anos (2)			
28 anos (1)				
Casserengue	18 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Dona Inês	20 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (2)		3
	21 anos (1)			
	27 anos (1)			
Riachão				0
Solânea	18 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (10) Espancamento/Y04 (1)	Policial (1)	14
	23 anos (1)			
	24 anos (3)			
	25 anos (3)			
	26 anos (5)			
	27 anos (1)			
Tacima	16 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (3)		4
	22 anos (1)			
	28 anos (2)			
				TOTAL GERAL 50

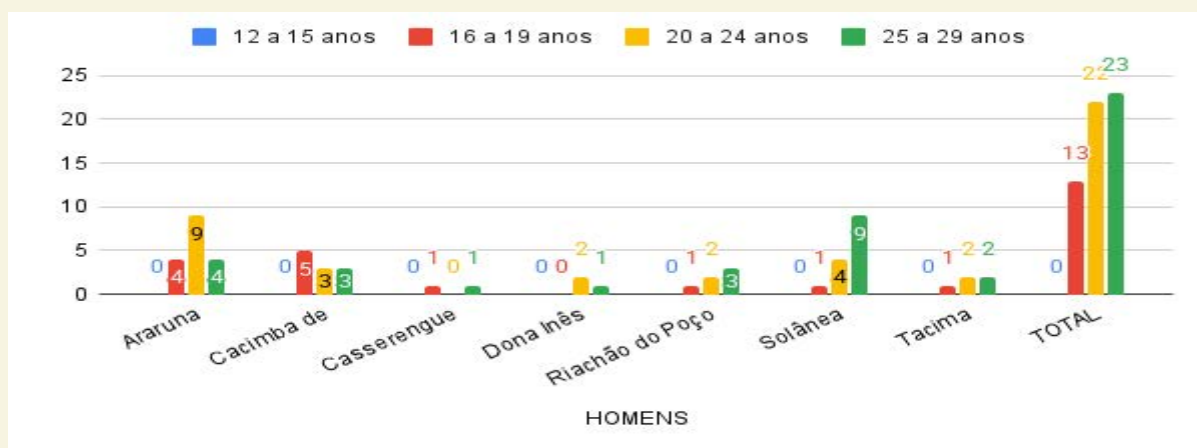
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 32 – Óbitos masculinos na microrregião do curimataú oriental (instrumento)



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 33 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião do Curimataú Oriental



Fonte: NACE, 2025 (PB)

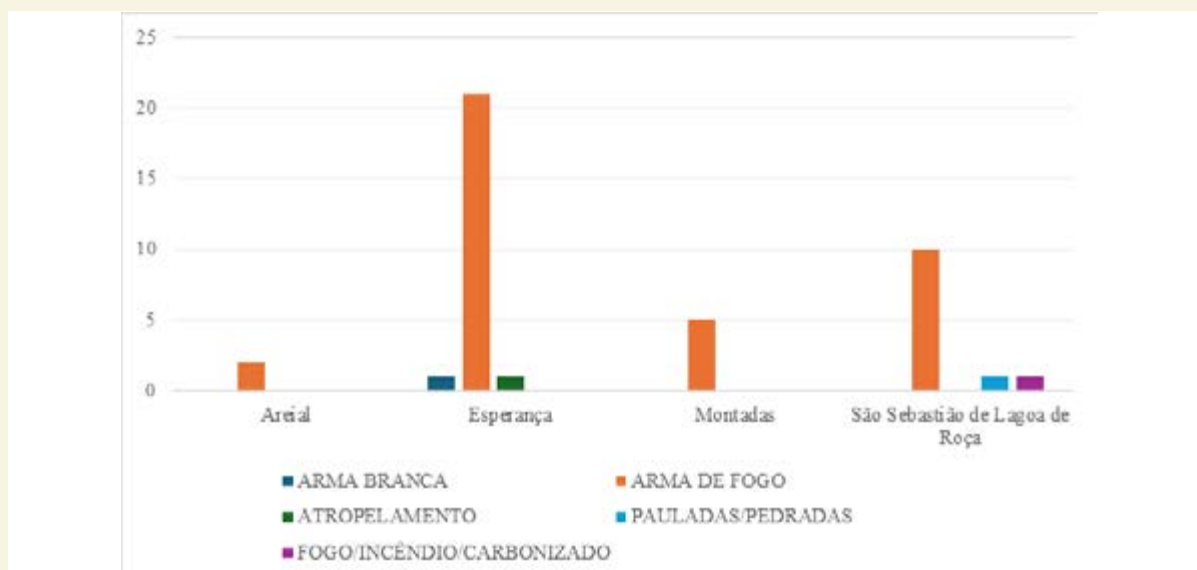
A microrregião do Curimataú Oriental conta com o total de 50 óbitos. Nessa microrregião, a faixa etária com mais mortes é a de 25 a 29 anos.

Quadro 17 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião de Esperança

CIDADE	IDADE	INSTRUMENTOS	CONFRONTO	TOTAL
Areial	20 anos (1) 22 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
Esperança	17 anos (2) 18 anos (3) 19 anos (2) 20 anos (2) 22 anos (1) 23 anos (3) 24 anos (4) 25 anos (1) 26 anos (3) 27 anos (1) 29 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (21) Atropelamento/Y03 (1)	PoliciaI (1)	23
Montadas	24 anos (1) 26 anos (1) 27 anos (1) 28 anos (1) 29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (5)		5
São Sebastião de Lagoa de Roça	15 anos (1) 16 anos (1) 18 anos (2) 19 anos (1) 23 anos (2) 24 anos (2) 27 anos (1) 28 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (10) Fogo/X97 (1) Pauladas/Y00 (1)		11
				TOTAL GERAL 41

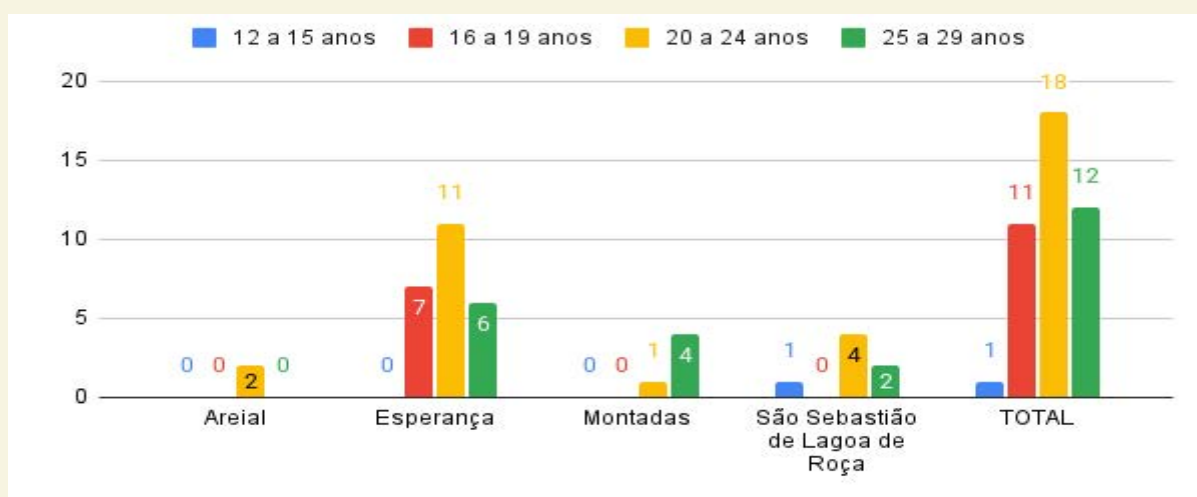
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 34 - Óbitos masculinos na microrregião de esperança (instrumento)



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 35 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião de Esperança



Fonte: NACE, 2025 (PB)

A microrregião de Esperança registrou 41 óbitos masculinos, vitimizando majoritariamente jovens entre 20 e 24 anos.

Quadro 18 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião de Guarabira

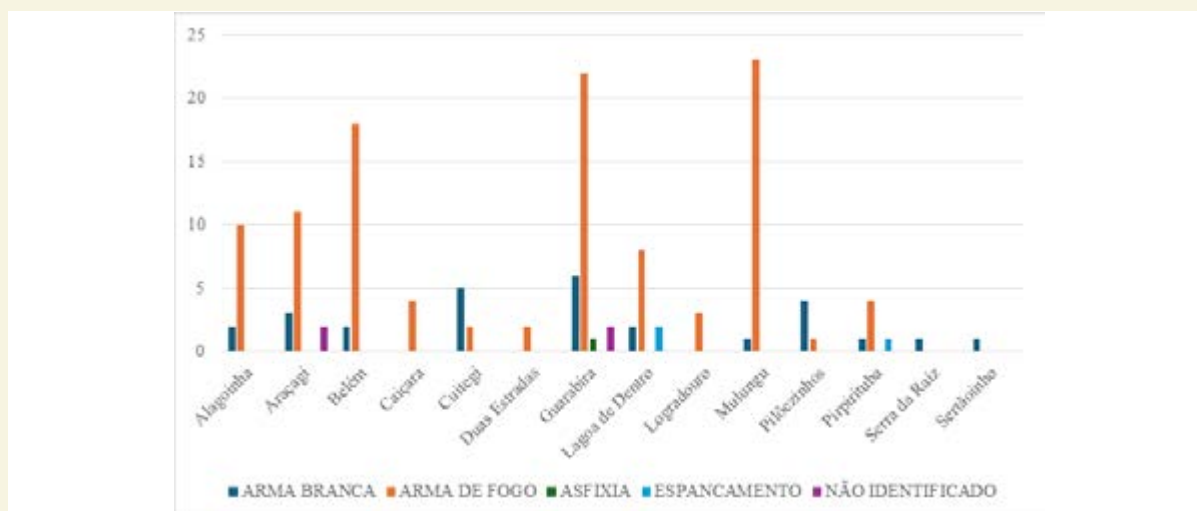
CIDADE	IDADE	INSTRUMENTOS	CONFRONTO	TOTAL
Alagoinha	15 anos (1) 17 anos (1) 20 anos (1) 21 anos (2) 22 anos (4) 24 anos (2) 28 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (10)		12
Araçagi	16 anos (1) 18 anos (1) 19 anos (2) 20 anos (3) 21 anos (1) 22 anos (1) 23 anos (2) 25 anos (3) 26 anos (2)	Arma Branca/X99 (3) Arma de Fogo/X93 (11) Não Identificado (2)		16
Belém	15 anos (1) 16 anos (1) 17 anos (2) 18 anos (1) 19 anos (1) 20 anos (1) 23 anos (4) 24 anos (4) 25 anos (2) 26 anos (1) 28 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (18)	Policial (2)	19
Caiçara	17 anos (1) 18 anos (1) 21 anos (1) 24 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (4)		4

Cuitegi	18 anos (1) 20 anos (1) 21 anos (1) 25 anos (1) 26 anos (1) 28 anos (1) 29 anos (1)	Arma Branca/X99 (5) Arma de Fogo/X93 (2)		7
Duas Estradas	18 anos (1) 24 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
Guarabira	17 anos (1) 18 anos (2) 19 anos (3) 20 anos (3) 21 anos (2) 22 anos (1) 23 anos (3) 24 anos (1) 25 anos (2) 26 anos (6) 27 anos (3) 28 anos (1) 29 anos (2)	Arma Branca/X99 (6) Arma de Fogo/X93 (22) Asfixia/X91 (1) Não Identificado (2)		30
Lagoa de Dentro	15 anos (1) 16 anos (2) 17 anos (2) 19 anos (1) 20 anos (1) 21 anos (1) 23 anos (2) 25 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (8) Espancamento/Y04 (2)		11
Logradouro	18 anos (1) 24 anos (1) 26 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (3)		3

Mulungu	13 anos (1) 16 anos (1) 17 anos (1) 19 anos (3) 21 anos (1) 22 anos (5) 24 anos (2) 25 anos (1) 26 anos (1) 27 anos (5) 29 anos (3)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (23)	Policial (3)	24
Pilõeszinhos	17 anos (1) 18 anos (2) 22 anos (1) 24 anos (1)	Arma Branca/X99 (4) Arma de Fogo/X93 (1)		5
Pirpirituba	15 anos (1) 21 anos (2) 23 anos (1) 26 anos (1) 27 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (4) Espancamento/Y04 (1)		6
Serra da Raiz	21 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
Sertãozinho	22 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
				TOTAL GERAL 141

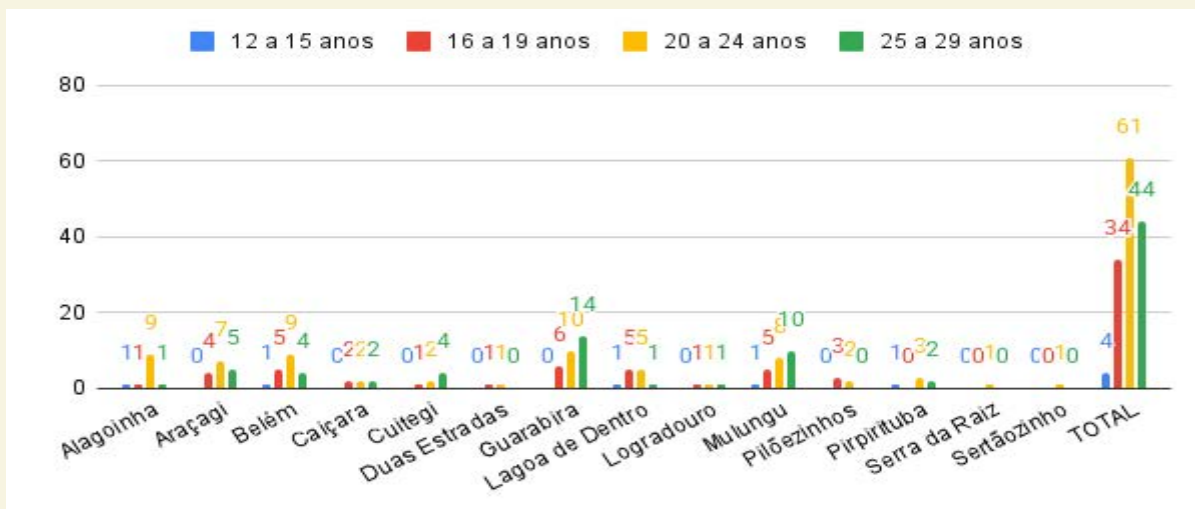
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 36 - Óbitos masculinos na microrregião de Guarabira



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 37 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião de Guarabira



Fonte: NACE, 2025 (PB)

A microrregião de Guarabira constatou 144 óbitos masculinos, dos quais 61 foram de jovens entre 20 e 24 anos.

Quadro 19 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião de Itabaiana

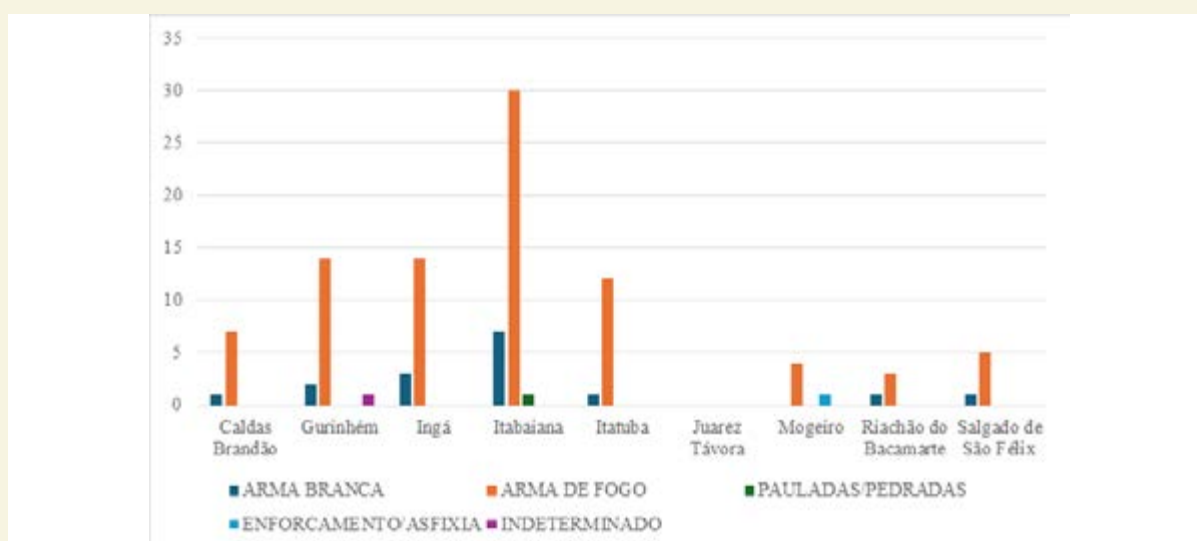
CIDADE	IDADE	INSTRUMENTOS	CONFRONTO	TOTAL
Caldas Brandão	18 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (7)	Policial (2)	8
	21 anos (1)			
	22 anos (2)			
	23 anos (1)			
	24 anos (2)			
	27 anos (1)			
Gurinhém	15 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (14) Indeterminado (1)		17
	17 anos (1)			
	18 anos (1)			
	19 anos (4)			
	20 anos (1)			
	21 anos (1)			
	22 anos (1)			
	23 anos (2)			
	25 anos (2)			
	26 anos (1)			
	27 anos (1)			
	29 anos (1)			

Ingá	20 anos (1) 21 anos (3) 22 anos (1) 24 anos (2) 25 anos (2) 26 anos (2) 27 anos (2) 28 anos (2) 29 anos (2)	Arma Branca/X99 (3) Arma de Fogo/X93 (14)	Policial (1)	17
Itabaiana	12 anos (1) 15 anos (1) 17 anos (1) 18 anos (4) 19 anos (4) 20 anos (3) 21 anos (1) 22 anos (2) 23 anos (1) 24 anos (5) 25 anos (3) 26 anos (3) 27 anos (3) 28 anos (3) 29 anos (1)	Arma Branca/X99 (7) Arma de Fogo/X93 (30) Pedradas/Y00 (1)		36
Itatuba	17 anos (1) 18 anos (1) 20 anos (3) 21 anos (1) 22 anos (1) 23 anos (1) 25 anos (1) 27 anos (3) 29 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (12)		13
Juarez Távora				0
Mogero	13 anos (1) 17 anos (1) 19 anos (1) 23 anos (1) 26 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (4) Enforcamento/X91 (1)		5

Riachão do Bacamarte	21 anos (1) 27 anos (3)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (3)		4
Salgado de São Félix	16 anos (1) 17 anos (1) 19 anos (1) 25 anos (2) 27 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (5)		6
				TOTAL GERAL 106

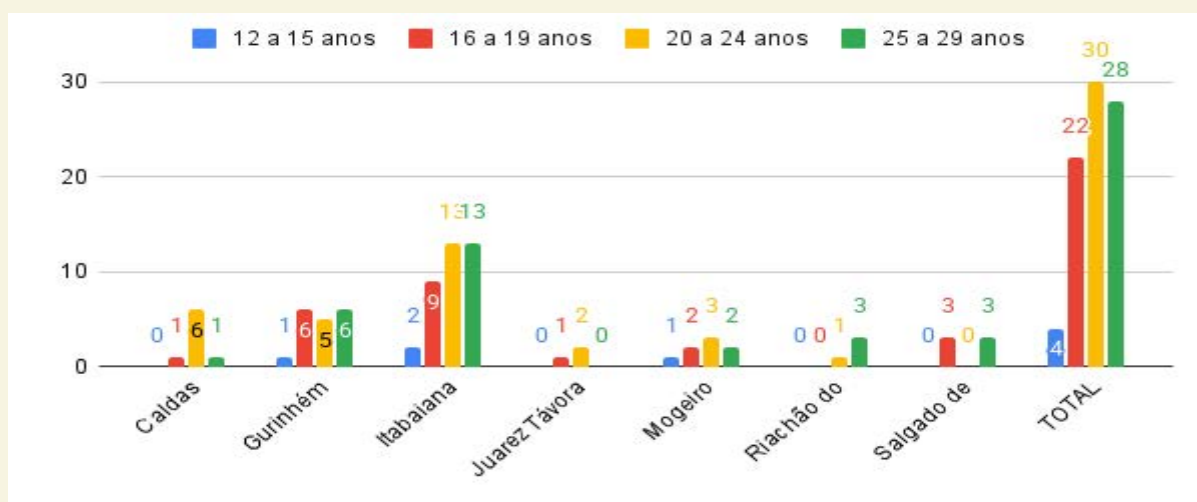
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 38 - Óbitos masculinos na microrregião de Itabaiana (instrumento)



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 39 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião de Itabaiana



Fonte: NACE, 2025 (PB)

A microrregião de Itabaiana obteve o total de 106 óbitos, dos quais 30 foram de jovens entre 20 e 24 anos e 28 de jovens entre 25 e 29 anos.

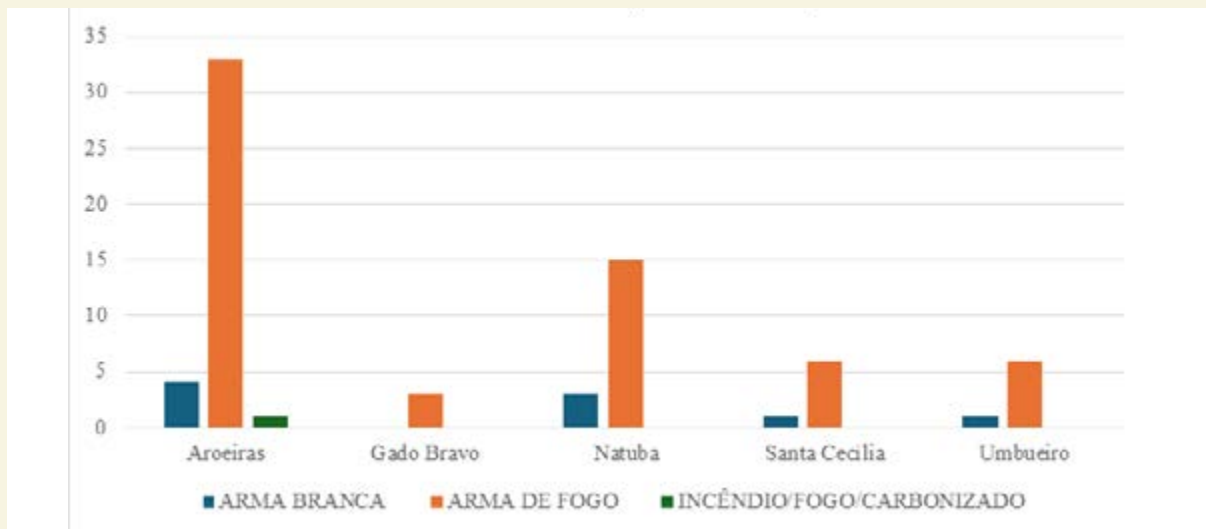
Quadro 20 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião de Umbuzeiro

CIDADE	IDADE	INSTRUMENTOS	CONFRONTO	TOTAL
Aroeiras	17 anos (2)	Arma Branca/X99 (4) Arma de Fogo/X93 (33) Carbonizado/X97 (1)	Policial (1)	37
	18 anos (5)			
	19 anos (3)			
	20 anos (3)			
	21 anos (7)			
	22 anos (1)			
	23 anos (2)			
	24 anos (3)			
	25 anos (3)			
	26 anos (2)			
	27 anos (3)			
	28 anos (2)			
29 anos (1)				
Gado Bravo	20 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (3)		3
	22 anos (2)			
Natuba	16 anos (1)	Arma Branca/X99 (3) Arma de Fogo/X93 (15)	Policial (2)	18
	17 anos (1)			
	18 anos (1)			
	22 anos (4)			
	23 anos (1)			
	24 anos (1)			
	25 anos (2)			
	26 anos (1)			
	27 anos (5)			
28 anos (1)				
Santa Cecília	23 anos (3)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (6)		7
	24 anos (1)			
	26 anos (1)			
	28 anos (1)			
	29 anos (1)			

Umbuzeiro	18 anos (1) 21 anos (1) 25 anos (2) 27 anos (2) 29 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (6)		7
				TOTAL GERAL 72

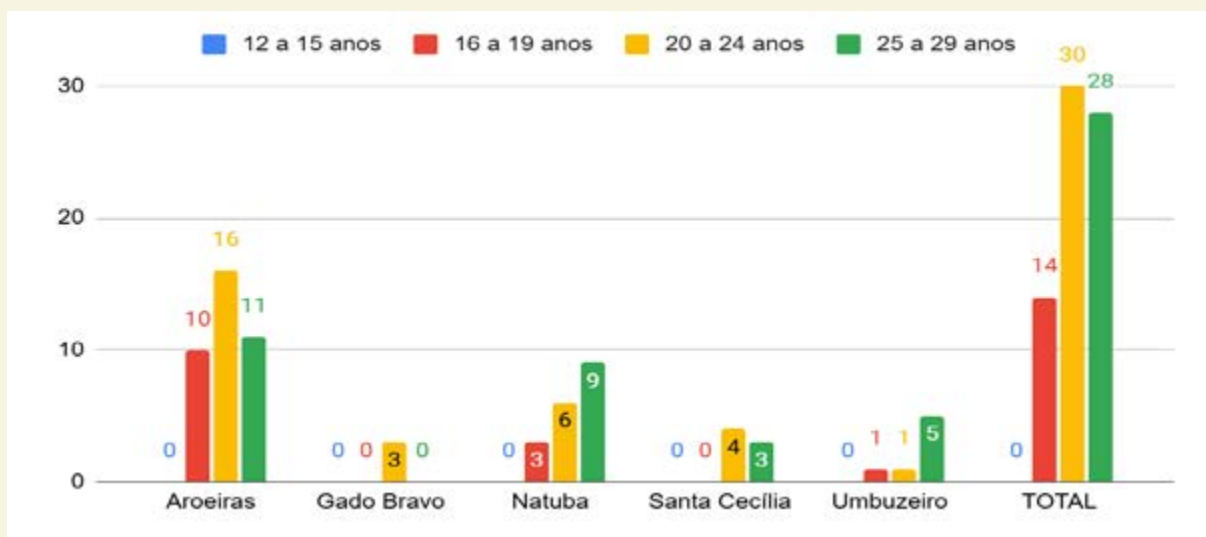
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 40 - Óbitos masculinos na microrregião de Umbuzeiro (instrumento)



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 41 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião de Umbuzeiro



Fonte: NACE, 2025 (PB)

A microrregião de Umbuzeiro contou com 72 óbitos. Novamente a faixa etária com mais registros é a de 20 a 24 anos, seguido de 25 a 29 anos.

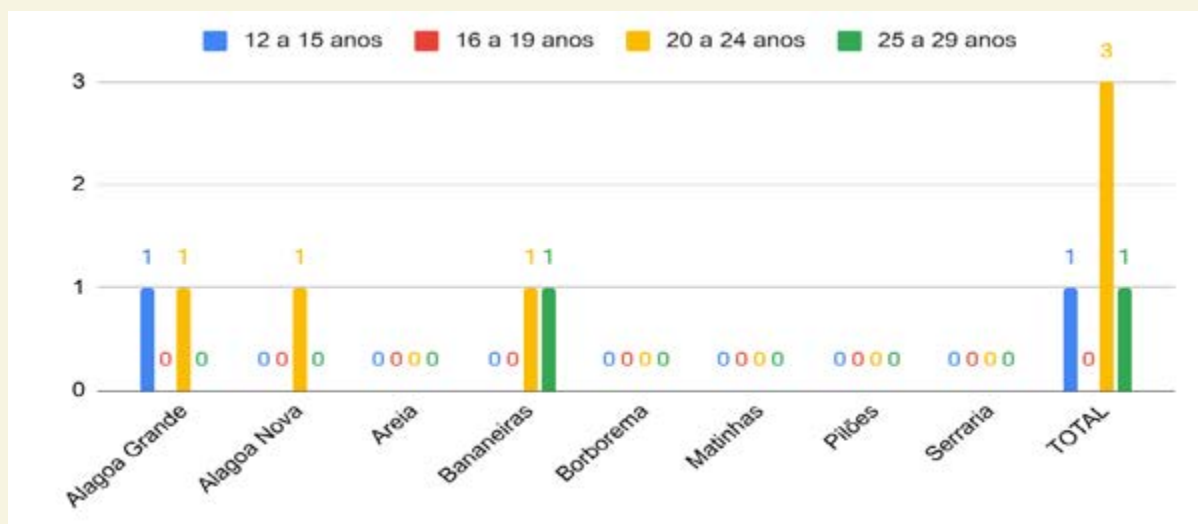
2.5.2 O perfil das MVI femininas

Quadro 21 - Óbitos de mulheres, por idade, nos municípios da microrregião do Brejo Paraibano

CIDADE	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Alagoa Grande	13 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		3
	24 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		
Alagoa Nova	20 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)	Policial (1)	1
Areia				
Bananeiras	24 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		2
	29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		
Borborema				
Matinhas				
Pilões				
Serraria				
				TOTAL GERAL
				6

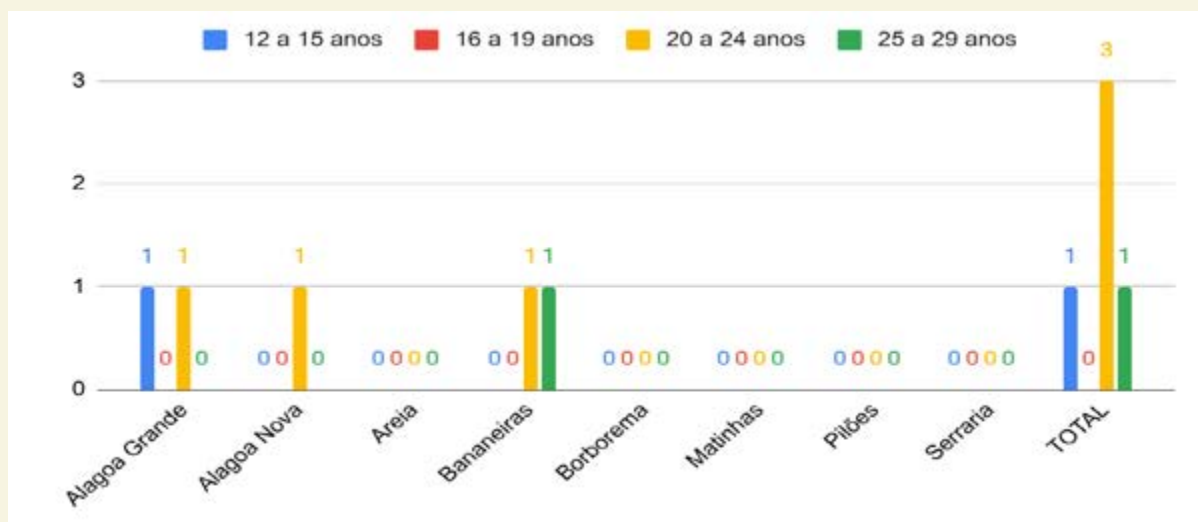
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 42 - Óbitos de mulheres na microrregião do Brejo Paraibano (instrumento)



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 43 - Óbitos de mulheres por idade, nos municípios da microrregião do Brejo Paraibano



Fonte: NACE. 2025 (PB)

Na microrregião do Brejo Paraibano só foram registradas mortes por arma branca e arma de fogo. O total de óbito de mulheres foi 6, dos quais 3 foram de mulheres entre 20 e 24 anos.

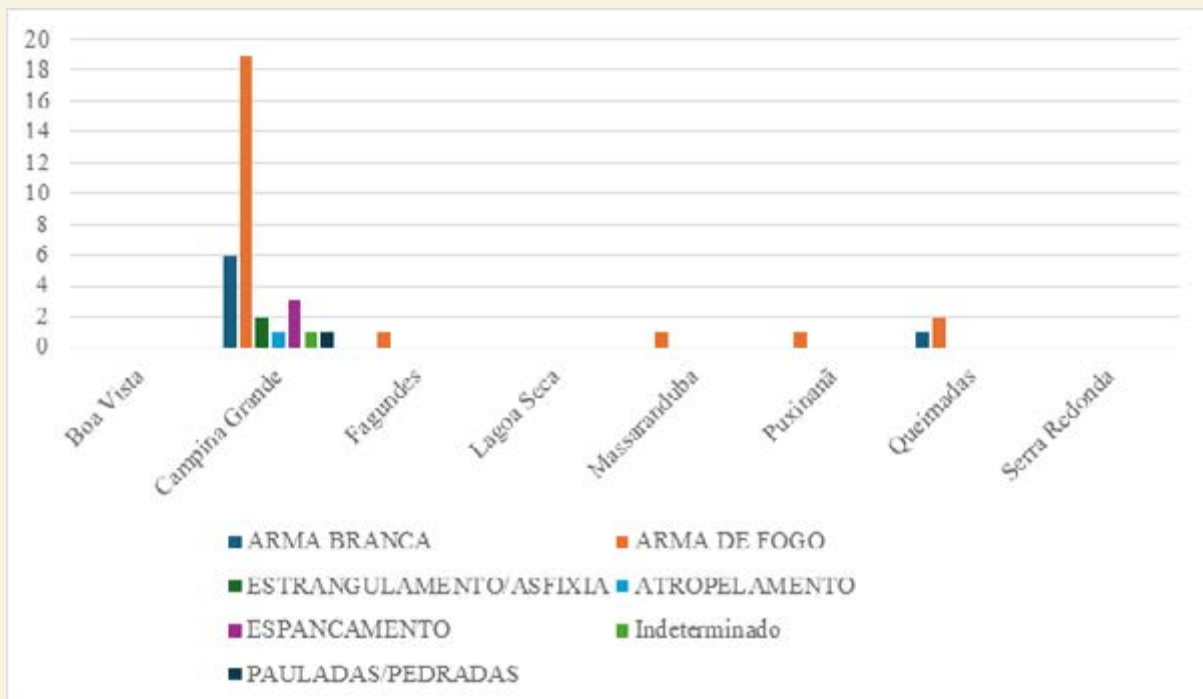
Quadro 22 - Óbitos de mulheres, por idade, nos municípios da microrregião de Campina Grande

CIDADE	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL	
Boa Vista					
Campina Grande	14 anos (2)	Arma Branca/X99 (6)		33	
	16 anos (2)				
	17 anos (3)				
	18 anos (2)				
	19 anos (4)				Arma de Fogo/X93 (19)
	20 anos (1)				
	21 anos (4)	Atropelamento/Y03 (1)			
	22 anos (1)	Espancamento/Y04 (3)			
	23 anos (4)	Estrangulamento/X91 (1)			
	24 anos (2)	Indeterminado (1)			
	25 anos (2)	Pauladas/Y00 (1)			
	26 anos (2)				
	27 anos (2)				
29 anos (2)					
Fagundes	23 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1	
Lagoa Seca					
Massaranduba	19 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1	

Puxinanã	21 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Queimadas	19 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		3
	21 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		
	29 anos (1)			
Serra Redonda				
				TOTAL GERAL
				39

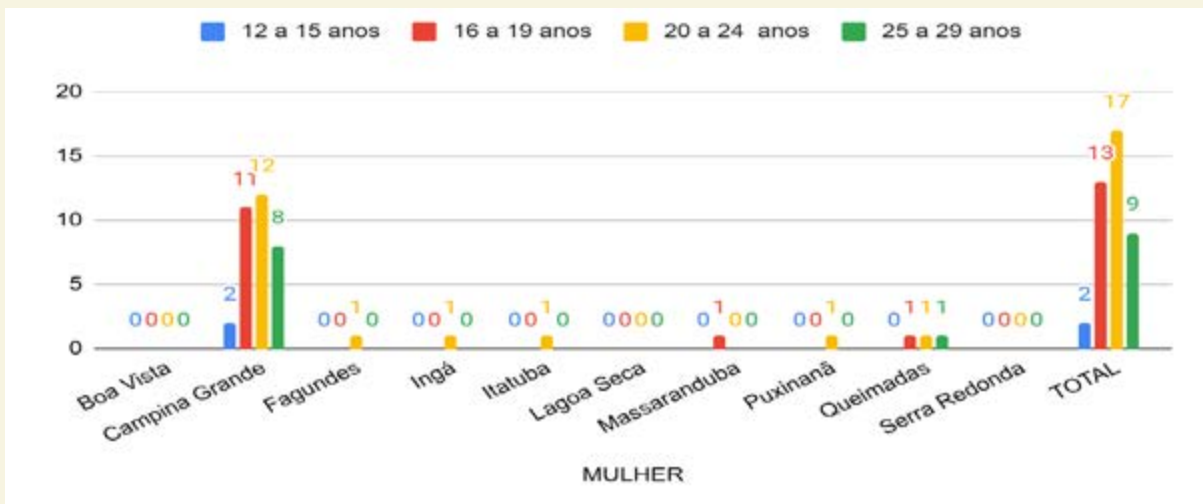
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 44 - Óbitos de mulheres na microrregião de Campina Grande (instrumento)



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 45 - Óbitos de mulheres por idade, nos municípios da microrregião de Campina Grande



Fonte: NACE, 2025 (PB)

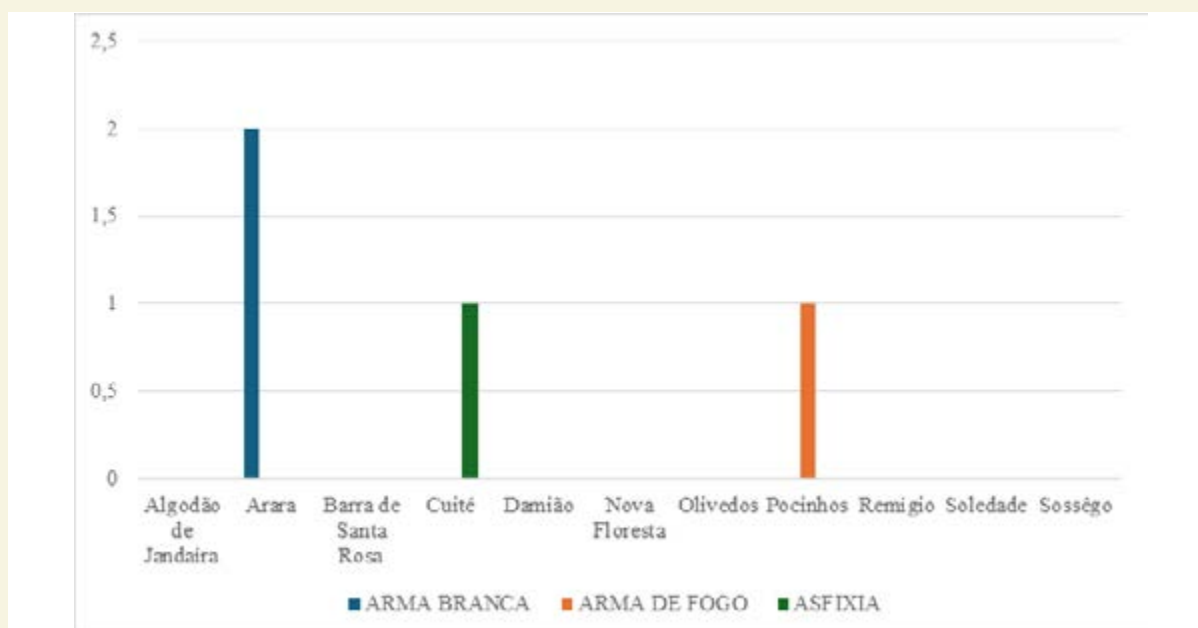
Os instrumentos utilizados nos óbitos femininos da microrregião de Campina Grande foram arma branca, arma de fogo, asfixia, atropelamento, espancamento, estrangulamento, pauladas e causas indeterminadas, resultando em 39 óbitos. Campina Grande registra o maior quantitativo de MVI femininas, das quais 12 casos, dos 17 totais da microrregião, foram de mulheres entre 20 e 24 anos.

Quadro 23 - Óbitos de mulheres, por idade, nos municípios da microrregião de Curimataú Ocidental

CIDADE	IDADE	INSTRUMENTO /CID	CONFRONTO	TOTAL
Algodão de Jandaíra				
Arara	21 anos (1) 22 anos (1)	Arma Branca/X99 (2)		2
Barra de Santa Rosa				
Cuité	27 anos (1)	Asfixia/X91 (1)		1
Damião				
Nova Floresta				
Olivedos				
Pocinhos	23 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Remígio				
Soledade				
Sossêgo				
				TOTAL GERAL 4

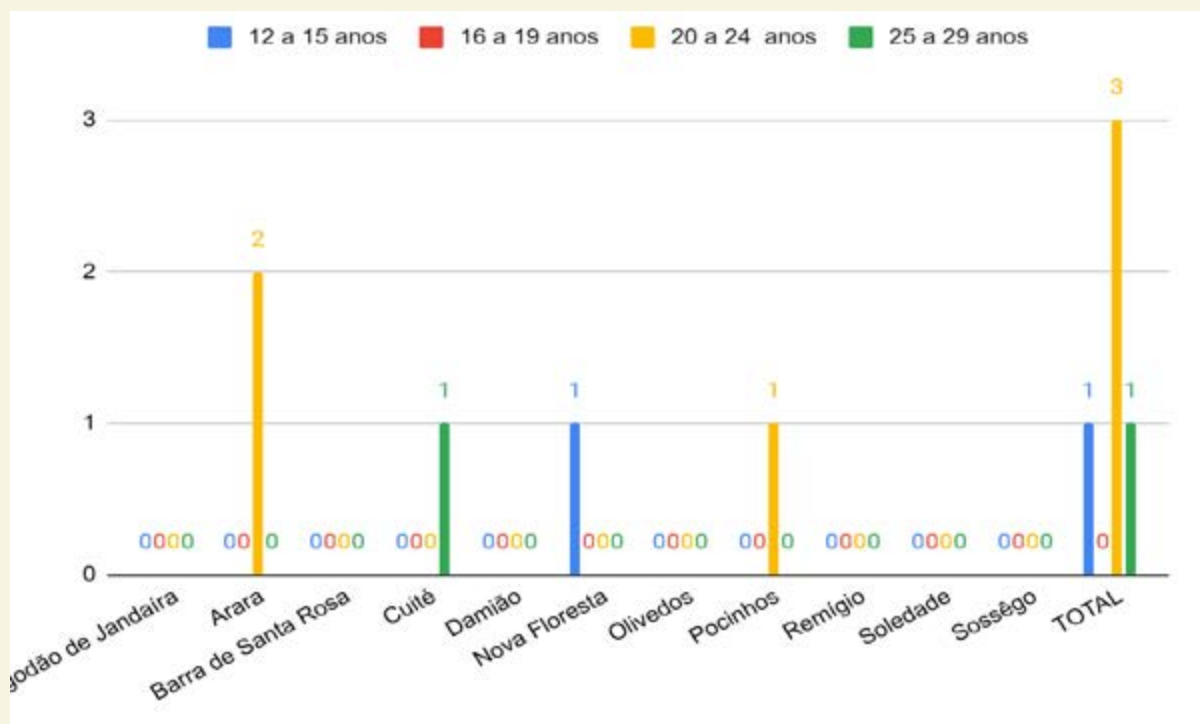
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 46 - Óbitos de mulheres na microrregião do Curimataú Ocidental (instrumental)



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 47 - Óbitos de mulheres por idade, nos municípios da microrregião de Curimataú Ocidental



Fonte: NACE 2025 (PB)

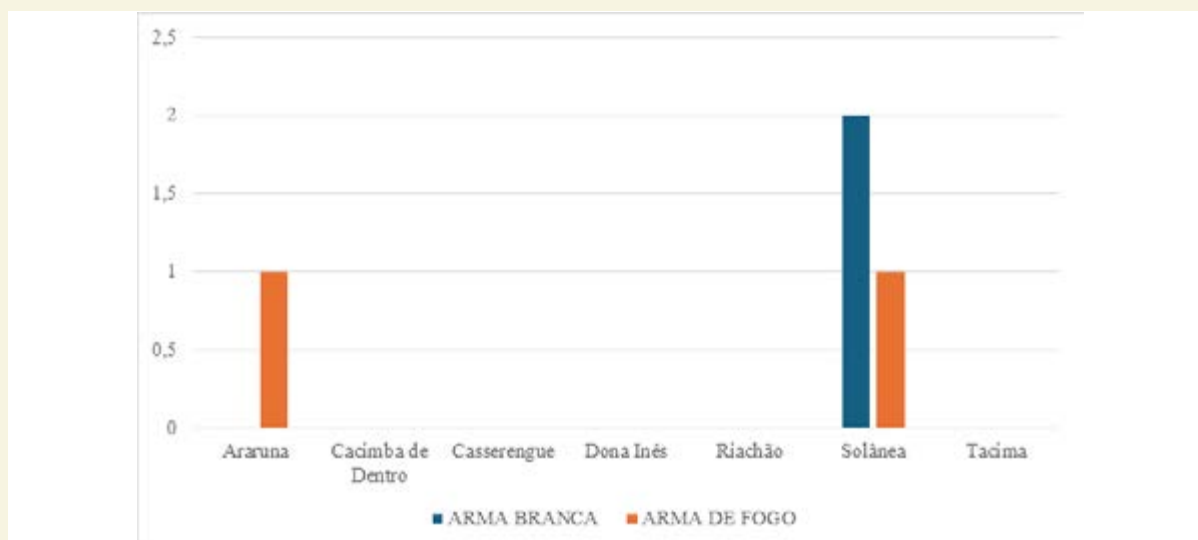
Na microrregião do Curimataú Ocidental foram identificados 4 óbitos de mulheres, sendo eles praticados por arma branca, arma de fogo e asfixia. Com relação à faixa etária, predomina a de 20 a 24 anos.

Quadro 24 - Óbitos de mulheres, por idade, nos municípios da microrregião de Curimataú Oriental

CIDADE	IDADE	INSTRUMENTOS/CID	CONFRONTO	TOTAL
Araruna	24 anos (1) 27 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
Cacimba de Dentro				
Casserengue				
Dona Inês				
Riachão				
Solânea	16 anos (1) 22 anos (1) 26 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (1)		3
Tacima				
TOTAL GERAL				5

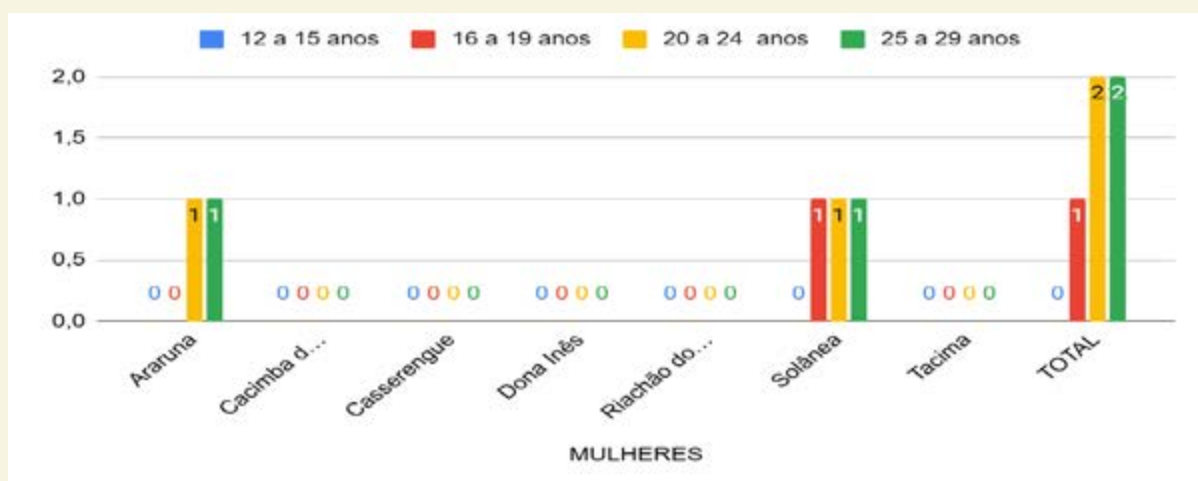
Fonte: NACE 2025 (PB)

Gráfico 48 - Óbitos de mulheres na microrregião de Curimataú Oriental



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 49 - Óbitos de mulheres por idade, nos municípios da microrregião de Curimataú Oriental



Fonte: NACE, 2025 (PB)

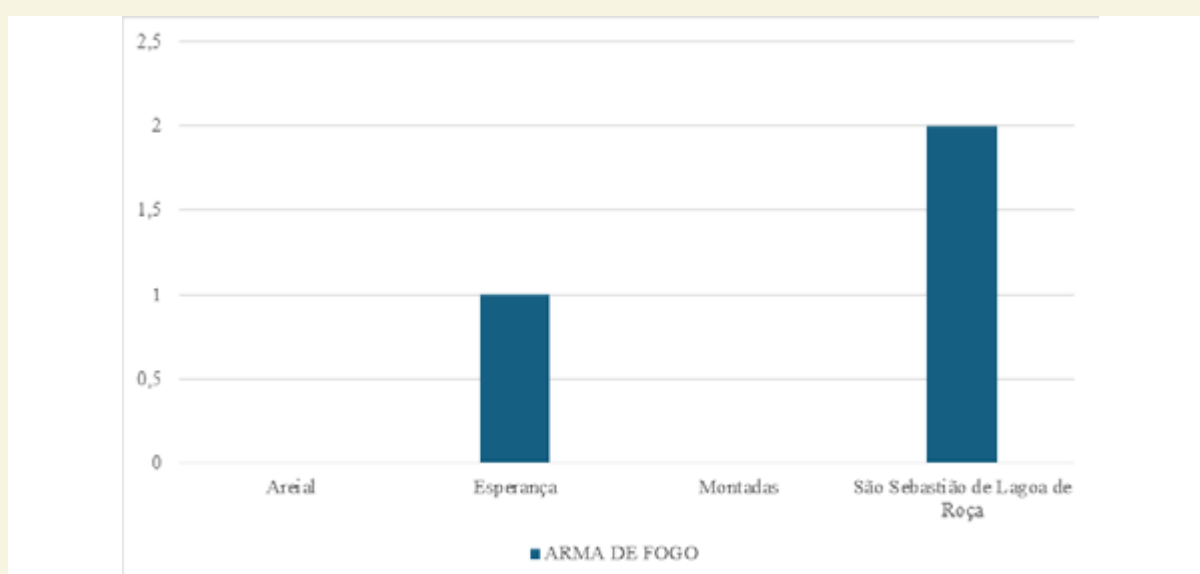
Na microrregião do Curimataú Oriental, foi identificado 5 óbitos de mulheres, sendo eles causados por arma branca e arma de fogo. O número de registros de MVI na faixa etária de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos é de 2 casos em ambos.

Quadro 25 - Óbitos de mulheres, por idade, nos municípios da microrregião de Esperança

CIDADE	IDADE	INSTRUMENTOS/CID	CONFRONTO	TOTAL
Areial				
Esperança	15 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Montadas				
São Sebastião de Lagoa de Roça	14 anos (2)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
				TOTAL GERAL
				3

Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 50 - Óbitos de mulheres na microrregião de Esperança



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 51 - Óbitos de mulheres por idade, nos municípios da microrregião de Esperança



Fonte: NACE, 2025 (PB)

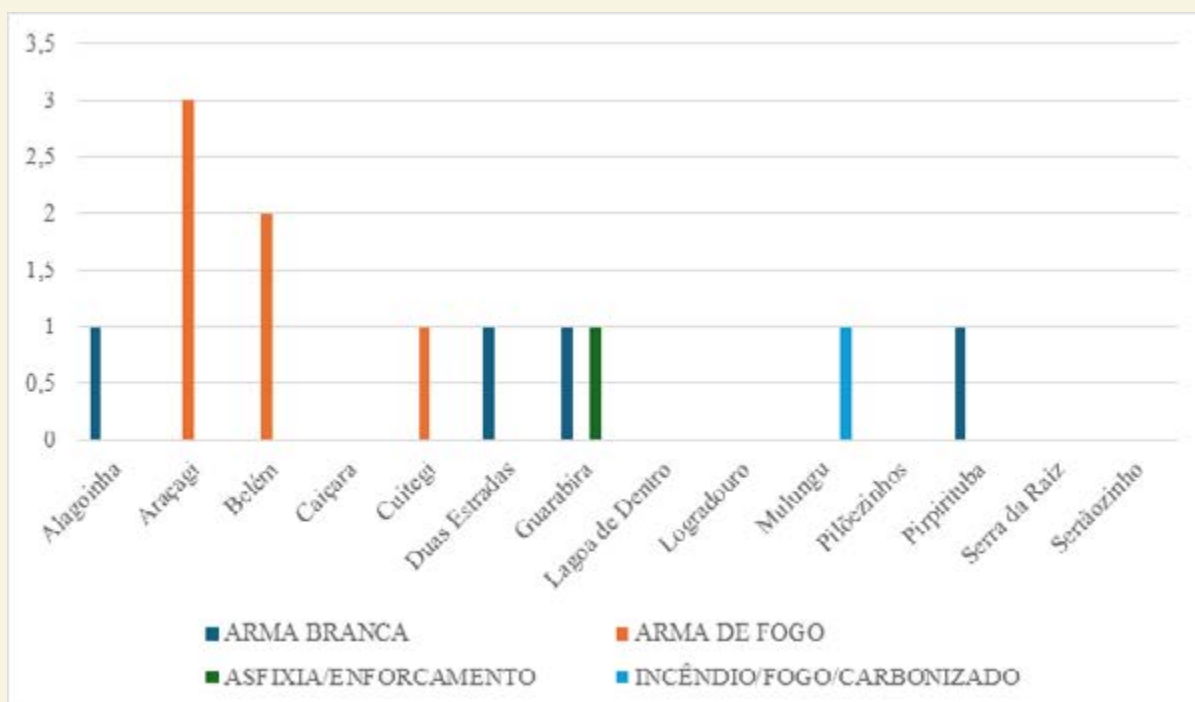
Na microrregião de Esperança, foi identificado 3 óbitos de mulheres, sendo todos causados por arma de fogo, com os 3 casos registrados sendo de MVI femininas na faixa etária de 12 a 15 anos, diferindo das demais microrregiões analisadas.

Quadro 26 - Óbitos de mulheres, por idade, nos municípios da microrregião de Guarabira

CIDADE	IDADE	INSTRUMENTOS/CID	CONFRONTO	TOTAL
Alagoinha	23 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
Araçagi	16 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		4
	19 anos (1)			
	22 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (3)		
	28 anos (1)			
Belém	16 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
	19 anos (1)			
Caiçara				
Cuitegi	24 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Duas Estradas	26 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
Guarabira	23 anos (2)	Arma Branca/X93 (1)		2
		Enforcamento/X91 (1)		
Lagoa de Dentro				
Logradouro				
Mulungu	27 anos (1)	Incêndio/X97 (1)		1
Pilõesinhos				
Pirpirituba	18 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
Serra da Raíz				
Sertãozinho				
				TOTAL GERAL
				13

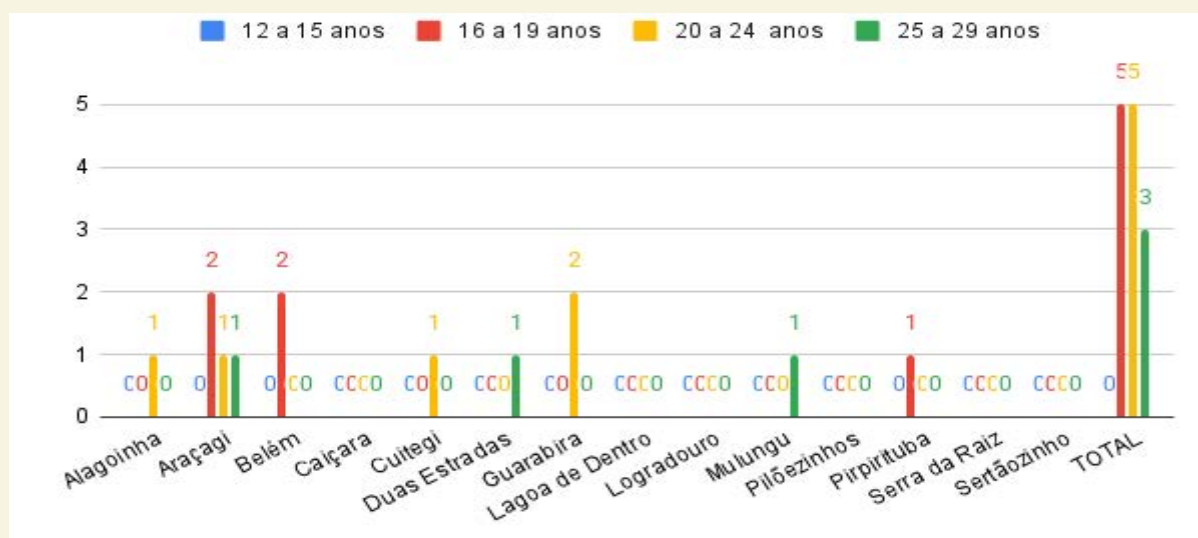
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 52 - Óbitos de mulheres na microrregião de Guarabira (instrumento)



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 53 - Óbitos de mulheres por idade, nos municípios da microrregião de Guarabira



Fonte: NACE, 2025 (PB)

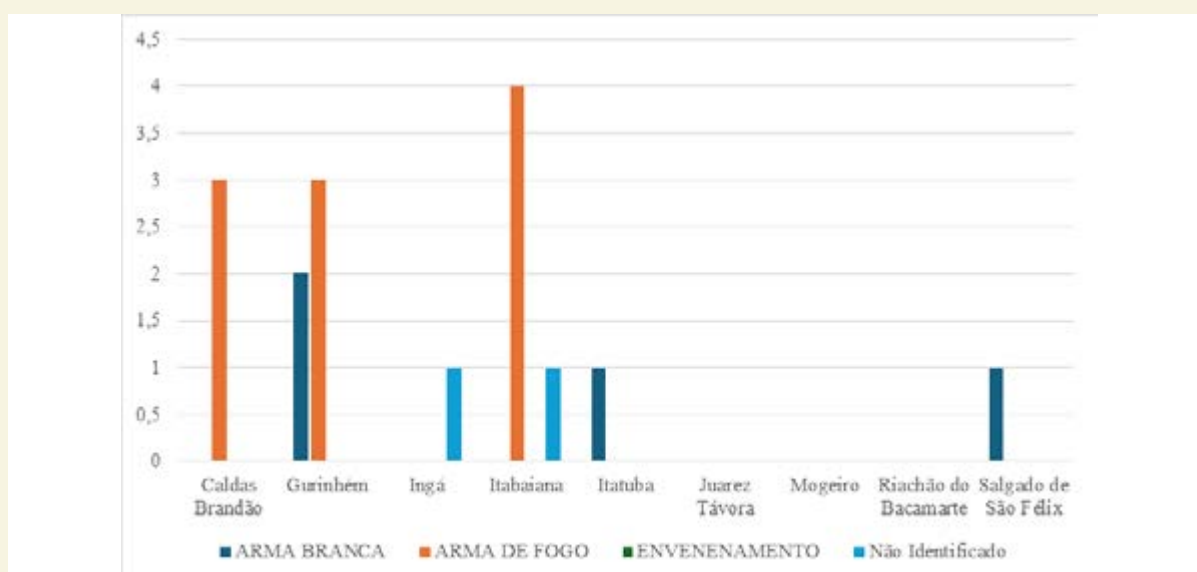
Na microrregião de Guarabira, foi registrado 13 óbitos de mulheres, sendo eles causados por arma branca, arma de fogo, enforcamento e incêndio.

Quadro 27 - Óbitos de mulheres, por idade, nos municípios da microrregião de Itabaiana

CIDADE	IDADE	INSTRUMENTOS/CID	CONFRONTO	TOTAL
Caldas Brandão	16 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (3)		3
	18 anos (1)			
	19 anos (1)			
Gurinhém	16 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (3)		5
	20 anos (1)			
	24 anos (1)			
	25 anos (1)			
	26 anos (1)			
Ingá	23 anos (1)	Não Identificado (1)		1
Itabaiana	12 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (4) Envenenamento/X89 (1) Não Identificado (1)		6
	17 anos (1)			
	20 anos (2)			
	22 anos (1)			
	25 anos (1)			
Itatuba	20 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
Juarez Távora				
Mogeiro				
Riachão do Bacamarte				
Salgado de São Félix	17 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
				TOTAL GERAL 17

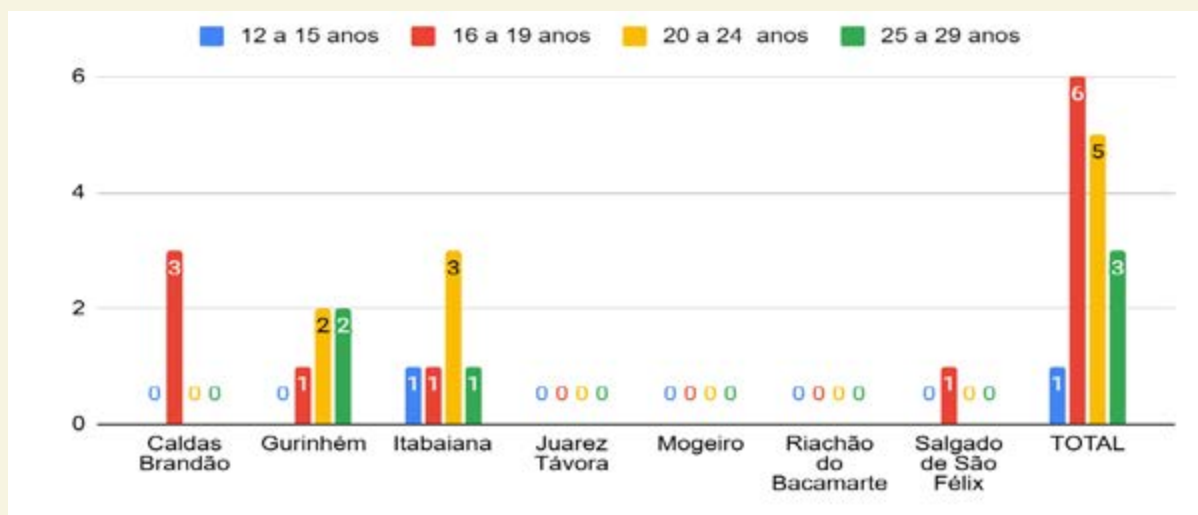
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 54 - Óbitos de mulheres na microrregião de Itabaiana (instrumentos)



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 55 - Óbitos de mulheres por idade, nos municípios da microrregião de Itabaiana



Fonte: NACE, 2025 (PB)

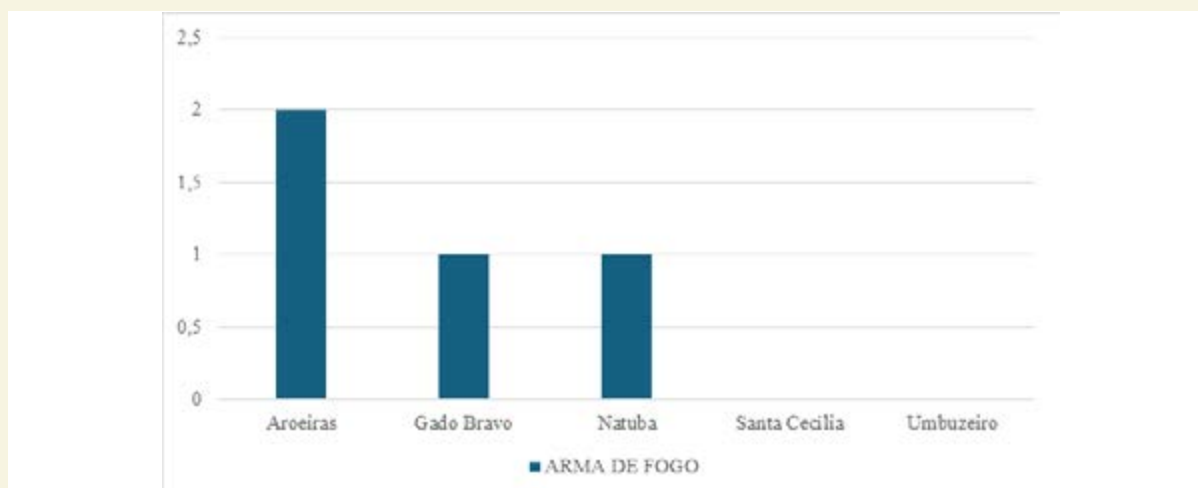
A microrregião de Itabaiana registrou 17 óbitos de mulheres, sendo estes causados por arma branca, arma de fogo, envenenamento e causas não identificadas. Essa microrregião difere das outras, com o maior quantitativo de MVI femininas incidindo na faixa etária de 16 a 19 anos.

Quadro 28 - Óbitos de mulheres, por idade, nos municípios da microrregião de Umbuzeiro

CIDADE	IDADE	INSTRUMENTOS/CID	CONFRONTO	TOTAL
Aroeiras	19 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
	21 anos (1)			
Gado Bravo	27 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Natuba	29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Santa Cecília				
Umbuzeiro				
				TOTAL GERAL
				4

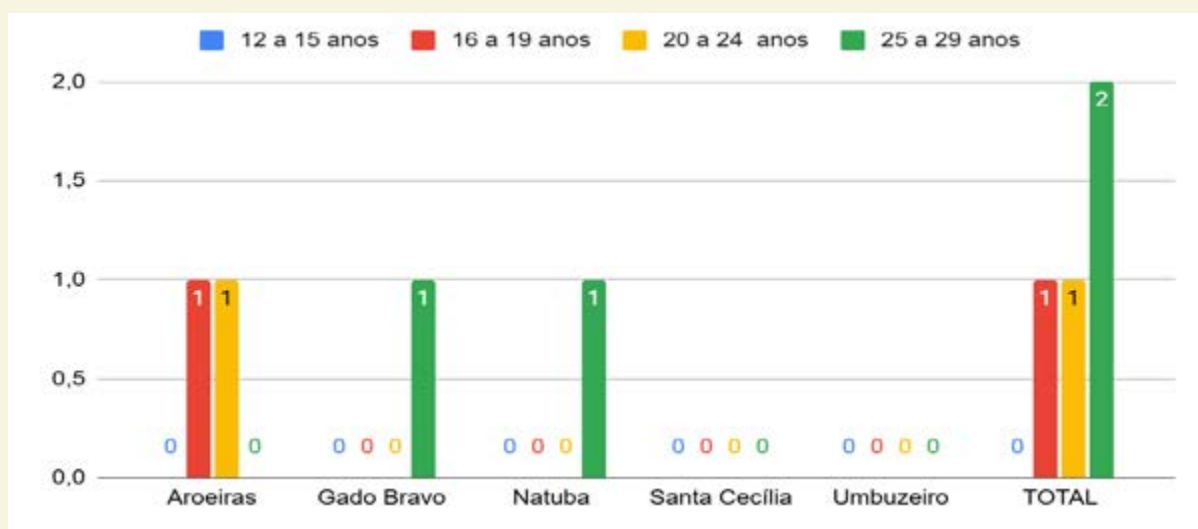
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 56 - Óbitos de mulheres na microrregião de Umbuzeiro (instrumentos)



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 57 - Óbitos de mulheres por idade, nos municípios da microrregião de Umbuzeiro



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Na microrregião de umbuzeiro, foi registrado 4 óbitos de mulheres, sendo causados pelo único instrumento de arma de fogo, com 2 deles de mulheres entre 25 e 29 anos.

2.6 Comparativo de óbitos entre homens e mulheres por microrregião

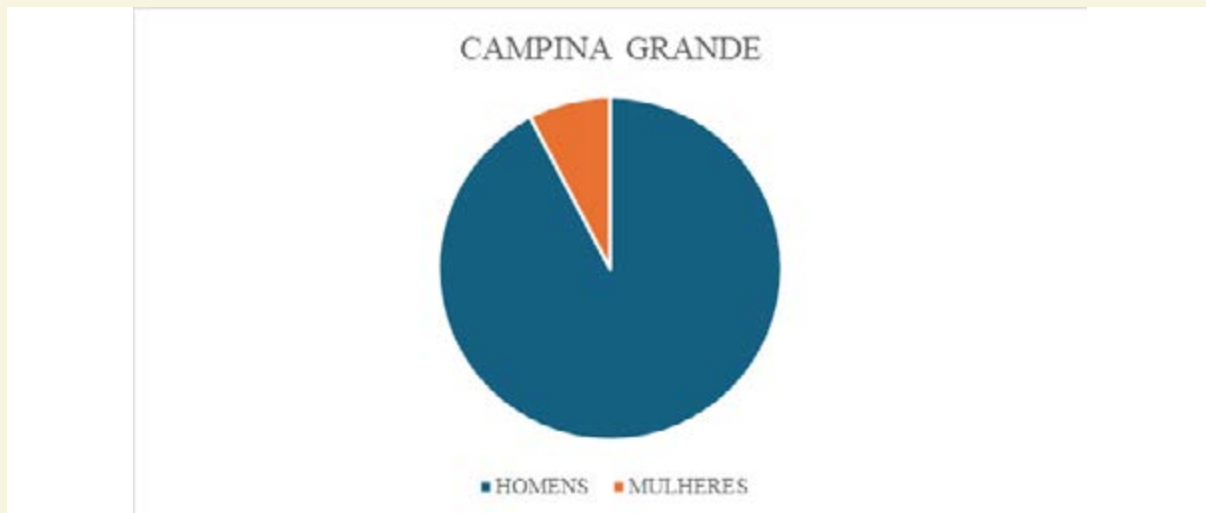
Gráfico 58 – Gráfico comparativo de óbitos entre homens e mulheres na microrregião do Brejo Paraibano



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Enquanto no contexto feminino foi identificado 6 óbitos (5%), no masculino foi identificado 106 óbitos (95%).

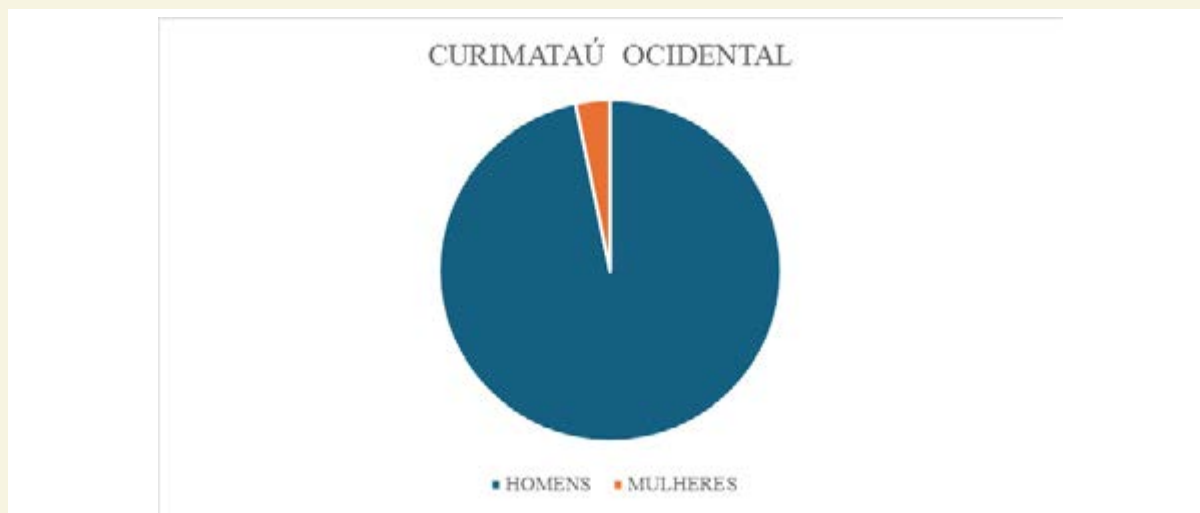
Gráfico 59 – Gráfico comparativo de óbitos entre homens e mulheres na microrregião de Campina Grande



Fonte: NACE, 2025 (PB)

No contexto feminino, o número de óbitos se quantifica em 39 (8%), enquanto os masculinos ficam em 466 (92%).

Gráfico 60 – Gráfico comparativo de óbitos entre homens e mulheres na microrregião do Curimataú Ocidental



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Já no Curimataú Ocidental, no âmbito das mulheres conta-se 4 óbitos (3%), enquanto os homens contam com 119 óbitos (97%).

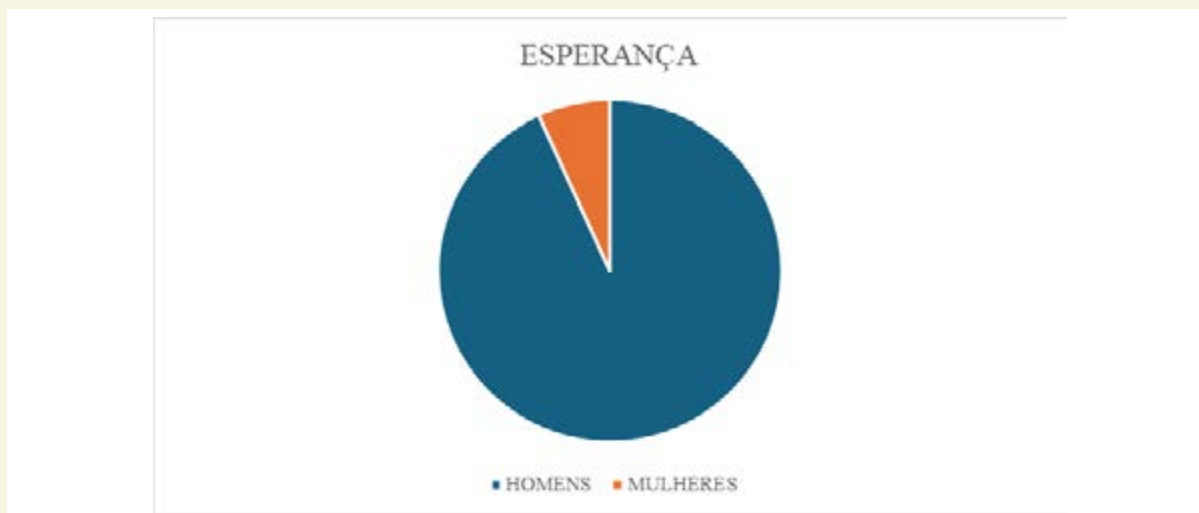
Gráfico 61 – Gráfico comparativo de óbitos entre homens e mulheres na microrregião do Curimataú Oriental



Fonte: NACE, 2025 (PB)

No Curimataú Oriental foi quantificado 4 óbitos femininos (7%) e 50 óbitos masculinos (93%).

Gráfico 62 – Gráfico comparativo de óbitos entre homens e mulheres na microrregião de Esperança



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Em Esperança, foi contabilizado 3 óbitos femininos (7%), e 41 óbitos masculinos (93%).

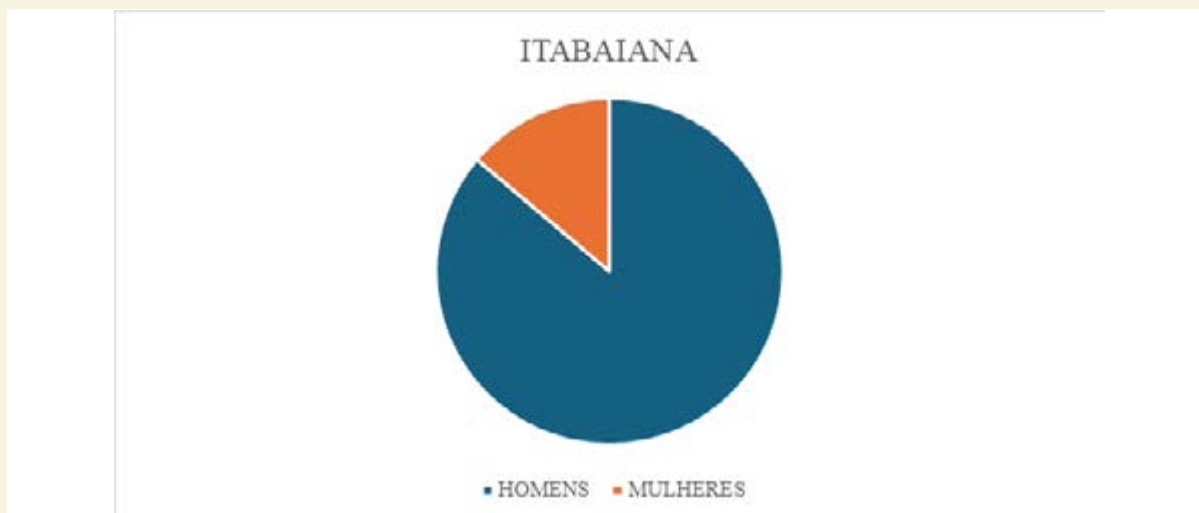
Gráfico 63 – Gráfico comparativo de óbitos entre homens e mulheres na microrregião de Guarabira



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Em Guarabira, foi quantificado no âmbito feminino o total de 13 óbitos (8%), e no masculino o total de 141 óbitos (92%).

Gráfico 64 – Gráfico comparativo de óbitos entre homens e mulheres na microrregião de Itabaiana



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Já em Itabaiana foi identificado 17 óbitos de mulheres (14%), e 106 óbitos de homens (86%).

Gráfico 65 – Gráfico comparativo de óbitos entre homens e mulheres na microrregião de Umbuzeiro



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Por fim, em Umbuzeiro, foi identificado o total de 4 óbitos femininos (5%), enquanto masculinos, o total de 72 óbitos (95%).

É perceptível a predominância de óbitos masculinos sobre os femininos, e isso pode-se associar ao fato de que os homens jovens estão mais propensos a se faccionar e/ou morrer em decorrência dessa inserção no meio das facções. Como afirma a autora Andréia Peres (2025, n.p.):

Atualmente, ao menos 23,5 milhões de pessoas – mais de um a cada dez habitantes do país – vivem em áreas com a presença de facções criminosas ou milícias, segundo estimativas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. De acordo com o ministério da Justiça e Segurança Pública, o Brasil tem 88 facções criminosas, cujo impacto e riscos vão além da cultura e do comportamento dos jovens.

Logo, muitos jovens acabam ficando imersos ao meio faccionado, e pela falta da ação do Estado nesses locais – com saúde, educação, lazer e segurança pública - a facção acaba, muitas vezes, sendo a saída desses jovens para a sobrevivência não só sua, mas de toda sua família. Zaluar (2019) nos traz que a dinâmica do crime abrange aspectos como da ambição e do poder, que aparece como um atrativo para jovens especialmente pobres nessa relacionalidade que confronta as suas próprias vidas. Ademais, os jovens são instrumentalizados nessa relação de poder (Foucault, 1998), posto que arriscam suas vidas enquanto aqueles que lidam diretamente com as ações de combate ao tráfico e às facções, como descrito no anuário através do quantitativo de jovens mortos em intervenções policiais (FBSP, 2025).

Por mais que mulheres também possam se associar a este meio e morrer em decorrência dele, muitas vezes suas mortes estão ligadas ao crime de ódio contra a mulher, o feminicídio, que seria morrer pelo simples fato de ser mulher e não atender aos requisitos do “papel da mulher na sociedade”.

Esse pensamento está ligado ao longo do tempo aquilo que denominamos de machismo e patriarcado enraizado em nossa sociedade, e isso leva a culpabilização da mulher pelo não cumprimento de seu papel social dentro desse contexto patriarcal. Como argumenta a autora Luziana Ribeiro (2013), há um processo construtivo do ser mulher na sociedade. A mulher inicia sendo pecado, mas a mulher também é frágil, a mulher é doce e amorosa, a mulher é dona de casa, no entanto, esses perpasses históricos são invenções sociais do ser mulher, mas, com a quebra dessa expectativa social, as mulheres sofrem suas consequências: prisão ou morte. Como Ribeiro (2013, p. 208) bem cita, a mulher:

Mais uma vez, responsabilizada pela desagregação familiar e, policiada quanto à fidelidade sexual, a mulher viu voltar a cena a sua culpabilização por todo o mal social. De outro modo, foi chamada a retornar o papel de Penélope, sob pena de estar descuidando dos filhos e, permitir aos cônjuges à traição e, a consequente catástrofe familiar que poderia ser causada pela entrada dos filhos no mundo das drogas e infrações ou, a contaminação do marido por HIV.

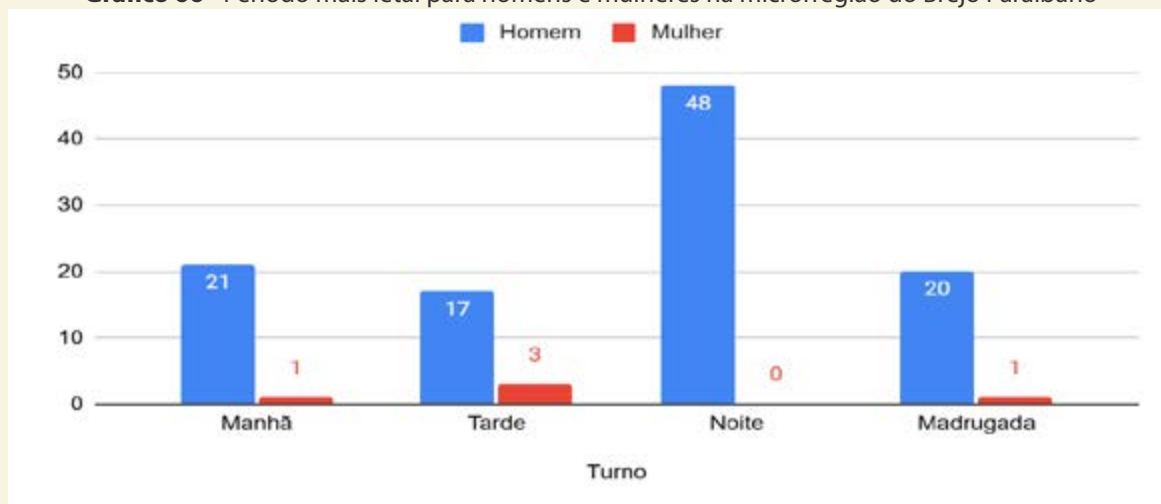
Logo, esta mínima compreensão da realidade feminina na sociedade também explica o leque diverso de instrumentos nos óbitos contra as mulheres, onde, até envenenamento, que não havia no contexto masculino, esteve presente, pois, mesmo que os óbitos masculinos se sobreponham aos femininos, o sentimento de ódio e dominação está presente em cada óbito delas.

2.7 Sobre o período e horário de maior letalidade

No que se refere ao gênero, a idade e a cor e/ou raça vemos aspectos particulares no que diz respeito às mortes violentas intencionais (MVI), seja no Agreste Paraibano na totalidade, seja nas microrregiões que compreendem essa mesorregião. Dessa forma, nesse tópico, abordaremos os aspectos referentes ao espaço e ao período que no qual esses crimes aconteceram, e diante daquilo que foi abordado com relação ao gênero, optou-se por trazer esses dados de maneira comparativa, a fim de evidenciar as possíveis diferenças nas MVI que podem emergir ao levantarmos os dados relacionados a essas categorias apontadas. Visando melhorar a visualização e compreensão das informações, no que se refere ao período do dia, foi feita a seguinte divisão: o período da manhã compreende os horários entre 06:00 e 11:59, o período da tarde entre 12:00 e 17:59, o período da noite foi definido entre 18:00 e 23:59 e a madrugada entre 00:00 e 05:59.

2.7.1 Do período

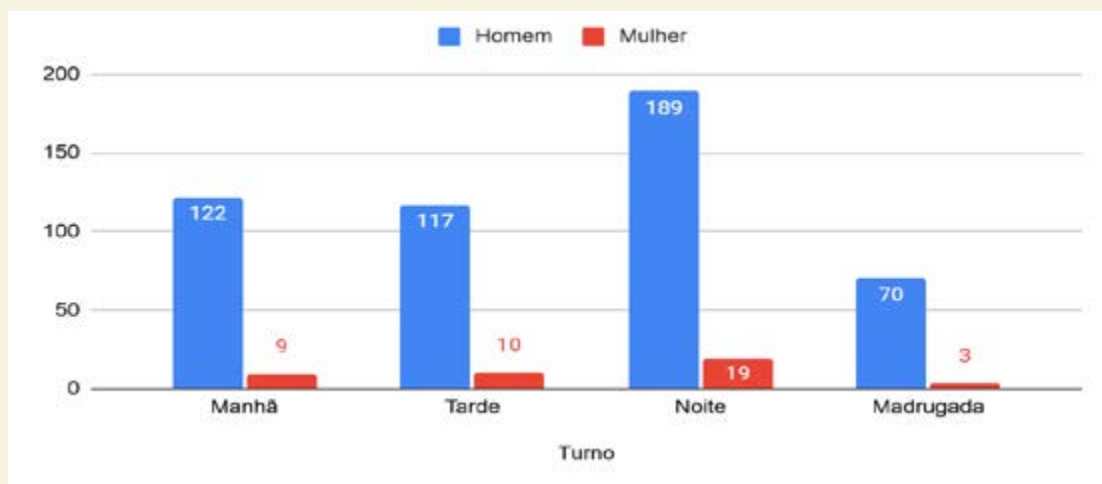
Gráfico 66 - Período mais letal para homens e mulheres na microrregião do Brejo Paraibano



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Podemos perceber uma diferença gritante entre os períodos mais letais para homens e mulheres. Enquanto para os homens os períodos da noite, madrugada e manhã aparecem como os mais letais, para as mulheres, são aqueles onde a vida cotidiana acontece, com ênfase no período da tarde na microrregião do Brejo Paraibano. O que se reforça diante do dado que 79,8% dos feminicídios são praticados pelos companheiros ou ex companheiros (FBSP, 2025).

Gráfico 67 - Período mais letal para homens e mulheres na microrregião de Campina Grande

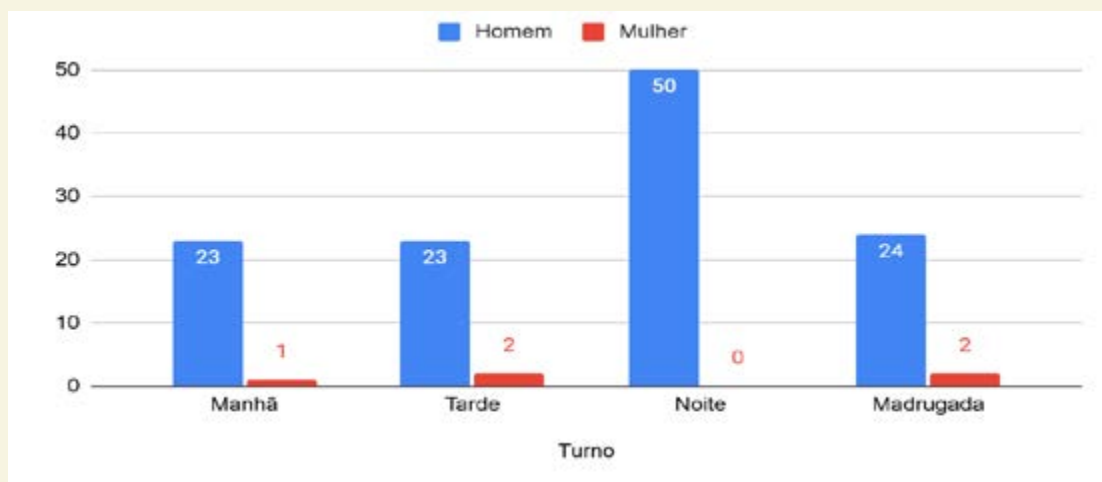


Fonte: NACE, 2025 (PB)

A microrregião de Campina Grande traz alguns traços particulares. Para os homens, o período da noite permanece sendo aquele mais letal. Considerando o perfil majoritário das vítimas, que é entre 20 e 24 anos, é possível associar que esse é o período de maior circulação da população jovem masculina. Apesar disso, essa microrregião registra casos de MVI masculina de maneira bastante equilibrada entre os períodos da noite, manhã e tarde. É possível refletir a partir desses aspectos sobre a violência policial, que pode acontecer não apenas nos enfrentamentos diretos, mas também por meio de abordagens violentas e intimidadoras.

No que se refere às mulheres, essa microrregião sinaliza o período da noite como aquele mais letal, apesar de registros nos períodos da manhã e da tarde. Nesse sentido, é possível sinalizar o horário da noite como aquele em que as mulheres encontram-se mais vulneráveis tanto nas ruas, diante do menor fluxo de pessoas (Araújo, 2025), quanto nas próprias residências, quando se encontram sozinhas com os seus agressores e companheiros, ou sozinhas e vulneráveis ao ataque dos excompanheiros, ambos fazendo parte das categorias que mais matam mulheres atualmente no Brasil (FBSP, 2025b).

Gráfico 68 - Período mais letal para homens e mulheres na microrregião de Curimataú Ocidental

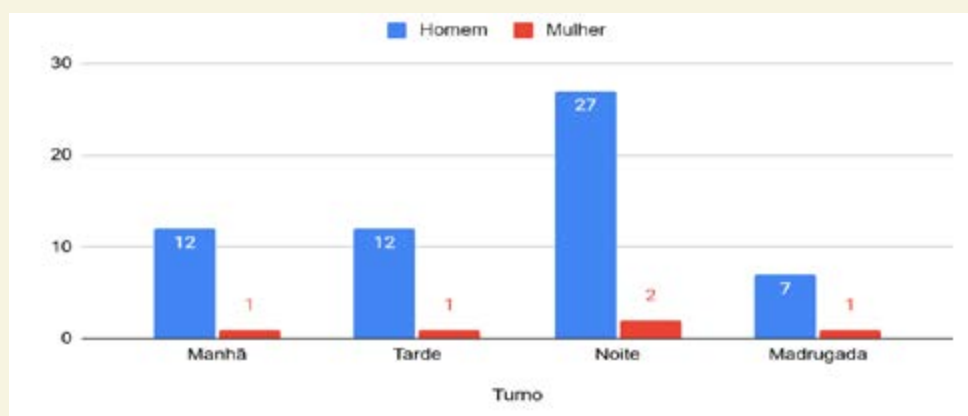


Fonte: NACE, 2025 (PB)

O Curimataú Ocidental segue a mesma tendência com relação aos homens, assim o maior número de MVI ocorre no período da noite, seguido do período da madrugada, aqueles mais propícios a abordagens violentas, enfrentamentos diretos entre policiais e organizações criminosas ou de organizações criminosas entre si.

Com relação às mulheres, apesar dos poucos registros, o período da tarde e da madrugada aparecem como aqueles de maior vulnerabilidade pelos motivos citados anteriormente: encontram-se sozinhas com os seus agressores ou nas ruas com menor movimento (Araújo, 2025). Com relação ao período da tarde, podemos refletir que o trajeto da volta para casa ou até mesmo de horário de almoço, pode ser um contexto de vulnerabilidade, considerando que elas provavelmente estão sozinhas nesses momentos (*Ibid.*, 2025).

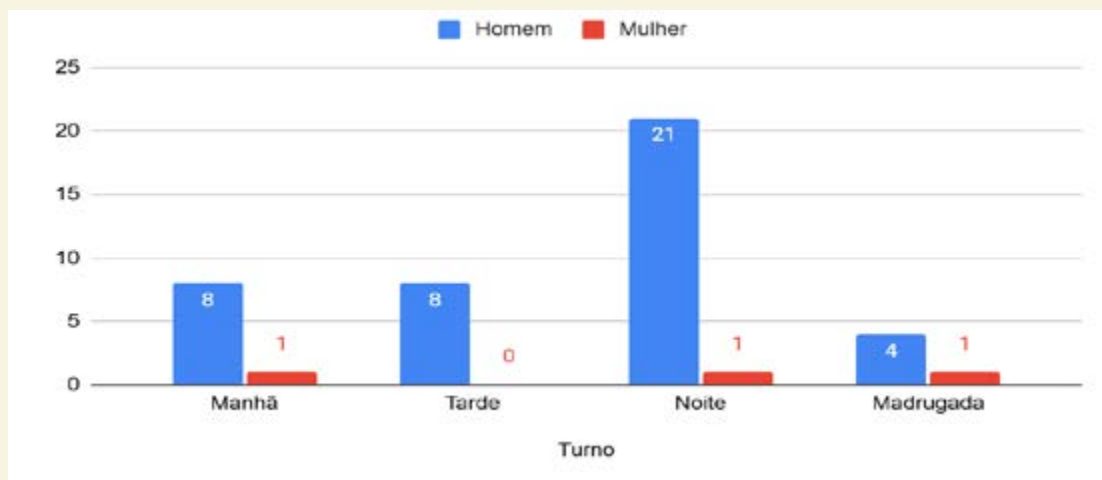
Gráfico 69 - Período mais letal para homens e mulheres na microrregião de Curimataú Oriental



Fonte: NACE, 2025 (PB)

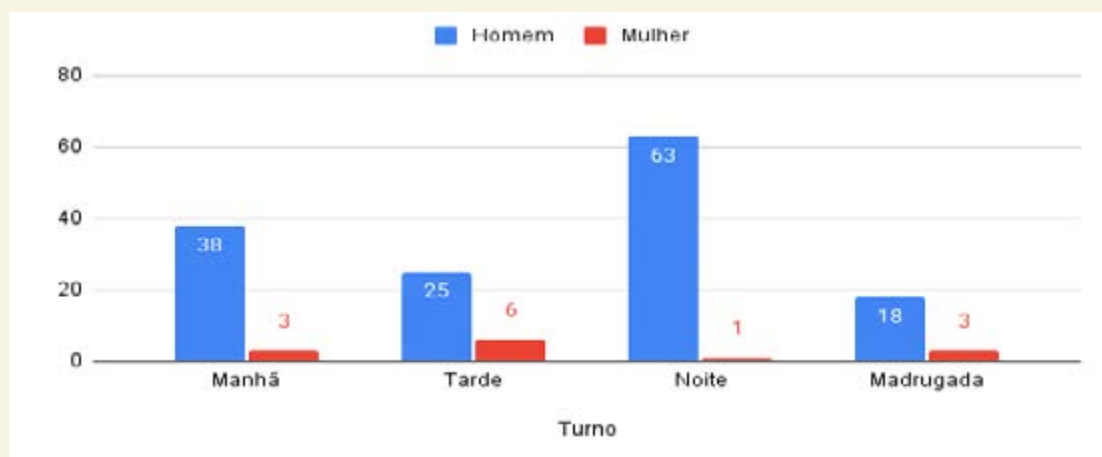
A microrregião de Curimataú Oriental se alinha às tendências anteriores quando expressa grande letalidade para os homens no período da noite, seguido da manhã ou da tarde. Pensando mais atentamente no que diz respeito ao período vespertino e matutino, é possível inferir que esses momentos são mais suscetíveis a MVI em decorrência de atritos ou desavenças. Novamente o período da noite aparece como a característica de ser letal para as mulheres.

Gáfico 70 - Período mais letal para homens e mulheres na microrregião de Esperança



Fonte: NACE, 2025 (PB)

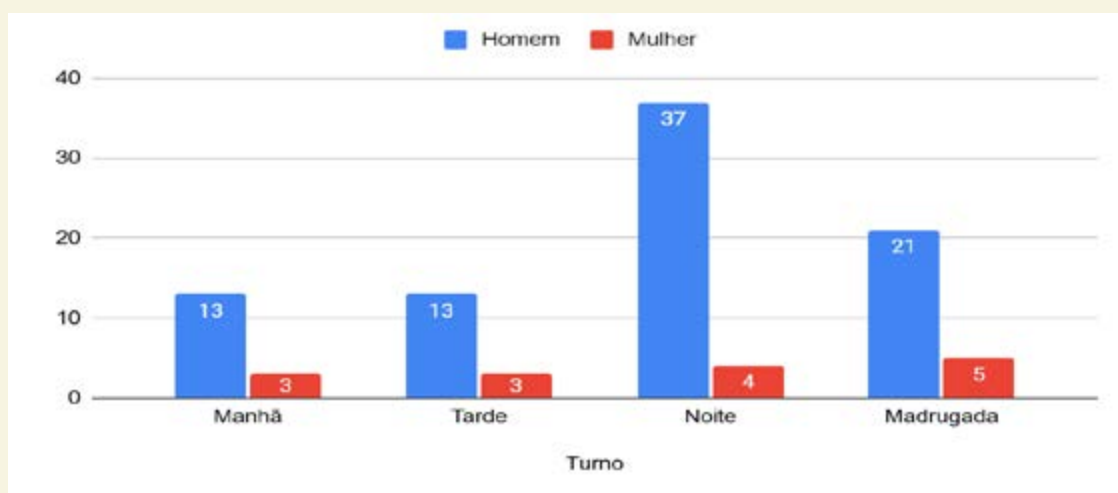
Gráfico 71 - Período mais letal para homens e mulheres na microrregião de Guarabira



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Guarabira é uma microrregião que difere um pouco daquilo que apareceu antes, posto que, mesmo que a maioria das MVI masculinas ocorram a noite, ela também apareceu com grandes registros nos períodos da manhã, seguido da tarde, com 25 casos, e da madrugada, com 18 registros. No que se refere as mulheres, o período da tarde é o de maior letalidade, com o segundo maior registro de MVI femininas do Agreste Paraibano, sinalizando que o feminicídio não se constrange com o fluxo de pessoas ou movimentação da cidade (Araújo, 2025) estando essas mulheres vulneráveis em qualquer período do dia, mesmo que acompanhadas ou nos ambientes de trabalho.

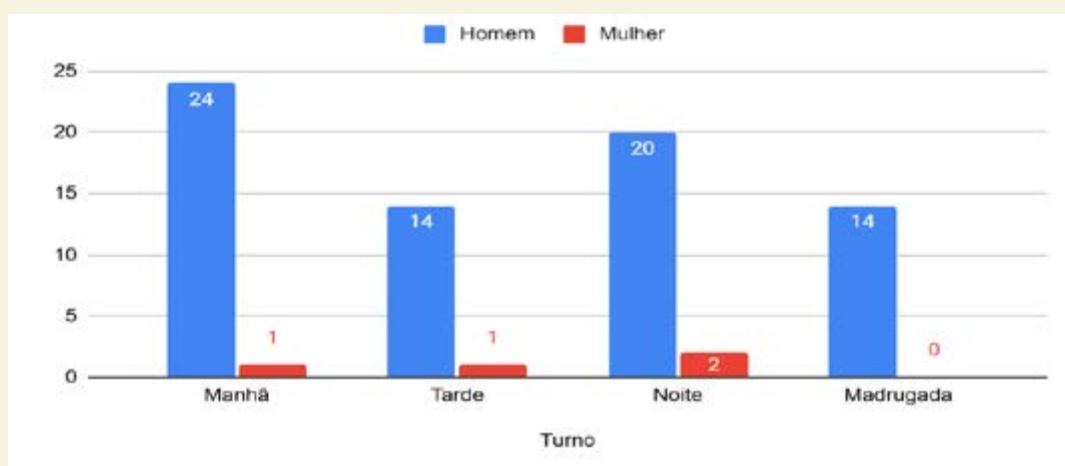
Gráfico 72 - Período mais letal para homens e mulheres na microrregião de Itabaiana



Fonte: NACE, 2025 (PB)

A microrregião de Itabaiana, apesar de proporções medianas com relação a sua população, registra muitos casos de MVI masculinos durante a noite, expressando uma continuidade com relação às outras microrregiões, contudo é aquela que expressa maiores números no período da madrugada, tanto para homens quanto para mulheres, ficando atrás até de Campina Grande nas MVI femininas desse período, mesmo em menor proporção de habitantes.

Gráfico 73 - Período mais letal para homens e mulheres na microrregião de Umbuzeiro



Fonte: NACE, 2025 (PB)

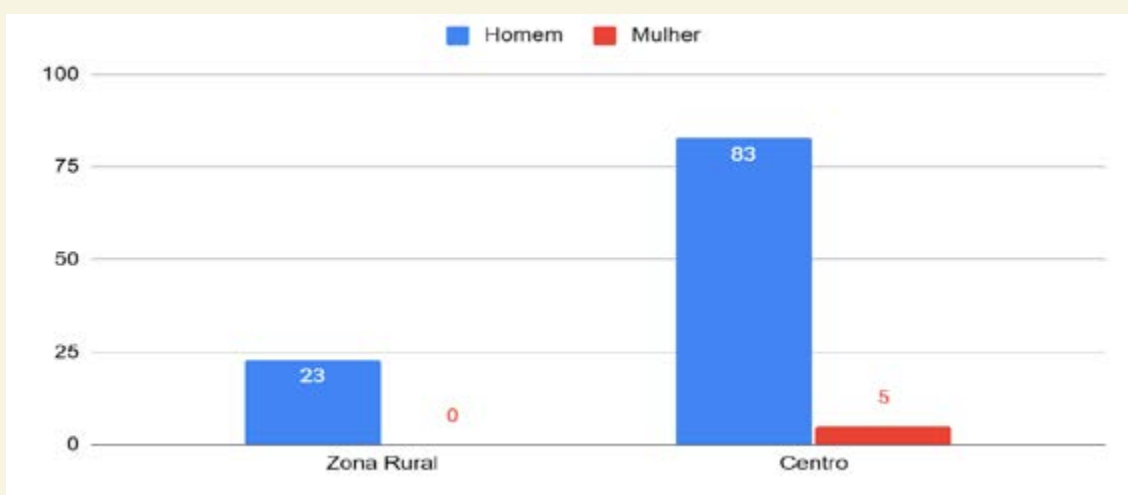
Já a microrregião de Umbuzeiro, apesar de registros mais equilibrados, aparece com maior letalidade para homens no período da manhã, contrariando as outras tendências anteriores. Isso pode sinalizar que confrontos policiais e/ou entre organizações criminosas talvez não seja as maiores questões, dando espaço para que atritos e desentendimentos motivem as MVI masculinas. Já

com relação às mulheres, segue o mesmo que já foi observado: o período da noite segue sendo o mais letal para elas.

2.8 Do local

Quanto a localização espacial das microrregiões onde as MVI masculinas e femininas ocorreram, o que se busca evidenciar aqui é, de modo comparativo, quais os espaços são mais letais para homens e quais são mais letais para as mulheres, pensando a partir do espaço urbano e a partir do espaço rural.

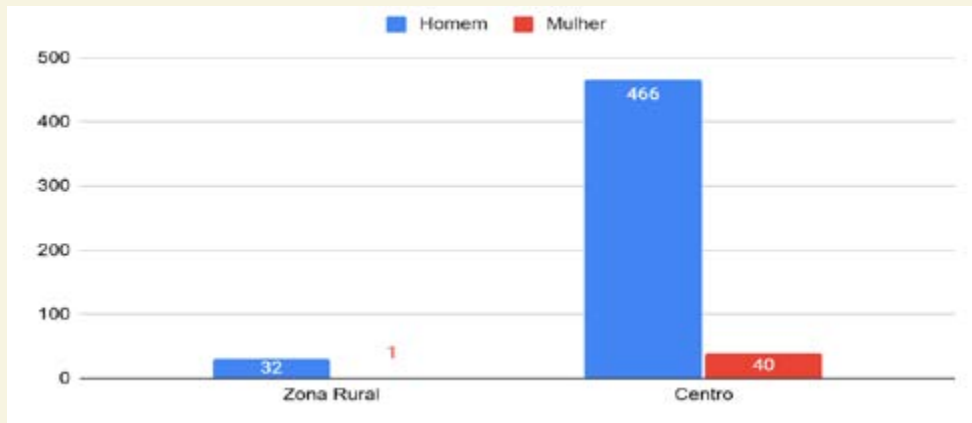
Gráfico 74 - Locais de maior letalidade, na microrregião do Brejo Paraibano, para homens e mulheres



Fonte: NACE, 2025 (PB)

A partir do gráfico, temos que ambos os espaços possuem uma alta letalidade para os homens, porém o centro aparece como aquele que possui mais registros de MVI masculino nos últimos 10 anos. É possível pensar sobre isso, principalmente, pelo processo de expansão das organizações criminosas, a busca por território e a expansão do tráfico de drogas, que se instala principalmente nas áreas periféricas dos centros urbanos. Para as mulheres, é possível assinalar que é o espaço de maior circulação, o que as torna vulneráveis diante da necessidade de circulação (Araújo, 2025).

Gráfico 75 - Locais de maior letalidade, na microrregião de Campina Grande, para homens e mulheres

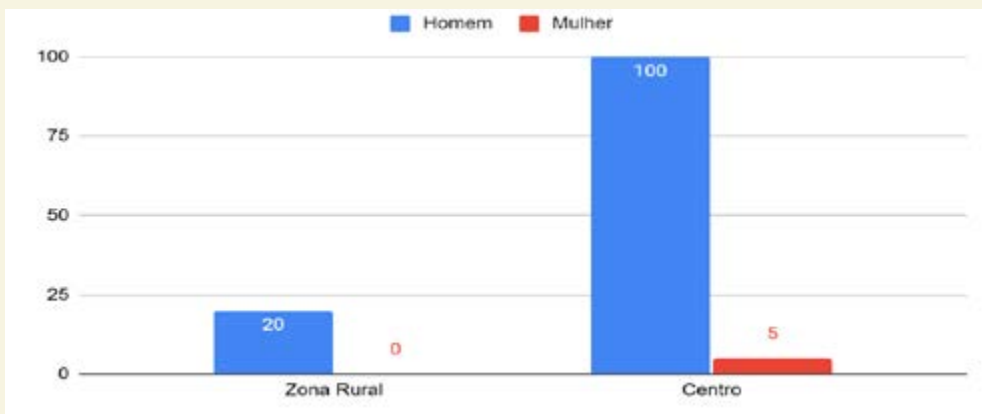


Fonte: N ACE, 2025 (PB)

A microrregião de Campina Grande sinaliza aquilo que se mostrou anteriormente: as áreas centrais dos municípios aparecem como as de maior letalidade tanto para homens quanto para mulheres, de maneira que, mais de 2/3 dos casos se deram nessa área. A concentração de residência e empregabilidade nesses espaços potencializa a formação de áreas periféricas e de comunidades urbanas, o que, por sua vez, torna os espaços mais suscetíveis a enfrentamentos entre grupos criminosos e policiais.

Para as mulheres, é o espaço de maior circulação, concentração residencial e de emprego, assim, tornando-as vulneráveis frente aos seus agressores, majoritariamente companheiros ou ex companheiros.

Gráfico 76 - Locais de maior letalidade, na microrregião de Curimataú Ocidental, para homens e mulheres

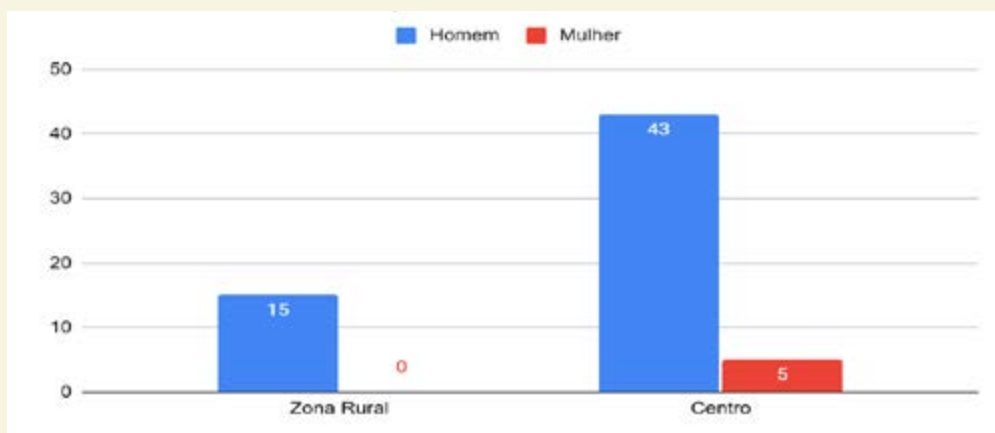


Fonte: NACE, 2025 (PB)

Em Curimataú Ocidental, a tendência de concentração das MVI de homens e mulheres nos centros urbanos permanece, contudo, o que se coloca de maneira um pouco diferenciada é

a quantidade de registros um pouco maior na zona rural, divergindo dos achados anteriores. Para homens e mulheres, a área central dos municípios permanecem sendo as mais letais.

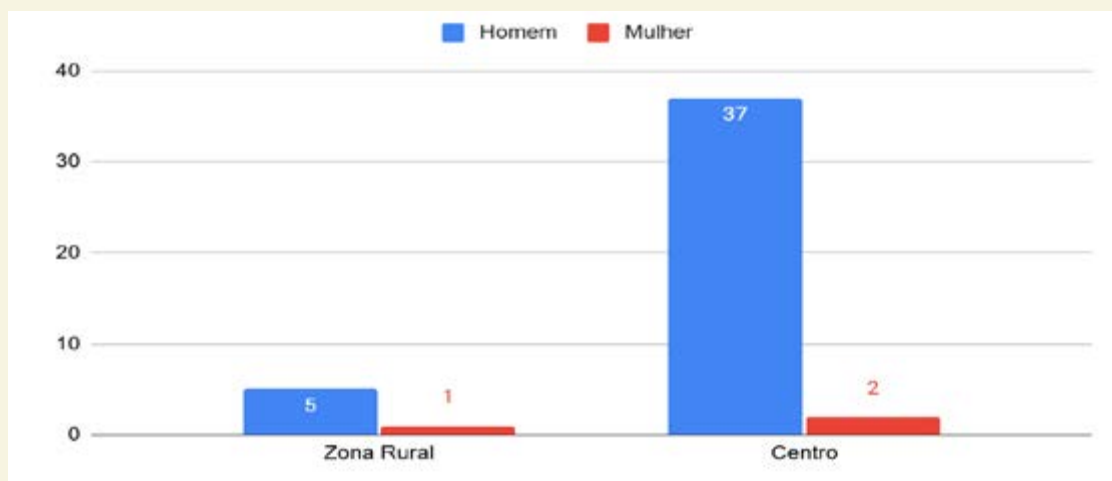
Gráfico 77 - Locais de maior letalidade, na microrregião de Curimataú Oriental, para homens e mulheres



Fonte: NACE, 2025 (PB)

A microrregião de Curimataú Ocidental permanece expressando as tendências gerais do Agreste Paraibano: áreas urbanas concentram o maior número de MVI para ambos os gêneros, apesar de aqui haver um número de MVI masculinas nas áreas rurais maiores do que aquela que as microrregiões anteriores registraram.

Gráfico 78 - Locais de maior letalidade, na microrregião de Esperança, para homens e mulheres

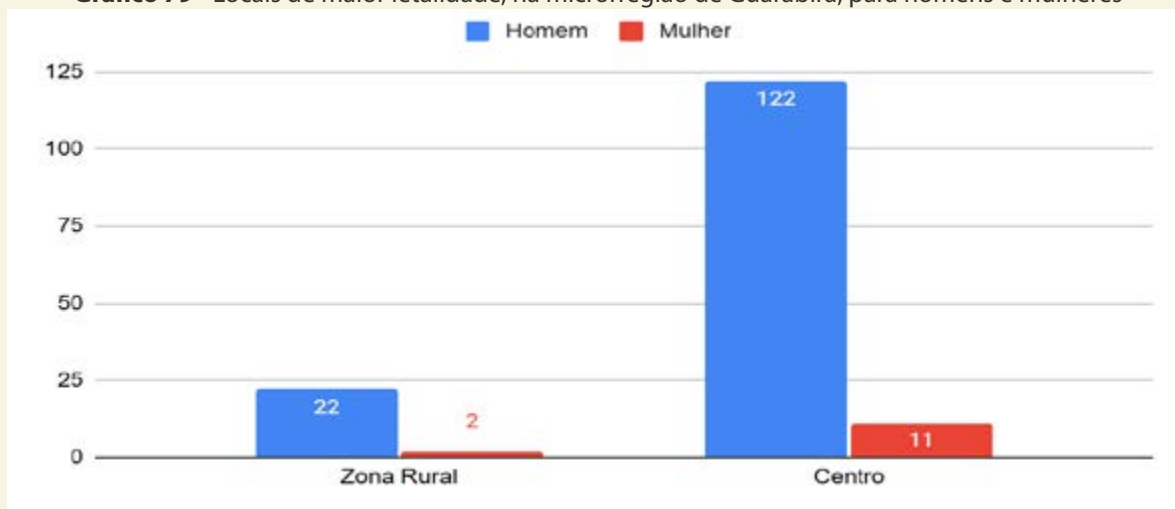


Fonte: NACE, 2025 (PB)

Esperança segue a tendência avistada, porém, aparece com uma proporção bastante similar com relação às MVI femininas, de modo que, sinaliza que as relações desiguais que se estabelecem

nessa microrregião entre homens e mulheres se expressam de maneira parecida nos dois espaços, de modo que, a vulnerabilidade feminina não se encontra restrita.

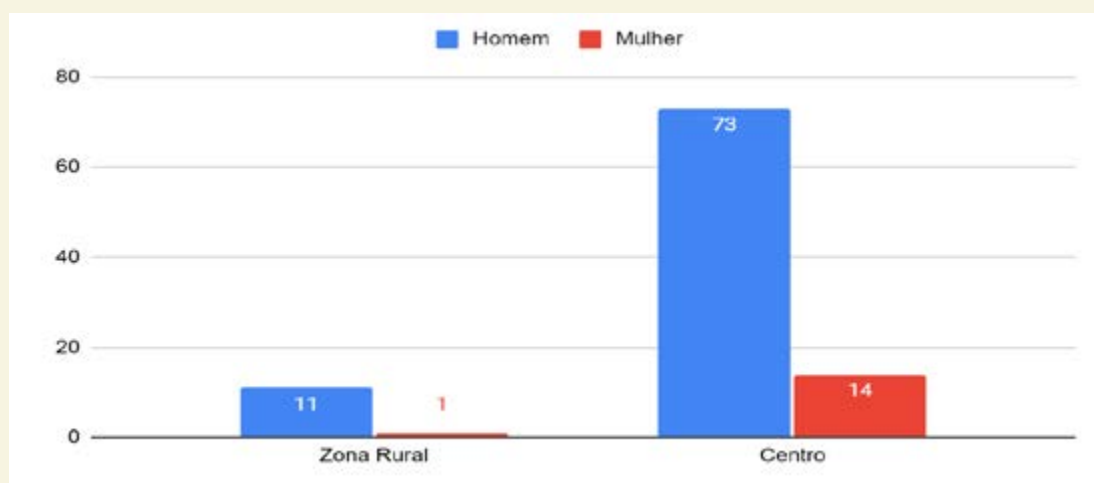
Gráfico 79 - Locais de maior letalidade, na microrregião de Guarabira, para homens e mulheres



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Guarabira segue alinhada às tendências mostradas, com maior concentração das MVI masculinas e femininas nas áreas urbanas. Apesar disso, sinalizou um número que difere dos achados anteriores com relação à situação das mulheres.

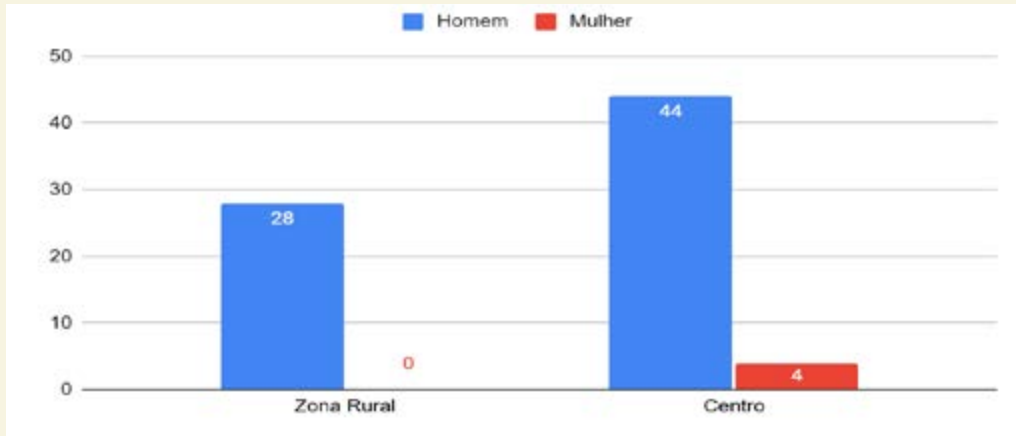
Gráfico 80 - Locais de maior letalidade, na microrregião de Itabaiana, para homens e mulheres



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Novamente a microrregião de Itabaiana expressa as tendências anteriores: concentração das MVI femininas e masculinas nas áreas centrais dos municípios correspondentes.

Gráfico 81 - Locais de maior letalidade, na microrregião de Umbuzeiro, para homens e mulheres

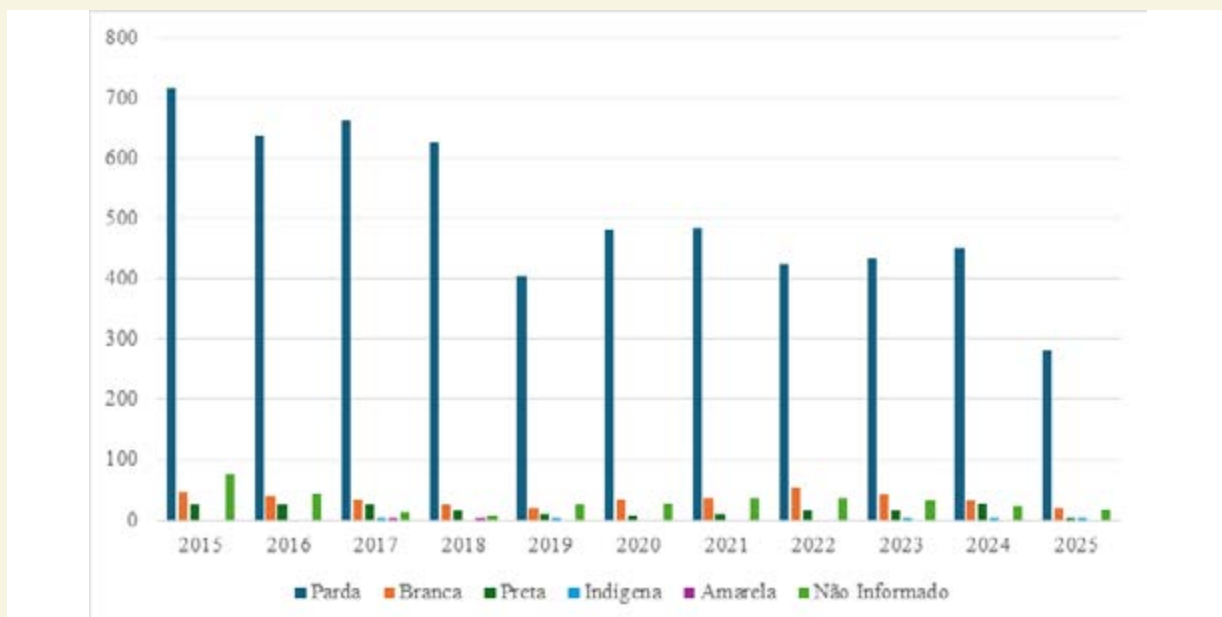


Fonte: NACE, 2025 (PB)

Os achados que tivemos em Umbuzeiro concluem o panorama que se desenha no que se refere ao Agreste Paraibano: os MVI masculinos se concentram nos centros urbanos de maneira contundente, assim como o período de maior letalidade se concentra no período noturno, apesar de algumas situações esporádicas que demonstram outros aspectos. Com relação às mulheres, a letalidade se concentra nos centros urbanos e nos períodos em que elas se encontram sozinhas ou na companhia dos seus companheiros agressores, ambos os casos, em sua maioria, nas próprias residências.

2.9 MVI por raça/cor geral

Gráfico 82 – Óbitos por raça/cor geral

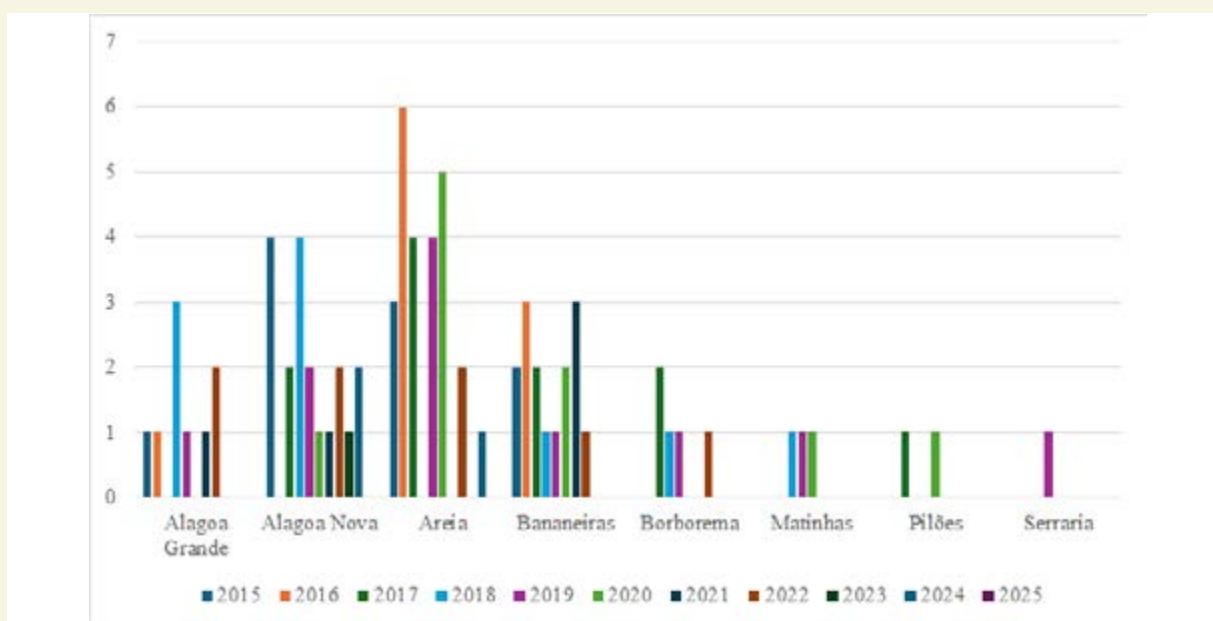


Fonte: NACE, 2025 (PB)

O total de óbitos de pessoas pardas na Paraíba chega a 5.599, enquanto os de pessoas brancas ficam em 384, pessoas pretas 180, pessoas indígenas 6 e pessoas amarelas 3.

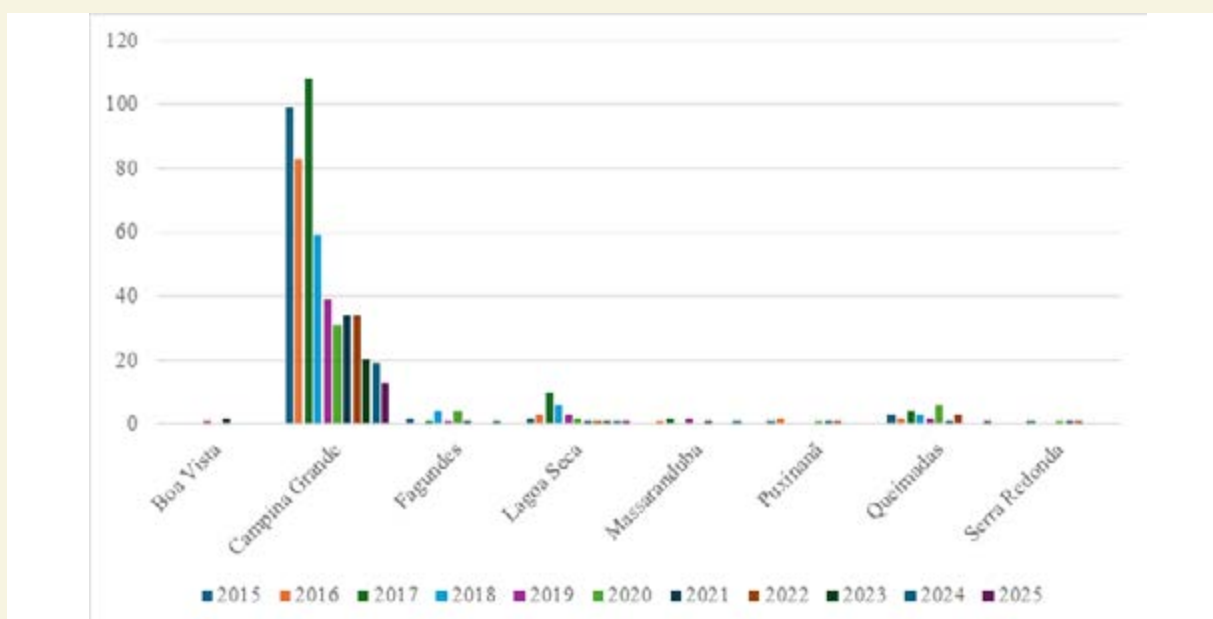
Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), pessoas pardas e pretas se classificam no grupo de pessoas negras, portanto, juntando aqui este dado, o quantitativo de pessoas negras mortas na Paraíba entre os anos de 2015-2025 é de 5.779. O número de informação sobre raça/cor não informado é de 341 no estado da Paraíba.

Gráfico 83 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião do Brejo Paraibano (2015-2025)



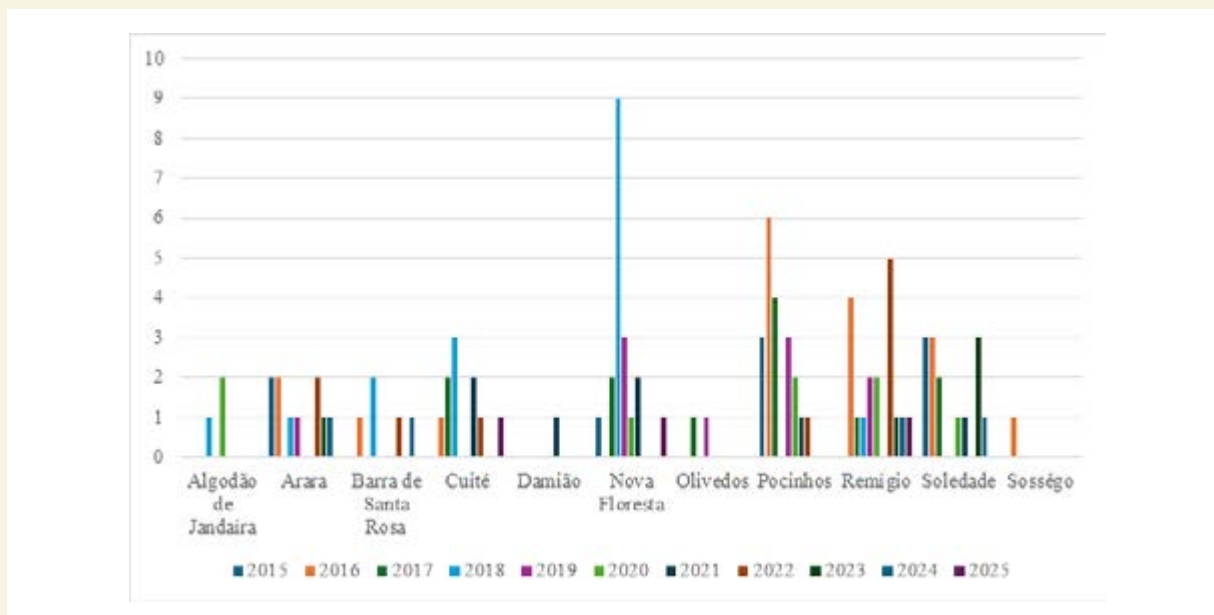
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 84 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião de Campina Grande (2015-2025)



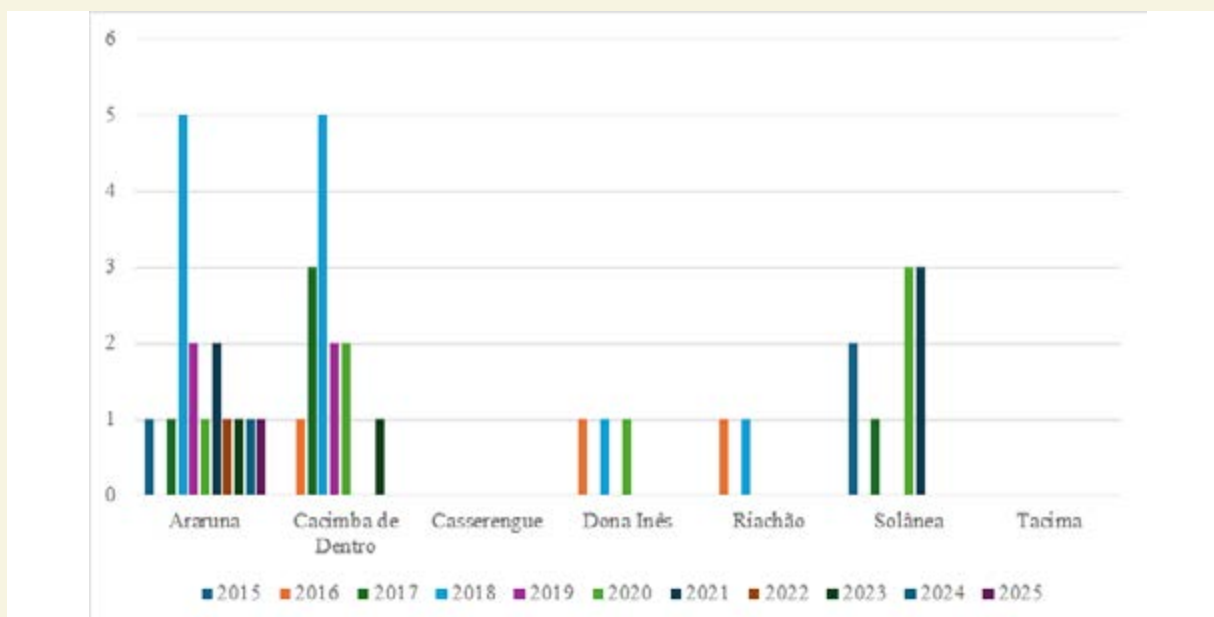
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 85 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião do Curimataú Ocidental (2015-2025)



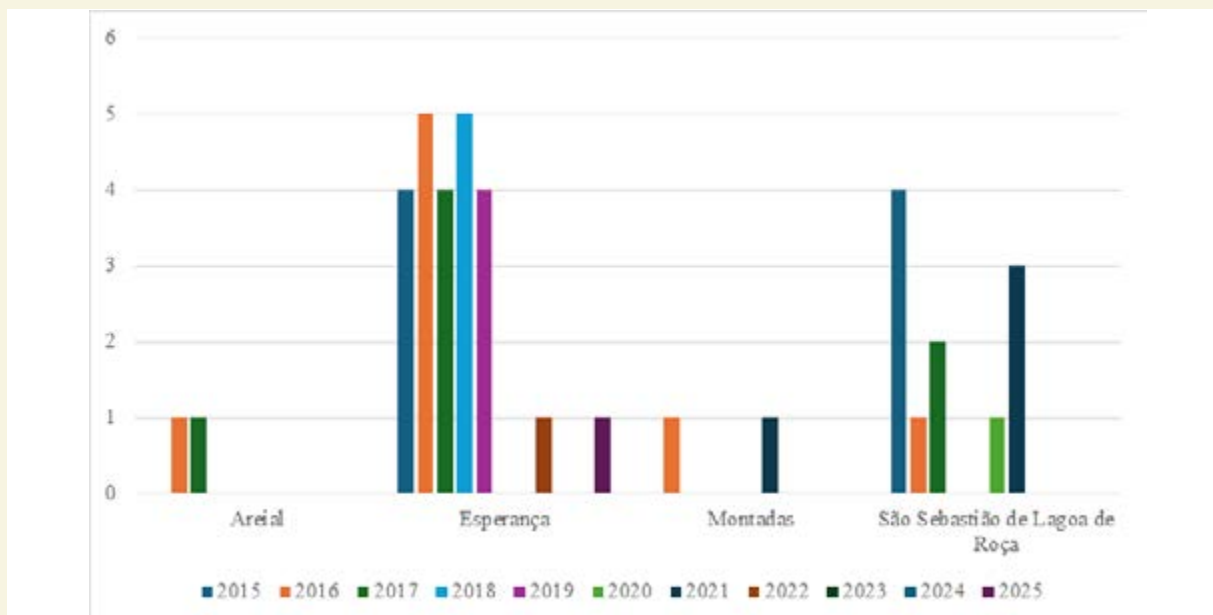
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 86 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião do Curimataú Oriental (2015-2025)



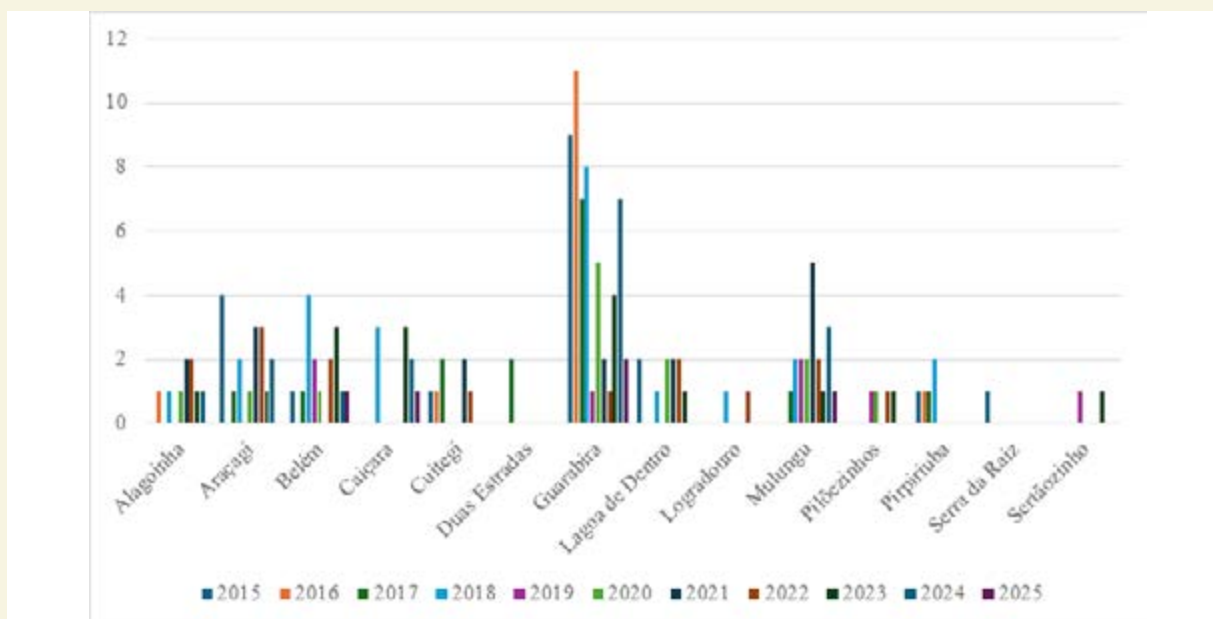
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 87 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião de Esperança (2015-2025)



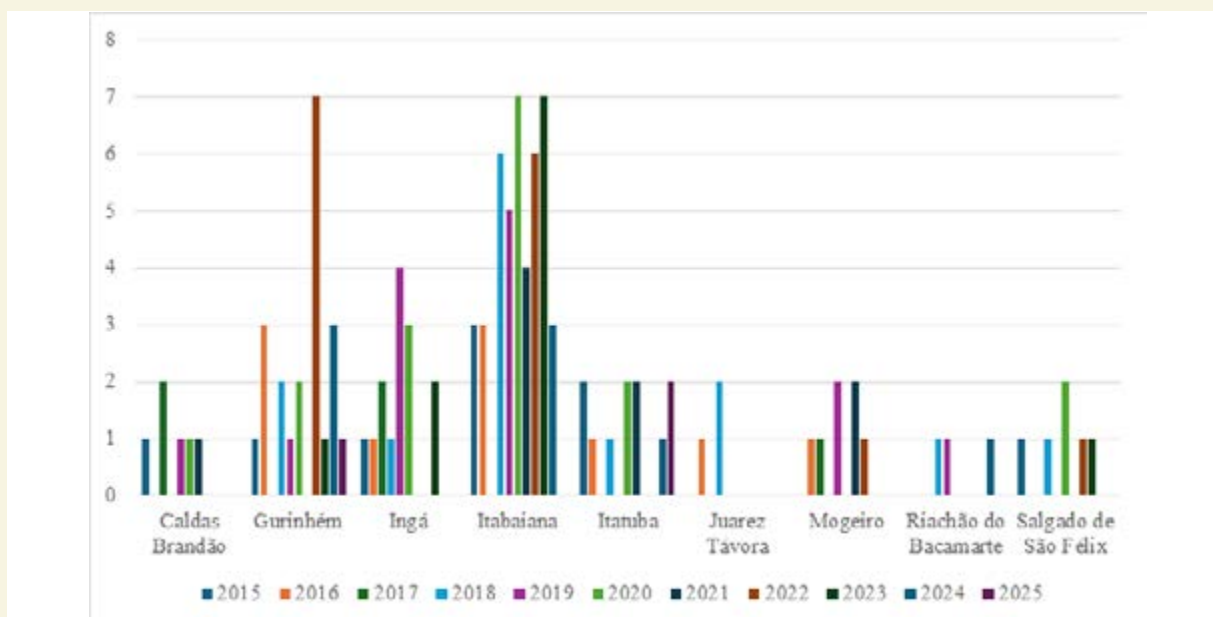
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 88 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião de Guarabira (2015-2025)



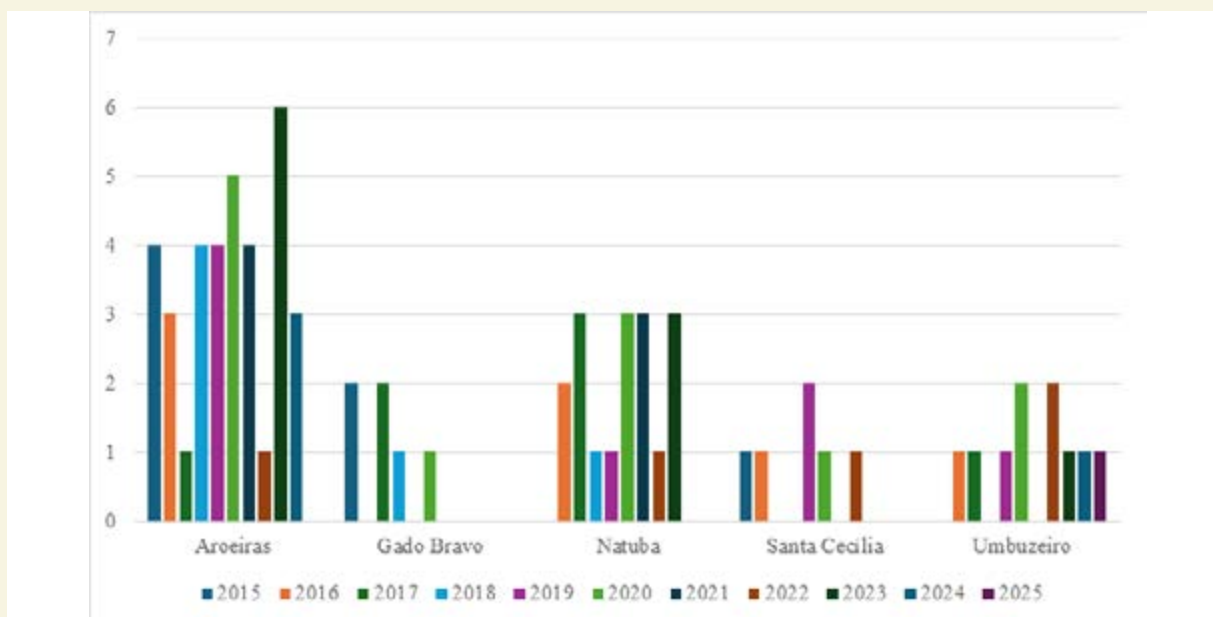
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 89 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião de Itabaiana (2015-2025)



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 90 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião de Umbuzeiro (2015-2025)



Fonte: NACE, 2025 (PB)

O número de pessoas negras mortas dentro deste corte temporal de 10 anos é notoriamente muito alto em todos os municípios. O racismo estrutural⁹ é resiliente e se expressa neste

9 Como afirma Silvio Almeida (2019, p. 24), “o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas – bairros, guetos, bantustões, periferias etc. – e/

alto número de óbito. Desde o Brasil colônia, os negros foram submetidos a condições desumanas e dizimados de maneiras violentas devido o sistema escravocrata pertinente na época (Sousa, 2016). Como o autor destaca:

Além da demanda econômica, a escravidão africana foi justificada pelo discurso religioso cristão da época, que definiu a experiência escravocrata como um tipo de “castigo” que iria aproximar os negros do cristianismo. Em terras brasileiras, a força de trabalho dos negros foi sistematicamente empregada pela lógica do abuso e da violência. As longas jornadas de trabalho estabeleciam uma condição de vida extrema, capaz de encurtar radicalmente os anos vividos pelos escravos. Ao mesmo tempo, a força das armas e da violência transformavam os castigos físicos em um elemento eficaz na dominação (Sousa, 2016, p. 2).

Até os dias atuais, esta é uma realidade pouco mudada. Por mais que a escravidão tenha sido abolida em 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel (Brescianini, (2019), este processo só abriu margem para a desigualdade e marginalização da população negra em detrimento de séculos de exploração deste povo. Com isso, ainda hoje é possível notar fortemente as heranças coloniais nas relações sociais. Segundo Pâmela Dias, do jornal O Globo (2024), os negros correspondem à 72,9% dos moradores das favelas brasileiras, e mesmo sendo um recorte nacional, quando aumentamos a lupa ao presente território, a realidade permanece a mesma. E não para por aí, segundo Renato Ribeiro, repórter da Agência Brasil (2024), os negros correspondem a 70% da população carcerária. Ou seja, para além dos negros serem maioria em favelas e sistema carcerário brasileiro, como vemos nos dados aqui presentes, também estão altamente presentes nos óbitos violentos do Agreste Paraibano.

Diante desse cenário, percebe-se que o perfil majoritário das MVI no estado da Paraíba entre os anos de 2015-2025 é de adolescentes e jovens negros do sexo masculino. No que tange aos instrumentos utilizados, foi recorrente a arma de fogo, seguido da arma branca. A maioria desses óbitos foi realizada no período da noite e nos centros urbanos dos municípios do Agreste Paraibano.

2.10 O Brasil, as cidades e a violência letal contra adolescentes e jovens no Agreste Paraibano

Na medida em que os dados foram tratados, percebemos que o cenário que se construiu foi semelhante àquilo que os achados nacionais expressaram. Apenas retomando brevemente, temos que, acordo com o 19º Anuário de Segurança Pública (FBSP, 2025), o panorama brasileiro

ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais – como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes segregacionistas dos Estados Unidos, o apartheid sul-africano e, para autoras como Michelle Alexander e Angela Davis, o atual sistema carcerário estadunidense.”

possui alguns aspectos particulares: uma taxa de 20,8 a cada 100 mil habitantes, no que se refere às Mortes Violentas Intencionais (MVI), e nesse cenário, as armas de fogo predominam enquanto o instrumento mais utilizado nessa categoria, seguido da arma branca, aparecendo em 73,8% e 15,3% nos registros oficiais (FBSP, 2025). Ainda sem pensar como essa violência se apresenta em cenários mais específicos, o que vemos é que o Agreste Paraibano, com os seus 66 municípios, mesmo com as particularidades regionais, se alinha a esse contexto.

Dessa forma, cabe um apanhado geral das características dessa mesorregião para potencializar as análises que serão aqui desenvolvidas. O Agreste Paraibano é uma mesorregião que abrange 66 municípios, divididos entre 8 microrregiões: Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Guarabira, Itabaiana e Umbuzeiro. Aqui cabe lembrar que as microrregiões de Campina Grande, de Guarabira e de Curimataú Ocidental são as 3 maiores, com relação ao número de habitantes, e isso reflete nas MVI registradas e assim temos 501, 136 e 125 casos registrados, entre 2015 e 2025, de MVI de jovens entre 12 e 29 anos.

O que percebemos, a partir disso, é que os maiores registros se concentram nas microrregiões com maior número de habitantes, o que não se expressa nos municípios, posto que alguns possuem um número menor, mas maiores registros de MVI, e isso nos sugere que a relação da violência letal com esse grupo, adolescentes e jovens entre 12 e 29 anos, não se dá a partir do número bruto de habitantes. Outras tendências nacionais são observadas no Agreste, como, por exemplo, àquela que se refere aos instrumentos utilizados. Como citado, a utilização das armas de fogo é predominante no Brasil, e isso aparece também no cenário dessa mesorregião. A utilização das armas de fogo, significam mais de 80% no cenário do Agreste, e a armas brancas aparecem em seguida, significando 14,19% por cento. Alguns achados diferem no que se refere às MVI de homens e de mulheres, porém a tendência permanece a mesma.

Diate dos aspectos gerais, é necessário pensar sobre as particularidades observadas. Os dados do anuário (FBSP, 2025) também apontam elementos relevantes no que se refere às MVI masculinas e femininas.

Para os homens, a tendência observada é que a intervenção policial se relaciona fortemente com a morte de homens, principalmente, negros e jovens. E de maneira geral, as MVI atingem predominantemente jovens entre 18 e 24 anos. No Agreste Paraibano, as MVIs que se relacionam ao confronto policial aparecem de maneira bem expressiva em algumas microrregiões, sendo elas de Campina Grande (36) de Curimataú Ocidental (15), vitimizando principalmente homens, considerando que houve o registro de apenas 1 mulher morta por intervenção policial. Além disso, foi identificado que o período de maior letalidade para essa parcela da população é o da noite, aspecto predominante nos municípios. Com relação à idade dos meninos e jovens, a tendência nacional aparece, mas não de maneira predominante, pois em algumas microrregiões jovens entre 25 e 29 anos também compreendem uma parcela considerável das MVIs registradas.

Para as mulheres, o cenário que se desenha é diferente e para pensar sobre ele, é pertinente considerar algumas coisas: as violências sofridas pelas mulheres são praticadas, em mais da metade dos casos, pelos seus companheiros e ex-companheiros, sinalizando que, o âmbito doméstico é o mais letal para elas (FBSP, 2025).

Na particularidade do Agreste Paraibano, a microrregião de Campina Grande aparece como a mais violenta para elas, com 39 casos registrados, predominando novamente o uso da arma de fogo, apesar de uma variedade maior nos instrumentos utilizados nas microrregiões em geral. A microrregião de Itabaiana aparece também muito violenta para as mulheres, com

17 casos registrados. Logo, apesar das divergências em diversos aspectos, notamos algumas similitudes: o espaço urbano é o mais letal para ambos os gêneros, e, além disso, a idade dos registros dessas mortes violentas predomina a faixa etária de 20 a 24 anos. Dessa maneira, percebemos algumas aproximações, mesmo que de maneiras diferentes.

Outro aspecto apareceu, e sobre ele, acreditamos que seja indispensável considerá-lo para todas as análises que se desenvolverão a partir dos dados que já foram apontados. Temos que o cenário da violência que afeta adolescentes e jovens, para os homens, atinge em sua maioria jovens entre 25 e 29 anos e também de 20 a 24 anos, uma boa parte por intervenção policial e, em mais da metade de todos os casos, através do uso de arma de fogo. Já para as mulheres, as mais afetadas são aquelas entre 20 e 24 anos, e podemos inferir que em decorrência de violência doméstica, praticada por companheiros ou ex companheiros, a partir do cenário que o anuário de segurança pública mostra, e também por arma de fogo, apesar de um quantitativo maior do uso de arma branca, do que naqueles registrados para os homens. Apesar das diferenças, um aspecto em comum atinge ambos os grupos: as mortes ocorrem predominantemente nas zonas urbanas dos municípios.

Diante disso, é essencial pensar como a questão da urbanização brasileira dialoga com o fenômeno da violência que atinge adolescentes e jovens, de ambos os gêneros. Como sabemos, o processo de formação social, político e econômico do Brasil se deu por meio do processo de colonização implementado pela coroa portuguesa a partir do século XVI. Ancorado no regime escravagista como modelo econômico adotado baseado na exploração da mão-de-obra, o processo se deu mediante a implementação violenta dos costumes e apagamento étnico dos grupos que se encontravam aqui, inicialmente os povos originários, e posteriormente os negros escravizados trazidos da África (Galeano, 2013).

Como panorama do processo de colonização brasileiro, temos o fortalecimento e transição de um ideal de sociedade que se funda a partir de concepções eurocêntricas que compreendem os grupos diferentes a partir de uma relação hierárquica em uma dinâmica de consolidação e permanência de certos aspectos do poder (Foucault, 1998). Nesse sentido, a sociedade vai se desenvolvendo para potencializar o fortalecimento bélico e econômico, que cada vez mais ganhava centralidade enquanto uma perspectiva para compreender não apenas as relações econômicas, mas também sociais e políticas. A perspectiva que inferioriza aquele é estigmatizado como diferente e primitivo, como a visão acerca do Brasil, foi indispensável para o estabelecimento das relações de poder desiguais e formação social do país (Galeano, 2013; Foucault, 2008).

Nesse regime, a ocupação territorial e exploração econômica se deu através, sobretudo, da concessão de grandes territórios, acarretando uma concentração de terras desigual que é uma questão até a atualidade no país. Apesar frágeis reforas, no que se refere à terra, enquanto bem e possibilidade de subsistência, principalmente com a criação de reformas de legislações, medidas contundentes como a reforma agrária e a redistribuição de terras ainda não foram tomadas (IBGE, 2020). Para entender como isso se articula com a realidade e, principalmente, com a violência, o histórico escravagista não pode ser desconsiderado, principalmente diante do aspecto racial que intersecciona todos os aspectos referentes à realidade brasileira, respaldando o racismo de Estado (Foucault, 2005) que instrumentaliza as diferenças humanas, para gerenciar as vidas que valem mais e as que valem menos.

Quando o cenário econômico mundial exigiu que esse regime fosse proibido, tivemos a abolição da escravatura em 1888 que, da maneira em que foi feita, recrudescer o cenário de abandono e marginalização da população negra e pobre do Brasil. Em um país cuja formação social se

deu mediante a exploração e subjugação violenta daqueles escravizados, tendo como cenário uma distribuição territorial baseada em uma concentração de terras que perdura ao longo de séculos, a inserção de determinados grupos sociais é feita através da não existência ou participação nos espaços políticos, econômicos e sociais, restando espaços onde a suspensão de direitos é uma constância (Agambem, 2002).

A partir dessas considerações, o que se desenha é um cenário de exclusão crônica de determinados grupos sociais brasileiros a partir da abolição da escravatura, desse modo, a condição de vida precária foi intensificada a partir do momento em que foram “inseridos” na sociedade mediante a concessão da liberdade. Cabe apontar que a utilização das aspas se dá justamente por ter sido feita uma inserção a partir da exclusão (Agambem, 2002; Duarte, 2010), ou seja, foram lançados na sociedade brasileira sem perspectivas de inserção, e assim, passaram a fazer parte dela enquanto um grupo marginalizado e alheio aos ideais brancos, como estratégia de poder no sentido de garantir a manutenção dos privilégios historicamente constituídos (Schumacher e Brazil, 2006; Foucault, 1998) principalmente ao considerarmos a ascensão dos ideais de pureza de raça e perspectiva de civilização através do branqueamento da população. Assim, saindo “da condição de escravos e libertos, eles migraram para a de não cidadãos, situando-se nas margens do projeto elitista de formação da nação.” (Schumacher e Brazil., 2006).

O Nordeste brasileiro se encontra nessa interação como destino dos escravizados no processo de exploração da cana-de-açúcar, sob moldes que priorizava a extração de riqueza para apropriação da coroa, em detrimento do mercado interno e da indústria nacional, o que acarretou um cenário que difere daquele que se desenhava nos polos econômicos brasileiros localizados no sudeste do país (Galeano, 2013). Antes de locais centrais, tal qual o Rio de Janeiro e a Bahia, o movimento econômico observado no agreste, vivenciava ciclos econômicos - cana, café, algodão, criação de gado, dentre outros – que influenciavam na subsistência daqueles que residiam ali, potencializando o fluxo migratório (Andrade, 1980).

No Agreste a área dos engenhos era utilizada como terra para a produção de itens para abastecimento local, seja através da agricultura ou da criação de gado, atividades econômicas que foram responsáveis pelo povoamento do Agreste Paraibano, sobretudo a criação de gado, que possibilitava uma movimentação dos grupos em busca dos locais mais úmidos e propensos para o cultivo, considerando que a migração para os centros mais úmidos do Nordeste em geral era um movimento natural para a população. E nessa relacionalidade, a cidade de Campina Grande aparece como um dos grandes centros de comércio de Gado nesse caminho de penetração que possibilitava a circulação na região (Andrade, 1980). Foi com a emergência do trabalho assalariado que os trabalhadores passaram a migrar para os centros econômicos em busca de melhores condições de vida e salário.

Diante disso, sobretudo na primeira metade do século XX, é possível identificar o processo de industrialização e expansão urbana no Brasil que, diante das migrações, ocorreu desordenadamente sem a capacidade de absorver o contingente de pessoas que chegou. Nesse momento, essas pessoas em busca por melhores condições e oportunidades de trabalho passaram a se fixar em espaços não qualificados. Alinhado a isso, temos um panorama de estigmatização (Goffman, 1988) da parcela pobre e negra brasileira, impulsionada pelos ideais eugenistas de pureza de raça e pela política higienista que ganhava força no Brasil (Marques, 1994). Dessa maneira, a formação urbana do país ocorreu de maneira deficitária, onde os trabalhadores e negros foram paulatinamente escanteados territorialmente, ocupando regiões afastadas e menos centrais, sem infraestrutura e condições de moradia. Temos, então, a origem da formação das favelas e comunidades urbanas

que atualmente somam 282 no estado da Paraíba, de forma que, são 157 na capital João Pessoa e 23 no município de Campina Grande, com uma população de 27.311 pessoas (IBGE, 2022).

Nos deparamos com a questão: como pensar sobre os índices das MVI no Agreste Paraíba-no que ocorrem predominantemente nas áreas urbanas sob a perspectiva da segurança pública, considerando esse histórico da formação social do Brasil, com todas as heranças deixadas pelo regime escravagista e pela eugenia nessa relação de forças do poder? Como a formação das cidades, de comunidades urbanas e favelas se articula com a violência sofrida por crianças e jovens entre 2015 e 2025?

Temos, assim, o conceito de habitabilidade como ponto de partida para a discussão, posto que essa concepção considera um ordenamento urbano associado a aspectos como dignidade, segurança, condições de moradia e bem-estar, em uma relação de respeito para com o meio ambiente, tanto para os indivíduos quanto para o coletivo (Almeida, 2023; Habitability, 2024), em outras palavras, promover a habitabilidade para determinado grupo em determinado espaço, perpassa pela promoção e implementação de políticas públicas no sentido de garantir o bem-estar social e ambiental.

O Brasil possui como marco democrático a promulgação da Constituição Federal de 1988, ou simplesmente, a *constituição cidadã*. Como o próprio termo sugere, a partir dela, são reconhecidos legalmente diversos direitos não somente políticos ou civis, mas também sociais, e dentre eles, temos o direito à moradia (Brasil, 1988), como dispõe o artigo 6º, juntamente com outros direitos como a educação, saúde, lazer, e, outros. Além disso, o Brasil também é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (ONU, 1948) e do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (Brasil, 1992), que trazem consigo a defesa pelo direito à moradia digna enquanto uma das formas de preservar a dignidade humana, logo, promoção do bem-estar.

Pensar sobre habitabilidade, como foi apontado, pressupõe que a população acesse as políticas e programas que promovam os aspectos envolvidos nessa concepção, logo, pensamos no acesso à cidade. O Brasil, por sua vez, possui o *Estatuto da Cidade* (Brasil, 2008) documento que traz sobre as competências do país no que se refere ao ordenamento urbano, nele temos a lei n.º 10.257/2001 (Brasil, 2001) que dispõe acerca da política urbana no país. Podemos ressaltar, conforme as diretrizes dessa lei, o direito a ter determinadas condições garantidas, sendo elas a de uma cidade sustentável, com direito à infraestrutura urbana, moradia, saneamento ambiental, assim como transporte, serviços públicos, trabalho e lazer (Brasil, 2001).

Ao considerarmos os conceitos de habitabilidade e de direito à cidade temos que, apesar desses ligeiros esforços, o cenário que se desenhou no Brasil ao longo do século XX e que tem se mantido no século XXI é diferente. Temos esses como dois exemplos de iniciativas em amplitude mundial e nacional no que se refere à garantia de condições básicas de vida e vivência em sociedade, juntamente com a constituição brasileira vigente, porém a partir desse mesmo período de retomada da democracia – após 1988 – os índices de violência no país dispararam (Zaluar, 1998; Caldeira, 1991). Identificamos, então, uma lacuna que toca naquilo que se refere à segurança pública e que é algo crônico na realidade brasileira, principalmente quando ela aparece nesses conceitos discutidos, no número de MVI que atualmente o anuário traz (FBSP, 2025) e na constituição como algo a ser garantido.

No Brasil, atualmente, século XXI e, desde o processo de redemocratização pós-ditadura militar, final do século XX, a perspectiva de segurança pública adotada é aquela essencialmente combativa-reativa, que visa garantir a ordem e proteção da estabilidade que, por sua vez, segundo

Caldeira (2003) retroalimentam a violência que se encontra presente na sociedade. A partir dela temos que a violência e a segurança pública implementada no Brasil para lidar com essa problemática seguem no mesmo sentido. O que temos, atualmente, é uma segurança pública que se preocupa com a segurança nacional e, a partir disso, atua pela preservação dos direitos individuais para lidar com essa desarmonia que a violência representa na sociedade brasileira (Dias, 2010).

Sob esse paradigma, a atuação se dá através do combate a esse inimigo causador da desordem – diante do quantitativo de morte de homens e mulheres negras e periféricos (FBSP, 2025), vemos que o racismo de estado (Foucault, 2005) que, por sua vez, legitimou o regime escravagista juntamente com a corrente eugenista foi eficaz ao associar o aspecto racial e a pobreza à figura do inimigo interno. Nesse sentido, percebemos que o enfoque está em reestabelecer a idílica projeção de ordem perdida, mediante uma atuação cada vez mais combativa e violenta sob o respaldo do monopólio da violência legítima que o estado possui (Zaluar, 1998). Nesse cenário, a violência se apresenta como um instrumento nas relações onde o poder não está fortemente estabelecido (Arendt, 2020) enquanto fruto de um saber que é produto de uma tendência de manutenção das relações desiguais vigentes (Foucault, 1998).

A maneira como os espaços urbanos, sejam as comunidades urbanas ou os bairros mais abastados, se encontram nesse cenário pode ser compreendido em uma forma de organizar a população, produzindo divisões sócio-espaciais, onde essa parcela que se consolida como o inimigo interno ocupa espaços específicos/periféricos e sem equipamentos sociais mínimos. E assim, a violência e aquilo que se fala sobre ela, segundo Caldeira (2003), encontra-se enquanto um instrumento eficaz para essa reorganização espacial, e nesse processo, “o crime e os criminosos são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem, isto é, as favelas (...) vistos como os principais espaços do crime” (Caldeira, 2003, p.79).

Até junho de 2025, a população prisional brasileira era de 701.637 apenados (SE-NAPPEN, 2025), além disso, 14% das MVI foram em decorrência de intervenções policiais, contudo em 2024 foram registradas 965 vítimas de latrocínio (FBSP, 2025). Esses dados são um indicativo de que as ações em segurança pública sob os paradigmas atuais não são eficientes para lidar com a problemática que se expressa, na verdade, ela vem vitimizando cada vez mais jovens, do sexo masculino, negros e moradores de áreas periféricas (Ibid., 2025). O que nos leva a pensar sobre uma segurança pública feita por uma perspectiva diferente que não se aja apenas reativamente à violência.

Como alternativa, temos aquilo que Dias (2010) nos apresenta a segurança pública em uma Perspectiva Ampliada. Nessa perspectiva, segurança pública atua não somente nas questões aparentes, mas principalmente a partir das problemáticas sociais, remetendo à segurança que se ancora na proteção patrimonial ou civil, principalmente atuando através da garantia dos direitos coletivos e sociais. Essa concepção alternativa de segurança pública que, para lidar com a violência enquanto um fenômeno de grande questão na sociedade brasileira, demanda que políticas públicas, sendo elas pensadas para proporcionar o bem-estar integral para os sujeitos sociais, sejam implementadas e, não somente isso, elas devem funcionar. Em outras palavras, antes de serem idealizadas e somente implementadas, elas devem ser construídas a partir da escuta à população, exigindo uma sincronia e atuação multifacetada da União, dos estados e dos municípios, buscando garantir integralmente os direitos dispostos na constituição federal.

Dessa maneira, podemos perceber que a habitabilidade, juntamente com o direito à cidade, são aspectos indispensáveis para uma atuação de segurança pública em uma perspectiva que preza pelo bem-estar social e direitos humanos. Ela deve vir no sentido de romper essas barreiras sociais

e espaciais que os estigmas (Goffman, 1988), baseados no aspecto racial e no aspecto econômico, produzem juntamente com a violência (Caldeira, 2003). Associar essa violência a um grupo e, certos espaços, como as favelas, é um dos obstáculos para a alcançar a habitabilidade desejada para o exercício do direito à cidade através da própria circulação.

Outra questão para reflexão aqui, é a expansão do crime organizado e a sua distribuição e exploração (sequestro) territorial. Caldeira (2003) nos traz que os crimes sofreram mudanças, tornando-se mais violentos a partir da década de 1980, e considerando isso, Zaluar (2019), nos mostra que o crime organizado passou a atuar de maneira diversa, adquirindo contornos de uma empresa.

A partir dessa lógica do empresariado, atuando principalmente através tráfico de drogas, o lucro torna-se o objetivo, além de que, os conflitos passam a ser decididos violentamente (Zaluar, 2019). Um agravante no Brasil é que essas empresas ilegais conseguem infiltrar-se em âmbitos legais do estado, como as próprias forças de segurança pública, participando até da política nacional – exemplo esse vivido recentemente, quando o governo federal tentou atuar no crime organizado através de um estrangulamento fiscal e não houve apoio dos parlamentares, ao invés disso, como um reflexo dessa conjuntura de morte, foi presenciada a chacina no Rio de Janeiro em outubro de 2025 (Grandi, 2025).

A medida que temos uma política de segurança pública cujos agentes atuam ofensiva e violentamente, buscando somente a retomada da ordem (Dias, 2010), através da destruição de uma figura inimiga que associa a criminalidade e violência a pessoas pretas, pobres e periféricas, o cenário que se constrói é de uma violência generalizada. Temos uma realidade onde o poder se desenha sob o paradigma de priorizar algumas vidas, enquanto deixa perecer outras, mediante a sua capilarização e difusão no corpo social, na totalidade, seja nas instituições, nos discursos ou até mesmo nos sujeitos e através deles (Foucault, 1999, 1998).

Considerando essa perspectiva, quando nos debruçamos ao quantitativo de jovens – tanto homens como mulheres – mortos em operações policiais, por exemplo, temos o total 70 óbitos, sendo 1 deles feminino, em todo o território do Agreste Paraibano. A maioria (29 óbitos) foi registrado no município de Campina Grande. É importante destacar este dado, tendo em vista que muitas vezes estes óbitos de confronto são sinalizados enquanto confrontos contra criminosos, mas, será que todos eles pertencem a este cenário? Muitas vezes, jovens de territórios faccionados acabam por serem “bodes expiatórios”¹⁰ (Girard, 1990) desta guerra às drogas (Wacquant, 2003).

Esses jovens muitas vezes são alvos dessa violência por serem uma vítima fácil e trazerem uma resposta mais rápida à sociedade sobre esta guerra. Entretanto, por mais que eles se tornem esta vítima da violência estatal e faccionada, este embate não traz resolutivas eficazes a questão de segurança pública, e uma prova viva disto, foi a megaoperação fracassada realizada no Rio de Janeiro no dia 28 de outubro de 2025 (Duarte; Batistela e Jornalismo, 2025). Dizemos fracassada, pois esse tipo de ação não alcança o topo da cadeia das facções, enquanto megaempresas (Zaluar, 2019, 1998), servindo em sua essência para matar pretos e pobres que em poucos dias são substituídos por outros (Martins, 2025). O intuito nunca foi o dismantelo das facções, mas sim realizar uma limpeza social nestes territórios (Mbembe, 2018; Marques, 1994). Ademais, ao consideramos os saldos dessa intervenção policial, é perceptível que o fracasso da mesma não se deu somente frente à figura inimiga, mas também com relação aos próprios agentes de segurança pública ex-

10 Para Girard (1990), o bode expiatório é o indivíduo ou grupo que se torna o foco da violência de uma sociedade, juntando toda a frustração coletiva e a agressão de modo a restaurar a ordem social. Por exemplo, é muito mais fácil uma pessoa negra ser acusada de furto do que uma pessoa branca, mesmo a pessoa negra sendo inocente, e isso se deve ao racismo estrutural presente na sociedade.

postos por meio de uma intervenção cujo pilar era uma prática exacerbada de violência, atentando às suas próprias vidas.

O anuário de segurança pública traz dados que demonstram que, os policiais mortos, sejam em intervenções sejam em dias comuns, são geralmente homens e negros (FBSP, 2025), reforçando a perspectiva de que a segurança pública vigente atua no sentido de garantir determinadas vidas, enquanto atua pela morte de outras (Foucault, 1999).

Diante disso, deve-se discutir qual o papel do Estado nestes territórios. É uma realidade o Estado não fornecer políticas públicas nesses espaços, e se fazer presente apenas com a violência policial. Como a autora Andréia Peres (2025) destaca, apenas 30% das moradias das favelas brasileiras possuem acesso à água e energia elétrica, bem como apenas 1 em cada 5 desses domicílios consegue descartar esgoto na rede pública. A autora também elenca que apenas 1 em cada 160 moradores possui o ensino superior completo, e 1,17 milhão de crianças e jovens tiveram que interromper os estudos em 2024 devido aos eventos climáticos e enchentes. Logo, como vemos, o Estado se ver como isento de promover melhorias de políticas públicas e infraestrutura nesses espaços, que também é Segurança Pública, portanto, fica evidente que a perspectiva de segurança pública alinhada com o bem-estar social não é somente polícia, polícia não deve ser violência, e a violência não deve ser um pilar do Estado, mas sim saúde, educação, lazer e moradia digna.

Portanto, nos colocamos, dessa forma, na posição de pensar sobre alternativas que busquem mudanças nos paradigmas de atuação, e que se alinhem a uma segurança pública em uma perspectiva ampliada, que preze pelo bem-estar e viabilização de direitos, sobretudo a partir do território paraibano. Nesse sentido, para subsidiar e potencializar as reflexões desse estudo, e para analisar e poder criticar e contribuir com sugestões às políticas públicas (Peres, 2025) em particular, à política de segurança e defesa social para que seja mais preventiva e menos combativa e repressiva (Dias, 2010), foi realizado um grupo focal para pensar sobre esses elementos, sobre as potencialidades não exploradas, os limites e as possibilidades de mudanças.

A referida atividade foi realizada na região metropolitana de João Pessoa –PB, a partir de uma articulação entre o Grupo de Estudos em Violência e Segurança Pública (GEVISP) e uma organização da sociedade civil atuante na comunidade do Mário Andreazza, localizado no município de Bayeux. O grupo focal, enquanto um instrumento metodológico consiste na formação de grupos para o diálogo (Minayo, 2004), cujos participantes foram jovens entre 15 e 29 anos. Para a reflexão e posterior análise, a tríade composta pelo Estado, Organização da Sociedade Civil e sujeitos foi considerada enquanto importantes aliados.

A partir do diálogo, aspectos referentes ao direito à cidade (Amanajás e Klug, 2018) surgiram constantemente, gerando reflexões no que refere à circulação urbana, acesso a determinados espaços culturais e educacionais, sociabilidade, dentre outros. Foi possível identificar um aspecto que atravessou diversas falas: o estigma (Goffman, 1988) que os jovens residentes nas áreas periféricas recebem, por simplesmente terem “*riscos na sobrançelha*”, usarem certas marcas de roupas “*estilo praiano*”, juntamente com o aspecto racial, assim houve a sinalização de que a abordagem e olhares diferem entre pessoas brancas e negras, aparecem como marcas desse estigma, juntamente com a violência diretamente associada a esse espaço.

Foi ressaltado que esse estigma não é apenas na relação entre os que se encontram fora do espaço, e o que estão dentro, mas também entre os próprios residentes sob a fala de “*preconceito entre os próprios moradores*”. Juntamente a isso, a presença das facções e disputas de território encontra-se como um agravante, diante da instrumentalização da violência (Zaluar, 1998, 2019) que

se direciona àqueles que não fazem parte do território em questão que se expressa através das falas como a figura do “X9”, enquanto delator, que sinaliza uma ameaça para os grupos.

Outro elemento que foi mencionado pelos jovens, e que sinaliza um obstáculo para a circulação e o próprio exercício do direito à cidade, é a existência de agentes de segurança à paisana que circulam pelos arredores das comunidades urbanas, intimidando adolescentes e jovens, principalmente.

Além disso outras questões surgiram como por exemplo, o não mais poder circular pelo trem intermunicipal, posto que, na região metropolitana de João Pessoa–PB, ele atravessa comunidades urbanas que enfrentam também a problemática territorial das facções, de forma que, mesmo que tendo um custo mais baixo, estar no trem e adentrar outros territórios tornou-se um risco.

Como uma alternativa, emerge a utilização das linhas de ônibus, contudo, elas não abrangem a dimensão espacial necessária e possuem horários limitados, e, de outro modo, para muitos, o valor cobrado pelas passagens, pode ser inacessível.

Nesse contexto, as mulheres encontram-se em uma posição mais vulnerabilizada, considerando que 97% delas possuem medo de sofrer violência enquanto se locomovem (Araújo, 2025).

No sentido de viabilizar a circulação urbana e o direito à cidade, uma possibilidade é a construção de um plano intermunicipal que, reflita, juntamente com os agentes estatais e a sociedade civil, a problemática do acesso urbano, considerando a realidade das juventudes periféricas. Buscando fomentar a circulação, uma das estratégias cabíveis dentro desse plano é a tarifa zero para esses jovens nas linhas municipais, impulsionando o acesso à região metropolitana e aos seus próprios municípios, fomentando o acesso à cultura, lazer, educação e trabalho. Essa proposta surge juntamente com o movimento que o governo federal atualmente vem fazendo para a implementação dessa medida como uma das suas bandeiras programáticas (Doca, 2025).

Considerando que a partir das falas, o cenário de circulação para homens e mulheres diferiram, uma sugestão é quanto a questão urbana sob a ótica de gênero, se discuta as relações desiguais que se expressam, impulsionando a constituição de grupos reflexivos que não se restrinjam às figuras das mulheres, buscando um diálogo crítico e polissêmico entre todos os atores sociais. E como uma ação prática, ampliar o quantitativo das linhas para que elas consigam acessá-las com mais rapidez, evitando que fiquem sozinhas em horários de menor movimento.

Com isso, é interessante também fomentar a criação de grupos de mulheres, no sentido de promover uma circulação conjunta até as suas residências, para dessa forma, inibir a prática de violência contra elas, que incide em 73% quando elas estão a pé (Araújo, 2025).

De maneira geral, outras medidas mais objetivas podem ser adotadas: a melhora da iluminação pública, a limpeza de terrenos baldios, e policiamento em áreas que sejam reconhecidas, a partir de levantamentos de dados, como aquelas que oferecem maior risco, o que promoverá maior segurança e viabilizará a circulação para ambos os gêneros, mas principalmente para as mulheres.

E com relação ao estigma, enquanto elemento que dificulta a circulação sob as roupas e a figura do “X9”, deixamos como sugestão que se busque tensionar essas concepções pré-concebidas, no sentido de, promover a reflexão acerca das diferentes maneiras de expressões corporais existentes, buscando desassociar esses aspectos das facções e da violência, juntamente com a discussão das potencialidades das comunidades urbanas, exaltando a cultura local e as raízes comuns entre os moradores, fortalecendo, assim, o senso de pertencimento e reconhecimento (Butler,

2022). Ademais, é indispensável tocar na problemática do racismo, que respalda a associação entre negros, violência e criminalidade.

Aqui entendemos que a circulação urbana, em pleno exercício do direito à cidade, perpassa também pela ocupação do próprio espaço público, sendo ele não somente para a locomoção. Para pensar sobre essa questão, cabe partir daquilo dito acerca do estigma existente que não inibe apenas a circulação, como também, a utilização dos espaços públicos, seja para a socialização ou lazer, a medida que, em falas variadas, foi exposto que eles já foram abordados por policiais ou por membros faccionados nesses espaços, sob a condicionalidade do horário. Ou seja, estar na rua a partir de alguns horários, já a noite, sinaliza um perigo para essas juventudes. Isto evidencia que a ocupação do espaço público deve ser uma medida a ser implementada, e algumas possibilidades são, em conjunto com a gestão municipal, a criação de praças bem iluminadas e com estrutura para a prática de esportes, como também, juntamente com membros da própria comunidade e instituições como a associação de moradores, Organização da Sociedade Civil (OSC), agentes de segurança pública, para explorar as potencialidades do próprio território e fomentar uma atuação em rede, e assim, possibilitar a idealização e ministração de oficinas e/ou minicursos. Ressaltando que é indispensável o diálogo com o público alvo, para fomentar a participação política e engajamento nas práticas nas próprias comunidades.

A segurança e defesa social perpassa por aspectos muito mais abrangentes do que o que se implementou até a atualidade. E pensar sobre o direito à cidade, abre portas para pensar sobre as condições de vida que se correlacionam com as dificuldades que permeiam esses territórios. A partir disso, temos que o cenário das condições de moradia das comunidades e favelas é precário. O estudo *Panorama das favelas e comunidades invisibilizadas no estado de São Paulo*, mesmo que não seja a partir da realidade paraibana, traz indicativos para refletir sobre essa parcela da realidade que ainda é pouco discutida. O estudo sinaliza que quase metade dos domicílios são em madeira ou sucata (43%), expondo expõe os moradores a condições insalubres como a entrada de roedores, condições extremas de clima como muito frio ou muito calor. Além disso, os aspectos socioeconômicos evidenciam a fragilidade dos vínculos empregatícios como também o baixo nível de escolaridade (Melo, 2024).

Os aspectos referentes à expansão urbana de maneira desordenada juntamente com o fato de João Pessoa ser a capital com a maior desigualdade de renda do país, onde 40% da população possui o rendimento de R\$ 972,00; no que refere ao estado, temos que 7,9% dos paraibanos vivem abaixo da linha da pobreza com R\$ 209,00 (Silva, 2024). Na referida capital, cerca de 20 mil famílias estavam em moradias precárias (Vasconcelos, 2023) e 11 mil ameaçadas de despejo (G1 PB, 2023). Uma questão que vem se desenhando ao longo dos anos, sobretudo, a partir de 2022, é uma valorização dos imóveis diante da procura pelo município para novas residências. Contudo, a medida que essa valorização ocorre, a tendência é que gradativamente os moradores com menor renda sejam escanteados.

O direito à moradia é um direito social garantido no Capítulo II, artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Entretanto, essa moradia deve conter condições dignas de habitabilidade, como infraestrutura, saneamento básico e acesso à água e energia elétrica, por exemplo. No entanto, como visto anteriormente sob a ótica do *Panorama das favelas e comunidades invisibilizadas no estado de São Paulo* e da autora Andréia Peres (2025), esta não é a realidade.

Atualmente, o Governo Federal disponibiliza alguns programas de incentivo ao acesso à moradia, entre eles temos o Programa Minha Casa Minha Vida¹¹ e o Reforma Casa Brasil¹². Entretanto, nenhum desses programas consegue fato de garantir a melhoria da habitabilidade dos brasileiros, uma vez que, respectivamente, um desloca os beneficiários para bairros mais distantes dos centros urbanos, e o outro aumenta as chances de endividamento da população.

Segundo a Revista Haus (2019, n.p.) sobre o Programa Minha Casa Minha Vida:

A partir de uma análise estatística por imagens de satélite, o estudo constatou que municípios com empreendimentos dentro desta faixa desenvolveram novos núcleos de moradias muito distantes dos centros urbanos (...).

Esse distanciamento populacional dos centros urbanos gera uma situação desconfortável para essas pessoas, a partir do momento que há uma quebra de suas rotinas, aumento dos gastos financeiros devido à distância dos espaços e muitas vezes a falta de recursos em arcar com condições que, anteriormente, não era um custo a ser pensado devido sua ausência em sua antiga realidade, como, por exemplo, custos com água, energia elétrica e rede de esgoto. Esse deslocamento muitas vezes está atrelado a práticas higienistas, de limpeza social, onde, a existência dessas pessoas tida como inferiores em bairros nobres desqualifica aquele espaço (Caldeira, 2003), portanto, a mercê das classes médias e dominantes, esses grupos acabam sendo enviados para regiões mais distantes e periféricas, afetando toda sua dinâmica. No mais, como destaca os autores Cristine Kist e Thiago Tanji (2017, n.p.):

Espaço público é o espaço das diferenças, onde é possível o encontro com o que não é igual a nós”, diz Sérgio Magalhães, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). “À medida que se rejeita a diferença, estamos rejeitando o próprio conceito de cidade”. De acordo com a definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), um espaço público “refere-se a uma área ou lugar aberto e acessível a todas as pessoas, independentemente do sexo, raça, etnia, idade ou nível socioeconômico.

Já acerca dos programas de linha de crédito, como o Reforma Casa Brasil, é um ponto delicado a se destacar. Normalmente, estes programas são destinados às pessoas baixa renda do país, que não possuem aquisição financeira necessária para fazer reformas e garantir a estabilidade e melhor infraestrutura de sua moradia. Segundo o portal FGV IBRE (2022), as classes mais baixas possuem um percentual de endividamento superior às classes mais altas da sociedade. Os programas de linha de crédito são benéficos excepcionalmente para os banqueiros que adentram estes programas, onde os juros que os participantes vão pagar, servirão para enriquecer ainda mais as classes dominantes, gerando um recrudescimento da desigualdade.

Portanto, cabe ao Governo Federal gerar programas pensados para a realidade da população que acessa estas políticas. Não adianta afastá-los dos grandes centros e/ou gerar crédito para essas

11 É um programa habitacional que oferece subsídios e taxas de juros reduzidas às famílias de baixa renda, com o intuito de facilitar a aquisição do imóvel próprio.

12 É um programa que fornece empréstimos para reformas, com diferentes faixas de renda e taxas de juros.

famílias, pois, irá gerar apenas um desmantelo na rotina e no financeiro delas. Raramente se vive em favela porque se quer, mas por necessidade, e a solução não é deslocá-los ou endividá-los, mas sim criar programas que garantam o direito constitucional a essas pessoas de moradia digna em seu território. De acordo com Coimbra (2010), o Estado “faz viver e deixa morrer”, onde não cumpre com seu papel de garantir políticas públicas mínimas para as classes subalternas e se isenta dessa responsabilidade, se tornando presente apenas na repressão contra os mesmos, porém, esta é uma realidade que deve ser mudada.

Nesse sentido, ao considerarmos que habitabilidade é um conceito abrangente e que toca aspectos complementares para uma vida digna e, em equilíbrio para com o coletivo e para o com meio-ambiente, temos que a existência de políticas públicas é indispensável para que essa condição seja alcançada. Com relação aos municípios, é essencial serem feitos levantamentos, por equipes competentes, juntamente com as respectivas secretarias, para dessa forma, compreender a realidade daqueles que se encontram em situações precárias de moradia. Nesse processo, poderá ser observado as demandas visíveis, como aquelas que se referem à infraestrutura de iluminação, lazer, educação, como também as demandas invisíveis como, o acesso ao trabalho, qualidade da educação ofertada, relação dos sujeitos com o espaço em que vivem.

Ouvir, realizar e avaliar a partir daquilo que as juventudes expressam é indispensável no processo de planejamento efetivação de políticas públicas, posto que, fomentam o engajamento no processo político democrático de participação, avaliação e proposição de demandas, como também possibilitam reconhecer as necessidades particulares do referido público a partir das particularidades territoriais. Assim, as secretarias conseguirão identificar as fragilidades e os potenciais existentes nos locais, possibilitando uma articulação com o governo estadual e federal ancorado em dados do seu próprio espaço e população. E a partir disso, conhecendo mais os espaços onde essas políticas públicas não alcançam, é possível pensar, criar e propor mudanças que visem garantir de maneira qualificada os direitos básicos que não alcançam essa parcela da população.

Um fato importante que nos possibilitou um olhar com mais acuidade sobre a realidade da juventude na Paraíba, foi o *III Encontro de Juventudes*, sediado em João Pessoa-PB, em dezembro de 2025, organizado pela *Rede Estadual Raízes da Juventude* juntamente com o *Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste*, se constituiu como um espaço potente para a promoção de um diálogo entre os jovens de diferentes regiões do estado, e rico campo para subsidiar as análises. Cabe ressaltar que o espaço possibilitou uma articulação entre a juventude e diversos agentes estatais (políticos, por exemplo, uma deputada estadual e, dois candidatos ao governo do Estado no pleito de 2026; secretários de estado, um federal e outro estadual) e professores e pesquisadores na área de juventude e segurança pública, para refletir acerca das políticas para a juventude. Ali, a pauta de formação de conselhos municipais para a juventude surgiu, como meio essencial para a mobilização das demandas elencadas. Entendemos essa como uma medida essencial que potencializará quaisquer sugestões aqui descritas, posto que é um espaço para diálogo com os municípios, e organização política das juventudes enquanto público alvo das intervenções posteriores.

Buscando uma mudança de paradigma de atuação, e respaldado na perspectiva de segurança pública ampliada, algumas possibilidades de intervenção mais objetivas podem ser consideradas, como a coleta de lixo de maneira regular, evitando o agrave da insalubridade e a limpeza das áreas urbanas e terrenos abandonados, assim como, a busca pelos seus respectivos donos para a garantia da manutenção dos seus espaços privados; ações de aproximação por parte das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) os quais são espaços de

atendimento primário em saúde e assistência social, potencializando o conhecimento acerca da população e também das fragilidades que a cerca.

Ademais, considerando o lazer como um direito garantido constitucionalmente, e que em diversos momentos foi descrito pelos jovens como ausente na sua realidade, sugerimos que se fomenta a organização de intervenções culturais espalhadas ao longo dos territórios, alcançando essa parcela da população, promovendo uma aproximação para com a prefeitura e com voluntários encarregados de realizar/promover/acolher eventos culturais.

A partir disso, é possível fomentar o interesse pela cultura local e organização de eventos, tornando essa uma atividade a ser desenvolvida por eles e para eles, considerando que eles conhecem os espaços, os possíveis participantes e as atividades que interessam aos mesmos. Para fomentar o consumo à cultura e dos elementos produzidos no próprio território, a organização de feiras periódicas é uma boa atuação. Através do registro de quem produz e do que é produzido, é possível a organização de feiras regulares, como por exemplo, gastronomia e produtos produzidos artesanalmente, impulsionando a procura por aquilo produzido na própria comunidade, além de impulsionar a articulação entre os sujeitos, fortalecendo o seu de pertencimento e reconhecimento, estimulando a percepção de coletivo ao invés do individualismo.

Como vimos, a garantia da proteção das juventudes perpassa por uma atuação múltipla, feita por agentes diversos da sociedade. Pensar sobre as condições de vida, sob a ótica da habitabilidade e do direito à cidade, se expressa como uma das maneiras de garantir o direito à vida quem vem sendo destituído deles a medida que vemos os números de jovens mortos, sendo eles majoritariamente negros e pobres. Temos isso como uma expressão da sociabilidade brasileira, que a partir da perspectiva europeia ocidental de modernidade, vem ceifando vidas cotidianamente.

Zaluar (2019) nos traz uma reflexão importante ao pensar sobre a violência e o crime organizado, que, atualmente, é uma questão em território nacional. Ao refletir sobre o que leva jovens, adolescentes e crianças a assumirem essa posição de risco dentro desses grupos, vemos que se relaciona diretamente a um estilo de vida que valoriza o consumo e o individualismo, abandono estatal, paradigma de um “etos de masculinidade” (*Ibid.*, 2019, p.68) que ganha força com aspectos que valorizam a resposta violenta e uma noção de ter, possuir. Nesse sentido, a mesma conclui que essa tendência violenta perpassa também pela socialização desses jovens e crianças sob tendências violentas e a contenção de agressividade. Aqui, eu acrescento que, o cotidiano de violências institucionais e sociais – entre os indivíduos, sejam eles familiares, amigos – potencializa essa tendência violenta exacerbada por uma sociabilidade baseada no “ter” e no “eu”.

Entendemos que enquanto sujeitos sociais, é indispensável o engajamento político para exigir, fiscalizar e até criticar, aquilo que é pertinente, principalmente a partir da realidade de cada um enquanto grupo. A noção de pertencimento une e possibilita que sejamos ouvidos.

Para além da polícia, deve-se pensar nessas alternativas de como o Estado deve estar presente, mas não apenas, enquanto um órgão controlador, mas sim parceiro a serviço da comunidade, atuando coletivamente e em rede. Segurança Pública não é apenas a busca da ordem, segurança remete à manutenção da vida em equilíbrio (Dias, 2010), e para isso, a garantia de direitos é um instrumento ímpar para cuidar e proteger a sociedade.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Cíntia; DAUER, Letícia. Mortes de crianças e adolescentes pela PM mais do que dobram em SP sob governo Tarcísio sem utilização correta de câmeras, diz estudo. G1 SP, 03 abr, 2025. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/04/03/mortes-de-criancas-e-adolescentes-pela-pm-dobram-em-sp-sob-governo-tarcisio-sem-utilizacao-correta-de-cameras-diz-estudo.ghtml> >. Acesso em: 21 nov. 2025.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural* / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ALMEIDA, Caio Augusto Rabite. Habitabilidade do espaço: uma ferramenta para índices de planejamento urbano. 2023. 230 f. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: < <https://repositorio.ufmg.br/items/f892142f-5dbb-47d0-9a68-a25d98749ce2> >. Acesso em: 5 nov. 2025.

Alto endividamento das famílias, com destaque para os mais pobres, é desafio para o próximo governo. FGV IBRE, 2022. Disponível em: <https://portalivre.fgv.br/revista-conjuntura-economica/carta-da-conjuntura/alto-endividamento-das-familias-com-destaque-para>. Acesso em: 04 dez. 2025.

Amanajás, Roberta. Klug, Letícia Becalli. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. IPEA, 2018. Disponível em: < <https://repositorio.ipea.gov.br/items/e871863b-d6a2-465d-8965-cb4857902eab> >. Acesso em: 29 nov. 2025.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. 4. ed. São Paulo, SP: Livraria Editora Ciência Humanas, 1980.

ARAÚJO, Paloma. O medo como rotina: o desafio de circular nas cidades sendo mulher. Agência Senado, 2025. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2025/06/o-medo-como-rotina-o-desafio-de-circular-nas-cidades-sendo-mulher> >. Acesso em: 8 dez. 2025.

BIANES, Simone. Metade das mulheres vítimas de feminicídio foi morta por armas de fogo. Veja, 8 mar. 2025. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/comportamento/metade-das-mulheres-vitimas-de-feminicidio-sao-mortas-por-armas-de-fogo/> >. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil~03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 dez. 2025.

BRASIL. O Minha Casa Minha Vida voltou para reconstruir sonhos. *Ministério das Cidades, s.a.* Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 04 dez. 2025.

BRASIL. DECRETO No 591, DE 6 DE JULHO DE 1992. Brasília, DF. Disponível em: < <https://www.planalto.gov.br/ccivil~03/decreto/1990-1994/d0591.htm> >. Acesso em: 8 dez. 2025.

BRASIL. LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Brasília, DF. Disponível em: < <https://www.planalto.gov.br/ccivil~03/leis/leis~2001/l10257.htm#:~:text=Das%20opera%C3%A7%C3%B5es%20urbanas%20consoadas,desacordo%20com%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20vigente.> >. Acesso em: 8 dez. 2025

BRESCIANINI, Carlos Penna. *Há 31 anos, senadores aprovavam o fim da escravidão no Brasil*. Senado Notícias, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/13/hab-131-anos-senadores-aprovavam-o-fim-da-escravidao-no-brasil>. Acesso em: 09 dez. 2025.

CAIXA. Minha Casa Minha Vida. Brasília: *Caixa Econômica Federal, s.a.* Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 04 dez. 2025.

CAIXA. Reforma Casa Brasil. Brasília: *Caixa Econômica Federal, s.a.* Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/reforma-casa-brasil/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 04 dez. 2025.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de muros Crime: segregação e cidadania em São Paulo*. 2~ed. São Paulo – SP: Ed. 34/Edusp, 2003.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Modalidades de Aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneos e poder punitivo. In: ABRAMOVAY, Pedro Vireita; BATISTA; Vera Malaguti. *Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010. P. 183-194.

DIAS, Pâmela. Pretos e pardos representam 72,9% dos moradores de favelas, indica Censo; mulheres também são maioria. *O Globo*, Rio de Janeiro: 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/11/08/pretos-e-pardos-representam-729percent-dos-moradores-de-favelas-indica-censo-mulheres-tambem-sao-maioria.ghtml>. Acesso em: 03 dez. 2025.

DIAS, Lúcia Lemos. Segurança Pública Numa Visão Ampliada. In: *Direitos Humanos em uma época de insegurança*. SANTORO, Emílio; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; et al. (Orgs). Porto Alegre, RS: Tomo Editorial, 2010.

DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”. *Novos estudos CE-BRAP*, v. 30, p. 162-174, 1991.

DUARTE, Catarina; BATISTELLA, Paulo; JORNALISMO, Ponte. *RJ tem operação mais letal de sua história seis meses após reviravolta na ADPF das Favelas*. *Pública*, 29 out. 2025. Disponível em: < <https://apublica.org/2025/10/rj-tem-operacao-mais-letal-de-sua-historia-seis-meses-apos-reviravolta-na-adpf-das-favelas/> >. Acesso em: 24 nov. 2025.

DUARTE, André. *Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária., 2010. Em 1 a cada 3 casos de agressão de mulheres por arma de fogo, vítima já havia denunciado violência doméstica. Instituto Sou da Paz, 8 mar. 2025. Disponível em: < <https://soudapaz.org/noticias/em-1-a-cada-3-casos-de-agressao-de-mulheres-por-arma-de-fogo-vitima-ja-havia-denunciado-violencia-domestica/> >. Acesso em: 24 nov. 2025.

FBSP. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025a.

_____. Relatório Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 5. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025b

FIDELIS, N. S.; RIBEIRO, L. R. *Etnografia no Centro de Referência da Mulher JP/PB: feita de extremos, mas nunca suficiente*. In: Luziana Ramalho Ribeiro; José Welhinjton Cavalcante Rodrigues. (Org.). *Violência, Segurança Pública, Eugenia e Direitos Humanos*. 1ed.João Pessoa: Editora do CCTA, 2023, v. 1.

FIDELIS, N. S.; RIBEIRO, L. R. Os Direitos Humanos das mulheres: chegamos onde deveríamos estar?. In: Luziana Ramalho Ribeiro; Maria Eveline Ramalho Ribeiro; Taís Eduarda Marciel dos Santos Ferreira. (Org.). *Matizes da Violência no Cotidiano: pode a paz brotar da guerra?*. 1ed.João Pessoa: Editora do CCTA, 2025, v. 1.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. 1ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. *O Nascimento da biopolítica: curso dado no College de France (1978-1979)*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008

GALEANO, Eduardo. *A Veias Abertas da América Latina*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Tradução Martha Conceição Gambini; revisão técnica Edgard de Assis Carvalho. - São Paulo: Editora Universidade Federal Paulista; 1990.

GOFFMAN, Ervin. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. Disponível em: < https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma_notassobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf >. Acesso em: 5 dez. 2025.

HABITABILITY. Direitos humanos, integralidade e sustentabilidade, o tripé da habitabilidade. Habitability, out. 2024. Acesso em: 5 dez. 2025.

HAUS. Falhas em programa de habitação social mantém população distante dos centros urbanos. *Revista HAUS*, 2019. Disponível em: <https://revistahaus.com.br/haus/urbanismo/minha-casa-minha-vida-comete-erros-passado-mantem-populacao-distante-centros-urbanos/>. Acesso em: 04 dez. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e Estados*. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>. Acesso em: 24 out. de 2025.

INSTITUTO SOU DA PAZ. Pela Vida das Mulheres: o papel da arma de fogo na violência de gênero. 4ª ed., 2025. Disponível em: <https://lp.soudapaz.org/pelavidadasmulheres#rd-box-joq3m2m2> >. Acesso em: 24 nov. 2025.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A Medicalização da Raça*: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1994. 166p

MARTINS, André. É só mais uma operação, o problema continuará, diz especialista sobre Rio. Exame, 2025. Disponível em: < <https://exame.com/brasil/e-so-mais-uma-operacao-o-problema-continuar-diz-especialista-sobre-rio/> >. Acesso em: 6 dez. 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. 1 ed. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018.

Microrregião do Curimataú Oriental. Cidade-Brasil, s/a. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-do-curimatau-oriental.html>. Acesso em: 03 nov. de 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 8 dez. 2025.

Paraíba/Municípios. OpenStreetMap Wiki, 2022. Disponível em: <https://wiki.openstreetmap.org/wiki/Para%C3%ADba/Munic%C3%ADpios>. Acesso em: 24 out. de 2025.

Paraíba registra mais de 400 mortes por intervenção policial em dez anos. *Jornal da Paraíba*, 17 fev., 2025. Disponível em: < <https://jornaldaparaiba.com.br/cotidiano/paraiba-registra-mais-de-400-mortes-por-intervencao-policial-em-dez-anos> >. Acesso em: 24 nov. 2025.

PERES, Andréia. Infraestrutura precária e falta de políticas públicas impactam as favelas. *Veja*, 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/balanco-social/a-potencia-e-a-precariedade-das-favelas-no-brasil/>. Acesso em: 04 dez. 2025.

PERES, Andréia. O crescimento do crime organizado e o seu impacto nos jovens e no país. *Veja*, 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/balanco-social/o-crescimento-do-crime-organizado-e-o-seu-impacto-nos-jovens-e-no-pais/>. Acesso em: 03 dez. 2025.

RIBEIRO, Luziana Ramalho. *A invenção do corpo moldável: ou como dispensar os incluídos*. Luziana Ramalho Ribeiro, organizadora. -- João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. 238 p.

RIBEIRO, Renato. Estudo: 70% da população carcerária no Brasil é negra. *Agência Brasil*, Direitos Humanos. Brasília: 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-07/estudo-70-da-populacao-carceraria-no-brasil-e-negra>. Acesso em: 03 dez. 2025.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Mulheres negras do Brasil*. Senac, 2006.

SENNAPEN. *Relatório de Informações Penais: 18º ciclo SISDEPEN 1º semestre de 2025*. Brasília: SENNAPEN, 2025. Disponível em: < <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-de-informacoes-penitenciarias/relatorio-do-1o-semester-de-2025.pdf> >. Acesso em: 2 dez. de 2025.

SILVA, Brenda Wetter Ipe *et al.* Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, [s.d]. Disponível em: < <https://ibdu.org.br/col-democracia/direito-a-cidade-e-formacao-das-favelas-uma-expressao-do-racismo-estrutural/> >. Acesso em: 8 dez. 2025.

SOUSA, Rainer Gonçalves. *Os Negros no Brasil Colonial*. Portal Geledés, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-negros-no-brasil-colonial/amp/>. Acesso em: 09 dez. 2025.

WACQUANT, Loic. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan, 2003.

ZALUAR, Alba Maria. Nexos entre droga, violência e crime organizado. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 7, n. 17, p. 55-76, 2019.

. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. IN: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Contrastes da intimidade contemporânea. Vol 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

3. BORBOREMA PARAIBANA

Este capítulo apresentará os dados relativos aos homicídios sofridos por jovens entre 12 a 29 anos, na mesorregião da Borborema, na Paraíba, durante o período de 2015 a 2025, utilizando como fonte os dados produzidos pelo NACE-SESDS-PB e dados sociodemográficos do IBGE, além da colaboração do Coronel pesquisador Vinícius César de Moura Santana. Essas informações fazem parte da primeira etapa de uma pesquisa cujo objetivo foi mapear o panorama histórico de mortes violentas sofrida por jovens, sobretudo negros e periféricos, concernente ao período de 10 anos para subsidiar a construção de sugestões de práticas e políticas públicas de enfrentamento ao cenário de violência enfrentada por este grupo marginalizado.

Inicialmente, faremos um mapeamento do território, a fim de compreender as características da mesorregião, incluindo o número de habitantes, índice de desenvolvimento humano (IDH) e os municípios mais populosos. Em seguida, serão examinados os homicídios registrados em cada microrregião e os instrumentos empregados nos crimes. Por fim, os dados serão desagregados por gênero e por classificação étnico-racial, possibilitando uma análise detalhada da violência dirigida a mulheres, homens e pessoas negras.

3.1 Dados geográficos e sociodemográficos

O Território de Borborema conta com um total de 305.554 habitantes, divididos entre 44 municípios. Conforme os levantamentos populacionais do IBGE (2022) apresentado nas tabelas que se seguem, a mesorregião da Borborema Paraibana é composta por 44 municípios distribuídos em quatro microrregiões: Cariri Ocidental Paraibano, Cariri Oriental Paraibano, Seridó Ocidental, Seridó Oriental. Essa divisão foi utilizada como base territorial para uma melhor organização e interpretação dos dados. O Território Borborema se limita ao Norte com o Rio Grande do Norte, ao Sul com Pernambuco, a Leste com a Mesorregião do Sertão Paraibano e a Oeste com a Mesorregião do Agreste. Abrange uma área de 13.194,9 km² e ocupa cerca de 23,37% do Estado. O principal centro urbano do Território é o município de Monteiro com 32.277 habitantes.

Quadro 1: Os municípios, número de habitantes, região metropolitana e microrregião de forma detalhada.

Nº	MUNICÍPIO	Nº DE HABITANTES (por mil)	MICRORREGIÃO	IDHM (decimais)
1	Amparo	2.234	Cariri Ocidental Paraibano	0.606
2	Assunção	4.152	Cariri Ocidental Paraibano	0.609
3	Camalaú	6.085	Cariri Ocidental Paraibano	0.567
4	Congo	4.933	Cariri Ocidental Paraibano	0.581
5	Coxixola	1.824	Cariri Ocidental Paraibano	0.641
6	Livramento	6.877	Cariri Ocidental Paraibano	0.566
7	Monteiro	32.277	Cariri Ocidental Paraibano	0.567
8	Ouro Velho	2.918	Cariri Ocidental Paraibano	0.568
9	Parari	1.720	Cariri Ocidental Paraibano	0.569
10	Prata	3.915	Cariri Ocidental Paraibano	0.570
11	São João do Tigre	4.263	Cariri Ocidental Paraibano	0.571
12	São José dos Cordeiros	3.411	Cariri Ocidental Paraibano	0.572
13	São Sebastião do Umbuzeiro	3.279	Cariri Ocidental Paraibano	0.573
14	Serra Branca	13.614	Cariri Ocidental Paraibano	0.574
15	Sumé	17.166	Cariri Ocidental Paraibano	0.575
16	Taperoá	14.068	Cariri Ocidental Paraibano	0.576
17	Zabelê	2.228	Cariri Ocidental Paraibano	0.577
18	Alcantil	5.578	Cariri Oriental Paraibano	0.578
19	Barra de Santana	8.059	Cariri Oriental Paraibano	0.579
20	Barra de São Miguel	5.906	Cariri Oriental Paraibano	0.580
21	Boqueirão	17.598	Cariri Oriental Paraibano	0.581
22	Cabaceiras	5.335	Cariri Oriental Paraibano	0.582
23	Caraúbas	3.944	Cariri Oriental Paraibano	0.583
24	Caturité	5.254	Cariri Oriental Paraibano	0.584
25	Gurjão	3.242	Cariri Oriental Paraibano	0.585
26	Riacho de Santo Antônio	1.955	Cariri Oriental Paraibano	0.586
27	Santo André	2.622	Cariri Oriental Paraibano	0.587
28	São Domingos do Cariri	2.585	Cariri Oriental Paraibano	0.588
29	São João do Cariri	4.226	Cariri Oriental Paraibano	0.589
30	Junco do Seridó	6.793	Seridó Ocidental Paraibano	0.590
31	Salgadinho	3.355	Seridó Ocidental Paraibano	0.591
32	Santa Luzia	14.959	Seridó Ocidental Paraibano	0.592
33	São José do Sabugi	4.138	Seridó Ocidental Paraibano	0.593
34	São Mamede	7.470	Seridó Ocidental Paraibano	0.594
35	Várzea	2.668	Seridó Ocidental Paraibano	0.595
36	Baraúna	4.762	Seridó Oriental Paraibano	0.596
37	Cubati	7.580	Seridó Oriental Paraibano	0.597
38	Frei Martinho	2.846	Seridó Oriental Paraibano	0.598

39	Juazeirinho	17.007	Seridó Oriental Paraibano	0.599
40	Nova Palmeira	4.259	Seridó Oriental Paraibano	0.600
41	Pedra Lavrada	6.859	Seridó Oriental Paraibano	0.601
42	Picuí	18.333	Seridó Oriental Paraibano	0.602
43	Seridó	10.291	Seridó Oriental Paraibano	0.603
44	Tenório	2.966	Seridó Oriental Paraibano	0.604

Fonte: IBGE (2022)

Quadro 2 - As microrregiões e os seus respectivos municípios

Região	Município	Número de Habitantes (por mil)
Cariri Ocidental Paraibano	Amparo	191.268
	Assunção	
	Camalaú	
	Congo	
	Coxixola	
	Livramento	
	Monteiro	
	Ouro Velho	
	Parari	
	Prata	
	São João do Tigre	
	São José dos Cordeiros	
	São Sebastião do Umbuzeiro	
	Serra Branca	
	Sumé	
	Taperoá	
	Zabelê	
	Alcantil	
	Barra de Santana	
	Barra de São Miguel	
	Boqueirão	
	Cabaceiras	
Caraúbas		
Caturité		
Gurjão		
Riacho de Santo Antônio		
Santo André		
São Domingos do Cariri		
São João do Cariri		

Cariri Oriental Paraibano	Alcantil	66.304
	Barra de Santana	
	Barra de São Miguel	
	Boqueirão	
	Cabaceiras	
	Caraúbas	
	Caturité	
	Gurjão	
	Riacho de Santo Antônio	
	Santo André	
	São Domingos do Cariri	
	São João do Cariri	
Seridó Ocidental Paraibano	Junco do Seridó	39.383
	Salgadinho	
	Santa Luzia	
	São José do Sabugi	
	São Mamede	
	Várzea	
Seridó Oriental Paraibano	Baraúna	74.903
	Cubati	
	Frei Martinho	
	Juazeirinho	
	Nova Palmeira	
	Pedra Lavrada	
	Picuí	
	Seridó	
	Tenório	

Fonte: IBGE (2022)

Quadro 3 - regiões metropolitanas do Agreste Paraibano

Nº	REGIÃO METROPOLITANA	HABITANTES
1	Cariri Ocidental	191.268
2	Cariri Oriental	66.304
3	Seridó Ocidental	39.383
4	Seridó Oriental	74.903

Fonte: IBGE (2022)

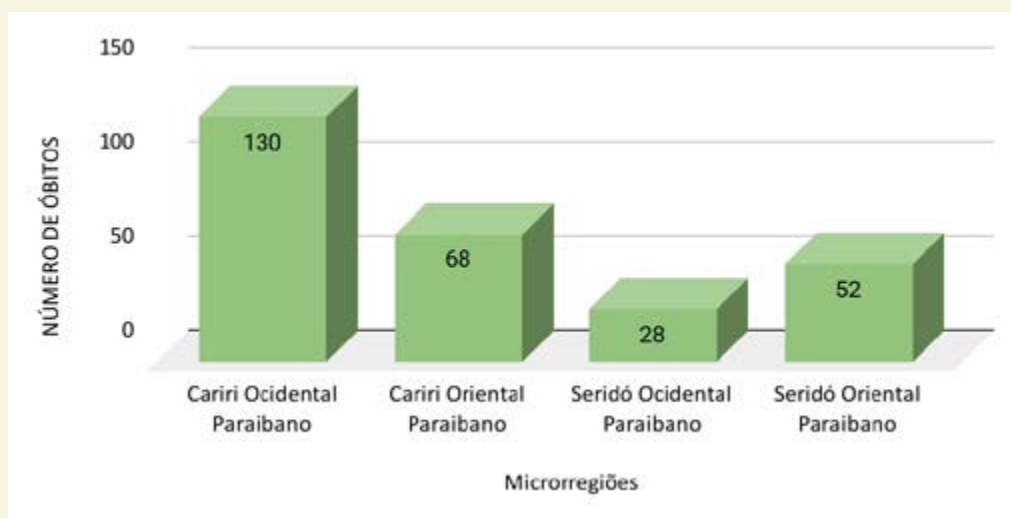
3.2 Mortes Violentas Intencionais (MVI) na mesorregião da Borborema Paraibana

Neste relatório, consideramos os óbitos a partir da categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) que dizem respeito a homicídios dolosos, feminicídios, lesões corporais que resultaram em óbito e latrocínios, unificando-os pelo critério típico de desfecho fatal resultante da ação intencional do autor.

Segundo o 19º Anuário de Segurança Pública (FBSP, 2025), entre os dez estados brasileiros com os mais altos índices de óbitos dessa natureza, metade está no Nordeste, sendo respectivamente: Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Maranhão. Importante salientar que as dez cidades mais violentas em 2024 localizam-se na Região Nordeste (ibid.). No caso do estado da Paraíba, a taxa registrada foi de 25,6 por 100 mil habitantes, importe que ainda que represente valor intermediário frente aos demais estados nordestinos, ainda se mostra superior à média nacional, o que revela uma realidade preocupante.

Nesse cenário brasileiro, os dados a seguir trarão os óbitos de adolescentes e jovens, entre 12 e 29 anos, registrados entre os anos de 2015 e 2025 na Borborema Paraibana, inicialmente, por meio de um gráfico comparativo de todo o território, em seguida, a partir de cada microrregião.

Gráfico 1 - Comparativo das Mortes Violentas Intencionais (MVI), entre 2015 e 2025, das microrregiões da Borborema Paraibana



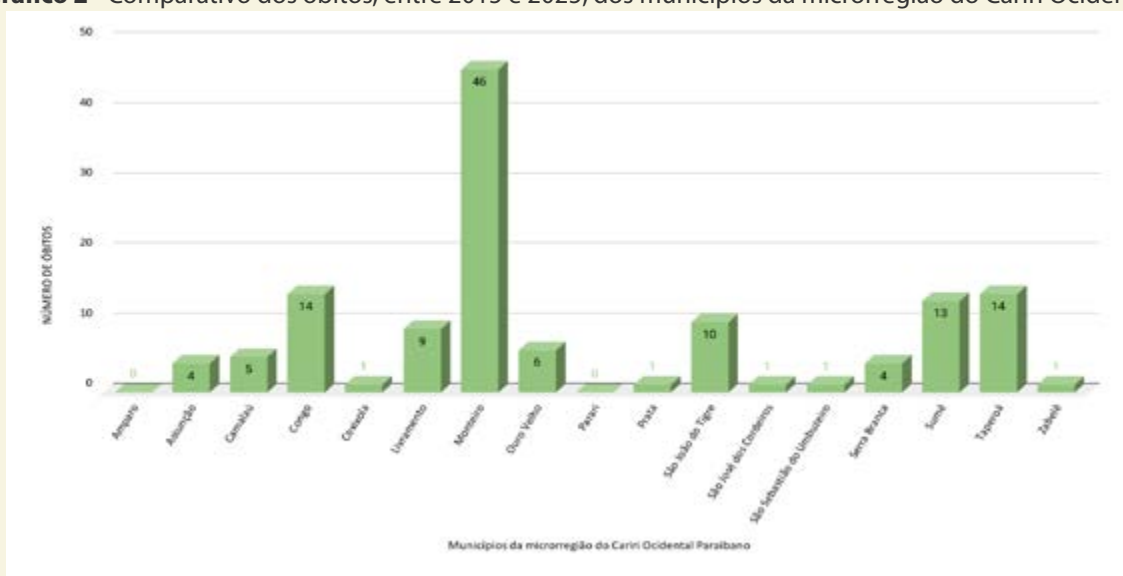
Fonte: NACE, PB (2025)

Constatamos, assim, que há uma concentração maior nas regiões do Cariri Ocidental e Oriental, com respectivamente 130 mortes e 68, concentrando 71,2% dos óbitos, enquanto as outras microrregiões apresentam um número menor: 28 para o Seridó Ocidental e 52 para o Seridó Oriental. Uma hipótese para esse cenário pode corresponder ao maior número de habitantes e a urbanização, tendo em vista que o Cariri Ocidental é a microrregião mais populosa e possui o município com maior densidade populacional da mesorregião que é Monteiro, com 32.277 habitantes.

É importante ressaltarmos que a conjuntura histórico-social dessa região interiorana, da Paraíba, marcada por uma herança colonial e desigualdade estrutural, indica que a urbanização, assim como em outras localidades do Nordeste brasileiro, não concerne a um fenômeno uniforme de progresso e desenvolvimento, pelo contrário, constitui o acirramento de contradições sociais que acompanham, por conseguinte, o crescimento da violência (Araújo *et al*, 2023). A falta de planejamento urbano associada a uma precarização das condições de trabalho e ausência de políticas públicas de distribuição de renda, de desenvolvimento regional e social conduzem a um processo de urbanização segregacionista e higienista, conformando enclaves periféricos e espaços precarizados, em que o Estado exerce um necropoder e se ocupa apenas em excluir e controlar (Mbembe, 2018). Outro fato relevante, nesse contexto, é de que o Nordeste possui menos de um terço da população nacional e concentra 47,9% de toda a pobreza do Brasil, conforme dados disponibilizados pelo IBGE em 2020 (César, 2020)

Contudo, a violência não se constitui como fenômeno de causas unívocas, mas uma complexa rede de determinações recíprocas. Nesse sentido, um fato que chama atenção diz respeito às informações demográficas do Seridó Oriental, que apresentam 10 mil habitantes a mais do que o Cariri Oriental, demonstrando que os assassinatos podem estar ligados a outros fatores como dinâmicas socioeconômicas.

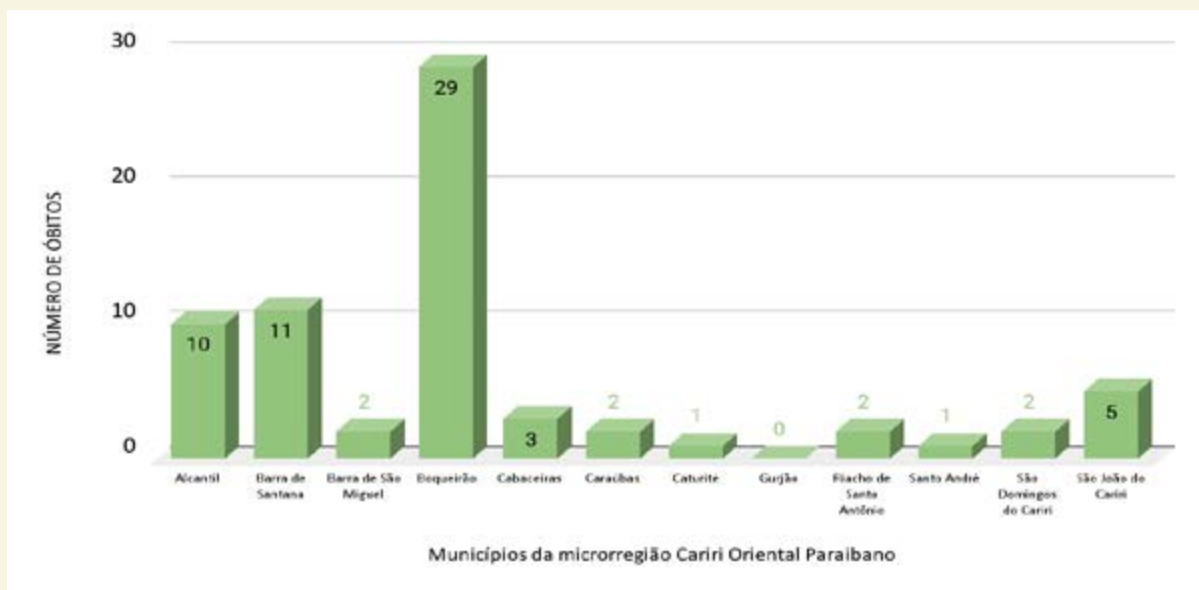
Gráfico 2 - Comparativo dos óbitos, entre 2015 e 2025, dos municípios da microrregião do Cariri Ocidental



Fonte: NACE, PB (2025)

Podemos perceber, com esse gráfico, maior quantidade de óbitos no município de Monteiro, que registra 46 ocorrências, enquanto as outras cidades oscilam entre 0 e 14 registros, de modo que apresenta um número de mortes, em média, 3 vezes maior que os municípios com os segundos maiores registros.

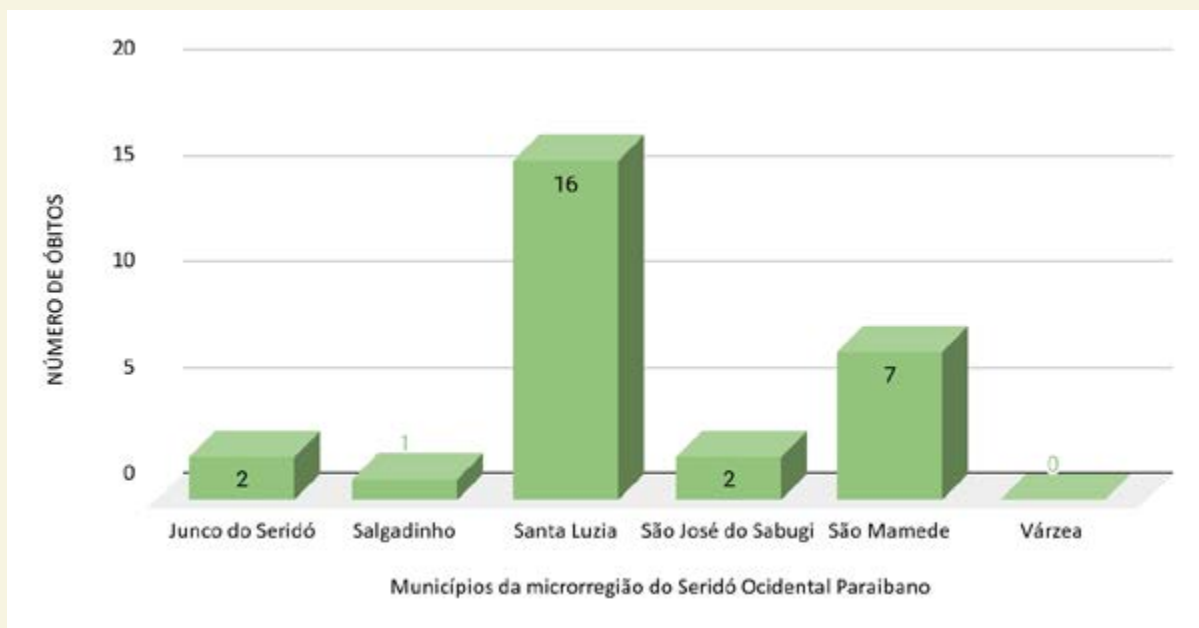
Gráfico 3 - Comparativo dos óbitos, entre 2015 e 2025, dos municípios da microrregião do Cariri Oriental



Fonte: NACE, PB (2025)

No Cariri Oriental, há uma concentração expressiva no Município de Boqueirão, enquanto os demais possuem número baixo de ocorrências, sendo o segundo lugar o município de Barra de Santana.

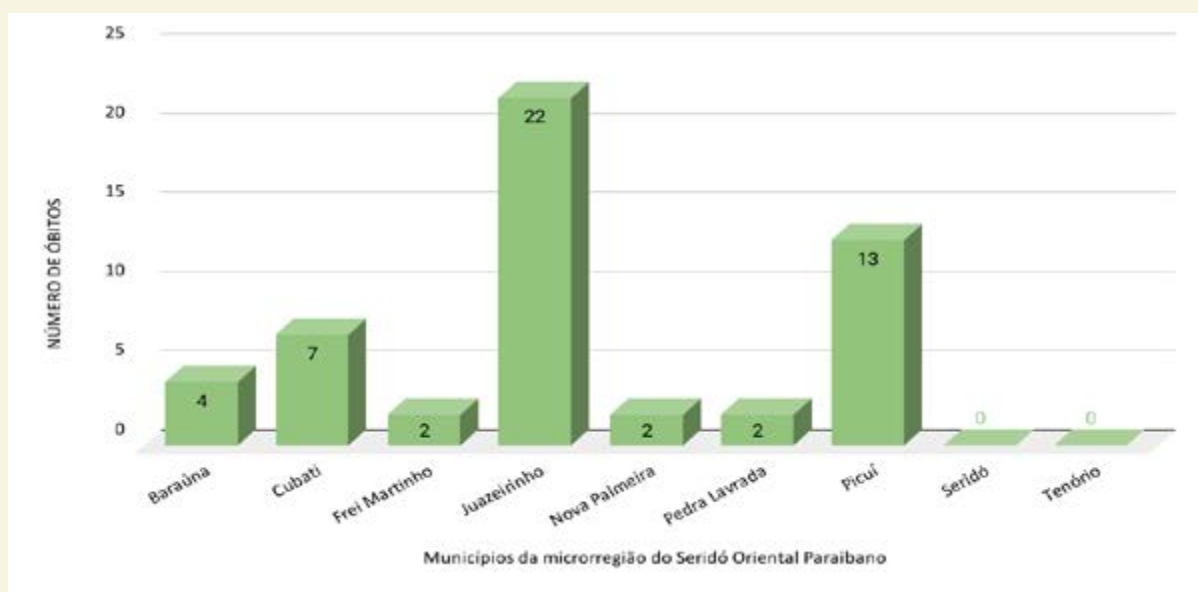
Gráfico 4 - Comparativo dos óbitos, entre 2015 e 2025, dos municípios da microrregião do Seridó Ocidental



Fonte: NACE, PB (2025)

O Seridó Ocidental apresenta o menor número de registros de óbitos em comparação às outras microrregiões, sendo o município de Santa Luzia o local com maior incidência.

Gráfico 5 - Comparativo dos óbitos, entre 2015 e 2025, dos municípios da microrregião do Seridó Oriental



Fonte: NACE, PB (2025)

Nessa região, os municípios que concentram maior parte dos óbitos são Juazeirinho e Picuí, e os demais variam com números bem menos expressivos. Na fonte de dados que utilizamos do NACE-PB não há qualquer registro de ocorrências nos municípios de Seridó e Tenório.

Essa ausência de casos também se repete em outros municípios das demais microrregiões como Gurjão, Várzea, Parari, Amparo, o que pode não corresponder de fato a realidade, visto que as ocorrências analisadas compreendem um longo período de 10 anos. Destacamos que a subnotificação permanece como um problema no âmbito da segurança pública no Brasil, o que significa que parte dos óbitos pode não ter sido oficialmente registrada, dificultando análises que reflitam com maior precisão a realidade do território. Essa conjuntura é ainda mais sensível quando se trata de vítimas mulheres, já que inúmeros casos seguem sem qualificação adequada ou sequer chegam a ser registrados, comprometendo a visibilidade desse tipo de violência.

3.3 Instrumentos utilizados a partir do Código Internacional De Doenças (CID)

Os quadros e os gráficos a seguir reúnem dados organizados por microrregião, classificando os tipos de homicídio conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID) e evidenciando os instrumentos mais e menos empregados nas ocorrências analisadas. Logo após, traremos gráficos comparativos dos tipos de instrumentos utilizados em cada uma das microrregiões

Quadro 4 - Comparativo geral dos instrumentos utilizados nos homicídios a partir do CID entre 2015 e 2025

MICRORREGIÃO	Instrumento mais usado	Nº de ocorrências	CID	Instrumento menos usado	Nº de ocorrências	CID
CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO	Arma de Fogo	202	X 93	Incêndio/Marte-ladas	4	X97/Y00
CARIRI ORIENTAL PARAIBANO	Arma de Fogo	102	X93	Espancamento/Fogo e Branca/Indeterminado	6	Y04/X93-X99/Y09
SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO	Arma de Fogo	50	X93	Arma Branca/Pe-dradas	4	X99/Y00
SERIDÓ ORIENTAL PARAIBANO	Arma de Fogo	84	X93	Arma de Fogo e Espancamento/Indeterminado/Pedradas	6	X93-Y04/Y09/Y00

AFonte: Nace, 2025 (PB)

O quadro que segue traz o CID com a respectiva descrição e o tipo de instrumento utilizado para haver uma melhor visualização.

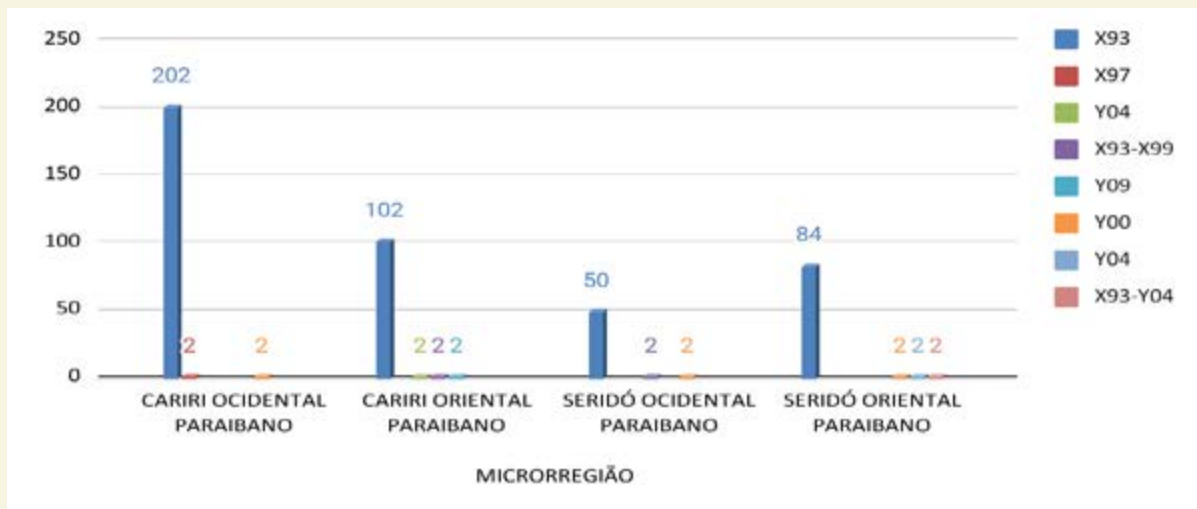
Quadro 5 - CID e a sua descrição

CID	Descrição
X93	Agressão disparo de arma de fogo de mão
X97	Agressão por meio de fumaça, fogo e cama
X99	Agressão objeto cortante ou penetrante
Y00	Agressão por meio de objeto contundente
Y04	Agressão por meio de força corporal
Y09	Agressão por meios não especificados

Fonte: Organização Mundial de Saúde, 2025 (OMS)

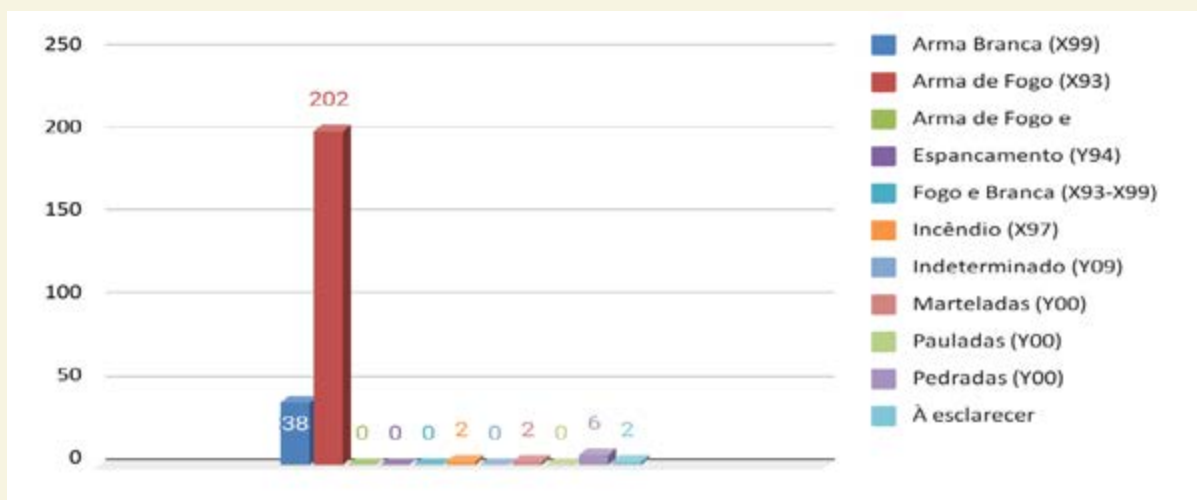
A partir do que o gráfico 4.1 expõe juntamente com o quadro 4.1.1, é possível perceber que os CIDs mais registrados foram o X93, que corresponde à utilização de arma de fogo como instrumento para os crimes, evidenciando como esse é o instrumento mais utilizado na mesorregião da Borborema, o que pode indicar influência maior de organizações criminosas e de tráfico de armas, visto que grande parte da população, até mesmo diante das condições socioeconômicas da região, não tem acesso a tais equipamentos bélicos. Nesse sentido, o crime se apresenta como um objeto de mercado, de modo que a violência se organiza a partir de uma estrutura empresarial, como evidenciam Saporì & Medeiros (2010), de modo que pode se relacionar diretamente com a territorialidade ocupada.

Gráfico 6 - Comparação geral dos instrumentos mais e menos utilizados a partir do CID na mesorregião da Borborema entre 2015 e 2025



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 7 - Instrumentos utilizados a partir do CID na microrregião do Cariri Ocidental e entre 2015 e 2025



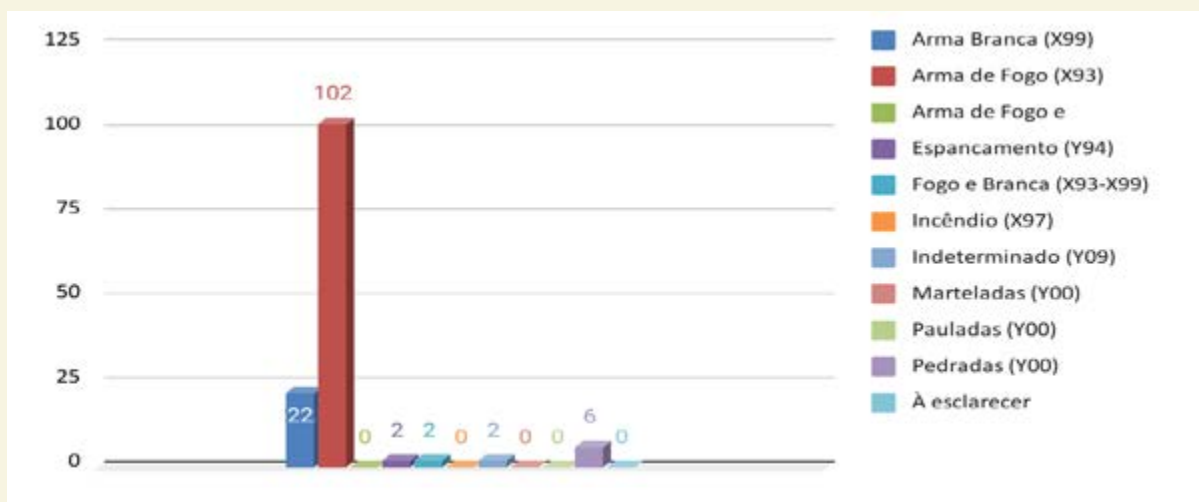
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Quadro 6 - CID e a sua descrição a partir do Cariri Ocidental

CID	Descrição
X93	Agressão disparo de arma de fogo de mão
X94	Agressão disparo de arma de fogo de maior calibre
X97	Agressão por meio de fumaça, fogo e chamas
X99	Agressão objeto cortante ou penetrante
Y00	Agressão por meio de objeto contundente
Y09	Agressão por meio NE

Fonte: Organização Mundial de Saúde, 2025 (OMS)

Gráfico 8 - Instrumentos utilizados a partir do CID na microrregião do Cariri Oriental entre 2015 e 2025



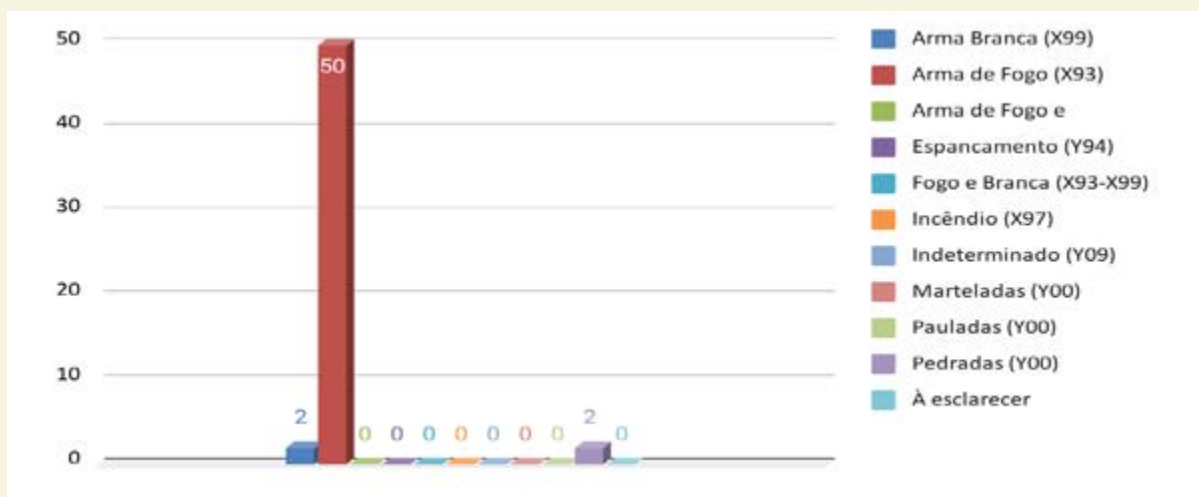
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Quadro 7 - CID e a sua descrição a partir de Cariri Oriental

CID	Descrição
X93	Agressão disparo de arma de fogo de mão
X94	Agressão disparo de arma de fogo de maior calibre
X99	Agressão objeto cortante ou penetrante
Y00	Agressão por meio de objeto contundente
Y09	Agressão por meio NE

Fonte: Organização Mundial de Saúde, 2025 (OMS)

Gráfico 9 - Instrumentos utilizados a partir do CID na microrregião do Seridó Ocidental entre 2015 e 2025



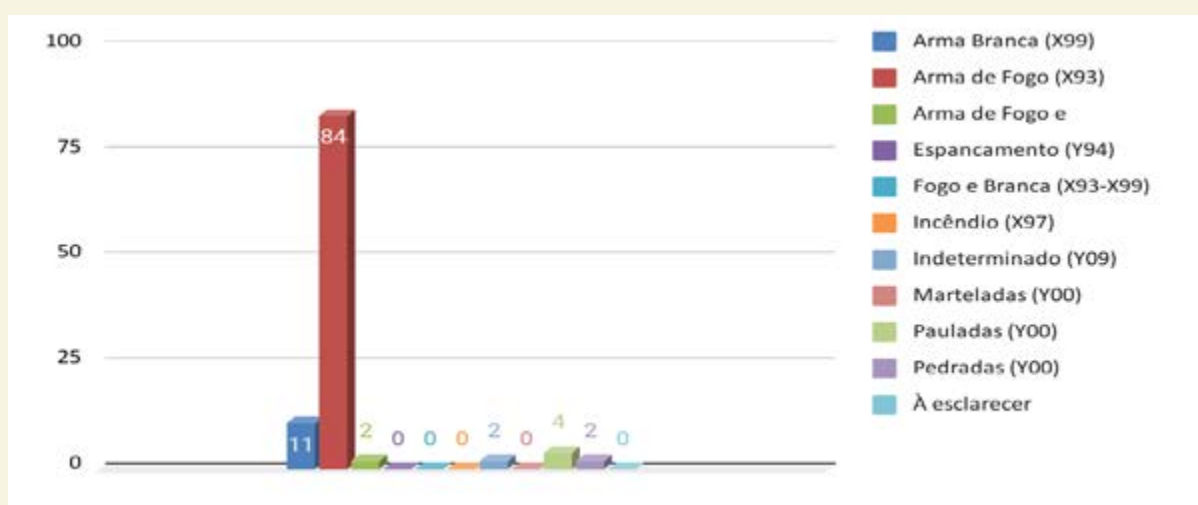
Fonte: Nace, 2025 (PB)

Quadro 8 - CID e a sua descrição a partir do Seridó Ocidental

CID	Descrição
X93	Agressão disparo de arma de fogo de mão
X94	Agressão disparo de arma de fogo de maior calibre
X97	Agressão por meio de fumaça, fogo e chamas
X99	Agressão objeto cortante ou penetrante
Y00	Agressão por meio de objeto contundente
Y09	Agressão por meio NE

Fonte: Organização Mundial de Saúde, 2025 (OMS)

Gráfico 10 - Instrumentos utilizados a partir do CID na microrregião do Seridó Oriental entre 2015 e 2025



Fonte: NACE, 2025 (PB)

Quadro 9 - CID e a sua descrição a partir do Seridó Oriental

CID	Descrição
X93	Agressão disparo de arma de fogo de mão
X94	Agressão disparo de arma de fogo de maior calibre
X99	Agressão objeto cortante ou penetrante
X97	Agressão por meio de fumaça, fogo e chamas
Y09	Agressão por meio NE
Y00	Agressão por meio de objeto contundente

Fonte: Organização Mundial de Saúde, 2025 (OMS)

Observamos a partir de cada um dos gráficos que há um padrão quanto aos instrumentos utilizados nas microrregiões da Borborema Paraibana, em que a maioria das mortes violentas foram concretizadas a partir da utilização de arma de fogo. Em segundo lugar, os instrumentos mais utilizados foram os objetos perfurocortantes, de modo que não há especificação do artefato exato, apenas a designação de “arma branca”.

3.4 O perfil das vítimas: gênero feminino e masculino

Uma análise que pretenda realizar um diagnóstico acerca da violência deve compreender as diferentes manifestações desse fenômeno no meio social, tendo em vista que a incidência de estruturas de poder na sociedade, desde a modernidade (século XVI em diante), opera recortes e hierarquizações entre os indivíduos, separando as vidas que devem ser protegidas, daquelas caracterizadas pela nudez (Agamben, 2010), ou seja, passíveis de serem eliminadas. Sendo assim, as mortes violentas vão ser perpassadas por categorias que historicamente determinam práticas de extermínio direcionadas a grupos já vulnerabilizados por processos de racismo.

Sendo assim, neste texto, realizamos um recorte dos dados de acordo com critério de gênero, procurando demonstrar as incidências e as particularidades que envolvem as agressões violentas direcionadas aos homens e às mulheres.

A evidente discrepância no número de homicídios de homens e mulheres pode indicar novamente a existência de subnotificação relativa aos óbitos femininos, o que condiz com o contexto social de normalização da violência contra mulheres enquanto consequência de estruturas patriarcais e de dominação masculina que se enraízam e se ocultam nas estruturas jurídicas, sociais e culturais, bem como nas instituições (Colling, 2020).

Desse modo, esse tópico realiza esse recorte por meio de quadros com as informações gerais e gráfico que comparam os óbitos de acordo com cada microrregião e por idade.

3.4.1 Óbitos de homens

As tabelas e gráficos que seguem apresentam os números de mortes violentas de pessoas do gênero masculino de acordo com cada microrregião do território da Borborema. Em cada uma das tabelas demonstramos o município em que aconteceram os homicídios, a idade das vítimas, os instrumentos utilizados, se a morte foi ocasionada em virtude de confronto com agentes de segurança pública. Para uma melhor visualização dos dados, colocamos entre parênteses o número de ocorrências relativo ao parâmetro correspondente

Quadro 10 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião do Cariri Ocidental

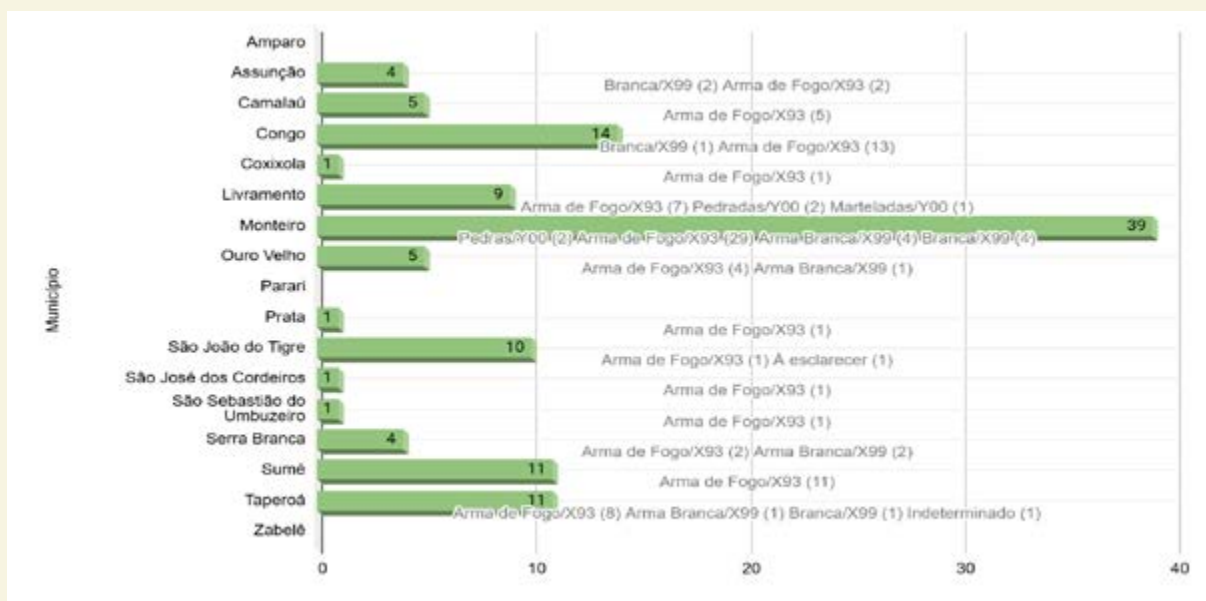
MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Amparo				
Assunção	17 (2) 19 (1) 27(1)	Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (2)		4
Camalaú	17 (1) 18 (1) 19 (1) 7 20 (1) 29 (1)	Arma de Fogo/X93 (5)		5
Congo	16 (1) 17 (1) 19 (2) 20 (2) 22 (1) 23 (1) 25 (1) 27 (2) 28 (1) 29 (2)	Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (13)	PoliciaI (1)	14
Coxixola	24 (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Livramento	16 (1) 17 (1) 21 (2) 22 (2) 24 (1) 27 (1) 29 (1)	Arma de Fogo/X93 (7) Pedradas/Y00 (2) Marteladas/Y00 (1)		9

Monteiro	15 (1)	Pedras/Y00 (2) Arma de Fogo/X93 (29) Arma Branca/X99 (4) Branca/X99 (4)		39
	16 (1)			
	17 (2)			
	18 (2)			
	19 (1)			
	20 (4)			
	21 (2)			
	22 (6)			
	23 (4)			
	24 (3) 25 (4)			
	26 (1) 27 (3)			
28 (2)				
29 (3)				
Ouro Velho	20 (1)	Arma de Fogo/X93 (4) Arma Branca/X99 (1)		5
	24 (2)			
	28 (1)			
	29 (1)			
Parari				
Prata	27 (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
São João do Tigre	17 (1)	Arma de Fogo/X93 (1) À esclarecer (1)		10
	18 (1)			
	19 (1) 20 (2)			
	26 (1)			
	28 (2)			
	29 (2)			
São José dos Cordeiros	18 (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
São Sebastião do Umbuzeiro	18 (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Serra Branca	19 (1)	Arma de Fogo/X93 (2) Arma Branca/X99 (2)		4
	20 (1)			
	28 (1)			
	29 (1)			

Sumé	16 (1) 17 (1) 18 (1) 19 (1) 21 (1) 22 (2) 24 (1) 27 (3)	Arma de Fogo/X93 (11)	Policia (1)	11
Taperoá	18 (1) 20 (1) 21 (1) 25 (1) 26 (2) 27 (2) 29 (3)	Arma de Fogo/X93 (8) Arma Branca/X99 (1) Branca/X99 (1) Indeterminado (1)		11
Zabelé				
				TOTAL GERAL 116

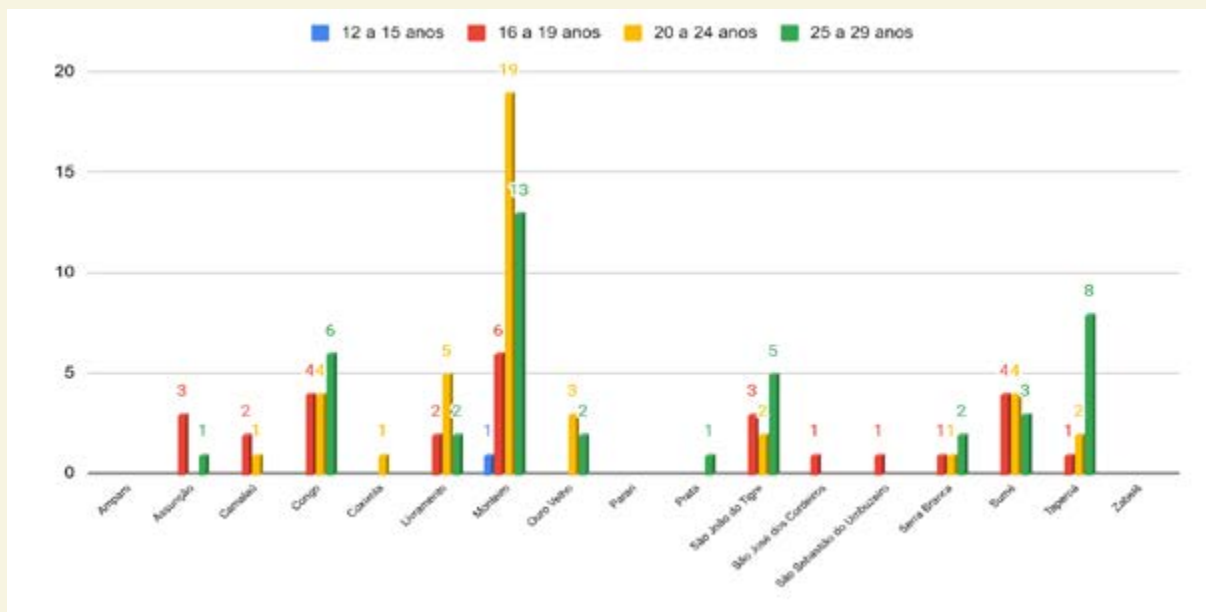
Fonte: NACE, 2025 (PB)

Gráfico 11 – Óbitos masculinos na microrregião do Cariri Ocidental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 12 – Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião do Cariri Ocidental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

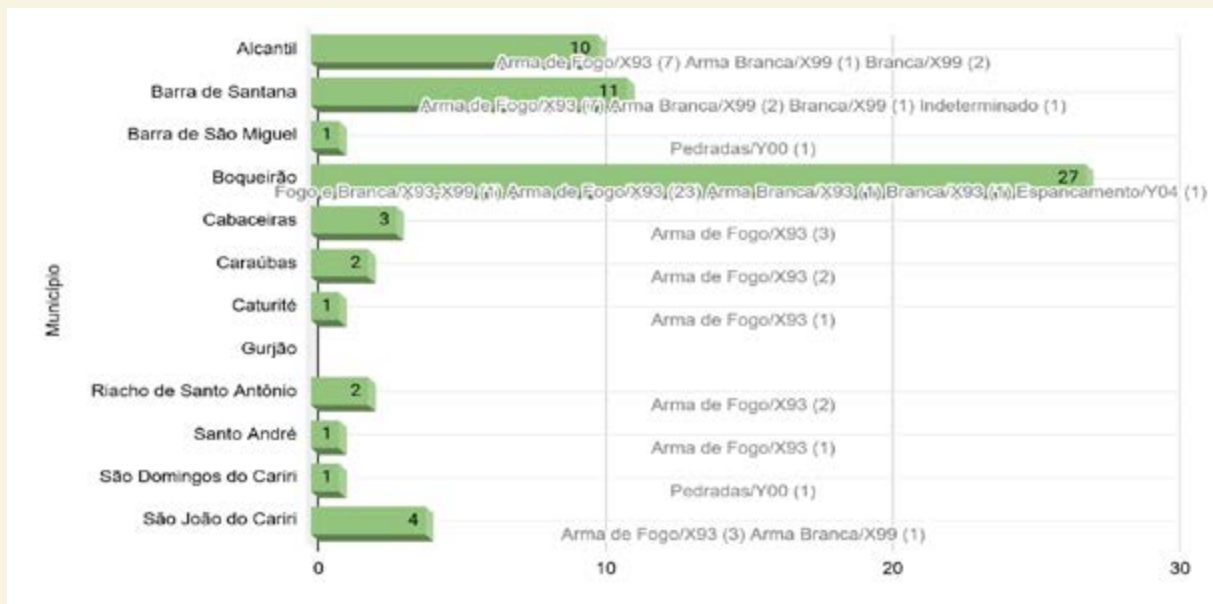
Quadro 11 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião do Cariri Oriental

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Alcantil	21 (1)	Arma de Fogo/X93 (7) Arma Branca/X99 (1) Branca/ X99 (2)		10
	22 (1)			
	23 (1)			
	24 (3)			
	25 (2)			
	27 (1)			
	28 (1)			
Barra de Santana	16 (1)	Arma de Fogo/X93 (7) Arma Branca/X99 (2) Branca/ X99 (1) Indeterminado (1)	Policial (1)	11
	17 (1)			
	18 (1)			
	19 (1)			
	20 (3)			
	24 (2)			
	26 (1)			
28 (1)				
Barra de São Miguel	22 (1)	Pedradas/Y00 (1)		1
Boqueirão	17 (2)	Fogo e Branca/X93-X99 (1) Arma de Fogo/X93 (23) Arma Branca/X93 (1) Branca/X93 (1) Espancamento/Y04 (1)		27
	18 (4)			
	19 (3)			
	20 (2)			
	21 (1)			
	23 (3)			
	24 (2)			
	25 (2)			
	26 (1)			
	27 (2)			
	28 (1)			
29 (4)				
Cabaceiras	19 (2) 24 (1)	Arma de Fogo/X93 (3)		3
Caraúbas	28 (2)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
Caturité	18 (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Gurjão				
Riacho de Santo Antônio	20 (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
	23 (1)			
Santo André	19 (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
São Domingos do Cariri	18 (1)	Pedradas/Y00 (1)		1

São João do Cariri	21 (1)	Arma de Fogo/X93 (3) Arma Branca/X99 (1)	4
	22 (1)		
	23 (1)		
	25 (1)		
			TOTAL GERAL
			63

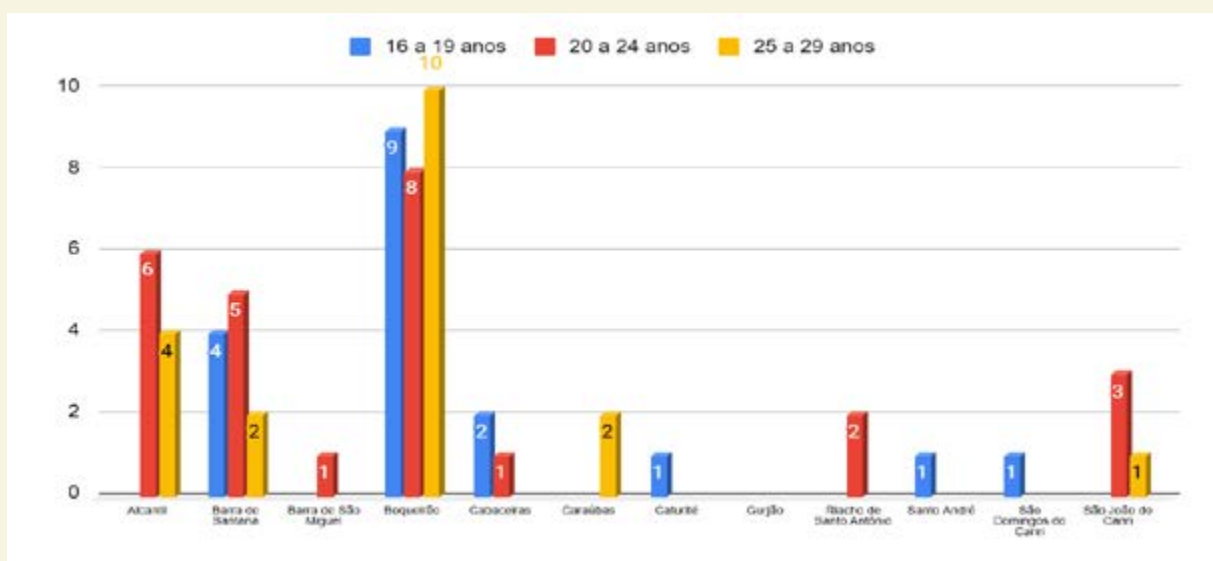
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 13 – Óbitos masculinos na microrregião do Cariri Oriental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 14 – Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião do Cariri Oriental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

Quadro 12 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião do Seridó Ocidental

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Junco do Seridó	23 (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
	28 (1)			
Salgadinho	16 (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Santa Luzia	15 (1)	Arma de Fogo/X93 (14) Arma Branca/X99 (1) Pedradas/Y00 (1)		16
	16 (2)			
	18 (2)			
	19 (1)			
	20 (2)			
	21 (1)			
	25 (2)			
	27 (1)			
	28 (3)			
29 (1)				
São José do Sabugi	20 (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
	24 (1)			
São Mamede	20 (1)	Arma de Fogo/X93 (5)		5
	22 (1)			
	23 (2)			
	29 (1)			
Várzea				
				TOTAL GERAL
				26

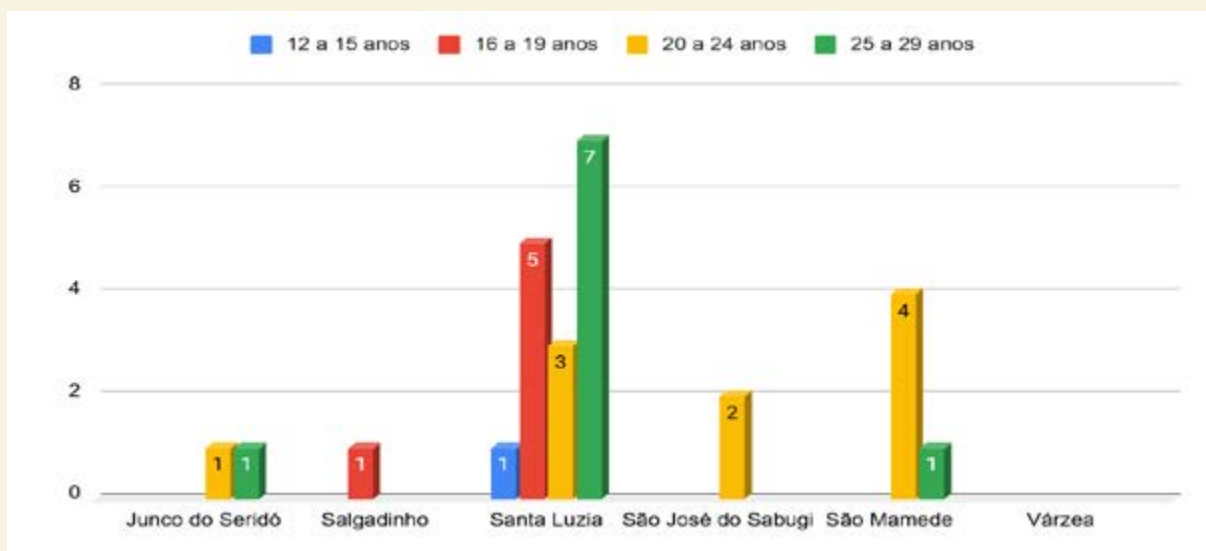
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 15 – Óbitos masculinos na microrregião do Seridó Ocidental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 16 – Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião do Seridó Ocidental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

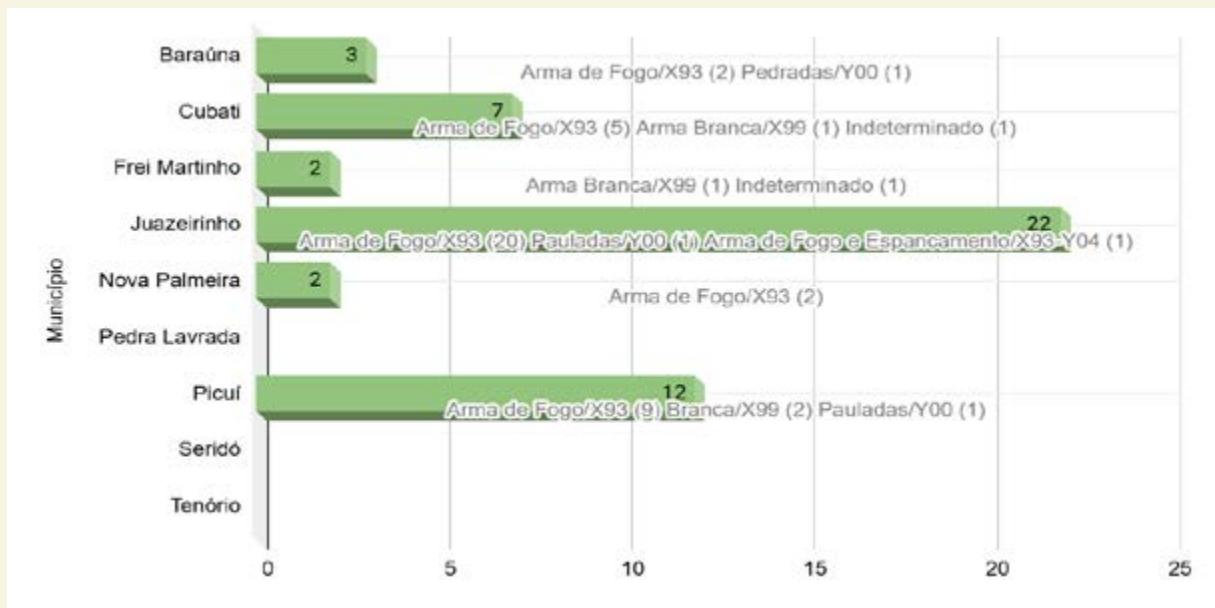
Quadro 13 - Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião do Seridó Oriental

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Baraúna	17 (1)	Arma de Fogo/X93 (2) Pedradas/ Y00 (1)	Policial (1)	3
	24 (2)			
Cubati	17 (1)	Arma de Fogo/X93 (5) Arma Branca/X99 (1) Indetermi- nado (1)	Policial (2)	7
	18 (1)			
	19 (1)			
	20 (1)			
	22 (1)			
	25 (2)			
Frei Martinho	17 (1)	Arma Branca/X99 (1) Indetermi- nado (1)		2
	22 (1)			
Juazeirinho	13 (1)	Arma de Fogo/X93 (20) Pauladas/ Y00 (1) Arma de Fogo e Espancamento/ X93-Y04 (1)		22
	16 (1)			
	17 (1)			
	18 (1)			
	19 (5)			
	20 (3)			
	21 (2)			
	25 (2)			
	26 (2)			
	28 (1)			
29 (3)				
Nova Palmeira	19 (1) 27 (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
Pedra Lavrada				

Picuí	16 (1) 17 (1) 19 (2) 20 (2) 21 (1) 24 (1) 25 (1) 27 (1) 28 (2)	Arma de Fogo/X93 (9) Branca/X99 (2) Pauladas/Y00 (1)		12
Seridó				
Tenório				
				TOTAL GERAL
				48

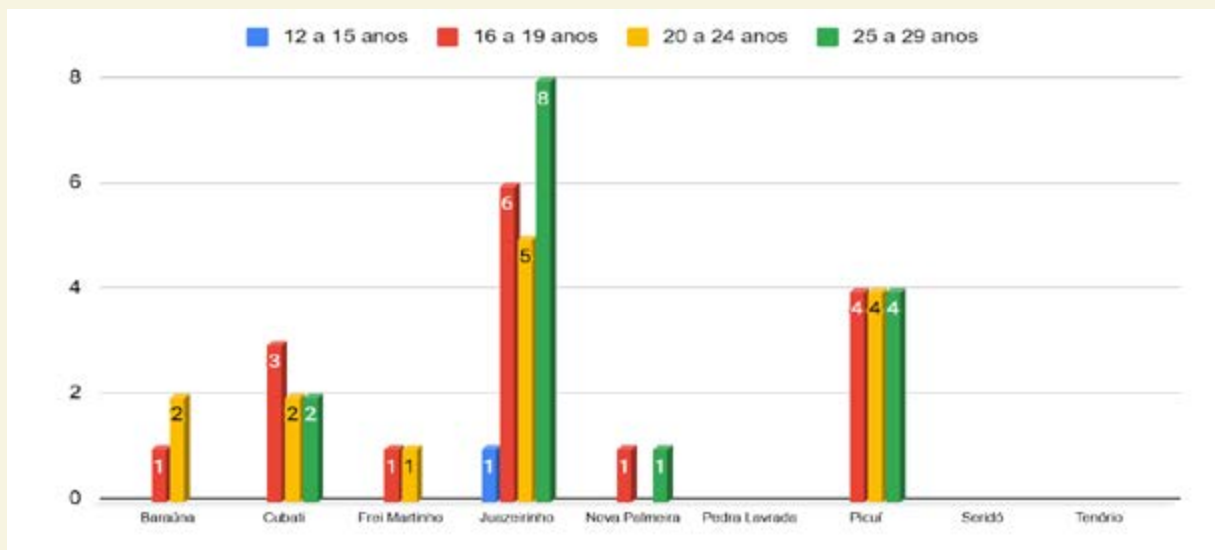
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 17 – Óbitos masculinos na microrregião do Seridó Oriental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 18 – Óbitos de homens, por idade, nos municípios da microrregião do Seridó Oriental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

3.4.2 3.4.2 Óbitos de mulheres

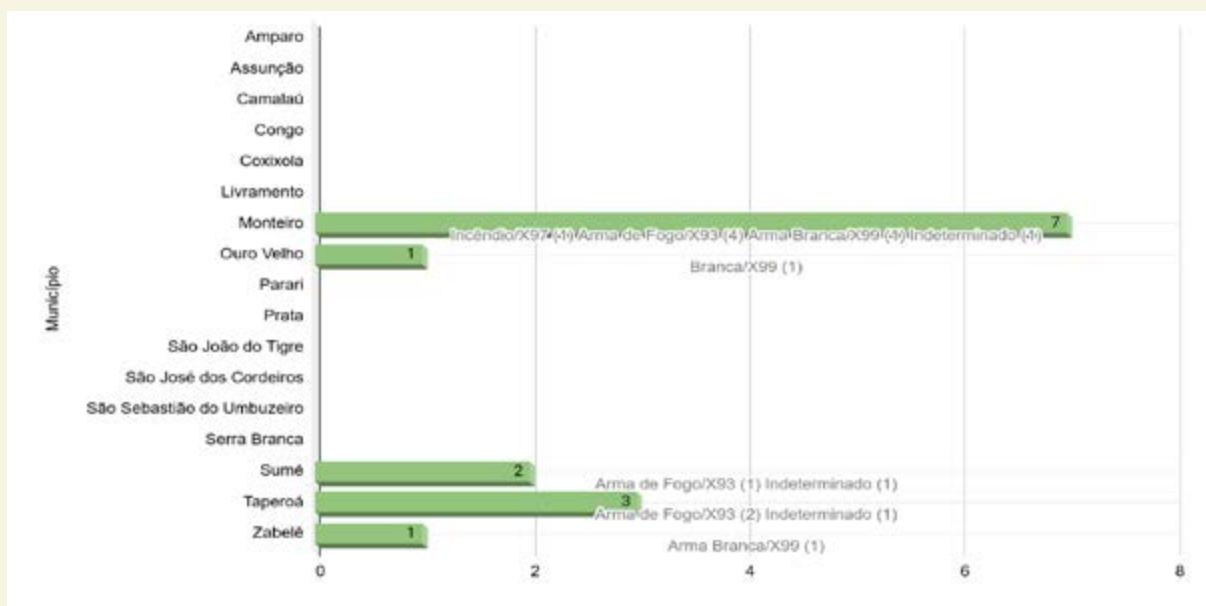
As tabelas e gráficos que seguem apresentam os números de mortes violentas de pessoas do gênero feminino de acordo com cada microrregião do território da Borborema. Em cada uma das tabelas demonstramos o município em que aconteceram os homicídios, a idade das vítimas, os instrumentos utilizados, se a morte foi ocasionada em virtude de confronto com agentes de segurança pública. Para uma melhor visualização dos dados, colocamos entre parênteses o número de ocorrências relativo ao parâmetro correspondente.

Quadro 14 - Óbitos de mulheres, por idade, nos municípios da microrregião do Cariri Ocidental

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Amparo				
Assunção				
Camalaú				
Congo				
Coxixola				
Livramento				
Monteiro	15 (1)	Incêndio/X97 (1) Arma de Fogo/X93 (4) Arma Branca/X99 (1) Indeterminado (1)		7
	16 (1)			
	21 (2)			
	25 (2)			
	26 (1)			
Ouro Velho	25 (1)	Branca/X99 (1)		1
Parari				
Prata				
São João do Tigre				
São José dos Cordeiros				
São Sebastião do Umbuzeiro				
Serra Branca				
Sumé	17(1)	Arma de Fogo/X93 (1) Indeterminado (1)		2
	22 (1)			
Taperoá	21 (1)	Arma de Fogo/X93 (2) Indeterminado (1)		3
	23(1)			
	28 (1)			
Zabelê	15 (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
				TOTAL GERAL
				14

Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 19 – Óbitos femininos na microrregião do Cariri Ocidental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 20 – Óbitos de mulheres, por idade, na microrregião do Cariri Ocidental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

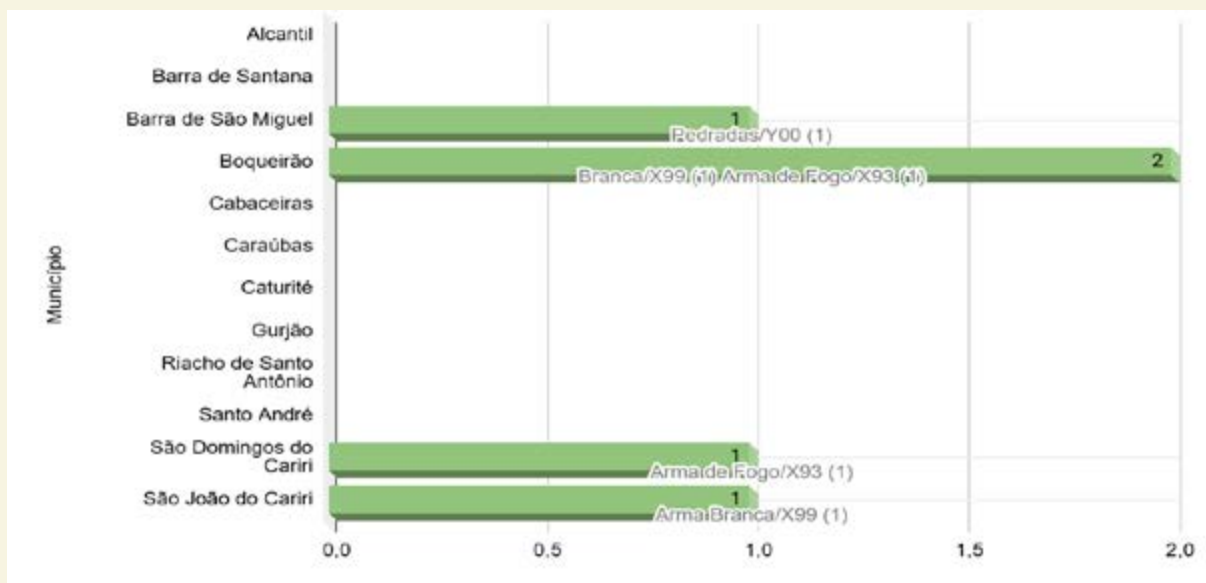
Ressaltamos que os municípios pertencentes à microrregião do Cariri Ocidental que não aparecem estão ausentes em virtude de inexistência de registro nos dados coletados pelo NACE/PB, o que pode indicar subnotificação. Outro fator que corrobora para esse fenômeno é o fato de haver alguns casos de indeterminação das causas dos óbitos.

Quadro 15 - Óbitos de mulheres, por idade, nos municípios da microrregião do Cariri Oriental

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Alcantil				
Barra de Santana				
Barra de São Miguel	19(1)	Pedradas/Y00 (1)		1
Boqueirão	19 (1) 27 (1)	Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (1)		2
Cabaceiras				
Caraúbas				
Caturité				
Gurjão				
Riacho de Santo Antônio				
Santo André				
São Domingos do Cariri	28 (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
São João do Cariri	24(1)	Arma Branca/X99 (1)		1
				TOTAL GERAL
				5

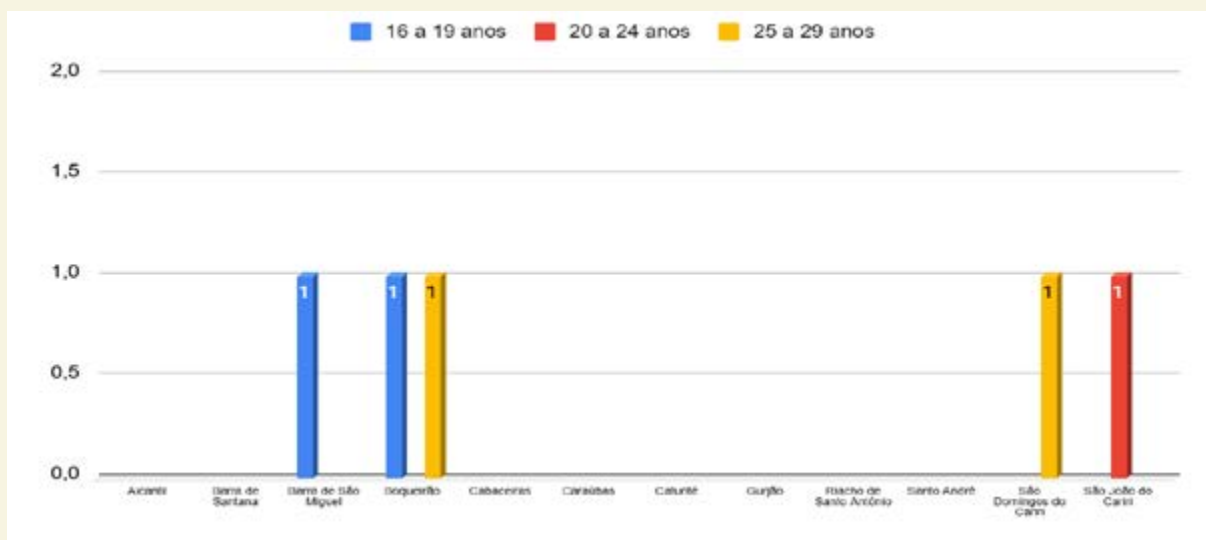
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 21 – Óbitos femininos na microrregião do Cariri Oriental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 22 – Óbitos de mulheres, por idade, na microrregião do Cariri Oriental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

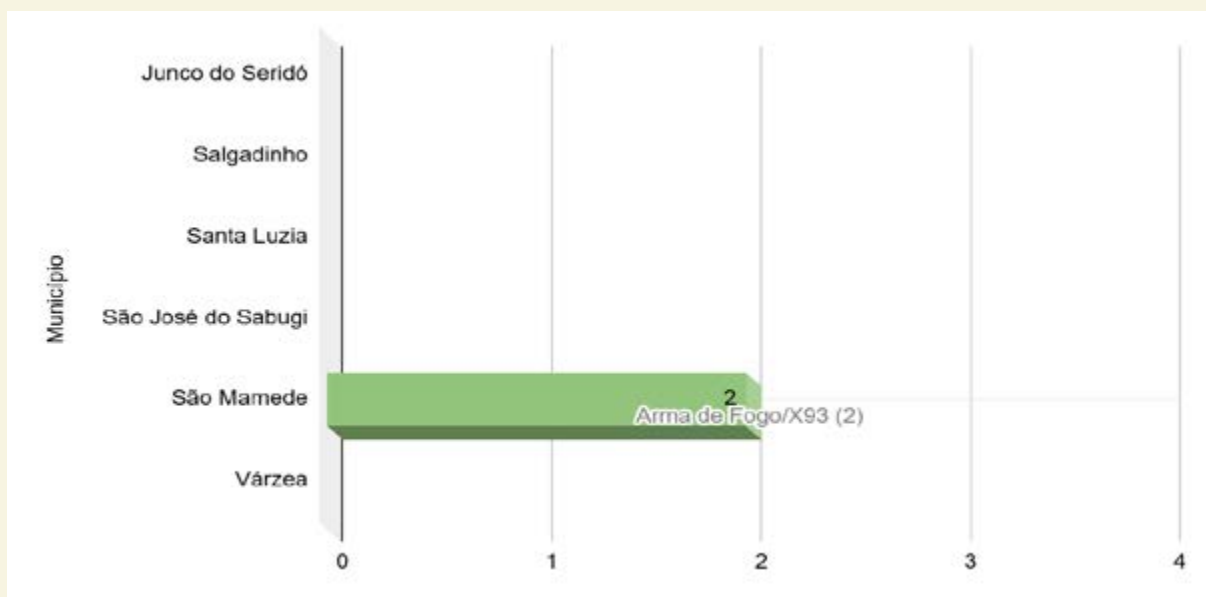
Ressaltamos novamente que há municípios que não constam na tabela em virtude de ausência de dados.

Quadro 16 - Óbitos de mulheres, por idade, nos municípios da microrregião do Seridó Ocidental

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Junco do Seridó				
Salgadinho				
Santa Luzia				
São José do Sabugi				
São Mamede	27 (2)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
Várzea				
TOTAL GERAL				2

Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 23 – Óbitos femininos na microrregião do Seridó Ocidental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 24 – Óbitos de mulheres, por idade, na microrregião do Seridó Ocidental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

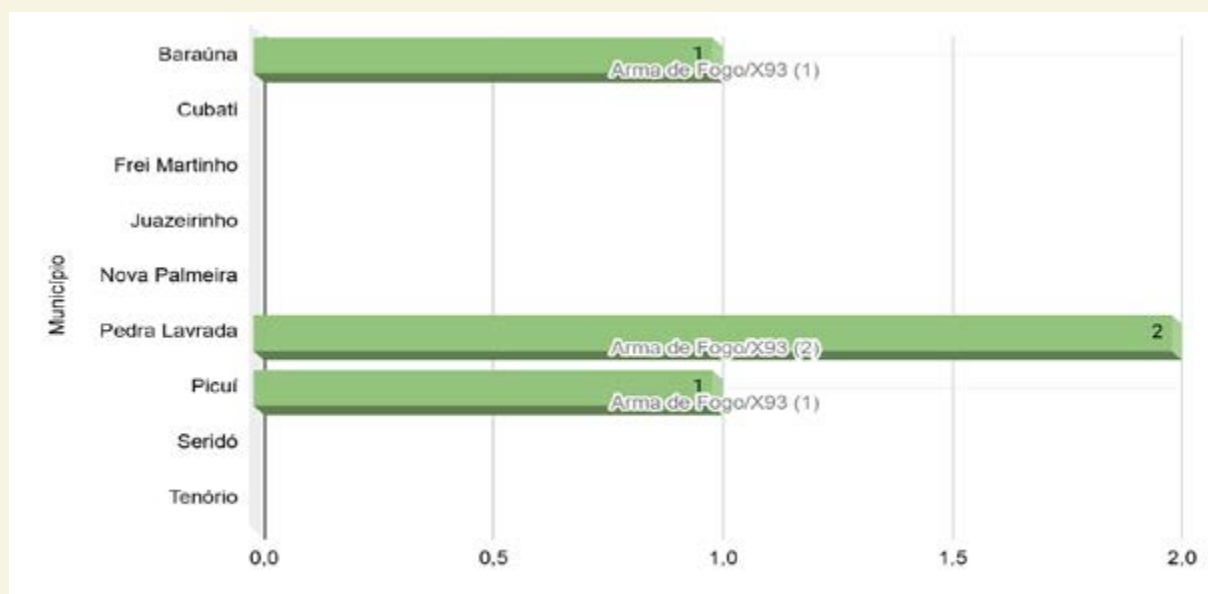
Destacamos, ainda, a ausência de dados concretos sobre óbitos em alguns municípios nessa microrregião.

Quadro 17 - Óbitos de mulheres, por idade, nos municípios da microrregião do Seridó Oriental

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Baraúna	21(1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Cubati				
Frei Martinho				
Juazeirinho				
Nova Palmeira				
Pedra Lavrada	20(1) 23 (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
Picuí	20 (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Seridó				
Tenório				
TOTAL GERAL				4

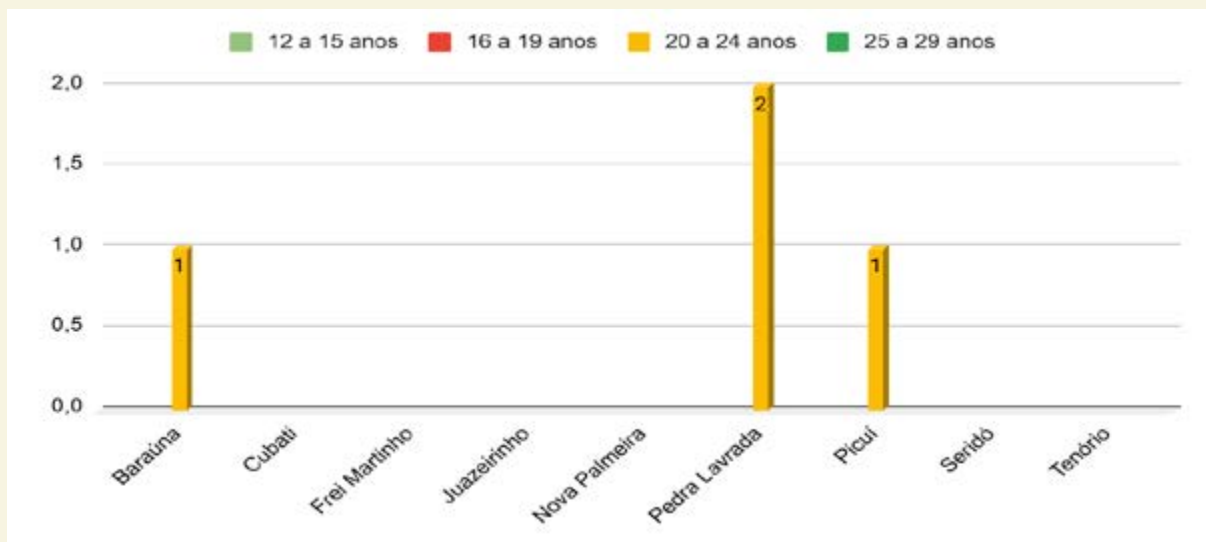
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 25 – Óbitos femininos na microrregião do Seridó Oriental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 26 – Óbitos de mulheres, por idade, na microrregião do Seridó Oriental Paraibano

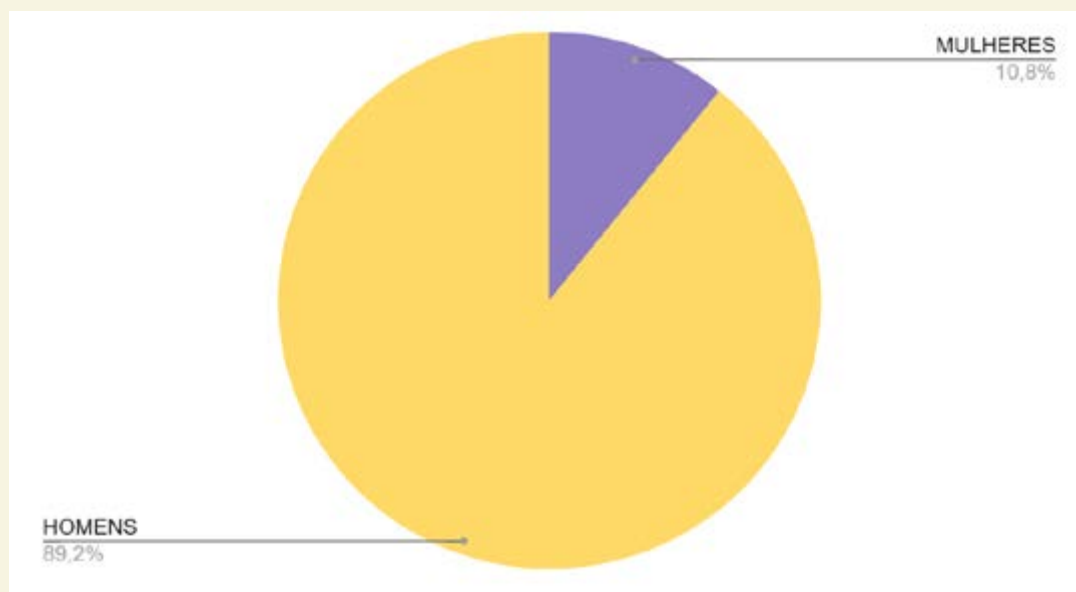


Fonte: NACE, PB (2025)

Nessa microrregião do Seridó Oriental também identificamos ausência de óbitos de mulheres em alguns municípios.

3.5 Comparativo de óbitos entre homens e mulheres por microrregião

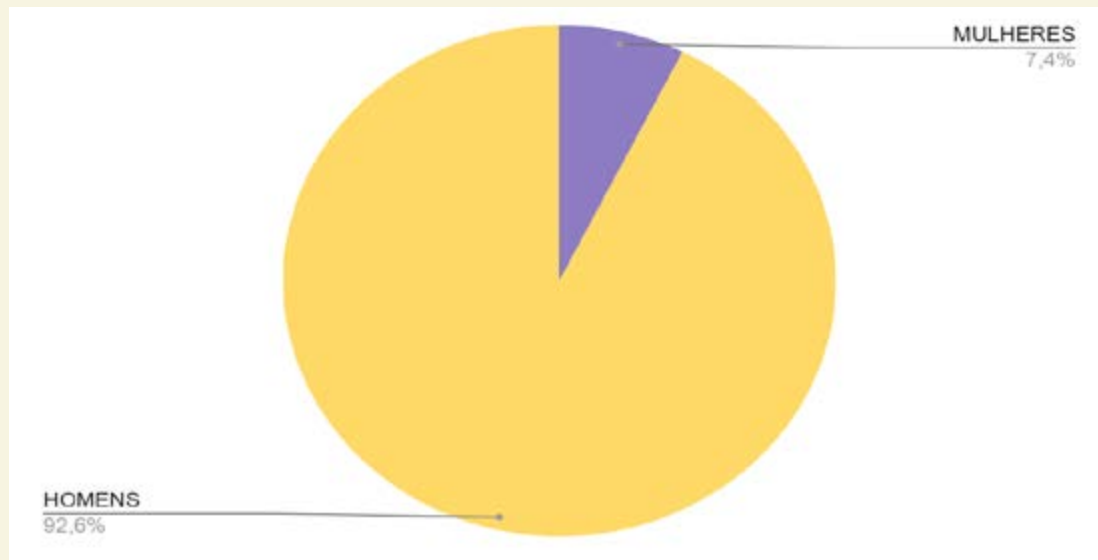
Gráfico 27 – Comparativo de óbitos entre homens e mulheres na microrregião do Cariri Ocidental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião do Cariri Ocidental Paraibano registrou o total de 116 óbitos masculinos (89,2%) e 14 óbitos femininos (10,8%).

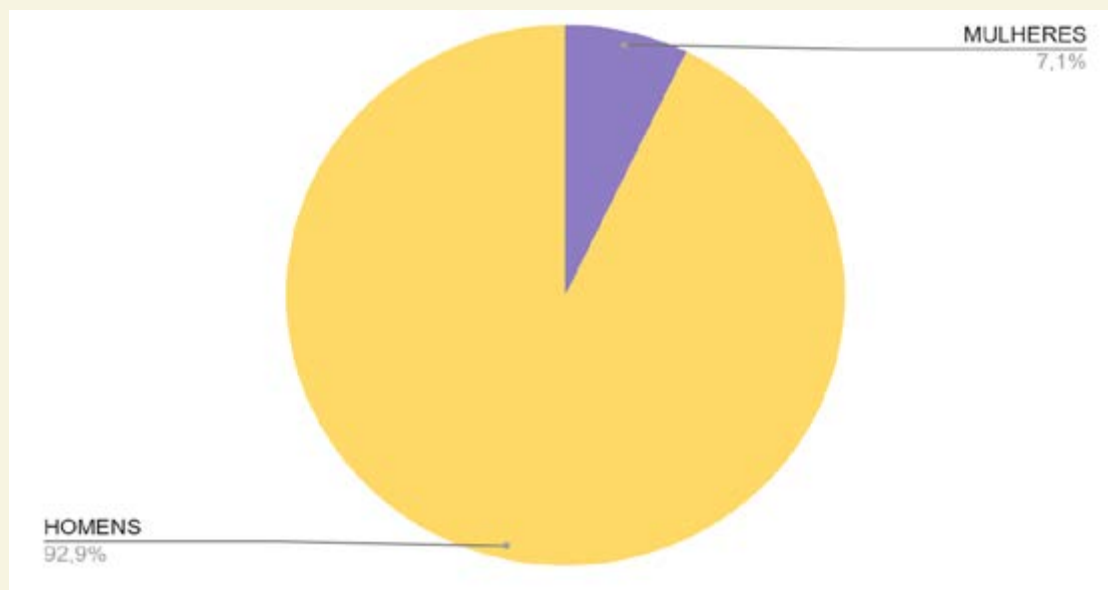
Gráfico 28 – Comparativo de óbitos entre homens e mulheres na microrregião do Cariri Oriental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião do Cariri Oriental Paraibano registrou o total de 63 óbitos masculinos (92,6%) e 5 óbitos femininos (7,4%).

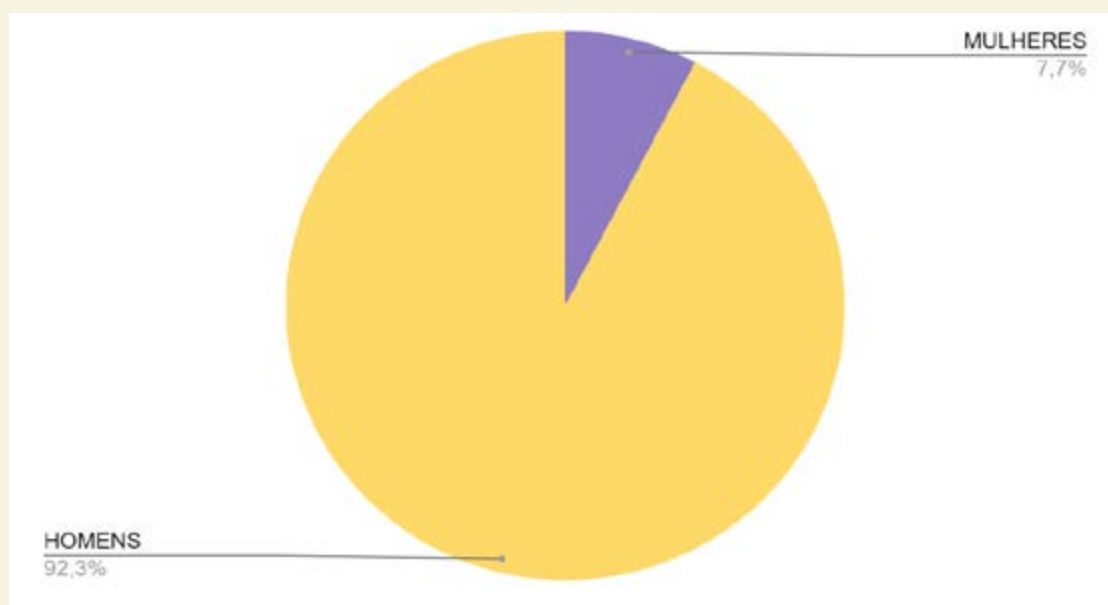
Gráfico 29 – Comparativo de óbitos entre homens e mulheres na microrregião do Seridó Ocidental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião do Seridó Ocidental Paraibano registrou o total de 26 óbitos masculinos (92,9%) e 2 óbitos femininos (7,1%).

Gráfico 30 – Comparativo de óbitos entre homens e mulheres na microrregião do Seridó Oriental Paraibano



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião do Seridó Oriental Paraibano registrou o total de 48 óbitos masculinos (92,3%) e 4 óbitos femininos (7,7%).

Através do recorte de gênero empreendido nessa seção, resta evidente uma predominância expressiva de óbitos de homens, em comparação com os assassinatos de mulheres. Não há evidências concretas através dos dados aqui analisados para se inferir a correlação das mortes com contextos criminais específicos como tráfico de drogas, ainda que alguns autores como *Silveira Neto et al* (2023) e Goldstein (1985) afirmem haver uma correlação espacial direta à violência letal e a escalada de organizações criminosas e comércio ilegal de entorpecentes. Contudo, conforme aponta Zaluar (2012), as dinâmicas de masculinidade e virilidade são eventos constitutivos da violência ligadas a essas práticas ilícitas, o que pode indicar a prevalência de crimes de homicídio contra homens em decorrência de atividades correlatas ao tráfico. Esse ethos da masculinidade (Zaluar, 2012), também identificado por Rocha (2015) em ciclos de violência e vingança ligados a jovens em áreas periféricas, estrutura uma sociabilidade violenta e conduz a uma maior ocorrência de crimes dessa natureza.

A discrepância dos números das mortes entre os gêneros parece revelar um contexto de violência sistemática às mulheres e uma dinâmica de opacidade desses crimes seja em virtude de ausência de denúncias e inconsistências nas investigações policiais, o que justificaria o fato de ocorrências de mortes de mulheres por motivos indeterminados ou sem clareza. Segundo o Atlas da Violência (2023), durante o período entre 2020 e 2021, 745 dos casos de agressões contra mulheres foram indicados como “Mortes Violentas com Causa Indeterminada”. Outro fato importante é a predominância do instrumento da arma de fogo nas mortes de mulheres, que se assemelha aos

dados publicados pelo Atlas da Violência (2023) de que o instrumento mais utilizado nesses crimes é a arma de fogo, envolvendo metade dos feminicídios ocorridos entre 2012 a 2020.

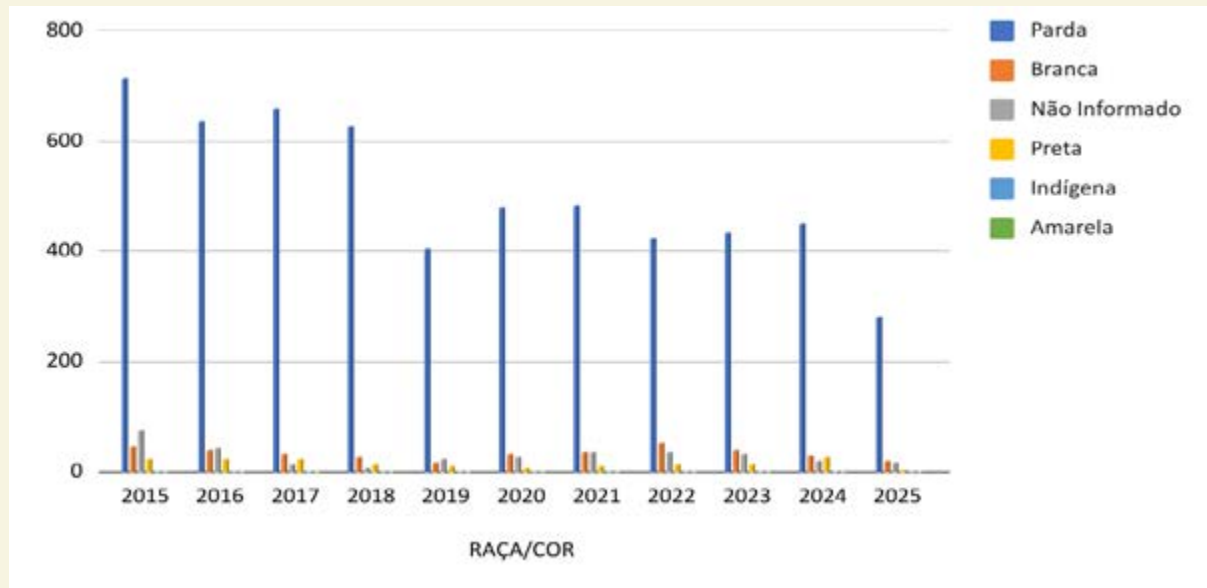
Esse contexto ainda possui particularidades interseccionais, visto que mulheres negras são principais vítimas da violência letal no Brasil, representando 67,4% do número de assassinatos totais de mulheres (Atlas da Violência, 2023), de modo que a sobreposição de marcadores sociais como gênero, raça e classe, aumenta o risco de violências letais contra esses corpos.

3.6 Óbitos por raça/cor geral

Por fim, traremos um recorte racial na apresentação dos dados relativos às mortes violentas e intencionais disponibilizados pelo NACE-PB nos quais vemos um contexto de práticas sistemáticas de extermínio direcionadas a pessoas negras, o que se materializa na predominância estatística de homicídios contra indivíduos racializados, compreendendo 77,1% dos crimes letais (Atlas da Violência, 2023).

Destacamos ainda, que os dados fornecidos são imprecisos quanto presença de mortes específicas de pessoas pretas e pardas na classificação geral dos óbitos, de modo que há certa discrepância nos resultados apresentados, indicando que há uma probabilidade dos números relativos aos homicídios desse grupo sejam maiores do que os que são evidenciados.

Gráfico 31 – Óbitos por raça/cor na Paraíba

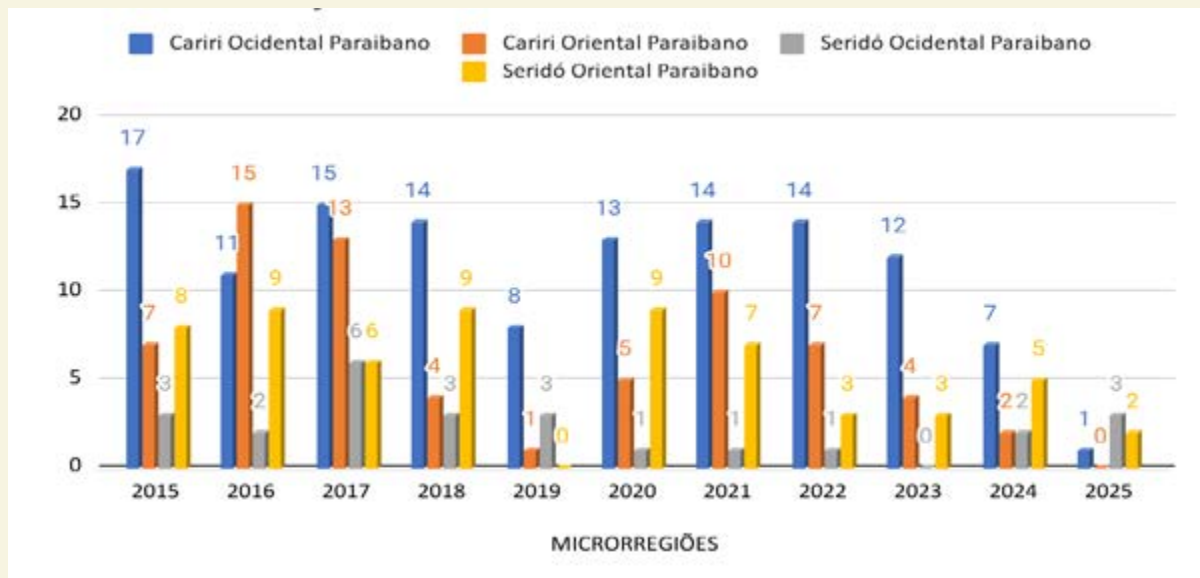


Fonte: NACE, PB (2025)

O total de óbitos de pessoas pardas na Paraíba chega a 5.599, enquanto os de pessoas brancas ficam em 384, pessoas pretas 180, pessoas indígenas 6 e pessoas amarelas 3, não informadas totaliza 341 pessoas. O que mostra uma falta de acesso às identificações dos paraibanos, além das subnotificações;

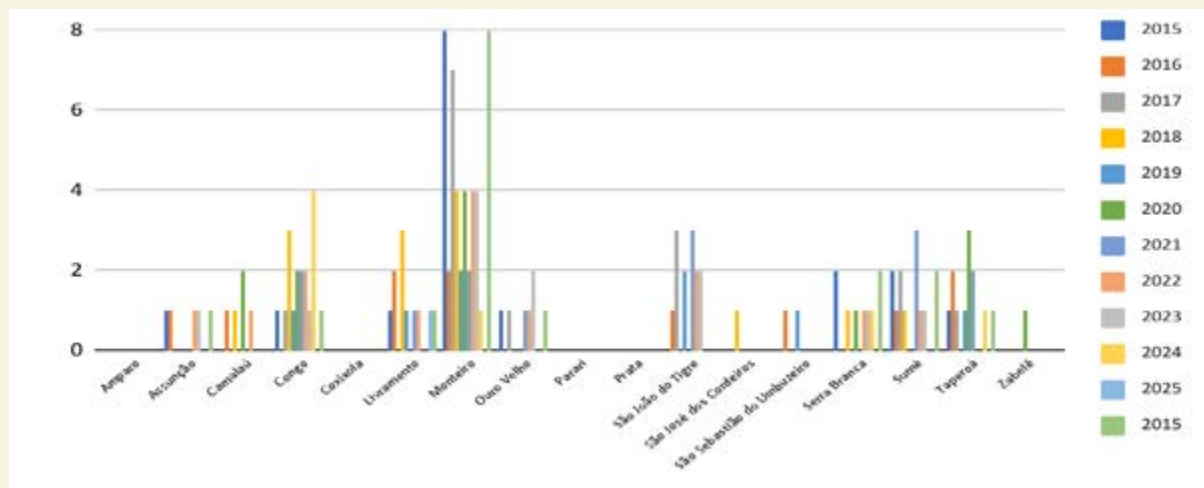
Seguindo os parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), as pessoas pardas e pretas fazem parte da população negra, dado isso nesses 10 anos (2015 até 2025), na Paraíba as pessoas negras mortas totalizam 5.779. Esses dados sugerem alterações, visto que o ano de 2025 ainda não foi finalizado.

Gráfico 32 – Óbitos de pretos e pardos na mesorregião da borborema paraibana conforme as microrregiões



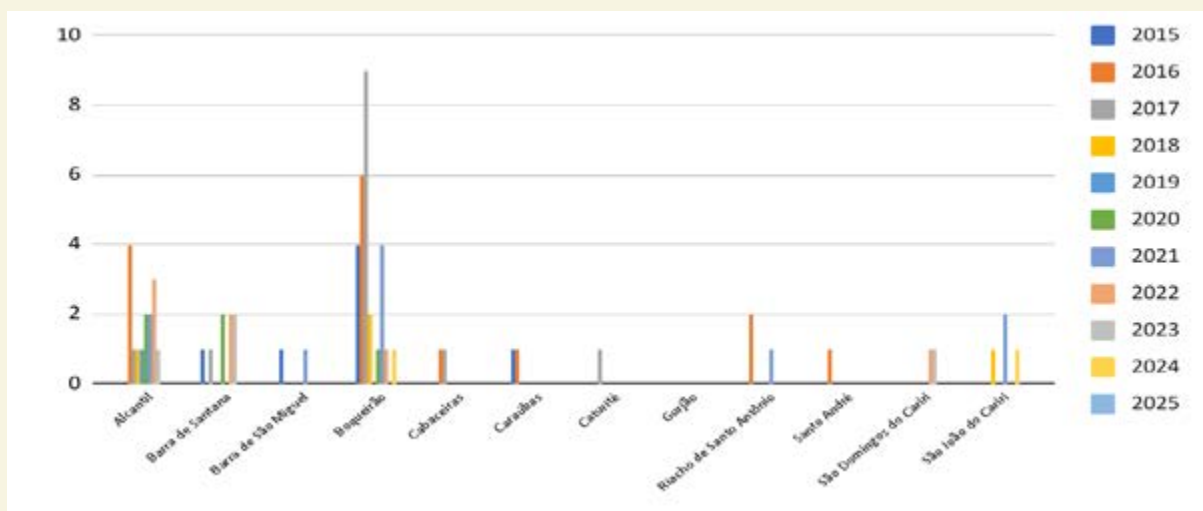
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 33 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião do cariri ocidental



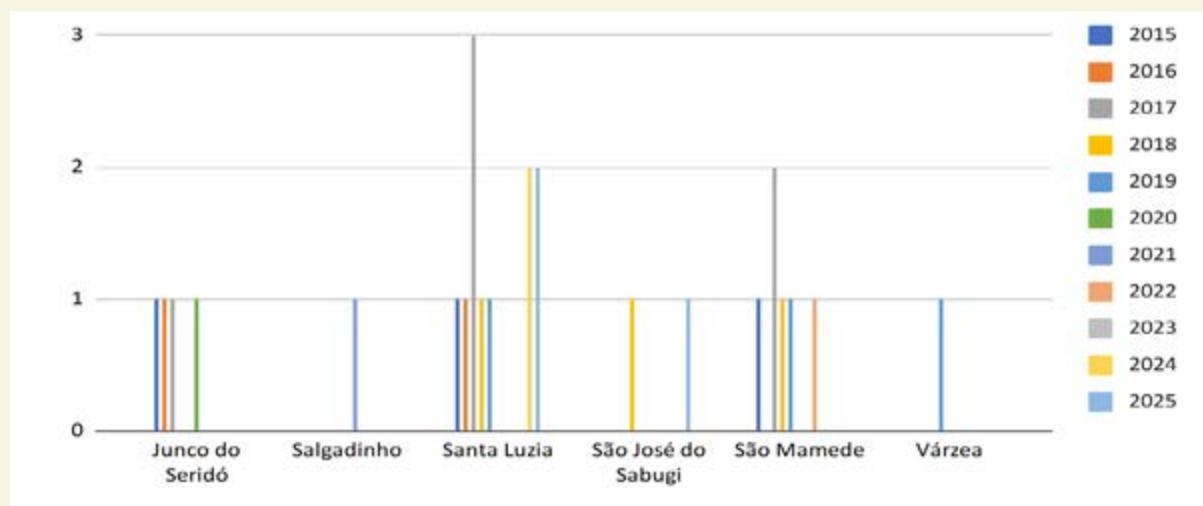
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 34 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião do Cariri Oriental



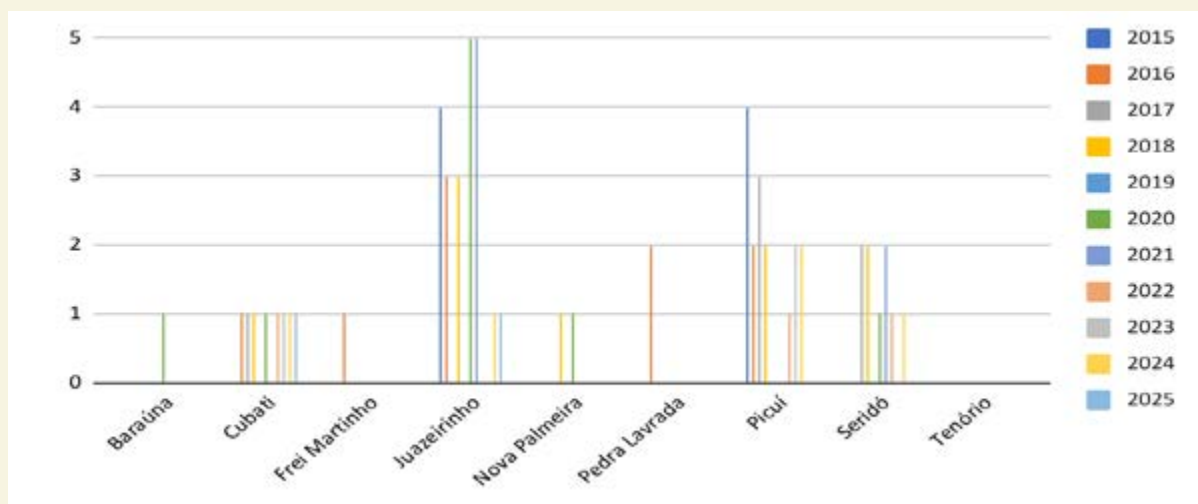
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 35 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião do seridó ocidental



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 36 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião do Seridó Oriental



Fonte: NACE, PB (2025)

Observamos a partir dos dados apresentados que a violência intestina (Girard, 2014) que fundamenta as nossas estruturas sociais e se imbrica nas relações cotidianas, instituições e práticas culturais, mostra-se presente neste diagnóstico das mortes violentas e intencionais no Estado da Paraíba durante o período de 10 anos, de modo que a tímida diminuição que aparece no último ano ocorreu em virtude de que a coleta dos dados não foi realizada em todos os meses do corrente ano, não representando, assim, uma efetiva melhoria nas condições de proteção e valorização da vida dos jovens.

Verificamos também a manifestação do racismo enquanto instrumento de dominação estruturante que hierarquiza formas de vida, relegando corpos negros a um lugar de não-existência (Fanon, 2008). Assim, a sobreposição desses mecanismos se materializa em índices elevados e persistentes de violência dirigida a pessoas negras configurando o exercício da necropolítica pelo Estado e instituições sociais, ou seja, práticas e políticas de extermínio conformadas por um poder de destruição e produção de morte direcionado a indivíduos racializados de quem são retirados a categoria de humanidade.

3.7 Discussão teórica e diagnóstico da necropolítica dirigida aos jovens no território da Borborema

A partir dos dados apresentados sobre as mortes violentas e intencionais na Borborema Paraibana, podemos identificar um padrão que transcende a dimensão estatística e alcança estruturas sociopolíticas que se perpetuam através da história. A concentração de homicídios entre jovens e adolescentes de 13 a 29 anos, e sobretudo negros e periféricos, evidencia a produção de mortes como instrumento de organização social, característica de projetos estatais assentados na lógica necropolítica (Mbembe, 2018), nos quais vidas racializadas são continuamente desprovidas de valor social e político.

Assim, através da análise dos números de mortes relativos ao recorte territorial e temporal empreendido, faz-se possível traçar um diagnóstico acerca de uma política estatal que não apenas negligencia a violência direcionada a corpos, atravessada por marcadores sociais, raciais e de gênero, mas que direciona seus aparatos institucionais para desumanização dessas vidas, conformando uma dinâmica necropolítica (ibid.) nos processos de constituição do Estado e das estruturas sociais.

A realidade que se expressa através dos enunciados numéricos apresentados neste relatório evidencia a materialização do modo como a violência se reproduz e se coloca como instrumento estruturante de uma sociedade marcada por desigualdades de classe, gênero e raça.

De acordo com Girard (2014), a violência se manifesta sob diferentes dimensões e se consolida enquanto uma constante que se perpetua na história da humanidade, na medida que se configura não apenas como movimento disruptivo, mas, contrariamente, como princípio organizador e dispositivo fundante das estruturas sociais. Em contextos sociais marcados por fortes desigualdades e tensões estruturais, a violência ultrapassa um aspecto de ato criminoso isolado, configurando-se como um mecanismo complexo de engenharia social destinado à preservação de hierarquias e ao exercício de controle do corpo político.

Essa dinâmica representa a expressão de uma racionalidade de governo que emerge com as práticas econômicas e políticas hegemônicas do neoliberalismo, destinando-se a gerir a população sob uma lógica de contenção e punição dos excedentes (Wacquant, 2003). Compreendemos assim, a partir da interpretação de Duarte (2010), que o fenômeno do neoliberalismo abrange não apenas uma doutrina político-econômica, mas um paradigma epistemológico de fundamentação de práticas, discursos, políticas e constituição de subjetividades que conduzem as estruturas sociais a uma racionalidade fundamentada em ideologias de objetividade, eficiência e maximização da economia.

Foucault (2008) vê nesse contexto o surgimento de uma governamentalidade, ou seja, uma razão de governo que se volta para a vida espécie população e também do corpo dos sujeitos, guiando-os e provisionando comportamentos e fenômenos a partir de conhecimentos de estatística e economia política. Nasce aí a biopolítica que se direciona a regular e modular a conduta dos homens, permitindo uma previsibilidade necessária para garantir a vida dessa população. Contudo, para manter essa saúde, há um recorte epistêmico essencial que constitui um racismo de estado, de modo que as garantias político-jurídicas não são igualmente distribuídas. O Estado aplica, então, esse fazer-viver para alguns, mas para outros há um deixar-morrer, ou como evidencia Mbembe (*op cit*), um fazer-morrer, ou seja, direcionamento na verdade de extermínio contra massas marginalizadas e constituição de territórios marcados pela proliferação de espaços de violência.

Nesse sentido, Agamben (2004) entende que o poder soberano e esse biopoder surgem necessariamente a partir do nascimento de um alter-ego, em que se constitui a figura do homo sacer, que segundo ele representa uma vida nua, destituída de qualquer proteção, e a qual se permite a violência e a morte sem que haja qualquer crime. O Estado, através das próprias estruturas jurídicas, realiza a suspensão do direito e relega o homo sacer a uma existência que sequer vale para ser sacrificada.

Wacquant (2003) parte desses conceitos e ao observar o fenômeno neoliberal de ao mesmo tempo retração de políticas estatais de igualdade e seguridade social e hipertrofia de processos de criminalização de massas marginalizadas, categoriza esse Estado como Estado Penal, ou seja, um modelo de governança que se baseia na punição e no controle social de populações pobres e racializadas. O direcionamento desses aparatos repressivos resta evidente não apenas na existência

de ocorrências de mortes de jovens em virtude de confronto com forças policiais, mas na própria dinâmica de perpetuação dos assassinios ao longo dos anos. **Os corpos dos jovens, em especial, negros e periféricos, posicionam-se entre a tênue linha que demarca os limites da existência humana, titubeando entre a exclusão e punição através do encarceramento e mecanismos de criminalização, e a desumanização e extermínio, em que as vidas retiradas sequer servem para entrar nos parâmetros estatísticos, vide o contexto de subnotificação sistemáticas das ocorrências de mortes contra pessoas negras e fragilidade das investigações policiais.**

Compreendemos que essa condição se ancora em um legado colonial capaz de ordenar os corpos entre aqueles que devem viver e aqueles cuja morte é tolerável, previsível ou desejada (Mbembe, *op cit*). O que se observa é o resultado de séculos de políticas de controle e disciplinamento dos corpos negros, cujos efeitos se intensificam nos territórios mais vulnerabilizados, como as periferias urbanas e municípios com menor índice de desenvolvimento humano, conforme exposto na caracterização sociodemográfica do território da Borborema.

Esse contexto se apresenta dentro da colonialidade do poder, conceito de Quijano (2005), que explicita como o racismo organiza hierarquias sociais e atualiza permanentemente a dominação instaurada no período colonial. As estratégias de dominação naturalizadas pelo empreendimento colonial não se encerram com a independência política dos países latino-americanos, ao contrário, permanecem operando como modelo de opressão de corpos e formas de existência que organiza a economia, o conhecimento e principalmente as relações sociais a partir da ideia de raça. Essa tecnologia de segregação colonial possui fortes raízes no contexto espacial do nordeste brasileiro, onde se encontra o território analisado, de modo que sua reprodução se espalha por diversos âmbitos e se manifesta nos fenômenos e relações sociais que perpassam as estruturas espaço-temporais paraibanas. Sob uma perspectiva histórica, vemos que a própria organização racial dos espaços antes destinados às grandes plantações e cultivo de recursos destinados à exploração colonial, que separavam a casa-grande da senzala, naturalizou uma lógica territorial em que determinados locais são destinados aos brancos como zonas de proteção e privilégio, enquanto outros são reservados aos negros como áreas de contenção e exclusão. Sob uma ótica higienista, essa continuidade espacial branca reaparece e se atualiza em novas formas de segregação e controle dos corpos negros (Altenhaim *et. al.* 2023).

Esse recorte epistemológico da existência também é evidenciado por Fanon (2008), que entende que há uma divisão ontológica da humanidade, em que sujeitos se constituem em zonas de reconhecimento ou não conhecimento de suas vidas e formas de ser. Assim, corpos negros são constantemente desumanizados, e é precisamente essa retirada simbólica da humanidade que torna sua morte socialmente tolerável. Nesse sentido, os assassinatos de jovens negros revelam a uma dinâmica de naturalização e invisibilização de modo que as mortes que evidenciamos nesses territórios, apresentam-se como um fato previsto e administrado pelo Estado através de uma política de gestão seletiva da morte (Wacquant, *op cit*).

Há ainda, uma dimensão de atravessamentos de gênero que deve ser observado sob uma ótica interseccional, tendo em vista que a violência não se expressa de maneira uniforme entre homens e mulheres, conforme evidenciado pelos dados apresentados. Assim, a discrepância de homicídios entre os gêneros, ainda que revele o alvo preferencial de jovens negros, não neutraliza essa dimensão. Carneiro (2003) ainda ressalta que, no caso de mulheres negras, a zona do não ser, lugar de desconstituição de existências, aprofunda-se a partir do cruzamento entre racismo e sexismo, criando uma situação de dupla subalternização e apagamento, pela raça e pelo gênero. Nesse diálogo, incluímos também as afirmações de Lélia Gonzalez (1988) ao evidenciar que a violência

contra mulheres negras opera através da dimensão racial como também patriarcal, reforçando o apagamento de suas existências. Nessa perspectiva, compreendemos que esses corpos enfrentam camadas sobrepostas de vulnerabilização, que ampliam não apenas o risco de morte, mas também a invisibilidade das violências sofridas. **Assim, enquanto os homens negros são mortos porque vistos como inimigos internos da ordem, as mulheres negras são punidas pela transgressão de uma ordem patriarcal que as deseja submissas, silenciosas e invisíveis.** Essa invisibilização sistemática se evidencia na sub-representação estatística de mortes de mulheres, revelando que a própria produção de informações por parte dos agentes estatais perpetua desigualdades ao negligenciar a busca sobre a verdade dos assassinatos dessas mulheres. A falta de detalhamento nos registros, a classificação inadequada das causas e a escassez de notificações qualificadas são demonstrações de que até mesmo a distribuição de morte é desigual, qualificando a existência dessas mulheres como vidas que sequer são merecedoras de luto (Butler, 2016).

Outra dimensão importante na interpretação dos dados é a ausência informações que especifiquem se as pessoas são cisgêneras ou transgêneras, ou seja, os dados foram totalizados no geral sem essa separação, o que constitui um fato alarmante, pois uma vez que trabalhamos com dados, os mesmos devem contribuir para, por exemplo, um melhor aprimoramento de políticas públicas, no entanto, com ausência e subnotificações desses dados o acesso à cidadania é ainda mais dificultado. Afinal, quando verificamos os Registros de crimes contra população LGBTQIAPN+ do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de (2025), em 2024 na Paraíba tiveram 123 pessoas da população LGBTQIAPN+ que sofreram de lesão corporal dolosa, 3 de homicídio doloso e 6 de estupro, além dos casos específicos de transfobia. Ou seja, existem pessoas sendo violentadas, e são grupos específicos, os marginalizados, considerados escórias da sociedade (Girard, 2014). A total ausência de dados sobre identidades sexuais e de gênero no registro das mortes violentas na Borborema Paraibana não deve ser vista como simples lacuna técnica, mas como expressão daquilo que a teoria queer identifica como produção de corpos abjetos e vidas não inteligíveis (Butler, *op cit*; Bento, 2021). Assim, corpos LGBTQIA+, sobretudo negros e periféricos, são mantidos fora da classificação estatal, o que impede a formulação de políticas de proteção e converte tais sujeitos em existências que, mesmo quando assassinadas, não chegam a ser reconhecidas como perda. O apagamento estatístico é, portanto, um mecanismo de violência, pois negar o dado é negar a própria vida como vida.

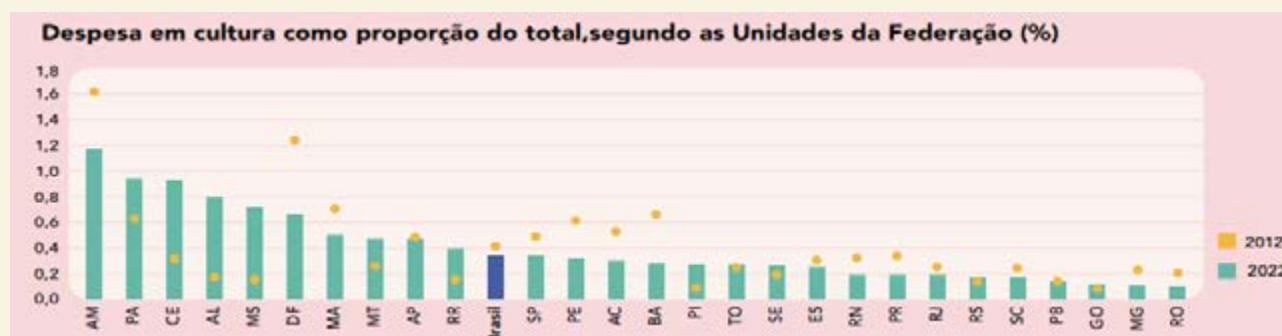
A violência aqui discutida pode se manifestar inclusive na própria frieza dos dados que também conduzem à invisibilização das vidas dos jovens que acabam por ser reduzidas a números, a estatísticas que se sobrepõem a tantas mortes que acompanham um enredo real de tragédia que se expressa neste relatório, em que outras tantas histórias de sofrimento e violência que atingem principalmente corpos negros e periféricos, encontram-se subjacentes seja como ausência de registros estatais, seja como presença na construção de um contexto histórico de opressão e extermínio de massas marginalizadas e racializadas. A dinâmica de opacidade também pode se manifestar na ocultação da responsabilidade do Estado por essas mortes, que não pode ser limitada apenas a situações de confronto direto com agentes públicos, nem se esconder no âmbito privado de práticas de violência.

3.8 Sugestões e diretrizes para políticas públicas de enfrentamento ao extermínio da juventude na paraíba

A partir da articulação entre os aportes teóricos discutidos na seção anterior com os dados apresentados, procuramos, por fim, traçar possibilidades de políticas públicas e ações de enfrentamento a essa realidade de extermínio de jovens que assola o território paraibano. Para que as estratégias pretendidas pudessem representar um horizonte de emancipação baseadas numa epistemologia popular, desenvolvemos um grupo focal, em que, no dia 20 de novembro de 2025, foi realizada uma roda de diálogos entre o grupo de pesquisadores do Grupo de Estudos em Violência e Segurança Pública (GEVISP) e jovens da ONG denominada Serviços Pastoral dos Migrantes - (SPM/NE), localizada na comunidade Mário Andreazza na cidade paraibana de Bayeux. Diante da construção dialógica e participativa, apresentamos um panorama de possibilidades de políticas públicas e atos de fomento de atividades culturais, esporte e lazer que se situem num lugar de combate ao quadro estrutural de letalidade contra jovens.

Inicialmente, duas premissas fático-teóricas devem ser ressaltadas. Primeiro de que essa realidade de crime e violência ocorre não apenas em virtude do contexto de desigualdade e fragilidade econômica dos territórios, mas também se dá por ausência de inclusão social dessas pessoas, como evidencia Bergman (2018). **Assim, a correlação territorial de homicídios com regiões de maior urbanização não pode ser lida de forma simplista como efeito linear de precariedade econômica, visto que a violência decorre também da ausência de projetos de efetiva integração comunitária e democratização do acesso a bens culturais, em especial para juventudes historicamente alijadas de direitos e cidadania.** Nesse aspecto, insere-se o outro fato importante de que os lugares periféricos analisados constituem territórios onde não há equipamentos culturais disponíveis, ou seja, espaços destinados a cultura, esporte e lazer são quase inexistentes ou bastante precários. **A ausência de equipamentos culturais e espaços de socialização é afirmada através das falas de todos os jovens da comunidade Mário Andreazza, como também é evidenciada a partir do tímido investimento público em cultura, em que a Paraíba se encontra entre os estados que menos aportam recursos públicos para o setor.**

Gráfico 37 – Despesa em cultura em porcentagem proporcional ao total conforme cada unidade da federação entre 2012 e 2022

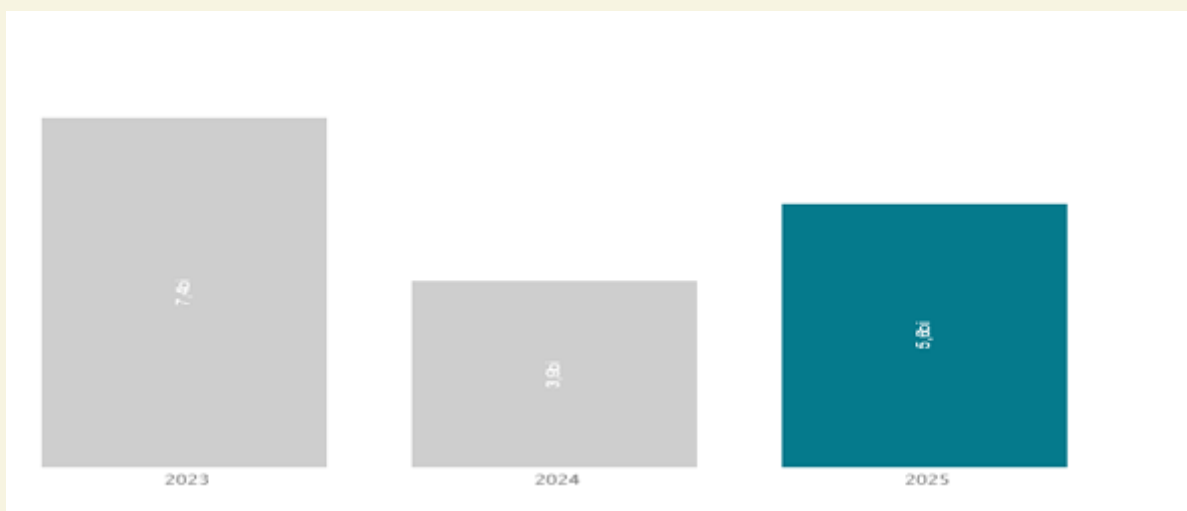


Fonte: IBGE (2025)

Em estudo do IBGE para identificar a desigualdade das regiões brasileiros quanto ao acesso a equipamentos culturais, observou-se que Norte e Nordeste constituem os territórios onde o abismo cultural é mais acentuado, demonstrando a existência de piores infraestruturas e políticas de instrumentos e espaços como museus, teatro e cinema. Esse contexto se revela inclusive no tempo de deslocamento entre algumas unidades da federação até aquelas que possuem locais destinados a práticas culturais e esportivas, de modo que 65% a 80% dos municípios do Nordeste possuem deslocamento superior a uma hora para acessar algum equipamento cultural (IBGE, 2025). Esse cenário se materializa nas falas dos jovens, que mencionam a necessidade de se transportarem de sua comunidade até a capital, João Pessoa, para que possam ir ao cinema ou assistir a show e apresentações musicais, por exemplo.

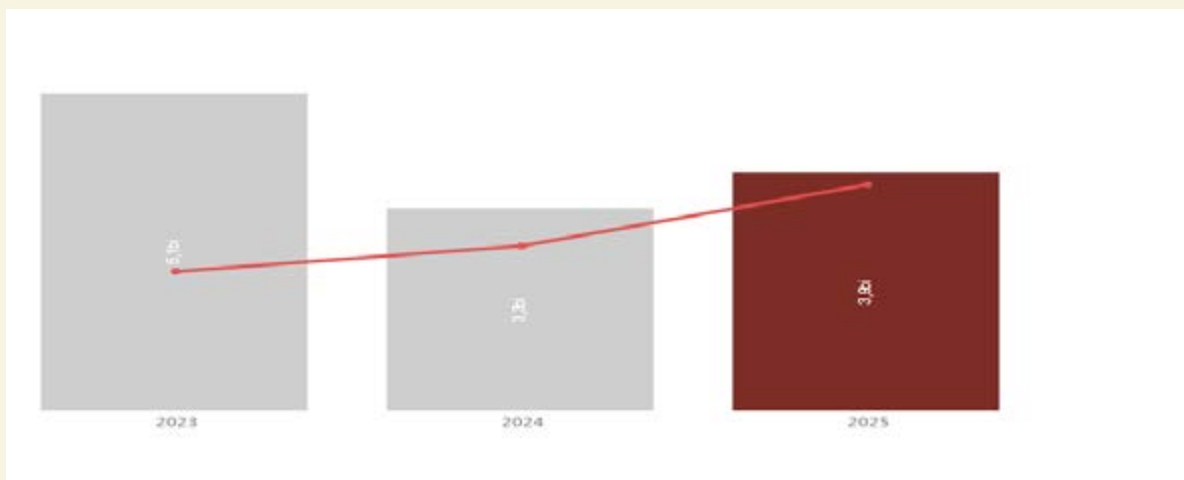
O próprio cenário nacional de incentivo à cultura apresenta descompassos quanto a efetivação de direitos fundamentais, constitucionalmente assegurados. A Constituição Federal brasileira (Brasil, 2025) assegura o direito à cultura, especialmente nos artigos 215 e 216, determinando que o Estado deve garantir o pleno exercício dos direitos culturais, promover o acesso às diversas expressões da cultura nacional e fomentar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Esses dispositivos também preveem a proteção das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, bem como a preservação do patrimônio cultural e a implementação do Plano Nacional de Cultura. Essa normatização não acompanha a materialidade dos investimentos públicos quando observamos, por exemplo, o planejamento e os gastos orçamentários divulgados pelo próprio Ministério da Cultura no SIGA Brasil (2025).

Gráfico 38 – Evolução anual do orçamento autorizado para o Ministério da Cultura entre 2023 e 2025



Fonte: SIGA, Brasil (2025)

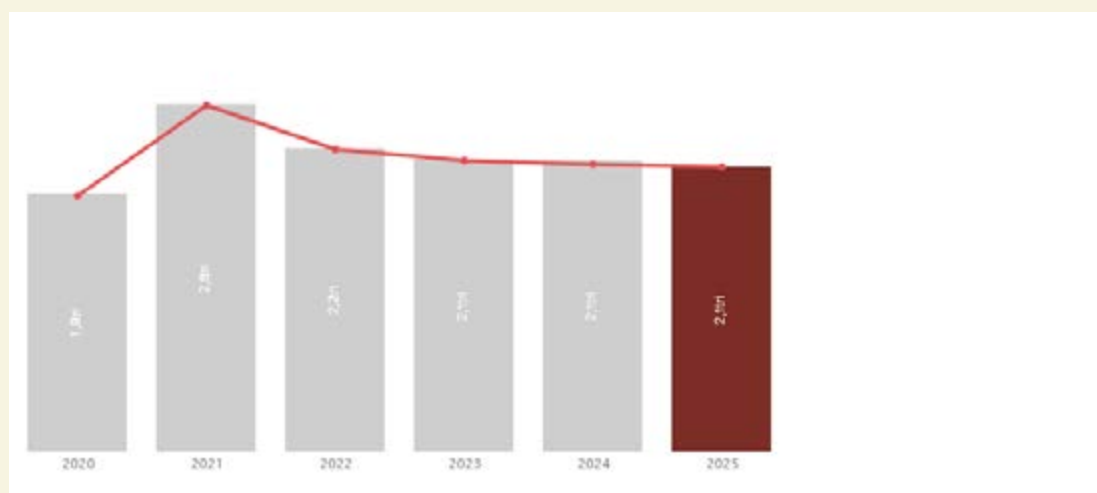
Gráfico 39 – Evolução anual do orçamento efetivamente pago segundo Ministério da Cultura entre 2023 e 2025



Fonte: SIGA, Brasil (2025)

Ao analisarmos os dados, percebemos uma diferença significativa entre os valores planejados e aqueles efetivamente executados. Em 2023, foram pagos R\$ 5,1 bilhões, mas em 2024 houve uma redução expressiva, com apenas R\$ 3,3 bilhões executados. Já em 2025, embora o valor pago até o momento seja maior do que no ano anterior, no montante de R\$ 3,9 bilhões, o total ainda permanece abaixo dos R\$ 5,1 bilhões registrados em 2023. Vale destacar que, mesmo estando no final de 2025, o total previsto para esse ano era de R\$ 5,6 bilhões, o que indica uma diferença de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão ainda não executada. Os valores apresentados foram atualizados pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), permitindo observar as variações inflacionárias ao longo do período analisado. Quando correlacionamos estes montantes com os gastos destinados ao pagamento da dívida pública, torna-se evidente como esses bilhões representam cifras relativamente pequenas dentro do orçamento federal.

Gráfico 40 – Evolução anual da dívida pública de 2020 e 2025



Fonte: SIGA, Brasil (2025)

Como pode ser observado, a dívida pública, antes colocada como “encargos especiais” somam mais de 2 trilhões de reais, o que engloba as dívidas internas e externas. Dessa forma, vem o questionamento de quem está sendo realmente beneficiado com Novo Arcabouço Fiscal (NAF) sancionado em 2023, o que revela um cenário de retração sistemática de políticas públicas. E até o momento falamos nacionalmente, quando fazemos um recorte para Paraíba isso é mais desafiador.

Ao pesquisarmos políticas públicas de incentivo à cultura no Cariri Paraibano encontramos o Pontão Paraíba Cultura Viva que faz parte de Política Nacional de Cultura Viva - PNCV que possui várias parceiras para apoiar e valorizar as diversas culturas, em que possui: Comitê gestor, equipe técnica, agentes culturais e voluntários inclusos cursos de extensão, oficinas e seminários (Viva, 2025). No entanto, não é voltado apenas para jovens e apesar de ter um guia no site¹³ de direcionamento para o portal de transparência, ao clicar nessa opção nada é mostrado, de modo que não temos muitas informações acerca da iniciativa. Ao analisarmos o Seridó Paraibano vemos que algumas cidades como: Barra de Santa Rosa, Cubati e Picuí, foram escolhidas para à execução da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), tendo planos aprovados pelo Ministério da Cultura às ações culturais locais. No entanto, é difícil verificar políticas envolvidas para jovens paraibanos, principalmente, quando elas se tornam cada vez mais seletivas e focalizadas, não é por acaso a ascensão do termo “Geração Nem Nem”, termo coloquial utilizado para jovens que não estudam, nem trabalham, sendo em sua maioria das vezes, pejorativamente utilizado para culpabilizar esses jovens.

O cenário de ausência de políticas de acesso à cultura e ao esporte denota mais uma face de violência sistemática dirigida aos jovens, revelando um panorama em que a negação do direito à cidade converte-se em mecanismo de produção da morte. No relato dos jovens participantes do grupo focal resta clara a segmentação dos espaços periféricos diante da dificuldade até mesmo de acessar espaços públicos diante da violência, seja institucional dos agentes de segurança seja em virtude da presença de facções criminosas nos territórios. Nesses espaços, que Mbembe (2018), classifica como entraves periféricos de colonização tardia, há uma sobreposição de instâncias de soberania que disputam o direito de governar, em verdadeiros mosaicos de soberania.

O colapso das instituições formais sob a pressão da violência, aliado à fluidez de uma nova economia de capitais, favorece o surgimento de economias ilegais que passam a exercer dominância sobre esses territórios. A precarização e/ou ausência dos equipamentos de cultura e esporte aliado ao contexto de guerra entre facções e forças policiais leva ao esvaziamento dos espaços de socialização e diluição de práticas culturais, de modo que o único refúgio, no caso específico dos jovens que dialogamos parece ser as atividades da ONG ao qual se integram. Muitos desses jovens ressaltam a importância da criação de um evento cultural, idealizado pela instituição, e organizado unicamente pelos próprios jovens, denominado “Festival da Juventude” em que unem arte, teatro, dança e música. De acordo com a narrativa deles, essa iniciativa parece representar um respiro de cidadania e integração comunitária para essas pessoas, na medida em que possibilita o resgate da cultura popular através do fomento de artistas locais e incentivo a produções musicais ligadas ao rap, ao teatro e a danças tradicionais, movimentando até mesmo o comércio local. A perspectiva que se desenha a partir da narrativa dessas pessoas diante da autonomia possibilitada pelo contato com a produção cultural é de que a arte representa a capacidade de se autoconhecer e se libertar de um destino construído por uma ordem social que as empurra ao crime ou às estatísticas de morte.

13 Site do Pontão Paraíba Cultura Vive: <https://culturavivaparaiba.org.br/transparencia/estatuto#>

A preservação da saúde mental também aparece nos discursos dos jovens sempre se relacionando à prática de esportes e à possibilidade de vivenciar à arte e a cultura. Estudos recentes que articulam conhecimentos da psicologia, educação física e neurociência têm apontado que a prática esportiva atua como elemento protetivo da saúde mental da juventude, contribuindo para a redução de sintomas de ansiedade e depressão, aumentando autoestima, estimulando competências socioemocionais e fortalecendo vínculos comunitários (Laurier *et al*, 2024). Nesse sentido, pesquisadores, como De Albuquerque *et al* (2023), indicam que o esporte auxilia no desenvolvimento neuropsicológicos de adolescentes e jovens, estimulando habilidades cognitivas e biopsicossociais, sendo um importante instrumento de regulação emocional e de tratamento de transtornos psíquicos.

Assim, compreendemos que é urgente o desenvolvimento de estratégias para que a juventude deixe de vista como vítima ou ameaça, e passe a ser construída como agente de cultura e transformação social. Para isso, faz-se necessário a ação sistemática e integrativa entre setores públicos e privados no sentido de transformar esses territórios, criando e revitalizando espaços de convívio, produção de arte e esporte, garantindo o protagonismo de lideranças comunitárias e ampla participação da comunidade. Um caminho para construção de políticas de enfrentamento à violência se dá, portanto, através do desenvolvimento da cidadania cultural (Canclini, 2013), de modo a estruturar as práticas no sentido de que através da cultura e do esporte é possível redimensionar um horizonte de violência para um horizonte de oportunidades e engajamento social a partir da arte e do esporte. Essa categoria conceitual de estruturação de políticas, implica um direito não apenas relativo ao consumo de bens culturais, mas um preceito normativo de garantia a própria produção de significados e participação política efetiva nas esferas de decisão sobre a vida coletiva, redimensionando a existência de indivíduos marginalizados enquanto sujeitos de valor social e não meros objetos de controle e exclusão (*ibid.*), representando uma possibilidade de construção de práticas emancipatórias a partir de saberes populares e racializados.

Nesse sentido, apresentamos algumas sugestões de estratégias e atividades a serem financiadas pelo poder público e conduzidas pela comunidade, quais sejam: **valorização e fortalecimento das culturas periféricas, com apoio continuado às práticas do hip-hop e suas linguagens (Souza *et al*, 2025); democratização do acesso ao livro e ao conhecimento através da criação de bibliotecas comunitárias e pontos de leitura como também a criação de clubes de leitura com mediação de educadores e artistas comunitários (Silva *et al*, 2025); educação digital para jovens, com oficinas de mídias e produção audiovisuais (Wang; Si, 2024); construção de infraestruturas para vida comunitária como teatros de arena, quadras esportivas e centros culturais; circuito cultural comunitário, em que se incentive programações regulares como saraus, festivais, batalhas de rap, contando com a participação de mestres da cultura locais (Souza *et al*, *op cit.*).**

Portanto, traçar caminhos de enfrentamento à materialidade do extermínio da juventude, sobretudo negra, não diz respeito ao léxico jurídico-repressivo da criminalização e hipertrofia dos instrumentos de segurança pública, mas a uma epistemologia que rompa com amarras racistas e coloniais, de modo a modificar o paradigma de humanidade e pertencimento. Nesse sentido, acreditamos que as ações sugeridas se inserem numa compreensão de política a partir do “Bem Viver”, categoria conceitual utilizada por autores como Acosta (2016) e Gudynas (2011), inspirada em cosmovisões de povos originários da América Latina, compreendida como uma proposta civilizatória alternativa ao modelo moderno-colonial de desenvolvimento, a qual se fundamenta em uma axiologia de valorização da pluralidade e diversidade das formas de existência, bem como de

incentivo a uma organização social alicerçada em uma convivência harmoniosa entre sociedade e meio ambiente, articulando práticas que, em vez de administrar a morte, produzem vida.

É nesse horizonte que as sugestões de fortalecimento de uma cidadania cultural (Cangli- ni, 2013) se afirmam como possíveis estratégias estruturantes para a produção de vida a partir do apoio às culturas periféricas, garantia de equipamentos de arte, esporte e convivência comunitária, e reconhecimento e valorização de mestres e saberes locais, representando uma possibilidade de deslocamento da juventude negra da zona da morte para o espaço político do ser, reconstruindo vínculos territoriais e horizontes de futuro. Se a exclusão cultural é mecanismo ativo da colonialidade, investir em tradições culturais locais representa um movimento emancipatório e de descoloniza- ção, possibilitando que esses jovens existam não apenas estatisticamente, mas social, simbólica e politicamente como autores de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Frederico Nascimento; GAMA, Arnaldo Costa; SANTOS, Ailton Luiz dos; SANTOS, Tatiana Rocha dos; CORREIA, Madson dos Santos; MARTINS, Christina Aline de

Altas da Violência 2025. Ipea. Brasília, 2023. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 28 nov. 2025.

BIANES, Simone. Metade das mulheres vítimas de feminicídio foi morta por armas de fogo. Veja, 8 mar. 2025. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/comportamento/metade-das-mulheres-viti- mas-de-feminicidio-sao-mortas-por-armas-de-fogo/> >. Acesso em: 24 nov. 2025.

CEZAR, D. Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil, segundo IBGE. Dis- ponível em <https://www.fecop.seplag.ce.gov.br/2020/11/20/regiao-nordeste-possui-quase-meta- de-de-toda-a-pobreza-no-brasil-segundo-ibge/>. Acesso em 28 nov 2025

COLLING, Ana Maria. *Violência contra as mulheres – herança cruel do patriarcado*. Revista Diversidade e Educação, v. 8, n. Especial, p. 171-194, 2020. DOI: 10.14295/dev8iEspeciam10944.

FANNON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: Editora Da Universidade Federal Da Bahia, 2008.

FBSP. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025a.

_____. Relatório Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 5. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025b

GOLDSTEIN, P. **The drugs/violence nexus**: a tripartite conceptual framework. *Journal of drugs issues*, v. 15, n. 4, pp. 493-506. 1985

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>. Acesso em: 24 out. de 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: bipoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. 1 ed. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018.

ROCHA, R. L. **A guerra como forma de relação**: Uma análise das rivalidades violentas entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte. *Dilemas*, v. 8, n. 2, pp. 277-301. 2015

SILVEIRA NETO, R. da M., SILVA, D. F. C., & CAVALCANTI, F. M. (2023). ***The spatial association between drugs and urban violence: an analysis for the Metropolitan Region of Recife, Brazil***. *Spatial Economic Analysis*. doi:10.1080/17421772.2023.2186474

ZALUAR, A. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos recursos. *Dados*, v. 55, n. 2, pp. 325-364. 2012

4. SERTÃO

PARAIBANO

Neste capítulo apresentamos os dados sobre mortes violentas intencionais contra adolescentes e jovens na região do Sertão Paraibano no recorte temporal de 2015 à primeira metade de 2025, baseando-nos no mapeamento realizado pelo coronel e pesquisador Víniçius César de Moura Santana, no banco de dados da Paraíba, Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE, 2025), a partir do qual evidencia-se expressivamente que pessoas pardas e negras têm suas vidas ceifadas de forma recorrente. Assim, entre 2015 e o início de 2025, registrou-se que 5.559 adolescentes e jovens pardos vieram a óbito, bem como 180 adolescentes e jovens pretos no mesmo período.

Partindo dessa conjuntura, em um primeiro momento será apresentado o mapeamento do território sertanejo na Paraíba e, em seguida, serão analisados os crimes por microrregião, os instrumentos utilizados nesses homicídios e, na terceira etapa, o mapeamento por gênero dessas circunstâncias. Além disso, será realizada a identificação das mortes por raça/cor em cada microrregião do território citado.

No decorrer da análise da mesorregião, observamos que o conjunto de dados evidencia que a violência letal no Sertão Paraibano resulta de uma articulação complexa entre desigualdades históricas, sociais e econômicas. Isso explica a predominância de jovens negros entre as vítimas, visto que a violência não se distribui de forma aleatória, mas segue linhas estruturais e intencionais. Seguindo o argumento de Foucault (1976), a partir do conceito de racismo de estado, compreendemos que, por meio da variável raça, o poder estatal direciona seu exercício de poder como mecanismo de purificação social, ou seja: “o racismo está ligado ao funcionamento de um estado obrigado a se servir da raça, da eliminação das raças e da purificação da raça, para exercer seu poder soberano” (*op. cit.*, p. 230).

Articulado a esse pensamento, o conceito necropolítica, de acordo com as ideias de Mbembe (2018), revela como o poder estatal administra a morte ao transformar favelas, periferias, jovens negros e determinados territórios em zonas de mortes contínuas e naturalizadas. Esses jovens, convertidos em vidas nuas, como discutido por Agamben (2002), existem apenas biologicamente, destituídos de proteção política e, portanto, tornam-se matáveis a todo tempo e a qualquer custo em nome da ordem social e do poder estatal.

Diante desse cenário na mesorregião do Sertão Paraibano, torna-se indispensável compreender como essa violência se organiza no território. Assim, ao analisarmos a mesorregião, suas microrregiões e respectivos municípios conforme o quadro a seguir que contempla Cajazeiras, Catolé do Rocha, Itaporanga, Patos, Piancó, Serra do Teixeira e Sousa, teremos um panorama geral

do Sertão Paraibano, destacando a composição territorial e populacional com base nos dados do Censo (2022) do IBGE. Essa contextualização espacial permitirá, ao longo do relatório, compreender e categorizar os homicídios a partir das especificidades de cada microrregião e de seus municípios, evidenciando como as desigualdades econômicas, sociais e territoriais estruturam a distribuição da violência letal.

Quadro 1: Os municípios, número de habitantes, região metropolitana e microrregião

Nº	MUNICÍPIO	Nº DE HABITANTES	REGIÃO METROPOLITANA	MICRORREGIÃO
1	Água Branca	9.335	---	Serra do Teixeira
2	Aguiar	5.003	Vale do Piancó	Piancó
3	Aparecida	7.960	Sousa	Sousa
4	Areia de Baraúnas	2.005	Patos	Patos
5	Belém do Brejo do Cruz	6.268	---	Catolé do Rocha
6	Bernardinho Batista	3.504	Cajazeiras	Cajazeiras
7	Boa Ventura	5.207	Vale do Piancó	Itaporanga
8	Bom Jesus	2.286	Cajazeiras	Cajazeiras
9	Bom Sucesso	4.661	---	Catolé do Rocha
10	Bonito de Santa Fé	10.252	Cajazeiras	Cajazeiras
11	Brejo do Cruz	13.613	---	Catolé do Rocha
12	Brejo dos Santos	5.742	---	Catolé do Rocha
13	Cachoeira dos Índios	9.151	Cajazeiras	Cajazeiras
14	Cacimba de Areia	3.291	Patos	Patos
15	Cacimbas	7.223	Patos	Serra do Teixeira
16	Cajazeiras	62.239	Cajazeiras	Cajazeiras
17	Cajazeirinhas	2.740	---	Sousa
18	Carrapateira	2.312	Cajazeiras	Cajazeiras
19	Catingueira	4.491	Patos	Piancó
20	Catolé do Rocha	30.661	---	Catolé do Rocha
21	Conceição	18.260	Vale do Piancó	Itaporanga
22	Condado	6.451	Patos	Sousa
23	Coremas	14.683	Vale do Piancó	Piancó

24	Curral Velho	2.292	Vale do Piancó	Itaporanga
25	Desterro	8.067	Patos	Serra do Teixeira
26	Diamante	6.299	Vale do Piancó	Itaporanga
27	Emas	3.011	Patos	Piancó
28	Ibiara	5.631	Vale do Piancó	Itaporanga
29	Igaracy	5.648	Vale do Piancó	Piancó
30	Imaculada	10.392	---	Serra do Teixeira
31	Itaporanga	23.940	Vale do Piancó	Itaporanga
32	Jericó	7.516	---	Catolé do Rocha
33	Joca Claudino	2.539	Cajazeiras	Cajazeiras
34	Juru	9.234	---	Serra do Teixeira
35	Lagoa	4.415	---	Catolé do Rocha
36	Lastro	3.162	Sousa	Sousa
37	Mãe d'Água	3.583	Patos	Patos
38	Malta	6.046	Patos	Sousa
39	Manaíra	10.434	---	Serra do Teixeira
40	Marizópolis	6.705	Sousa	Sousa
41	Mato Grosso	2.543	---	Catolé do Rocha
42	Matureia	6.433	Patos	Serra do Teixeira
43	Monte Horebe	4.338	Cajazeiras	Cajazeiras
44	Nazarezinho	7.203	Sousa	Sousa
45	Nova Olinda	5.787	Vale do Piancó	Piancó
46	Olho d'Água	6.060	Vale do Piancó	Piancó
47	Passagem	2.463	Patos	Patos
48	Patos	103.165	Patos	Patos
49	Paulista	11.834	---	Sousa
50	Pedra Branca	3.739	Vale do Piancó	Itaporanga
51	Piancó	16.441	Vale do Piancó	Piancó
52	Poço Dantas	3.830	Cajazeiras	Cajazeiras
53	Poço de José de Moura	4.006	Cajazeiras	Cajazeiras

54	Pombal	32.473	---	Sousa
55	Princesa Isabel	21.114	---	Serra do Teixeira
56	Quixabá	1.743	Patos	Patos
57	Riacho dos Cavalos	8.493	---	Catolé do Rocha
58	Santa Cruz	5.947	Sousa	Sousa
59	Santa Helena	5.865	Cajazeiras	Cajazeiras
60	Santa Inês	3.227	Vale do Piancó	Itaporanga
61	Santa Teresinha	4.402	Patos	Patos
62	Santana de Mangueira	5.010	Vale do Piancó	Itaporanga
63	Santana dos Garrotes	6.569	Vale do Piancó	Piancó
64	São Bentinho	4.327	---	Sousa
65	São Bento	32.235	---	Catolé do Rocha
66	São Domingos	2.595	---	Sousa
67	São Francisco	3.137	Sousa	Sousa
68	São João do Rio do Peixe	17.964	Cajazeiras	Cajazeiras
69	São José da Lagoa Tapada	7.126	Sousa	Sousa
70	São José de Caiana	5.034	Vale do Piancó	Itaporanga
71	São José de Espinharas	4.083	Patos	Patos
72	São José de Piranhas	19.067	Cajazeiras	Cajazeiras
73	São José de Princesa	3.416	---	Serra do Teixeira
74	São José do Bonfim	3.242	Patos	Patos
75	São José do Brejo do Cruz	1.699	---	Catolé do Rocha
76	Serra Grande	2.942	Vale do Piancó	Itaporanga
77	Sousa	67.259	Sousa	Sousa
78	Tavares	14.101	---	Serra do Teixeira
79	Teixeira	14.631	Patos	Serra do Teixeira
80	Triunfo	9.892	Cajazeiras	Cajazeiras
81	Uiraúna	14.930	Cajazeiras	Cajazeiras

82	Vieirópolis	4.864	Sousa	Sousa
83	Vista Serrana	3.641	Patos	Sousa

Fonte: IBGE (2022)

Os dados habitacionais foram retirados diretamente do site do IBGE, do último censo (2022), pois os dados habitacionais do OpenStreetMap, no qual retiramos todas as cidades, regiões metropolitanas e microrregiões, não batiam com os do IBGE, então foi colocado os dados do IBGE, por ser uma fonte mais segura. Diante disso, o Sertão Paraibano conta com um total de 865.122 habitantes, divididos entre 83 municípios.

Quadro 2 - As microrregiões do Sertão Paraibano

Nº	MICRORREGIÃO	HABITANTES
1	Cajazeiras	172.175
2	Catolé do Rocha	117.846
3	Itaporanga	81.581
4	Patos	127.977
5	Piancó	67.693
6	Serra do Teixeira	114.380
7	Sousa	183.470

Fonte: IBGE (2022)

O Sertão Paraibano conta com 7 microrregiões.

Quadro 3 - As regiões metropolitanas do Sertão Paraibano

Nº	REGIÃO METROPOLITANA	HABITANTES
1	Cajazeiras	172.175
2	Patos	187.971
3	Sousa	113.363
4	Vale do Piancó	141.772

Fonte: IBGE (2022)

O Sertão Paraibano conta com 4 regiões metropolitanas, e os dados habitacionais daqui também foram somados de acordo com os dados populacionais do último censo do IBGE (2022). Portanto, os dados habitacionais foram pesquisados um a um e somados manualmente.

Quadro 4 - As microrregiões e os seus respectivos municípios

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO
Cajazeiras	Cajazeiras
	São João do Rio do Peixe
	Bonito de Santa Fé
	São José de Piranhas
	Cachoeira dos Índios
	Carrapateira
	Monte Horebe
	Triunfo
	Bernardino Batista

Fonte: IBGE (2022)

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO
Catolé do Rocha	Catolé do Rocha
	Bom Sucesso
	Belém do Brejo do Cruz
	Brejo dos Santos
	Jericó
	Lagoa
	Mato Grosso
	Riacho dos Cavalos
	São Bento
	São José do Brejo do Cruz

Fonte: IBGE (2022).

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO
Sousa	Sousa
	Aparecida
	Marizópolis
	Nazarezinho
	Santa Cruz
	São Francisco
	São José da Lagoa Tapada
	Vieirópolis
	Lastro

Fonte: IBGE (2022)

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO
Piancó	Piancó
	Aguiar
	Coremas
	Igaracy
	Nova Olinda
	Olho d'Água
	Santana dos Garrotes
	Santa Inês
	Pedra Branca
	Serra Grande

Fonte: IBGE (2022).

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO
Itaporanga	Itaporanga
	Conceição
	Boa Ventura
	Curral Velho
	Diamante
	Ibiara
	Santana de Mangueira

Fonte: IBGE (2022)

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO
Patos	Patos
	Santa Teresinha
	Malta
	Mãe d'Água
	Emas
	Quixabá
	Areia de Baraúnas
	Catingueira
	Cacimba de Areia
	São José do Bonfim
	São José do Sabugi
	Condado

Fonte: IBGE (2022)

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO
Teixeira	Teixeira
	Água Branca
	Cacimbas
	Desterro
	Imaculada
	Juru
	Manaíra
	Maturéia
	Princesa Isabel
	São José de Princesa
	Tavares

Fonte: IBGE (2022)

De acordo com os levantamentos populacionais do IBGE (2022), apresentados nas tabelas anteriores, o Sertão Paraibano é composto por 83 municípios distribuídos em sete microrregiões:

Cajazeiras, Catolé do Rocha, Itaporanga, Patos, Piancó, Serra do Teixeira e Sousa. Essa divisão foi utilizada como base territorial para o agrupamento dos dados.

A partir dos dados do Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE), PB, 2025, e da tabela geral elaborada Coronel pesquisador Santana (2025), as informações foram reorganizadas e apresentadas em novas tabelas e representações gráficas, com o objetivo de aprofundar a análise dos resultados.

Durante o processo de sistematização dos dados, foram identificadas inconsistências entre a tabela do NACE (2025) e a planilha elaborada pelo Coronel pesquisador Santana (2025) a partir do mesmo banco de dados. Em alguns municípios, por exemplo, o NACE registrava a ocorrência de 1 ou 2 óbitos em determinados anos, enquanto a planilha derivada apresentava registro igual a zero para os mesmos períodos. Essa divergência demandou um exame minucioso das fontes e uma revisão criteriosa no tratamento das informações, tornando-se necessário reconstruir quadros e tabelas, garantindo maior precisão na contagem de óbitos e na identificação de seus respectivos motivos associados.

Os dados retirados de fontes oficiais, estão com a fonte indicada, os que foram produzidos ao longo desta pesquisa, deixamos em aberto para não sermos repetitivos ao dizer: fonte própria 2025.

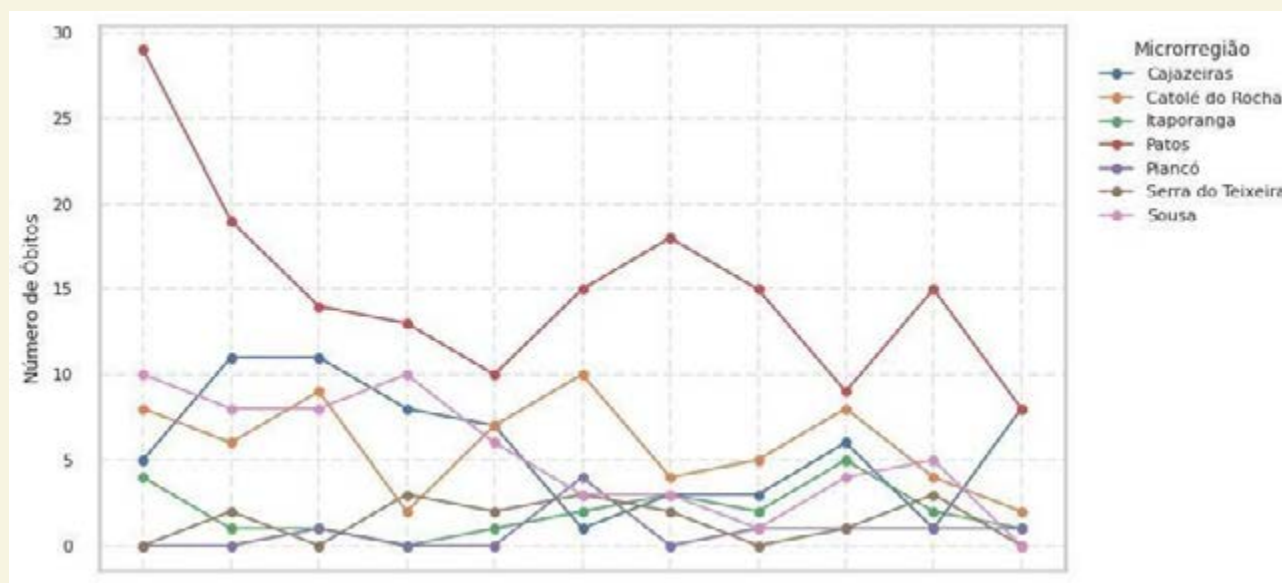
4.1 Mortes por cada município das microrregiões (2015 – 2025)

O gráfico apresentado a seguir traz a evolução do número de óbitos de jovens, com idade entre 12 e 29 anos, registrados nas microrregiões do Sertão Paraibano entre 2015 e 2025. As variações espaciais são indicadas por diferentes tonalidades, nas quais as áreas mais intensas correspondem aos maiores índices de mortalidade ao longo do período analisado. **Observamos uma tendência de concentração desses óbitos em determinadas microrregiões, especialmente nas regiões de Patos e Sousa.** Em contrapartida, outras áreas apresentam redução ou estabilidade nos registros, o que pode estar relacionado tanto a dinâmicas populacionais quanto à possibilidade de subnotificação.

Vale salientar que a discussão sobre esses óbitos, nas microrregiões e em seus municípios, requer uma compreensão que ultrapassa a dimensão meramente biológica do morrer. Para grande parte da população negra e parda, majoritariamente localizada em territórios periféricos, a morte não se inicia no momento do óbito, mas se inscreve como condição estrutural desde o nascimento. As desigualdades históricas, o racismo institucional e a privação de direitos configuram um cenário em que esses sujeitos são produzidos pelo maquinário estatal em situação constante de vulnerabilidade, expressão da necropolítica: a gestão desigual da vida e da morte (Mbembe, 2018).

Portanto, os óbitos não surgem nesta análise apenas como uma contagem de eventos fatais. Diante disso, torna-se necessário reconhecer que esses corpos são expostos a condições societárias, econômicas e políticas que os colocam em posição de morte social antecipada. Como argumenta Kilomba (2019, p. 56) “[...] no racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão ‘fora do lugar’ e, por essa razão, corpos que não podem pertencer”. Essa impossibilidade de pertencimento funciona como mecanismo de higienização social, legitimando práticas de violência contínuas (Marques, 1994). Dessa forma, o óbito se apresenta como a materialização última de um processo persistente de marginalização, que incide de maneira seletiva sobre a população negra e parda deste país.

Gráfico 1 – Evolução dos óbitos (2015 a 2025) nas microrregiões do Sertão da Paraíba



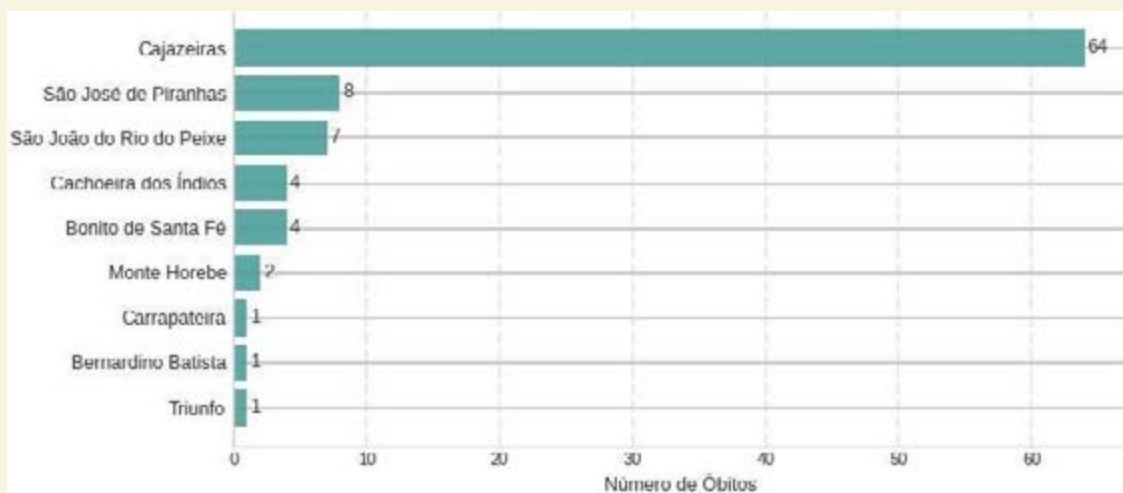
Fonte: NACE, PB (2025)

Cabe destacar que, em alguns municípios e anos específicos, os registros de óbitos aparecem com valor zero, o que pode indicar tanto a ausência de notificações oficiais quanto a possibilidade de subnotificação no período analisado. Isso demonstra que a subnotificação continua sendo um dos principais fatores de distorção, pois os dados registrados e reportados sobre determinada situação nem sempre correspondem ao número real de casos, especialmente quando se trata de violência, articulada a fatores estruturais, sociais e institucionais.

4.1.1 Panorama dos óbitos totais nas microrregiões do Sertão Paraibano (2015 a 2025)

Os gráficos apresentados nesta parte do texto permitem observar a distribuição e o comportamento dos óbitos registrados nas diferentes microrregiões ao longo do período analisado. De forma comparativa, é possível identificar tendências, oscilações, padrões e discrepâncias entre cada território. Isto pode estar associado ao número de habitantes, às relações sociais e à taxa de criminalidade em cada região, que pode diferir uma da outra.

Gráfico 2 – Óbitos totais (2015 a 2025) da microrregião de Cajazeiras

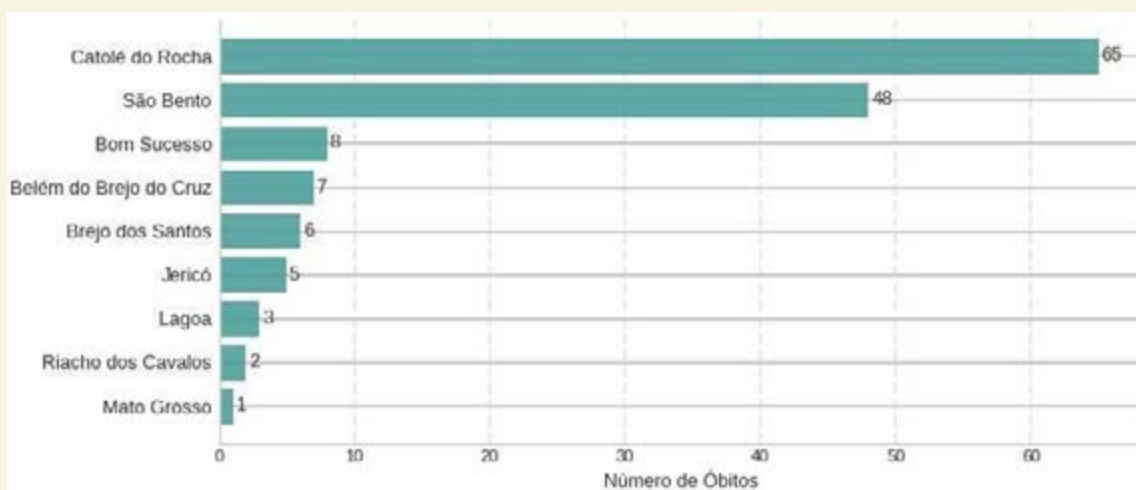


Fonte: NACE, PB (2025)

O gráfico evidencia uma concentração maior de óbitos em Cajazeiras, que registra 64 ocorrências, enquanto os demais municípios oscilam entre 1 e 8 registros. Assim, Cajazeiras se destaca de forma expressiva, apresentando número de óbitos oito vezes maior que o segundo município.

São José de Piranhas e São João do Rio do Peixe ocupam posições intermediárias, enquanto os demais municípios mantêm um padrão de registros reduzidos.

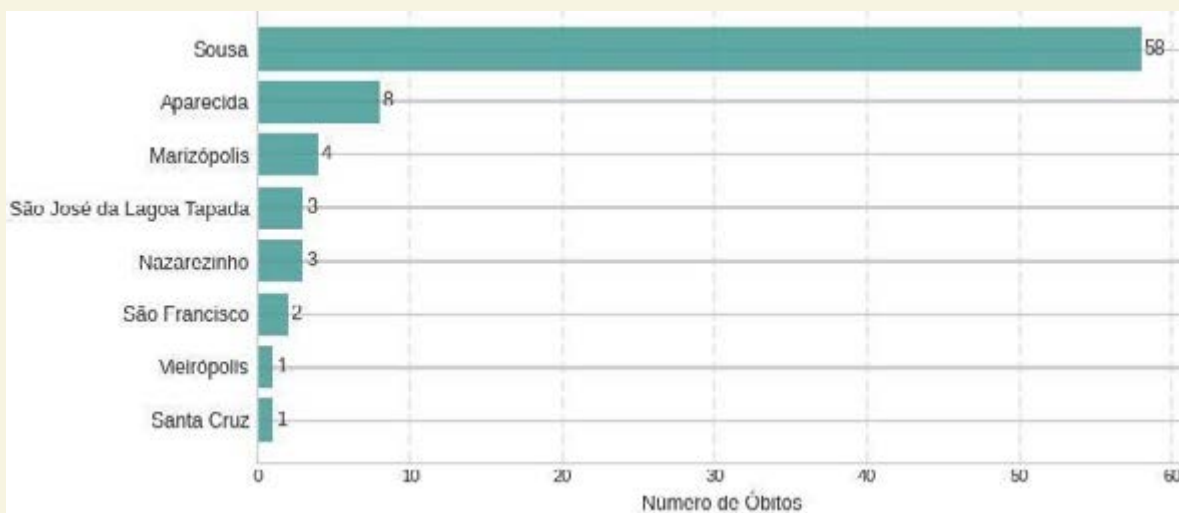
Gráfico 3 - Óbitos totais (2015 a 2025) da microrregião de Catolé do Rocha



Fonte: NACE, PB (2025)

Observa-se uma oscilação mais distribuída que em Cajazeiras, porém ainda com forte concentração em dois municípios: Catolé do Rocha, com 65 óbitos, e São Bento, com 48. Os demais municípios variam moderadamente entre 1 e 8 registros.

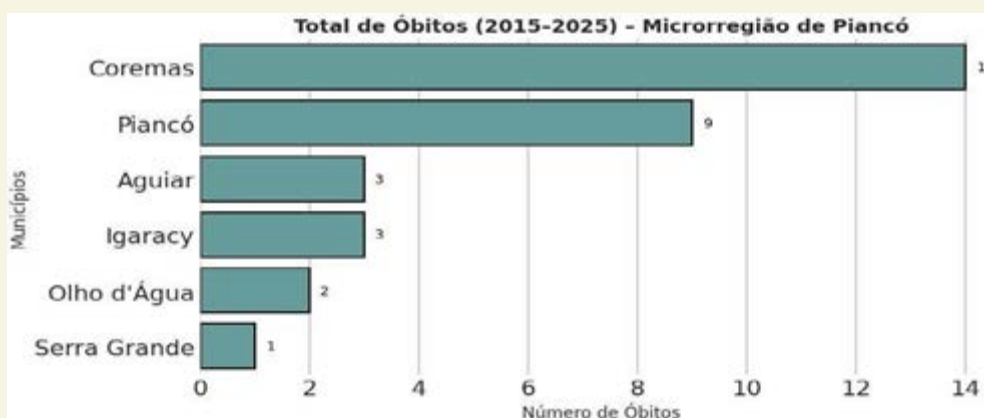
Gráfico 4 – Óbitos totais (2015 a 2025) da microrregião de Sousa



Fonte: NACE, PB (2025)

O gráfico evidencia Sousa como município de maior incidência, com 58 óbitos, seguido por Aparecida, com 8. Os demais municípios variam entre 1 e 4 registros.

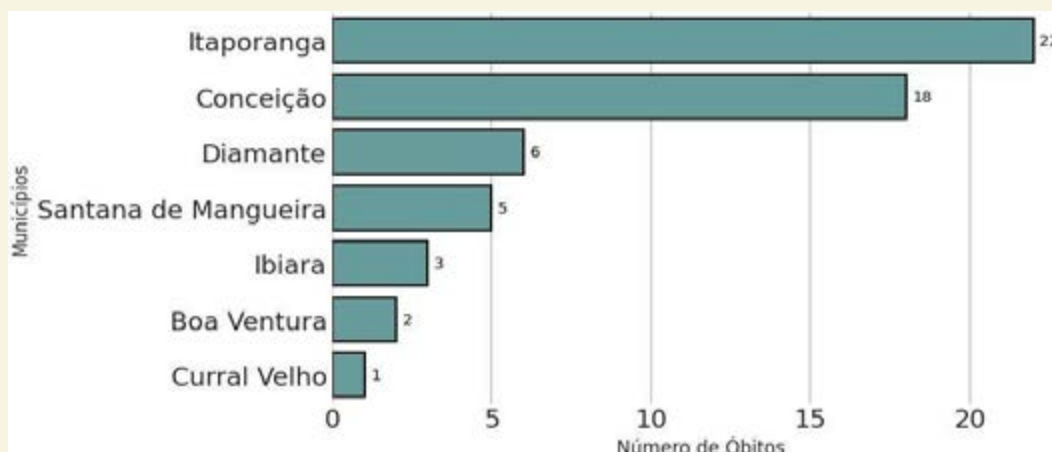
Gráfico 5 – Óbitos totais (2015 a 2025) da microrregião de Piancó



Fonte: NACE, PB (2025)

Coremas assume a liderança com 14 óbitos, seguido de Piancó, com 9. Observa-se uma concentração moderada entre esses dois polos principais, enquanto os demais municípios apresentam registros significativamente menores (3, 3, 2, 1).

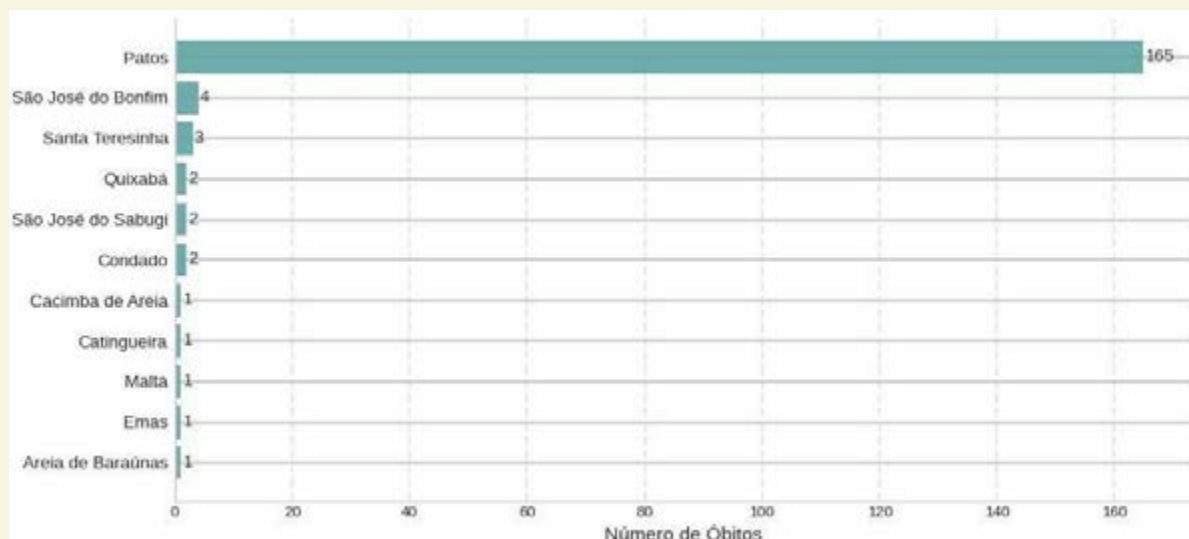
Gráfico 6 – Óbitos totais (2015 a 2025) da microrregião de Itaporanga



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião de Itaporanga apresenta um padrão de concentração moderado, menos acentuado que Cajazeiras e Catolé do Rocha. Itaporanga e Conceição registram a maior parte dos óbitos, com diferença mínima entre si, indicando certa estabilidade interna em comparação às demais microrregiões.

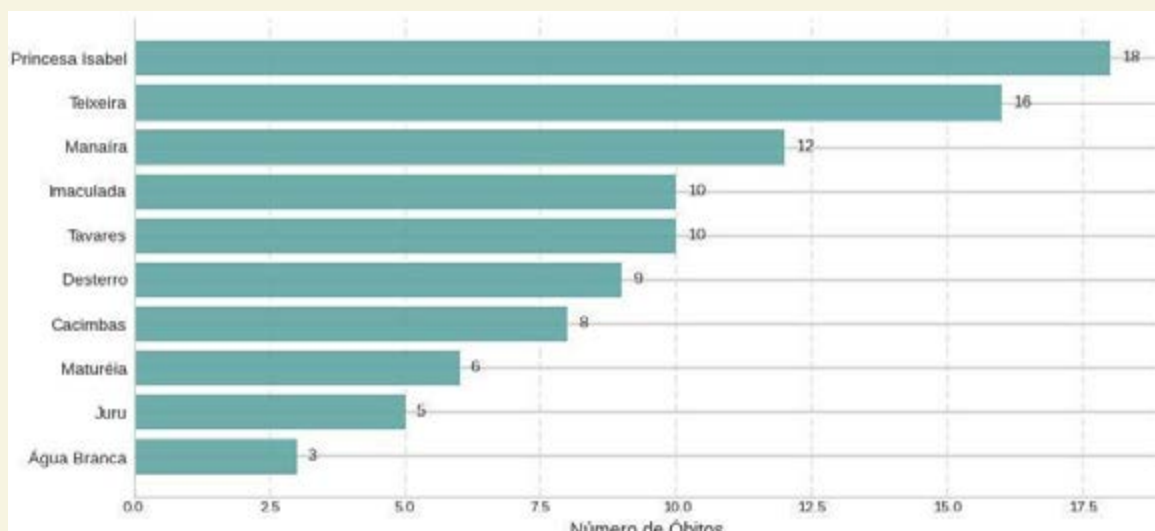
Gráfico 7 – Óbitos totais (2015 a 2025) da microrregião de Patos



Fonte: NACE, PB (2025)

Na microrregião de Patos observa-se o padrão mais concentrado entre todas as regiões analisadas, totalizando 165 óbitos, valor superior ao registrado em qualquer outra microrregião. Os demais municípios apresentam números expressivamente menores, variando entre 1 e 4 registros.

Gráfico 8 – Óbitos totais (2015 a 2025) da microrregião de Serra do Teixeira



Fonte: NACE, PB (2025)

Na microrregião de Teixeira observa-se uma distribuição mais equilibrada dos óbitos, com valores próximos entre si. Destacam-se Princesa Isabel, com 18 óbitos, e Teixeira, com 16. No recorte temporal referente ao panorama dos óbitos totais nas microrregiões (2015–2025), observa-se de modo geral certa irregularidade nas ocorrências, com picos em anos específicos (2016, 2020 e 2023), possivelmente associados a fatores externos, como mudanças na dinâmica populacional, contextos socioeconômicos e períodos críticos de saúde pública, a exemplo da pandemia, além de confrontos policiais¹⁴ e outros eventos de impacto social.

A análise espacial evidencia padrões de concentração, tendências, oscilações e dispersão das mortes. As áreas mais densamente povoadas como Patos, Cajazeiras, Sousa e Catolé do Rocha, tendem a registrar os maiores índices absolutos.

14 Confrontos policiais são confrontos entre criminosos e a polícia, mas que, infelizmente, respalda na vida da sociedade civil, que sofre com estes confrontos uma vez que eles podem acontecer em qualquer espaço sem aviso prévio (Palma, 2020). Segundo Gil Alessi (2016), do site El País, “de 2013 para 2014 houve um aumento de mais de 40% nos confrontos com a polícia, o que mostra que a criminalidade está mais violenta” (n.p.).

4.2 Instrumentos utilizados nos homicídios: Qualificação e Tipificação dos tipos de Homicídio conforme os códigos do CID (Classificação Internacional de Doenças)

Nesta seção dedicada aos instrumentos, busca-se compreender de forma mais aprofundada quais meios de agressão têm predominado nos eventos letais registrados nas microrregiões e municípios analisados. A identificação dos instrumentos como armas de fogo, objetos cortantes ou perfurocortantes, entre outros, permite revelar não apenas a natureza da violência praticada, mas também os padrões estruturais que atravessam esses territórios, influenciando diretamente os índices de letalidade.

Ao considerar os dados obtidos entre 2015 e 2025, torna-se possível observar tendências persistentes, como a predominância das armas de fogo e a relevância dos instrumentos cortantes em conflitos interpessoais, evidenciando diferenças e convergências que ajudam a explicar a dinâmica local da violência. Assim, esta seção fornece a base necessária para interpretar os gráficos apresentados e para contextualizar, de maneira crítica, o papel dos instrumentos na conformação dos padrões de criminalidade letal na região.

Desse modo, inicialmente, tanto a tabela quanto o gráfico apresentam dados agregados pelas microrregiões (Cajazeiras, Catolé do Rocha, Itaporanga, Patos, Piancó, Serra do Teixeira e Sousa), referentes à qualificação dos tipos de homicídio segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID)

Quadro 5- Instrumentos utilizados a partir do CID na macrorregião do Serão Paraibano entre 2015 e 2025

Microrregião	Instrumento mais usado	Nº de Ocorrências	CID	Instrumento menos usado	Nº de Ocorrências	CiD
Cajazeiras	Arma de Fogo	39	X 93	Asfixia	1	X 91
Católé do Rocha	Arma de Fogo	78	X 93	Incêndio	1	X 97
Itaporanga	Arma de Fogo	25	X 93	Arma Branca	1	X 99
Patos	Arma de Fogo	144	X 93	Branca e Fogo	1	X 99 / X 97
Piancó	Arma de Fogo	10	X 93	Arma Branca	3	X 99
Serra do Teixeira	Arma de Fogo	15	X 93	Arma Branca	2	X 99
Sousa	Arma de Fogo	59	X 93	Pedradas	1	Y00

CID – CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS:

- CID X93 – Agressão por disparo de arma de fogo de mão
- CID X91 – Agressão por enforcamento, estrangulamento ou sufocação
- CID X97 – Agressão por meio de fumaça, fogo e chamas
- CID X99 – Agressão por objeto cortante ou penetrante
- CID Y00 – Agressão por meio de objeto contundente

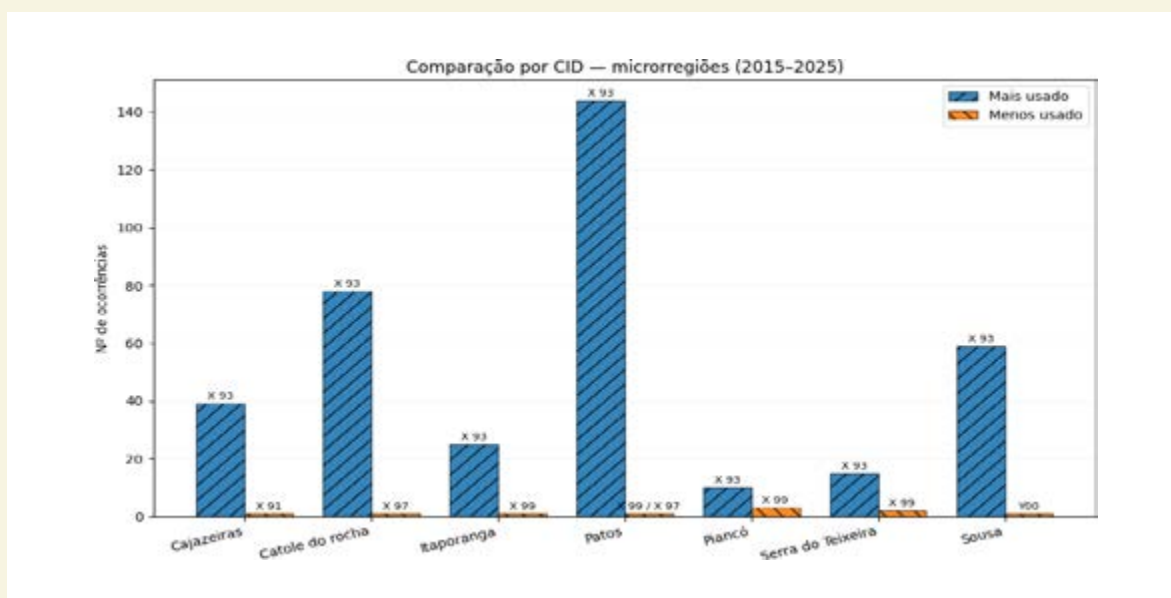
Exemplos de instrumentos utilizados para cada CID:

- CID X93 – Revólveres, pistolas e demais armas de fogo de mão.
- CID X91 – Cordas, fios, lençóis, cabos e uso das mãos.
- CID X97 – Explosões, incêndios provocados, uso de combustível inflamável.
- CID X99 – Facas, facões, estiletos, pedaços de vidro, ferramentas cortantes.
- CID Y00 – Pedras, barras de metal, martelos, paus e objetos contundentes.

4.3 Gráfico: comparação das microrregiões por cid: maior e menor incidência

O gráfico demonstra que o instrumento de maior incidência nas microrregiões corresponde ao CID X93, relacionado a agressões por arma de fogo de mão. Já os de menor incidência são CID X91, CID X97, CID X99 e CID Y00, conforme descrito anteriormente.

Gráfico 9 – Comparação por CID: microrregiões (2015 a 2025)



Fonte: NACE, PB (2025)

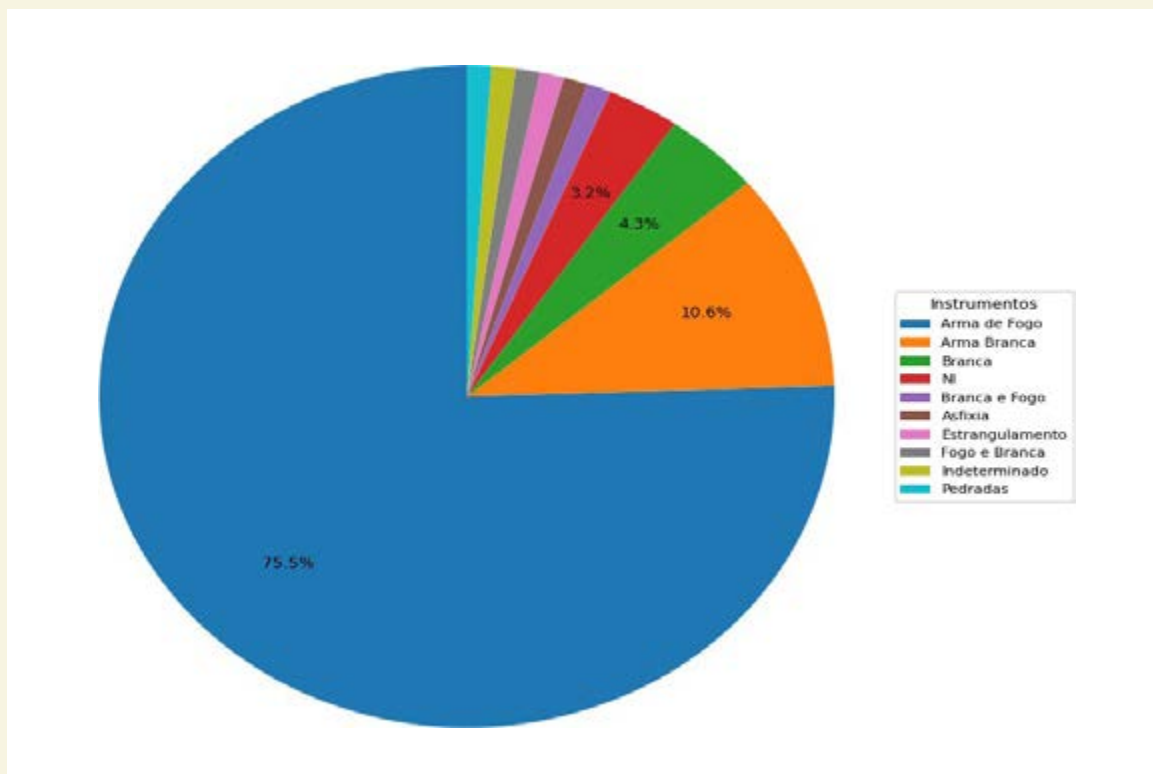
4.4 Gráficos: distribuição dos instrumentos por municípios e microrregiões (2015 -2025)

Os gráficos em forma de pizza, representam a proporção total de instrumentos e armas utilizados, somados entre os municípios das microrregiões de Cajazeiras, Catolé do Rocha, Itaporanga, Patos, Piancó, Serra do Teixeira e Sousa, permitindo observar o comportamento regional de forma integrada.

A distribuição ilustrada evidencia quais instrumentos aparecem com maior frequência nesses territórios, possibilitando identificar padrões de uso, contrastes entre microrregiões e a centralidade de determinados meios de agressão na dinâmica da violência letal. Essa representação visual amplia a compreensão sobre a prevalência de objetos cortantes ou outros instrumentos, além da permanência da arma de fogo como instrumento de maior incidência nos casos de homicídios.

Conforme descrito pelo Anuário de Segurança Pública (2023), embora o ano de 2023 tenha apresentado a segunda menor quantidade anual de CVLI da série histórica da violência na Paraíba, ainda assim 84% dos homicídios foram cometidos com arma de fogo, configurando o maior percentual dos últimos anos. Tal cenário revela que, mesmo em um período de queda numérica das ocorrências, a letalidade permanece centrada na utilização desse instrumento, reforçando tanto a persistência de sua circulação quanto o papel central que exerce na dinâmica dos emaranhados fios que sustentam os atos de violência letal.

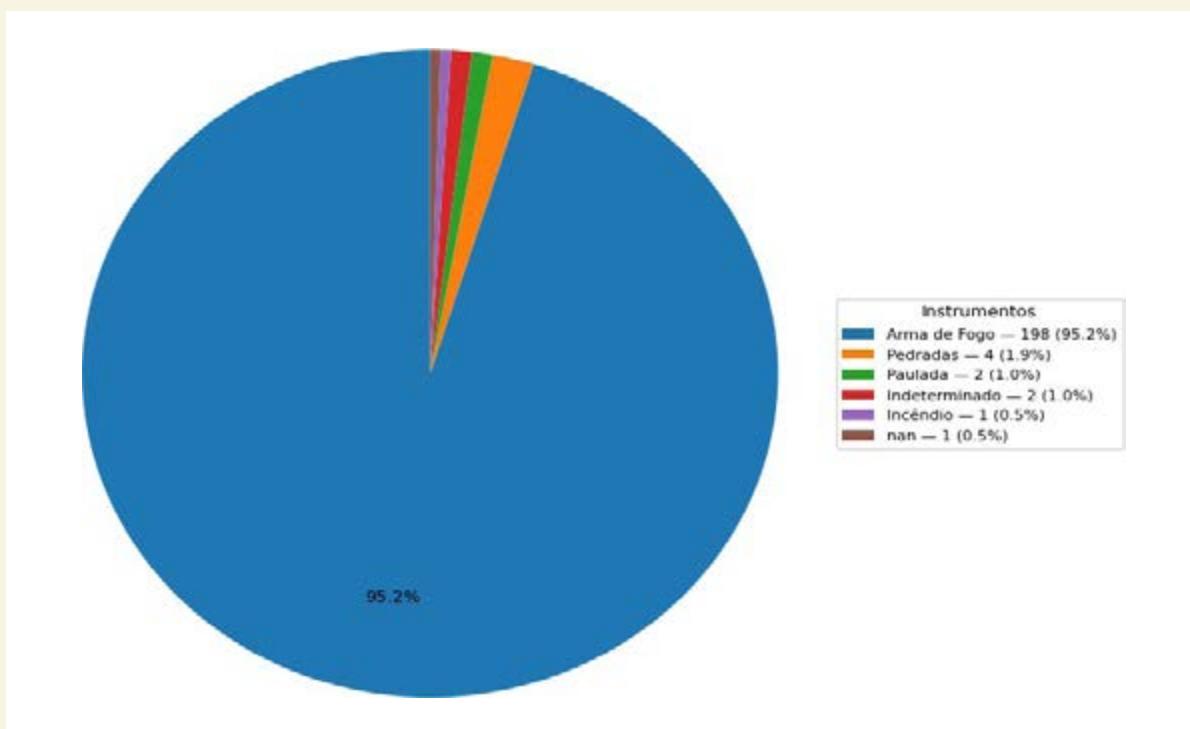
Gráfico 10 – Instrumentos na microrregião de Cajazeiras (2015 -2025)



Fonte: NACE, PB (2025)

CID X 93 - Agressão disparo de arma de fogo de mão, corresponde ao maior número de óbitos, seguido do CID X 99 - Agressão por objeto cortante ou penetrante.

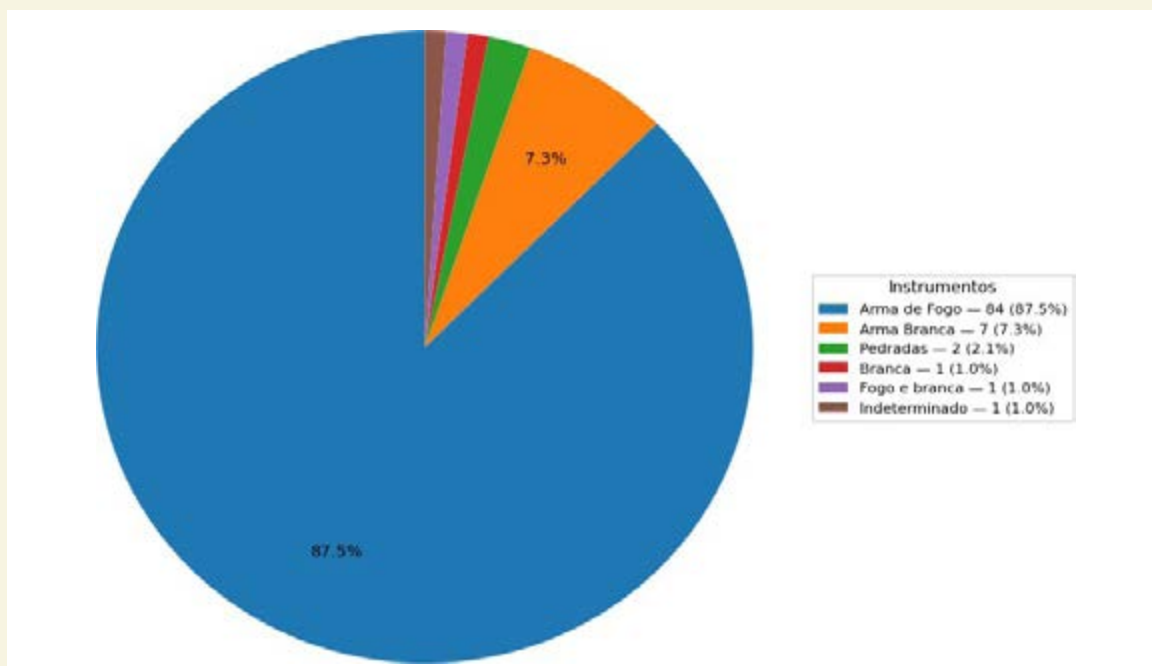
Gráfico 11 – Instrumentos na microrregião de catolé do Rocha (2015 -2025)



Fonte: NACE, PB (2025)

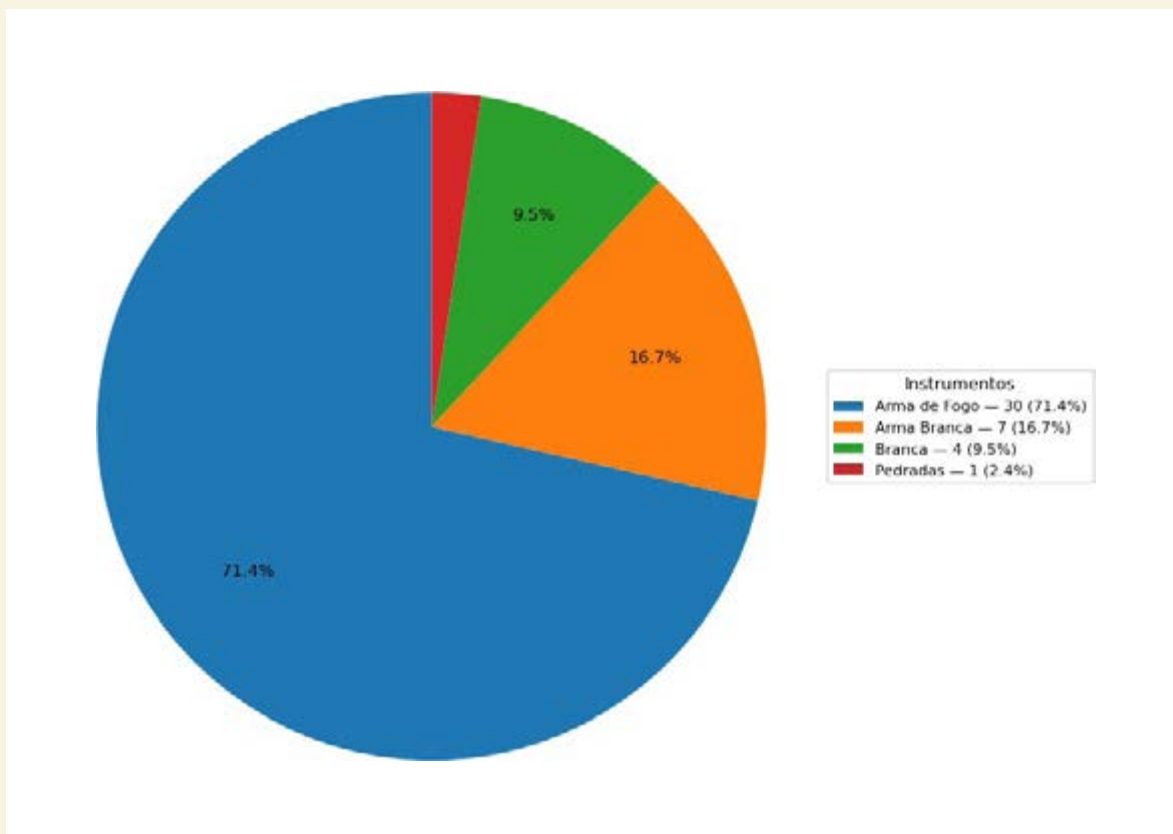
CID X 93 - Agressão disparo de arma de fogo de mão, corresponde ao maior número de óbitos, seguido do CID Y00 - Agressão por meio de um objeto contundente.

Gráfico 12 - Instrumentos na microrregião de Sousa (2015 -2025)



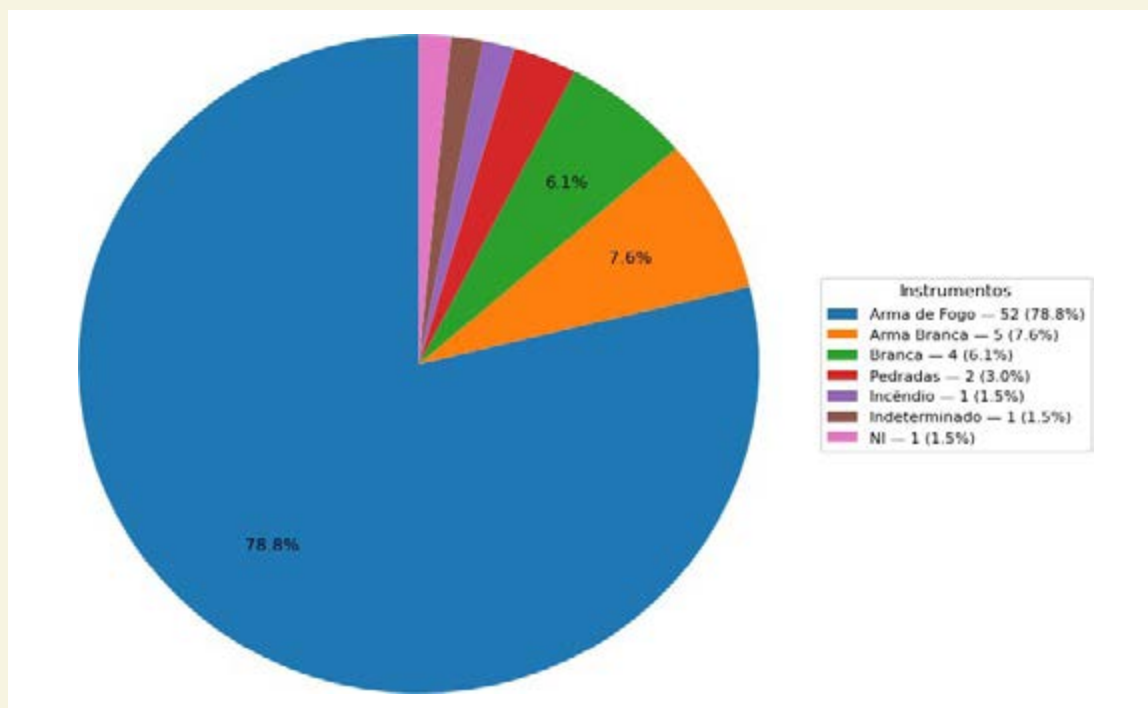
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 13 - Instrumentos na microrregião de Piancó (2015 -2025)



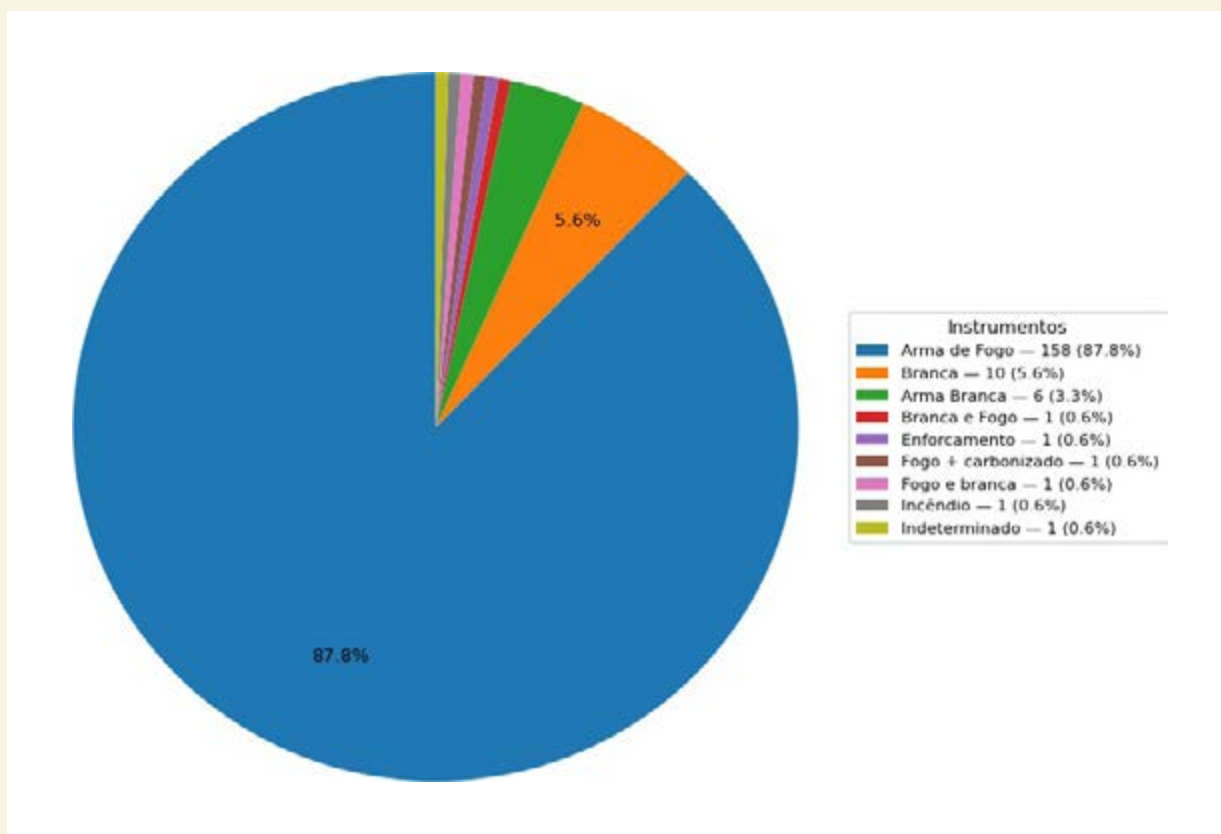
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 14 – Instrumentos na microrregião de Itaporanga (2015 -2025)



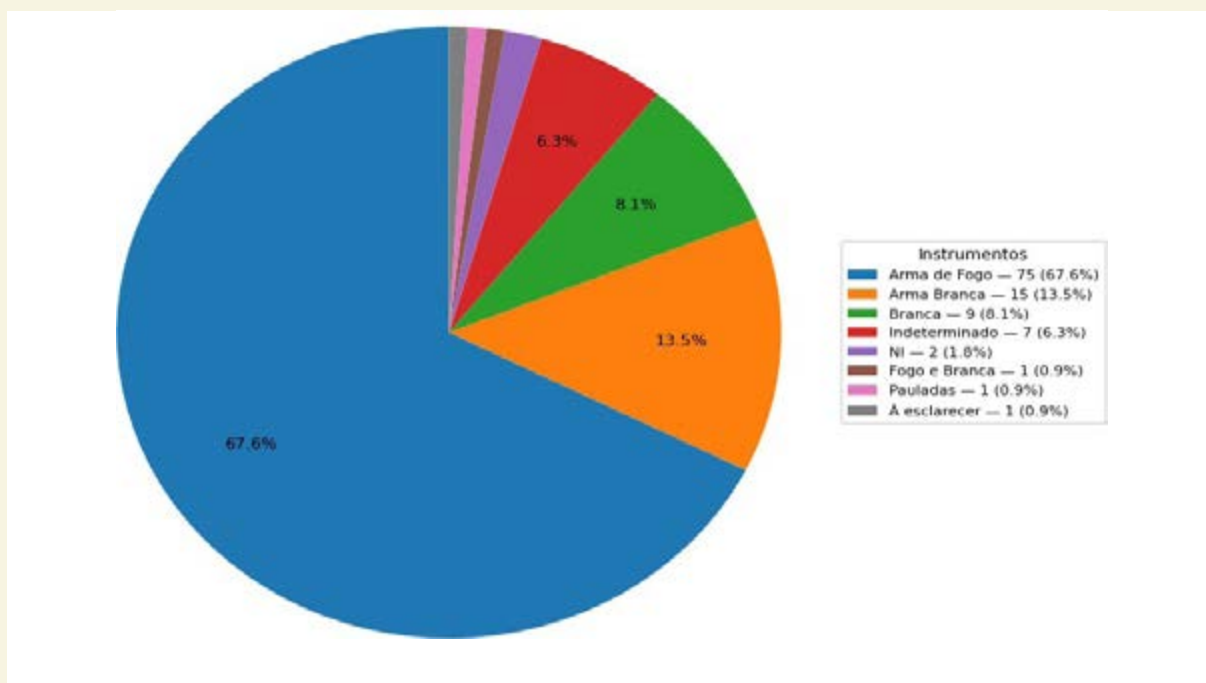
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 15 - Instrumentos na microrregião de Patos (2015 -2025)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 16 - Instrumentos na microrregião de Teixeira (2015 -2025)



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião de Sousa, Piancó, Itaporanga, Patos e Teixeira correspondem ao mesmo padrão de incidência dos instrumentos utilizados em Cajazeiras. Ou seja, CID X 93 - Agressão disparo de arma de fogo de mão, corresponde ao maior número de óbitos, seguido do CID X 99 - Agressão por objeto cortante ou penetrante.

4.5 Perfil: número de óbitos relacionados ao gênero feminino e ao gênero masculino

A partir daqui, será iniciada a análise das mortes violentas de adolescentes e jovens entre 2015 e 2025 no Sertão Paraibano pela distinção de gênero. É importante salientar que o Brasil é um país de cultura misógina e machista, que perpassa a anos estas práticas pela sociedade desde o período colonial (Priore, s.d.). Como destaca Dutra (2005 *apud* Wanderley *et al*, 2010, p. 1), “o Brasil tem altos índices de violência urbana, doméstica, familiar e violência contra a mulher”.

No Sertão Paraibano essa cultura acaba por ser ainda mais forte, devido seu processo histórico, Brasil (2021) traz Miriam Oliveira, atuante do Coletivo Mulheres a Bessa [*sic*], que atualmente possui 5 anos de existência e atua no Sertão da Paraíba. O site aborda algumas falas de Miriam que são pertinentes a realidade sertaneja:

[...] o coletivo iniciou debates na cidade acerca das violências praticadas contra as mulheres. No entanto, elas enfrentam diversas dificuldades, inclusive da própria comunidade em aceitar a atuação do grupo. “Quando começamos nossas ações nos vimos atadas de diversas formas: a falta de recursos, a inabilidade institucional, a sobrecarga de responsabilidades entre as mulheres, a ridicularização que partia da própria comunidade para nos conter e algumas parceiras não tinham o apoio familiar para prosseguir”, conta a jovem. Miriam argumenta que os estereótipos em torno do Sertão e a conjuntura política também são entraves para que haja discussões em torno das estruturas patriarcais. “Há uma política de empobrecimento do Sertão desde que este pedaço de chão foi nomeado, não ocorre apenas pela ridicularização da imagem, como também pela falta de recursos para que possamos estabelecer essas discussões”, explica. Ainda assim, o coletivo continua com reuniões pontuais e pretende começar um grupo de estudos (Brasil, 2021, n.p.).

A partir dos dados a seguir, podemos visualizar a mortalidade violenta no Sertão Paraibano e como é possível perceber essas disparidades de gênero, a qual muitas vezes homens por envolvimento em crimes e/ou brigas, enquanto mulheres são mortas pelo simples fato de ser o que é: mulher.

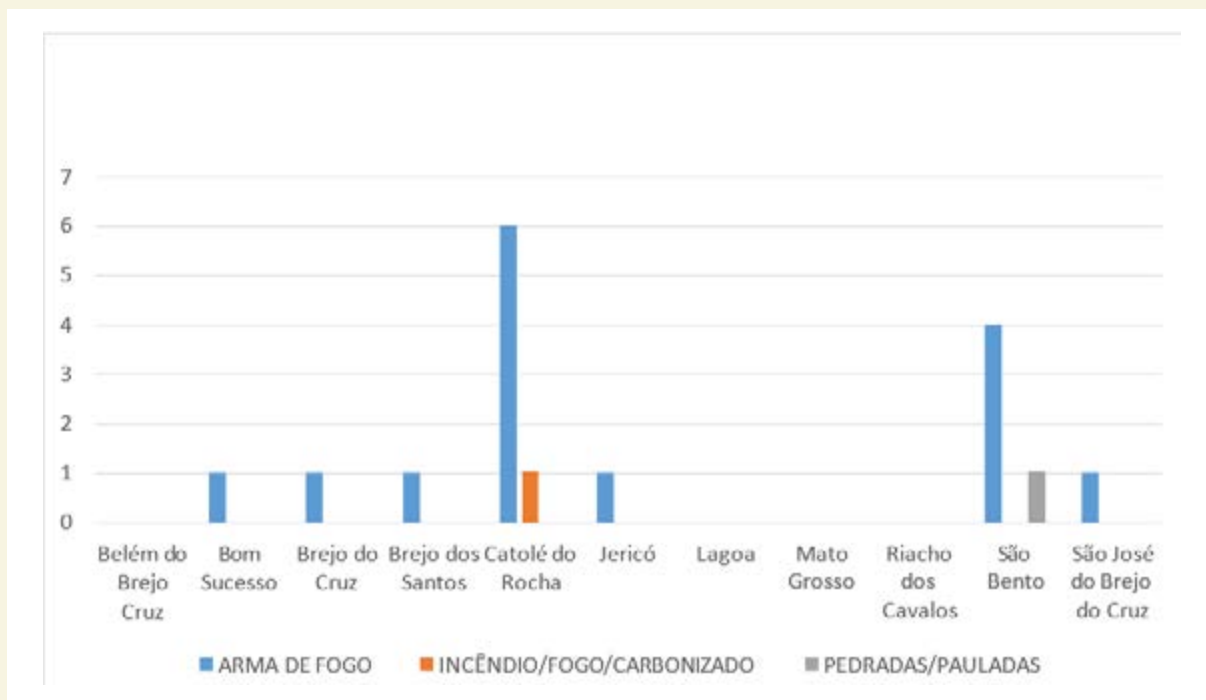
Mostraremos os óbitos, considerando as variáveis de idade, instrumento utilizado e se houve confronto contra polícia ou em presídio, isso, detalhadamente em cada microrregião. Após a exposição em quadro, cada microrregião será representada também com uma tabela,

Quadro 6 – Óbitos relacionados ao Gênero feminino na Microrregião do Catolé do Rocha

MUNICÍPIO	IDADE	INTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Belém do Brejo Cruz				
Bom Sucesso	25 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Brejo do Cruz	24 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Brejo dos Santos	28 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Católé do Rocha	17 anos (1) 18 anos (2) 20 anos (1) 24 anos (1) 26 anos (1) 29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (6) In- cêndio/X97 (1)		7
Jericó	26 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Lagoa				
Mato Grosso				
Riacho dos Cavalos				
São Bento	16 anos (1) 17 anos (1) 20 anos (1) 26 anos (1) 28 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (4) Pe- dradas/Y00 (1)		5
São José do Brejo do Cruz	27 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
				TOTAL GERAL 17

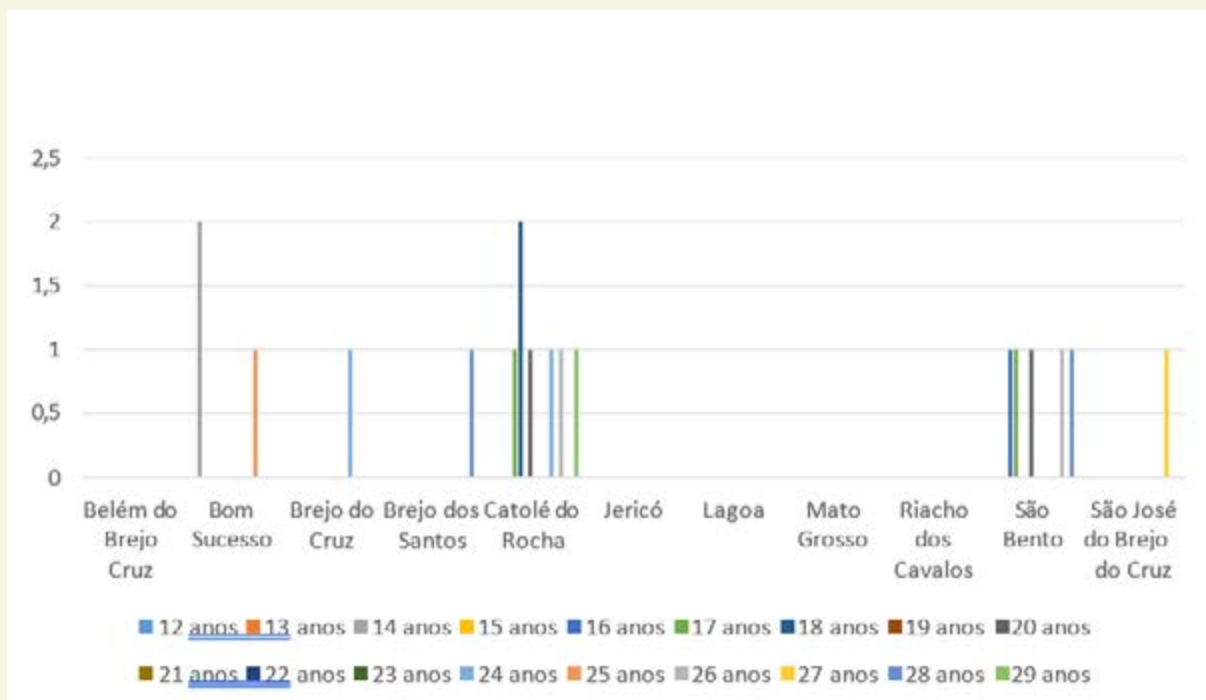
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 17 - Óbitos femininos da microrregião do Catolé do Rocha (instrumentos)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 18 - Óbitos femininos na microrregião do Catolé do Rocha (idade)



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião do Catolé do Rocha contou com o total de 17 óbitos femininos, sendo o Catolé do Rocha o município com mais óbitos, contabilizando 7.

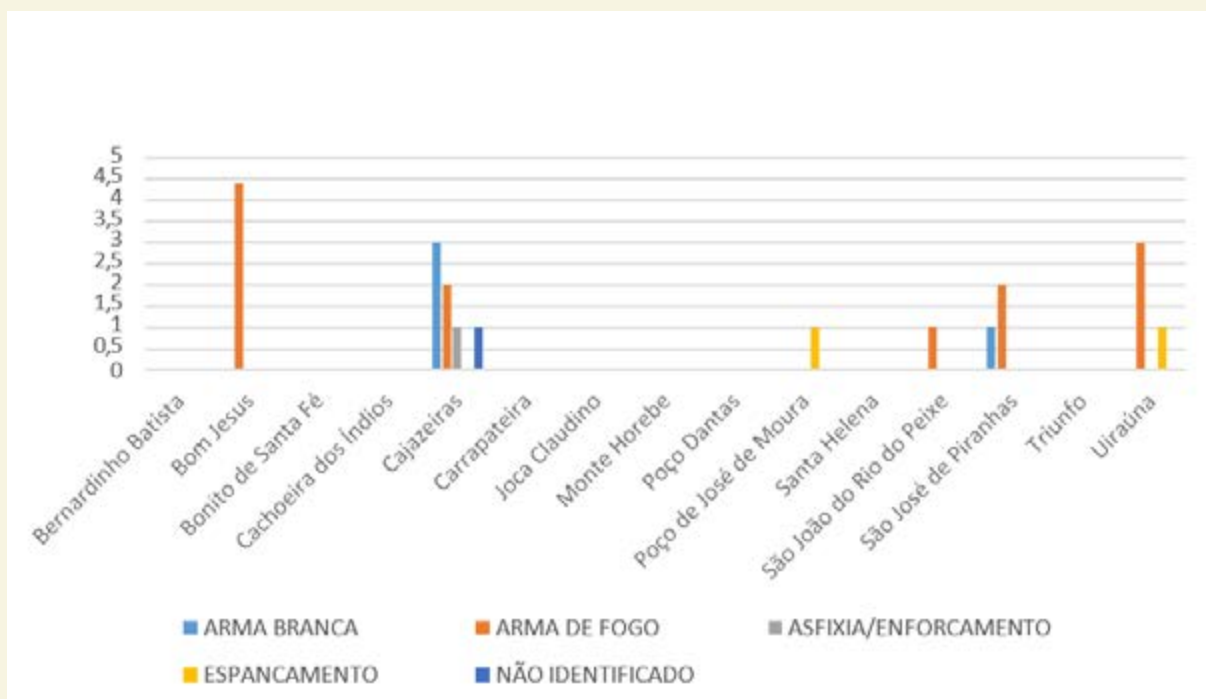
Quadro 7 – Óbitos relacionados ao Gênero feminino na Microrregião de Cajazeiras

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Bernardinho Batista				
Bom Jesus				
Bonito de Santa Fé				
Cachoeira dos Índios				
Cajazeiras	20 anos (1) 21 anos (1) 23 anos (1) 25 anos (1) 26 anos (2) 28 anos (1)	Arma Branca/X99 (3) Arma de Fogo/X93 (2) Asfixia/X91 (1) Não Identificado (1)		7
Carrapateira				
Joca Claudino				
Monte Horebe				
Poço Dantas				
Poço de José de Moura	28 anos (1)	Espancamento/Y04 (1)		1
Santa Helena				
São João do Rio do Peixe	21 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
São José de Piranhas	23 anos (1) 24 anos (1) 27 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (2)		3
Triunfo				

Uiraúna	20 anos (1) 23 anos (1) 25 anos (1) 26 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (3) Es- pancamento/Y04 (1)		4
				TOTAL GERAL 16

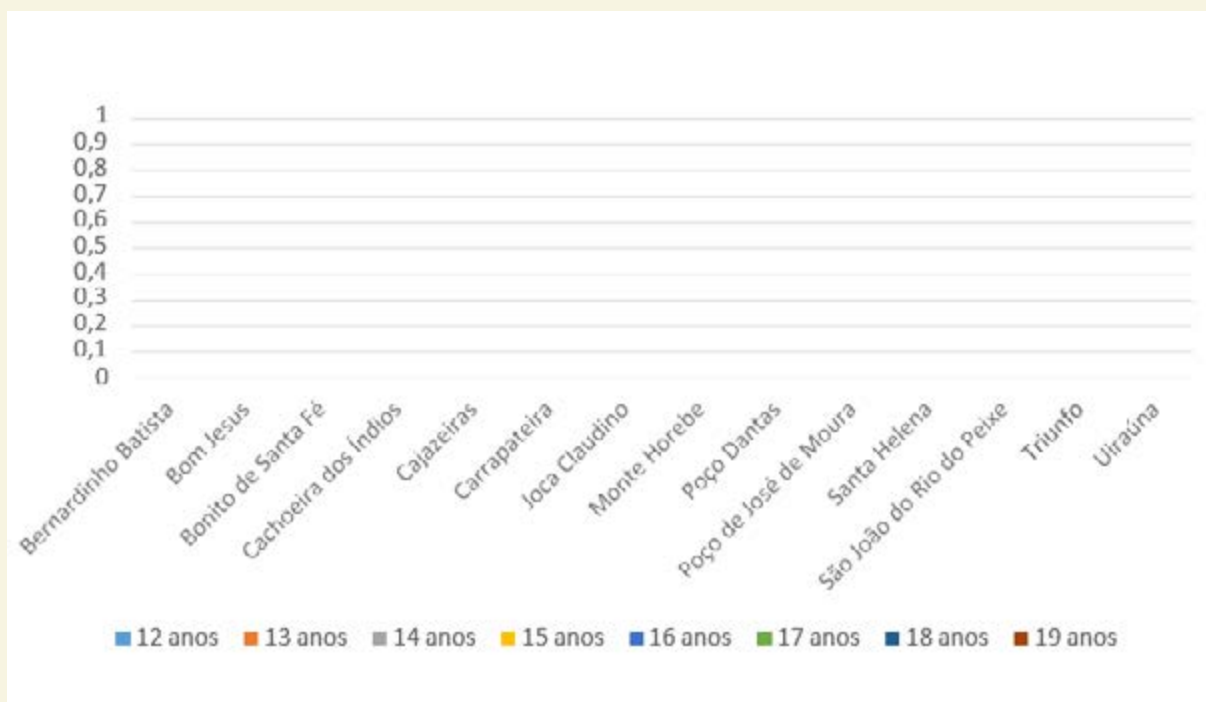
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 19 - Óbitos femininos na microrregião de Cajazeiras (instrumento)



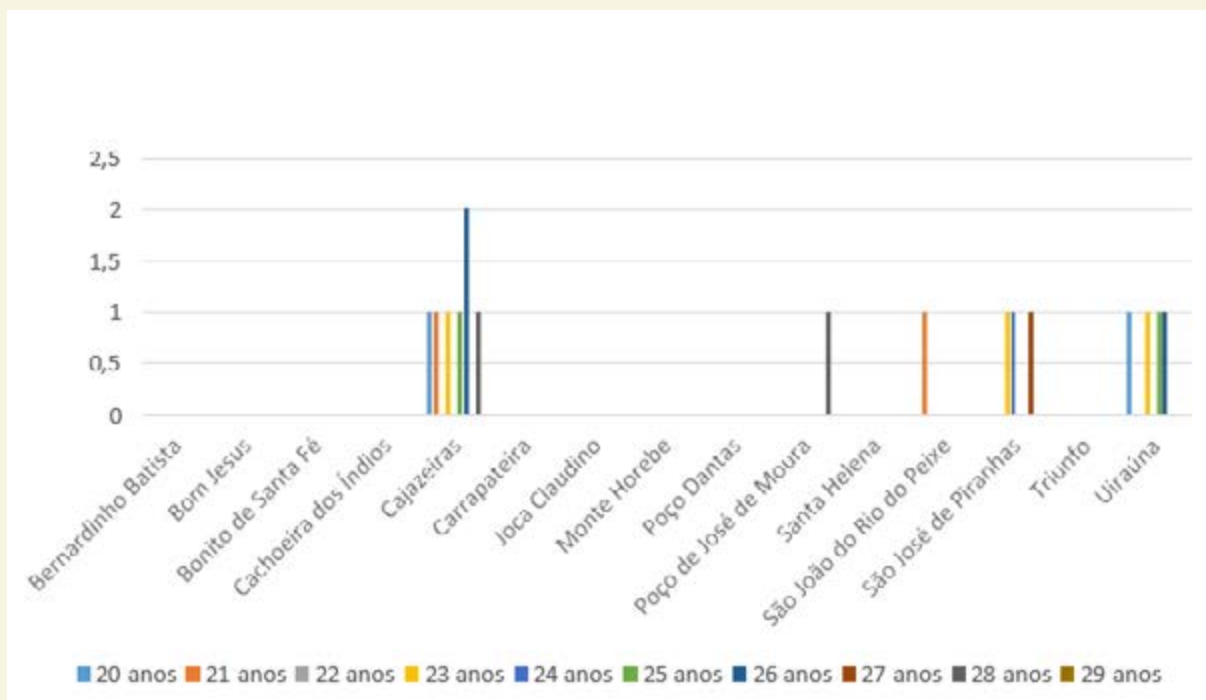
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 20 - Óbitos femininos na microrregião de Cajazeiras (idade/ 12 a 19 anos)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 21 - Óbitos femininos na microrregião de Cajazeiras (idade/ 20 a 29 anos)



Fonte: NACE, PB (2025)

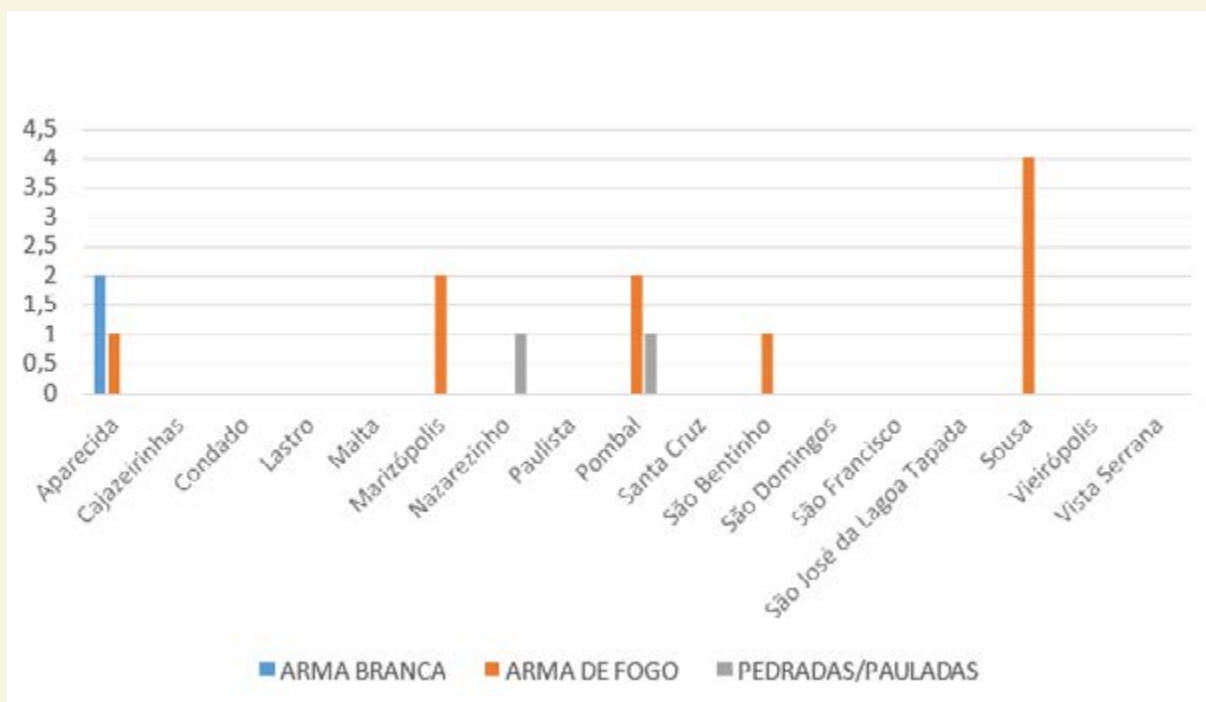
A microrregião de Cajazeira obteve 16 óbitos femininos, sendo Cajazeiras, com 7 óbitos, o município que mais contabilizou.

Quadro 8 – Óbitos relacionados ao Gênero feminino na Microrregião de Souza

MUNICÍPIO	IDADE	INTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Aparecida	24 anos (1) 29 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (1)		2
Cajazeirinhas				
Condado				
Lastro				
Malta				
Marizópolis	20 anos (1) 24 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
Nazarezinho	27 anos (1)	Pedradas/Y00 (1)		1
Paulista				
Pombal	18 anos (1) 24 anos (1) 29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2) Pedradas/Y00 (1)		3
Santa Cruz				
São Bentinho	29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
São Domingos				
São Francisco				
São José da Lagoa Tapada				
Sousa	18 anos (1) 23 anos (1) 27 anos (2)	Arma de Fogo/X93 (4)		4
Vieirópolis				
Vista Serrana				
				TOTAL GERAL 13

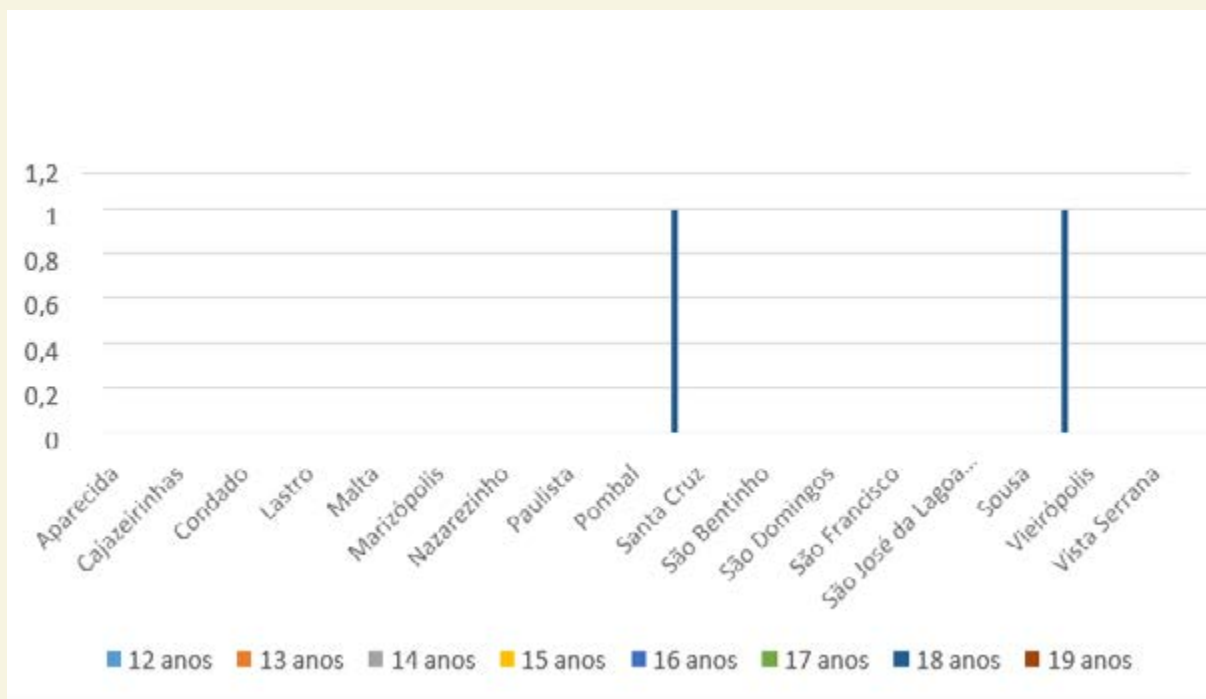
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 22 - Óbitos femininos na microrregião de Souza (CID)



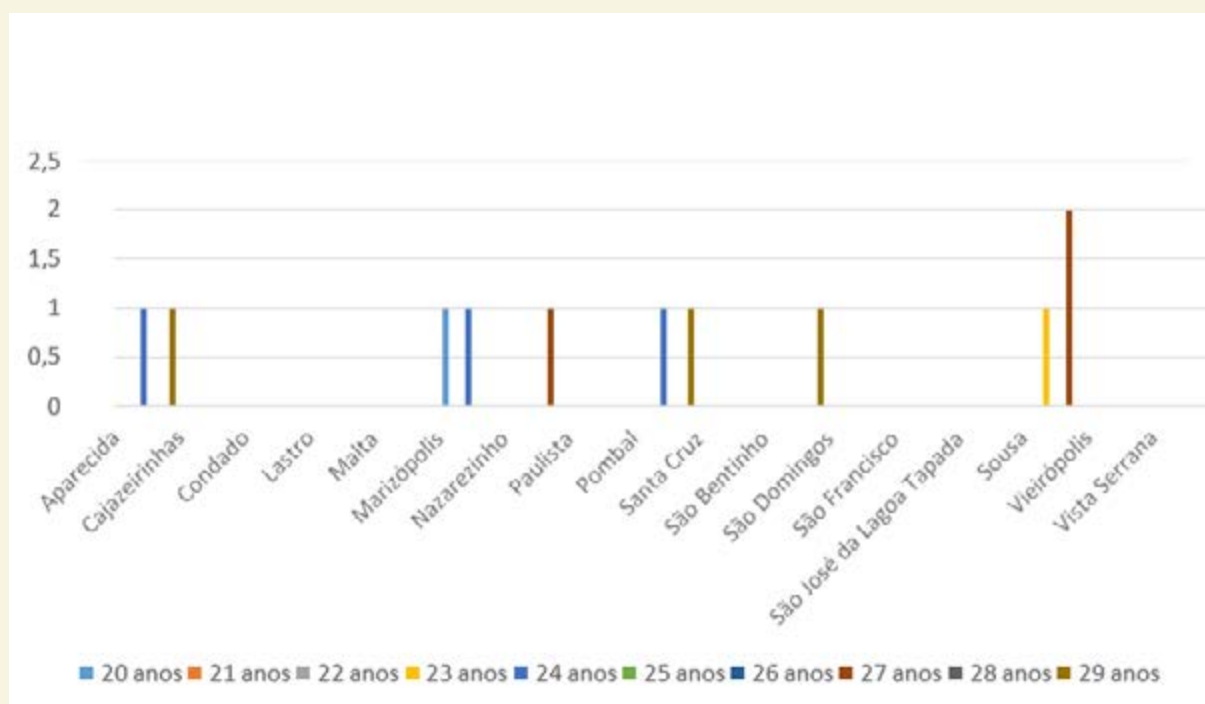
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 23 - Óbitos femininos na microrregião de Souza (Idade/ 12 a 19 anos)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 24 - Óbitos femininos na microrregião de Souza (idade/ 20 a 29 anos)



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião de Sousa contabilizou o total de 13 óbitos, sendo sua maioria, 4 óbitos, registrados na cidade de Sousa.

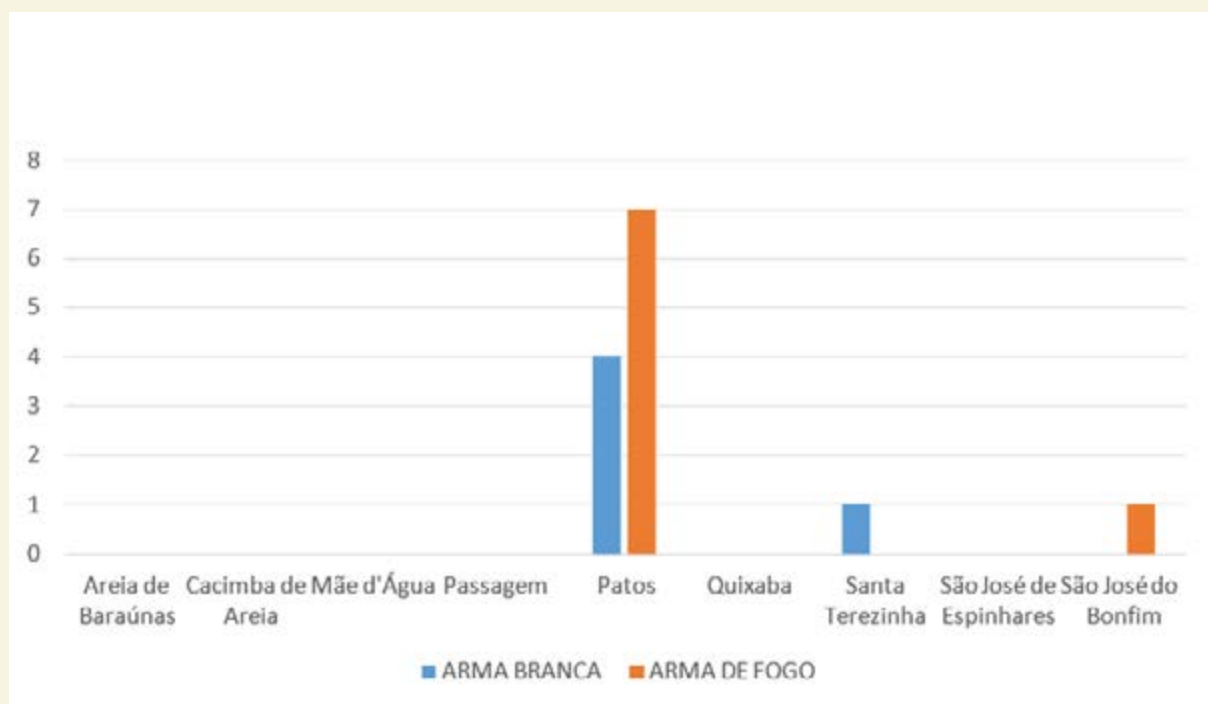
Quadro 9 – Óbitos relacionados ao Gênero feminino na Microrregião de Patos

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Areia de Baraúnas				
Cacimba de Areia				
Mãe d'Água				
Passagem				
Patos	16 anos (1) 17 anos (1) 20 anos (1) 21 anos (1) 22 anos (2) 23 anos (1) 25 anos (1) 28 anos (2) 29 anos (1)	Arma Branca/X99 (4) Arma de Fogo/X93 (7)		11

Quixaba				
Santa Terezinha	18 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
São José de Espinhares				
São José do Bonfim	25 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
				TOTAL GERAL 13

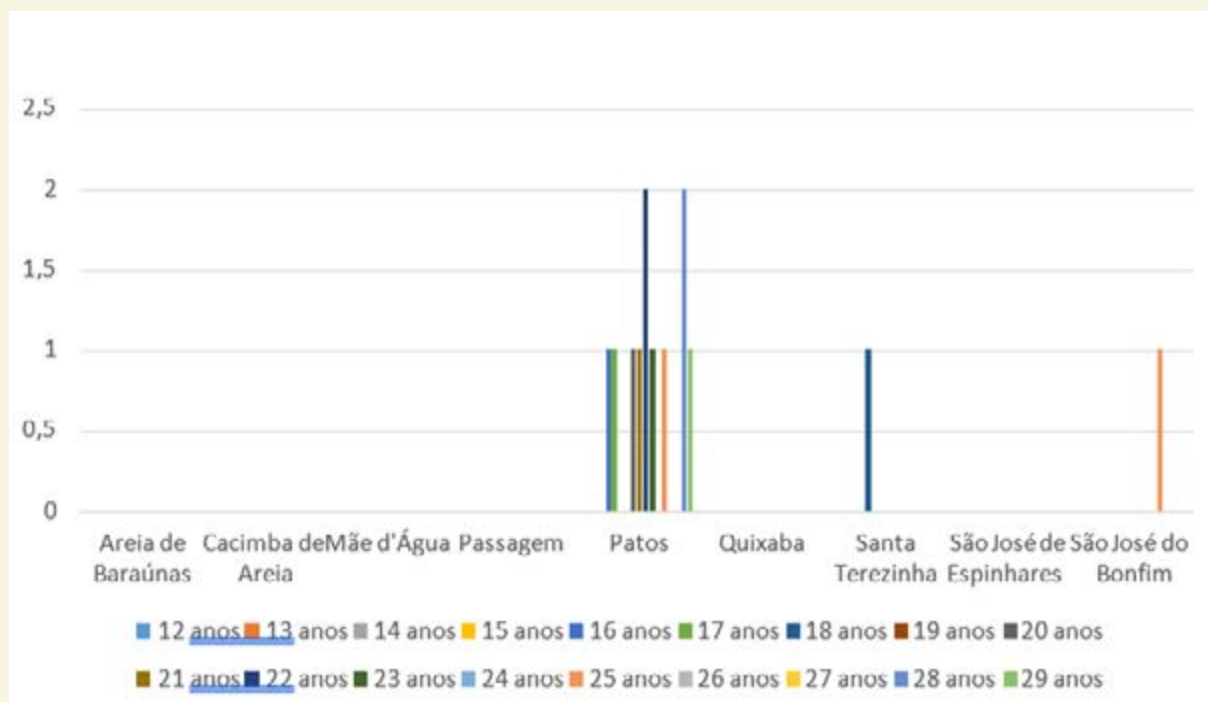
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 25 - Óbitos femininos na microrregião de Patos (instrumento)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 26 - Óbitos femininos na microrregião de Patos (idade)



Fonte: NACE, PB (2025)

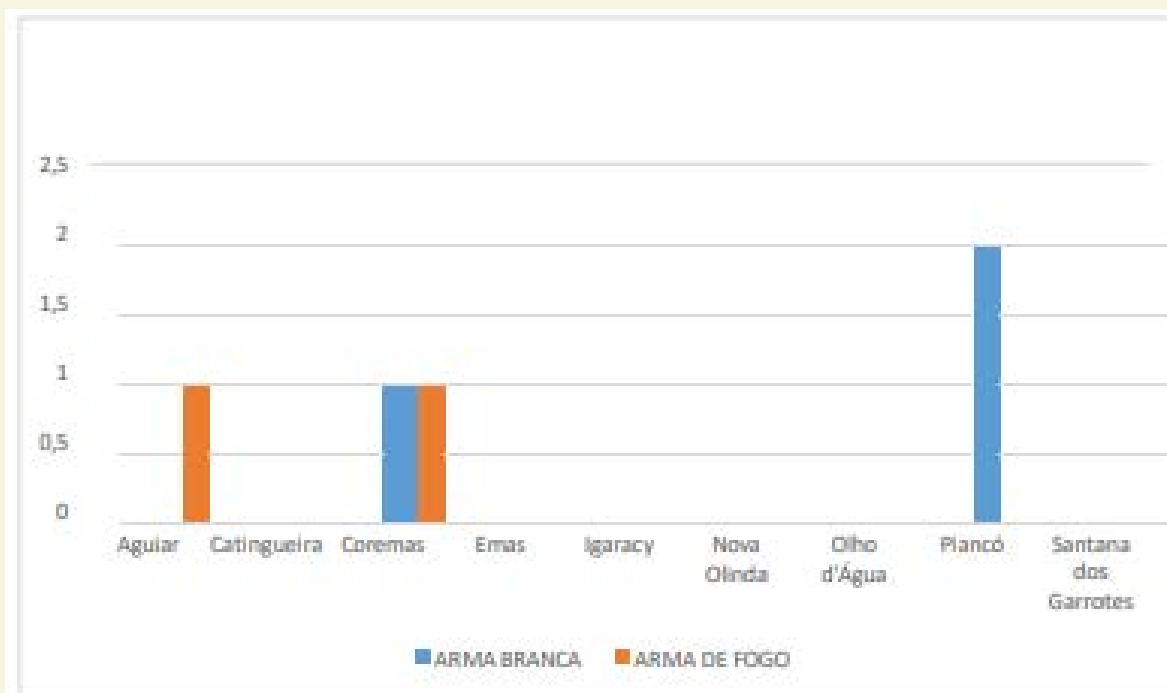
A microrregião de Patos registrou o total de 13 óbitos femininos, sendo sua maioria no município de Patos, contabilizando 11 óbitos.

Quadro 10 – Óbitos relacionados ao Gênero feminino na Microrregião de Piancó

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Aguiar	21 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Catingueira				
Coremas	17 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		2
	23 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		
Emas				
Igaracy				
Nova Olinda				
Olho d'Água				
Piancó	25 anos (1)	Arma Branca/X99 (2)		2
	28 anos (1)			
Santana dos Garrotes				
				TOTAL GERAL 5

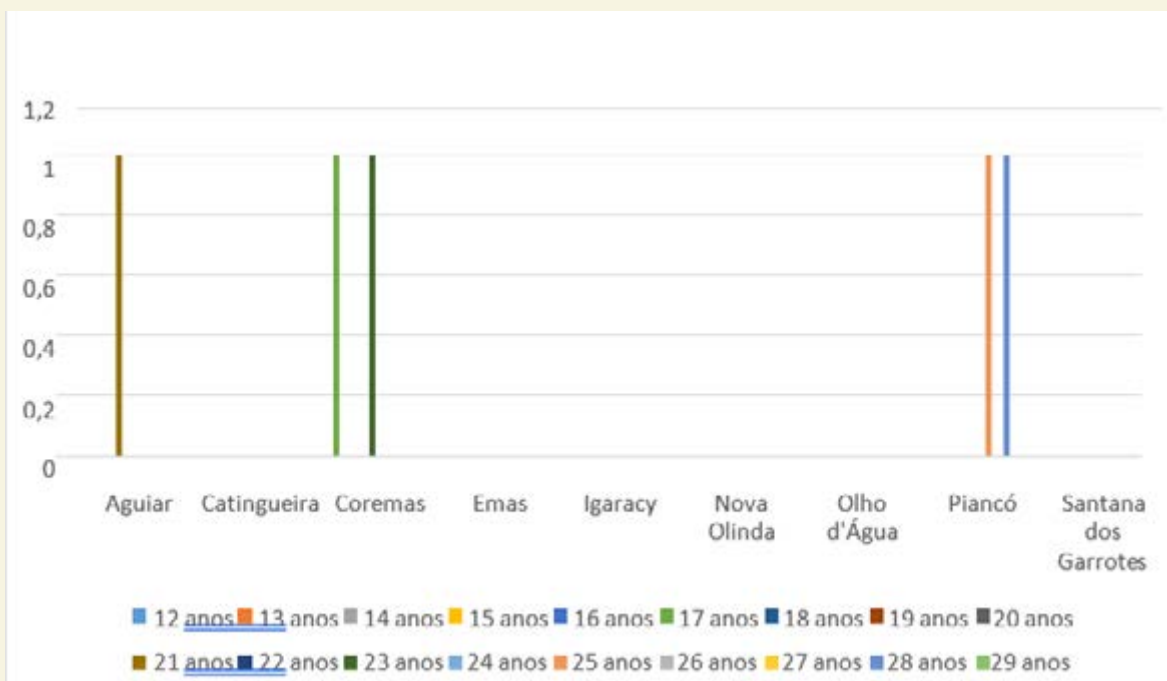
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 27 – Óbitos femininos na microrregião de Piancó (instrumento)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 28 – Óbitos femininos na microrregião de Piancó (idade)



Fonte: NACE, PB (2025)

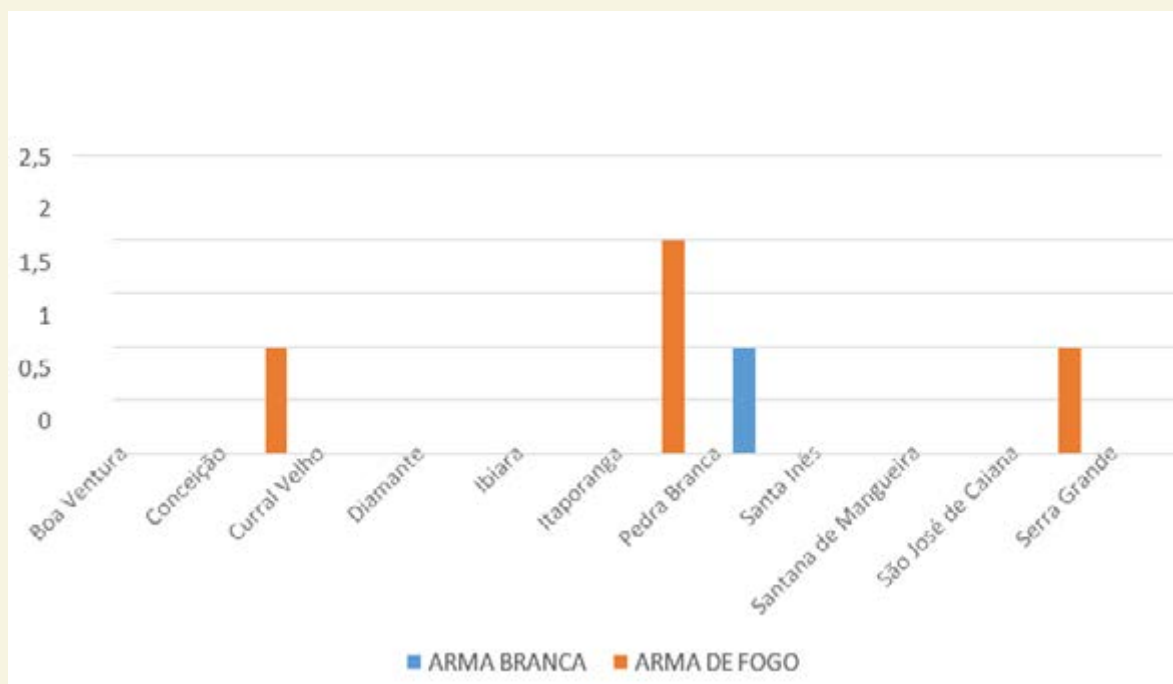
Na microrregião de Piancó contou-se 5 óbitos femininos, sendo sua maioria nas cidades de Piancó e Coremas, ambas contabilizando 2 óbitos.

Quadro 11 – Óbitos relacionados ao Gênero feminino na Microrregião de Itaporanga

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Boa Ventura				
Conceição	27 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Curral Velho				
Diamante				
Ibiara				
Itaporanga	24 anos (1) 29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
Pedra Branca	26 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
Santa Inês				
Santana de Mangueira				
São José de Caiana	25 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Serra Grande				
				TOTAL GERAL 5

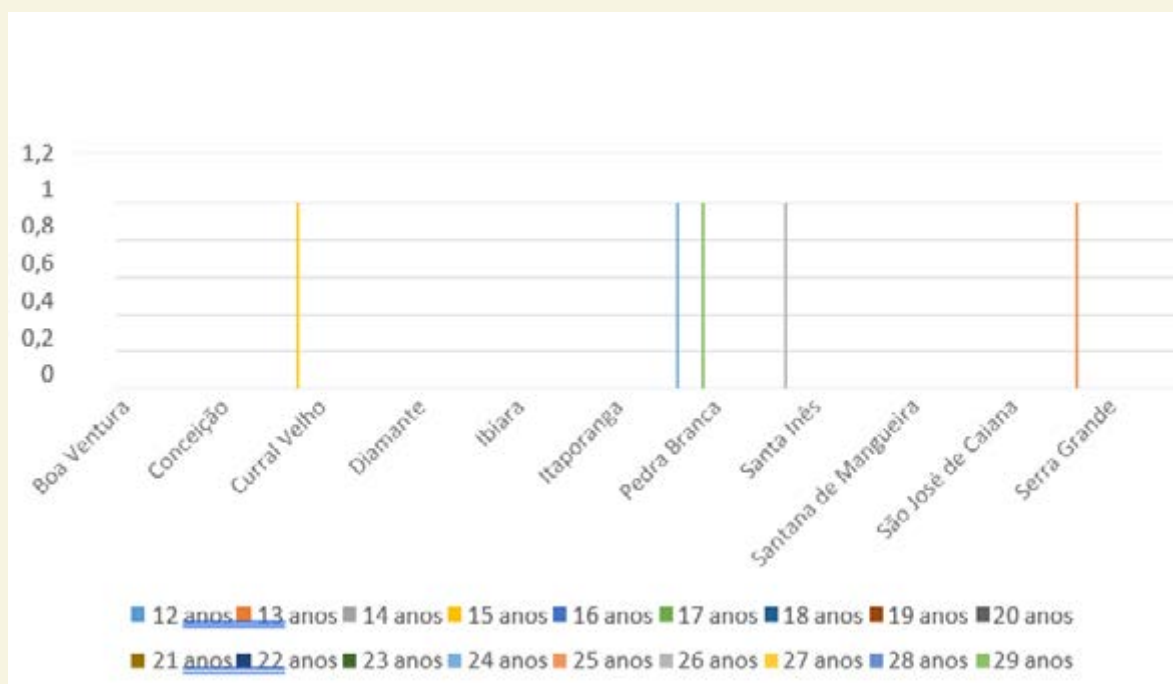
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 29 – Óbitos femininos na microrregião de Itaporanga (instrumento)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 30 – Óbitos femininos na microrregião de Itaporanga (idade)



Fonte: NACE, PB (2025)

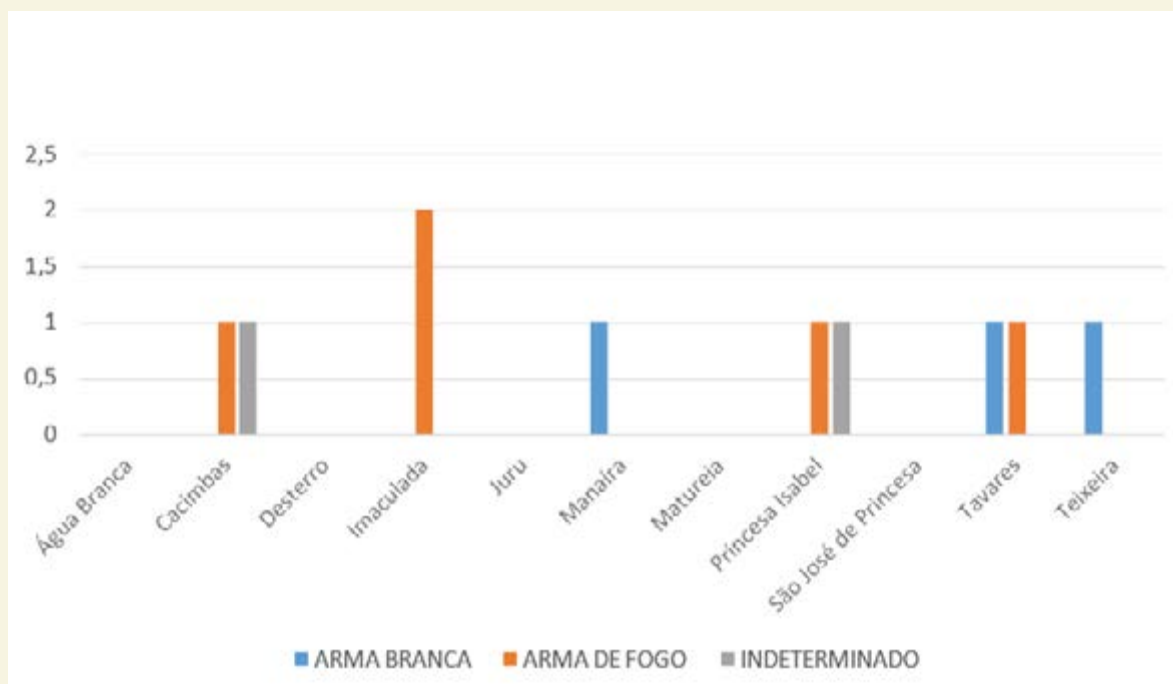
A microrregião de Itaporanga contou com 5 óbitos femininos, e o município de Itaporanga contabilizando 2 óbitos.

Quadro 12 – Óbitos relacionados ao Gênero feminino na Microrregião de Teixeira

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Água Branca				
Cacimbas	15 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		2
	20 anos (1)	Indeterminado (1)		
Desterro				
Imaculada	24 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
	29 anos (1)			
Juru				
Manaíra	16 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
Matureia				
Princesa Isabel	28 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		2
	29 anos (1)	Indeterminado (1)		
São José de Princesa				
Tavares	14 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		2
	26 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		
Teixeira	16 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
				TOTAL GERAL
				10

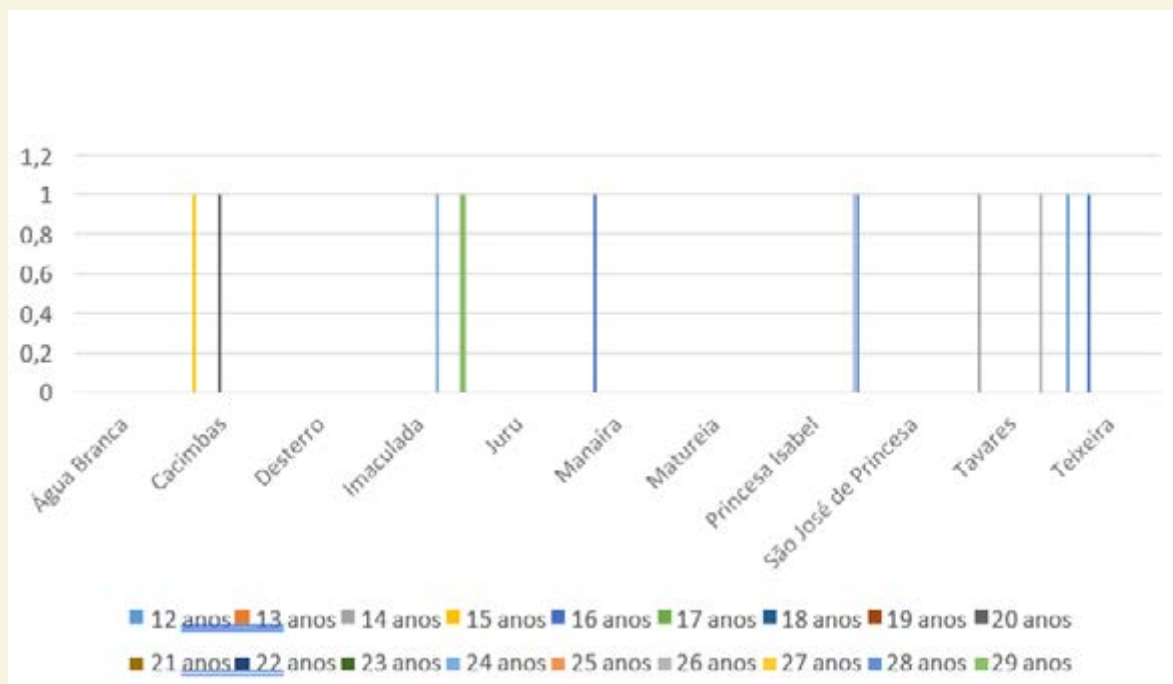
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 31 – Óbitos femininos na microrregião de Itaporanga (instrumento)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 32 – Óbitos femininos na microrregião de Itaporanga (idade)



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião da Serra da Teixeira contabilizou 10 óbitos femininos.

Quadro 13 – Óbitos relacionados ao Gênero masculino na Microrregião de Catolé do Rocha

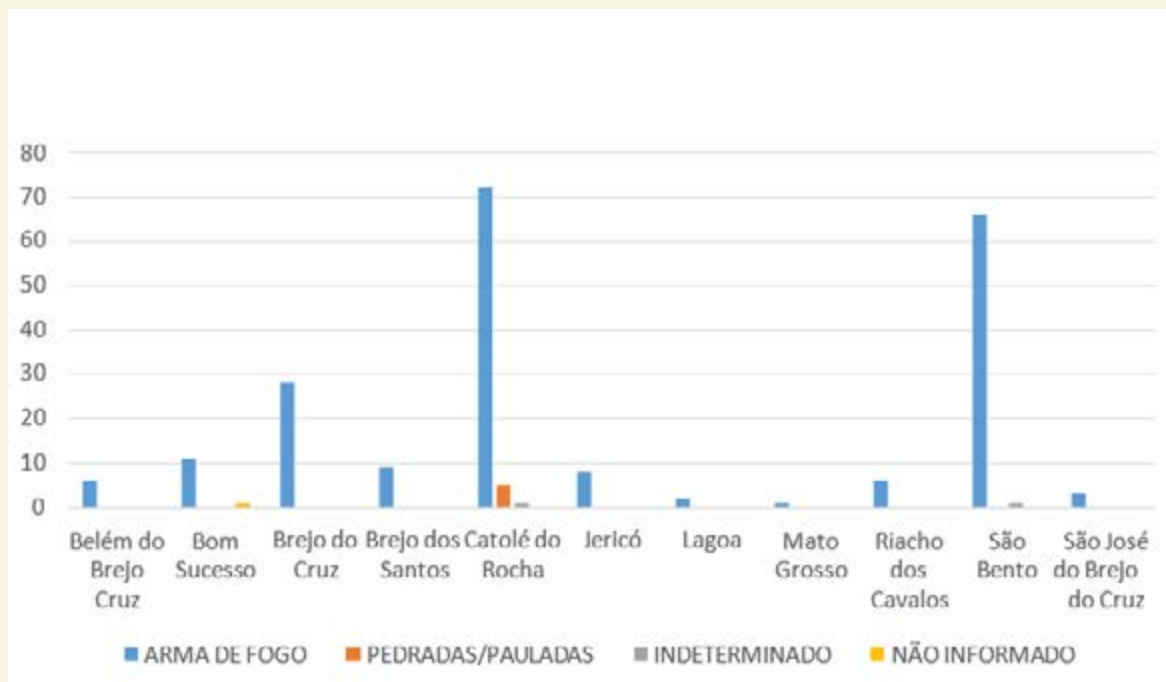
MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Belém do Brejo Cruz	16 anos (1) 17 anos (1) 19 anos (2) 21 anos (1) 25 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (6)		6
Bom Sucesso	16 anos (2) 17 anos (1) 20 anos (1) 21 anos (1) 22 anos (1) 23 anos (1) 24 anos (1) 25 anos (1) 27 anos (1) 28 anos (2)	Arma de Fogo/X93 (11) Não Informado (1)	Policial (1)	12
Brejo do Cruz	15 anos (3) 16 anos (1) 17 anos (1) 18 anos (5) 19 anos (2) 20 anos (3) 21 anos (1) 23 anos (1) 24 anos (2) 25 anos (2) 26 anos (1) 27 anos (2) 28 anos (2) 29 anos (2)	Arma de Fogo/X93 (28)	Policial (3)	37

Brejo dos Santos	17 anos (2) 22 anos (2) 23 anos (1) 24 anos (1) 26 anos (1) 27 anos (2)	Arma de Fogo/X93 (9)	Policial (3)	
Catolé do Rocha	14 anos (1) 15 anos (1) 16 anos (3) 17 anos (4) 18 anos (3) 19 anos (4) 20 anos (6) 21 anos (10) 22 anos (5) 23 anos (6) 24 anos (8) 25 anos (5) 26 anos (9) 27 anos (2) 28 anos (2) 29 anos (9)	Arma de Fogo/X93 (72) Indeterminado (1) Pedradas/Y00 (3) Pauladas/Y00 (2)	Policial (6)	78
Jericó	17 anos (1) 18 anos (3) 23 anos (1) 24 anos (1) 25 anos (1) 28 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (8)	Policial (1)	8
Lagoa	16 anos (1) 25 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2

Mato Grosso	22 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Riacho dos Cavalos	18 anos (2) 19 anos (1) 20 anos (1) 26 anos (1) 29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (6)	Policial (2)	6
São Bento	14 anos (1) 15 anos (1) 16 anos (1) 17 anos (4) 18 anos (3) 19 anos (3) 20 anos (4) 21 anos (5) 22 anos (7) 23 anos (9) 24 anos (5) 25 anos (1) 26 anos (4) 27 anos (8) 28 anos (5) 29 anos (6)	Arma de Fogo/X93 (66) In- determinado (1)	Policial (8)	67
São José do Brejo do Cruz	15 anos (1) 18 anos (1) 24 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (3)		3
				TOTAL GERAL 220

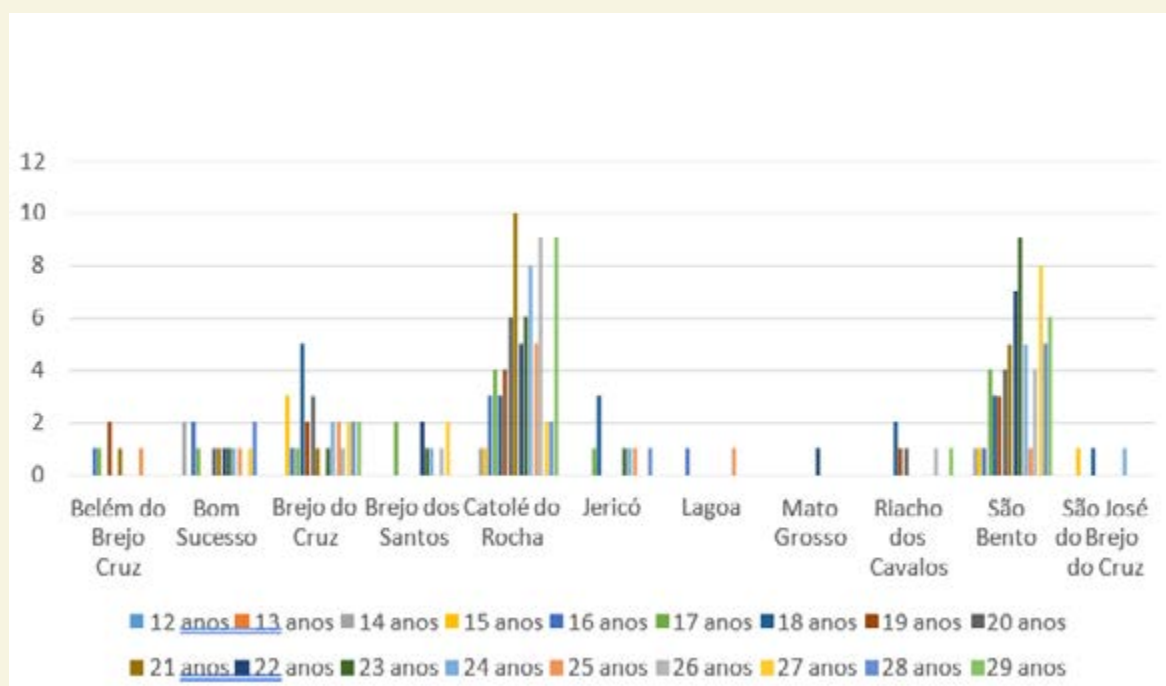
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 33 – Óbitos masculinos na microrregião de Catolé do Rocha (instrumento)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 34 – Óbitos masculinos na microrregião de Catolé do Rocha (idade)



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião do Catolé do Rocha obteve o total de 220 óbitos, sendo o Catolé do Rocha o município com mais óbitos, obtendo 78. Esta microrregião também contou com 24 óbitos em confrontos policiais, sendo, deste quantitativo, 8 em São Bento.

Quadro 14 – Óbitos relacionados ao Gênero masculino na Microrregião de Cajazeiras

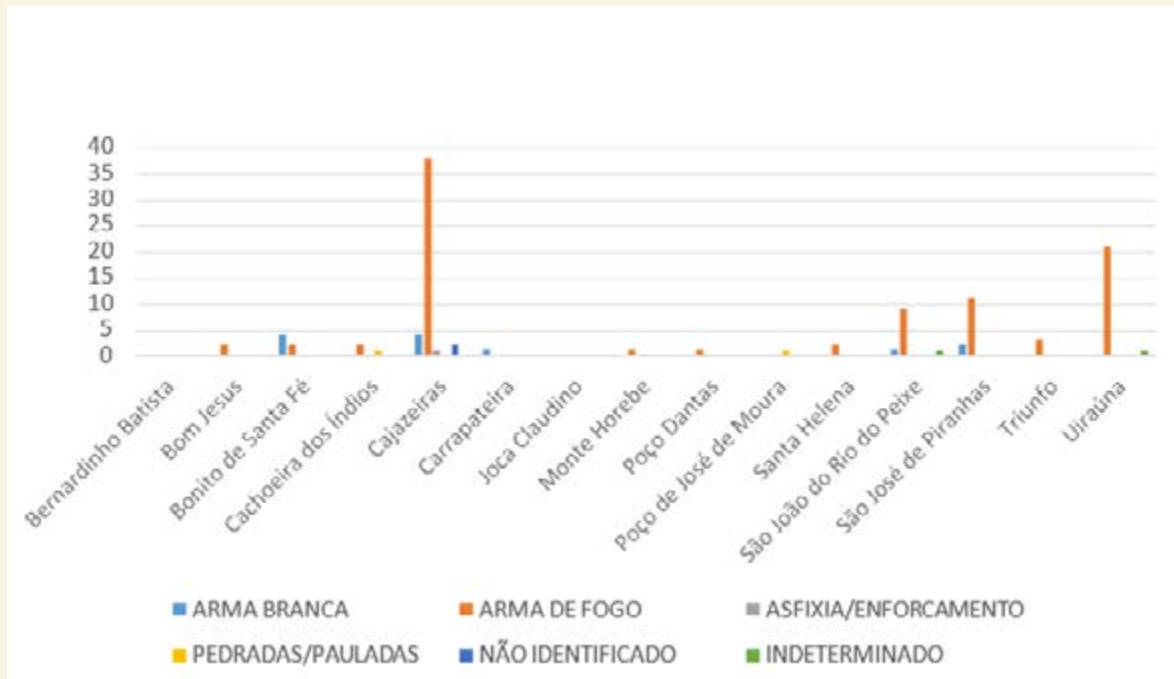
MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Bernardino Batista				
Bom Jesus	23 anos (1) 29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
Bonito de Santa Fé	15 anos (1) 17 anos (1) 24 anos (1) 26 anos (1) 29 anos (2)	Arma Branca/X99 (4) Arma de Fogo/X93 (2)		6
Cachoeira dos Índios	19 anos (1) 20 anos (1) 28 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2) Pedradas/Y00 (1)		3
Cajazeiras	14 anos (1) 15 anos (2) 16 anos (2) 17 anos (5) 18 anos (4) 19 anos (2) 20 anos (1) 21 anos (3) 22 anos (2) 23 anos (6) 24 anos (3) 25 anos (3) 26 anos (3) 27 anos (2) 28 anos (1) 29 anos (4)	Arma Branca/X99 (4) Arma de Fogo/X93 (38) Estrangulamento/X91 (1) Não Identificado (2)	Policial (5)	44

Carrapateira	27 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
Joca Claudino				
Monte Horebe	29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Poço Dantas	26 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Poço de José de Moura	22 anos (1)	Pedradas/Y00 (1)		1
Santa Helena	27 anos (2)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
São João do Rio do Peixe	19 anos (3) 22 anos (1) 23 anos (1) 24 anos (3) 25 anos (1) 26 anos (1) 27 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (9) Indeterminado (1)	Policial (1)	11
São José de Piranhas	17 anos (2) 18 anos (1) 20 anos (2) 23 anos (1) 25 anos (3) 26 anos (2) 28 anos (1) 29 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (11)		13
Triunfo	17 anos (1) 22 anos (1) 27 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (3)		3

Uiraúna	16 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (21) Indeterminado (1)	22
	17 anos (3)		
	18 anos (1)		
	19 anos (2)		
	20 anos (2)		
	21 anos (1)		
	22 anos (3)		
	23 anos (4)		
	24 anos (1)		
	25 anos (3)		
29 anos (1)			
			TOTAL GERAL
			110

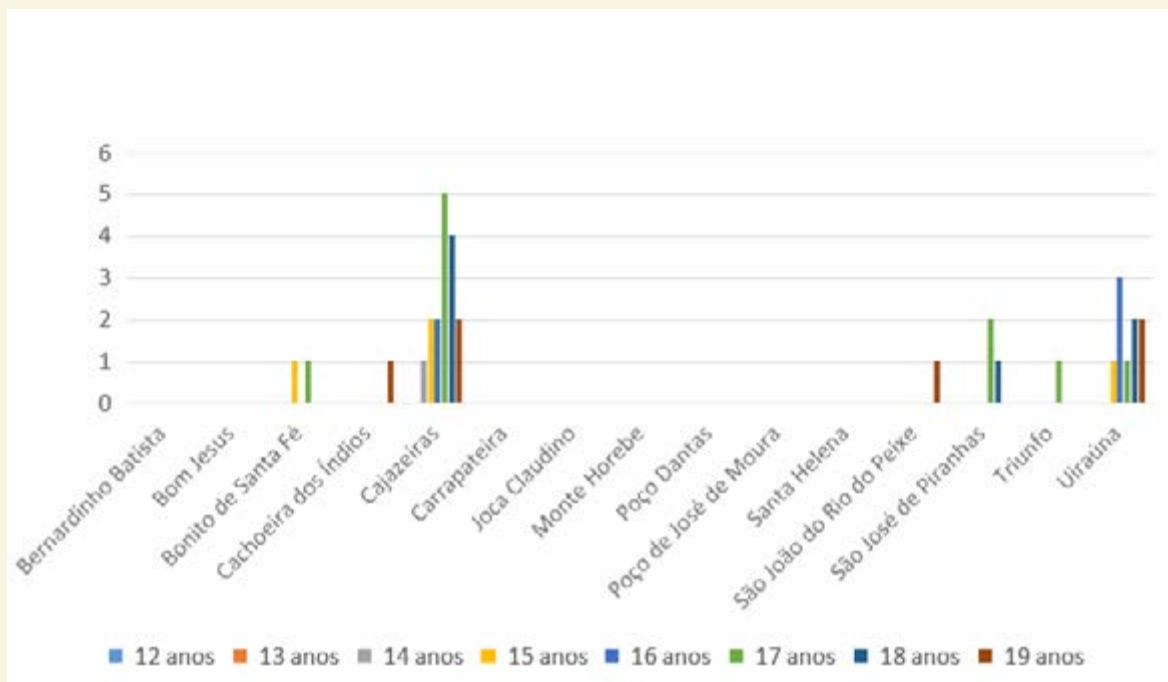
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 35 – Óbitos masculinos na microrregião de Cajazeiras (instrumento)



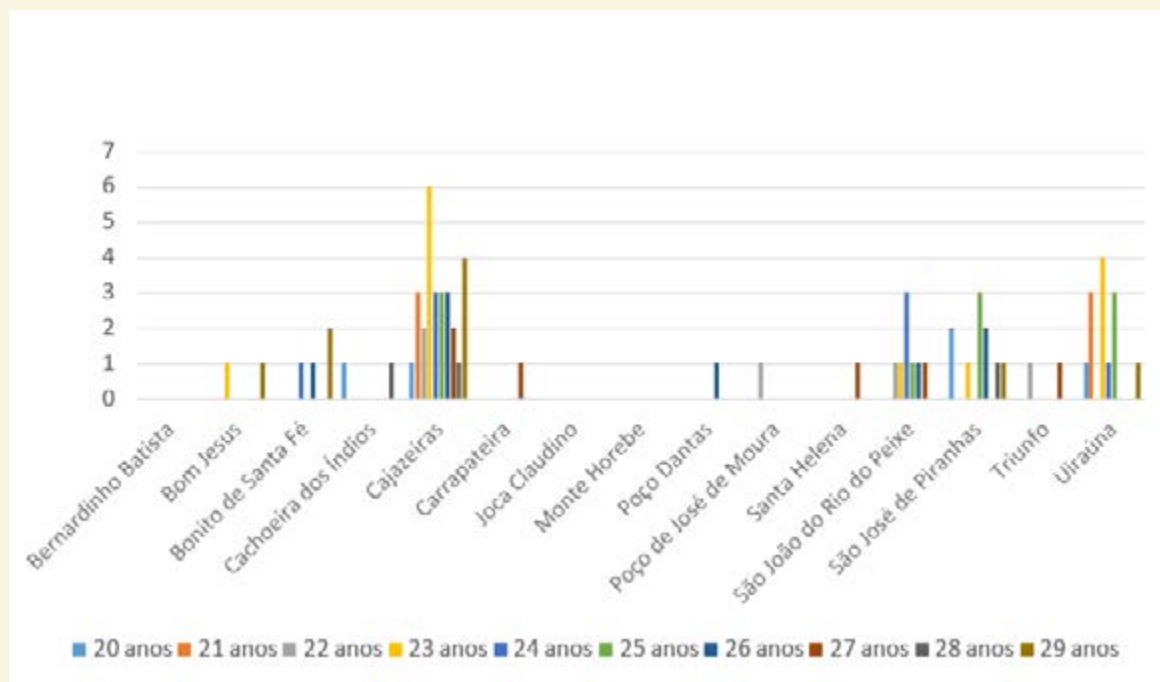
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 36 – Óbitos masculinos na microrregião de Cajazeiras (idade/12 a 19 anos)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 37 – Óbitos masculinos na microrregião de Cajazeiras (idade/20 a 29 anos)



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião de Cajazeiras contou com o total de 110 óbitos.

Quadro 15 – Óbitos relacionados ao Gênero masculino na Microrregião de Souza

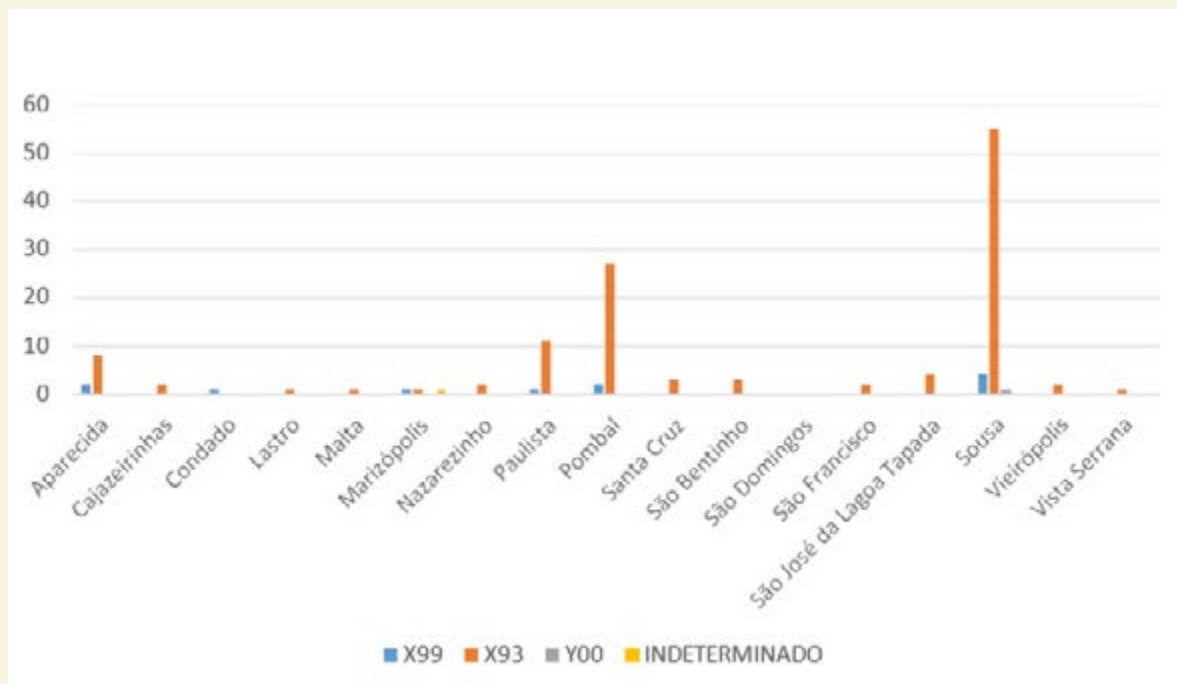
MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Aparecida	16 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (8)	Policial (1)	10
	18 anos (2)			
	19 anos (1)			
	20 anos (1)			
	22 anos (1)			
	24 anos (1)			
	25 anos (1)			
	28 anos (1) 29 anos (1)			
Cajazeirinhas	26 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
	29 anos (1)			
Condado	25 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
Lastro	16 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Malta	28 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)	Policial (1)	1
Marizópolis	24 anos (2)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (1) Indeterminado (1)		3
	29 anos (1)			
Nazarezinho	22 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)	Policial (2)	2
	23 anos (1)			
Paulista	16 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (11)	Policial (1)	12
	23 anos (3)			
	24 anos (1)			
	25 anos (1)			
	26 anos (1)			
	27 anos (2)			
	29 anos (3)			

Pombal	17 anos (2) 18 anos (1) 19 anos (4) 20 anos (1) 22 anos (6) 23 anos (1) 24 anos (5) 25 anos (4) 26 anos (3) 29 anos (2)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (27)	Policial (2)	29
Santa Cruz	18 anos (1) 25 anos (1) 29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (3)	Policial (1)	3
São Bentinho	20 anos (2) 27 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (3)	Policial (1)	3
São Domingos				
São Francisco	24 anos (1) 27 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
São José da Lagoa Tapada	16 anos (1) 24 anos (1) 25 anos (1) 28 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (4)	Policial (1)	4
Sousa	16 anos (1) 17 anos (8) 18 anos (4) 19 anos (5) 20 anos (5) 21 anos (2) 22 anos (5) 23 anos (8) 24 anos (3) 25 anos (5) 26 anos (4) 27 anos (1) 28 anos (6) 29 anos (3)	Arma Branca/X99 (4) Arma de Fogo/X93 (55) Pedradas/Y00 (1)	Policial (4)	60

Vieirópolis	20 anos (1) 29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
Vista Serrana	25 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
				TOTAL GERAL
				136

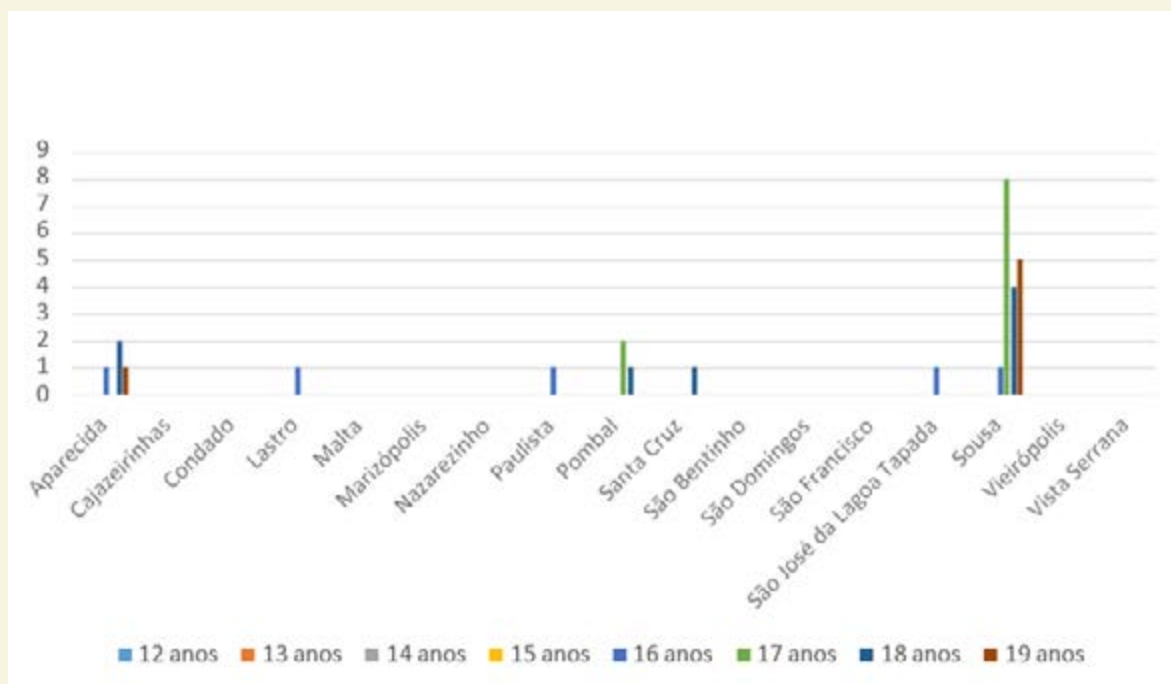
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 38 – Óbitos masculinos na microrregião de Souza (CID)



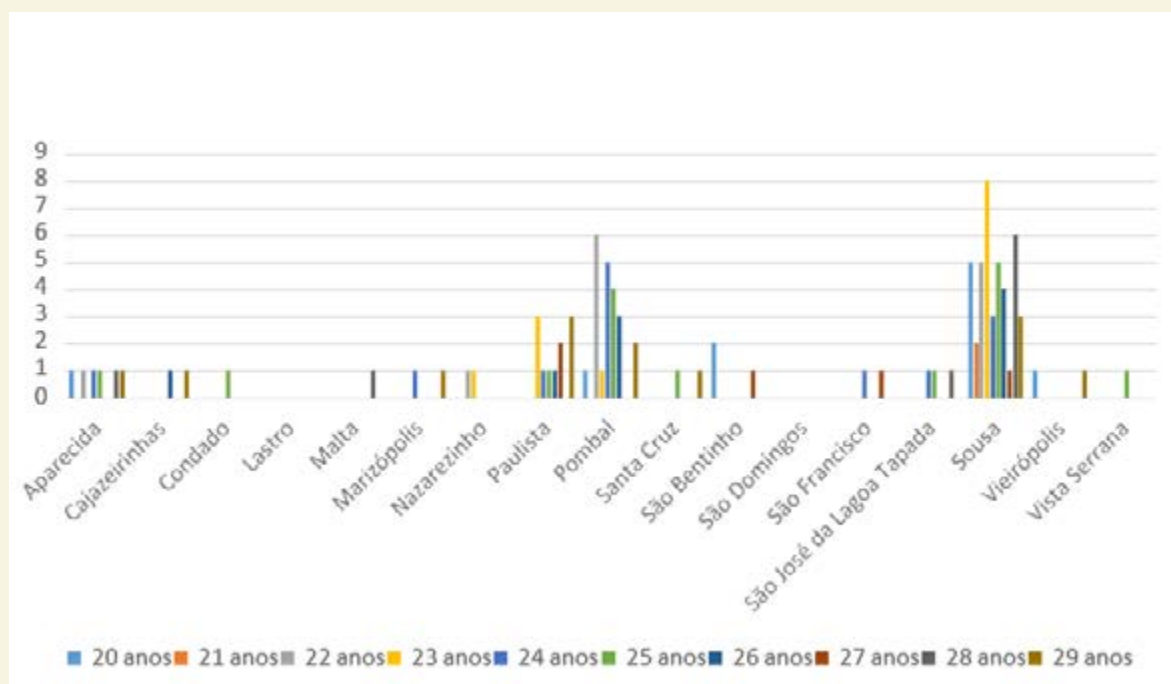
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 39 – Óbitos masculinos na microrregião de Souza (idade/12 a 19 anos)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 40 – Óbitos masculinos na microrregião de Souza (idade/20 a 29 anos)



Fonte: NACE, PB (2025)

A Microrregião de Souza registrou o total de 136 óbitos masculinos.

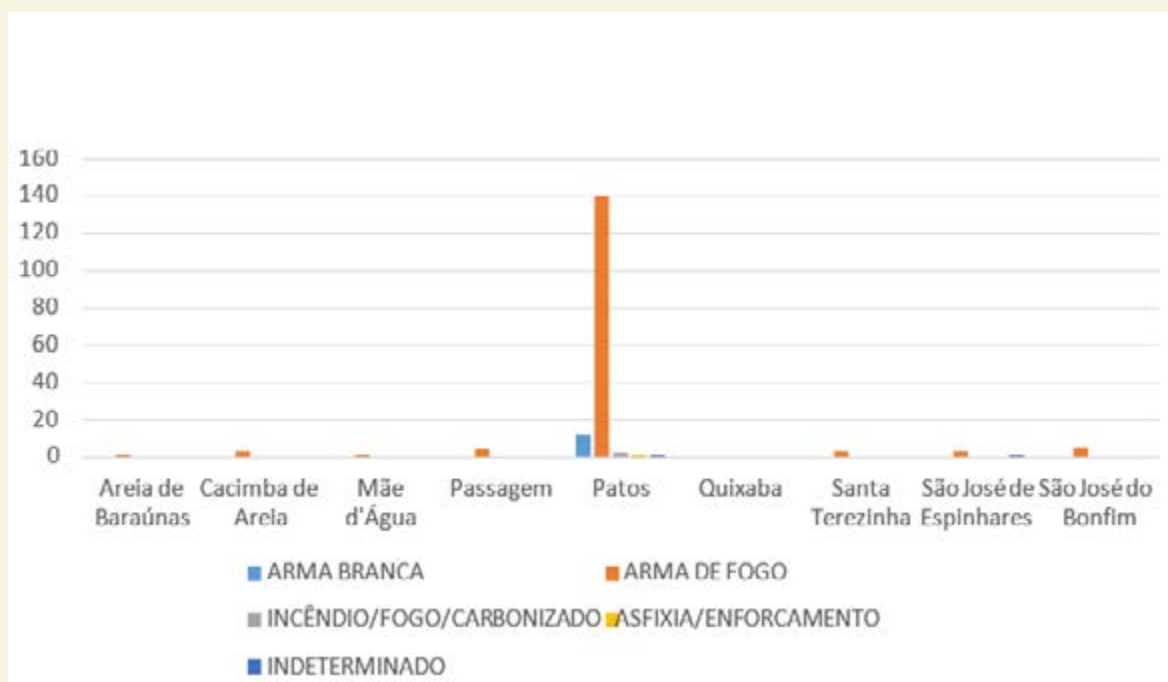
Quadro 16 – Óbitos relacionados ao Gênero masculino na Microrregião de Patos

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Areia de Baraúnas	13 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Cacimba de Areia	19 anos (1) 22 anos (1) 23 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (3)		3
Mãe d'Água	25 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Passagem	15 anos (1) 17 anos (1) 23 anos (1) 28 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (4)		4
Patos	17 anos (7) 18 anos (7) 19 anos (11) 18 anos (13) 19 anos (6) 20 anos (17) 21 anos (9) 22 anos (12) 23 anos (9) 24 anos (11) 25 anos (7) 26 anos (10) 27 anos (12) 28 anos (9) 29 anos (13)	Arma Branca/X99 (12) Arma de Fogo/X93 (140) Carbonizado/X97 (1) Enforcamento/X91 (1) Incêndio/X97 (1) Indeterminado (1)	Policial (3) Presídio (1)	153
Quixaba				

Santa Terezinha	23 anos (1) 25 anos (1) 27 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (3)		3
São José de Espinhares	20 anos (1) 23 anos (1) 26 anos (1) 27 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (3) Indeterminado (1)		4
São José do Bonfim	18 anos (1) 21 anos (1) 22 anos (1) 29 anos (2)	Arma de Fogo/X93 (5)	Policia (1)	5
				TOTAL GERAL 174

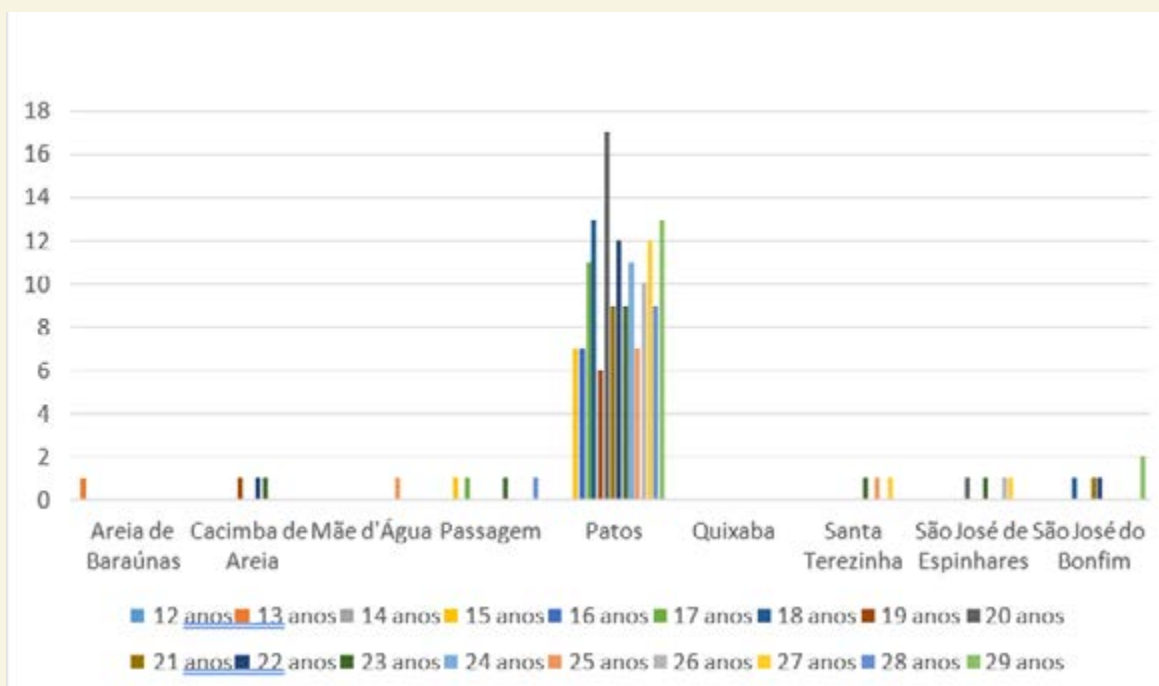
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 41 – Óbitos masculinos na microrregião de Patos (instrumento)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 42 – Óbitos masculinos na microrregião de Patos (idade)



Fonte: NACE, PB (2025)

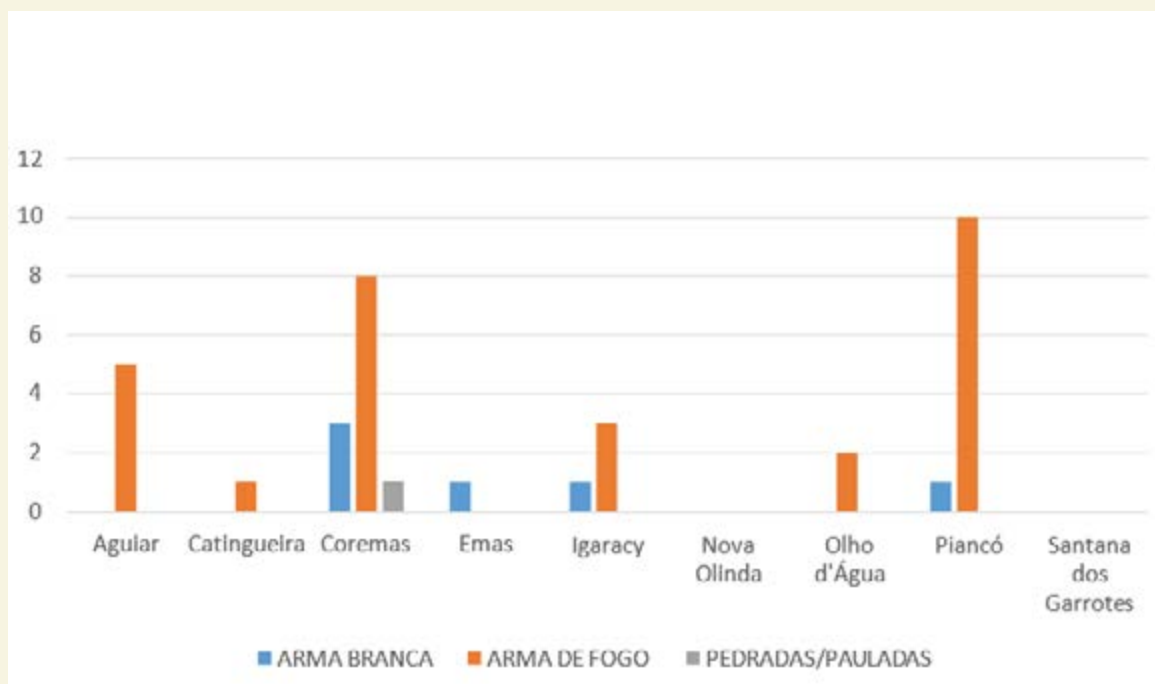
A microrregião de Patos registrou 174 óbitos masculinos, sendo sua maioria no município de Patos, com 153 óbitos. Apesar de outros municípios desta microrregião também terem obtido óbitos por meio de confrontos policiais, Patos se destaca com sua quantidade, sendo 3 óbitos em confrontos policiais, e também, 1 morte por sufocamento dentro de presídio. Segundo o G1 Paraíba (2023), Patos está entre as cidades mais violentas do Brasil, ocupando a 33ª posição e “com o registro de 47,5 mortes a cada 100 mil habitantes” (n.p.), demonstrando a letalidade deste município sertanejo.

Quadro 17 – Óbitos relacionados ao Gênero masculino na Microrregião de Piancó

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Aguiar	21 anos (1) 27 anos (3) 28 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (5)	Policial (1)	5
Catingueira	23 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (1)		1
Coremas	16 anos (1) 17 anos (1) 19 anos (1) 20 anos (1) 23 anos (1) 25 anos (1) 26 anos (3) 27 anos (1) 29 anos (2)	Arma Branca/X99 (3) Arma de Fogo/X93 (8) Pedradas/Y00 (1)	Policial (1)	12
Emas	18 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
Igaracy	19 anos (1) 26 anos (2) 27 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (3)		4
Nova Olinda				
Olho d'Água	21 anos (1) 26 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
Piancó	17 anos (1) 19 anos (2) 21 anos (2) 22 anos (2) 23 anos (1) 24 anos (1) 25 anos (2)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (10)		11
Santana dos Garrotes				
				TOTAL GERAL 36

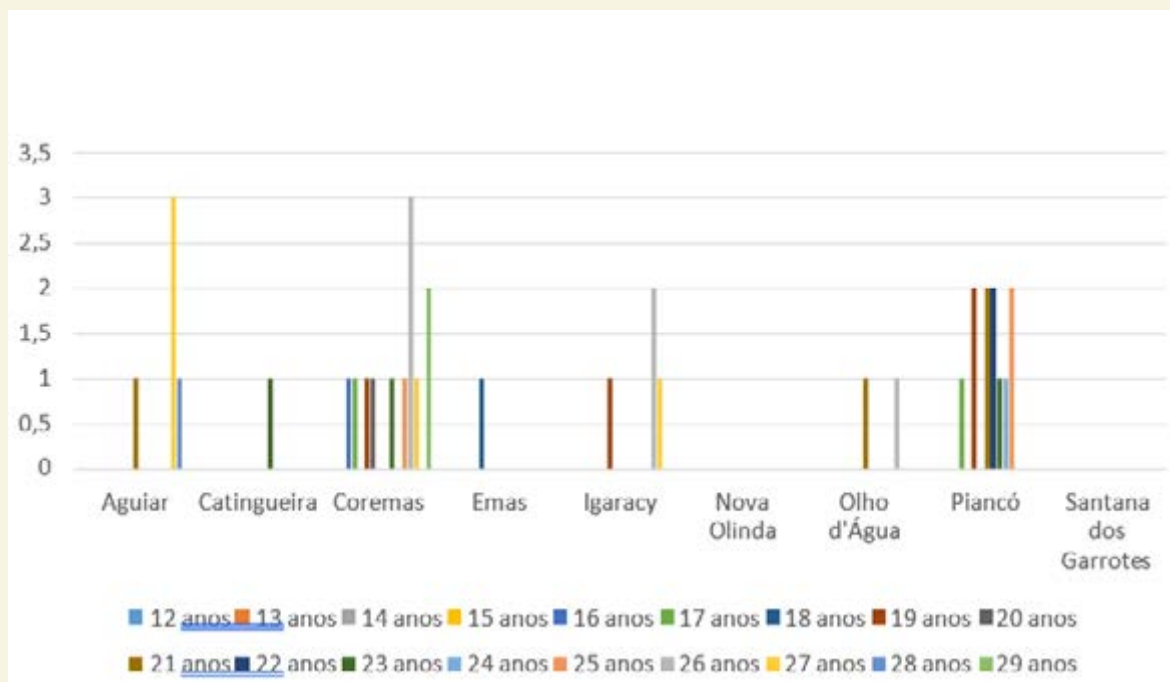
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 43 – Óbitos masculinos na microrregião de Piancó (instrumento)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 44 – Óbitos masculinos na microrregião de Piancó (idade)



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião de Piancó obteve um total de 36 óbitos masculinos.

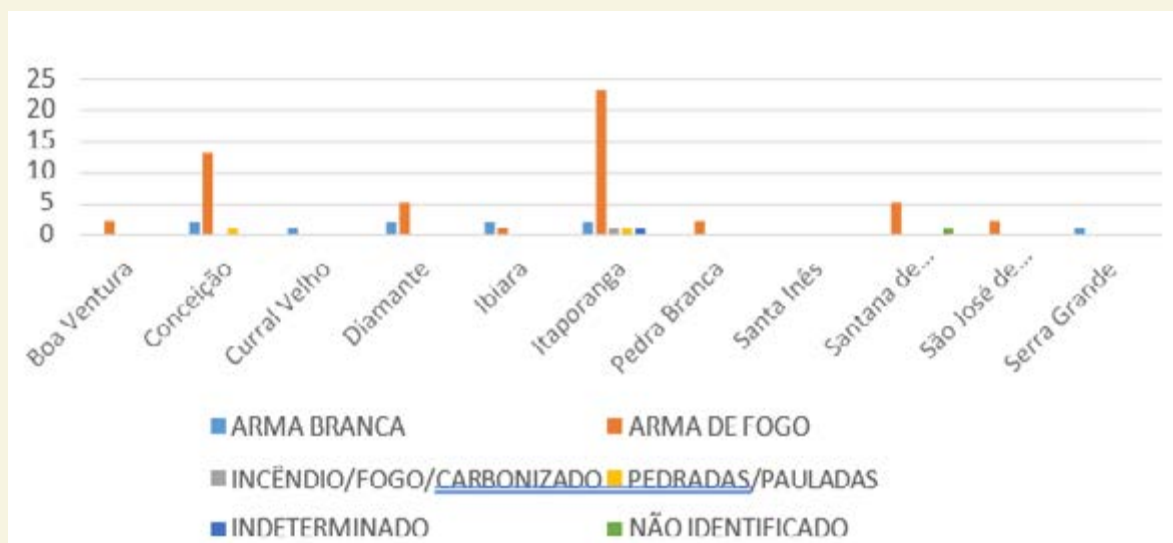
Quadro 18 – Óbitos relacionados ao Gênero masculino na Microrregião de Itaporanga

MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Boa Ventura	23 anos (1) 29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)		2
Conceição	16 anos (1) 19 anos (1) 21 anos (2) 22 anos (2) 23 anos (1) 24 anos (1) 25 anos (2) 27 anos (2) 28 anos (4)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (13) Pedradas/Y00 (1)	Policial (1)	16
Curral Velho	27 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)		1
Diamante	16 anos (1) 18 anos (1) 20 anos (1) 21 anos (1) 22 anos (1) 25 anos (1) 28 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (5)		7
Ibiara	22 anos (1) 26 anos (1) 28 anos (1) 28 anos (2) 29 anos (5)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (1)		3

Pedra Branca	24 anos (1) 29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)	2
Santa Inês			
Santana de Mangueira	14 anos (1) 16 anos (1) 22 anos (1) 25 anos (1) 29 anos (2)	Arma de Fogo/X93 (5) Não Identificado (1)	6
São José de Caiana	15 anos (1) 29 anos (1)	Arma de Fogo/X93 (2)	2
Serra Grande	18 anos (1)	Arma Branca/X99 (1)	1
			TOTAL GERAL 68

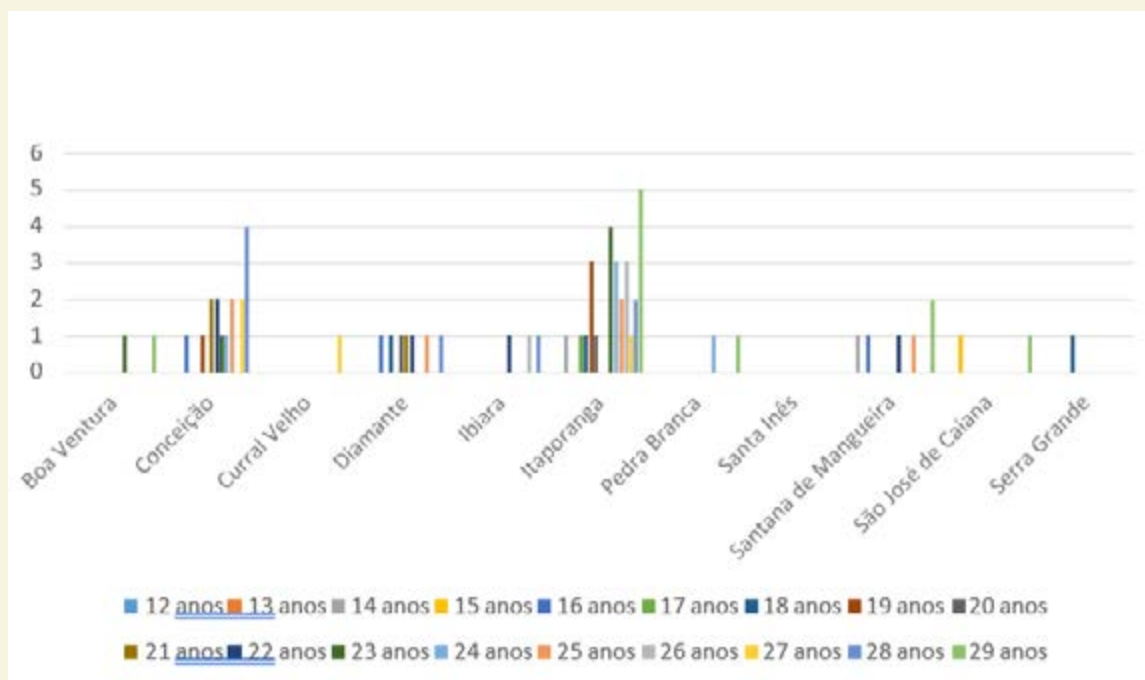
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 45 – Óbitos masculinos na microrregião de Itaporanga (instrumento)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 46 – Óbitos masculinos na microrregião de Itaporanga (idade)



Fonte: NACE, PB (2025)

A Microrregião de Itaporanga registrou o total de 68 óbitos masculinos.

Quadro 19 – Óbitos relacionados ao Gênero masculino na Microrregião de Teixeira

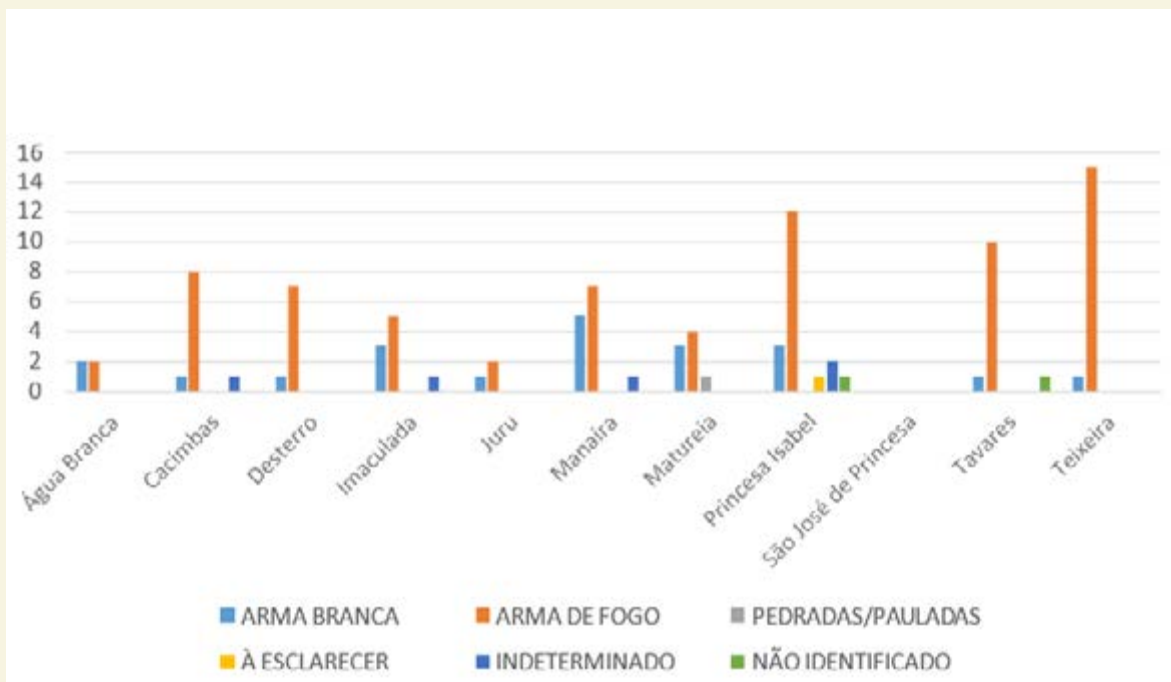
MUNICÍPIO	IDADE	INSTRUMENTO/CID	CONFRONTO	TOTAL
Água Branca	17 anos (1)	Arma Branca/X99 (2) Arma de Fogo/X93 (2)		4
	18 anos (1)			
	19 anos (1)			
	26 anos (1)			
Cacimbas	19 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (8) Indeterminado (1)		9
	20 anos (2)			
	22 anos (1)			
	24 anos (2)			
	26 anos (1)			
	27 anos (1)			
	29 anos (1)			

Desterro	15 anos (1) 19 anos (2) 24 anos (1) 25 anos (4)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (7)		8
Imaculada	15 anos (1) 18 anos (2) 19 anos (1) 22 anos (1) 23 anos (1) 25 anos (1) 26 anos (2)	Arma Branca/X99 (3) Arma de Fogo/X93 (5) Indeterminado (1)		9
Juru	22 anos (1) 23 anos (1) 25 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (2)		3
Manaíra	18 anos (1) 19 anos (1) 22 anos (3) 23 anos (2) 25 anos (2) 27 anos (1) 28 anos (3)	Arma Branca/X99 (5) Arma de Fogo/X93 (7) Indeterminado (1)		13
Matureia	16 anos (1) 19 anos (1) 21 anos (2) 22 anos (3) 27 anos (1)	Arma Branca/X99 (3) Arma de Fogo/X93 (4) Pauladas/Y00 (1)		8

Princesa Isabel	12 anos (1)	À Esclarecer (1) Arma Branca/X99 (3) Arma de Fogo/X93 (12) Indeterminado (2) Não Identificado (1)		19
	13 anos (1)			
	19 anos (1)			
	20 anos (2)			
	21 anos (5)			
	22 anos (4)			
	23 anos (1)			
	24 anos (1)			
	25 anos (1)			
	26 anos (1)			
27 anos (1)				
São José de Princesa				
Tavares	16 anos (1)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (10) Não Informado (1)	Policial (1)	12
	18 anos (2)			
	23 anos (3)			
	24 anos (2)			
	25 anos (1)			
	27 anos (1)			
	28 anos (1)			
29 anos (1)				
Teixeira	19 anos (2)	Arma Branca/X99 (1) Arma de Fogo/X93 (15)		16
	20 anos (2)			
	21 anos (2)			
	22 anos (1)			
	23 anos (2)			
	24 anos (2)			
	25 anos (3)			
26 anos (2)				
				TOTAL GERAL 101

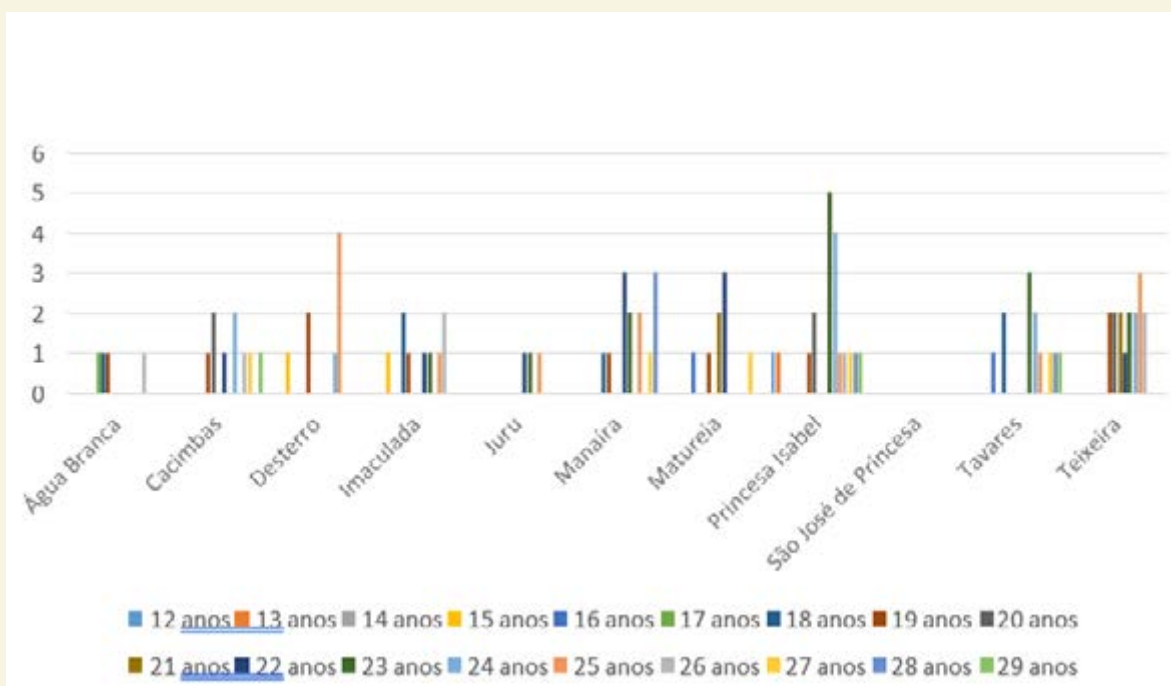
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 47 – Óbitos masculinos na microrregião de Serra da Teixeira (instrumento)



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 48 – Óbitos masculinos na microrregião de Serra da Teixeira (instrumento)



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião da Serra da Teixeira contou com o total de 101 óbitos masculinos.

4.6 Número de Óbitos por Gênero feminino e masculino por Microrregião

A seguir, serão evidenciados os gráficos comparativos de óbitos entre mulheres e homens. Estes gráficos possuem relevância para ser demonstrado a disparidade entre os quantitativos destes óbitos e como eles afetam a dinâmica social de homens e mulheres.

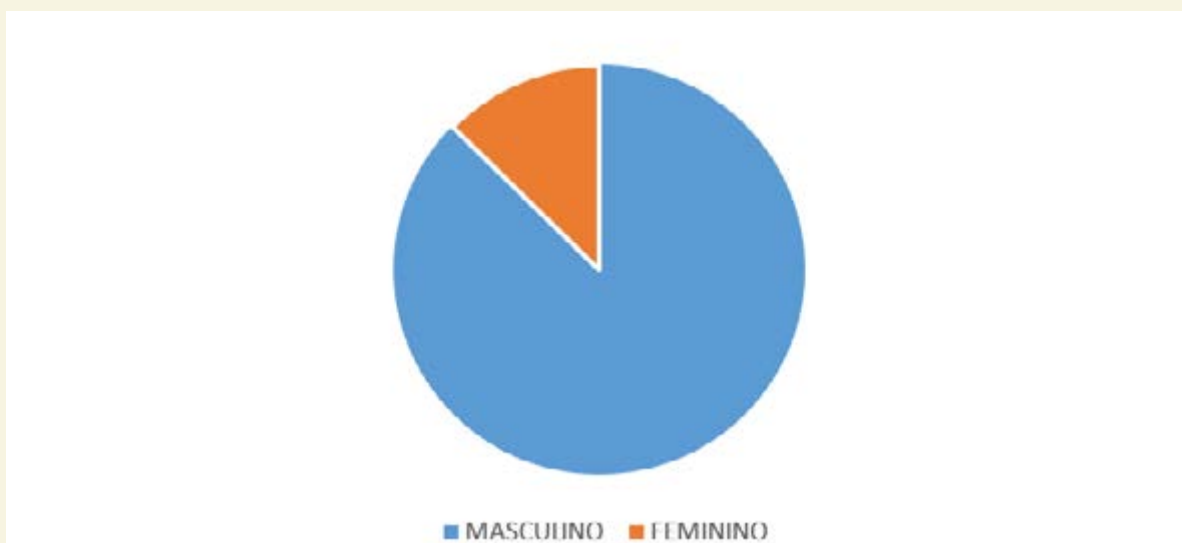
Gráfico 49 – Comparativo de óbito entre homens e mulheres na microrregião de Catolé do Rocha



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião do Catolé do Rocha obteve 220 óbitos masculinos (93%) e 17 óbitos femininos (7%).

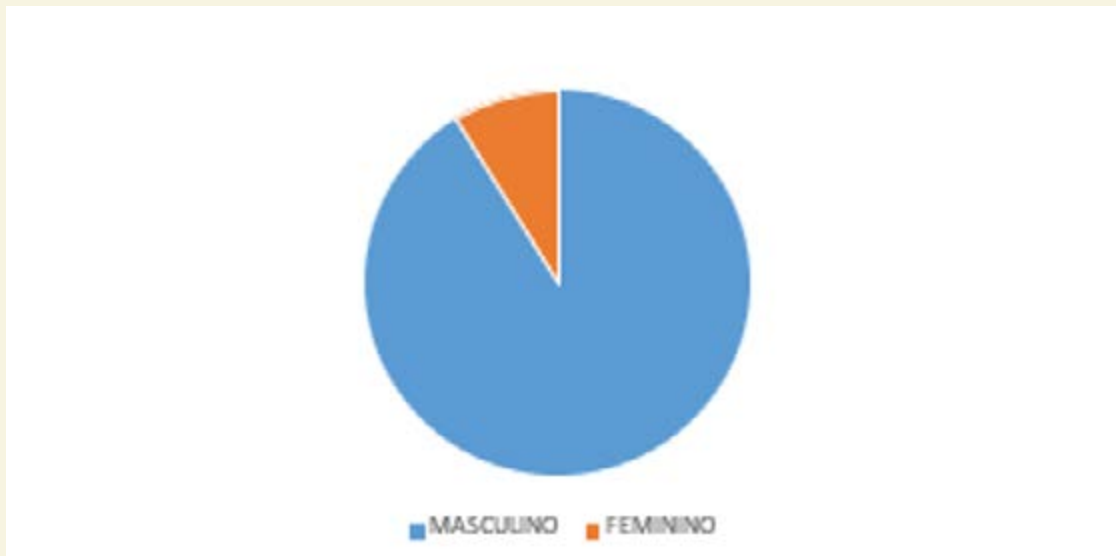
Gráfico 50 – Comparativo de óbito entre homens e mulheres na microrregião de Cajazeiras



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião de Cajazeiras registrou o total de 110 óbitos masculinos (87%) e 16 óbitos femininos (13%).

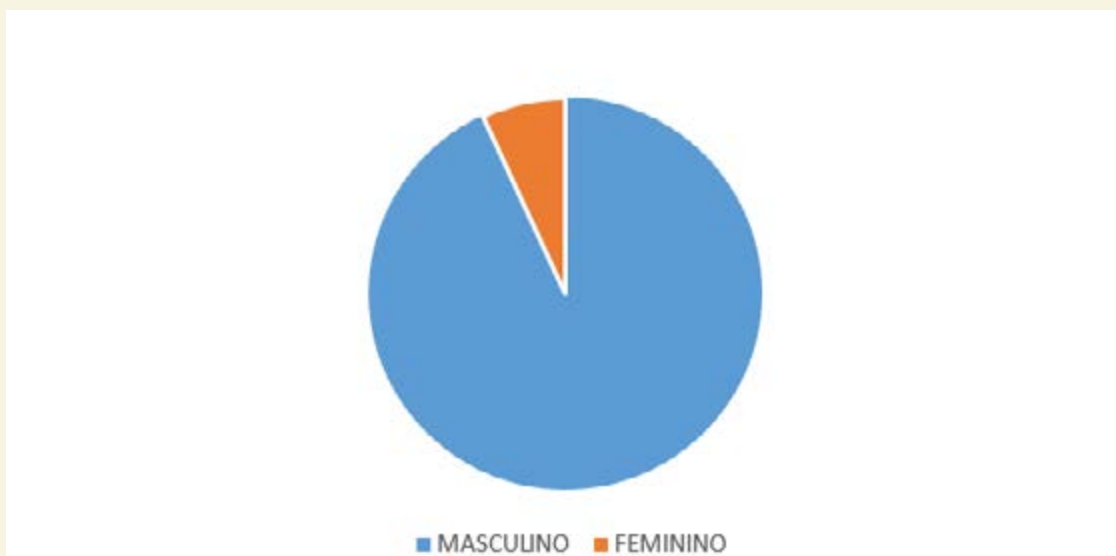
Gráfico 51 – Comparativo de óbito entre homens e mulheres na microrregião de Sousa



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião de Sousa foi marcada pelo quantitativo de 136 óbitos masculinos (91%) e 13 óbitos femininos (9%).

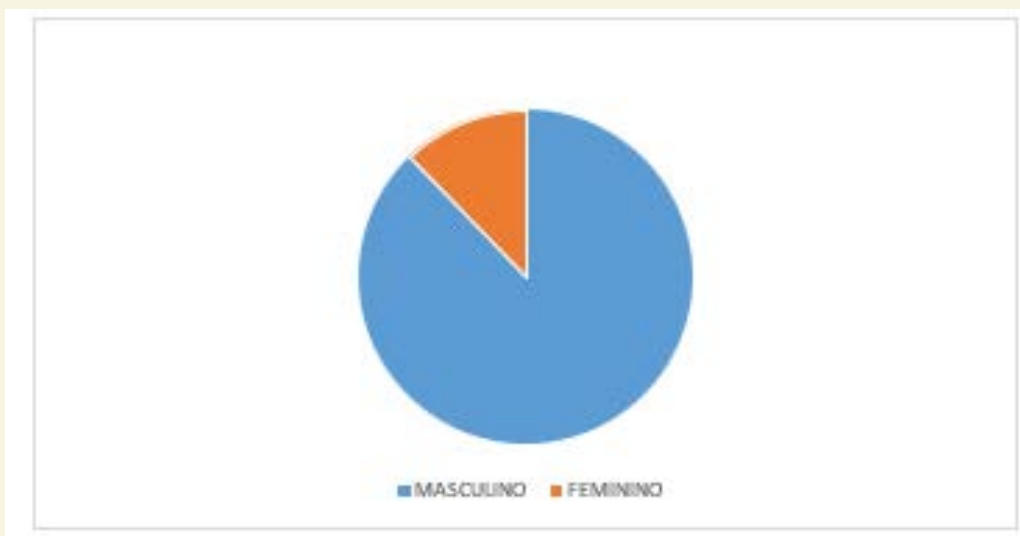
Gráfico 52 – Comparativo de óbito entre homens e mulheres na microrregião de Patos



Fonte: NACE, PB (2025)

A microrregião de Patos contabilizou 174 óbitos masculinos, equivalente a 93% do valor total, e 13 óbitos femininos, sendo 7% do valor total de óbitos nesta microrregião.

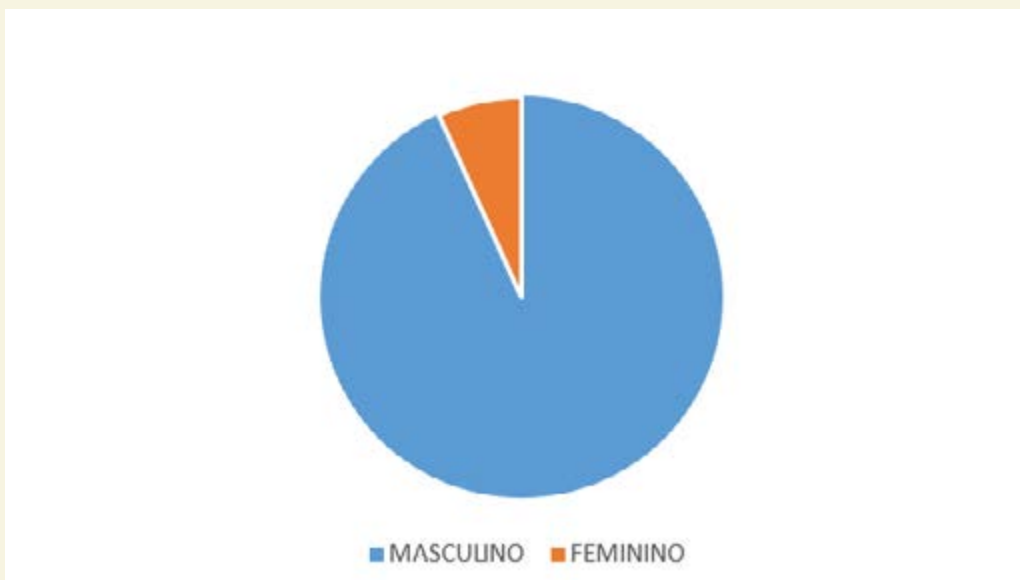
Gráfico 53 – Comparativo de óbito entre homens e mulheres na microrregião de Piancó



Fonte: NACE, PB (2025)

Já na microrregião de Piancó, houve o quantitativo de 36 óbitos masculinos (88%) e 5 óbitos femininos (12%).

Gráfico 54 – Comparativo de óbito entre homens e mulheres na microrregião de Itaporanga



Fonte: NACE, PB (2025)

Na microrregião de Itaporanga, foi registrado o total de 68 óbitos masculinos (93%) e 5 óbitos femininos (7%).

Gráfico 55– Comparativo de óbito entre homens e mulheres na microrregião da Serra da Teixeira



Fonte: NACE, PB (2025)

Por fim, na microrregião da Serra da Teixeira foi registrado o total de 101 óbitos masculinos (91%) e 10 óbitos femininos (9%).

Em todos esses gráficos é notoriamente exposta a supremacia dos óbitos masculinos, entretanto, isso não retira a importância da devida atenção aos óbitos femininos. Analisando meticolosamente, por mais que haja uma grande quantidade de óbitos causada por armas de fogo em ambos os gêneros, no perfil feminino há uma maior abrangência de outros tipos de instrumentos, como arma branca, incêndio, pedradas, entre outros. Essa abrangência acaba por ser resultado de uma cultura de ódio contra as mulheres.

4.7 Óbitos por raça/cor

Apresentaremos a partir daqui os dados de óbitos por raça/cor. De acordo com a formação da sociedade Brasil, durante 3 séculos, utilizou-se da mão-de-obra escrava e negra de forma brutalmente violenta (Brescianini, 2019; Júnior *et al.*, 2017). Mesmo com a abolição da escravatura em 1888, os negros foram marcados pelos racistas como pessoas inferiores e, esta realidade é perceptível até os dias atuais dada pelo racismo estrutural (Almeida, 2019).

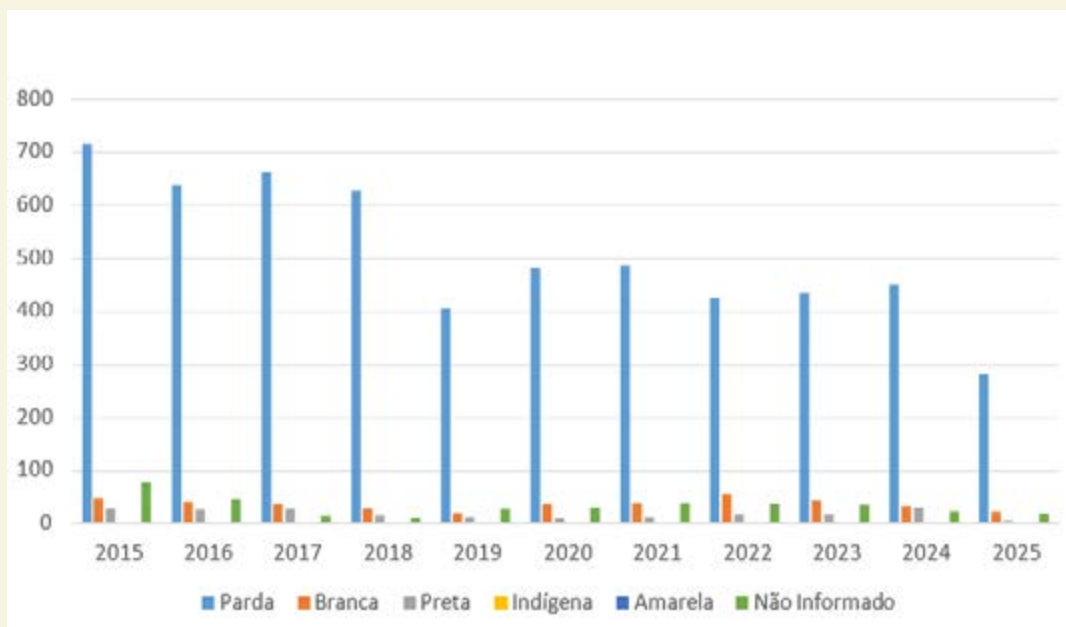
Essa tendência é amplamente registrada nas séries históricas dos relatórios anuais e pode ser evidenciada no Atlas da Violência (2023), segundo o qual, entre 2011 e 2021, aproximadamente 445.527 pessoas negras tiveram suas vidas ceifadas. Esses dados não são fruto de aleatoriedade;

estão diretamente correlacionados à marca persistente da escravidão e às estruturas racistas que organizam nossa sociabilidade. Portanto, o racismo constitui peça central para compreender as dinâmicas de violência que incidem sobre adolescentes e jovens negros e pardos, uma vez que as estruturas sociais não são pensadas para estes sujeitos.

O colonialismo ainda persiste em nosso cotidiano, operando na tentativa de “limpar” a cidade no sentido físico, social e racial, como discute Schwarcz (1993). Nesse contexto, as interações de Gonzalez (1984, p. 5), ao afirmar que “os negros estão na lata do lixo da sociedade brasileira”, evidenciam a permanência de mecanismos que desumanizam, descartam e tornam esses corpos matáveis.

Os negros são maioria nas favelas, presídios e nos óbitos, e sendo minoria nos cursos superiores e nos cargos mais importantes deste país. O racismo é estrutural, e, os gráficos a seguir mostrarão como ele está presente atualmente nos óbitos do Sertão Paraibano.

Gráfico 56 – Óbitos por raça/cor na Paraíba



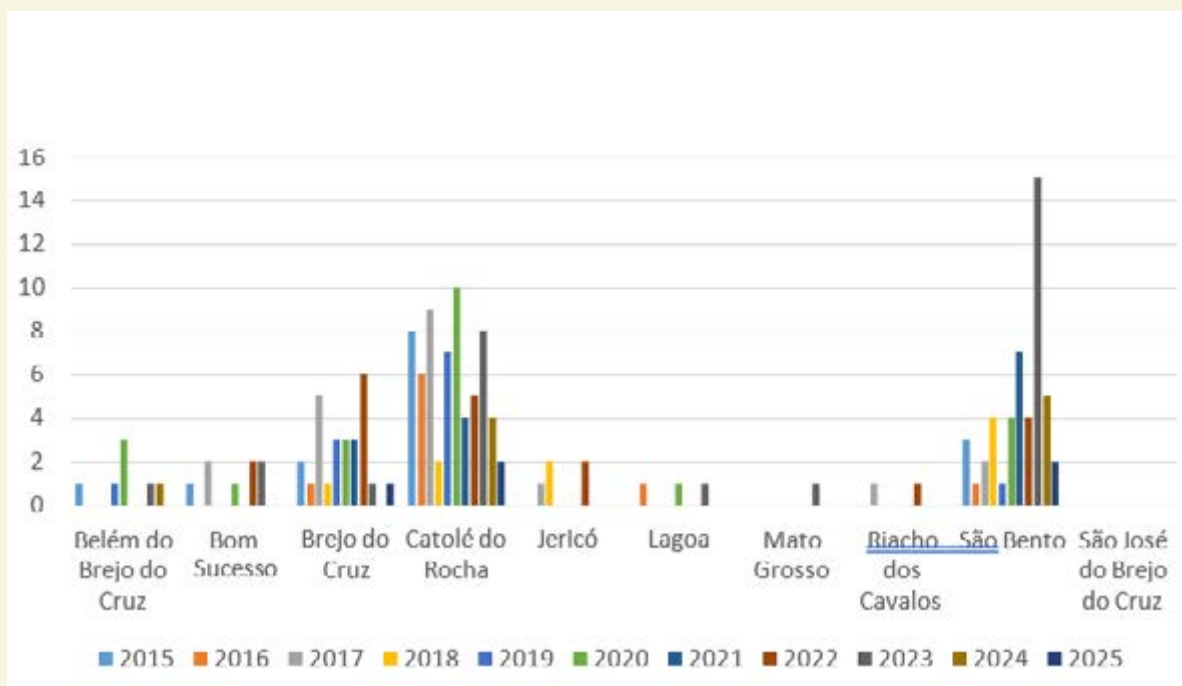
Fonte: IBGE (2022)

O total de óbitos de pessoas pardas na Paraíba chega a 5.599, enquanto os de pessoas brancas ficam em 384, pessoas pretas 180, pessoas indígenas 6 e pessoas amarelas.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), pessoas pardas e pretas se classificam no grupo de pessoas negras, portanto, juntando aqui este dado, o quantitativo de pessoas negras mortas na Paraíba entre os anos de 2015-2025 é de 5.779. Já o quantitativo de informação sobre raça/cor não informado é de 341 no estado da Paraíba.

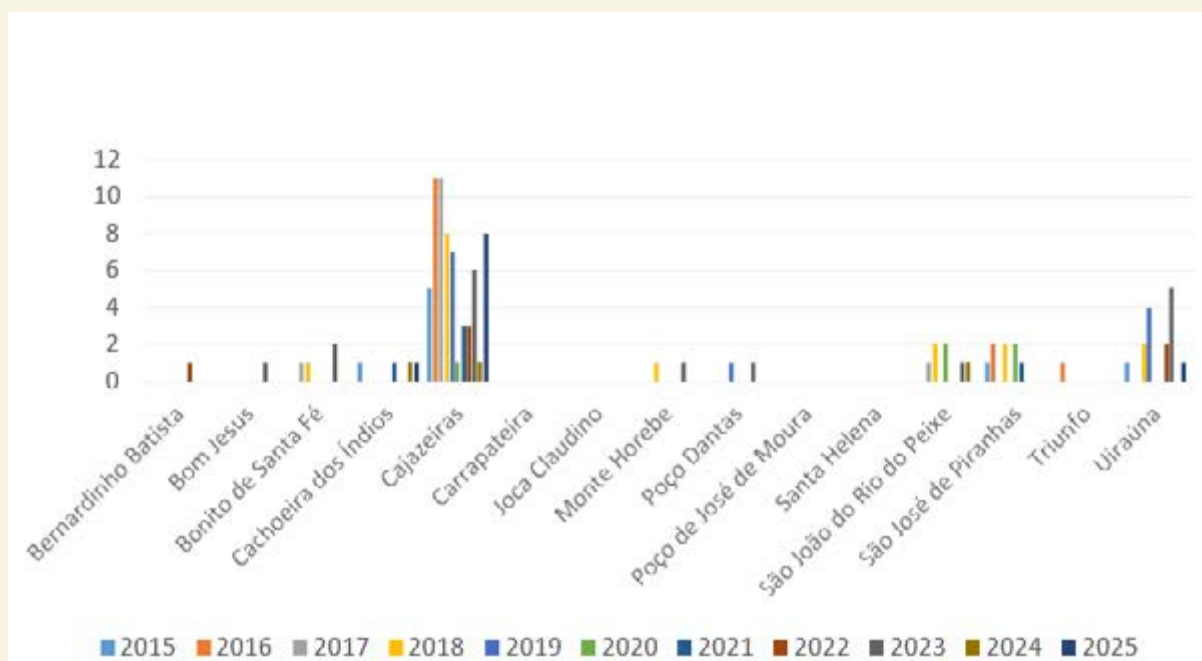
É possível notar uma oscilação desses resultados, principalmente de pretos e pardos, no decorrer dos anos, entretanto, é importante salientar que os resultados de 2025 não equivalem ao ano completo, como nos demais anos, o que interfere também nesse resultado total.

Gráfico 57 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião do Catolé do Rocha



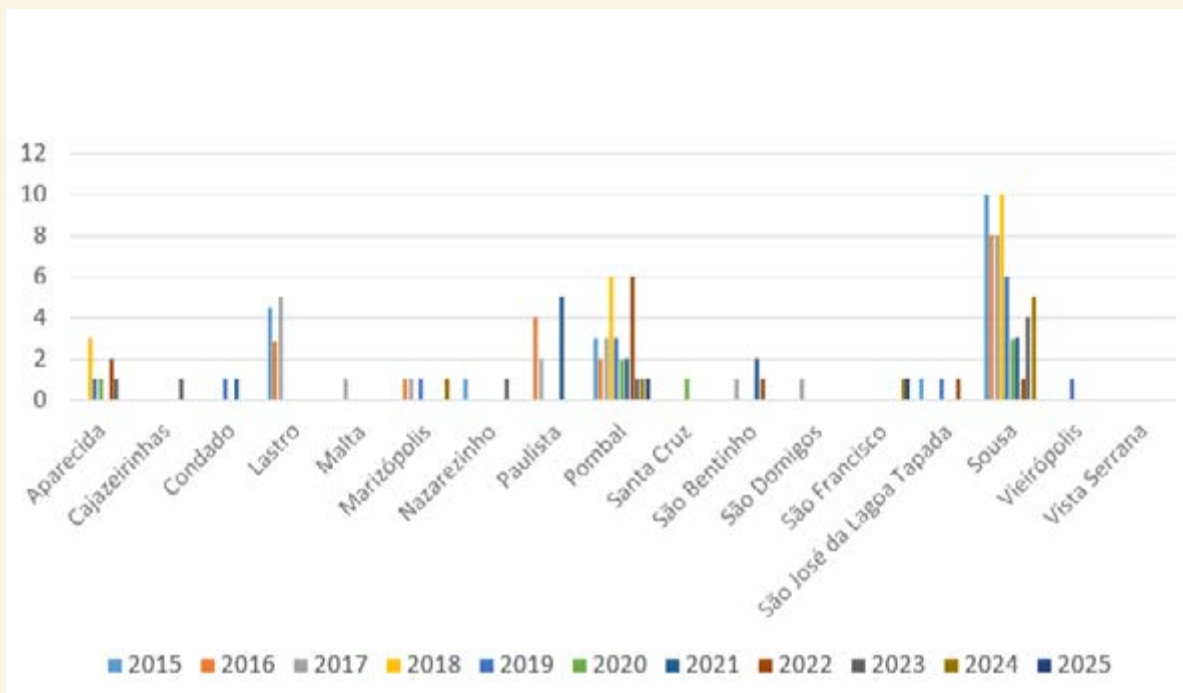
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 58 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião de Cajazeiras



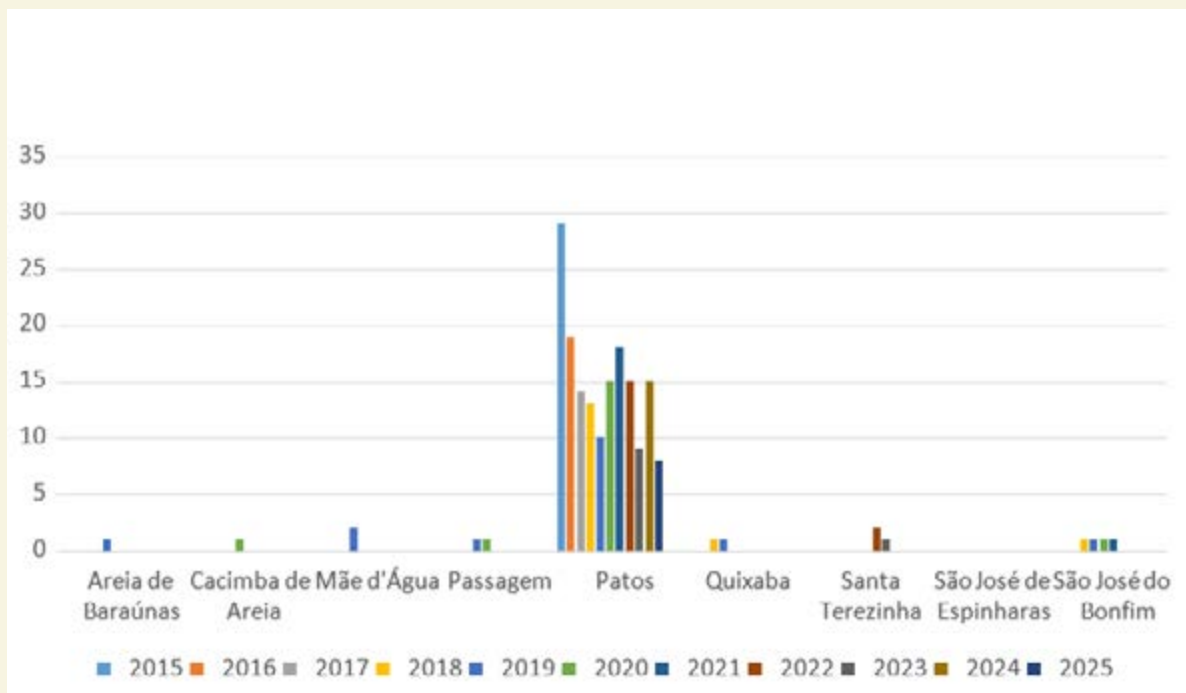
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 59 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião de Sousa



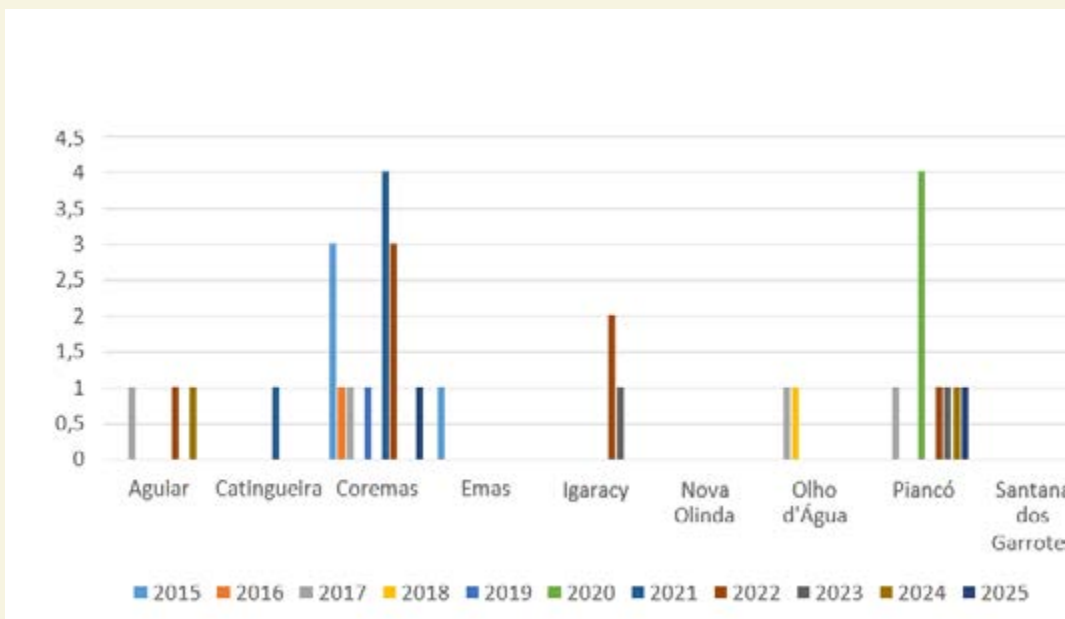
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 60 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião de Patos



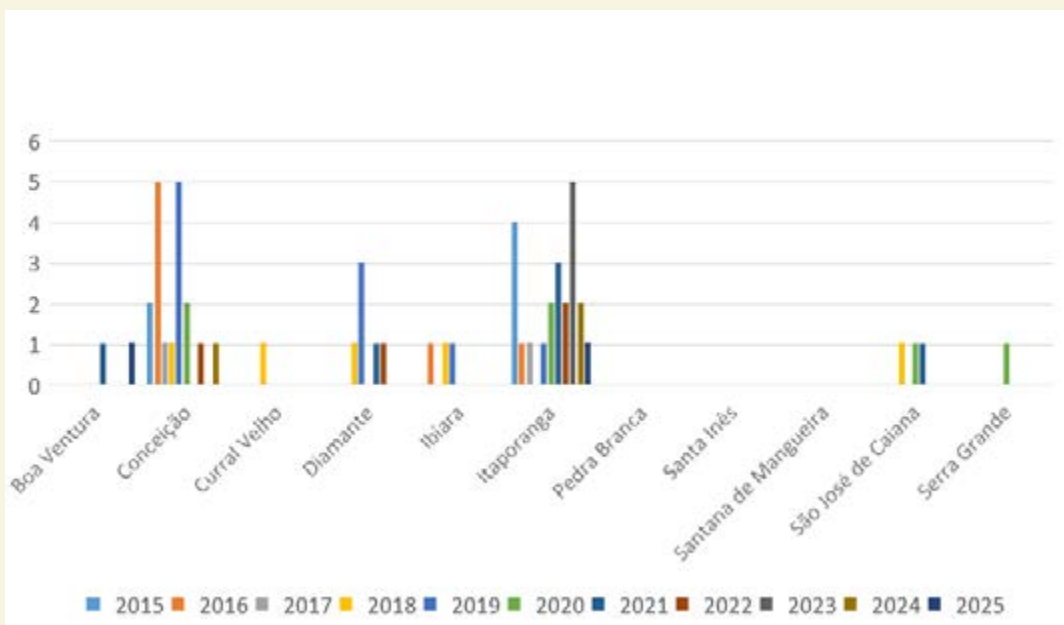
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 61 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião de Piancó



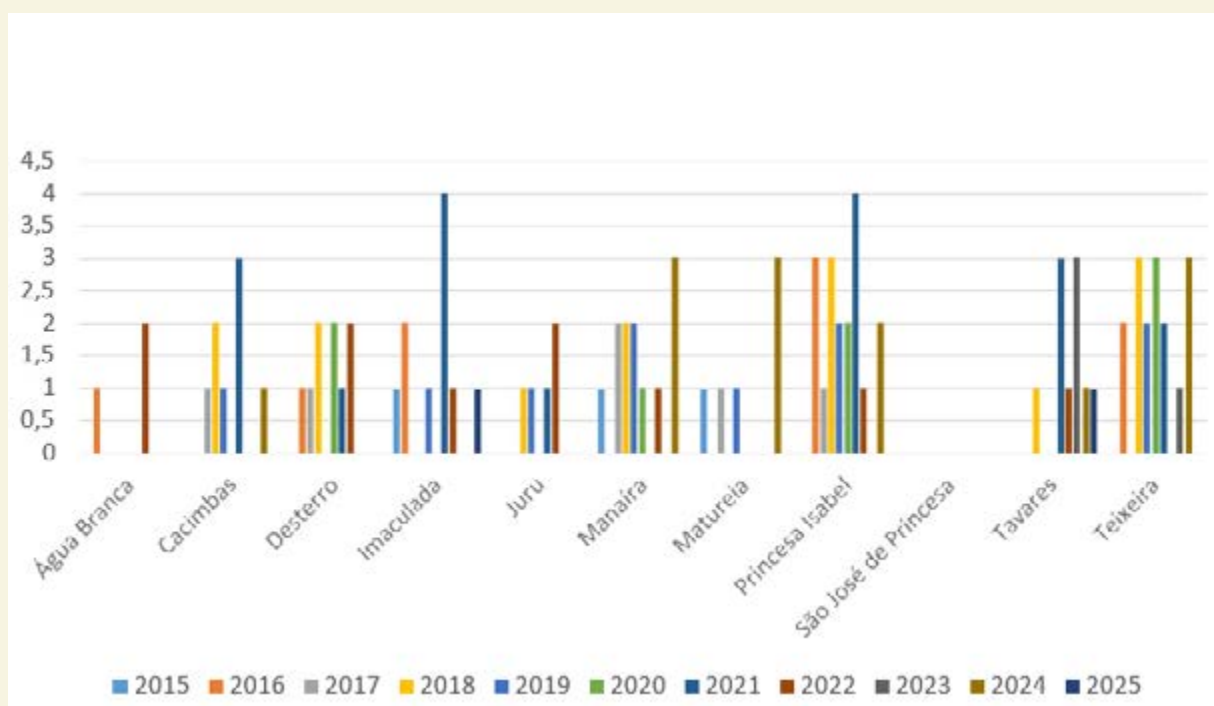
Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 62 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião de Itaporanga



Fonte: NACE, PB (2025)

Gráfico 63 - Óbitos de pretos e pardos na microrregião de Serra de Teixeira



Fonte: NACE, PB (2025)

4.8 Entre o controle e o descarte: adolescentes e jovens do sertão paraibano como alvo da política de morte

A teoria da violência, elaborada por René Girard (1990), oferece uma abordagem analítica particularmente fértil para compreender a constituição histórica da sociedade brasileira, marcada desde o período colonial por práticas sistemáticas de dominação, apropriação e controle social, através da biopolítica (Foucault, 2008) e necropolítica (Mbembe,

2016). Para Girard (1990), o ponto de partida da violência reside no desejo mimético, ou seja, na dinâmica pela qual sujeitos e grupos passam a desejar não objetos em si, mas sim o desejo manifestado pelo outro.

Logo, esse desejo mimético não apenas aproxima os sujeitos, mas os coloca em disputa pelo mesmo lugar, pelo mesmo bem e pelo mesmo poder, gerando uma rivalidade potencialmente ilimitada. A violência, portanto, não surge de patologias individuais ou de impulsos espontâneos, mas do funcionamento intrínseco das relações humanas e das estruturas sociais que organizam tais relações.

Portanto, quando se observa o processo de colonização do Brasil sob a perspectiva girardiana, percebe-se que a rivalidade mimética europeia, que é marcada historicamente pela corrida imperialista, pela disputa por territórios e pela ânsia de expansão econômica, por exemplo, produziu uma intervenção por extermínio de vidas sobre o continente sul-americano, principalmente o Brasil. A colonização não se configurou como um empreendimento meramente exploratório, mas

como um processo de inserção forçada dos povos originários em uma lógica de rivalidade que lhes era externa (Góes, 2019).

No entanto, o encontro entre colonizadores e os povos originários, longe de ter sido um contato pacífico, foi atravessado por guerras, catequização compulsória, destruição de aldeias, escravização e extermínio (Góes, 2019; Margotta, 2023), revelando a dimensão estrutural da violência mimética. A imposição do modelo civilizatório eurocentrado, sustentado por discursos religiosos, jurídicos e militares, expressou a necessidade de contenção da suposta ameaça de povos indígenas, produzindo uma ordem social fundada desde o início na desigualdade e na hierarquização étnica.

Diante dessa análise, compreendemos Girard (1990) quando ele argumenta que toda sociedade se assenta sobre uma violência originária, posteriormente exercida pela mimese pautada na violência sacrificial (Sémelin, 2009) mitificada e naturalizada.

A escravidão no Brasil exemplifica de maneira contundente esse processo. Instituída como base econômica do sistema colonial e sustentada por mais de três séculos, o processo de escravização forjou não apenas relações de trabalho, mas moldou a própria estrutura social e cultural do país. A transformação da pessoa escravizada em propriedade, a negação de sua humanidade e a legitimação jurídica e religiosa dessa condição constituem a violência fundadora que marca profundamente a formação social brasileira.

A naturalização do tráfico de pessoas africanas escravizadas por todo este tempo, por exemplo, demonstra o movimento identificado por Girard (1990), no qual uma violência inaugural é convertida em tradição, em regra, em forma legítima de organização. Assim, o processo de escravização não se limita ao passado, ela se prolonga simbolicamente na constituição das desigualdades estruturais, nas representações sociais sobre raça, em perspectiva intersseccional, e no modo como a sociedade brasileira continua administrando a violência.

Nesse ponto, o mecanismo do bode expiatório, que é central na discussão de Girard (1990), é uma ferramenta conceitual valiosa para interpretar os processos coloniais e pós-coloniais no Brasil, pois o autor aponta que, diante da ameaça de uma crise mimética, as sociedades buscam restaurar a ordem direcionando a violência coletiva para um indivíduo ou grupo específico, transformando-o enquanto responsável pelos conflitos.

No Brasil, esta realidade banha diversas populações que foram historicamente colocadas nessa posição de alvo escolhido para absorver tensões sociais, como os povos afropindorâmicos, as pessoas negras escravizadas, em especial, mulheres, sendo estas frequentemente associadas ao perigo moral, ao desvio e à necessidade de controle rígido sobre corpo, comportamento e sexualidade. Esses grupos, desde a Colônia, foram sistematicamente designados como portadores das desordens que ameaçavam a estabilidade social, funcionando como receptáculos simbólicos e materiais da violência socialmente administrada, e, até hoje se encontram marginalizados e apontados enquanto estes bodes expiatórios.

As mulheres, por exemplo, foram historicamente enquadradas em discursos que vinculam sua condição à categoria de mulher enquanto sujeito social dado, no entanto, como problematiza Butler (2019), essa categoria não é fixa, mas resulta de uma construção discursiva e performativa do gênero, que submete os corpos a normas heteronormativas e binárias, produzindo posições de vulnerabilidade e subordinação. Esses enquadramentos discursivos associam determinadas existências femininas a riscos morais e sociais (Priore, s.d.), legitimando práticas de vigilância, punição e tutela (Angotti, 2018).

Da mesma forma, a racialização produzida pelo sistema escravagista e reforçada atualmente pelas instituições estatais e o sistema capitalista legitima a inferiorização de pessoas negras e povos originários (Gonzales, 2020), que continuam a ocupar espaços vulnerabilizados e a sofrer formas simbólicas e materiais de violência. Esse funcionamento estrutural confirma o que Girard (1990) entende e afirma sobre a violência, assim, ela não se dá de forma aleatória, mas segue lógicas de organização destinadas a manter grupos específicos em posição sacrificial (Sémelin, 2009).

As microrregiões e os municípios correspondentes ao Sertão Paraibano ao longo da pesquisa, evidenciou, como apontado nos gráficos e quadros anteriormente apresentados, que em boa parte dos municípios, o instrumento arma de fogo é responsável pela maioria dos homicídios de jovens negros compreendidos entre a faixa etária de 15 a 29 anos. Além disso, homens jovens e negros constituem as principais vítimas, já que seus corpos são selecionados para a gestão da morte (Mbembe, 2018). Nesse sentido, a alta letalidade que recai sobre jovens negros expressa a forma como o racismo estrutura políticas de extermínio dirigidas a determinados corpos e territórios (Kilomba 2019). Portanto, diante desse contexto de vulnerabilidades e múltiplas expressões da violência no território.

Nesse contexto desta Mesorregião, a violência de gênero, embora com menor número absoluto de óbitos femininos¹⁵, manifesta-se por métodos variados e cruéis, evidenciando padrões de feminicídio e violência estrutural. Diferente do analisado nos óbitos masculinos, nos óbitos femininos há um leque mais diverso dos instrumentos utilizados. Enquanto os homens em massa, lideram em óbitos por arma de fogo, enquanto as mulheres são vítimas de instrumentos mais diversificados entre armas de fogo, armas brancas, espancamentos, pedradas e pauladas, asfixia e enforcamentos, incêndios, para além daqueles que não foram identificados.

Historicamente, o papel da mulher na sociedade brasileira foi moldado pelas relações misóginas coloniais que resulta à mulher a necessidade de se rebaixar a figura masculina e ser controlada por ela. Conforme aponta Perrot (2019, p. 17), “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. [...] Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito”. Em contraste com essas trajetórias previamente delimitadas, os homens desfrutavam de plena visibilidade social, ocupando o espaço público da produção e detendo o poder de decidir e estabelecer os modos pelos quais as mulheres deveriam existir e se comportar. Como destaca (Maluf; Mott, 2021, p. 292):

Baseada na crença de uma natureza feminina, que dotaria a mulher biologicamente para desempenhar as funções da esfera na vida privada, o discurso é bastante conhecido: o lugar da mulher é o lar, e sua função consiste em casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter dos cidadãos de amanhã. Dentro dessa ótica, não existiria realização possível para as mulheres fora do lar; nem para os homens dentro de casa, já que eles pertenciam à rua e ao mundo do trabalho [...].

Entretanto, o papel da mulher centrado na domesticidade e na idealização do lar não se aplicava de forma homogênea a todas as mulheres. As hierarquias raciais estruturadas pelo

15 62 óbitos femininos em detrimento dos 845 óbitos masculinos, uma disparidade de 92,66% de acordo com os dados tratados e analisados mais acima neste relatório.

colonialismo e sustentadas por uma lógica racista que, como analisa Schwarcz (1993), foi historicamente mascarada pelo mito da democracia racial, produzindo experiências profundamente distintas entre mulheres brancas e negras. Enquanto às primeiras era atribuído o papel de esposas e mães no interior da família patriarcal, às mulheres negras era reservada uma condição marcada pela exploração, pelo controle e pela violência, legitimada por hierarquias raciais e estereótipos¹⁶ que mantêm a exclusão e a discriminação vigentes até os dias atuais.

Nesse sentido, as mulheres pretas, em sua maioria, eram dominadas e comandadas por seus senhores, sendo obrigadas a desempenhar funções domésticas tanto no interior da casa quanto no cuidado dos filhos da família senhorial. Conforme analisa Gonzalez (1984.), essa posição, associada à figura da mucama, não se restringia ao trabalho doméstico, mas implicava a submissão integral de seus corpos, que eram cotidianamente desumanizados, explorados e abusados.

Para tanto, percebe-se que por mais que ambas as realidades citadas acima, da mulher branca e da mulher negra, descrevem a subordinação da mulher perante o homem em uma sociedade em supremacia, completamente machista e patriarcal, como a do Brasil Colônia, ainda sim, as mulheres negras eram vítimas desse sistema desigual, onde não sofriam apenas pela sua condição de gênero, mas também por sua condição de cor. A lupa analítica da interseccionalidade¹⁷ é capaz de nos mostrar como os conceitos por exemplo, de gênero, raça, classe e sexualidade se interligam e demonstram as posições de inferioridade que estes grupos emergem na sociedade, com isso, sendo vítimas mais fáceis da violência.

4.9 Grupo focal: o que os jovens têm a dizer sobre a segurança pública e educação? uma análise a partir das falas da juventude de Bayeux

Diante do que já foi discutido, torna-se fundamental descrever as percepções da juventude sobre as múltiplas dimensões que atravessam a violência em seus territórios. Com esse intuito, se constituiu uma atividade metodológica de grupo focal¹⁸. Foi nesse sentido, que se realizou um diálogo com a juventude negra periférica em um bairro da região metropolitana do estado da Paraíba vinculada ao *Serviço Pastoral dos Migrantes, SPM/NE*, no município de Bayeux. Essa escuta qualificada, estruturada a partir de eixos temáticos como saúde mental e física, cultura e desportos, habitabilidade, segurança humana, pública, direito à vida, educação e profissionalização que

16 Estereótipos são atributos preconceituosos sobre determinados indivíduos que diferem daquilo que, segundo a norma vigente, é considerado normal.

17 Sob a ótica Miskolci (*et. al.*, 2010), a interseccionalidade deve ser compreendida como uma ferramenta analítica crítica voltada a entender como as diferenças sociais, englobando marcadores como gênero, raça, classe, sexualidade, são produzidas, articuladas e hierarquizadas nas relações de poder. Para o autor, essas categorias não operam de forma isolada, mas sim de maneira relacional e histórica, moldando experiências sociais específicas de desigualdade e exclusão. Como afirma Akotirene (2019, p. 15), a interseccionalidade é “um sistema de opressão interligado”.

18 O grupo focal é uma técnica qualitativa de coleta de dados que consiste na reunião de um pequeno grupo de participantes. Com isso, busca compreender percepções, ideias, sentimentos e representações sociais que emergem do processo interativo entorno das discussões propostas (Minayo, 2004).

permitiu ampliar a compreensão sobre como esses campos se entrelaçam com a segurança pública e afetam diretamente o cotidiano dessa juventude.

Dessa forma, considerando o eixo educação e profissionalização, é importante pontuar que a Constituição Republicana Federal de 1988 estabelece, no Art. 205, que a educação é direito de todos e dever do estado e da família, devendo promover o desenvolvimento pleno da pessoa, a cidadania e a qualificação para o trabalho. Já o Art. 206 define que o ensino deve seguir princípios como igualdade de acesso e permanência, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias, gratuidade do ensino público, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática e garantia de qualidade.

O que está previsto dessa legislação brasileira não dialoga com a realidade concreta, essa garantia simplesmente não se efetiva, e o cotidiano vivido pelos jovens apresenta uma dinâmica muito distinta do que deveria ser assegurado.

Os participantes do grupo focal trouxeram reflexões contundentes sobre a *situação educacional em seus territórios*, destacando a *precariedade na oferta de serviços básicos*. Suas falas revelaram que, para muitos, a escola deixou de cumprir seu papel formativo e social, seja pela ausência de infraestrutura adequada, seja pela falta de insumos essenciais e de atividades que realmente dialoguem com suas necessidades e expectativas. De forma clara, afirmam *não dispor sequer do "básico": alimentação, iluminação, transporte, lazer, livros, bibliotecas, teatro, cinema*, entre outros elementos fundamentais para seu desenvolvimento. A insatisfação se intensifica quando um dos jovens sintetiza o sentimento coletivo ao afirmar que *"a escola não serve para nada"*, expressão que gerou forte incômodo por expor a sensação de abandono e descrédito diante de uma instituição que deveria ser espaço de proteção, desenvolvimento e horizonte de futuro.

Diante do relato dos jovens, é possível inferir que a falta de qualidade, acesso e permanência contribui para baixos níveis de escolarização, para evasão escolar e conseqüentemente amplia a vulnerabilidade frente aos riscos sociais e às redes de criminalidade. Esses apontamentos nos levam a refletir e questionar: como a educação é pensada e para quem é pensada. Freire (1970) já advertia que, quando a escola deixa de dialogar com a realidade dos estudantes e não os reconhece como sujeitos históricos, ela corre o risco de transformar-se em uma instituição que apenas reproduz desigualdades. Além disso, ao observar como a educação chega às periferias, percebe-se que muitos jovens são tratados não como sujeitos de direitos, mas como corpos a serem controlados e disciplinados (Foucault, 1987). Assim, quando a escola falha em garantir o básico, ela não apenas se torna um espaço de exclusão, mas também passa a operar, dentro de estruturas que sustentam formas históricas de dominação, seleção e descarte.

Logo, retomando a máxima expressão de que a escola *"não serve para nada"*, descrita pelos jovens, é possível compreendermos que o que está sendo dito é que as instituições educacionais não servem para eles, para seu território, para seus sonhos e perspectivas futuras como meio de transformação social, serve, no entanto, apenas para a manutenção e reprodução de uma ordem que opera constituído desigualdades contínuas.

No entanto, apesar das dificuldades que assolam suas vidas, os jovens e adolescentes relataram suas percepções e apontaram necessidades e possibilidades de transformação do território, com ênfase especial no eixo da educação. A princípio, foi destacado que a imagem negativa atribuída ao território não vem apenas de fora, mas também é reproduzida pelos próprios habitantes da comunidade. Essa reprodução simbólica contribui para a manutenção de estigmas (Goffman, 1981). Nesse sentido, para alterar tal percepção, ressaltam a importância da implementação de

campanhas comunitárias que valorizem o território, promovam a integração entre vizinhança comunitária, fortaleçam redes de apoio e incentivem a realização de festas públicas e atividades coletivas que facilitem a circulação e o diálogo com outras comunidades. Além disso, defendem ações que ampliem a imagem do bairro, estimulando os moradores da região a assumirem o protagonismo na transformação do olhar sobre o local, compreendendo que essa mudança deve emergir primeiramente da própria comunidade.

Os discursos que emergem dos adolescentes e jovens revelam, a cada interpelação realizada, *“que falta tudo”*. Evidencia-se uma profunda precariedade ou mesmo ausência de serviços considerados essenciais, como transporte público que permita mobilidade para além do bairro, iluminação adequada, segurança, lazer, cinema, teatro, quadra esportiva, atividades interativas, espaços de convivência, apoio psicológico acessível na comunidade, biblioteca, livros e, sobretudo, uma educação de qualidade.

A educação constitui um dos pontos de grande preocupação entre os adolescentes e jovens, que relataram fragilidades estruturais, pedagógicas e administrativas que comprometem o aprendizado e limitam suas perspectivas de futuro. Enfatizam que *faltam espaços adequados e condições mínimas para estudar*, o que impacta diretamente a qualidade do ensino ofertado. A ausência de equipamentos e materiais pedagógicos apropriados dificulta a realização de atividades básicas e reduz o engajamento escolar. Além disso, segundo os participantes, há um déficit significativo na formação e na estabilidade dos docentes: afirmam que *“mais da metade dos professores não são concursados, que disciplinas fundamentais como Física e Espanhol permanecem sem docentes desde o início do ano, e que muitos educadores apresentam práticas superficiais, sem o aprofundamento necessário”*. Em tom de frustração, alguns chegaram a afirmar que consideram os professores *“mais burros do que eles”*, evidenciando o descrédito em relação ao papel docente e o impacto negativo dessa percepção no vínculo pedagógico.

Os relatos dos jovens revelaram a predominância de um modelo de ensino pautado em práticas tradicionais, qual o aluno apenas recebe conteúdos de forma mecânica, sem espaço para participação ou intervenção. Trata-se do que Freire (1970) denomina educação bancária, em que o estudante se torna mero depósito de informações e imposições, sem estímulo à reflexão ou ao pensamento crítico, sendo condicionado apenas a cumprir tarefas.

Ao relatarem suas experiências cotidianas, torna-se evidente que a precarização da educação se articula a um conjunto mais amplo de vulnerabilidades produzidas pelo estado, atravessando desde a ausência de equipamentos e serviços básicos até práticas de controle que moldam sua forma de ser e estar no mundo. Dessa forma, os jovens passam a compreender que a escola, a rua e o território não são espaços isolados, mas componentes de um mesmo sistema que frequentemente opera como mecanismo de deslegitimação, vigilância, exclusão e violência, em vez de promover segurança, proteção e oportunidades. É a partir desse entendimento que suas narrativas avançam para uma problematização mais profunda sobre o que significa que, no senso comum, e de modo não diferente para eles, deveria significar, afinal, *“segurança pública”* para quem vive cotidianamente a experiência da periferia.

Diante dos apontamentos apresentados neste relatório pelos jovens e adolescentes, nós, enquanto sociedade, precisamos repensar o que denominamos de *“segurança pública”*, provocação feita por um dos participantes ao afirmar que, na verdade, *vivenciam uma espécie de “violência pública”*. Articulando essa denúncia com as ideias de Mbembe (2018), especialmente o conceito de necropolítica, torna-se ainda mais evidente que adolescentes e jovens negros, pobres e perifé-

ricos vivem sob políticas estatais que atuam não como garantidoras da vida, mas sobretudo como administradoras da morte para manutenção do lucro dos detentores de poder.

Considerando a escuta ativa realizada, bem como o levantamento e a análise dos dados qualitativos e estatísticos produzidos ao longo da pesquisa, torna-se possível delinear um conjunto de ações capazes de contribuir para mudanças significativas nas dinâmicas do território e, conseqüentemente, na vida dos adolescentes e jovens. Tais ações foram organizadas em três dimensões, interpessoal, comunitária e societária e não emergem como recomendações abstratas, mas como respostas concretas às necessidades expressas pela juventude.

Sobre a **dimensão interpessoal**, destaca-se a importância de iniciativas que fortaleçam as competências socioemocionais, a autonomia crítica e a capacidade de elaboração de projetos de vida. Oficinas de letramento digital, formação política, rodas de conversa, atividades culturais e espaços de expressão juvenil, segundo o relato dos jovens, podem ampliar o protagonismo dos sujeitos, permitindo que compreendam suas experiências, reivindiquem direitos e participem ativamente da transformação do território.

Neste cenário, a Educação Popular¹⁹ nas escolas acaba por ser uma alternativa, que possa se esperar como positiva, e alinhar a passagem do conhecimento aos jovens com suas realidades e a partir da compreensão do cenário em que estes jovens estão inseridos, é uma forma de aproximar estes jovens da educação mas sem afastá-los de suas culturas e modo de vida, quebrando com os moldes de escola burguesa e a alienação que esta estrutura gera, bem nos moldes disciplinatórios em uma perspectiva foucaultiana.

Quando partimos para a **dimensão comunitária**, as falas evidenciam a urgência de consolidar redes de apoio mútuo e de promover a ativação sociocultural dos espaços públicos. A realização de campanhas de valorização do bairro, festas comunitárias, cine-debates, saraus, práticas esportivas e atividades interativas configuram-se como estratégia para disputar narrativas estigmatizantes e produzir pertencimento. Além disso, a criação de parcerias entre escolas, coletivos, universidades e organizações locais pode ampliar serviços como apoio psicológico, formação profissional, acesso à cultura e fortalecimento dos vínculos comunitários, na visão dos jovens, pode ser entendida como “qualidade de vida”, melhor de existência compartilhada.

Por fim, na **dimensão societária**, torna-se essencial formular e executar políticas públicas intersetoriais que garantam o direito à cidade, à educação e a uma vida digna. Isso envolve investimentos em transporte, iluminação, bibliotecas, quadras, espaços de lazer, atendimento em saúde mental e infraestrutura escolar de qualidade. No campo educacional, os jovens destacam a *necessidade de contratar professores concursados, assegurar formação continuada, garantir todas as disciplinas ao longo do ano letivo, reorganizar as práticas pedagógicas e implementar políticas de equidade, com projetos que dialoguem com a realidade da comunidade e ofereçam mentorias para vestibulares*, entre outras ações. Essas mudanças estruturais também exigem a revisão das políticas de segurança pública, orientando-as pela defesa da vida e pela superação de práticas necropolíticas.

Assim, as ações propostas, a partir desse grupo focal, não se limitaram a intervenções pontuais, mas constituíram um conjunto integrado de transformações que requer a corresponsabi-

19 A educação popular é considerada uma abordagem multifacetada no campo da educação, especialmente em contextos onde o acesso ao conhecimento e à participação cidadã são observados como mecanismos de acesso à formação crítica. Por meio de práticas educativas que valorizam a participação ativa dos educandos, a reflexão crítica sobre a realidade e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária, a educação popular se apresenta como um instrumento de emancipação social e política por meio da formação do pensamento crítico (Salazar; Santos, 2024, p. 2).

lidade do estado, e, da sociedade civil. São caminhos que emergem das falas e vivências dos jovens e adolescentes e apontam para a construção de um território mais justo, plural e comprometido com a efetividade de vidas dignas.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais / progredindo de Djamila Ribeiro).

ALESSI, Gil. "Confrontos com a polícia cresceram porque a criminalidade está mais violenta". *El País*, 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/24/politica/1456347564~924918.html>. Acesso em: 07 de. 2025.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural* / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ANDRADE, Daniela. *História da Segurança Pública no Brasil*. Jusbrasil, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/historia-da-seguranca-publica-no-brasil/1876768832>. Acesso em: 07 dez. 2025.

ANGOTTI, Bruna. *Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2018.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. *Atlas da Violência 2023: Dashboard – Pessoas Negras*. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 04 nov. 2025.

BRASIL. *Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres na UFPB*. Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Reitoria, 2021. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/comu/contents/noticias/movimentos-de-mulheres-discutem-estruturas-patriarcais-no-sertao=-paraibano#:~:text=No%20entanto%2C%20para%20ela%20ainda%20h%C3%A1%20muita,mulheres%20acabem%20naturalizando%20algumas%20situa%C3%A7%C3%B5es%2C%20como%20viol%C3%Aancia>. Acesso em: 07 dez. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

BRASIL. Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba. *Anuário de Segurança e Defesa Social 2023*. João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/anuario-da-seguranca-publica-aponta-reducao-de-homicidios-roubos-e-ataques-a-bancos-na-paraiba-em-2023/copy~of~Anuario~2023~digital~completo.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2025.

BRESCIANINI, Carlos Penna. *Há 31 anos, senadores aprovaram o fim da escravidão no Brasil*. Senado Notícias, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/13/ha-131-anos-senadores-aprovavam-o-fim-da-escravidao-no-brasil>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.

DIAS, Pâmela. Pretos e pardos representam 72,9% dos moradores de favelas, indica Censo; mulheres também são maioria. *O Globo*, Rio de Janeiro: 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/11/08/pretos-e-pardos-representam-729percent-dos-moradores-de-favelas-indica-censo-mulheres-tambem-sao-maioria.ghtml>. Acesso em: 07 dez. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975–1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

G1. Santa Rita e Patos, PB, estão entre as cidades mais violentas do Brasil, diz Anuário de Segurança Pública. *G1 Paraíba*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/07/20/santa-rita-e-patos-pb-estao-entre-as-cidades-mais-violentas-do-brasil-diz-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>. Acesso em: 07 dez. 2025.

GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Tradução Martha Conceição Gambini; revisão técnica Edgard de Assis Carvalho. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista; 1990.

GÓES, Cristian. *O sangue indígena banhou o novo mundo*. Blog BR, 2019. Disponível em: <https://www.brmais.net/blog/o-sangue-indigena-banhou-o-novo-mundo>. Acesso em: 07 dez. 2025.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GOOGLE. *Colaboratory* [recurso eletrônico]. Mountain View, CA: Google LLC, [s.d.]. Disponível em: <https://colab.research.google.com/drive/1f0f1buAbrq1LrcPBSbf2Z5GEOZ1pyJIN?usp=sharin>. Acesso em: 5–6 nov. 2025.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Editora Scwarcz S.A., 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje, ANPOCS*, v. 2, n. 1, p. 223–244, 1984.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e Estados*. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>. Acesso em: 04 nov. 2025.

JÚNIOR, Roberto Barreto Marques e Silva; JOVITA, Maria Eduarda; SANTOS, Marytania Ribeiro dos. *A VIOLÊNCIA E AS CONSEQUÊNCIAS PERVERSAS DA ESCRAVIDÃO: uma leitura de sala de aula*. Vol. 7, num. 21, 2017.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MALUF, Sônia; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia de bolso, 2021.

MARGOTTA, Alejandro. *Colonização do Brasil pelos portugueses e os impactos na cultura indígena*. Oficina do Historiador, 2023. Disponível em: <https://www.oficinadohistoriador.org/2023/04/coloniacao-do-brasil-pelos-portugueses-impacto-cultura-indigena.html?m=1>. Acesso em: 07 dez. 2025.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. 1. ed. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018.

MINAYO, Mária Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MISKOLCI, Richard. *Marcas da diferença no ensino escolar*. – São Carlos: EdUFSCar, 2010.

MUCHEMBLED, Robert. *História da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias atuais*. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

NACE – NÚCLEO DE ANÁLISE CRIMINAL E ESTATÍSTICA. *Banco de dados criminal: Paraíba – 2025*. João Pessoa: Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social, 2025.

OPENSTREETMAP. Paraíba/Municípios. OpenStreetMap Wiki, 2022. Disponível em: <https://wiki.openstreetmap.org/wiki/Para%C3%ADba/Munic%C3%ADpios>. Acesso em: 04 nov. 2025.

PALMA, Felipe. As características do confronto armado envolvendo policiais e algumas reflexões. *InfoArmas*, 2020. Disponível em: <https://infoarmas.com.br/as-caracteristicas-do-confronto-armado-envolvendo-policiais-e-algumas-reflexoes/>. Acesso em: 07 dez. 2025.

PRIORE, Mary Del. *Repensando a Mulher na História do Brasil*. Editora Conteto, s.a..

RAMOS, Beatriz Drague. Apenas 15% das negras e 11% dos negros têm diploma universitário; proporção entre brancos é mais que o dobro. *Brasil de Fato*, Brasília: 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/11/25/apenas-15-das-negras-e-11-dos-negros-tem-diploma-universitario-proporcao-entre-brancos-e-mais-que-o-dobro/>. Acesso em: 07 dez. 2025.

RIBEIRO, Renata. Estudo: 70% da população carcerária no Brasil é negra. *Agência Brasil*, Brasília: 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-07/estudo-70-da-populacao-carceraria-no-brasil-e-negra>. Acesso em: 07 dez. 2025.

SALAZAR, Jerry Wendell Rocha; SANTOS, Heloísa Cardoso Varão. **Educação popular**: uma análise à luz do pensamento de Paulo Freire. *Revista Cocar*. Edição Especial n. 30/2024. p. 1-20.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870–1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TOKARNIA, Mariana. Participação de negros e indígenas no Executivo sobe para 39%. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro: 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-03/participacao-de-negros-e-indigenas-no-executivo-sobe-para-39>. Acesso em: 07 dez. 2025.

VASCONCELOS, Dennison. Entenda por que a guerra entre facções é apontada como motivo para alta de assassinatos na Grande João Pessoa. *G1 Paraíba*. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/>

[paraiba/noticia/2024/04/28/entenda-por-que-guerra-entre-faccoes-e-apontada-como-motivo-para-alta-de-assassinatos-na-grande-joao-pessoa.ghtml](https://www.gazetadopovo.com.br/paraiba/noticia/2024/04/28/entenda-por-que-guerra-entre-faccoes-e-apontada-como-motivo-para-alta-de-assassinatos-na-grande-joao-pessoa.ghtml). Acesso em: 07 dez. 2025.

WANDERLEY, Luiz William Barreto *et al.* *A violência contra as mulheres no Sertão Paraibano: uma investigação documental*. FIEP BULLETIN – Volume 80 – Special Edition – ARTICLE II – 2010.

SOBRE OS AUTORES

Jefferson Luiz Fontes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É pesquisador do Grupo de Estudos Sobre Violência, Segurança Pública e Gênero. Membro-associado da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiras e Indígenas da Universidade Federal da Paraíba (NEABI/UFPB); Pós-Graduação Lato Sensu em arbitragem e mediação de conflitos pela UNIBF em 2023. Graduação em Direito em 2022. Tem experiência em estudos críticos de raça, letramento racial e decolonialidade. Suas pesquisas e publicações recentes estão alinhadas em políticas públicas em Direitos Humanos, raça/racismo e segurança pública. Orcid ID: 0000-0002-2610-8859. 156

Luziana Ramalho Ribeiro

Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (2000), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2003) e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da citada Instituição (2011). Atualmente é Professora Associada Nível IV da UFPB, onde atua como membro do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas-NCDH/UFPB, como também, foi membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFPB) no período de 2017 a 2021. Destaca-se que desde seu ingresso no quadro de docentes vem desenvolvendo diversas atividades no âmbito da Instituição. Atua principalmente nos seguintes temas: violência, segurança pública; gênero e direitos humanos. É Pesquisadora Líder do Grupo de Estudos Sobre Violência, Segurança Pública e Gênero - GEVSP, link para visualização: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6611636830174110>.

Matheus Augusto Batista Ribeiro

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É pesquisador e integrante do grupo de pesquisa intitulado Discurso de Ódio e Racismo (UFPB). É membro integrante do grupo de extensão “Mulheres e Prisões” vinculado ao Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública da UFPB. Graduação em Direito pela UFPB em 2015. Advogado com especialidade no Direito Civil. Desenvolve pesquisas e estudos cujas publicações recentes versam sobre: Direitos Humanos, criminologia, violência, raça/racismo, sociologia digital, racismo algorítmico e colonialismo digital.

Mickaelle Kemmily Gomes do Nascimento

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com experiência em pesquisa, extensão e estágio profissional. Integra o projeto de extensão Observatório MulheresUFPB, voltado às ações de prevenção à violência contra as mulheres, em parceria com a CoMu - Centro de Referência de Políticas de Prevenção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres da UFPB. Possui experiência de estágio de 12 meses como estagiária de Serviço Social no Centro Educacional do Jovem (CEJ), atuando no atendimento, acompanhamento, elaboração de relatórios, além da realização do projeto de intervenção voltado para o acesso a direitos desses jovens privados de liberdade. Possui interesse nas áreas de direitos humanos e justiça social.<http://lattes.cnpq.br/0011621904367295>

Nayra dos Santos Fidelis

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É pesquisadora do Grupo de Estudos Sobre Violência, Segurança Pública e Gênero (GE VSP). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (2023). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em violência, atuando principalmente nos seguintes temas: segurança pública, violência, etnografia, mulher e direitos humanos. Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/4487376242013157> . 160

Tais Eduarda Maciel dos Santos Ferreira

Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/8274176364678458>. Graduada em História pela Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira (2016). Especialista em Metodologia do Ensino de História pela Faculdade do Sertão do Pajeú (2020), especialista em Educação Inclusiva pela Faculdade Metropolitana de São Paulo (2021); é mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo PPGDH-UFPB (2023).

Tacyana Pereira Medeiros

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com interesse nas áreas de saúde, segurança pública, criminalização e feminização da pobreza, linchamento e direitos sociais. Foi estagiária de Serviço Social na Clínica Cirúrgica do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) durante o ano de 2024, e atualmente é membro pesquisadora do Grupo de Estudos em Violência e Segurança Pública (GEVSP) na UFPB. Possui curso básico da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. Link: <http://lattes.cnpq.br/963002018001726>

Tatiana de Paula Soares

Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Mestra em Psicologia Clínica, Psicopatologia e Psicologia da Saúde com habilitação em Pesquisa Aplicada e Prevenção em Psicologia da Saúde e Psicopatologia do Programa de Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal de Toulouse Midi-Pirénées, França (UFTJJ). Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua como Especialista Socioeducativa na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF). E-mail: tatiana.soares@gmail.com. com Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3044154862128053> Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4786-9075>